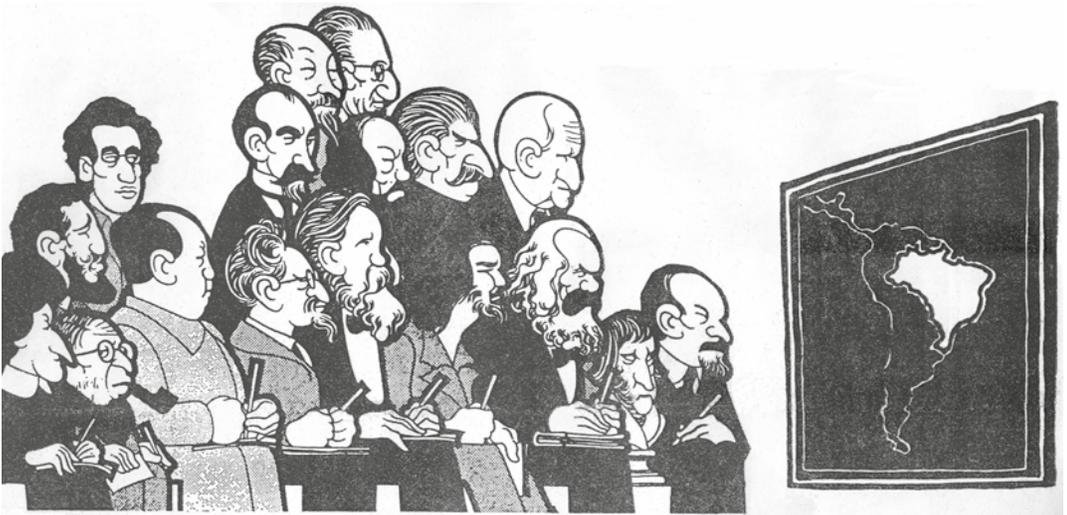


NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA
ESQUERDA BRASILEIRA E OUTROS ESCRITOS

TEXTOS SELECIONADOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA
PREFÁCIO | CLAUDIO BATALHA



Marco Aurélio Garcia nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 22 de junho 1941. Estudou no Colégio Júlio de Castilhos, formando-se posteriormente em Direito e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Durante os anos 1960, atuando no movimento estudantil, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), elegendo-se também vereador em Porto Alegre (RS) por meio do então Partido Republicano (PR). Foi ainda redator internacional do jornal *Zero Hora*.

Casou-se em 1965 com Elisabeth Souza-Lobo (Beth Lobo). Tornou-se bolsista do governo francês, na Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris, entre 1968 e 1969. De volta ao Brasil, militou no Partido Operário Comunista (POC) e, em 1970, partiu para o exílio, primeiro no Uruguai e depois no Chile, onde lecionou na Universidade do Chile e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Passou a militar no Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR). Ainda no Chile, nasceu seu filho, Leon, em 1972.

Novamente exilado, após o golpe militar que derrubou o governo chileno de Salvador Allende em 1973, retornou a Paris e viveu na França até 1979, onde foi professor nas Universidades de Paris VIII e Paris X e deu sequência à sua militância no MIR.

Com a anistia em 1979, retorna ao Brasil. Tornou-se professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e foi diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UNICAMP).

Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, foi secretário de Relações Internacionais (SRI-PT) de 1990 a 2001 e vice-presidente nacional de 2005 a 2010. Coordenou a elaboração dos programas de governo das candidaturas à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva em 1994, 1998 e 2006 e de Dilma Rousseff, em 2010. Em 2006, assumiu a presidência interina do PT e a coordenação da campanha de Lula durante o segundo turno da eleição presidencial.

Foi também secretário municipal de Cultura nas gestões petistas de Campinas (1989-1990) e de São Paulo (2001-2002).

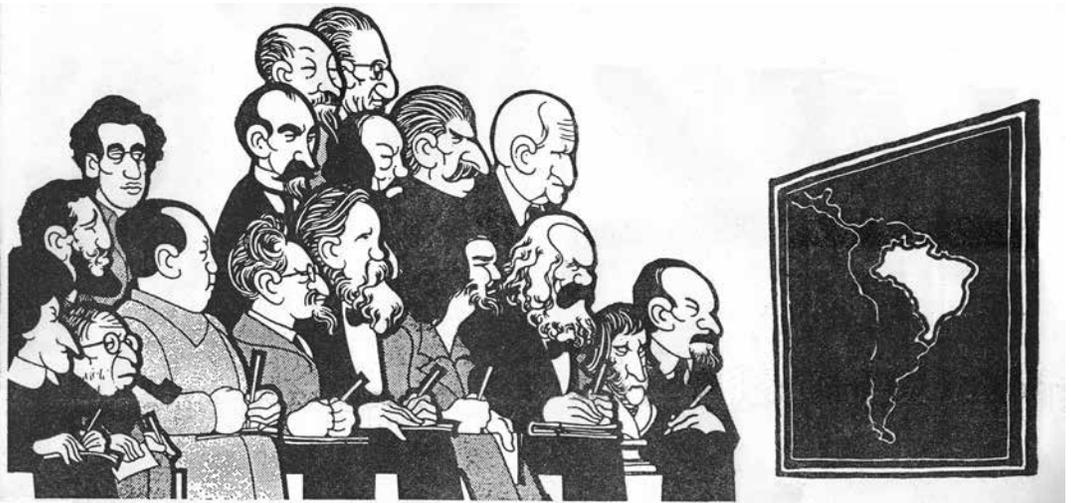
Entre janeiro de 2003 e maio de 2016, em Brasília (DF), foi assessor especial para assuntos internacionais dos presidentes Lula e Dilma.

Faleceu em 20 de julho de 2017, em São Paulo, aos 76 anos.

Coleção
MAG

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA
ESQUERDA BRASILEIRA E OUTROS ESCRITOS



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Fundação Perseu Abramo

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

041 17-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

f: 11 5571 4299

Instituto Futuro - Marco Aurélio Garcia

Director ejecutivo: Luiz Dulci

Coordinador ejecutivo: Martín Granovsky

Rector de la Universidad Metropolitana
para la Educación y el Trabajo (UMET):

Nicolás Trotta

Secretario Ejecutivo de Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales
(CLACSO): Pablo Gentili

La dirección: Sarmiento 2037,
Ciudad de Buenos Aires
Argentina

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Revisão: Cláudia Andreotti

Projeto gráfico e editoração: Caco Bisol

Imagem da capa: Utilizada como logomarca da "Contribuição à História da Esquerda Brasileira", na qual o mapa do Brasil foi inserido, esta ilustração do desenhista italiano Wiaz (1949), retrata relevantes personalidades de esquerda: (sentados na primeira fileira, da esquerda para a direita) Rosa Luxemburg, Jean-Paul Sartre, Mao Tsé-Tung, Leon Trotsky, Friedrich Engels, Ernesto Che Guevara, Karl Marx, o busto de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Vladimir Ilitch Lenin; (de pé, na segunda fileira) Fidel Castro, Antônio Gramsci, Gueorgui Plekhanov, Mikhail Bakunin, Josef Stalin, Herbert Marcuse; (de pé, ao fundo) Ho Chi Minh e Gyorgy Lukács.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- G216n Garcia, Marco Aurélio.
Notas para uma história dos trabalhadores : contribuição à história da
esquerda brasileira e outros escritos / textos selecionados de Marco Aurélio Garcia;
prefácio de Claudio Batalha ; Dainis Karepovs (org.). – São Paulo : IMAG :
Fundação Perseu Abramo, 2019.
648 ; 23 cm – (Coleção MAG)
- Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-109-3
1. Política - Brasil - História. 2. Partidos políticos - Brasil. 3. Partidos de esquerda.
4. Partido dos Trabalhadores (Brasil). I. Karepovs, Dainis. II. Batalha, Claudio. III. Título.
IV. Série.

CDU 329.055.4(81)(091)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das fotos usadas neste volume. Nem sempre isso foi possível.
Teremos satisfação em creditar as fontes caso se manifestem.

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA
ESQUERDA BRASILEIRA E OUTROS ESCRITOS

DAINIS KAREPOVS
(ORG)

TEXTOS SELECIONADOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA
PREFÁCIO DE CLAUDIO BATALHA

SÃO PAULO, 2019



SUMÁRIO

- 9 **PREFÁCIO**
- 13 **APRESENTAÇÃO**
- 15 **EXPLICAÇÃO SOBRE ESTE VOLUME**

1ª PARTE

- 25 **CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA**
 - 27 CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA
 - 31 O PCB ANTES DO GOLPE: ANTECEDENTES DO V CONGRESSO
 - 39 TEMPOS DE ANTES DO GOLPE: PCB REALIZA V CONGRESSO. SURGE A NOVA ESQUERDA
 - 51 PCB NÃO CONTAVA COM O GOLPE DE 1964
 - 57 O VI CONGRESSO REVIVE O PASSADO
 - 65 COMO SURGE A ESQUERDA ARMADA BRASILEIRA (OU "A ARMA DA CRÍTICA E A CRÍTICA DAS ARMAS")
 - 81 A TRAJETÓRIA DA AÇÃO POPULAR. AP: DO CRISTIANISMO AO MARXISMO-LENINISMO
 - 99 DA CRÍTICA AO MAOISMO DA AP NASCE O PRT
 - 105 ALTINO: DE MATO GROSSO AO PSB, À UNE, À AP E AO PRT
 - 115 NA HISTÓRIA DA PO UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA
 - 129 UMA TENTATIVA CHAMADA PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA
 - 139 O NASCIMENTO DO PCdoB
ELVIRA NADAI E MARCO AURÉLIO GARCIA
 - 147 ARRUDA, O PCdoB E A CHINA
 - 151 PCdoB: DO GOLPE DE 1964 AO INÍCIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA
 - 161 PCdoB: OS IMPASSES DOS ANOS 1970
 - 169 A ALN NO PENSAMENTO DE SEU FUNDADOR
 - 179 ALN: A AÇÃO FAZ A VANGUARDA
 - 195 PCBR: DA FORMAÇÃO À TENTAÇÃO MILITARISTA
 - 203 O PCBR NA AGONIA DO MILITARISMO
 - 211 MR-8: UMA HISTÓRIA DE ZIGUE-ZAGUES.
2 - OS DESTINOS DE UMA AUTOCRÍTICA
 - 229 A VPR E A CRÍTICA DAS ARMAS

241 VAR-PALMARES: A AÇÃO MAIS ESPETACULAR DA ESQUERDA ARMADA - O COFRE DO "DR. RUI"
MARCO AURÉLIO GARCIA, SÉRGIO RICKERT E JOSÉ LUIZ NADAI

255 ASCENSÃO E QUEDA DA VAR-PALMARES

265 CAPARAÓ: OS ANTECEDENTES DE UMA GUERRILHA

273 COLABORAÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA

275 UMA "GLORIOSA JORNADA DE LUTA"?
ELVIRA NADAI

287 MR-8: UMA HISTÓRIA DE ZIGUE-ZAGUES.
1 - UMA ORIGEM PROMISSORA
HUMBERTO BELVEDERE FILHO

297 COLINA: UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA AO REFORMISMO?
SUCURSAL MINEIRA DE EM TEMPO

307 O TROTSKISMO NO BRASIL: DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA ÀS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES - MARIO PEDROSA E HERMINIO SACCHETTA
HUMBERTO BELVEDERE FILHO

317 O QUE FOI O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
HUMBERTO BELVEDERE FILHO

325 A CRISE DO POSADISMO
HUMBERTO BELVEDERE FILHO

331 A HISTÓRIA DO POC E DA LO
HUMBERTO BELVEDERE FILHO

339 PROJETO, PREMISSAS E FIM

341 QUEM É QUEM NA ESQUERDA BRASILEIRA

357 *EM TEMPO*, A HISTÓRIA DA ESQUERDA E O PCdoB

361 A AP, O PRT E *EM TEMPO*

369 A DEMOCRACIA NA FRENTE JORNALÍSTICA:

370 LAVANDO A ROUPA SUJA DO *EM TEMPO*
MARCO AURÉLIO GARCIA

373 ROUPA SUJA OU DEMOCRACIA INTERNA?
DIRETORIA DO EM TEMPO

379 O FUNDAMENTAL É A "AUTONOMIA"
ÉDER SADER, MARCO AURÉLIO GARCIA, ROBERTO RODRIGUES, ELISABETH SOUZA LOBO, JOSÉ REIS E SÍLVIO CACCIA BAVA

385 LINHA DO TEMPO, 1959-1967

393 *EM TEMPO*: LABORATÓRIO PARA A CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA

395 O QUE SIGNIFICAM AS RECEITAS DO "CAVALEIRO DA ESPERANÇA"

- 403 HORA DE DEFINIÇÕES PARA A ESQUERDA CLANDESTINA
- 407 O PT E AS ESQUERDAS
- 411 UM NOVO "PARTIDÃO"?
- 423 1935: A FACE OCULTA DA INSURREIÇÃO
- 437 APOLÔNIO DE CARVALHO: DA INSURREIÇÃO DE 1935 AO PARTIDO DOS TRABALHADORES
- 443 MEP: A CRISE DA ESQUERDA E O PT
- 449 PRESTES CHAMA A REBELIÃO CONTRA O COMITÊ CENTRAL
- 453 UMA LEGALIDADE FUGAZ
- 457 APROFUNDA-SE O "RACHA" DO PCB: JÁ HÁ DUAS DIREÇÕES EM SÃO PAULO
- 463 KONDER, O PCB E O EUROCOMUNISMO
- 467 LÊNIN NA BRIGA DO "PARTIDÃO"
- 469 PCB: PORQUE O CABO DIAS DERROTOU O CAPITÃO PRESTES

2ª PARTE

487 NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DA ESQUERDA

- 489 SÃO BERNARDO: A (AUTO)CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO OPERÁRIO. NOTAS PARA DISCUSSÃO
- 509 OS INTELECTUAIS E OS PARTIDOS DE ESQUERDA
- 527 CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA
- 555 TRABALHADORES E ELEIÇÕES
- 573 COOPTAÇÃO E ALIANÇAS, 1930-1964
- 587 ESQUERDAS: RUPTURAS E CONTINUIDADES
- 599 O GÊNERO DA MILITÂNCIA: NOTAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE OUTRA HISTÓRIA DA AÇÃO POLÍTICA
- 619 MARIO PEDROSA: PENSADOR SOCIALISTA
- 631 PENSAR A TERCEIRA GERAÇÃO DA ESQUERDA

641 FONTES DOS TEXTOS

647 AGRADECIMENTOS

PREFÁCIO

CLAUDIO BATALHA¹

É difícil definir Marco Aurélio Garcia em uma palavra. Atuou como historiador, militante político, assessor de Relações Internacionais dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (PT), não raras vezes desempenhando simultaneamente alguns desses papéis. Para a grande mídia foi sobretudo seu papel nas relações internacionais dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que conta, mas esse papel não pode ser entendido sem relacioná-lo aos demais. Parte significativa da atividade de Marco Aurélio Garcia como assessor internacional foi possível graças aos seus contatos no campo da esquerda internacional e à experiência adquirida nos anos de exílio no Chile e na França. Sem falar do seu conhecimento das organizações de esquerda, e iniciado sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda estudante, tendo depois passado pelo Partido Operário Comunista (POC), pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno, para mais tarde militar no PT.

Marco Aurélio Garcia é pouco conhecido como historiador fora do meio acadêmico, bem como o peso de sua reflexão sobre a História da Esquerda – o que este volume pretende remediar.

1. Professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Parte desse desconhecimento deve-se ao fato de que suas outras atividades acabaram por eclipsar, para um público de não especialistas, esse lado. Porém, também conta o fato de não ter deixado nenhum livro autoral sobre o tema. Sua produção escrita se deu primordialmente por meio de artigos em periódicos e capítulos de livros. Fazia parte dos seus planos, não concretizados por sua morte prematura, a escrita de um livro sobre a história da esquerda no Brasil. Seu primeiro esforço no sentido da compreensão e da reflexão sobre o percurso da esquerda nas décadas de 1960 e 1970 se deu por meio da série de artigos publicados, entre os anos de 1979 e de 1980, sob o título geral “Contribuição para uma História da Esquerda no Brasil” no jornal alternativo *Em Tempo*, surgido em 1977. Nessa série a maioria dos artigos é de sua autoria, outras são em colaboração e alguns de autoria de outros.

Na década de 1980, como professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dirigiu nessa universidade o Arquivo Edgard Leuenroth e teve atuação fundamental na captação de acervos de militantes e organizações de esquerda, transformando esse arquivo em um dos principais centros de documentação no país a reunir fundos e coleções da esquerda de todos os matizes políticos. Nesse mesmo período, foi um dos iniciadores do GT “Partidos e Movimentos de Esquerda” junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), junto com outros pesquisadores como João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho. No âmbito desse GT foi retomada a ideia de elaborar a história da esquerda no Brasil, que depois foi mudada para uma história do marxismo no Brasil, dando origem à publicação da coleção homônima de seis volumes a partir de 1991². Na qual, paradoxalmente, Marco Aurélio Garcia nunca chegou a

2. REIS Filho, Daniel Aarão e MORAES, João Quartim de. “Apresentação à 2ª edição”. In: REIS Filho, Daniel Aarão e MORAES, João Quartim de (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1: O impacto das revoluções. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 7.

escrever, possivelmente porque essa publicação coincidiu com o período em que assumiu a Secretaria de Cultura de Campinas na gestão de Jacó Bittar e depois desempenhou funções de crescente responsabilidade no PT, resultando no seu crescente afastamento da vida acadêmica.

Entretanto, para ele a divisão entre reflexão acadêmica e o papel social do historiador nunca estiveram separados. Entre suas iniciativas que demonstram essa percepção está a criação da revista *Trabalhadores*, na Secretaria de Cultura de Campinas, iniciativa que reunia acadêmicos e sindicatos de trabalhadores em uma revista de divulgação da produção mais recente em História Social, destinada a um público de não especialistas e que pudesse de algum modo contribuir para a formação sindical.

Os textos reunidos neste volume, a começar pela célebre série “Contribuição para uma História da Esquerda no Brasil”, nunca republicada, até as reflexões mais recentes do autor sobre os rumos da esquerda, são a demonstração mais cabal da indissociabilidade desses papéis. Neles as fronteiras entre o militante, o formulador de políticas e o acadêmico perdem sentido, afinal, ao tratar da História da Esquerda, Marco Aurélio Garcia se debruça sobre sua própria história.

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Futuro – Marco Aurélio Garcia editam o terceiro e último volume da Coleção MAG, concebida para reunir artigos, ensaios e conferências do notável intelectual, historiador e dirigente político que foi Marco Aurélio Garcia.

Lançado em 2018 o primeiro volume, *A Opção Sul-Americana* reúne seus principais trabalhos sobre política externa produzidos entre 2003 e 2016, período em que atuou nessa área como assessor especial dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Marco Aurélio, desde o início dos anos 1990, à frente da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), trabalhou para promover uma política de integração latino-americana no âmbito econômico, político e cultural e tornou-se referência para as forças progressistas do país e do continente. Na esfera governamental, devemos muito a ele o aprofundamento das relações do Brasil com os países sul-americanos e a criação de instrumentos de integração, como União de Nações Sul-Americanas – Unasul, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – Celac e, ainda mais amplo, o Brics.

O segundo volume da coleção, *Construir o Amanhã – Reflexões sobre a esquerda (1983-2017)*, colige artigos de reflexão sobre o pensamento e a prática da esquerda brasileira e internacional. Analisa o cenário da transição brasileira em que surge o PT e a atuação dos trabalhadores na Constituinte. Trata ainda de temas recorrentes no debate partidário, democracia e

socialismo, reforma ou revolução, ao longo de quatro décadas. São ensaios e conferências fundamentais em seu momento histórico que muito contribuíram para a elaboração, organização e atuação do PT. No artigo que dá título ao volume, já após o golpe parlamentar que pôs fim ao governo Dilma Rousseff, Marco Aurélio – constatando o grave período de retrocesso que se iniciava –, nos coloca diante da tarefa de reconstrução.

Este terceiro volume, *Notas para uma História dos Trabalhadores: Contribuição à História da Esquerda Brasileira e outros escritos*, dá destaque ao historiador Marco Aurélio Garcia. Nasceu da proposta de reeditarmos artigos, entrevistas e reportagens publicados em uma seção do jornal *Em Tempo*, assumida por Marco Aurélio, após seu retorno ao Brasil, tratando da esquerda brasileira do período de 1960 a 1979.

É inegável o grande desafio que foi realizar a série “Contribuição à História da Esquerda Brasileira” “a quente”. Além do que, tratava de organizações em sua maioria clandestinas. Todavia Marco Aurélio enfrentou as dificuldades, utilizou diversas ferramentas, como “análises, depoimentos, transcrevendo documentos, fixando perfis, revelando episódios desconhecidos, pouco conhecidos ou totalmente tergiversados”, com o objetivo de reconstituir a trajetória da esquerda brasileira naquelas quase duas décadas.

Os escritos permitem que se conheça a trajetória dessas organizações e lutas a partir de elementos e sujeitos diversos e, com isso, colaborar com um balanço da esquerda. A série se mantém alvo de muito interesse e, até hoje, é referência para artigos, dissertações e teses acadêmicas.

Marcio Pochmann
Fundação Perseu Abramo

Luiz Dulci
Instituto Futuro Marco Aurélio Garcia

EXPLICAÇÃO SOBRE ESTE VOLUME

Em fins de 2012, em Brasília, quando ocupava as funções de assessor-chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, exercidas entre 2003 e 2016, Marco Aurélio Garcia concedeu uma entrevista ao professor Benito Bisso Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas declarações tinham por finalidade subsidiar uma biografia sobre Flávio Koutzii, um antigo companheiro de militância política de Marco Aurélio Garcia, a qual acabou publicada em 2017. A determinada altura da sua entrevista, Marco Aurélio Garcia deixou claramente assinalada a maneira pela qual se compreendia: “É, você, você como historiador sabe que o conceito que nós, historiadores, temos de geração é menos um conceito etário e muito mais um conceito de pessoas que viveram uma mesma experiência política e cultural”¹. Com este “nós historiadores” Marco Aurélio Garcia reivindicava o estudo da História como uma ferramenta de compreensão do mundo e de sua transformação bem como o seu *métier* de historiador. Era uma de suas paixões. Talvez a maior.

1. Entrevista de Marco Aurélio Garcia a Benito Bisso Schmidt. Brasília, 06/11/2012, p. 16. Agradecemos ao professor Benito Bisso Schmidt o acesso à transcrição da entrevista (N.E.).

Foi ao longo de sua trajetória, particularmente em seu exílio no Chile e na França, entre 1970 e 1979 – onde foi professor na Universidade do Chile (na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e nas Universidades de Paris 8 e Paris 10, da França – que Marco Aurélio Garcia se construiu como historiador. E desta via não se pode apartar a da sua militância política.

Logo após seu retorno ao Brasil, ocorrido em 11 de abril de 1979, ao lado de sua companheira Elisabeth Souza Lobo e de seu filho Leon, integrou-se ao semanário *Em Tempo*, publicado na cidade de São Paulo.

O jornal *Em Tempo* surgiu em novembro de 1977 – a partir de uma dissidência ocorrida nas sucursais de Minas Gerais e de São Paulo de outro jornal, o *Movimento* – como uma espécie de “frente jornalística” reunindo vários agrupamentos da esquerda brasileira. À medida que o jornal evoluiu em seus posicionamentos no sentido de apoiar a criação do Partido dos Trabalhadores, o qual foi fundado em fevereiro de 1980, vários desses agrupamentos que inicialmente se congregaram no *Em Tempo* acabaram por dele se afastar ao longo do tempo. A evolução do periódico o levou a se transformar em órgão de uma corrente política, fundada em dezembro de 1979, a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista, vinculada ao Secretariado Internacional da IV Internacional.

Logo após seu retorno, Marco Aurélio Garcia iniciou sua colaboração com o *Em Tempo* e em seguida teve seu nome aprovado, em um uma Assembleia Geral do jornal realizada em 01/07/1979, para integrar o Conselho Editorial e Administrativo do jornal e a Diretoria da Editora Aparte (a empresa responsável pela publicação do jornal). Na sequência, Marco Aurélio Garcia anunciou a publicação da *Contribuição à História da Esquerda Brasileira* (no *Em Tempo*, n. 76, 09-15/08/1979, p. 7), explicitando os objetivos da série, que cobriria o período de 1960 a 1979. Considerava que, naquele momento, a juventude que despertava para a política mostrava sua ansiedade em conhecer o passado, mas não tinha

à sua disposição fontes confiáveis para satisfazer esse intenso desejo. Enfrentando as dificuldades na feitura de uma história “a quente”, Marco Aurélio Garcia concretizou a *Contribuição*. Com base em inovadoras e múltiplas ferramentas, como “análises, depoimentos, transcrevendo documentos, fixando perfis, revelando episódios desconhecidos, pouco conhecidos ou totalmente tergiversados”, atacaria de frente o objetivo de “melhor captar e reconstituir a trajetória da esquerda brasileira nestas quase duas décadas”. *Contribuição* também permitiu que se fizesse um balanço da esquerda e de suas cisões de forma a permitir um debate do reformismo, do populismo, da luta armada etc. Esse trabalho seria realizado em grande parte solitariamente por Marco Aurélio Garcia, mas também contou com a colaboração de companheiros do jornal.

Na semana seguinte, a principal manchete de capa do *Em Tempo* foi a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, ilustrada pela logomarca da série (uma charge em que se viam sentadas as principais figuras históricas do marxismo frente a uma carta geográfica da América Latina, tendo em destaque o Brasil). Naquele número, Marco Aurélio Garcia detalhou – no texto intitulado “Quem é quem na esquerda brasileira” – o universo que pretendia apresentar aos leitores de *Em Tempo* (n. 77, 16-22/08/1979, p. 7-8), acompanhado de um organograma da esquerda brasileira. Neste conjunto eram listadas 34 organizações. Avaliava que, a partir da semana seguinte, a *Contribuição* teria sua publicação encerrada em “mais ou menos durante três meses”, o que resultaria, portanto, em mais 12 artigos em um jornal semanal, que era a periodicidade do *Em Tempo* na ocasião. No número seguinte, com um artigo sobre o Partido Comunista Brasileiro, iniciou-se a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*. A série, ao contrário do previsto, acabou, no entanto, durando bem mais. Ela foi publicada até o número n. 107, de 03-18/06/1980 (em março, a partir do seu número 101, *Em Tempo* passou a ter uma periodicidade quinzenal), totalizando 29 artigos (incluindo-se aí aqueles sete que não eram

de autoria de Marco Aurélio Garcia). Assim, adicionando-se a este total a apresentação e o “Quem é quem”, *Contribuição* completaria um total de 31 textos. Quando se compara o “Quem é quem” com os 29 textos publicados se torna evidente que a série não concluiu seu programa inicial. Tal fato explica-se pelo afastamento de Marco Aurélio Garcia e de um grupo de colaboradores em razão da sua discordância com o rumo que *Em Tempo* tomava de se transformar em órgão de uma organização política, perdendo seu caráter de “frente jornalística” (*Em Tempo*, n. 120, dez.1980-jan. 1981, p. 31).

Apesar de sua interrupção, *Contribuição à História da Esquerda Brasileira* foi um inegável sucesso na ocasião de sua publicação e, o mais importante, ainda hoje é fonte de referência para artigos, dissertações e teses acadêmicas. Isto pode ser explicado em razão de as interpretações ali apresentadas por Marco Aurélio Garcia e seus colaboradores serem ainda suficientemente instigantes, dando aos sucessivos surgimentos/desaparecimentos e às atuações de organizações políticas interpretações que iam muito além do horizonte de histórias “oficiais”. Isto garantiu à série uma perenidade que explica o interesse que ainda mantém, acrescentando mais uma razão a esta sua reedição.

Marco Aurélio Garcia, ao mesmo tempo, intensificou seus laços com a História. Ainda em 1979 foi lecionar no Departamento de História da UNICAMP, assumindo depois a direção do Arquivo Edgard Leuenroth. No âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi um dos fundadores, Marco Aurélio Garcia estruturou em 1997, dentro da Fundação Perseu Abramo (FPA), o Projeto Memória e História do PT, o qual, em 2011, se transformou no Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), instituição responsável pela preservação da memória do partido. Nestes exemplos que atingiam, entre outros, amplo leque institucional e em outros organismos, Marco Aurélio Garcia deixou as marcas de sua curiosidade e de suas inquietações e que ainda hoje geram frutos, dos quais suas obras são uma parte palpável.

Os critérios dessa seleção de textos de parte do trabalho de Marco Aurélio Garcia voltada à história dos trabalhadores devem aqui ser expostos rapidamente. Este volume foi dividido em duas partes: a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira* e os seus textos publicados a partir dos anos 1980.

Na primeira parte, houve uma divisão em quatro segmentos. O primeiro é composto dos textos de Marco Aurélio Garcia, inclusive aqueles em que ele dividiu a autoria. No seguinte estão os sete textos de colaboradores da *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, feitos sem a colaboração de Marco Aurélio Garcia, e que completam toda a série publicada. No terceiro desses segmentos reúnem-se textos que mostram as balizas dessa empreitada, de sua construção ao seu final: além do “mapa”, que é o “Quem é quem”, estão aqui reunidos aqueles momentos em que Marco Aurélio Garcia ilumina, reitera e enfatiza, em respostas a cartas de leitores, os pontos cardeais de seu projeto, uma linha do tempo abrangendo o período de 1959 a 1967 e, por fim, as razões pelas quais a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira* se encerrou. E, por fim, no último deles, encontramos uma série de textos em que se pode ver Marco Aurélio Garcia fazendo um “laboratório” da *Contribuição*. Em especial isso se dá com relação tanto ao PCB – que naquele momento vivia a crise do afastamento de seu histórico dirigente Luiz Carlos Prestes –, mas com outras organizações, como a AP, o MEP e o MR-8. Mas também como ele buscava, com base nas ferramentas que a História lhe proporcionava, compreender algo que começava a surgir naquele momento e a cuja construção ela dedicaria o restante de vida, o Partido dos Trabalhadores.

Já na segunda parte, reuniram-se textos em que Marco Aurélio Garcia incursiona pelos caminhos da história dos trabalhadores sob novos ângulos e formas, diversos dos empregados na *Contribuição*, e que se incorporaram ao trabalho de construir essa história, exibindo a riqueza e as inúmeras possibilidades de tratamento desse objeto, os trabalhadores.

Por fim, é importante ressaltar aqui que, como os textos da *Contribuição* foram produzidos em 1979-1980, houve um imenso acúmulo de informações e detalhamentos não disponíveis naquela ocasião, causado particularmente pela política de censura às informações praticada pela ditadura. Para isso, julgou-se importante acrescentar notas com a finalidade de incorporar parte dessa massiva carga de informações e que estão ao final das notas por “(N.E.)”. As notas sem essa indicação, evidentemente, estavam originais nos textos.

Enfim, é o retrato de uma instigante paixão e que será com certeza extremamente proveitosa e prazerosa aos leitores, aos quais ficará clara a identificação de Marco Aurélio Garcia com o que Victor Hugo chamou de “historiador dos costumes e das ideias”:

O historiador dos costumes e das ideias não tem missão menos austera que o historiador dos acontecimentos. Este tem, à superfície da civilização, as lutas entre as coroas, o nascimento dos Príncipes, o casamento dos Reis, as batalhas, as assembleias, os grandes homens públicos, as revoluções à luz do dia, tudo o que é exterior; o outro historiador tem o interior, o fundo, o povo que trabalha, que sofre e que espera, a mulher oprimida, a criança que agoniza, as guerras surdas de homem para homem, as selvagerias obscuras, os preconceitos, as iniquidades consentidas, os contragolpes subterrâneos da lei, as evoluções secretas da alma, a comoção indistinta das multidões, os mortos de fome, os descalços, os nus, os deserdados, os órfãos, os desgraçados e os infames, todas as larvas que erram em meio às trevas. É preciso que ele desça com o coração cheio de caridade e de severidade ao mesmo tempo, como irmão e como juiz, até os subterrâneos impenetráveis onde se arrastam em confusão os que sangram e os que ferem, os que choram e os que maldizem, os que jejuam e os que devoram, os que sofrem o mal e os que o fazem. Esse historiador dos corações e das almas terá menos deveres que os historiadores dos acontecimentos? Por acaso, julgam que Alighieri tem menos coisas

a dizer que Maquiavel? O subsolo da civilização, por ser mais profundo e sombrio, é menos importante que a superfície? Uma montanha pode ser bem conhecida quando se ignora como são suas cavernas?² (HUGO, Victor. *Os miseráveis*. 4ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 1344-1345)

Dainis Karepovs, organizador

² HUGO, Victor. *Os miseráveis*. 4ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 1344-1345 (N.E.).

1ª PARTE

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA D
A ESQUERDA BRASILEIRA

COLABORAÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA

PROJETO, PREMISSAS E FIM

EM TEMPO: LABORATÓRIO
PARA A CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA



CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA
DA ESQUERDA
BRASILEIRA

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA

A série “Contribuição à História da Esquerda Brasileira” cobrirá do início dos anos 1960 até a segunda metade da década de setenta. O apogeu e a crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o surgimento da Organização Revolucionária Marxista “Política Operária” (POLOP), em 1961; do PCdoB, em 1962; da Ação Popular (AP); o golpe de 1964 e as dissidências do reformismo: a formação da ALN, do PCBR, do MR-8, do POC, da VAR-Palmares, da VPR, da “Ala Vermelha do PCdoB” e de tantas outras organizações; os grupos trotskistas; o nacionalismo revolucionário. E mais: a revelação de episódios desconhecidos e de outros contados pela metade ou deturpados pela grande imprensa; perfis de líderes revolucionários como Marighella, Lamarca e outros; o Vale do Ribeira; a Guerrilha do Araguaia; e a esquerda dos pós-1974.

Tudo isso contado de forma clara e bem amarrada politicamente, em grandes reportagens e depoimentos exclusivos. Tudo isso contado pela própria esquerda.

Em Tempo estará publicando uma nova série: *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*.

O clima da “abertura” figueiredista¹ *permite* e, ao mesmo tempo, *exige* que tal balanço sistemático comece a ser realizado. *Permite*, na medida em que os donos do poder não têm mais condições de continuar envolvendo na névoa aspectos tão relevantes de nossa história recente. *Exige*, tendo em vista a forma pela qual o passado e o presente da esquerda brasileira emergem hoje, seja na linguagem oficial, seja na imprensa oficiosa ou mesmo naquela que guarda veleidades oposicionistas.

Para a ditadura é fundamental apresentar aqueles que se opuseram de forma radical ao estado de coisas implantado a partir de 1964, como verdadeiros marginais, que devem ser excluídos da vida política brasileira (“terroristas” e “criminosos de sangue”) ou incorporados sob reserva. Este é o sentido da anistia restrita e dos perdões condicionais com os quais os porta-vozes do governo querem aplacar a indignação que seu projeto suscitou.

PASSADO & PRESENTE

As novas gerações que hoje despertam para a política estão ávidas por conhecer nosso passado, para melhor compreender nosso presente. Ao tratar da esquerda, salvo honrosas exceções, a imprensa não foi capaz de ir mais além da transcrição dos relatórios policiais, tornando-se, inclusive, cúmplice dos *crimes de sangue* dos aparelhos repressivos durante

1. Referência ao chamado processo de “distensão lenta, gradual e segura” do regime militar, que foi propagandeado pela ditadura através da sua imprensa aliada como “abertura”. Anunciado em discurso feito às forças políticas governistas em 29/08/1974, o ditador Ernesto Geisel (1907-1996), pretendia “o máximo de desenvolvimento possível – econômico, social e também político – com o mínimo de segurança indispensável”, mas enfatizando que os órgãos de segurança continuariam “atuantes”. Nesse sentido, recorde-se que no governo de Ernesto Geisel ao menos 42 pessoas foram assassinadas, das quais 39 encontram-se “desaparecidas” até hoje, além de denúncias formais de mais de mil casos de tortura. A censura desse mesmo governo proibiu 47 filmes, 117 peças, 840 músicas e uma infinidade de textos jornalísticos, bem como, durante esse mesmo período, sabe-se que foram cassados 11 mandatos parlamentares e o Congresso Nacional foi fechado por duas semanas. Sabe-se hoje também que Geisel estava ciente e autorizava pessoalmente a execução de opositores da ditadura, de acordo com informe da Central de Inteligência estadunidense (CIA) ao Departamento de Estado. A “abertura” propagandeada pelo regime ditatorial prosseguiu com seu sucessor João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999) (N.E.).

os anos do “milagre”². Praticamente todos os jornais “responsáveis” deste país noticiaram a morte de Eduardo Leite (o Bacuri) em um enfrentamento com policiais. Naquele momento, no entanto, Bacuri se encontrava nas mãos do DOPS e a notícia de sua prisão circulava há certo tempo. Dias depois, seria cruelmente assassinado em um dos “aparelhos” do terror estatal. Sabe-se, inclusive, que seus algozes mostraram-lhe cnicamente a notícia de sua morte nos jornais no momento em que o conduziam para o local onde seria supliciado³.

RISCOS DE UMA INICIATIVA

Hoje, no entanto, quando ser democrata está na moda, quando os censores estão de licença e os donos de jornais não mais podem impedir que seus jornalistas contem a verdade, uma parte desta começa a aparecer. Finalmente, a esquerda e mesmo os “criminosos de sangue” ou “terroristas” podem se transformar em produtos de consumo, sobretudo quando há uma tão intensa demanda e depois de tão prolongado racionamento. Este trabalho de reconstituição tem sido realizado, no entanto,

2. O chamado “milagre econômico brasileiro” era uma expressão propagandística criada pela ditadura e seus aliados da imprensa para designar um período – especialmente entre 1969 e 1973 – em que houve certo incremento estatístico nos dados econômicos do Brasil e que serviu para ocultar a concentração de renda, o aumento da dívida do país, a política de reajustes salariais com índices inferiores aos da inflação – cujos índices, como se constatou mais tarde, foram fraudados pelo regime – e, especialmente, a violenta e brutal repressão da ditadura contra os opositores do regime e as classes populares (N.E.).

3. Eduardo Collen Leite (1945-1970), técnico em telefonia e militar. Foi preso no Rio de Janeiro em 21 de agosto de 1970. Transitando nas garras da repressão entre Rio de Janeiro e São Paulo, Bacuri acabou enviado para o DOPS-SP no início de outubro. No dia 25 desse mês, em meio aos informes oficiais sobre o assassinato de Joaquim Câmara Ferreira, a imprensa brasileira também divulgou falsa informação de fuga de Bacuri, a qual inclusive lhe foi exibida no cárcere. Dias depois, Bacuri foi sigilosamente retirado da prisão em São Paulo e levado a prisões no litoral de São Paulo, onde ficou até 8 de dezembro, quando foi mais uma vez torturado e acabou executado pela repressão. Como era usual, seu assassinato foi encoberto pela imprensa brasileira sob a máscara do oferecimento de “resistência tenaz a tiros” (cf. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (SEDHPR-CEMD). *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, p. 138-140). Ver também: GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial, 2011 (N.E.).

de forma parcial, assumindo ainda muito das versões policiais e evitando totalmente os dados políticos do problema, sem os quais tudo não passa de um folhetim de aventuras. Os poucos que têm se permitido incursionar no campo da análise das posições políticas, o fizeram num tom em que o superficial e o categorial se combinam, quando não aparece uma ironia chula e facilmente ainda exercível nos dias que correm.

Quando decidimos realizar esta série, tínhamos presentes as dificuldades que ainda persistem para tal iniciativa. É difícil realizar um estudo aprofundado sobre acontecimentos ainda “quentes”. Não só pela dispersão das fontes (muitas delas nas mãos dos aparelhos repressivos) como pelo fato de que o próprio processo de avaliação política de grande parte deste período não foi realizado de forma sistemática, tendo muitas vezes sido dramaticamente interrompido.

É talvez por esta razão que prudentemente preferimos caracterizar nossa série como uma “contribuição” mais do que uma História propriamente dita da esquerda brasileira.

Nosso propósito foi o de reconstruir, a partir do início dos anos 1960, os elementos mais essenciais da trajetória da esquerda brasileira, reunindo análises, depoimentos, transcrevendo documentos, fixando perfis, revelando episódios desconhecidos, pouco conhecidos ou totalmente tergiversados destes anos tumultuosos. Compreendendo o difícil que representa ser objetivo em matéria como esta, *Em Tempo* abre-se desde já para acolher em suas páginas todas as contribuições que, dos mais distintos ângulos, nos permitam melhor captar e reconstituir a trajetória da esquerda brasileira nestas quase duas décadas.

A nossa e outras *contribuições* permitirão que estes anos não passem para a História simplesmente como anos de derrota, como um passado desconhecido ou mitificado a confundir as gerações atuais.

O PCB ANTES DO GOLPE: ANTECEDENTES DO V CONGRESSO

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, um cidadão desavisado que passasse por uma banca de jornal do Rio de Janeiro e desse uma olhadinha nas manchetes, seguramente não poderia estabelecer a diferença existente entre a *Tribuna da Imprensa* e a *Imprensa Popular*. A diferença existia, no entanto, e era enorme. A primeira era a porta-voz do setor mais agressivo da União Democrática Nacional, naquele momento empenhada em uma furibunda campanha contra o governo do presidente Getúlio Vargas. Quanto à *Imprensa Popular*, era, nada mais nada menos, do que o órgão oficial do Partido Comunista do Brasil.

Às oito e meia da manhã, mais ou menos, o país seria sacudido pela notícia de que Getúlio havia se suicidado e pouco depois tomara conhecimento de sua carta-testamento, na qual o presidente atribuía o seu gesto a uma conspiração orquestrada pelo grande capital estrangeiro.

“*Abaixo o governo de traição nacional de Vargas*”, pedira em manchetes a *Imprensa Popular*. Pois bem, Vargas viera abaixo, por obra essencialmente de uma campanha que tivera como cabeça mais visível o jornalista Carlos Lacerda, que nos dez anos seguintes personificaria a direita no Brasil.

Hoje, quase todos os historiadores estão de acordo em admitir que o gesto de Vargas, pela sua dramaticidade, impediu o desfecho de um golpe de Estado em marcha naquele momento, obrigando os militares a aceitar a solução constitucional: a subida do vice-presidente Café Filho, e a manutenção das instituições republicanas, ainda que a nova equipe ministerial se caracterizasse por seu conservadorismo.

O movimento de massas reagiu violentamente e nas ruas de várias cidades brasileiras, particularmente Porto Alegre e Rio de Janeiro, se produziram distúrbios de grande monta. Na capital gaúcha, todos os jornais que combatiam Getúlio foram incendiados por milhares de manifestantes, que queimavam também tudo que cheirasse norte-americano. A redação da *Tribuna Gaúcha*, diário do PCB, não escapou à fúria popular.

UM PRIMEIRO SINAL

O impacto da morte dramática de Vargas se fez sentir igualmente nas filas do Partido Comunista, colocando para seus militantes mais de uma interrogante sobre a justeza da linha até então seguida. Leôncio Basbaum, ex-dirigente do PCB nos anos 1920 e 1930, dá conta em suas *Memórias*¹ do sentimento de perplexidade que a todos atravessava e de como não faltaram os dirigentes que propusessem que o partido se colocasse à frente das manifestações, tendo em vista o caráter nitidamente anti-imperialista que elas apresentavam.

Se é certo que o Partido Comunista não pôde conduzir o bonde que havia tomado em marcha, não é menos certo que os acontecimentos de agosto de 1954 apareceram para muitos como um primeiro sinal de que algo andava mal com o partido, e havia chegado a hora de mudar. A linha traçada pelo famoso *Manifesto de Agosto*, de 1950, entrara

1. BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976 (N.E.).

em colapso e foram necessários os eventos de outro mês de agosto, quatro anos mais tarde, para pôr ruidosamente em evidência este colapso.

As mudanças na linha política do PCB vão se fazer, no entanto, “de maneira ordenada”, um processo lento e gradual de modificações que não poria em questão o funcionamento mesmo do partido, nem os fundamentos de sua linha. As circunstâncias internacionais e nacionais facilitariam este ritmo das transformações.

Em novembro de 1954, dá-se o IV Congresso, o primeiro depois dos anos 1920, e uma tímida autocrítica é realizada. Prestes não comparece ao Congresso, “por razões de segurança”, mas seu informe é aprovado e ele sai enormemente fortalecido da reunião, da mesma forma que Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas e outros. O sistema de retificar para preservar é vencedor e o primeiro fruto desta “retificação” aparece em 1955: o PCB apoia Juscelino e Jango nas eleições presidenciais.

Entretanto, um ano mais tarde, em 1956, o Partido é sacudido por um segundo acontecimento, desta vez vindo de fora. Da tribuna do XX Congresso do PCUS, em Moscou, Nikita Krushev denunciaria os crimes de Stalin, através da crítica do “culto à personalidade”.

A despeito da fragilidade, para não dizer inconsistência, teórica, da categoria “culto à personalidade”, as consequências do “Relatório Secreto”, como seria conhecido o discurso de Krushev, foram enormes.

Em primeiro lugar, o “Relatório” punha em questão uma referência essencial do movimento comunista internacional: Stalin, “o sábio dirigente dos povos do mundo na luta da felicidade do homem sobre a terra”, como escrevera Jorge Amado na nota introdutória de seu livro *O Mundo da Paz*², se constituía em um elemento de coesão ideológica, essencial para todos os PC do mundo. O seu mito havia servido, entre

2. AMADO, Jorge. *O mundo da paz: União Soviética e democracias populares*. Rio de Janeiro: Vitória, 1951 (N.E.).

outras coisas, para enfrentar os duros anos de isolamento do período da “guerra fria”; no Brasil, anos de clandestinidade, após a ilegalização do Partido em 1947, e a cassação dos mandatos parlamentares em 1948.

Mas Stalin e o seu “culto à personalidade” haviam inspirado igualmente todo um estilo de funcionamento partidário, especialmente no que se refere ao lugar ocupado pelo dirigente e ao relacionamento deste com as bases. Criticado o “modelo”, aqueles que nele se haviam inspirado ficavam extremamente vulneráveis.

Todos os testemunhos deste período nos relatam o verdadeiro pânico dos dirigentes, temerosos que os ventos desta incipiente desestalinização chegassem também ao Brasil.

Finalmente, e o aspecto anedótico não deixa de ter sua importância, havia uma profunda queixa de militantes, e mesmo de dirigentes, pela forma irresponsável em que haviam sido tratadas as questões relacionadas com o XX Congresso do PCUS pela delegação do PCB em Moscou. Esta ficou algum tempo ainda viajando pela URSS e outros países socialistas, enquanto as informações sobre o “Relatório Secreto” eram dadas pela imprensa burguesa e, como tais, tratadas com escárnio pelos dirigentes quando interrogados por algum militante ou simpatizante inquietos.

Em novembro de 1955, um fato inédito se produz. As páginas da *Imprensa Popular* começam a estampar um debate entre comunistas brasileiros a respeito dos problemas suscitados pelo XX Congresso do Partido Soviético. O caráter relativamente livre de debate, a heterodoxia mesmo de algumas opiniões (um herético chega a condenar a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas) faz com que a direção intervenha para “restabelecer a ordem”.

A crise de 1956 deixou suas marcas, no entanto. Além da partida silenciosa de dezenas de militantes e a saída estrepitosa do legendário Agildo Barata, começaram a se criar as condições para que o PCB fizesse também “seu XX Congresso”, com todos os limites do evento de Moscou.

A NOVA CONJUNTURA

As mudanças no interior do PCB seriam estimuladas pelas novas condições políticas nacionais e internacionais. No plano mundial, começava a era da “coexistência pacífica” ao mesmo tempo em que se assistia a um renascimento do movimento de libertação nacional. A URSS começava a ter uma gravitação internacional enorme sob os efeitos da estrondosa diplomacia kruscheviana. Nacionalmente, a vitória de Juscelino Kubitschek-Jango nas eleições presidenciais de 1955, vitória para a qual o PCB havia colaborado, e a frustração das tentativas golpistas contra a sua posse, especialmente a de novembro de 1955, reforçara o clima de liberdades democráticas que prepararia a legalização “de fato” do PCB e o fim da clandestinidade de Prestes.

O projeto desenvolvimentista de Juscelino, a despeito do papel que nele tinham os capitais estrangeiros, era valorizado pelo PCB, que sempre insistira na necessidade de impulsionar a industrialização. Pouco a pouco, começa a insinuar-se uma análise mais nuançada do governo Juscelino Kubitschek, com a distinção de duas correntes em seu interior: uma nacionalista e outra “entreguista”.

Quando o governo decide não se dobrar às pressões do Fundo Monetário Internacional e se promovem manifestações de apoio a Juscelino por sua posição de resistência, os comunistas desempenharam papel importante nestas mobilizações e o próprio Carlos Marighella, então membro do Comitê Central, pôde ser visto numa delas na frente do palácio do Catete na velha capital federal.

As posições nacionalistas no país tinham naquela época no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) uma referência importante e a participação do historiador Nelson Werneck Sodré naquele Instituto criado por Juscelino lhes dava certa caução de esquerda³.

3. Trata-se do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Criado em 1955, atuou até 1964, quando foi fechado pelos golpistas de 1964. Sobre o ISEB

A conjugação de todos estes fatores internos e exteriores é que vai provocar a grande reviravolta de 1958.

A DECLARAÇÃO DE MARÇO

Em uma tumultuada reunião do Comitê Central, o PCB aprova, em março de 1958, uma Declaração Política que representaria uma modificação substancial na sua linha, ao mesmo tempo em que afastava da direção os principais membros do Birô Político. O velho grupo que até então havia resistido à “desestalinização” (Arruda, Pomar, Grabois, Amazonas) perde posições. Fato importante: Prestes, que reaparece nesta reunião, sai fortalecido.

A declaração sublinhava o caráter progressista do desenvolvimento capitalista nacional que exigiria

cada vez mais como seu instrumento uma política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional, contra o capital monopolista estrangeiro. [...]

Enquanto altera a velha estrutura econômica – prossegue o texto – o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional e arcaica e em decomposição⁴.

O Estado brasileiro é visto como um condomínio de setores do latifúndio, da burguesia ligada ao imperialismo e da burguesia nacional, interessada, segundo a declaração, no desenvolvimento independente da

ver TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. *ISEB: Fábrica de ideologia*. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997; _____. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005; bem como as memórias de Werneck Sodré sobre o ISEB: SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. (N.E.).

4. PARTIDO Comunista do Brasil. Comitê Central. Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, n. 495, 22/03/1958, p. 5-8. O documento também está publicado em NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *PCB: Vinte anos de política, 1959-1979 (documentos)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 3-27 (N.E.).

economia nacional. Este fato é que explicaria as contradições que atravessam o aparelho de Estado, e, especialmente no caso do governo Juscelino Kubitschek, a existência de um setor nacionalista e de outro “entreguista”.

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

Destes elementos, a *Declaração* conclui que a contradição entre burguesia e proletariado, ainda que seja fundamental, não assume principalidade na etapa da luta de classes em curso e, portanto, ela “não exige no momento uma solução radical”.

As contradições fundamentais sendo entre “a nação e o imperialismo” e as “forças produtivas em desenvolvimento e as relações feudais na agricultura”, “o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”.

Desta análise flui a tese essencial da Declaração segundo a qual a “*revolução no Brasil não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática*”.

Tal caracterização da revolução implica a necessidade da formação de uma *frente única nacionalista e democrática*, integrada pelo proletariado, o campesinato, a pequena-burguesia “interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional” e mesmo setores de “latifundiários em contradição com o imperialismo norte-americano” na disputa de mercados ou grupos da burguesia ligados a monopólios rivais dos monopólios norte-americanos, e que são por estes prejudicados.

O documento ressalta o caráter inconsequente da burguesia, como força revolucionária, o que colocava a necessidade de garantir a independência ideológica, política e organizativa do proletariado.

Avaliando o movimento sindical, o documento observa que

as organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem

avançado à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores *nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país* (grifos nossos – MAG).

PLATAFORMA

A *Declaração de Março* conclui, apresentando uma plataforma de cinco pontos:

- 1) política exterior independente;
- 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional;
- 3) medidas de reforma agrária em favor dos camponeses;
- 4) elevação do nível de vida do povo;
- 5) consolidação e ampliação da legalidade democrática.

A conquista de um *governo nacionalista e democrático* defendida pela *Declaração* era vista como um processo resultante da

pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.

A simples leitura da *Declaração* mostra a magnitude da modificação operada. É sobre sua base que serão redigidas as *Teses* para o V Congresso, realizado em 1960. O seu conteúdo fornece a matriz para compreender a posição do PCB num período particularmente complexo da história brasileira que é o que vai de 1961 a 1964.

TEMPOS DE ANTES DO GOLPE: PCB REALIZA V CONGRESSO. SURGE A NOVA ESQUERDA

Pouco mais de dois anos após a aprovação da Resolução de Março de 1958, responsável por uma mudança tão radical em sua linha política, o Partido Comunista realizou seu V Congresso. Nele, as Teses para Discussão, propostas pela maioria do Comitê Central (CC), e que retomavam os temas essenciais do documento de 1958, receberiam o voto majoritário das bases partidárias, após um processo de discussão que duraria vários meses, alimentando uma nutrida polêmica na “Tribuna de Debates” do semanário *Novos Rumos*, então órgão oficial do PCB.

O grupo que praticamente mantinha o controle do partido até 1958, e que naquela ocasião perdera sua hegemonia no Comitê Central – Grabois, Pomar, Amazonas, mas também Lincoln Oest, Ângelo Arroyo, Calil Chade e Carlos Danielli, entre outros -, sofreu um novo abalo em suas posições, a despeito da imensa atividade ideológica que desenvolvera durante as discussões. Mas, formalmente o Congresso de agosto de 1960 não comprometeu a unidade do PCB. As rupturas viriam um pouco mais tarde, sob o efeito de novas determinações.

É a partir de 1960 que a conjuntura política brasileira vai sofrer uma brusca aceleração. Sob o influxo de fatores internacionais e nacionais novos, o perfil da esquerda brasileira começa a modificar-se.

O ano de 1960 havia sido igualmente o ano da sucessão presidencial e, coerentemente com a linha aprovada no V Congresso, o Partido Comunista define seu apoio à candidatura do ministro da guerra de Juscelino Kubitschek, o marechal Henrique Teixeira Lott e de seu vice, João Goulart, cujas vitórias nas eleições poriam na ordem do dia a questão do estabelecimento de um “governo nacionalista e democrático”, fórmula de poder defendida pelo PCB para aquela conjuntura.

Analisando a situação existente dentro das Forças Armadas, a Resolução do Congresso afirmava que “particularmente no Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista que participa ativamente da luta anti-imperialista e possui tendências democráticas”. As posições de Lott sobre a Petrobrás e sobre a necessidade de nacionalizar alguns setores da economia, mas, sobretudo, sua firme conduta legalista nas tentativas de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, cinco anos antes, eram apontadas pelos comunistas como a virtude maior do marechal. Quanto a Jango, já havia uma história de colaboração entre ele e o PCB.

As coisas se passaram diferentemente do desejado pelo partido e a 3 de outubro do mesmo ano o eleitorado daria uma significativa vitória a Jânio Quadros nas urnas. Jango conservaria, no entanto, a vice-presidência. Abria-se um novo e conturbado período de nossa história política. O modelo desenvolvimentista de Juscelino havia chegado ao seu limite e as contradições que ele engendrava alimentavam um exacerbamento dos conflitos de classes, ao mesmo tempo em que afetavam a estabilidade da própria vida institucional. A escalada da inflação ativava o movimento de massas, especialmente os trabalhadores, na defesa de seu nível de vida. É a tese da necessidade de combater as causas “estruturais” da inflação que encaminha este movimento de massas na luta pelas “*reformas de base*”.

Internacionalmente, as tendências que começavam a manifestar-se a partir da metade da década anterior se intensificam e influenciam o comportamento das esquerdas.

Dois fatores serão decisivos neste início dos anos 1960: Cuba e China. A evolução rápida da situação cubana mostrava como a aplicação de um programa de reformas se chocava desde o começo com o imperialismo e com a burguesia e que a única alternativa era a radicalização do processo. A 1º de Maio [de 1961], com o país ainda traumatizado pela tentativa de desembarque na Baía dos Porcos, Fidel Castro declararia na Praça da Revolução, em Havana, que “Cuba é um país socialista”.

O exemplo cubano colocava para a esquerda brasileira pelo menos três questões importantes: (1) a atualidade do socialismo; (2) o problema da necessidade da via armada e da destruição do aparelho de Estado para que a revolução assegurasse suas conquistas; e (3) o fato de que o processo havia sido dirigido por uma força que não o Partido Comunista (em Cuba, PSP¹), que até uns meses antes da tomada do poder se havia oposto a Fidel e seus companheiros, acusando-os de “aventureiros”.

“O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução”, afirmava a Segunda Declaração de Havana. E continuava provocativamente: “É certo que a revolução vencerá na América e no mundo. Mas não é próprio de um revolucionário sentar-se à porta da casa para ver passar o cadáver do imperialismo”.

Textos como esses, ou os discursos de Fidel e Guevara, eram utilizados no Brasil como elementos de crítica à posição do PCB por setores jovens que se incorporavam à luta política naquele período. A posição do partido em relação à revolução cubana era discreta, no entanto. O jornalista Almir Matos publicava, na revista teórica (oficiosa) do PCB *Estudos Sociais* (julho de 1961), um capítulo de seu livro sobre a Ilha e que tinha o sugestivo título “Cuba: o encontro de duas correntes revolucionárias”, isto

1. O Partido Socialista Popular foi o nome adotado pelos comunistas de Cuba ao fundar o seu partido em 1925. Com o triunfo da revolução cubana em janeiro de 1959, o PSP juntou-se às Organizações Revolucionárias Integradas em 1961. Com a dissolução desta em 1962, o PSP fundiu-se com o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário 13 de Março para formar o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURS). Em 03/10/1965 o PURS se transformou no Partido Comunista de Cuba (PCC) (N.E.).

é, Fidel e o PSP². A despeito desta “cordialidade” no tratamento da questão o certo é que o exemplo cubano, sobretudo quando ele parecia irradiar-se em outras regiões do Continente, a Venezuela em particular, servia como uma referência permanente para a nova e incipiente esquerda que começava a surgir. Seja a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (POLOP), fundada em fevereiro de 1961³, sejam os partidários do deputado Francisco Julião⁴, agrupados nas Ligas Camponesas, todos faziam de Cuba um elemento de fustigamento das posições do PCB.

As coisas se complicariam mais, no entanto, quando Grabois, Pomar, Amazonas e seus seguidores intensificaram sua crítica à direção do PCB e passaram a utilizar sistematicamente como referência as posições defendidas pelo Partido Comunista Chinês, cujas divergências com o PC Soviético se tornavam cada dia mais explícitas.

Internacionalmente, os primeiros sintomas haviam se manifestado em 1959. A China votara a contragosto a Resolução da Reunião dos Partidos Comunistas em Moscou, aonde algumas teses mais tarde consideradas essencialmente “revisionistas” seriam aprovadas, sobretudo a da transição pacífica ao socialismo. Ainda em 1959, o PC Chinês publica um artigo, “Viva o Leninismo”, no qual as posições soviéticas são verdadeiramente criticadas através de uma tentativa de volta à ortodoxia.

Os opositores do PCB passam a ser os grandes defensores das posições chinesas no Brasil. Mas as coisas vão precipitar-se a partir de setembro de 1961. O partido realiza sua Conferência Nacional e, nesta

2. MATOS, Almir. Cuba: O encontro de duas correntes revolucionárias. *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, v. III, n. 10, jul. 1961, p. 195-206. O livro mencionado é: MATOS, Almir. *Cuba: A revolução na América*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 213 p. (N.E.).

3. Ver adiante: “A POLOP, por um de seus fundadores”, p. 47.

4. Sobre Francisco Juliano Arruda de Paula (1915-1999), advogado, ver: AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; PORFÍRIO, Pablo. *Francisco Julião em luta com seu mito: Golpe de Estado, exílio e redemocratização do Brasil*. Jundiá: Paco Editorial, 2016; SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001 (N.E.).

ocasião, aprovara a mudança do nome Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. O propósito declarado era facilitar o pedido de registro eleitoral do PCB. A partir daí, no entanto, os dissidentes possuiriam um argumento a mais na luta contra a direção. A mudança do nome aparecia para estes com a força de um símbolo do abandono de posições políticas. Em fevereiro de 1962, a cisão consuma-se. Reúne-se uma Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista *do* Brasil (uma das resoluções é a manutenção do antigo nome). No novo Comitê Central eleito figurarão oito membros do CC do PCB. Em março, aparece sob a direção de Maurício Grabois e Pedro Pomar, a *Classe Operária*, o mesmo nome do velho jornal do PCB. Mas a nostalgia não se detém aí: o PCdoB inicia também a reabilitação de Stalin.

Os elementos mais importantes para pensar a evolução da esquerda neste período se encontram, no entanto, no plano interno e devem ser compreendidos sobretudo a partir da grave crise de poder que se evidencia no episódio da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A tentativa dos ministros militares de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, como sucessor de Jânio, deixara o país à beira de uma insurreição. Brizola organiza a resistência no Sul, as forças armadas se dividem, o movimento operário articula uma greve geral no Rio de Janeiro, sobretudo, e a UNE coordena igualmente uma mobilização nacional contra o golpe.

Se este foi frustrado e Jango pôde assumir, a adoção do regime parlamentarista, tendendo a diminuir os poderes do novo presidente, é ressentida como uma tentativa do Congresso de frear os anseios reformistas cada vez maiores do movimento de massas. É dentro deste contexto nacional e internacional que a linha do PCB passa a ser criticada como uma resposta equivocada aos problemas colocados pela conjuntura.

É certo que esta crítica era profundamente desigual e que, no fundamental, a hegemonia ideológica do PCB no campo da esquerda não se

veria ameaçada até, pelo menos, o golpe. Mas não é menos evidente que, na multiplicação de críticas que surgiam às orientações do “Partidão”, se insinuavam os desdobramentos que a esquerda brasileira teria após 1964.

À esquerda do PCB aparecem pequenos grupos e, sobretudo, tendências políticas sem uma consistência orgânica maior. De distintas perspectivas, todas elas buscavam uma nova resposta.

O *PCdoB* não apresentava uma análise substancialmente distinta do PCB acerca da realidade nacional, nem mesmo avançava uma definição diferente no que se refere ao “caráter da revolução”. Afora algumas referências ideológicas mais gerais, diferenciava-se do PCB no problema da luta armada, em relação à qual chegou a tomar algumas medidas de preparação.

A *POLOP*, muito confinada ao movimento estudantil – onde era, além do mais, extremamente minoritária – e a certos meios intelectuais, tinha sua importância muito mais pelo nível teórico de suas elaborações do que por uma real influência sobre a luta política.

As *Ligas Camponesas*, em realidade eram mais um movimento do que uma organização. Expressavam, sobretudo, o radicalismo daqueles que haviam sido despertados para a questão camponesa, a partir das grandes mobilizações, particularmente no Nordeste, de fins dos anos 1950 e começo da década seguinte. A tentativa de constituir uma organização no sentido mais clássico do termo, tendo como base o movimento de Francisco Julião, acabou por fracassar. O *Movimento Revolucionário Tiradentes* teve curta duração e seria dilacerado pelas divergências entre os grupos que disputavam seu controle.

Finalmente havia a *Ação Popular*⁵, oriunda da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) e que se constituiu formalmente em 1962, passando a ser a força hegemônica no movimento estudantil.

5. Ver adiante: “E assim surge a Ação Popular”, p. 48.

Mas os fenômenos mais originais talvez se situassem nas bases desta sociedade brasileira sacudida neste começo da década por violentos conflitos políticos. Não é só o despertar do campesinato, que as Ligas Camponesas em certa medida expressavam, mas, igualmente, a intensificação do movimento estudantil que dá à União Nacional dos Estudantes um peso específico na vida do país, e as mudanças que começam a se esboçar no movimento operário.

A queda dos pelegos da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), provocada por uma aliança dos trabalhistas-janistas-comunistas, será a condição para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962⁶. Ainda que no fundamental atrelado à política populista e reformista, o CGT colocava na ordem do dia o princípio de uma Central Única dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que dava a estes, mesmo que por meio de uma condução de cúpula, um canal de intervenção na vida do país que antes nunca houvera.

Nas forças armadas, a emergência da luta dos sargentos e suboficiais em geral, expressando estes novos sintomas de radicalismo, não encontrava condutos políticos, desembocando muitas vezes em manifestações de insólita violência. Na madrugada de 12 de setembro de 1963, um dia depois de o Supremo Tribunal Federal decidir que os suboficiais eram inelegíveis, 600 sargentos, cabos e soldados se revoltavam em Brasília, sob o comando do sargento Antônio Prestes de Paula, ocupando ministérios e quartéis na capital federal. Controlado o movimento, as inquietações na área militar se mantiveram, como atestariam dramaticamente os acontecimentos da Semana Santa de 1964, às vésperas do golpe, com a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro.

6. O Comando Geral dos Trabalhadores foi criado durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado em São Paulo em agosto de 1962 e desarticulou-se com repressão desencadeada pelos golpistas de 1964, através da prisão de seus líderes, intervenção nos sindicatos a ele filiados e a extinção de todas as demais organizações intersindicais (N.E.).

Dentro do próprio PCB um processo de diferenciação política começava a esboçar-se, sobretudo a partir de 1963, quando o governo Goulart demonstrava fortes tendências a um compromisso com a burguesia, tendências expressas, no plano econômico, através da aprovação do *Plano Trienal*⁷ de Celso Furtado e que, no plano político, se insinuavam nas medidas de Estado de Sítio propostas por Goulart em 1963, manifestadamente para golpear “à esquerda” e “à direita”.

Nas discussões do Comitê Central surge uma corrente defendendo a tese da necessidade de atacar não somente o imperialismo e a reação nacional, mas de combater igualmente as tendências conciliadoras que Goulart manteria até seu tardio discurso de 13 de março, 17 dias antes de sua queda.

Jacob Gorender e Mário Alves, que haviam tido grande responsabilidade na formulação da linha do V Congresso, são os primeiros a levantar esta crítica de esquerda. Em março de 1963, Mário Alves escrevia, sintomaticamente, na revista *Movimento*, da UNE, “que a burguesia nacional não é capaz de romper com o sistema imperialista, porque a ele se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do socialismo”. O texto daquele que anos mais tarde romperia com o PCB, participando na formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), não era uma ruptura frontal com a linha oficial do PCB, mas privilegiava certas questões, como a “duplicidade da burguesia nacional”, e necessidade de insistir na hegemonia proletária ou a crítica da “visão reformista de luta pelas reformas” que haviam sido crescentemente esquecidas nas declarações e atitudes do PCB.

7. O “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social” foi apresentado no final de dezembro de 1962 pelo governo de João Goulart como uma forma pra fazer frente à queda da taxa de crescimento do Brasil e ao aumento da inflação. Para enfrentá-los, o Plano Trienal apresentava uma série de objetivos básicos para nortear a ação do governo durante o período 1963-1965 e que essencialmente se calcavam no desenvolvimento do processo de industrialização do país. No entanto, o Plano Trienal mostrou-se insuficiente e não alcançou seus objetivos (N.E.).

A incapacidade de direção das esquerdas tinha um efeito contraditório. Por um lado, fazia surgir na sociedade manifestações de um desejo de novos projetos organizativos, como atesta a receptividade dos “Grupos de Onze” de Brizola, ou mesmo da “Frente de Mobilização Popular”⁸. Por outro, não impedia que todas estas manifestações de base fossem capitalizadas por um populismo radical que, na sua essência, não ia mais além do quadro político-ideológico do Partido Comunista.

Como vemos, um período cheio de ensinamentos, que deve despertar hoje mais do que a curiosidade dos historiadores.

A POLOP, POR UM DOS SEUS FUNDADORES

A Organização Revolucionária Marxista Política Operária se constituiu no início de 1961, reunindo pequenos grupos marxistas de vários Estados (...). Teve por núcleo o grupo do Rio de Janeiro, portador das tradições da III Internacional Leninista transmitidas pela fração de Thalheimer, que rompeu com Stalin sem unir-se a Trotsky. Fora o grupo do Rio de Janeiro que, após reunir militantes saídos do PCB depois do XX Congresso e bases da juventude do PSB, articulou o desenvolvimento de outros grupos estaduais a partir de discussões sobre o reformismo do PCB, o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro, das linhas gerais para uma política de classe em nosso país (...).

8. Designação que tomou o movimento criado por Leonel Brizola de formação de grupos de pressão em favor das chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária, constitucional) defendidas pelo governo de João Goulart, em fins de outubro de 1963. Originalmente chamados de “Grupos dos Onze Companheiros”, estima-se que foram formados cerca de 1.300 deles. O recrutamento para os grupos, além da própria estrutura em torno de Brizola, era feito por intermédio de organizações como a Frente de Mobilização Popular – movimento, criado em 1962, também em favor da implantação das chamadas reformas de base –, além da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras. Com o golpe de Estado de 1964, a ditadura dedicou-se a desarticulá-los, perseguindo seus integrantes e utilizando-os como pretexto de perseguição política (N.E.).

Se havia uma unidade ideológica na crítica marxista à colaboração de classe praticada pelo PCB, eram ainda muito desiguais as concepções concretas existentes acerca da alternativa possível, indo desde um dogmatismo trotskista do grupo de S. Paulo até concepções que recém rompiam com o nacionalismo, sobretudo em Minas Gerais. O seu forte é o fato de conter os elementos mais dinâmicos da intelectualidade revolucionária nesse momento. A história pela qual o núcleo leninista vai se impondo e homogeneizando a Organização revela também o tipo peculiar de leninismo que vai nos caracterizar⁹.

E ASSIM SURGE A AÇÃO POPULAR

Para Herbert José de Souza¹⁰, ontem conhecido como “Betinho” hoje “o irmão do Henfil” de que nos falam João Bosco e Aldir Blanc¹¹, fundador e primeiro coordenador nacional da *Ação Popular*, foi no “encontro de dez anos de JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou marcada, para os universitários, uma nova posição diante do social como exigência fundamental da própria fidelidade ao evangelho”.

9. Extraído de “Para um Balanço da Política Operária”, de Raul Villa [Eder Sader], publicado na revista *Brasil Socialista* n. 7, em outubro de 1976, na clandestinidade.

10. Sobre a trajetória de Herbert José de Souza (1935-1997), cientista social, pode-se consultar: GONTIJO, Ricardo. *Sem vergonha da utopia: Conversas com Betinho: ...o errado que deu certo*. Petrópolis: Vozes, 1988; CALDAS, Suely; MARTINS, Franklin; MOLICA, Fernando; SADER, Emir; VIEIRA, Marceu. *Betinho: No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996; PANDOLFI, Dulce e HEYMANN, Luciana (Orgs.). *Um abraço, Betinho*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005; SOUZA, Herbert José de e BOUGON, François. *Revoluções de minha geração. Depoimento a François Bougon*. São Paulo: Moderna, 1996 (N.E.).

11. Aldir Blanc Mendes (1946), compositor e escritor, e João Bosco de Freitas Mucci (1946), músico, são os autores de uma conhecida canção, *O Bêbado e a Equilibrista*, lançada em 1979, que se tornou um hino contra a ditadura militar, e que foi gravada pela cantora Elis Regina (1945-1982). Um de seus versos (“que sonha com a volta do irmão do Henfil”) é uma referência ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (1935-1997) – militante da AP, perseguido pela ditadura e então exilado –, e irmão do cartunista Henfil, Henrique de Sousa Filho (1944-1988) (N.E.).

Em seu livro *Cristianismo Hoje*, publicado pela Editora Universitária, da UNE, em 1962, ele conta como a experiência da Juventude Estudantil Católica “evidenciou que se poderia ser normal e cristão ao mesmo tempo, que o cristianismo não era uma escola para a formação de efeminados e histéricos pregadores do inferno e do anticomunismo”¹². Ao entrar para a Universidade,

tomou-se consciência de sua realidade medíocre, de sua imensa traição às finalidades fundamentais de promotora de uma cultura para a libertação do homem e não de uma espécie de ópio condimentado e manipulado pelos mestres do óbvio e da indiferença pelo drama do Brasil¹³.

É a partir destas referências que se forma a *Ação Popular*, em fins de maio e princípios de junho de 1962, num Congresso Nacional em Belo Horizonte. Com enorme presença no momento estudantil, aonde mantinha uma aliança com o PCB, apesar de aparecer aos olhos deste como de um anticapitalismo muito radical, a AP deu os três últimos presidentes da UNE antes do golpe: Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant e José Serra.

12. SOUZA, Herbert José de. Juventude cristã hoje. In: _____ (Org.). *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962, p. 100 (N.E.).

13. SOUZA, H. J. de. *Op. cit.*, p. 101 (N.E.).

PCB NÃO CONTAVA COM O GOLPE DE 1964

Em fevereiro de 1964, o Comitê Central (CC) do Partido Comunista Brasileiro aprovava o documento para a convocação de seu VI Congresso, fixando sua realização para o mês de novembro do mesmo ano.

A 27 de março, o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do CC, publicava um *Suplemento Especial* no qual vinham estampadas as *Teses para Discussão*. É muito provável que a maioria dos militantes não tenha tido o tempo necessário para ler o longo documento transcrito neste n. 265 do jornal do PCB e que viria a ser o derradeiro de sua história. Cinco dias depois o presidente Goulart seria derrubado, o poder real seria passado aos ministros militares e começaria uma implacável caça aos comunistas em todo o país.

O fato é extremamente revelador da incapacidade de análise que a direção do PCB revelara no que se refere à evolução da conjuntura política nacional, deixando-se totalmente surpreender pela marcha dos acontecimentos.

NUM VOLKSWAGEN

A verdadeira situação do PCB se expressou não somente no sentimento de perplexidade política que atravessou seus dirigentes e militan-

tes durante e depois do *putsch*, mas, igualmente, no despreparo material em que se encontrou uma vez consumado o golpe.

Vem de mais de uma fonte, inclusive de membros do Comitê Central daquela época, a informação de que Luiz Carlos Prestes passou sua primeira noite de clandestinidade após o golpe no interior de um *Volkswagen*, na falta de um “*aparelho*” mais adequado à sua segurança.

Pouco mais de uma semana após o golpe, mais precisamente a 9 de abril, a polícia descobriu, em uma das múltiplas “batidas” realizadas em casas particulares em São Paulo, uma grande quantidade de cadernetas pertencentes a Prestes, nas quais o secretário-geral do PCB anotava regular e minuciosamente as mais diversas reuniões de seu partido e os contatos que ele estabelecia com personalidades políticas de outras tendências. Ademais da grande quantidade de informação política que as “cadernetas” propiciaram aos organismos policiais, permitindo o indiciamento mais tarde de quase 70 pessoas em Inquéritos Policiais-Militares, a apreensão das anotações do secretário-geral oferecia publicamente uma lamentável imagem de uma organização que, nos seus então cinquenta anos de existência, havia desfrutado somente uns dois anos de legalidade, e que passava por ser muito rigorosa no trato das questões conspirativas.

SITUAÇÃO NOVA

O caráter fulminante da derrota e o despreparo revelado pelo PCB tiveram alguns efeitos importantes na vida do Partido nos primeiros meses depois do golpe.

Talvez o mais significativo tenha sido o enfraquecimento do papel de Prestes no interior da direção, aonde ele exercia uma liderança incontestável desde os anos 1940.

As próprias dificuldades de circulação do secretário-geral permitiram maior descentralização do poder e é neste fato que se deve buscar a explicação para o conteúdo do primeiro documento entregue aos militantes após a queda de Jango: um “Esquema para Discussão”, elaborado pela Comissão Executiva (CE), dando um peso muito grande à parte *autocrítica* e enfatizando sobremaneira os “erros de direita” cometidos pelo PCB antes de 1º de abril. Sobre este texto existe uma convergência de informações que atribuem sua aprovação pela CE ao papel nela desempenhado por Mário Alves. Mário, juntamente com Jacob Gorender, já havia expressado suas reservas em relação à linha seguida pelo Partido antes mesmo do golpe, denunciando o “seguidismo” da maioria da direção frente à burguesia nacional e enfatizando a necessidade de combater igualmente o caráter conciliador desta.

Pouco tempo depois da publicação do “Esquema”, Mário Alves, Ivan Ribeiro e Leivas Otero, todos membros do Comitê Central, seriam presos em uma casa no Rio de Janeiro. Da mesma forma, Carlos Marighella, também do CC, havia sido detido antes – a 9 de maio – num cinema do bairro da Tijuca¹. A prisão de Mário iria repercutir na evolução do PCB.

Já em outubro de 1964, a análise da direção, ainda que sublinhando que “o Partido, como um todo, e a direção em particular, vivendo de ilusões, [havia] depositado demasiada confiança no comando do Exército”, afirmava, igualmente, que “falhamos em combater o aventureirismo de alguns grupos de esquerda”. Insistia, no entanto, na tecla de que “os acontecimentos nos tomaram de surpresa” e que a organização estava “despreparada não só para fazer-lhes face, como para continuar nossa atividade de forma segura e eficiente à luz das novas condições do país”. Neste texto ainda se encontrarão referências às “ilusões de classe” ou ao “seguidismo frente à burguesia nacional”.

1. Ver adiante “Por que resisti à prisão”, p. 62.

A VOLTA DE PRESTES

Esta situação não duraria muito e, em maio de 1965, 13 meses após o golpe de Estado, realizava-se, clandestinamente, em São Paulo, a primeira reunião plenária do CC desde a vitória dos militares.

A *Resolução Política* aprovada pela maioria dos 32 membros presentes relativiza a autocritica anterior e, o que é mais importante, especifica qual devia ser a *tática* a seguir. O objetivo do PCB passa a ser “*isolar e derrotar* a ditadura e conquistar um governo amplamente representativo das forças antiditadura”². Não se fala mais em *derrubar* a ditadura, mas em *isolá-la e derrotá-la*. E aqui não se trata de um problema semântico...

Igualmente expressivas passam a ser as modificações introduzidas na direção, sobretudo a exclusão de Mário Alves, que havia sido solto, e Jover Telles da Comissão Executiva. Ora, Mário e Jover, que ainda guardam suas funções no CC, eram dois porta-vozes das posições da esquerda no interior desta importante instância do partido.

O PCB passará a apostar nas eleições que se anunciam. Em outubro de 1965, quando os candidatos da ditadura são batidos nos pleitos para os governos da Guanabara e de Minas Gerais, ainda que pelos moderadíssimos Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente, a direção exulta e anuncia em um comunicado que se abre um novo período político.

A nota teve de ser recolhida às pressas, pois o governo decretaria, dias depois, em outubro mesmo, o Ato Institucional nº 2³, liquidando os sonhos de uma “abertura” imediata.

2. PARTIDO Comunista Brasileiro. Comitê Central. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária* [Suplemento Especial]. S.L., maio 1965. Esta resolução está reproduzida em: CARONE, Edgar (Org.), *O P.C.B. (1964-1982)*. Vol. III. São Paulo: Difel, 1982, p. 15-27 (N.E.).

3. O Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965 foi uma ação dos setores mais extremados dos golpistas de 1964. Com 33 artigos, entre as suas principais decisões, o AI-2 estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos então existentes, o aumento do número de ministros do STF de 11 para 16 e a reabertura do processo de punições dos adversários do regime (N.E.).

O PCB não modificaria sua linha, no entanto, passando a apostar então nas eleições previstas para 1966. É exatamente em torno da orientação eleitoral para o pleito parlamentar deste ano que se dará a primeira cisão significativa do pós-1964, anunciando o início de uma profunda crise. A esmagadora maioria dos universitários do PCB na Guanabara se recusa a acompanhar o Partido na sua política eleitoral e são expulsos de suas filas. Eles mantêm-se organizados e ativos na chamada Dissidência da Guanabara, que mais tarde dará origem ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR-8. Mas os conflitos maiores ainda estão por vir e se insinuam não somente nas manifestações repetidas de descontentamento nas bases, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, como atingem mesmo a direção máxima do PCB.

O VI CONGRESSO REVIVE O PASSADO

Quando, em janeiro de 1966, o Comitê Central realiza a discussão preliminar do documento⁴ que servirá de base para a nova convocação do VI Congresso, originalmente previsto para novembro de 1964, mas adiado em função do golpe, não só algumas vozes no CC se opõem à linha proposta por Prestes, como dois de seus membros – Jover Telles e Mário Alves – apresentam uma posição alternativa. Ambos são, uma vez mais, derrotados e em junho do mesmo ano o CC aprova oficialmente o documento, convocando o Congresso.

A orientação adotada pelo documento revive os grandes temas do pré-1964, simplesmente adaptados às novas condições criadas pelo golpe. A luta contra a ditadura militar é apresentada como “expressão atual da luta anti-imperialista e antifeudal” e os objetivos perseguidos são, segundo as *Teses*, a independência nacional, o desenvolvimento econômico e a democracia.

Do ponto de vista tático, igualmente, as teses não inovam. Trata-se de “mobilizar, unir e organizar a classe operária e outras forças patrióticas na luta contra a ditadura”, o que passa pela constituição de uma frente

4. PARTIDO Comunista Brasileiro. Comitê Central. Teses. *Voz Operária* [Suplemento Especial]. S.L., n. 19, 20/07/1966 (N.E.).

ampla, incluindo “setores das classes dominantes, opostos ao regime militar”. As *Teses* dão base, assim, em termos imediatos, à *Resolução Política* adotada na mesma reunião que advoga um apoio ao MDB, “cujo programa de luta corresponde às exigências das forças populares”. Em médio prazo elas dão respaldo às articulações, que se farão no ano seguinte, buscando a formação da “*Frente Ampla*” integrada por Juscelino, Lacerda e Jango e na qual o PCB depositará tantas esperanças.

A despeito do verdadeiro terremoto político que sacudirá o PCB durante os meses que se seguem à publicação do projeto de *Teses*, estas serão aprovadas pelo VI Congresso, finalmente realizado em dezembro de 1967 e que definiria, em anexo à *Resolução Política*, uma *Plataforma* defendendo a abolição de toda a legislação de exceção e a restituição das liberdades democráticas, a realização de eleições livres, a necessidade de uma nova Constituição, a anistia, a defesa das riquezas nacionais e a exigência de um desenvolvimento econômico independente, a melhoria das condições de vida da classe operária e a implantação parcial da reforma agrária e, finalmente, uma política externa de defesa da soberania nacional e de respeito à autodeterminação dos povos.

O Partido que realiza este VI Congresso e aprova esta linha é radicalmente distinto daquele que o convocou.

A CONTESTAÇÃO GENERALIZADA

Em dezembro de 1966, Carlos Marighella, provavelmente o mais popular dirigente do PCB depois de Prestes, pede demissão da Comissão Executiva, da qual era membro⁵. Em sua carta ele historia suas divergên-

5. A carta de Carlos Marighella à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro, datada de 01/12/1966, encontra-se reproduzida em diversas edições: MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979, p. 89-97; NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighella: O homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 536-546; PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Orgs.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo; Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Júnior; Fundação Dinarco Reis, 2013, p. 221-231 (N.E.).

cias com a orientação dominante depois de longo tempo no CC, enfatizando a passividade e o caráter burocrático da direção, ao mesmo tempo em que denuncia seus métodos de “intimidação ideológica”. Sua posição se expressa mais precisamente quando ele afirma estar “pronto a participar da luta revolucionária com as massas”, levantando como alternativa a luta armada.

Mas as coisas não param aí. Marighella parte para Cuba e participa, em fins de julho e começos de agosto, da Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS)⁶, na qual o gradualismo e o pacifismo dos partidos comunistas do Continente é violentamente denunciado, em primeiro lugar pelo próprio Fidel Castro, e onde a luta armada é apontada como a forma central de luta dos povos.

A reação da direção prestista não se faz esperar. Em setembro de 1967, o Comitê Central decide expulsar Marighella e Jover Telles do PCB e suspender a presença de alguns delegados já escolhidos para participar no Congresso⁷.

OUTRAS DISSIDÊNCIAS

A expulsão de Jover não obedece às mesmas razões das de Marighella. Este desenvolvia uma ação relativamente solitária no CC, como atesta sua decisão unilateral de renunciar à Comissão Executiva. Sua base

6. Frente ao crescimento das guerrilhas na América Latina, Cuba convocou uma conferência para fundar um movimento de solidariedade e de coordenação da luta no continente, chamado Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que ocorreu em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. A OLAS, ao denunciar a trajetória intervencionista dos Estados Unidos na região e fazer um balanço das estratégias aplicadas até então, se apresentou como uma organização dos movimentos anti-imperialistas no continente, enfatizando a luta armada como caminho para a emancipação dos povos latino-americanos. No entanto, a morte de Ernesto Che Guevara na Bolívia, quase dois meses depois da realização da conferência, frustrou seu projeto de coordenação das lutas, inviabilizando o projeto da OLAS (N.E.).

7. O documento de expulsão de Carlos Marighella, “Pela Unidade do Partido”, está reproduzido em CARONE, E. (Org.). *Op. cit.*, p. 394-400 (N.E.).

fundamental é o Comitê Estadual de São Paulo, cuja militância o acompanhava em seus passos políticos. O único membro do Comitê Central que o seguiria, Joaquim Câmara Ferreira, era conhecido entre seus camaradas como *Toledo*, ex-deputado comunista na Constituinte de 1946.

Jover aparecia mais ligado à chamada “*Corrente*”, integrada por vários membros do CC e que tinham uma forte influência em alguns Comitês Estaduais importantes, como os de Minas Gerais, Guanabara, estado do Rio de Janeiro e em vários pontos do Nordeste. Esta “*Corrente*” estará na origem do PCBR, da qual Jover Telles se separará mais adiante para ingressar no PCdoB. (Para muitos, Telles sempre foi militante do PCdoB, só não tendo rompido em 1962 para tentar ganhar futuras dissidências. Quando ele viu que a “*Corrente*” não estava disposta a fundir-se com o partido de Pomar, Grabois e Amazonas decidiu romper com o PCBR, sendo seguido por um pequeno grupo de militantes).

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método – o que aparece nas suas críticas ao “pacifismo” e à “inércia” do PCB – a “*Corrente*” buscava articular uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a “*Corrente*” opunha a necessidade da “guerra popular”, mas igualmente, o próprio “caráter da revolução”, para o PCB antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, era criticado pelos que dariam origem ao PCBR.

Outras dissidências iam a uma direção diversa. Somavam a crítica ao “pacifismo” do “Partidão” à sua visão “etapista” da revolução. Influenciados pelas teses da POLOP e por textos de vários horizontes, como os de Trotsky, Caio Prado Júnior e do economista André Gunder Frank, além dos escritos mais recentes de Guevara, definiam que a “revolução brasileira era socialista”, negando a existência de um feudalismo no país ou mesmo de uma burguesia nacional que fosse, mesmo objetivamente, anti-imperialista.

Além da *Dissidência da Guanabara*, se enquadravam neste campo a *Dissidência Leninista* do Rio Grande do Sul, que rompeu em 1967 levando a maior parte dos militantes do PCB naquele estado, ou grupos de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro.

DINÂMICA CENTRÍFUGA

O processo de esfacelamento do PCB, que a realização do VI Congresso não conseguiu esconder, não teve, no entanto, como contrapartida uma dinâmica convergente dos setores que dele se desprenderam. Foi antes uma tendência centrífuga que se impôs, fazendo com que as diferenças se estabelecessem mais pela referência político-ideológica geral que inspirou os movimentos das frações do que, propriamente, por divergências mais substantivas no enfrentamento das questões colocadas pela conjuntura de 1967-1968.

Mesmo quando as diferenças apareciam como “práticas” – por exemplo, entre os que defendiam uma concepção tradicional de partido revolucionário e os que priorizavam a necessidade de um destacamento militar para iniciar a luta armada, em especial a guerrilha rural – o conflito se deu essencialmente no plano das teses gerais e não de uma prática suficientemente expressiva a partir das referências teóricas.

Como veremos mais adiante, deu-se nesta atomização das esquerdas entre 1967 e 1968 a convergência de dois fatores: de um lado, uma diversa apreciação da conjuntura que vivia o país – ainda que nem sempre esta avaliação fosse expressa – e, de outro, uma distinta relação com a herança política que o PCB havia legado. Distintos ajustes de contas são feitos – mais ou menos profundos –, todos insuficientes, no entanto.

O movimento revolucionário mundial atravessava uma grave crise já naquele momento. Guevara, na sua mensagem à Conferência Tricon-

tinental⁸, denunciara a “solidão” da revolução vietnamita, e ele, também solitário nas montanhas bolivianas, clamara pela constituição de “novos Vietnãs”, a fim de que se pudesse fundar um novo internacionalismo.

Seu projeto fracassaria na manhã de um 8 de outubro de 1967, em Vallegrande⁹, e o Partido Comunista Brasileiro poderia falar então em um “Guevara aventureiro, cego por suas próprias ilusões”.

POR QUE RESISTI À PRISÃO (CARLOS MARIGHELLA)

Os frequentadores do cinema *Eskye-Tijuca*, no Rio de Janeiro, que no sábado, 9 de maio de 1969, tinham ido à matinê para ver *Rififi no Safári*, acabaram tendo maiores emoções do que a medíocre chanchada com Bob Hope poderia proporcionar.

Carlos Marighella, sentindo-se seguido pela polícia e tentando despistá-la, havia entrado no *Eskye*, mas, pouco depois, os agentes irrompem na sala e com luzes acesas davam o “teje preso” ao ex-deputado comunista. Marighella levantou-se e começou a gritar “abaixo a ditadura fascista”, “viva o Partido Comunista”, sendo alvejado incontinenti pelos agentes do Dops que foram prendê-lo.

8. De 3 a 15 de janeiro de 1966 realizou-se em Havana, Cuba, a Primeira Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, conhecida como Conferência Tricontinental. A ela estiveram presentes 483 representantes de partidos, movimentos e organizações políticas e sociais, sindicais, de estudantes, de mulheres, de 82 países, além de alguns organismos internacionais e países socialistas, convidados e observadores. A Tricontinental teve como objetivo estender, para o continente americano, a solidariedade afro-asiática iniciada em Bandung em 1955. Como tal, a Tricontinental buscou ser um movimento não alinhado e de construção de um projeto anti-imperialista do Terceiro Mundo. Ao final da Conferência foi fundada a Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL). No entanto, a organização encontrou dificuldades para prosperar diante da contraofensiva imperialista contra as guerrilhas nos três continentes. Como aconteceu com a OLAS, a Tricontinental se manteve mais com um perfil de órgão de divulgação das lutas e de denúncias do que como uma coordenação real dos movimentos anti-imperialistas (N.E.).

9. Nome da cidade boliviana próxima de onde Che Guevara foi aprisionado e assassinado (N.E.).

Meses depois, o próprio protagonista destes acontecimentos contaria com detalhes o incidente em um pequeno livro: *Por que resisti à prisão*¹⁰.

O interesse do texto do Marighella – hoje uma raridade – vai além, no entanto, da descrição das peripécias de sua prisão e de seu posterior interrogatório. E isto explica, talvez, porque o livro levou certo tempo para receber o *imprimatur* da direção do Partido Comunista.

É que em *Por que resisti à prisão*, editado em 1965, o dirigente comunista expressa determinadas opiniões sobre o comportamento do PCB antes do golpe, que não só não eram compartilhadas por Prestes e pela maioria do Comitê Central, como, naquele momento, estavam no centro de uma polêmica que atingia o próprio CC. No entanto, a crítica de Marighella era ainda moderada, se comparada, sobretudo, com as posições que ele iria adotar publicamente a partir de dezembro de 1966.

Adotando, no fundamental, uma linha geral correta – escreve ele nas últimas páginas – chegamos ao movimento de massas que se desenvolveu sob o governo de Jango e que – sob a bandeira das reformas de base – colocou a nação diante do “Caminho Brasileiro” da Mensagem Presidencial dos idos de março.

Este caminho significava a marcha para as reformas através da pressão pacífica do movimento de massas sobre o Parlamento, por sinal refratário a qualquer mudança de estrutura na base econômica do país. Era um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional.

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os ini-

10. MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. [Rio de Janeiro]: Edições Contemporâneas, 1965, 139 p. Houve, posteriormente, uma nova edição: MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. 2ª ed. São Paulo: Salvador: Brasiliense: Universidade Federal da Bahia; Olodum, 1994, 160 p. (N.E.).

migos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas¹¹.

Defendendo que a “aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira”, Marighella ressaltava que a “liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando-o várias vezes, embora a isso não se seguissem medidas capazes de enfrentá-lo”.

Fazia-se uma apreciação errônea do processo de radicalização política no Brasil, deixando-se de levar em conta que o aparecimento de grupos radicais pequeno-burgueses de esquerda é um fato objetivo – sintoma do descontentamento provocado pela crise social e a ineficiência da ação dos governantes. O único que se impunha – como recurso tático acertado – era aceitar a realidade e, através de uma análise concreta, denunciar a gravidade da situação, tratando de alertar e preparar as massas para resistir ao desencadeamento da reação e do golpe que viria, como veio. Seria uma atitude revolucionária, de luta, a única, aliás, compatível com o exercício de liderança de massas e a conquista da hegemonia¹².

Mais adiante suas palavras tinham um forte componente (auto)crítico:

Havia também falta de clareza e de força (por falta de intensivo e ininterrupto trabalho de base) para levar a termo a frente única e dar desenvolvimento ou consequência à frente de mobilização popular, onde se encontravam os aliados radicais de esquerda, e preponderava a confusão¹³.

11. MARIGHELLA, C. *Op. cit.* (1965), p. 133-134 (N.E.).

12. MARIGHELLA, C. *Op. cit.* (1965), p. 135-136 (N.E.).

13. *Ibidem* (N.E.).

COMO SURGE A ESQUERDA ARMADA BRASILEIRA (OU “A ARMA DA CRÍTICA E A CRÍTICA DAS ARMAS”)

A realização do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em dezembro de 1967, marca um ponto final na crise que sacudia, desde 1964, a mais antiga organização da esquerda do país. A resolução final do Congresso, consagrada à linha proposta pela direção e que havia sido criticada pelos setores mais dinâmicos da organização, consumava o processo de ruptura política e orgânica entre o aparato e os setores contestatários, processo que vinha se desenvolvendo de forma intensa pelo menos nos dois anos que precederam a reunião.

Os quase doze anos que nos separam hoje¹ do VI Congresso não foram capazes de dar respostas mais definitivas sobre sua exata significação, não só para PCB como para o conjunto da esquerda, a menos que nos contentemos com a autocomplacência das avaliações de Prestes e de seus companheiros ou que nos reportemos às críticas isoladas ao PCB que se situam, no fundamental, ainda ao mesmo nível daquelas formuladas às vésperas da reunião.

Para avançar na compreensão desta etapa da vida da esquerda brasileira, fundamental para melhor entender o desenvolvimento dos grupos

1. É importante não esquecer que este texto foi publicado em 1979 (N.E.).

revolucionários depois de 1968 e a própria evolução do PCB, que hoje convoca o seu VII Congresso ², talvez seja necessário examinar as transformações que se operaram na luta de classes depois do golpe no Brasil, a forma pela qual elas foram apreendidas pelas esquerdas e as repercussões que tiveram sobre seu discurso e sobre sua prática. Não é só a realidade política e social do Brasil que se modificou com a chegada dos militares ao poder, mas a própria visão que a esquerda passou a ter desta realidade. Ela será submetida sucessivamente à arma da crítica e à crítica das armas.

O período que vai da derrubada de Goulart, em abril de 1964, à consolidação da ditadura militar, em fins de 1968, ainda que marcado por vacilações por parte das classes dominantes quanto à forma que deveria assumir a dominação burguesa no país, revelou-se decisivo, no entanto, na definição dos caminhos que assumira a acumulação capitalista e, em especial, no tratamento da classe operária.

A dimensão sangrenta que a repressão policial-militar passou a ter especialmente a partir de 1969 tende hoje a obscurecer os mecanismos repressivos antioperários que marcaram os primeiros anos posteriores ao golpe. A nova política econômica fez da compressão salarial um de seus elementos fundamentais, impulsionando uma série de medidas necessárias à aplicação do arrocho, desde uma nova lei de greve até a utilização da Consolidação das Leis do Trabalho para decretar centenas de intervenções em todos os sindicatos que revelavam certa combatividade.

DEPOIS DO COLAPSO DO POPULISMO

Essa repressão que se exerceu sistematicamente contra o movimento sindical teve consequências mais graves na medida em que a

2. Frente ao quadro de disputa interna, iniciado com a saída de Prestes, efetivamente o VII Congresso do PCB, iniciado em dezembro de 1982, quando foi interrompido pela repressão, encerrou-se em janeiro de 1984 (cf. PARTIDO Comunista do Brasil. *Uma alternativa democrática para a crise brasileira: Encontro Nacional pela Legalidade do PCB*. São Paulo: Edições Novos Rumos, 1984) (N.E.).

classe se ressentia, como decorrência do que um sociólogo chamou de “colapso do populismo”³ (e do reformismo), de uma profunda crise político-ideológica.

As agudas condições de exploração que a classe sofreu no seu conjunto, somadas à repressão exercida contra seus setores mais conscientes e combativos e ao quadro de perplexidade que caracterizava a esquerda naquela conjuntura, não contribuiriam para que os trabalhadores tivessem desde o começo um papel destacado na resistência ao regime. Com isto não se quer minimizar as formas de organização de base que se desenvolveram após o golpe e cuja importância poderia ser medida, por exemplo, nas manifestações do 1º de Maio de 1968, em São Paulo, ou nas greves de Contagem e Osasco, no mesmo ano.

O certo, no entanto, é que à cabeça das lutas contra o governo militar se situariam setores das classes médias atingidos pelos efeitos da política econômica e sensibilizados pelos rumos crescentemente autoritários e repressivos que o regime ia assumindo. A ausência de uma tradição de independência e autonomia do movimento operário facilitou que o essencial do debate político-ideológico se desenvolvesse no interior da pequena burguesia, em particular no movimento estudantil, tendo em vista o caráter mais orgânico que este setor da sociedade apresentava.

Sem querer cair num sociologismo vulgar, é necessário ressaltar este componente de classe para explicar porque um importante debate que a crise de 1964 havia suscitado se perderia, primeiro, nas filigranas de uma discussão estratégica e, posteriormente, se diluiria num militantismo que fazia da teoria uma perda de tempo.

É básico destacar, no entanto, que o processo de luta política e ideológica aberto no interior da esquerda brasileira, e que vai encorpar os

3. Referência a IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 236 p. (N.E.).

grupos revolucionários que surgem neste período, está vinculado, ainda que de maneira nem sempre perceptível, à Revolução Cubana e seus desdobramentos na América Latina⁴.

A evolução do processo cubano, especialmente a partir de 1961, e a incidência que ele passa a ter em países como a Guatemala, Nicarágua, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, e mesmo no Chile, Argentina e Uruguai, reabre para a esquerda latino-americana e brasileira a discussão sobre três questões que estavam cristalizadas no seu pensamento, só tendo recebido contestação até então por grupos que, por suas dimensões e significação social, eram claramente marginais.

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Em primeiro lugar, se reabria a discussão sobre o *caráter da revolução* em países como os latino-americanos. Desde, pelo menos, o VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, esta revolução latino-americana era pensada como anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. No que se refere à questão do bloco de classes revolucionárias, pelo menos a partir de 1934, quando se esboça na Terceira Internacional a linha das Frentes Populares, que seria consagrada no ano seguinte, a burguesia nacional passa a ser conhecida como força revolucionária, tese que ganharia uma força especial no pós-guerra quando da vitória da revolução chinesa, apresentada no discurso de Mao como resultante de um bloco de quatro classes⁵. A prática da revolução cubana e o comportamento da burguesia nacional latino-americana suscitavam uma resposta distinta sobre a etapa da revolução no

4. Ver adiante *Linha do tempo, 1959-1967*, p. 385.

5. Tal bloco era composto pelos operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional (N.E.).

continente, o que Guevara exprimiria lapidarmente em sua *Mensagem à Conferência Tricontinental*: “A revolução será socialista ou uma caricatura da revolução”⁶.

Em segundo lugar, a vitória em Cuba e os primeiros núcleos guerrilheiros em vários países, especialmente a situação venezuelana⁷, questionavam as teses que a partir de 1956-1957 começavam a ganhar força no movimento comunista internacional sobre a possibilidade de transição pacífica ao socialismo.

Em terceiro lugar, a revolução cubana era a primeira que se fazia não só sem o Partido Comunista, como, em grande medida, contra ele. Estava posto na ordem do dia, portanto, o problema da vanguarda no processo revolucionário latino-americano.

No Brasil, esses três temas, centrais na crítica e na autocrítica da esquerda pós-1964, se manifestam, no entanto, de forma relativamente marginal ao movimento de massas, o que contribuiu para que a discussão assumia um caráter altamente especulativo. O nível em que os problemas

6. GUEVARA, Ernesto Che. Mensagem à Tricontinental (maio de 1967). In: _____. *Textos políticos*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009, p. 77 (N.E.).

7. Em 23/01/1958 foi derrubada a ditadura do general Marcos Evangelista Pérez Jiménez (no poder desde 1952) por uma ampla coalizão de forças de oposição, inclusive os comunistas. Instalou-se um governo provisório que conduziu o país até eleições gerais realizadas em dezembro daquele ano, que deram a vitória ao candidato da Ação Democrática, Rómulo Betancourt. Embora desde o primeiro momento o novo presidente deixasse claro que não pretendia dar espaço em seu governo aos comunistas, estes atuaram no início do novo governo em consonância com a política internacional de “coexistência pacífica”. A visita de Fidel Castro a Caracas, em 23 de janeiro de 1959, levou a uma aproximação de setores da esquerda venezuelana com o novo governo cubano. Um exemplo disso foi Fabricio Ojeda (1929-1966), jornalista e deputado da União Democrática Republicana (URD) — um dos partidos que compunham a coalizão governamental que sustentava Betancourt. Depois de fazer a apresentação de Castro em discurso na Plaza O’Leary, Ojeda foi convidado para ir a Havana, onde acabou ficando quatro meses. Ao retornar, expressou sua admiração pelo governo de Castro e cobrou de seu partido uma mudança de orientação em defesa do povo e que para tanto deveria deixar o governo. Com o passar do tempo afastou-se cada vez mais de seu partido, e em junho de 1962 renunciou ao seu mandato parlamentar na Câmara dos Deputados e rumou para uma área de centro-oeste país para organizar uma frente de guerrilha das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Processos de adesão à guerrilha como esse de Ojeda ocorreram em outros pontos do espectro partidário venezuelano, inclusive nas fileiras comunistas, e levaram à formação de vários agrupamentos guerrilheiros no país (N.E.).

se colocam não se traduz em uma linha de massas e quando as novas forças de esquerda conseguem abrir caminhos em direção aos trabalhadores, como ocorreu em Contagem e Osasco, elas o fazem a partir de sua visão imediatista de quem vê o capitalismo brasileiro, desde uma ótica catastrófica, à beira do desastre.

Tudo se passa como se em 1964 a contrarrevolução houvesse sido vitoriosa exclusivamente pela debilidade (ou traição) das direções operárias então hegemônicas. Construía-se uma ideia, sem dúvida sugerida por algumas fórmulas de Guevara, de que as “condições objetivas” para a revolução estavam reunidas na América Latina e que faltava somente resolver os problemas dos “fatores subjetivos”, isto é, da vanguarda. É esta visão que está na raiz da hipertrofia que terão no debate os grandes temas estratégicos: caráter da revolução, formas de luta e natureza da vanguarda.

MILITARISMO E DOUTRINARISMO

O vanguardismo decorrente desta visão das coisas pôde expressar-se seja em sua dimensão programática, doutrinária, seja em sua versão pragmática, militarista. A matriz das duas atitudes era, no entanto, a mesma. Ambas, porém, se viam reforçadas pelo oportunismo da política do PCB no que diz respeito às questões de estratégia e tática, por outra parte, pela recorrência aos métodos administrativos que caracterizam a direção do “Partidão” cada vez mais.

A crítica da concepção hegemônica na esquerda sobre a natureza da formação social brasileira e sobre o caráter da revolução já havia sido insinuada nas *Teses da Política Operária* (POLOP) e seriam sistematizadas, sobretudo, nos escritos de Ruy Mauro Marini, circulando então em edições mimeografadas e, mais tarde, reunidos em um livro publicado

no México (*Subdesarrollo y Revolución*)⁸. Muitos destes temas apareciam em outros escritos anteriores ou posteriores a 1964. É o caso de Marcos Peri (pseudônimo de um militar ligado ao PCB) com seu *Perspectiva da Revolução Brasileira*⁹, de Moniz Bandeira com *O Caminho da Revolução Brasileira*¹⁰ e de vários escritos de Octavio Ianni e Francisco Weffort.

Dois autores, no entanto, teriam especial influência na polêmica: Caio Prado Júnior e André Gunder Frank¹¹.

A repercussão dos dois autores estava ligada não só à oposição que se desenvolvia em seus escritos às teses hegemônicas na esquerda brasileira, mas à forma extremamente polêmica de que se revestiam textos como *A Revolução Brasileira*¹², de Caio, ou *O Desenvolvimento Capitalista do Subdesenvolvimento no Brasil* e *O Capitalismo e o mito do feudalismo na agricultura brasileira*¹³, de Frank.

Os dois autores convergiam na negação da existência do feudalismo, ou mesmo de restos feudais na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolviam um tipo de análise na qual era posta em evidência a articulação da burguesia brasileira com o sistema capitalista mundial,

8. Editado pela primeira vez no exterior, no final dos anos 1960, o texto de Marini somente foi publicado, postumamente, no Brasil no século XXI: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012. 270 p. Sobre a trajetória de Marini ver TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005 (N.E.).

9. PERI, Marcos. *Perspectiva da revolução brasileira*. S.L.: Edições Autores Reunidos, 1962, 184 p. (N.E.).

10. BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962, 189 p. (N.E.).

11. Ver adiante “A revolução brasileira de Caio”, p. 74.

12. PRADO Júnior, Caio da Silva. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, 335 p. Esta obra teve várias reedições, sendo a mais recente: PRADO Júnior, Caio da Silva. *A revolução brasileira A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 463 p. (N.E.).

13. FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, São Paulo: FFCLSB; PUCSP, 1967; e FRANK, Andrew Gunder. *A agricultura brasileira: Capitalismo e o mito do feudalismo*. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 51, jan.-fev. 1964, p. 45-67. Ambos os textos acabaram reunidos em uma coletânea de Frank que jamais foi traduzida no Brasil: FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1967 (N.E.).

o que desautorizava quaisquer esperanças em torno das potencialidades revolucionárias da burguesia nacional, ou mesmo de um suposto comportamento anti-imperialista por parte desta.

Ainda que as conclusões de Caio Prado Jr. não encaminhassem necessariamente a um programa revolucionário imediatamente anticapitalista, sua análise, no entanto, era utilizada pelas correntes socialistas como um importante instrumento crítico às posições que por décadas haviam imperado no pensamento da esquerda no Brasil.

A INFLUÊNCIA CUBANA

Para outros setores, no entanto, os aspectos fundamentais a sistematizar a partir das lições da revolução cubana diziam respeito às formas de luta e ao problema do tipo de organização política que deveria substituir os velhos partidos comunistas.

Para estes, a referência essencial seriam os escritos de Régis Debray, um jovem estudante de filosofia francês que se havia deslocado para a América Latina e que sistematizara seus contatos com a revolução cubana e com revolucionários de outros países do continente em dois textos: “O Castrismo – a longa marcha da revolução na América Latina”, publicado pela primeira vez na revista de Jean-Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, e o famoso *Revolução na revolução?*, uma espécie de versão oficiosa do processo cubano apresentada em forma paradigmática para as forças de esquerda de todo o continente¹⁴.

Debray, que seria detido pelos militares bolivianos e envolvido em um rumoroso processo por sua participação na guerrilha dirigida por Guevara, não dava importância à questão do “caráter da revolução”, preferindo enfatizar a necessidade de que um pequeno núcleo de revolucionários constituísse um núcleo (“foco”) guerrilheiro em zona rural, que

14. Ver adiante “A *Revolução na Revolução* de Régis Debray”, p. 77.

centralizaria não só a iniciativa militar contra os exércitos regulares como teria a direção política do processo. A reunião das atribuições militares e políticas em uma só direção, na qual o primeiro aspecto tinha prioridade e de certa forma sobredeterminava o segundo, representava uma ruptura fundamental com a concepção clássica de partido de vanguarda e iria explicitamente ser assumida por duas das organizações mais importantes que surgiram posteriormente ao golpe no Brasil: a ALN, de Carlos Marighella, e a Vanguarda Popular Revolucionária, à qual teria seu nome associado durante um longo período o Capitão Carlos Lamarca.

A problemática da luta armada reapareceria com grande força na esquerda brasileira. Já anteriormente ao golpe de Estado, seja o *PCdoB* sejam as *Ligas Camponesas* haviam realizado alguns preparativos insurreccionais, mas tudo não foi além dos preparativos.

O CASTRISMO FORA DO LUGAR

Posteriormente, após 1964, várias articulações ligadas ao ex-governador Brizola, a “operação Pintassilgo”¹⁵, a coluna do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório ou a “guerrilha de Caparaó”, sem falar na chamada “guerrilha de Copacabana” ou de “Angra dos Reis”, haviam posto na ordem do dia o problema da “via armada”. Estes episódios¹⁶ não se davam articulados ao quadro de modificações político-ideológicas mais importantes na esquerda brasileira que só vai atingir seu auge em 1967-1968.

15. A chamada “Operação Pintassilgo” — uma das várias tentativas de desestabilização do regime pela força das armas que foram apoiadas por Leonel Brizola — tinha como objetivo a tomada da Base Aérea de Canoas e ataques simultâneos a outros pontos do governo gaúcho, como o Palácio da Polícia e a Secretaria de Segurança Pública. A operação foi abortada pelos serviços de informação da ditadura com base em informações de agentes infiltrados no grupo de Brizola, em novembro de 1964, com a prisão, em Porto Alegre, do seu principal articulador, o capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt (1922-2007) (N.E.).

16. Que serão tratados em outros capítulos desta série.

A luta armada, como forma generalizada e central de luta da esquerda brasileira chega ao país quando o modelo castrista que a havia inspirado enfrentava já uma grave crise. Derrotas profundas na Venezuela, Guatemala, Peru e Bolívia. Impasses na Colômbia e uma incipiente articulação em outras zonas. A própria direção cubana refletia sobre seu isolamento político e atitude de Fidel quando da invasão da Checoslováquia denotava uma tentativa de reaproximação política com a União Soviética. O Vietnã havia saído de sua “solidão” por suas próprias forças mediante a grande ofensiva do Tet em janeiro-fevereiro de 1968¹⁷. A classe operária na França e na Itália desmentiam praticamente os mitos sobre seu aburguesamento realizando as mais longas greves da história contemporânea.

Ignorando as experiências históricas latino-americanas, mesmo as mais recentes, a esquerda brasileira se aprestava a repetir muitos dos erros cometidos por aqueles que, na sua ânsia de romper com as teorias e práticas esclerosadas, haviam tentado “tomar os céus de assalto”. A história se repetiria como tragédia.

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA DE CAIO

A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo o pensamento político renovador brasilei-

17. Ofensiva do Tet foi um ataque lançado pelos norte-vietnamitas contra as forças estadunidenses e sul-vietnamitas em 30 de janeiro de 1968, durante a Guerra do Vietnã. A ofensiva recebeu este nome por ter sido desencadeada no Tet Nguyen Dan, o primeiro dia do ano no calendário lunar usado no Vietnã, e o feriado mais importante do país. Os combates duraram cerca de uma semana. Apesar das severas baixas nas forças norte-vietnamitas (cerca de 40 mil mortos, 38 mil feridos e 6 mil presos) o impacto provocado na opinião pública norte-americana foi enorme, pois até então, os estadunidenses diziam que os norte-vietnamitas estavam sendo derrotados e eram incapazes de lançar qualquer operação militar significativa. A partir da Ofensiva do Tet o apoio à Guerra do Vietnã começou a diminuir e os Estados Unidos passaram a considerar a hipótese de negociar uma retirada do país. No ano seguinte, o presidente democrata Lyndon Johnson perdeu a reeleição para o republicano Richard Nixon, o qual prometeu estabelecer uma “paz com honra” no Vietnã. Quando os EUA se preparavam para deixar o país, em 1975, os norte-vietnamitas lançaram a ofensiva final, a Tomada de Saigon, que marcou a derrota definitiva dos estadunidenses (N.E.).

ro, se formulou em seus traços gerais e essenciais na década de 1920 em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes. Isto é, aqueles países e povos submetidos política ou economicamente, em maior ou menor grau, ao imperialismo. O baixo nível de desenvolvimento econômico desses países, bem como sua posição subordinada, os colocava naturalmente em posição especial que fazia impossível a assimilação pura e simples deles aos países de economia capitalista madura e altamente desenvolvida da Europa e dos Estados Unidos; como também aos países de desenvolvimento capitalista médio (Espanha, Portugal, países da Europa oriental). Presumiu-se, então – simples presunção porque não se fundou ou inspirou em nenhuma análise rigorosa e séria dos fatos econômicos, sociais e políticos verificados –, que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais e dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa”, segundo o modelo leninista relativo à Rússia tsarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo. Naquele quadro tão facilmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos dos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se unicamente um toque original, isto é, o anti-imperialismo. “Revolução agrária e anti-imperialista”: eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países. “Anti-imperialista” porque oposta à dominação das grandes potências capitalistas; “agrária” porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em que, em maior ou menor grau, eles ainda se encontravam¹⁸.

18. PRADO Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 45-47 (N.E.).

Não há dúvida que, enquadrados no sistema geral do imperialismo, como atualmente se encontram, o progresso da economia brasileira, e em particular a elevação do seu nível tecnológico e de sua capacidade produtiva pela industrialização, se acham limitados e bitolados por interesses predominantemente estranhos ao país. Não há assim condições, para a nossa economia, de um desenvolvimento capaz de libertá-la das contingências coloniais herdadas do passado e que pesam extremamente sobre a grande maioria da população brasileira. [...]. Não há, pois, que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês anti-imperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária. Nesse assunto estamos bem distanciados do que ocorreu e ainda vem ocorrendo nas colônias ou ex-colônias e dependências do imperialismo na Ásia e na África.

Em suma, embora a burguesia brasileira ou, antes, alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A "burguesia nacional", tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas: quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas a um correlato e igualmente mítico "capitalismo progressista", o apoio das forças políticas populares e de esquerda¹⁹.

19. PRADO Júnior, C. *Op cit.*, p. 189-191 (N.E.).

A REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO DE RÉGIS DEBRAY²⁰

Nunca somos completamente contemporâneos de nosso presente. A história se mostra disfarçada: ela entra no palco sempre com a máscara de cena precedente e nós não reconhecemos nada mais da peça. Cada vez que a cortina se levanta é necessário retomar o fio da meada. A culpa evidentemente não é da história, mas de nosso olhar cheio de memórias e de imagens. Nós vemos o passado sobreposto ao presente, mesmo se este presente é uma revolução²¹.

Com esta preocupação de “libertar o presente do passado”, Régis Debray começava seu polêmico *Revolução na Revolução*, tentativa de pensar, a partir do exemplo cubano, as novas condições de luta revolucionária na América Latina.

A influência que este ensaísta brilhante teve sobre a irrupção de focos guerrilheiros em todo o continente, incluindo as manifestações de luta armada no Brasil, não pode ser exagerada. Mas é certo que suas fórmulas lapidares e engenhosas serviram de arma crítica para aqueles que queriam exercer então a crítica das armas.

Entre outras coisas, Cuba pôs em evidência que a revolução socialista é a consequência da luta armada contra o poder armado do Estado burguês (...)²².

20. Embora o texto de Debray tenha circulado no Brasil desde a época de sua publicação – ou em uma versão em português, editada em Cuba (DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Havana: Casa de Las Américas, 1967) ou reproduzida em versões mimeografadas feitas a partir dessa mesma versão cubana (DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo, mimeo, abril de 1967 [este exemplar se encontra no Fundo Mario Pedrosa do CEMAP-INTERLUDIUM no CEDEM-UNESP]) –, Marco Aurélio Garcia aqui o traduziu a partir da edição francesa. Para facilitar o leitor brasileiro, ao final da indicação da página da edição francesa, colocaremos entre colchetes [] a respectiva página de edição brasileira publicada no início dos anos 1980 (DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s.d.) (N.E.).

21. DEBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique latine*. Paris: François Maspero, 1967, p. 15 [7] (N.E.).

22. DEBRAY, R. *Op cit.*, p. 15 [7] (N.E.).

... está fartamente provado que não se dirige uma guerra de guerrilhas desde o exterior, mas assumindo uma parte dos riscos. É necessário que a mais clara e evidente das direções, num país no qual se desenvolve uma guerrilha deste tipo, abandone a cidade e se incorpore no exército guerrilheiro. É antes de tudo uma medida de segurança que garante a sobrevivência dos dirigentes políticos. Um Partido na América Latina já tomou esta decisão. Este mesmo Partido transformou igualmente seu Comitê Central, substituindo a maioria de seus velhos dirigentes por homens jovens, diretamente ligados à guerra ou à luta clandestina urbana. A reconversão do partido se dá junto com seu rejuvenescimento (...) ²³.

O PARTIDO E A REVOLUÇÃO

De todas as educações requeridas pela guerra de guerrilha, a educação física é fundamental, da mesma forma que a educação moral: as duas vão juntas. Uma perfeita educação marxista-leninista não é, para começar, uma condição imperativa. (...) A aptidão física é a condição de exercício de todas as outras aptidões possíveis: isto é uma trivialidade de aparência pouco teórica, mas a luta parece ter razões que não são de todo conhecidas pela teoria ²⁴.

... a reconversão do partido em um organismo de direção, à altura do momento histórico, impõe-lhe também uma ruptura com a pletera de comissões, secretariados, conferências, congressos, reuniões e assembleias em todos os níveis: nacional, provincial, regional ou local, para citar os mais importantes. Face ao estado de urgência e um inimigo organizado militarmente, tal mecânica se revela paralisante, no mínimo, ou mortal, no máximo. Ela está na origem deste vício deliberativo de que nos fala Fidel, oposto aos métodos executivos, centralizados e verticais combinados com uma grande independência tática dos organismos subalternos, exigida na condução das operações militares. Esta conversão exige, pois, uma suspensão da “demo-

23. DEBRAY, R. *Op. cit.*, p. 107 [81] (N.E.).

24. DEBRAY, R. *Op. cit.*, p. 108 [81] (N.E.).

cracia interna” no Partido e a abolição temporária das regras que a asseguram, aquelas do centralismo democrático. Sendo mais que nunca consciente e voluntária, a disciplina do Partido se transforma em disciplina militar. O centralismo democrático serve para fixar uma linha após a análise da conjuntura, para eleger um Estado Maior de direção, e deve em seguida ser suspensa para que a linha seja posta em prática. Os organismos subalternos se isolam uns dos outros, reduzem ao máximo a maior margem de iniciativa que lhe foi deixada para por em execução a linha geral²⁵.

25. DEBRAY, R. *Op. cit.*, p. 108-109 [81-82] (N.E.).

A TRAJETÓRIA DA AÇÃO POPULAR. AP: DO CRISTIANISMO AO MARXISMO-LENINISMO

A formação da Ação Popular, há pouco mais de 17 anos¹, é um fenômeno extremamente revelador do transe que vivia a sociedade brasileira de fins dos anos 1950 e princípios da década de 1960. A crise econômica e social que se expressa politicamente de forma brutal no episódio da renúncia de Jânio Quadros criava espaços não só para a incorporação de novos contingentes às lutas políticas como punha em evidência uma profunda crise de representação política e ideológica que sacudia o conjunto da sociedade, não poupando sequer as esquerdas.

Não é outra coisa que explica o espaço aberto para a emergência de organizações extraparlamentares, como é o caso da Ação Popular, que reúne em si um duplo fenômeno de contestação. A AP, nascida no interior da Ação Católica, formada no essencial por quadros oriundos das Juventudes Universitária e Estudantil Católicas, é testemunho de um movimento de rebeldia de muitos cristãos – alguns dos quais sacerdotes – para com os aspectos predominantemente conservadores da Igreja no Brasil, que naquele período se mostrava incapaz de responder teórica e praticamente aos desafios de nossa sociedade. Mas o nascimento da

1. Recorde-se que este texto foi publicado em 1979 (N.E.).

AP, como em escalas diferentes o surgimento da Política Operária, das Ligas Camponesas ou o reforçamento do nacionalismo revolucionário, testemunhava, igualmente, a perda de significação relativa da esquerda tradicional no país, em particular do Partido Comunista, a despeito das modificações pelas quais este vinha passando (no fundamental analisadas anteriormente).

A BASE ESTUDANTIL

Como tradicionalmente ocorre na América Latina, o movimento estudantil se revelava extremamente permeável a este processo de eferescência ideológica que se intensificaria, como vimos anteriormente, a partir da vitória da revolução cubana.

Desde 1956 a esquerda passara a ser majoritária na União Nacional de Estudantes e no Congresso de 1960, em Belo Horizonte, um importante grupo de estudantes católicos – na sua maioria militantes da JUC – já se encontram em aliança com o PCB e com grupos independentes de esquerda. Herbert José de Souza, que mais tarde seria um dos fundadores e primeiro coordenador nacional da AP, teria uma atuação destacada no evento, tendo quase sido eleito presidente da UNE. No ano seguinte, no entanto, a eleição de Aldo Arantes para a presidência, no Congresso de Niterói, viria a plasmear uma hegemonia dos então conhecidos como “católicos de esquerda” e que duraria, pelo menos, até o golpe de Estado no movimento estudantil. Aldo Arantes era presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro, entidade que havia lançado, no curso de 1961, um Manifesto no qual vamos encontrar algumas das ideias básicas que estarão presentes na formação da AP. A presidência da UNE, num período de grande animação do movimento estudantil, dava aos jovens católicos de esquerda um precioso instrumento através do qual poderiam irradiar sua influência, fazendo com que suas

ideias chegassem mesmo a regiões onde o pensamento predominantemente conservador da Igreja ainda era hegemônico sobre a juventude.

O NASCIMENTO DA AÇÃO POPULAR

O resultado destas articulações e deste amplo debate que se instaura nos meios católicos desemboca na formação da Ação Popular, em Congresso realizado em Belo Horizonte entre 31 de maio e 3 de junho de 1962.

O documento de convocação do Congresso da AP caracterizava a nova organização como

um grupo ideológico, não confessional... um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade visando a se constituir numa expressão de um pensamento orgânico definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional...

Além de dezenas de jovens, na sua maioria estudantes, participaram do Congresso o Padre Henrique Vaz, considerado como um dos principais, se não o principal, ideólogos da organização, além dos deputados Almino Afonso e Paulo de Tarso, que pouco tempo depois seriam chamados por Jango para desempenhar responsabilidades ministeriais em seu governo.

Cerca de um mês depois do Congresso, a AP lança Vinícius Caldeira Brant para a presidência da UNE, o que vem expressar o reforçamento de suas posições no movimento estudantil. Vinícius, que havia tido uma atuação destacada no Congresso de fundação, seria, por sua vez, sucedido em 1963, por outro militante de Ação Popular na UNE, o então presidente da UEE de São Paulo, José Serra, eleito no XXVI Congresso realizado em Santo André.

O ano de 1963 é também o do I Congresso da AP, reunido em fevereiro, na cidade de Salvador, e que será dominado por duas preocupações fundamentais: o aprofundamento ideológico e consolidação orgânica, ambas urgentes em função do crescimento vertiginoso que a organização experimentara desde o ano anterior.

O aprofundamento ideológico se dá substancialmente na discussão dos pontos que iriam mais tarde integrar o *Documento Base*, texto de referência fundamental da organização, pelo menos até 1967. No que diz respeito às questões orgânicas, além de definir as instâncias nacionais, regionais e locais de direção, o Congresso estabelece as áreas prioritárias do trabalho: sindical-operária, camponês, setores populares, cultura popular, profissionais, político-partidária, estudantil e militar.

O GOLPE DE ABRIL

O golpe militar, reprimindo o conjunto da esquerda, vai influir igualmente sobre as condições de existência e funcionamento da AP. Como em todas as organizações – talvez nela com uma incidência um pouco superior – as novas condições da luta política provocarão certa evasão de quadros, sobretudo daqueles que se haviam incorporado num marco mais institucional de atuação.

A despeito destas dificuldades, às quais se somam certa desorganização que atinge a UNE em 1964 e parte de 1965, a AP se mantém e começa a readaptar-se às novas condições políticas existentes no país. Ela passa a ser sacudida, no entanto, como todo o resto da esquerda, por um violento processo de discussão que vai atingir os fundamentos mesmos de suas opções ideológicas anteriores: começa a conversão da Ação Popular ao marxismo.

Esta evolução ideológica que começa a se insinuar após o golpe de 1964 e que é assumida em 1967² tem mais de uma significação. No documento de convocação do I Congresso, de autoria de Herbert José de Souza,

2. Ver adiante “Um marxismo de Mao e Marx”, p. 92.

a Ação Popular se definia como um “movimento político-ideológico, fundamentado *numa ideologia própria*, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem”.

Esta “ideologia própria”, que buscava diferenciar-se do marxismo e do idealismo, não impedia, no entanto, que a AP se assumisse como “um movimento revolucionário que se propõe formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”.

É a partir desta e de outras formulações políticas – a própria noção de “ditadura do proletariado” não estava ausente dos textos da organização – que alguns dirigentes da AP em princípios de 1967 considerarão a adoção do marxismo como um processo de simples reajustamento da teoria a definições políticas que já haviam sido assumidas anteriormente, pelo menos no plano estratégico e que haviam permitido ao PCB, por exemplo, considerar a Ação Popular como uma organização “esquerdista”.

A INFLUÊNCIA DE MAO

Este processo que muitos caracterizariam como de “transição indolor” da “ideologia própria” ao marxismo seria criticado por alguns dirigentes e militantes apistas que viam nele um escapismo idealista. Estes críticos, influenciados pelos acontecimentos que se estavam desenvolvendo na China, mais concretamente a Revolução Cultural³, denunciavam

3. A Grande Revolução Cultural Proletária, mais conhecida como Revolução Cultural, foi um movimento de radicalização das propostas de combater aos chamados “Quatro Velhos” (velhos costumes, velha cultura, velhos hábitos, velho pensamento) impulsionado por Mao Tsé-Tung e iniciado em 1966. A Revolução Cultural obteve um imenso apoio das massas chinesas, as quais se organizaram nas guardas vermelhas. Ao mesmo tempo em que se acentuou o culto a Mao iniciou-se um processo de radicalização da Revolução Cultural contra setores da burocracia partidária, que tomou um rumo irrefreável e só pôde ser contido com uma vigorosa e brutal intervenção do Exército chinês. Depois disso, o governo chinês determinou o desarmamento e a dissolução da Guarda Vermelha, ao mesmo tempo em que se travavam disputas de grupos pelo poder no interior do Estado. Isto levou ao arrefecimento da Revolução Cultural, que se encerrou em 1976, com a morte de Mao (N.E.).

tal processo de adoção do marxismo como superficial e teoricista. O fundamental não era pensar a “ruptura” entre uma AP anteriormente ideológica e agora se pretendendo cientificamente orientada (a influência dos escritos de Althusser é visível), mas em definir as condições materiais que iriam presidir a revolução política da organização.

Com o retorno de quadros que haviam estado na China e presenciado de perto os acontecimentos da Revolução Cultural, impõe-se a linha da “proletarização”. Para estes, a visão científica da organização só poderia nascer da prática (como ensinava Mao) e esta significava concretamente a incorporação dos militantes à produção. Grande parte dos militantes e mesmo dos dirigentes é enviada aos campos e às fábricas para se ligar ao trabalho produtivo, que é visto como fator gerador de uma nova consciência revolucionária, muito mais do que qualquer discussão teórica.

Ao mesmo tempo, a Ação Popular assumiu os elementos essenciais da estratégia maoista: a priorização do trabalho junto ao campesinato e a necessidade de preparar a guerra popular contra o regime que teria, justamente nas regiões rurais, o seu cenário fundamental.

A CRISE DE 1968

Mas a “virada” maoista da organização não se faz sem resistências, nem expressa, do ponto de vista dos que a defendiam, uma orientação homogênea. Um setor de militantes – alguns dos quais haviam desempenhado um papel fundamental na vida da organização – criticou a linha adotada pelo grupo dirigente, centrando seus ataques em dois pontos: os rumos do processo político-ideológico em curso na AP e as definições estratégico-militares. Esse grupo seria marginalizado posteriormente, dando nascimento ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

A tendência PRT (à qual se associam nomes como os do padre Alípio de Freitas⁴ e do ex-presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant) buscava, como outras tendências de esquerda revolucionária naquele período, formular um projeto, que combinasse uma organização de tipo leninista com aquelas que, na América Latina, se inspiravam na revolução cubana. Esta orientação a aproximará da VAR-Palmares e do Partido Operário Comunista (POC) e as articulações destas três organizações não progridem fundamentalmente pela ação da repressão que desaba sobre as três, em 1970.

Para Jair Ferreira de Sá, o “Dorival”, um dos dirigentes históricos da AP, e que foi um dos impulsionadores da maoização da organização em 1967-1968, coube ao grupo que mais tarde iria formar o PRT o mérito de haver formulado uma crítica à caracterização da revolução brasileira que a AP tinha naquele período.

Em seu recente depoimento a *Em Tempo*⁵, ele assinala que o grupo PRT denunciou justamente a visão de um Brasil semifeudal então dominante na AP, da mesma forma que a separação em etapas do processo revolucionário, ainda que esta separação fosse atenuada pela caracterização “ininterrupta” da revolução.

Mas – prossegue – a discussão acabou sendo desviada de seu centro e perdeu-se em questões que, mesmo importantes, não eram decisivas: a linha militar e o processo de proletarização como fundamento da inflexão político-ideológica da organização.

Nós, os maoístas dogmáticos de então – diz ele autocriticamente – tivemos uma grande responsabilidade em haver contornado a discussão fundamen-

4. Cf. FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso: Memória do tempo da morte civil do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981 (N.E.).

5. TIBÚRCIO, Carlos & SADER, Eder. O Brasil após a anistia restrita: Líder da AP volta à legalidade após 15 anos de clandestinidade. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 81, 13-19/09/1979, p. 6. Este texto apenas reproduz parte desse depoimento de Jair Ferreira de Sá. As citações utilizadas e mencionadas neste texto de Marco Aurélio Garcia não chegaram a ser publicadas posteriormente no *Em Tempo* (N.E.).

tal e feito do problema da proletarização e da linha militar questões que obscureciam o verdadeiro fundamento do debate.

NOVA CISÃO

Mas as tendências maoístas estavam longe de formar um todo homogêneo e esta heterogeneidade não tardaria em manifestar-se. Não são somente as resistências que a nova linha sofre no próprio movimento, mas as bases operárias importantes que a AP mantinha neste período que vão facilitar a revisão do maoísmo para a maioria, provocando a ruptura de outro grupo.

Se é certo que após a partida do grupo PRT há uma momentânea coesão das tendências maoístas e, sobretudo, uma orientação dominante que enfatiza a preparação ativa e imediata da guerra popular, com a consequente priorização do trabalho camponês⁶, não é menos certo que no início da década começa a produzir-se uma série de acontecimentos que vão estar na base da diferenciação política que levaria à cisão de 1972.

As greves operárias de 1968 haviam posto em evidência novas tendências no movimento dos trabalhadores urbanos, ao mesmo tempo em que se fazia difícil encontrar na realidade social aquele camponês revolucionário que havia sido mecanicamente transplantado da China para o Brasil. Por outro lado, o próprio maoísmo passava em escala internacional por transformações que os quadros da AP que viajaram à China neste período se davam conta perfeitamente.

Sem contestar a referência maoísta em si, uma corrente da AP começa a modificar, no entanto, suas posições sobre uma série de aspectos da análise da realidade brasileira, especialmente a caracterização de um Brasil feudal. Indiretamente, o maoísmo começava a ser posto em questão. Paulo Wright, um dos destacados dirigentes da Ação Popular que seria mais

6. Ver adiante "As lições que Mané nos dará", p. 95

tarde assassinado pelos organismos de segurança (oficialmente está “desaparecido”⁷) começaria uma revisão das posições sobre a estrutura agrária, influenciado pelas teses de Gunder Frank, e concluía pela negação de um feudalismo brasileiro, ainda que esta crítica não tivesse significado desde o começo um questionamento da estratégia da guerra popular.

DUAS APS

A particularidade da luta armada que se desenvolve na Ação Popular no começo da década é que ela é extremamente descentralizada, atingindo quase todas as regiões do país, nas bases e nas direções.

Em 1971 se esboça uma trégua entre os grupos em pugna, que se expressa na aprovação de um programa tipicamente centrista que busca conciliar uma orientação mais ortodoxamente maoísta e muito próxima das posições do Partido Comunista do Brasil e as inquietações que se manifestavam na base e em direções quanto à validade da estratégia abraçada em 1967-1968.

A trégua duraria pouco. As contradições se reacendem e culminam com o “racha” de 1972. A situação se complica enormemente, pois as duas facções reivindicam o nome da Ação Popular. O grupo mais próximo do PCdoB, no entanto, não persistirá longamente como AP, apesar de que, segundo o testemunho de muitos militantes, o Partido Comunista do Brasil defendesse a manutenção da Ação Popular como uma espécie de “frente de massas” para a pequena-burguesia.

Antes mesmo de que um grupo da AP formalmente se incorporasse ao PCdoB, este havia desfechado contra aquela organização uma série de críticas em seu jornal clandestino, *A Classe Operária* (número de

7. Preso e assassinado sob tortura pela repressão da ditadura brasileira, em princípios de setembro de 1973, o sociólogo Paulo Stuart Wright (1933-1973) ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 353-354). Para maiores detalhes sobre sua trajetória e seu assassinato ver também WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993 (N.E.).

1971⁸). Apesar de as críticas da *Classe* cobrirem um conjunto de questões ligadas à linha política da AP, o problema central tratado era a proposta da III Reunião Nacional Ampliada da AP (na qual o programa “centrista” havia sido aprovado) que fazia um chamamento ao PCdoB e a outras forças para a formação de um partido revolucionário.

Manifestar-se-ia mais uma vez a clássica resposta do PCdoB a respeito (até hoje repetida), de que não há necessidade de formar tal partido, pois ele já existe desde 1922, logicamente, o próprio Partido Comunista do Brasil. A pretensão da *Ação Popular Marxista Leninista*, como passara a se chamar a AP, parecia totalmente descabida aos olhos do PCdoB, que lhe sugeria o caminho da adesão ao “verdadeiro partido da classe operária”.

A REPRESSÃO

Consumada a divisão que, como veremos mais adiante, proporcionou um substancial reforçamento do Partido Comunista do Brasil, muito débil organicamente naquela época, a APML inicia um processo de balanço político da crise intensa vivida, balanço que é interrompido pela ação dos aparelhos repressivos. Em 1972 mesmo, logo após o “racha”, sobrevêm os primeiros golpes que vão atingir seu ápice em setembro-outubro de 1973.

Importantes e prestigiosos dirigentes da Ação Popular são detidos e vários deles são mortos ou “desaparecem”. É o caso de Paulo Wright, que desenvolvia um importante papel no processo de renovação política da organização. Paulo “desaparece” da mesma forma que Honestino Guimarães⁹, o último presidente da União Nacional dos Estudantes, em

8. A proposta da AP. *A Classe Operária*. S.L., ano VIII, n. 59, nov. 1971, p. 3-4 (N.E.).

9. Preso e assassinado sob tortura pela repressão da ditadura brasileira, em outubro de 1973, Honestino Monteiro Guimarães (1947-1973), estudante de Geologia, ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 355-356). Cf. também ALMEIDA, Betty. *Paixão de Honestino*. Brasília: Ed.UnB, 2016; MONTEIRO, Maria Rosa Leite. *Honestino: O bom da amizade é a não cobrança*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998; _____. *Dois vidas, uma personalidade*. 2ª ed. Brasília: Editorial Itiquira, 1980 (N.E.).

substituição a Jean-Marc Von der Weid (também da AP), preso em 1968 e posteriormente banido. É o caso igualmente de Umberto Câmara¹⁰ e Mata Machado, integrantes da penúltima diretoria da UNE, foram presos em Salvador e São Paulo, mas a polícia apresenta a versão de sua morte em um enfrentamento em Recife. Gildo Lacerda morre na Bahia e sua morte, juntamente com a de Mata Machado, são as únicas que a repressão assume¹¹.

Em fevereiro de 1974, “desaparecem” num ponto no Rio de Janeiro, Fernando Santa Cruz¹² e Eduardo Colier¹³.

Duramente golpeada, vivendo ainda os efeitos de profunda crise político-ideológica, atomizada no país e no exterior, a Ação Popular começa

10. Preso e assassinado sob tortura pela repressão da ditadura brasileira, em outubro de 1973, Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973) ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 354-355) (N.E.).

11. Preso em Salvador em outubro de 1973, Gildo Macedo Lacerda (1949-1973) foi transferido para Recife, onde, após ser assassinado sob tortura, a repressão da ditadura tentou dissimular o crime com um suposto confronto com um militante de sua organização (Paulo Stuart Wright), que teria matado Gildo Lacerda e Mata Machado por serem supostos delatores, tendo Wright conseguido se evadir. Paulo Stuart Wright, como se sabe foi assassinado em São Paulo em princípios de setembro de 1973. Esta narração ficcional foi divulgada com a colaboração da imprensa brasileira na usual estratégia da ditadura para encobrir os assassinatos. Enterrado como indigente, o corpo de Gildo Lacerda jamais foi entregue aos familiares, figurando assim entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 360-362). Ver também LACERDA Filho, Mozart. *Os caminhos, as pessoas, as ideias: A trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006; bem como um relato romancado de sua companheira MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. Esta farsa macabra, como se vê, também vitimou o estudante de Direito José Carlos Novais da Mata Machado (1946-1973). Preso em São Paulo, em outubro de 1973, foi encarcerado e torturado no Dors-SP, sendo transferido para Recife, onde a continuidade das torturas resultou em seu assassinato. Enterrado como indigente, sua família, no entanto, conseguiu recuperar o corpo para o sepultamento (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 360-362) Cf. também: LIMA, Samarone. *Zé: José Carlos Novais da Mata Machado, uma reportagem*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998 (N.E.).

12. Preso e assassinado sob tortura pela repressão da ditadura brasileira, no Rio de Janeiro em fevereiro de 1974, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira (1948-1974) ainda hoje figura entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 371-373). Cf. também ASSIS, Chico de; DUARTE, Jodeval; GILVANDRO Filho; TAVARES, Cristina; JORGE Neto, Nagib; e BRANDÃO; Glória (Orgs.). *Onde está meu filho?* 2ª ed. Recife: Cepe Editora, 2011 (N.E.).

13. Preso e assassinado sob tortura pela repressão da ditadura brasileira, no Rio de Janeiro em fevereiro de 1974, Eduardo Collier Filho (1948-1974) ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 371-373) (N.E.).

lentamente sua longa marcha em direção a uma profunda revisão política, cuja análise é fundamental para compreender suas posições atuais¹⁴.

UM MARXISMO DE MAO E MARX

Ainda que exemplar, a metamorfose da Ação Popular de organização originariamente cristã em um grupo que reivindica o marxismo-leninismo, não é o único caso na América Latina. No Peru o mesmo aconteceu com o grupo Crítica Marxista, no Chile com o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e em quase todos os outros países do continente podem ser registrados episódios semelhantes.

14. Sobre a Ação Popular seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: AZEVEDO, Ricardo de. *Por um triz: Memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena Editorial, 2010; CARVALHO, Sandra Aparecida Portuense de. *Ação Popular em Maudá: Resistência e solidariedade em tempos de ditadura*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017; DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Gráfica Imprint, 2002; DIAS, Reginaldo Benedito. *A cruz, a foice e o martelo e a estrela: A Tradição e a renovação da esquerda na experiências da Ação Popular (1962-1981)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2004; _____. *Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da História da Ação Popular (AP)*. Curitiba: Prismas, 2017; _____. *Sob o signo da revolução brasileira: A experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Ed.UEM, 2003; FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: Uma história da Ação Popular. Vol. 1 - Primeiros tempos*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014; GAVIÃO, Fábio Pires. *“Esquerda Católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. GÓES, Moacyr de. *Sem paisagem: Memórias da prisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1991; JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do mar cinzento*. 2 vols. São Paulo: Casa Amarela, 2000; 2004; MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: Uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989; MARCELINO, Walmor. *Contribuição à História da Ação Popular (AP)*. Curitiba: Quem de Direito, 2005; MELONI, Catarina. *1968: O tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009; OLIVEIRA Júnior, Franklin. *História da Ação Popular*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000; RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: Cristianismo e marxismo*. In: ____ & REIS Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, p. 227-302; ROCHA, Osvaldo. *Rosa negra: Os agrestes também verdejam*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980; SÁ, Karolina Kneip de. *Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015; SANTANA, Cristiane Soares de. *Maoismo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008 (N.E.).

Um traço comum em quase todos estes exemplos é que a chegada ao marxismo se fez via o pensamento de Mao Tsé-Tung, especialmente a partir da eclosão da Grande Revolução Cultural Proletária na China, na década de 1960. Outra particularidade é a influência que alguns escritos do filósofo francês Louis Althusser exerceram neste processo, particularmente aqueles textos nos quais o autor de *Pour Marx* reivindica uma filiação às ideias de Mao e Stalin, como é o caso de *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético e Marxismo, Ciência e Ideologia*, este publicado no Brasil, com uma introdução de Duarte Pacheco Pereira¹⁵.

Entre 1966 e 1967 vários estudantes latino-americanos, dentre os quais alguns brasileiros, haviam constituído em Paris um grupo de estudos orientado por Althusser. Este grupo, em certa medida, teria sua influência na metamorfose da Ação Popular. Ele era integrado também por uma estudante chilena, igualmente de origem cristã e ex-militante da Ação Católica, Marta Harnecker. Anos mais tarde ela se notabilizaria pela publicação de um manual, *Los conceptos elementales del materialismo histórico*¹⁶, hoje com mais de 40 edições, nas quais dezenas de milhares de jovens latino-americanos tomaram seu contato com um marxismo que, aos olhos de muitos, aparecia excessivamente sistematizado e no qual a dimensão da luta de classes era escamoteada, como a própria Marta reconheceria nas revisões que fez de seu livro.

15 . Trata-se da apresentação sem assinatura ao livro *Marxismo segundo Althusser*. São Paulo: Sinal, 1967. Este livro abrange artigos de Louis Althusser (*Théorie, pratique théorique et formation théorique. Idéologie et lutte politique*, traduzido sob o título *Marxismo, ciência e ideologia*) e do frei franciscano Raymond Domergue (*O marxismo é um humanismo?*), cf. informação em PINHEIRO, Jair (Org.). *Ler Althusser*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016, p. 236 (nota 2) (N.E.).

16. Cf. HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1983 (N.E.).

Na transformação específica da Ação Popular em organização marxista, duas concepções se chocaram. A primeira, mais althusseriana, partindo do anticapitalismo que a AP reivindicou desde o início, apesar de sua filiação filosófica não marxista, apresentava a adoção do marxismo como referência ideológica como um processo de passagem da ideologia à ciência, do ilusório ao verdadeiro. É evidente que esta modificação de horizonte teórico-político aparecia fundamentalmente como o exercício de uma nova *prática teórica* (para ficar ainda na terminologia althusseriana) que permitia desembaraçar-se das ideias de Teilhard de Chardin, Emmanuel Mounier e outros pensadores católicos. O maoísmo desta corrente era mais próximo de escritos como *Sobre a prática* e *Sobre a contradição* ou dos exercícios filosóficos de Stalin.

Para o outro grupo, mais impactado pela realidade concreta da Revolução Cultural na China, o marxismo significava sobretudo o “direito à rebelião”, mesmo que esta se fizesse contra um Estado socialista ou contra o Partido Comunista, como acontecia diariamente no período da Revolução Cultural.

O marxismo de Mao – nos diz Jair Ferreira de Sá, dirigente da AP que se encontrava naquele período na China – aparecia como uma resposta concreta à crise do marxismo, ao mesmo tempo em que enraizado numa realidade nacional e profundamente didático.

Mas o próprio desenvolvimento da situação chinesa – insiste Jair – e, sobretudo, as tentativas de aplicar o modelo estratégico maoísta no Brasil mostraram os inconvenientes de chegar ao marxismo de trás para diante, isto é, Mao a Marx. O pensamento de Marx se havia codificado – como bem ilustra o *Livro Vermelho*¹⁷ – e toda a riqueza que

17. *O Livro Vermelho* ou *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung* ou ainda *O Pequeno Livro Vermelho* é uma coletânea de citações de Mao Tsé-Tung (1893-1976), organizada por Lin Piao (1907-1971), então ministro da Defesa de Mao, e publicado pela primeira vez em 1964 (N.E.).

ele podia ter para a prática política na China se perdia na medida em que começava a se transformar numa escolástica no Brasil.

AS LIÇÕES QUE MANÉ NOS DARÁ

Dia 8 de outubro Manoel da Conceição¹⁸ estará chegando de volta ao Brasil, depois de passar mais de três anos no exílio. Com 43 anos, este camponês de Pirapemas, pequena cidade do Maranhão, é talvez um dos mais combativos militantes que a Ação Popular teve em sua história, sendo um testemunho vivo da ampla base que esta organização conseguiu ter nos mais variados setores da sociedade brasileira.

Já aos nove anos Manoel trabalhava na pequena oficina em que seu pai produzia utensílios agrícolas e, mais tarde, ele vai se incorporar, como trabalhador itinerante, mais diretamente às atividades rurais. Nestas suas andanças, inerentes à condição de trabalhador rural no Maranhão, Mané aprofunda sua visão da brutal realidade social de seu estado, uma das zonas mais pobres do mundo e vai forjar este comportamento combativo que marcou toda sua vida. É esta combatividade que levará Manoel à prisão em 1964, quando sua atuação destacada o transforma em alvo da repressão que se abate no Nordeste sobre o movimento camponês. Manoel assumirá a direção do sindicato de Pindaré, pois o antigo presidente não se sentia com coragem para conduzir a luta de resistência dos camponeses contra as constantes invasões de suas roças pelo gado.

18. Cf. as memórias de Manoel da Conceição: SANTOS, Manoel da Conceição e SOARES, Paula Elise Ferreira e ANTUNES, Wilkie Buzati (Orgs.). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Ver também CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil, 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 115-123 (N.E.).

De volta de São Luiz, aonde fora buscar apoio para seu sindicato, Manoel o encontra sob intervenção, ocupado pela polícia. Ele, então, é detido.

Em 1968, novo conflito e, desta vez, Manoel será baleado, devendo amputar uma perna para salvar a vida. Sua combatividade ficará inalterada, o que lhe significará uma nova e desta vez mais demorada prisão em 1972. Libertado em 1975, é preso em 1976, em Osasco, cidade na qual buscava estabelecer maiores contatos com o movimento operário. Seus companheiros são unânimes em recomendar-lhe que saia do país, o que ele faz a 11 de março de 1976, quando viaja para Suíça.

No exterior, Manoel desempenhou um importante papel, proferindo dezenas de conferências sobre a situação do campesinato brasileiro, explicando em forma paciente e cordial – conforme seu estilo – as brutais condições de exploração em que vive este esquecido homem do campo brasileiro.

Participando nas atividades da oposição sindical no exterior, Manoel da Conceição foi um defensor intransigente de um sindicalismo independente e combativo.

Apresentando-se, entre modesto e irônico, como “oficialmente um analfabeto” Mané mostrou-se, no entanto, como o protótipo deste novo intelectual que as lutas de classes revelaram em nosso país, mesmo nestes anos de contrarrevolução.

Sua visão do movimento social, em especial do movimento camponês, pondo ênfase na autonomia da classe frente ao Estado e em sua independência frente às formas de organização partidária, dão

ao pensamento de Manoel da Conceição uma grande atualidade e significação para a atual conjuntura que vive o país.

Tendo saído do Brasil no momento em que a organização à qual estava vinculado enfrentava os duros momentos de sua reconstrução depois de uma aguda crise interna e de uma forte repressão, Manoel será sem dúvida objeto da atenção daqueles que chegaram à AP recentemente e que têm deste seu ex-militante a visão transmitida pela legenda.

É mais do que seguro que o diálogo que se possa estabelecer entre os que hoje, dentro e fora da AP, se incorporam às lutas políticas terá mais do que um significado de vista ao passado. Mané não é uma figura ultrapassada, um nostálgico das lutas de ontem. Independentemente das respostas que dê aos problemas, o que importa é que os problemas que ele coloca são hoje centrais para a reflexão dos revolucionários.

DA CRÍTICA AO MAOISMO DA AP NASCE O PRT

O processo de transformação da Ação Popular em uma organização marxista-maoista, em 1967, vai ter duas consequências internas. Em curto prazo, setores da militância que se opunham às definições estratégicas que a organização adotara ou aos métodos de “proletarização”, acabarão por ser expulsos entre setembro e outubro de 1968; é a partir deste grupo que se constituirá o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT, no início de 1968. Em longo prazo, a lógica da maoização empurrará uma parte importante da militância para uma aproximação com o PCdoB, que, apesar de estar atravessando naquele período uma situação de relativo isolamento, era reconhecido como “organização irmã” pelo Partido Comunista da China.

Os pontos de conflito eram múltiplos e dentro do quadro político-ideológico de 1967-1969 no Brasil seria normal que problemas como o caráter da sociedade brasileira, definição das alianças de classes e a natureza mesma do processo revolucionário assumissem o centro do debate. A própria crise do Partido Comunista Brasileiro, que naquele momento sofria a mais importante sangria de sua história, esfacelando-se em várias tendências, havia posto em evidência a importância das correntes socia-

listas na nova esquerda. Muitas delas – a Dissidência do Rio Grande do Sul e o grupo que daria nascimento ao MR-8, em forma explícita, e o PCBR, de maneira mais difusa – caracterizavam a sociedade brasileira como capitalista e colocavam o socialismo na ordem do dia, sem falar na opção por uma estratégia militar que se aproximava mais do modelo cubano do que das teses da guerra popular chinesa.

A verdade, no entanto, é que esta polêmica, na qual as questões propriamente de tática pouco apareciam ou figuravam como puras deduções intelectuais de posições estratégicas, se perdia, não raro, em discussões sobre funcionamento interno, critérios de militância e temas ideológicos mais gerais. Afinal, não é a primeira vez na história da esquerda que as questões adjetivas assumem predominância sobre os problemas substantivos, ou, dito de outra maneira, que os problemas de fundo se manifestam através de questões de método.

As histórias da AP e do PRT não fogem a essa regra.

AS DUAS POSIÇÕES E OS SEIS PONTOS

Assim, o debate interno se desenvolve em dois planos.

Por uma parte, o grupo que diverge da orientação impulsionada pela direção da AP – e que em realidade não tem características de grupo no início – se recusa a aceitar a linha da “proletarização” e com isto configura um caso prático de indisciplina. De outra parte, ele expressa no documento *Duas Posições* a crítica dos *Seis Pontos* da AP, que formalizava a adesão desta aos pontos essenciais da análise e da estratégia maoista: Brasil semifeudal, revolução democrática popular, bloco de quatro classes¹, incluindo a burguesia nacional e no qual o campesinato era a força principal, guerra popular tendo o campo como cenário fundamental.

1. Este bloco era composto por operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional (N.E.).

Outra questão, que, não sendo a decisiva, passaria a ter significação na polêmica é a da situação do movimento comunista internacional. Os divergentes que formarão o PRT tendiam a privilegiar uma política de aproximação com a OLAS enquanto para a direção da AP a OLAS e Cuba não passavam de “braço esquerdo do revisionismo soviético”, além de adotar uma posição tibia na questão da polêmica URSS-China. O próprio relacionamento com a revolução vietnamita divide as opiniões e a divisão aparece por vezes em forma sutil. Subitamente, a direção da AP resolve modificar a palavra de ordem que era inscrita em todos os muros por seus militantes, “Vietnã Vencerá!” por “Vietnã Vencerá na Luta!”. A explicação era muito simples: a direção apista denunciava o “deslize revisionista do grupo dirigente vietnamita que havia decidido sentar-se à mesa de negociações em Paris...”.

EXPULSÕES

A crise chega a seu auge, no entanto, quando o documento *Duas Posições*, que expressa as opiniões dos divergentes, é lido durante a Reunião Nacional Ampliada, assistida por cerca de 30 dirigentes. A reação oficial é imediata e dois de seus signatários presentes são expulsos na própria reunião, ficando impedidos de assistir o resto do encontro e só não sendo retirados do “aparelho” por razões de segurança.

As medidas disciplinares começam, nas semanas seguintes à reunião, a se multiplicar. Vinícius Caldeira Brant, então responsável pelo jornal da AP é não só sancionado como passa a ser o alvo principal da direção oficial. Os dissidentes começarão a ser tratados como Grupo Oportunista e Provocador de Rolando (GOPR). Rolando era o nome político de Vinícius. As medidas se estendem, igualmente, às regiões onde os dissidentes tinham posições mais ou menos fortes. No Regional de Brasília e Goiás as sanções são generalizadas, a começar pela expulsão de seu res-

ponsável, o padre Alípio de Freitas. No Regional do Rio Grande do Sul, o seu responsável Altino Dantas Júnior não chega sequer a se reunir com os demais membros. De volta da Reunião Nacional Ampliada ele encontra representantes da direção nacional já contatando a militância. Convocado para uma reunião na qual deveriam ser discutidas as divergências, um militante oficialista o recolhe num ponto em um automóvel e depois de rodar algumas quadras intima-lhe que desça. Altino relembra o incidente concluindo que foi “expulso em um Volkswagen”...

O NASCIMENTO DO PRT

Consumadas as expulsões, a AP tenta estabelecer um verdadeiro cordão sanitário entre os dissidentes e a organização para frear manobra de captação de militantes. A própria *Resposta a duas posições*, na qual a direção fustiga o “Grupo Oportunista e Provocador de Rolando”, não chega a ser conhecida pela totalidade dos dissidentes.

Começa, então, um período de elaboração política e de contatos buscando dar continuidade às precárias articulações feitas antes das expulsões, sobretudo uma reunião anterior à Nacional Ampliada na qual haviam participado dissidentes desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão.

As conclusões do processo de elaboração iriam aparecer nas 100 páginas do número um (em realidade o único que foi publicado) da revista *Revolução Proletária*, em janeiro de 1969. Nela se pode ler o projeto de Programa da organização, um artigo sobre a Revolução Proletária e a Ditadura do Proletariado, o projeto de estatutos e considerações sobre as condições para o desenvolvimento e a vitória da guerra revolucionária.

Sem chamar-se PRT, este começa a existir praticamente desde esta época, princípios de 1969, formalizando sua constituição em setembro, quando realiza seu Congresso, elege uma Comissão Executiva Provisória, aprova seu programa e estatutos.

BASE CAMPONESA

Não deixa de ser curioso que uma organização cuja marca fundamental era “obreirista” tenha conservado significativas bases no campo quando do rompimento com a AP. É particularmente o caso de Goiás, aonde o próprio dirigente camponês e ex-deputado Jose Porfírio adere ao PRT².

Mas o centro das iniciativas da pequena organização que nasce será mesmo o meio urbano; mais ainda: o PRT começa a progressivamente ser envolvido pela dinâmica militarista. As ações armadas haviam sido inicialmente definidas como simples meio de obtenção de recursos financeiros, sem que tivessem sido contempladas iniciativas de caráter mais estratégico ou atos de propaganda armada, por exemplo.

Em abril de 1970, o assalto a um supermercado em São Paulo (todas as ações do PRT se fazem nesta cidade) dá início à atividade militar da organização. Outras se sucedem e se produz uma aproximação natural entre o PRT, a VAR-Palmares e o Partido Operário Comunista (POC). Esta convergência, ainda que se visse facilitada por uma proximidade real da linha política das três organizações, teve na atividade militar sua expressão maior. Era a época da *Frente Armada*, e o PRT, como outros grupos, acabara por se integrar nela.

O CINTO E A GRAVATA

Maior de 1970. Alípio de Freitas é preso, da mesma forma que outros militantes do PRT no Rio de Janeiro. A repressão chegara até ele através de um conhecido delator e colaborador de uma organização com a qual o PRT mantinha relações e que havia sido preso e totalmen-

2. Ver adiante “Onde está José Porfírio?”, p. 108.

te desmoralizado na tortura³. Em agosto de 1970, Vinícius cai, em São Paulo, num ponto com um dirigente de outra organização da Frente. O anel de ferro da repressão vai se estreitando e chega a seu final em maio de 1971. O último dirigente importante, Altino Dantas Júnior, é preso em seu aparelho, delatado por um militante preso horas antes. A polícia nunca admitiu que a delação houvesse ocorrido, mas, ao chegar ao Dops, Altino pôde ver em cima da mesa um cinto e uma gravata que ele havia dado de presente, pouco tempo antes, ao homem que deu seu endereço à polícia.

Sem que todos os militantes tivessem sido presos, o PRT desaparecia como organização. A vigência de suas posições se manteria, sobretudo dentro da Ação Popular, naquele momento enfrentando uma luta interna com os que propunham o ingresso no PCdoB. Os que na AP viveram aqueles dias, mesmo em posição distinta da defendida pelo PRT, sublinham hoje a importância das teses expostas no *Duas Posições* e nas páginas de *Revolução Proletária*, para a virada antimaoista que a organização daria nos anos 1970.

3. Em suas memórias, Alípio de Freitas identifica o seu delator como sendo “João Ferreira da Silva, ex-sargento cassado da Aeronáutica, que, do primeiro ao último dia de sua prisão (durante quase oito anos), colaborou ativamente com os Órgãos de Segurança, a polícia e os diretores de todos os presídios por onde passou” (FREITAS, A. de. *Op. cit.*, p. 26) (N.E.).

ALTINO: DE MATO GROSSO AO PSB, À UNE, À AP E AO PRT

No dia em que o presidente Eisenhower chegava ao Rio de Janeiro, em 1960, o jovem Altino Rodrigues Dantas Júnior se encontrava em frente ao prédio n. 132 da Praia do Flamengo, então sede da União Nacional dos Estudantes, e pôde ver, quando o carro do dirigente norte-americano passou por ali, o desfaldar de uma enorme faixa aonde se lia: *We like Fidel Castro*. Os estudantes respondiam à sua maneira à grande campanha publicitária organizada pelo governo Juscelino Kubitschek para recepcionar o presidente norte-americano e que inundara a então capital federal com cartazes aonde se podia ler *We Like Ike*, isto é “*Nós gostamos de Ike*”, apelido pelo qual era conhecido o então ocupante da Casa Branca.

Esta imagem acompanhou de tal maneira Altino em sua vida que, aos poucos minutos de uma conversa que mantivemos quatro dias após sua libertação do presídio do Barro Branco, em sua casa, ele a evocaria, para lembrar igualmente o impacto que teve sobre a sua (nossa) geração a Revolução Cubana. Um ano após este mato-grossense do sul – nascido em 1939 em Campo Grande – chegava a São Paulo e, pouco tempo depois, começava sua militância no pequeno e combativo Partido Socialista Brasileiro. Esta militância vai levá-lo a uma breve experiência de prisão

em agosto do mesmo ano. Altino se insurgia contra a tentativa de golpe de Estado que buscava impedir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Em 1964 Altino ingressa na Faculdade de Direito de Santos. É lá, como calouro, que o golpe vai apanhar este militante socialista que permanecerá fiel ao PSB até o dia de sua extinção em 1965, com o Ato Institucional nº 2. Os tempos eram outros, no entanto. A UNE começava a reorganizar-se e Altino vai ter uma participação destacada neste processo. Em 1965 ele é eleito para a diretoria da entidade – a primeira escolhida depois do golpe. Mas esta diretoria acaba por desagregar-se e Altino, um dos poucos que fica, vai se encontrar como presidente do Congresso clandestino de 1966, em Belo Horizonte, quando passa seu cargo para José Luís Guedes.

É neste período que se dá sua aproximação com a Ação Popular, como ele nos conta em sua entrevista, aproximação não isenta de contradições, pois ele, marxista, entrava para uma organização ainda considerada cristã. Mas viver situações contraditórias não era algo novo para Altino. Com 11 anos, para escândalo de sua família udenista, ele se pronuncia partidário de Getúlio Vargas, que naquele ano disputou e venceu as eleições presidenciais. O único que foi condescendente com esta ovelha negra familiar foi seu pai, um general de Exército que sofrera influência das ideias progressistas do Padre Lebret e de Tristão de Ataíde e a cujo enterro ele assistiria anos mais tarde algemado, cercado por policiais armados de metralhadoras e vestindo o uniforme da penitenciária onde estava cumprindo os 93 anos de prisão aos quais fora condenado em diversos processos.

O conjunto destes processos como que reconstitui sua arqueologia política. Cada “crime” é um período de sua vida: a UNE, a Ação Popular e, finalmente, o PRT, dissidência da AP, aonde ele desempenhava as funções de encarregado militar. Sua prisão, a 13 de maio de 1971,

marca praticamente o fim desta organização. Anteriormente, o PRT já havia sofrido duros golpes repressivos.

Ao ser solto do presídio do Barro Branco suas primeiras iniciativas foram no sentido de prosseguir esta incansável luta pela anistia ampla geral e irrestrita e continuar a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, ele que tanto viveu em seu corpo a repressão e que pôde pessoalmente testemunhar entre outras coisas o ocorrido com Edgard de Aquino Duarte e com o ex-dirigente sindical Aluísio Palhano, ambos oficialmente “desaparecidos”⁴.

Seu depoimento que publicamos⁵ e toda uma série de precisões importantes que deu sobre sua organização e sobre a esquerda em geral são significativo elemento para este trabalho de reconstituição da história recente de nossa esquerda.

Na linguagem descontraída de Altino se combinam a preocupação de bem precisar posições políticas com o detalhe pitoresco (o “folclore”, como ele diz) que serve para iluminar com luz diversa fatos que o puro enquadramento analítico achata. Sua discrição não impede de discorrer em forma franca e com desassombro crítico e autocrítico sobre questões que muitos hoje pretendem, em nome de duvidosas razões, silenciar.

Vê-se bem que estamos diante de um homem que compreendeu, como Gramsci, que a verdade é sempre revolucionária.

4. Edgard de Aquino Duarte (1941-1973), militar, exilou-se após o golpe de Estado de 1964, retornando ao Brasil em 1968. Viveu na clandestinidade, mesmo sem militância organizada, até 1971, quando foi preso pela repressão da ditadura em junho, na cidade de São Paulo. Depois de passar por vários centros repressivos, em São Paulo, Brasília, Goiânia, sendo sempre torturado, foi vista pela última vez nos porões da polícia política de São Paulo, permanecendo até hoje como “desaparecido”, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 344. Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (1922-1971), bancário, exilou-se após ter seus direitos políticos cassados pelos golpistas de 1964, em razão de sua condição de principal dirigente sindical de sua categoria no país. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1970. Preso em maio de 1971, em São Paulo, acabou assassinado sob tortura e permanece até hoje entre os “desaparecidos”, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 159-160 (N.E.).

5. Ver adiante “A luta interna vista por dentro (Entrevista com um dos fundadores do PRT)”, p. 109.

ONDE ESTÁ JOSÉ PORFÍRIO?

José Porfírio é o protagonista de um dos episódios mais importantes da história das lutas camponesas no Brasil. Nos anos 1950, ele dirige a luta armada dos camponeses de Formoso, em Goiás, contra a ação da Polícia Militar que queria expulsá-los de suas terras. Particularidade do episódio: Zé Porfírio e seus companheiros são vitoriosos e podem desenvolver o que mais tarde seria conhecido como a “República de Formoso”, esta interessante experiência de vida comunitária, praticamente desconhecida no país.

Em 1962, ele é eleito deputado estadual, principalmente com o apoio do campesinato. Em 1964 tem seu mandado cassado pelo Ato Institucional e começa a aproximar-se da Ação Popular, dela saindo na cisão que formou o PRT.

Preso em 1971 e libertado em 1972, ele almoça com seu advogado no dia de sua saída da prisão, em Brasília, informando-lhe que iria naquele dia para Goiânia.

Depois disso, nunca mais foi visto, tendo sido infrutíferas, até hoje, as buscas de seu filho⁶.

6. O trabalhador rural José Porfírio de Souza (1913-1973), assim como seu filho Durvalino, se encontram ainda hoje entre os “desaparecidos” pela ditadura (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 345-346). Ver também ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas, a guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Goethe, 1985; BARBOSA, Licínio. *Trombas: A rebelião do campo em Goiás*. Goiânia: Século, 2007; CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil, 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 223-226; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007 (N.E.).

A LUTA INTERNA VISTA POR DENTRO (ENTREVISTA COM UM DOS FUNDADORES DO PRT)

Quando Altino Dantas Júnior decide, em 1966, ingressar na Ação Popular, ele está convencido de que esta organização de origem cristã⁷ poderá vir a converter-se ao marxismo e esta convicção pesará decisivamente na formalização de seu ingresso, em princípios de 1967.

Reivindicando o marxismo, Altino enfrentará dificuldades já em seus primeiros momentos na AP, quando suas opiniões se chocam com as dos militantes de origem cristã.

Eu comecei a militar em uma base que fazia trabalho em Osasco – nos conta ele – e já desde o início deixei clara a minha oposição ao *Documento-Base* da organização, que se pretendia equidistante do marxismo e do idealismo. Isto foi o suficiente para que alguns militantes pedissem minha expulsão e o incidente só foi contornado pela intervenção do assistente de direção, que procurou relativizar minha divergência, aludindo, entre outras coisas, à existência de “diversos marxismos”.

Mas o certo é que já naquele momento, a AP começava a operar sua transição de organização cristã – ainda que não confessional e politicamente com definições anticapitalistas – a uma organização que reivindicaria não só o marxismo, como sua variante maoista.

Já em 1967, Altino se mostrava inquieto com os rumos da transição que a organização experimentava.

“O processo de conversão foi mecanicista – diz – e não explica porque a Ação Popular optou pelo maoismo. Mas esta opção não se fez sem encontrar profundas dificuldades nas bases, contribuindo para uma

7. Ver o capítulo anterior “A trajetória da Ação Popular. AP: Do cristianismo ao marxismo-leninismo”, p. 81.

enorme deserção de quadros.” Altino estima que dos cinco mil militantes que a organização tinha no começo do processo de discussão restaram umas poucas centenas quando a transição se consumou.

Esta forma mecanicista do processo de conversão da organização se revestia de aspectos grotescos, como por exemplo, a exigência que se fazia a muitos militantes de que realizassem uma “autocrítica de Deus”, isto é, que assumisse explicitamente a ruptura com sua consciência religiosa passada.

“Muitos de nós nos opúnhamos à forma pela qual as coisas estavam sendo feitas dentro da AP, mas, envolvidos excessivamente em nossas frentes de massa, não fomos suficientemente firmes em nossa oposição”, afirma Altino, fazendo ele também sua autocrítica. E continua: “É por esta razão que tudo ocorreu como se fosse uma simples troca de religião. A Ação Popular deixava a religião cristã para abraçar a religião do maoísmo”.

Para dar uma ideia do processo, Altino relembra um episódio ocorrido no Rio Grande do Sul, em uma reunião de formação de quadros operários. Havia chegado ao estado um representante da direção nacional, um dos seus melhores quadros e que mais tarde teria, inclusive, um papel importante na luta contra os excessos do maoísmo na AP. Naquela ocasião, no entanto, o dirigente manifestou sua estranheza quando soube que na aula prevista para a escola de quadros não havia nenhuma referência bibliográfica do presidente Mao e que os textos eram integralmente de Lênin. Altino explicou que os escritos de Mao entrariam na discussão sobre as questões militares, mas as coisas não ficaram por aí. Antes que começasse a reunião de formação, o dirigente tirou de seu bolso um livro vermelho de pensamentos de Mao Tsé-Tung e leu alguns trechos. Altino se lembra do espanto de um operário que não se conteve e disse já ter abandonado a Bíblia há muito tempo.

A influência do maoísmo era limitada no início – prossegue – e se chocava mesmo com muitas de nossas posições como, por exemplo, a análise que fazíamos da sociedade brasileira, como capitalista, e a conclusão a que chegávamos acerca do caráter socialista da revolução.

Estas posições seriam criticadas pelos chineses e os companheiros que em 1967 foram fazer cursos de formação em Pequim e sofreram grandes pressões nesta direção. Somente depois de haver abandonado nossas posições sobre a sociedade brasileira e de haver aceito o caráter semifeudal do Brasil é que puderam realmente iniciar seus cursos de formação.

Começa, então – continua –, um processo de transposição mecânica das práticas em curso na China. Chegaram a criar mesmo uma espécie de “guarda vermelha” no interior da organização, o que veio a se chamar de *Vanguarda Interna*.

A Vanguarda Interna (VI), que tinha sua base na Comissão Nacional Estudantil da Ação Popular e funcionava como uma espécie de poder paralelo dentro da estrutura partidária com o propósito de “levar a organização adiante”, acabava por romper as normas da compartimentação, pretendendo estar presente em todos os setores supostamente não ganhos para as novas ideias que atravessavam a AP.

Os pequenos desencontros vão se transformar em choque aberto quando a AP adota a linha da “proletarização”, isto é, decide que todos os militantes devem não só ligar-se a uma atividade produtiva, como “viver exatamente como o proletariado”.

Altino aí nos conta histórias extremamente reveladoras do clima reinante, a começar pela sua própria:

A mim foi exigido que fosse morar numa casa sem luz e sem água encanada. Os eletrodomésticos, quaisquer que fossem, eram os símbolos da degenerescência burguesa. Isto teria consequências terríveis para a organização – continua –; não raro configurava situações de uma absoluta falsidade. Houve gente que se fantasiava de caipira para melhor se integrar em zonas rurais, segundo pensavam. Até remendos falsos em roupas foram pregados para atestar mais pobreza.

Altino e os outros que dariam origem ao grupo PRT se negaram a aceitar as condições que a direção queria impor e contra-argu-

mentavam: “em vez de proletarizar nossa organização, o que vamos fazer é levar hábitos pequeno-burgueses para operários e camponeses”. Incidentes dos primeiros tempos da “proletarização” confirmavam as teses do grupo oposicionista. Uma militante de origem pequeno-burguesa, cuja identidade Altino não revela, foi trabalhar na linha de montagem da Philips. Pouco tempo depois ela realizou vários contatos com operários, propondo-lhes discussões fora da fábrica. Os operários apareciam invariavelmente endomingados nos contatos e com propostas nada polidas à jovem.

Tivemos que explicar para ela – diz Altino – que os operários também trepam...

Há ainda o caso de um jovem militante que, indo trabalhar numa indústria têxtil, contava as emoções estéticas que lhe provocava a incidência dos raios solares na hora do crepúsculo sobre a poeira que infestava o ateliê.

“Ele ficou perplexo” – conta Altino – “quando lhe dissemos que aquela poeira era responsável por doenças pulmonares que vitimavam centenas de operários”.

O ritmo tomado pelo processo de proletarização, mas, sobretudo, nos diz Altino, a inflexão política definitiva que a organização assume – concepção da revolução como democrática popular, dirigida por um bloco de quatro classes (operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional), tendo o campesinato como classe principal –, precipita as coisas. Dezenas de militantes se reúnem, pela primeira vez, em forma paralela e decidem elaborar um documento de crítica à orientação seguida pela organização para ser discutido na Reunião Nacional Ampliada em fins de 1968.

O texto que especifica estas divergências – conhecido como *Duas posições* – não chega realmente a ser discutido na reunião. Seus autores são expulsos. Surge então o Grupo Oportunista Provocador do Rolando, como nós passamos a ser chamados. O Rolando era o Vinícius Caldeira Brant, explica Altino, que havia tido um papel decisivo na elaboração de nossas políticas. Os meses que se seguiram foram consagrados à formação do PRT.

NA HISTÓRIA DA PO UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA

A fundação, em fevereiro de 1961, da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) pode ser interpretada como um signo premonitório das profundas transformações porque passaria a esquerda brasileira no curso desta turbulenta década que acabava de começar.

A *POLOP*, como mais correntemente seria conhecida a nova organização, ainda que fosse um minúsculo grupo formado no essencial por intelectuais e estudantes e muitos poucos trabalhadores, representava, no entanto, um fenômeno novo num país onde praticamente toda a contestação de esquerda à hegemonia político-ideológica do Partido Comunista tinha partido de pequenos núcleos de inspiração trotskista que, como seus congêneres do mundo inteiro, haviam passado mais tempo realizando sua “travessia do deserto”, isto é, protegendo-se do verdadeiro cerco que lhe estabelecera o stalinismo triunfante, do que propriamente intervindo nas lutas políticas do país.

Tendo suas primeiras bases no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, a Política Operária conseguira unificar grupos de distintas origens, como a pequena *Liga Socialista*, de inspiração luxemburguista, de São Paulo, membros da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, ex-

-trotskistas egressos do PCB, muitos dos quais haviam rompido com o Partido de Prestes, no bojo da crise criada pelo “Relatório Secreto” de Krushev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que no Brasil provocaria a saída do ex-tenente Agildo Barata, um dos líderes da insurreição de 1935.

“TROTSKISTAS ENVERGONHADOS”

No ambiente rarefeito do esquerdismo brasileiro de começos dos anos 1960 é normal que os temas mais gerais e as referências históricas tivessem seu peso na vida do pequeno grupo que surgia, servindo-lhe como elemento de coesão política e ideológica.

A PO tentava fugir ao dilema stalinismo *versus* trotskismo e para isso mergulhava na história do movimento comunista internacional buscando em Thalheimer, dirigente do Partido Comunista Alemão, nos anos 1920, e em Bukharin, bolchevique que Stalin mandaria fuzilar em 1938, suas referências mais profundas, além da herança do *Partido Obrero de Unificación Marxista – POUM*, que desempenhara um papel destacado durante a guerra civil espanhola, tendo sido, ao mesmo tempo, fustigado pelo stalinismo (seu dirigente máximo, Andrés Nin, foi assassinado por agentes da polícia secreta soviética que agiam na Espanha).

Para muitos de seus críticos da época, no entanto, os polopistas não passavam de “trotskistas envergonhados”. A mediocridade do ambiente de esquerda brasileira naquela época não permitia caracterizações mais rigorosas. Já para os trotskistas (“assumidos”) que se agrupavam no pequeno Partido Operário Revolucionário (POR), a Política Operária se transformaria em um alvo predileto, dentro da ética própria aos “grupúsculos” de atacar com mais violência aqueles que estão mais próximos. Anos mais tarde, outros trotskistas, nascidos no interior do Partido Operário Comunista (POC), para cuja formação a POLOP concorrera, dariam sua sentença

definitiva, a *PO* sempre fora uma organização “centrista”, isto é cometera um dos sete pecados capitais da revolução que era o de tentar fugir a uma definição clara entre o stalinismo e o trotskismo. A reivindicação da herança de Thalheimer, Bukharin e Nin – todos os três “centristas históricos” era uma prova suplementar. É bem verdade que estas querelas de câmara eram estimuladas por um excessivo rigor ideológico de alguns dirigentes da *PO*, no interior da qual parecia avultar um antitrotskismo sistemático. É o caso daquele que exerceria uma gravitação ideológica incontestada na organização e que passaria para a sua história como Ernesto Martins¹.

CONTRA O NACIONALISMO

Ernesto Martins, cujo nome está ligado à elaboração dos principais documentos da Organização, desde o *Programa Socialista para o Brasil* até os quatro capítulos do *Aonde vamos?* (a alusão ao *Que Fazer?* de Lênin não pode passar despercebida), desempenharia um papel decisivo na crítica das concepções hegemônicas na esquerda brasileira, particularmente o nacionalismo. Já antes da própria formação da *POLOP*, em julho de 1959, o número 1 da revista *Movimento Socialista*, estampava um artigo seu sob o pseudônimo de Eurico Mendes, intitulado *Marxismo ou Apolo-gética Nacionalista?*. Ali ele afirmava:

Na prática, o dilema de nacionalismo ou internacionalismo se traduz na alternativa do Partido Nacionalista ou do Partido Operário. Deve o proletariado

1. Ernesto Martins é o mais conhecido dos pseudônimos de Érico Czaczkes Sachs (1922-1986), gráfico e jornalista nascido em Viena, na Áustria. Chegou ao Brasil em 1939. Residindo no Rio de Janeiro, em 1957 ingressou no Partido Socialista Brasileiro. Em 1961 foi um dos fundadores da *POLOP*. Em 1969, depois de ser preso pela ditadura e escapar do cárcere, asilou-se na embaixada do México e saiu do Brasil. Com a anistia, voltou ao país em 1980, engajando-se na criação do Partido dos Trabalhadores, onde militou até seu falecimento, no Rio de Janeiro. Ver PAIVA, Sérgio (Org.). *Érico Sachs/Ernesto Martins: Um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2016 (N.E.).

apoiar e se unir a um movimento de classe média, que, praticamente, ficará sob direção da grande burguesia ou organizar-se independentemente como classe? As consequências da escolha são claras. Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela da burguesia sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado, que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos essa solução, nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento “anti-imperialista” que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs, que nasceram antes, e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis².

Partindo da noção de “cooperação antagônica” formulada por Thalheimer, Ernesto Martins não minimizava as contradições que pudessem existir entre a burguesia imperialista e a burguesia brasileira, simplesmente não via nela condições de integrar um verdadeiro movimento anti-imperialista³.

Teses como estas apareciam como heréticas num cenário político e intelectual ocupado seja pelo nacionalismo declarado dos teóricos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), seja por sua versão de esquerda, a do Partido Comunista.

A partir delas uma série de trabalhos se desenvolveu, projetando alguns jovens intelectuais e então militantes da POLOP e que mais tarde exerceriam uma influência considerável no pensamento da esquerda latino-americana. É o caso de Ruy Mauro Marini, de Theotônio dos Santos ou de Vânia Bambirra com seus escritos sobre o fenômeno da *dependência latino-americana*.

2. MENDES, Eurico. Marxismo ou apologética nacionalista? *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 01/07/1959, p. 48 (N.E.).

3. Ver adiante “O balanço de Raul Villa”, p. 122

O PODER DAS IDEIAS

Se a simples crítica das posições hegemônicas não tinha sido capaz de dar imediatamente à Política Operária a capacidade de aglutinar amplos setores de esquerda, num período marcado por uma intensa mobilização popular, isto se deve basicamente à irresponsável ascensão das correntes nacionalistas e reformistas nos primeiros anos da década de 1960, que ademais apareciam avalizadas pela própria evolução da situação política, sobretudo quando João Goulart começou a inclinar-se basicamente para as teses defendidas pela esquerda hegemônica.

A PO aparecia excessivamente como “consciência crítica” da esquerda, mais como um empreendimento intelectual do que político, o que era reforçado pela estreiteza de sua base social.

Às vésperas do golpe de 1964 esta imagem de “consciência crítica” aparecia mais uma vez, quando da realização do seu Terceiro Congresso. A PO foi praticamente a única organização da esquerda brasileira que, de certa maneira, previu o desfecho dos acontecimentos. Todas as demais forças estavam mergulhadas em um enorme otimismo.

MUDANÇA DE PAPEL

Era normal, assim, que uma vez produzido o golpe militar, a *Política Operária* tivesse condições de capitalizar o enorme desalento que passaria a reinar na esquerda brasileira e cujos efeitos se fariam sentir em forma particularmente intensa no interior do Partido Comunista.

A PO assume objetivamente o papel de uma força em torno da qual poderiam agregar-se todos aqueles setores que, a partir dos acontecimentos de março/abril de 1964, haviam compreendido os limites das posições do PCB.

Não é surpreendente, assim, que a Política Operária pudesse imediatamente nuclear setores de esquerda e aumentar significativamente

sua audiência, como foi o caso junto aos suboficiais expurgados das Forças Armadas.

A “GUERRA DE COPACABANA”

Inicia-se no Rio de Janeiro toda uma série de contatos com ex-militares, sobretudo da Marinha, tendentes à preparação futura da luta armada contra o regime. Mas a “guerrilha de Copacabana”, designação irônica a esta conspiração articulada em apartamentos da zona sul da cidade, seria vítima do amadorismo da organização.

O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) infiltra os marinhaeiros e todos os passes da articulação foram meticulosamente seguidos pelas autoridades. Presos os responsáveis, dentre os quais o sociólogo Ruy Mauro Marini, naquela época militante da POLOP, eles são submetidos a torturas no CENIMAR, configurando um dos primeiros casos de sevícias contra presos políticos, e isto já em 1964.

O episódio do desbaratamento da “guerrilha de Copacabana” teve suas consequências dentro da organização, desde as inevitáveis recriminações sobre responsabilidades diante da repressão, até o questionamento dos estilos que deveriam presidir o funcionamento de uma organização que propugnava a derrubada violenta do regime.

É nesse quadro de minicrise interna que um dos “históricos” da organização, o jornalista Moniz Bandeira, é excluído da PO, após ele denunciar a organização como uma “escola de delatores” em um folheto distribuído nos meios de esquerda.

Mas as verdadeiras crises ainda estariam por vir. Em 1965, um grupo de militantes de Minas Gerais começa um movimento de contestação que vai ganhar toda sua força em 1966: eles defendem a necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte.

A tese, que apontava para um problema essencialmente de tática, numa organização que se ressentia enormemente de formulações neste campo, vinha, no entanto, encoberta de justificações estratégicas. O verdadeiro debate não se produziu e a abertura para a necessidade de uma orientação concreta no combate à ditadura se perdeu nos escaninhos de uma discussão estratégica.

A CISÃO

Mas a verdadeira cisão viria um pouco mais tarde e desta vez não só tendo em Minas Gerais sua base, mas envolvendo, igualmente, amplos setores de São Paulo, aonde a PO tinha seus principais contingentes. Em 1967, para muitos militantes a organização começava a aparecer excessivamente dominada por sua inércia, incapaz de capitalizar a grande crise que sacudia o “Partidão” e de oferecer-se como alternativa no interior da esquerda.

Em São Paulo, o grupo que mais tarde participaria da formação da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, insistiria sobretudo na questão da luta armada, ainda que esta fizesse parte da estratégia da organização. As divergências se fundavam essencialmente no enfrentamento prático da questão.

Já o grupo de Minas Gerais, também colocando o problema da luta armada, apresentava com a direção da PO outro tipo de divergência, na medida em que questionava a estratégia socialista da organização, orientando-se por uma linha de “libertação nacional”⁴. O grupo, que se constituiria no Comando de Libertação Nacional – COLINA, rompe com os dissidentes de São Paulo, por ocasião do Quarto Congresso (em 1967). Mais tarde eles iriam tentar conviver numa mesma organização – a VAR-Palmares, unidade efêmera dessas duas correntes originárias da Política Operária.

4. Ver adiante “Homens e ideias para toda a esquerda”, p. 127.

É, assim, uma PO debilitada (calcula-se uma sangria de quase metade de seus quadros) que vai se aproximar de várias das dissidências em vias de formação no PCB naquele período. Esta linha de convergência leva à formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER) em 1967 com a dissidência secundarista do Rio de Janeiro e com a “Dissidência Leninista” do PCB do Rio Grande do Sul. Com esta, pouco tempo depois, a PO se fundiria, dando nascimento ao POC (cuja história será analisada mais adiante). Mas contrariamente ao que poderia aparecer naquele momento, a história da PO não havia acabado ou se dissolvido na de outra organização. Em 1970, a Política Operária ressurgiria como cisão do POC e nesta cisão havia mais do que um ato quase de rotina na esquerda brasileira. Delineava-se um retorno a uma problemática que para muitos parecia estar totalmente encerrada⁵.

O BALANÇO DE RAUL VILLA

O resumo do texto de Raul Villa⁶ aqui publicado provocou uma intensa discussão não só no interior da Política Operária, como em

5. Sobre a POLOP, seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à história da esquerda brasileira*, ver: CENTRO de Estudos Victor Meyer. *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009; JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do mar cinzento. Terceira Parte: Victor Meyer, um revolucionário*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008; LEAL, Leovegildo. *Política Operária: A quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992; MATTOS, Marcelo Badaró. *Em busca da revolução socialista: A trajetória da POLOP (1961-1967)*. In: RIDENTI, Marcelo & REIS Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 197-225; 302; MIRANDA, Nilmário. *Histórias que vivi na História*. São Paulo: Geração Editorial, 2018; NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015 (N.E.).

6. Raul Villa foi um pseudônimo utilizado pelo sociólogo e professor Eder Simão Sader (1941-1988), fundador e dirigente da POLOP até se exilar em 1970, passando pelo Uruguai, Chile e França. Com a anistia retornou ao Brasil, onde se engajou na construção do Partido dos Trabalhadores. Hemofílico, acabou contraindo AIDS em uma das transfusões sanguíneas a que era submetido por conta de sua doença, o que provocou seu falecimento. Para maiores detalhes ver GARCIA, Marco Aurélio. Eder Sader – O futuro sem este homem. *Têoria e Debate*. São Paulo, n. 4, 01/09/1988. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1988/09/01/eder-sader-o-futuro-sem-este-homem/>>. (N.E.).

toda a esquerda brasileira. Afastado há anos da organização, Villa quis realizar um “ajuste de contas com seu passado político”. Suas teses não foram compartilhadas pelos atuais dirigentes da PO, particularmente, Ernesto Martins. Os aspectos essenciais da resposta de Ernesto Martins ao Balanço de Villa serão publicados quando examinarmos a fase atual de PO⁷.

A revista *Brasil Socialista* n. 7, difundida clandestinamente no país em 1977, publicou o artigo “Para um balanço da Política Operária”⁸, de autoria de antigo dirigente da Organização, então no exílio. Seu autor o apresenta como “em parte uma autocrítica, em parte um esboço de balanço da PO (e do POC no período 1968-1969)... pois foi ali que vivi toda minha militância no Brasil”.

Ele periodiza a história da POLOP:

De 1961 a 1964 a PO se enfrenta numa luta ideológica contra o reformismo dominante. De 1964 a 1967 numa luta ideológica contra o reformismo em crise. Em 1968 e 1969 se lança à constituição de um núcleo partidário para buscar organizar as lutas da classe. Com a cisão de 1970 a nova PO se lança numa prática obreirista até 1972. 1972 e 1973 são anos de sobrevivência burocrática. A partir de 1974 temos o doutrinário revisitado.

“Desenterrando o marxismo”

A PO surge num ambiente ideológico de predomínio incontestado do nacionalismo e do reformismo. E, no entanto, no momento mesmo em que surge já se esgotavam as bases materiais que os sustentavam. [...] Para a ideologia nacionalista o desenvolvimento industrial do país traria sua emancipação econômica [...] e liberaria as grandes massas da miséria causada pelo atraso rural [...] e pela espoliação imperialista [...]. A vitória de JK [Juscelino Kubitschek] em 1955 expres-

7. Este texto acabou não sendo publicado na *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979* (N.E.).

8. A íntegra do texto está disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Para-um-balanco-da-PO.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018 (N.E.).

sa a vitória dessa corrente, que vai desde o PC até o PSD⁹. O predomínio dessa ideologia é tal que desaparecem de cenas as próprias categorias marxistas da exploração capitalista e da luta de classes.

Nesse quadro geral, diz Raul Villa,

ao fazer a crítica classista do desenvolvimento capitalista, ao desenterrar o instrumental do marxismo, num quadro de abertura de crise capitalista de um lado e de desarme ideológico geral frente a ela de outro, a PO abre um grande espaço para o seu desenvolvimento. O POR trotskista, que hegemonizava a crítica de esquerda ao nacionalismo, será rapidamente superado pela presença da PO. Avançando-se sobre o momento histórico ela terá naturalmente um grande poder de atração. Mas tem a contrapartida: surgindo numa situação de tal indignação teórica e de tal atraso político e ideológico da classe operária, nós também partimos de bases muito débeis, tendo uma enorme distância a nos separar, seja do conhecimento concreto da realidade, seja da dinâmica específica do movimento operário e popular.

Mas esse potencial teórico “se fez para combater as teses reformistas dominantes, mas muito pouco para ostentar nossa prática. E [...] o fato de que não era nossa prática que alimentava nosso desenvolvimento teórico só poderia reforçar os aspectos teoricistas deste”.

Face ao golpe

Face ao golpe, os aparelhos reformistas caíram como um castelo de cartas e a perplexidade e a debandada dos dirigentes não será mais que a expressão da miséria de suas concepções. Abre-se um período de crise profunda [...] do PCB.

9. O Partido Social Democrático (PSD) atuou de 1945 a 1965. Seu surgimento foi impulsionado por Getúlio Vargas, pouco antes de sua saída do poder, e sua fundação se deu sob a liderança dos interventores estaduais – nome então dado aos governadores, que eram indicados pelo presidente da República. Estes reuniram, para tanto, prefeitos (todos nomeados, por sua vez, pelos interventores), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc., caracterizando o seu perfil. Foi extinto pela ditadura em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2 (N.E.).

Os setores combativos passam a voltar-se crescentemente para as forças da esquerda revolucionária. É grande nesse momento o poder de atração da PO, que já havia apontado o destino da colaboração de classes. Se há alguns meses antes o monopólio reformista no movimento de massas lhe relegava a um papel de crítico de esquerda, agora a própria realidade lhe punha diante de tarefas que ultrapassavam suas capacidades. Ressaltava, sobretudo, a defasagem entre o caráter amadorista da organização e o lugar objetivo que ele passava a ocupar, com a crise do reformismo. [...] O que fazemos para vencer a distância e para começar a assumir a condução das lutas?

Logo após o golpe, reunindo militantes passados à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais que se dispunham à luta, a direção procura organizar as bases para um foco guerrilheiro e, ao mesmo tempo, para a atividade conspirativa no interior das FFAA. Poucos meses depois, a partir de uma infiltração, a quase totalidade dos quadros investidos nessa tarefa cai presa. [...]

Avaliando hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada. Apesar de que realmente existia no país uma grande reserva de massas descontentes, elas se encontravam desorganizadas e desorientadas e nós nem tínhamos uma política para sua organização e orientação.

Além disso, a correção que se faz das improvisações e falta de segurança havidas em 1964 nos empurra para uma concepção puramente aparatista: enquanto a maioria [...] aceita muito a contragosto as demandas de quadros e recursos para o setor militar, um setor especializado e compartimentado sob direção direta do Comitê Nacional (CN) segue os preparativos. Tal desvinculamento, no interior de uma organização ainda tão heterogênea e fluida, levará ao esvaziamento gradual desse setor, com o abandono de quadros malformados e desanimados com sua prática, sem ver ligação entre o que preparavam na conspiração e o que se passava na realidade do país. No começo de 1966, a direção faz o balanço dos recursos políticos e materiais para a guerrilha e decide que ela deve ser vista num prazo mais longo, constatação que não vai ao fundo de nenhuma das concepções que lhe haviam presidido.

Divisões internas

Desde 1965, atentando para o caráter democrático que assumia a oposição política ao regime, vários companheiros propõem que a PO assumira essa luta como meio de ligar-se ao movimento tal como se dava. Sua formulação tática

ca se sintetizava na “luta por uma assembleia constituinte” enquanto objetivo mais radical da luta democrática. Apoiando-se nos problemas reais colocados pela dinâmica do movimento estudantil, esses companheiros roçavam pelas questões candentes dos nossos silêncios sobre a tática. Mas sem clareza sobre tal questão, tampouco firmeza sobre o caráter proletário socialista de um processo revolucionário no Brasil, deslocam essa discussão para o campo da estratégia e do programa. A defesa da palavra de ordem da Constituinte aparecia como fórmula de toda uma “etapa” da revolução, de tipo nacional e democrático. Além disso, a própria tática é assumida inteira na sua formulação pequeno-burguesa: a luta da pequena-burguesia deveria abrir as portas para uma futura entrada em cena do proletariado.

Essa tendência majoritária em Minas (e que se aproximava das posições então assumidas pela AP, que lançara o “Movimento contra a Ditadura”), será combatida violentamente pelo Comitê Nacional. [...] Opusemos então uma estratégia socialista à estratégia democrática, mas escamoteamos as questões táticas.

Tal discussão é importante porque será frente ao democratismo pequeno-burguês, [...] que culminaremos o principal de nossa elaboração teórica. E será com essa base que enfrentamos a profunda crise ideológica e a reaglutinação que se faz em 1967.

No Pleno Nacional de abril de 1966 [...] a direção se apresenta com o primeiro capítulo do *Aonde Vamos?*, elaborado por Ernesto Martins. Ele expressa a consciência da necessidade de formular os princípios de uma política classista.

Em setembro de 1966, a agitação estudantil tem um primeiro auge nas passeatas realizadas em torno da palavra de ordem “abaixo a ditadura”. Apesar de todas suas limitações, essa agitação foi a expressão de alta disposição de luta e potencialidade do movimento estudantil. Tivemos participação destacada nessas jornadas, mas é hoje claro que a ausência de uma perspectiva concreta para ela nos reservou em seguida um papel de críticos do agitaçãoismo populista da AP que, esta sim, tinha uma alternativa política para aquele movimento político.

A teoria e sua prática

Na avaliação final que faz, Raul Villa lembra que

a fórmula chave para caracterizar nossas falhas era a que nos atribuía “lucidez teórica e inseqüência prática”. Referindo-se a uma O[rganização] cujas características intelectuais eram tão marcantes, tal crítica parecia prestar os méritos

devidos às nossas qualidades e atacar os pecados próprios dos intelectuais. Mas tal fórmula não passa, na verdade, de outro ardil de nossa teoria que induz a uma prática deficiente e esconde sua responsabilidade no caso. Quando, após cada fracasso, os militantes sentem necessidade de avaliar o que fizeram, serão comprados em nome de uma teoria que se satisfaz em dizer o que deveria ser feito, negando os meios para fazê-lo.

É verdade que há uma base real para tal constatação de “lucidez teórica”. Ela se referia ao papel da PO de desenterrar categorias gerais do marxismo, de proceder uma análise marxista da formação social brasileira, suas classes e contradições; de definir o papel do proletariado.

Na realidade, o atraso político e ideológico do nosso proletariado não tornava fácil essa tarefa. Como cobrir a distância? Incapazes de definir a prática de massas que formaria um proletariado autônomo, vamos desenvolver uma prática de pedagogos. Os silêncios sintomáticos de nossos “documentos básicos” sobre a “linha de massas” são na verdade encobertos pelas recomendações repetidas da propaganda e da agitação de uma “política de classe”. Esta “política de classe”, presente apenas como chamamento, como referência a uma classe “ideal”, se contrapõe irreconciliavelmente diante da classe real e impede a O[rganização]. de repousar nos trilhos das lutas de classe como se dão.

Portanto, é importante deixar claro que as lacunas da base teórica da PO – tal como constam nos documentos básicos: o *Programa Socialista para o Brasil (PSB)*, *os Aonde Vamos?*, *Formar a Vanguarda Proletária* etc. – não são meras “insuficiências” que se possa superar adicionando-lhes uma tática e uma política de organização. Os silêncios aí não são nada aleatórios. Seus autores elaboram a problemática que pretendem enfrentar e silenciam para o que consideram “falsos problemas”. De resto, a prática de todos esses anos soube preencher as lacunas, dando um sentido preciso a cada silêncio. Por isso, quem quiser ainda resgatar as aquisições dessa base teórica não tem outro remédio além de criticar a globalidade de sua construção.

HOMENS E IDEIAS PARA TODA A ESQUERDA

Poucas organizações exerceram tal influência na esquerda brasileira como a Política Operária (PO). Em quase toda a esquerda revolucionária formada a

partir de 1966-1967, a marca da PO será visível. Suas *teses* serão assimiladas ou combatidas com vigor. Até hoje seu *Programa Socialista para o Brasil* é objeto de discussões passionais em inúmeros setores da esquerda.

São muitas, por outro lado, as organizações que tiveram em suas filas quadros originários da Política Operária. Juarez Guimarães de Brito¹⁰, líder da VPR, e morto em um enfrentamento no Rio de Janeiro, foi dirigente da PO, da mesma forma que o responsável da VAR-Palmares, Carlos Alberto Soares de Freitas¹¹, o “Beto”, morto pela repressão e, oficialmente, “desaparecido” ou de Iara Iavelberg¹² que, segundo a versão oficial, suicidou-se em Salvador ao sentir-se cercada pela polícia, militante da MR-8 na ocasião.

Já o físico Luiz Carlos de Almeida¹³, que em 1973 ainda militava na Política Operária, morreria fuzilado por uma patrulha de carabineiros, em Santiago do Chile, dias após o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973.

10. Juarez Guimarães de Brito (1938-1970), administrador e economista, por conta de sua proeminência nesta ação e sua liderança, foi perseguido pela repressão e, para não entregar-se durante cerco a que fora submetido em abril de 1970, suicidou-se (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 122). Sua trajetória também é narrada em obra sobre sua companheira: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003 (N.E.).

11. Preso em fevereiro de 1971, torturado e assassinado pela ditadura instaurada pelo golpe de Estado de 1964, Carlos Alberto Soares de Freitas (1939-1971), sociólogo, assassinado sob tortura pelas forças de repressão da ditadura ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 148-150). Cf. também CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui: A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012 (N.E.).

12. Iara Iavelberg (1944-1971), psicóloga, que, supostamente, teria se suicidado em cerco promovido pela repressão da ditadura. Fato controverso, tornado público somente após o assassinato de seu companheiro Carlos Lamarca, inexistindo até hoje laudos necroscópico, balístico e pericial do evento (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 173-174) (N.E.).

13. Luiz Carlos de Almeida (1946-1973), físico, exilou-se no Chile. Após o golpe de 11 de setembro de 1973, Luiz Carlos de Almeida foi preso em sua casa em Santiago. Depois de ter sido torturado no Estádio Nacional foi levado a uma ponte sobre o rio Mapocho, em Santiago, onde foi fuzilado. cf. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/luiz-carlos-almeida>>. Acesso em: 21 fev. 2019. (N.E.).

UMA TENTATIVA CHAMADA PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA

A formação do Partido Operário Comunista (POC), em começos de 1968, é o resultado da fusão da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, a POLOP, e da “Dissidência Leninista” do PCB no Rio Grande do Sul. A convergência destas duas forças que aparecia aos olhos de seus militantes como um importante passo na constituição de uma organização revolucionária no Brasil, era, no entanto, a frustração de um projeto mais vasto e ambicioso de reagrupamento de amplos setores dissidentes do “Partidão” com segmentos da esquerda revolucionária.

Poucos meses antes, a POLOP havia sofrido uma importante cisão que reduzira seus efetivos em cerca de 50%. Por ocasião do Quarto Congresso da Organização, em setembro de 1967, a direção se vê confrontada com oposições que se desenvolvem em São Paulo, Minas Gerais e, em menor medida, no Rio de Janeiro. Com visões estratégicas distintas, todos esses grupos coincidem na necessidade de impulsionar a luta armada em curto prazo, inscrevendo-se no quadro das definições da Conferência da OLAS, realizada pouco antes em Havana.

As posições defendidas pela direção da PO são aprovadas pela escassa maioria de 16 a 14 delegados. A cisão se consumiria pouco depois, dando nascimento em São Paulo ao grupo que formaria a *Vanguarda*

Popular Revolucionária e, em Minas Gerais ao Comando de Libertação Nacional, o COLINA. Mais tarde, as duas organizações se fusionariam, formando a *VAR-Palmares*.

NOVOS EIXOS

O Quarto Congresso da POLOP era revelador dos novos eixos em torno dos quais passava a dar-se a discussão na esquerda brasileira. A ortodoxia leninista, expressa o nível do enunciado de princípios gerais, com o qual a direção da PO procurava enfrentar seu cisma, manifestadamente não atentava para a complexidade do debate, nem, evidentemente, para as modificações pelas quais passava o movimento revolucionário no país.

Em seu *Balanço da PO* (do qual já publicamos vários trechos), Raul Villa assim vê a situação:

A Declaração Política do Quarto Congresso já procura enfrentar as questões ao nível mais imediato como colocadas pelo foquismo e aponta para a necessidade de uma organização de combate da classe operária, nos termos do *Que Fazer?*. Mas é bom se ver que a crítica dos foquistas é apenas uma crítica às suas aberrações e não ao núcleo de suas concepções.

Esta incapacidade de enfrentar correta e concretamente os problemas centrais da luta política e ideológica no Brasil naquele momento vai ser responsável pela reabertura da luta interna nos anos 1969 e 1970, levando a uma cisão no POC com o conseqüente ressurgimento da POLOP, em meados de 1970.

A DISSIDÊNCIA DO SUL

A *Dissidência Leninista*, que com a PO formaria o Partido Operário Comunista, começa a gestar-se em fins de 1965 e começos de 1966.

Tendo, como as demais dissidências do “Partidão”, uma importante base no movimento estudantil, este grupo vai ser muito influenciado pela Dissidência da Guanabara, cujas teses e práticas vão ter uma grande incidência em seu desenvolvimento¹. Os contatos do grupo do Sul com os que mais tarde formariam o PCBR (naquela época “*Corrente*”) eram frequentes, ainda que em menor escala de que com a Dissidência da Guanabara e mesmo a de São Paulo, sem falar evidentemente da PO. A razão destas relações diferenciadas se prende fundamentalmente a uma maior afinidade estratégica entre as dissidências e a POLOP, tendo como base comum um programa socialista, enquanto a posição da “*Corrente*” era neste particular distinta.

Isso não impediu, no entanto, que se estabelecesse uma aliança tática entre os poucos membros da “*Corrente*” no Sul e a Dissidência, que havia conseguido abarcar inclusive setores sindicais do PCB. O resultado desta maior gravitação da Dissidência se expressa na maioria que esta obtém tanto na Conferência Municipal de Porto Alegre, como na do Rio Grande do Sul, ambas preparatórias ao VI Congresso. Mas a aliança se desfaz aí. O processo de atomização de todos os setores que se desprendiam do PCB se aprofunda a partir de fins de 1967, fazendo com que cada um siga seu próprio caminho.

DA FER AO POC

Para a Dissidência Leninista o caminho imediato que se abre é a *Frente de Esquerda Revolucionária*, que vai encontrar a POLOP e Dissidência Secundarista do Rio de Janeiro. A FER, no entanto, concebida como projeto amplo e preparatório à formação de uma grande organização de

1. Ver adiante “Luiz Eurico e a Dissidência Leninista”, p. 136.

esquerda, não chega a ter viabilidade. A participação dos secundaristas do Rio de Janeiro se esgota rapidamente e a formação do POC se consuma pela união de um grupo que buscava o caminho das posições revolucionárias com outro que já vivia os primeiros impasses desta opção. A formação do POC permite à POLOP refazer seu ativo de militantes, gravemente afetado meses antes pelas cisões do COLINA e da VPR, mas não provoca nenhuma transformação política qualitativa na nova organização.

O ASCENSO DAS MASSAS

O ano de 1968, quando se forma o POC, seria decisivo para a definição do perfil da esquerda brasileira para todo este período. Se é certo que a emergência do movimento operário, exemplificada pelas greves de Osasco e Contagem e pela manifestação do 1º de Maio em São Paulo, desmentia as teses foquistas sobre as dificuldades no encaminhamento das lutas de massas e, neste sentido, reforçava as teses que o POC defendia, não é menos certo que não foi esta organização que se revelou capaz de conduzir ou capitalizar as explosões operárias e populares. Muito pelo contrário, serão os grupos que já atuavam com uma perspectiva foquista que vão ter maior gravitação, sobretudo sobre as lideranças operárias que se destacaram nos conflitos sociais daquele período. No 1º de Maio, a participação do POC é quase nula. Na primeira greve de Contagem igualmente; e somente na segunda é que seus militantes vão conseguir secundar o COLINA, a “*Corrente*” e a AP na preparação dos comitês de fábrica que impulsionarão a greve.

Nos acontecimentos de Osasco, ainda que buscando estar presente e editando um boletim diário durante o conflito, a presença efetiva do POC se faz sentir marginalmente, mais precisamente na paralisação de uma pequena fábrica.

A TENTAÇÃO MILITAR

Sem ter dado passos concretos no caminho da luta armada – a despeito de suas definições mais gerais – o POC não se viu de imediato exposto à repressão como as outras organizações já engajadas em enfrentamentos com os organismos repressivos.

Isto lhe permitiu suportar melhor o ano de 1969, quando muitas organizações estavam já presas à dinâmica ação-repressão, e de dispor, pelo menos, de certa tranquilidade que lhe permitisse construir um caminho alternativo.

Mas a exiguidade do projeto POC, apesar dos 700 a 800 militantes que teve em sete estados do país no período 1968-1969, somada à inconsistência de sua formulação tática e, especialmente, a incapacidade que evidenciava de construir uma base operária, contribuiu para que um mal-estar se produzisse no interior de suas fileiras. Ao lado de um setor mais conservador, que não consegue opor aos desafios da realidade outra coisa que teses estratégicas, se constitui uma corrente que vê no “enfrentamento das tarefas militares” a solução para os impasses que começavam a manifestar-se.

TENDÊNCIAS E CISÕES

Mas as carências do POC em matéria operativa eram notórias, o que leva a organização, quando decide dar passos nesta direção, a optar por uma associação com outras forças, como é o caso da VAR-Palmares em São Paulo ou com o grupo M 3 G (Marx-Mao-Marighella-Guevara) no Sul, ainda que esta última colaboração tenha sido efêmera. O POC integra a *Frente Armada*, mas esta forma prática de tentar resolver os problemas políticos só contribui para o aprofundamento da crise interna.

A partir de fins de 1969 estas diferenças de enfoque se expressam na constituição de tendências, cuja existência é autorizada pela direção

nacional num dos raros gestos de democracia que a esquerda revolucionária brasileira se permitiu naquele período.

Contra as posições do grupo que advogava já um recuo em direção a um trabalho operário de base, forma-se uma tendência que insiste no papel da luta armada e advoga uma linha sindical que se aproxima muito das teses propugnadas pela VAR-Palmares. Aliás, a aproximação do POC com esta organização, da mesma forma que com o PRT² é outro dos elementos essenciais da tendência que se forma em São Paulo e que terá no jornalista Luiz Eduardo Merlino, o Nicolau³ um de seus principais inspiradores.

OS EFEITOS DA REPRESSÃO

Mas a onda repressiva acaba por afetar também o POC e compromete a própria natureza do debate, agravando suas contradições. O fracasso do sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, organizado pela VAR-Palmares, prejudica a segurança de todas as organizações de esquerda⁴. Ainda que o POC não estivesse envolvido na operação, a promiscuidade que a esquerda apresentava num centro menor, como a capital gaúcha, acaba por desorganizar suas fileiras.

Mas o golpe maior estaria por vir. Em 1970 e 1971 uma sucessão de quedas provoca o quase desaparecimento da organização. Antes disto, porém, a oposição entre as duas tendências é de tal forma exacerbada que conduz à separação de um grupo importante de militantes que vai reconstituir a POLOP, e que aplicará seus projetos de recuo em direção a uma prática estritamente junto ao movimento operário.

2. Ver capítulo anterior “Da crítica ao maoísmo da AP nasce o PRT. Altino: De Mato Grosso ao PSB, à UNE, à AP e ao PRT”, p. 111.

3. Ver adiante “Luiz Eduardo: uma tarefa interrompida”, p. 137.

4. Em 04/04/1970, a VAR-Palmares tentou, sem sucesso, raptar o cônsul estadunidense em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter (1928), para libertar Gustavo Buarque Schiller (1950-1985) (N.E.).

O grupo que fica no POC não consegue uma coesão suficiente para dar continuidade à organização. Uma parte de seus militantes elabora, em Paris, cinco teses que seriam apresentadas num próximo congresso da organização (que nunca será realizado), formando assim a tendência *Combate* do POC. Outra tendência se articula em torno de um rearmamento político do partido que em muitos aspectos é distinto das cinco teses apresentadas. O que caracteriza ambas as tendências é que se reivindicam dos fundamentos do trotskismo e do programa da IV Internacional, tais como a concepção da revolução permanente, a estratégia das reivindicações transitórias e uma crítica à burocratização nas sociedades pós-capitalistas. Mas divergem entre si sobre muitos problemas estratégicos e táticos. A tendência POC-Combate privilegia uma combinação de trabalho político na classe operária com o desencadeamento da luta armada, tentando repetir a experiência argentina do PRT-ERP⁵. A outra tendência, partindo da constatação da conjuntura contrarrevolucionária existente, preconiza um acúmulo de forças do partido na classe operária, em torno de reivindicações transitórias e democráticas, rejeitando como “militarista” a tese da tendência *Combate*.

Mas os reforços de reerguimento da organização são frustrados pela derradeira ofensiva policial contra o POC. O debate entre tendências não chega a aprofundar-se, a maioria dos militantes não discute as cinco teses e os debates quase sempre são travados em torno da sobrevivência imediata da organização. Uma série de quedas em São Paulo termina conduzindo a repressão a todo o partido. A queda de uma reunião da

5. O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) foi um agrupamento político argentino fundado em 1965. Em seu congresso de 1970, o PRT, com vistas a aprofundar o caminho da luta armada, criou-se uma nova organização com vistas a ser o “braço armado da classe operária e do povo”, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP). De 1965 até 1973 o PRT foi a seção argentina da IV Internacional, da qual se afastou quando esta deixou de considerar a luta armada como caminho para a tomada do poder. Poucos meses depois do golpe de Estado de 1976, o seu principal líder (Mario Roberto Santucho, 1936-1976) foi morto em confronto com a repressão e a organização sofreu um duro golpe. A perseguição da ditadura argentina o desarticulou, levando sua direção ao exílio. Atualmente existem vários grupos que dele se reivindicam (N.E.).

seção regional gaúcha, que se realizava em Porto Alegre, acaba com a última tentativa de reação, liquidando a organização nacionalmente⁶.

LUIZ EURICO E A DISSIDÊNCIA LENINISTA

Luiz Eurico Tejera Lisbôa⁷, desaparecido desde 1973 e cujo corpo foi recentemente encontrado por sua companheira no cemitério de Perus, sob o nome de Nelson Bueno, que ele usou na clandestinidade, integrou a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, chegando a participar da constituição do POC.

Luiz Eurico militou no PCB no setor estudantil e decidiu deslocar-se para a cidade de Santa Maria, onde começou a desenvolver uma forte atividade de oposição às teses do VI Congresso em discussão no ano de 1967. Sua atuação destacada neste processo de discussão fez dele delegado à conferência do PCB, na qual ele sairia eleito membro do Comitê Regional.

6. Sobre o POC seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: FALCÓN, Yara. *Mergulho no passado: A ditadura que vivi*. Olinda: Livro Rápido, 2007; FIGUEIREDO Filho, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): História e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984; PONT, Raul (Org.). *50 anos do POC, 1968-2018*. Porto Alegre: Renascença, 2018; RABELO, José Benedito Nobre. *Terror e êxtase: Anos 70*. São Luís: s.c.p., 2009; SALLES, Antônio Pinheiro. *Confesso que peguei em armas*. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2008; SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii: Biografia de um militante revolucionário de 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017 (N.E.).

7. Luiz Eurico Tejera Lisbôa (1948-1972), estudante de Economia, depois de permanecer em treinamento militar em Cuba em 1970-1971, retornou a Porto Alegre. Em setembro de 1972, durante estadia em São Paulo, foi preso e assassinado pela repressão, que sempre negou seu desaparecimento. Em setembro de 1979, graças à iniciativa de seus familiares, ocorreu a divulgação que seus restos foram localizados no Cemitério de Perus, na periferia de São Paulo. As forças de repressão tentaram encobrir o assassinato que Luiz Eurico se suicidara. A falsa tese não resistiu a reexames criteriosos. Localizados e identificados os ossos, seus restos mortais foram entregues à família, que os trasladou a Porto Alegre, ali os sepultando em setembro de 1982, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 309-311 (N.E.).

Expulso do PCB com todos aqueles que dariam nascimento à Dissidência e, posteriormente, ao POC, ele não ficará muito tempo vinculado a esta organização. A forma particular pela qual sentiu os efeitos da ditadura levou-o a um privilegiamento da ação armada, o que abriu caminho para seu ingresso na ALN. Depois de passar um período na Argentina, Luiz Eurico resolve retornar ao Brasil e retomar seus contatos com a ALN. Parte só para São Paulo e é nesta cidade que ele vai desaparecer.

Depois de achado seu corpo, a versão oficial que passou a circular, é a do seu suicídio num quarto de pensão no bairro da Liberdade. Mas o mínimo que se pode dizer é que esta versão encobre mais questões do que esclarece.

LUIZ EDUARDO: UMA TAREFA INTERROMPIDA

Luiz Eduardo da Rocha Merlino tinha 23 anos quando, no dia 15 de julho de 1971, foi preso por agentes do DOI-CODI do II Exército na residência de uma tia.

Ele havia chegado uns poucos dias antes da França, onde participava, juntamente com outros companheiros seus do POC, na elaboração das Cinco Teses que serviriam de suporte para a tendência *Combate* que reivindicava fundamentalmente para a organização as posições da Quarta Internacional.

Merlino ou Nicolau, como era conhecido no POC, era o primeiro a chegar ao Brasil para recontactar o restante de uma organização que atravessava um período difícil tanto pelo cerco repressivo como pela crise política interna. Sua tarefa não chegaria a ser concluída. Poucos dias após a prisão – os militares disseram para

a família que ele voltaria horas mais tarde, pois iria apenas “prestar alguns esclarecimentos” – Merlino sucumbiria a uma gangrena provocada pelos efeitos da tortura em suas pernas.

A família foi informada em um “ponto”. Nos milagrosos anos do ditador Médici, as coisas ficaram por aí. Hoje, a família de Luiz Eduardo reabre o dossiê de sua morte, encorajada pela sentença judicial dada no caso Vladimir Herzog. A memória de Merlino foi evocada pela imprensa trotskista do mundo inteiro e no X Congresso da Quarta Internacional seu nome ficou entre os mártires da revolução mundial⁸.

8. Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1948-1971), jornalista. Em dezembro de 1970 viajou à França. Em 15 de julho de 1971, poucos dias depois de retornar, Merlino foi preso e torturado no DOI-Codi/SP, morrendo logo depois. A repressão da ditadura tentou encobrir o assassinato com a falsa informação de que Merlino teria morrido atropelado quando tentara fugir, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 169-170 (N.E.).

O NASCIMENTO DO PCDoB

ELVIRA NADAI E MARCO AURÉLIO GARCIA

inimigos jurados, dois Partidos Comunistas – o PCB e o PCdoB – apresentam em realidade vários pontos em comum. Ambos reivindicam a mesma origem, sua fundação em março de 1922, a partir de um núcleo operário que vem do anarquismo e que adere às teses da Internacional Comunista, fundada anos antes, em 1919.

Uma só organização até fevereiro de 1962, o Partido Comunista vê precipitar-se no seu interior uma crise que se desenvolvia desde pelo menos 1956, quando sobre suas fileiras desabaram as notícias vindas de Moscou acerca das denúncias formuladas por Nikita Krushev, então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, a respeito dos “crimes de Stalin”.

Estes “raios num céu azul”, como foi chamado o Relatório Secreto de Krushev, e cuja publicação coube ao *O Estado de S.Paulo*¹, foram considerados como uma simples manobra diversionista para desacreditar o movimento comunista. Um ano mais tarde, no entanto, ainda que

1. O relatório de Krushev foi publicado, em um caderno especial de 12 páginas, na edição de 07/07/1956 de *O Estado de S.Paulo* (N.E.).

o Relatório de Krushev continuasse “secreto”, começavam a manifestar-se as consequências das denúncias formuladas pelo secretário-geral do PCUS. O homem forte do Kremlin conseguia expurgar os mais expressivos representantes da velha guarda stalinista: Molotov, Malenkov, Kaganovitch etc.

UM EXPURGO CABOCLO

Antes disso os Partidos Comunistas em todo o mundo tinham enfrentado, em meio a um clima de perplexidade geral, os efeitos da reunião de Moscou. No Brasil, em outubro de 1956, os jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, ambos órgãos oficiais do Partido Comunista, decidem publicar um “Boletim de Debate” para que os militantes expressassem seus pontos de vista a respeito da nova problemática criada no movimento comunista internacional e qual suas projeções no Brasil.

Até abril de 1957 as discussões prosseguem, quando são encerradas abruptamente pelo Comitê Central, em nome da unidade do Partido. De fato, para a prática reinante até aquele momento os limites do tolerável haviam sido ultrapassados, na medida em que alguns grupos – especialmente os ligados ao ex-tenente Agildo Barata – começavam a colocar uma discussão radical sobre a organização interna do PCB, particularmente sobre os problemas da sua democracia interna².

Na luta contra o “agildismo” produz-se uma relativa unidade das correntes em que se dividia a direção do PCB. Mas esta unidade (tática) se revelará fugaz. Neste mesmo ano de 1957, o Comitê Central modifica a composição da Comissão Executiva, afastando Diógenes de Arruda Câmara, até então o homem forte do PCB, além de João Amazonas e Maurício Grabois. O complemento político desta medida orgânica, ca-

2. Cf. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988 (N.E.).

racterizada como parte da luta contra o “mandonismo”, segundo o jargão partidário em voga na época, seria a aprovação em março de 1958, de uma *Resolução Política*, que marcava o sepultamento definitivo da linha política estabelecida na Declaração de Agosto de 1950, reiterada pelo IV Congresso em 1954 e modificada molecularmente após o suicídio de Getúlio Vargas³.

Mas as reorientações do CC são aceitas com dificuldades por aqueles que haviam detido o controle do Partido por vários anos. Arruda cai no mais absoluto ostracismo político, sendo transformado em verdadeiro “bode expiatório” de todos os males do PCB. A imagem de Prestes é preservada e seu *alter ego* é que receberá toda a incriminação. Os demais homens influentes do período anterior são espalhados pelo Brasil: Amazonas é enviado ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul; Pedro Pomar ao distrital Tatuapé na capital paulista; em São Paulo igualmente ficará Ângelo Arroyo; enquanto Maurício Grabois, Carlos Danielli e Lincoln Oest vão para o Estado do Rio de Janeiro.

O V CONGRESSO

Quando o V Congresso do PCB é convocado e as teses lançadas pela direção se mostram muito próximas da Declaração de Março de 1958, o grupo marginalizado da Comissão Executiva tenta uma inútil resistência às novas posições. Não só desenvolve uma intensa atividade na “Tribuna de Debates”, do semanário *Novos Rumos*, onde os principais porta-vozes da oposição se expressam em longos e críticos artigos ao Projeto de Teses, como, igualmente, em algumas das conferências regionais ou distritais tenta acumular forças para obter uma correlação mais favorável no Congresso.

3. Nos capítulos anteriores referentes ao PCB tratamos desta problemática.

A PRESENÇA DE PRESTES

É neste momento que Prestes decide comparecer às discussões dos organismos onde se concentram maior número de opositores. O secretário-geral intervém pessoalmente na conferência distrital do Tatuapé, para contrabalançar o peso de Pomar, o mesmo fazendo na Conferência Regional do Rio Grande do Sul, dividida entre suas posições e aquelas defendidas por João Amazonas.

A linha prestista se afirma, no entanto, e o V Congresso, em 1960, não só dá vitória às Teses oficialmente propostas à discussão, como realiza uma limpeza em regra no Comitê Central. Apenas Ângelo Arroyo é reeleito como titular do CC, restando para Carlos Danielli e Pedro Pomar uma simples suplência.

O conflito se precipita e a gota d'água é a decisão do Comitê Central, no ano seguinte, de mudar os Estatutos, alterando o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro.

A CARTA DOS 100

Solidificando as diferenças entre as já caracterizadas facções, a conjuntura internacional apresenta novamente um papel decisivo: Cuba com sua teoria foquista e a afirmação da revolução socialista e a China com os ataques sistemáticos a Moscou a sua linha revisionista. Utilizando-se destes últimos, os dissidentes passam a referenciar-se no PC Chinês. Mas a querela é acelerada quando o PCB aprova o novo programa e estatuto na Conferência Nacional de setembro de 1961, visando obter “*status*” eleitoral legal e para convencer o eleitorado de que o partido era na verdade de natureza nacionalista e não um instrumento da União Soviética.

Através da “Carta dos 100”⁴ os dissidentes protestam e criticam a omissão deliberada das referências ao marxismo-leninismo e à luta revolucionária. Este documento vai se constituir no detonador do processo de ruptura, pois os “reformistas”, mais que stalinistas, eram pró-soviéticos. Haviam aceito a autocrítica sobre Stalin, pois esta fora orientada pelo PCUS, mas, assim como este, não abandonara a prática instituída. A solução da divergência pela expulsão sumária já estava, portanto, colocada. O pequeno grupo liderado por Amazonas, Grabois e Pomar foi expulso, formalmente, no início de 1962, por seu “sistemático ataque contra a unidade e a disciplina do movimento comunista”⁵. Além daqueles, os mais decididos e conhecidos dissidentes, também denunciados e expulsos pela mesma razão estavam José Duarte, Ângelo Arroyo, Walter Martins, Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oest.

Estes, e mais alguns signatários da “Carta dos 100”, realizam em fevereiro de 1962 uma Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB, aprovam resoluções em favor da manutenção do velho nome do Partido e elegem o novo Comitê Central do PCdoB. Desta forma, surgiam efetivamente à luz do dia os dois Partidos Comunistas. O PCdoB é imediatamente reconhecido como partido irmão tanto pelo PC Chinês como pelo Partido do Trabalho da Albânia (PTA)⁶ e pelo menos até a morte de Mao Tsé-Tung este figura ao lado de Stalin no panteão dos continuadores da tradição revolucionária de Marx e Lênin.

A análise da situação nacional e do caráter da revolução brasileira do novo Partido não se diferencia muito daquela feita pelo PCB de Pres-

4. Publicado n’*A Classe Operária* de abril de 1962, o documento está reproduzido também em: Em Defesa do Partido (*Carta dos 100*). In: PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 23-30 (N.E.).

5. A propósito das atividades do grupo fracionista: Em defesa da unidade do movimento comunista. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, ano III, n. 152, 05-11/01/1962, p. 1-2 (N.E.).

6. Denominação do partido comunista da Albânia (N.E.).

tes. Para o PCdoB os inimigos principais também são o imperialismo e os latifundiários e a evolução de nossa estrutura aponta para a necessidade de uma etapa democrático-burguesa. Na caracterização dessa revolução democrático-burguesa é que se iniciam as diferenças. Para o PCdoB esta não será de tipo tradicional, dirigida pela burguesia, mas sim pelo proletariado em aliança com o campesinato, embora setores da pequena e média burguesias possam ser os aliados. O governo revolucionário popular que resultará da revolução, além da destruição dos inimigos principais, assegurará a liberdade, melhorando a cultura e o nível de vidas das massas⁷.

A identificação com o PC Chinês fornece o modelo para esta revolução, que, dirigida pelo proletariado, terá no campesinato sua força principal, por constituir a maioria explorada da população e porque a “libertação nacional liga-se indissolavelmente à solução da questão agrária”. A reforma agrária, uma tarefa burguesa, só será conquistada com a aliança operário-camponesa e o caminho revolucionário aponta para uma guerra popular prolongada, que terá no campo sua base privilegiada. No desdobrar desta especificação ressalta um aspecto determinante na diferença tática dos dois Partidos Comunistas. Para o PCdoB impõe-se o caráter violento da revolução, que a partir de 1962 passou a ser instrumentalizado. Nesse sentido, é que, mesmo antes do golpe de 1964, militantes do Partido Comunista do Brasil partem para o campo, para entrar em contato com sua realidade e dar início aos seus preparativos de guerrilha.

Ainda na Conferência Nacional Extraordinária de 1962, em um pequeno relatório, os delegados colocam que desde 1957 os “comunistas revisionistas” haviam suprimido a imprensa do Partido, abandonado o trabalho de educação e mais tarde dissolvido a União da Juventude Comunista (UJC), além de outras organizações de massa, e votam pela volta de *A Classe Operária*, que ressurge em março, sob a direção de Maurício Grabois e Pedro Pomar.

7. Ver adiante “A questão agrária e a questão militar”, de Elvira Nadai, p. 145.

A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO MILITAR

Embora em suas formulações doutrinárias e táticas o PCdoB tenha se definido pela concepção da “Guerra Popular Prolongada”, o seu Programa vai repetir basicamente aquele de 1954, do PCB. A proposição da reforma agrária radical, por exemplo, encarada, é claro, como uma tarefa democrática, ponto fundamental para o Partido, já se encontra desenvolvida em tal Programa. Alguns aspectos são, no entanto, realçados: a definição do campesinato como força principal da revolução, a necessidade de sua participação nas decisões do poder do Estado, o caráter violento da revolução e a premência da ida para o campo.

De acordo com os próprios membros do Partido, apesar da teoria foquista ser criticada e rejeitada teoricamente, na prática foi a orientadora de sua ação e sintomático disto é o fato do PCdoB nunca ter formulado um Programa Agrário. Nunca ter procurado saber mais sobre a “Força Principal” de sua revolução. Apesar deste “*status*” superior, os camponeses, pequenos proprietários e trabalhadores rurais foram considerados como vivendo, no geral, a mesma situação e tendo, portanto, as mesmas aspirações e necessidades, tal como os encarava o PCB.

O único documento em que se discute mais detalhadamente a questão é no texto de 1967: “A revolução agrária ou a contrarrevolução do Sr. Caio Prado Jr.”, no qual a preocupação maior é responder às formulações de Caio Prado Júnior.

Outros elementos indicadores da direção foquista assumida pelo Partido, estavam no próprio processo de preparação da guerrilha. Neste privilegiava-se a preparação física dos combatentes e a sua

ligação afetiva com os moradores das regiões, ao trabalho político com as populações e a localização para implantação dos grupos, dada por critérios geográficos (presença da mata, montanhas etc.), em detrimento também de critérios políticos.

Elvira Nadai

ARRUDA, O PCDoB E A CHINA

As recentes declarações de Diógenes de Arruda Câmara, dirigente do PCdoB, logo após haver retornado ao Brasil, sobre as distâncias históricas entre seu partido e o PC Chinês suscitam perplexidade em mais de uma cabeça. Lendo o Arrudão, como é conhecido o velho dirigente, principalmente sua entrevista à *Folha de S. Paulo*, ter-se-ia a impressão de que o PCdoB manteve sempre em relação à China a atitude crítica que hoje tem¹.

Arruda se permite, inclusive, certas apreciações sobre o “grande timoneiro” da Revolução Chinesa, o presidente Mao, que só podem ser aceitas pelos leitores menos avisados.

Lendo por exemplo o número de setembro de 1976 o jornal *A Classe Operária*² dedicado em termos laudatórios ao dirigente chinês, é difícil compreender porque Arruda o transforma hoje praticamente em um “camponês democrata”. É certo que, como stalinista confesso, Arruda pode ter se familiarizado com o método de reescrever a história segun-

1. NATALI, João Batista. A reconversão moderada da “linha chinesa”: Arruda Câmara, um dos líderes do PCdoB, volta dia 8. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/09/1979, p. 10 (N.E.).

2. Referência à edição especial de 14 páginas do órgão oficial do PCdoB dedicada a Mao Tsé-Tung, que recentemente havia falecido (*A Classe Operária*, S.L., Ano XII, n. 110, set. 1976) (N.E.).

do as exigências de seu corifeu a quem ele pretende festejar durante todo este ano. Mas a história real das relações do PCdoB com o PC Chinês é bem distinta.

ANTES DA RUPTURA

As relações entre o PCdoB e os chineses são anteriores à própria “Conferência de Reorganização” de 1962.

Em 1959, Pedro Pomar, então membro do Comitê Central do único Partido Comunista que existia no país, viaja a Bucareste para representar sua organização no Congresso do PC Romeno. A reunião acaba por se transformar em um confronto entre as posições soviética e chinesa. As divergências aparecem e Pomar, ainda que obrigado por disciplina a defender uma posição pró-soviética, revela certa simpatia pelo discurso do delegado albanês e do delegado chinês, que não era outro que Peng Chen³.

A atitude de Pomar parece haver criado um elemento subjetivo favorável para aproximação política que se daria mais tarde, quando o PCdoB se formou.

Tão logo o PCdoB se constituiu, passa a ser um porta-voz das posições chinesas no Brasil. Seus militantes distribuem o *Pekin Información*, semanário em espanhol que apresentaria, a partir de 1962, as posições do PCC a respeito de suas divergências com os soviéticos e com outros partidos comunistas ocidentais.

3. Peng Chen (1902-1997) era o chefe da delegação do Partido Comunista Chinês ao Congresso do Partido Comunista da Romênia em junho de 1959. Liderou a organização do Partido em Pequim após a vitória da Revolução Chinesa em 1949. Peng foi membro do Comitê Central do PCC a partir de 1944. Ele também ocupou os cargos de primeiro secretário do Comitê Municipal de Pequim e prefeito de Pequim (1951). Foi membro do Politburo de 1956 a 1966. Na Revolução Cultural, em 1966, Peng caiu em desgraça quando contestou a concepção de Mao de que a literatura deveria apoiar o Estado. Ele foi reabilitado por Deng Xiaoping em 1982 (N.E.).

DIFERENCIADO

Todos são unânimes no interior do PCdoB em afirmar que as relações com o Partido Albanês foram sempre mais calorosas e menos ambíguas que as demais. O PCC não considerava o PCdoB como única organização revolucionária no Brasil, ainda que o tivesse como “partido irmão”. O PTA de Enver Hoxha rompeu rapidamente relações com o “Partidão”, enquanto que os chineses mantinham relações, ainda que frias, com a organização de Prestes. Tanto isto é verdade que, em 1967, Jover Telles, ainda militante do PCB, viaja a Pequim, depois de passar por Moscou, e após entrevista com Mao, pronuncia-se de maneira favorável à política chinesa, o que serviu para aumentar seus atritos com o “Partidão”.

A partir de 1966, a Ação Popular começa a ser igualmente aceita pelos chineses, mas o tratamento que estes davam aos militantes da AP era claramente diferenciado. Enquanto os dirigentes do PCdoB eram recebidos com honras de chefe de Estado (as más línguas falam em tapetes vermelhos no aeroporto) a AP tinha um tratamento mais discreto, não figurando as relações sequer no noticiário chinês.

INQUIETAÇÕES

A evolução política chinesa nos anos 1970 não foi objeto de um exame sistemático por parte da direção do PCdoB, que continuava revelando sua proximidade do PC Chinês e de Mao em particular, como revela a *Classe Operária* de 1976. É certo que muitas atitudes dos dirigentes chineses causavam espanto. Um destacado militante do PCdoB nos revelou o desgosto que provocou o envio de flores por parte do governo chinês ao enterro do primeiro-ministro espanhol, almirante Carrero

Blanco, executado por um comando da ETA⁴. Mas tudo ficava ao nível dos murmúrios.

É somente com a ruptura Albânia-China que as coisas vão se clarificar. Uma reunião do PCdoB com outros partidos maoístas da América Latina, em Tirana, por ocasião do Congresso do partido albanês é que vai formalizar a ruptura com o PC Chinês. Mas esta ruptura mesma era vivida dentro do PCdoB como uma manifestação de fidelidade ao pensamento de Mao e à Revolução Cultural, ambos “traídos” pelos novos donos do poder em Pequim.

4. Luis Carrero Blanco (1904-1973), militar e político espanhol. Integrando as forças golpistas de Francisco Franco, que desencadearam a Guerra Civil Espanhola, foi chefe de operações do Estado Maior da Marinha em agosto de 1939. Depois da guerra, durante a ditadura de Franco ocupou posições de responsabilidade dentro da administração. A figura de confiança de Franco tornou-se o segundo homem mais poderoso da ditadura franquista, chegando ao posto de presidente do governo. ETA é a sigla em basco da organização nacionalista de luta pela independência do País Basco, Pátria Basca e Liberdade (*Euskadi Ta Askatasuna*) (N.E.).

PCDoB: DO GOLPE DE 1964 AO INÍCIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA⁵

Em fevereiro de 1962, no momento de seu surgimento (ou de sua “reorganização”, como querem seus dirigentes), o Partido Comunista do Brasil não passava de um pequeno grupo de militantes organizado em torno do núcleo Pomar, Grabois, Amazonas e outros, cuja influência no PCB – afirmada em 1943 na “Conferência da Mantiqueira”⁶ – havia declinado irremediavelmente a partir de 1958.

Suas bases mais significativas estavam no Rio Grande do Sul, onde se encontrava João Amazonas, no estado do Rio de Janeiro, aonde se fazia sentir a influência de Maurício Grabois, Lincoln Oest e Carlos Danielli e, em menor medida, em São Paulo, a partir da presença de Pedro Pomar.

Analisando as circunstâncias de seu surgimento dez anos depois, em um documento intitulado *Cinquenta anos de luta*⁷, o PCdoB vai considerar “os primeiros anos da reorganização” como “duros e difíceis”.

5. Colaboração de pesquisa de Elvira Nadai.

6. Denominação pela qual ficou conhecida a 2ª Conferência Nacional, realizada na clandestinidade entre 28 e 30 de agosto de 1943, em Engenheiro Passos, no Estado do Rio de Janeiro, que reorganizou o PCB, o qual se encontrava praticamente desarticulado pela ação da repressão, e na qual se elegeu, embora ainda preso, Luiz Carlos Prestes para a secretaria-geral do partido (N.E.).

7. O documento, depois de circular no Brasil em 1972 em edição de pequena tiragem e circulação restrita, acabou publicado em PARTIDO Comunista do Brasil. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975. Mais tarde, o texto foi republicado em PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, edição esta que atribui sua autoria a João Amazonas e Maurício Grabois (N.E.).

Os efetivos do Partido – prossegue o texto – são reduzidos e débeis também seus vínculos com as massas. Os marxistas-leninistas lutam contra a corrente. O reformismo, sob o governo de Goulart, está em pleno auge. Tudo parece confirmar as teses oportunistas dos renegados do marxismo⁸.

ISOLAMENTO

As razões deste isolamento são bem complexas, no entanto.

Em primeiro lugar, é certo que a evolução aparente do governo Goulart fortalecia essencialmente as posições do “Partidão” e de todos os setores que viam no desdobramento dos acontecimentos uma prova da viabilidade do caminho pacífico das “reformas de base”. Mas não é menos certo, por outro lado, que o PCdoB, como de resto todos aqueles que procuravam se colocar à esquerda do “Partidão” naquele momento, revelava uma pequena capacidade de elaboração alternativa, opondo às posições concretas dos partidários de Prestes teses extremamente gerais, aonde a luta armada (peça de resistência das posições do PCdoB) era formulada exclusivamente ao nível de princípios.

A expressão mais visível desta indigência de formulação está na pobreza da elaboração tática para o período. Sem o dizer, a posição do PCdoB como que reeditava, em relação a Goulart, a atitude que oito anos antes seus dirigentes (então existia um só partido) haviam adotado em relação ao declinante governo do presidente Getúlio Vargas.

Em agosto de 1962, momento marcado por uma intensa mobilização de massas, situado entre as duas greves políticas conduzidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), *A Classe Operária*, desde março daquele ano órgão oficial do PCdoB, não era capaz de definir uma orientação tática mais precisa para a conjuntura. Em editorial intitulado “Preparar-se para a luta em todos os terrenos” dizia:

8. PARTIDO Comunista do Brasil. Cinquenta anos de luta. In: _____. *Em defesa...*, p. 164 (N.E.).

As forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que lutam por um governo popular revolucionário, têm o dever de organizar a luta do povo, as ações de massas contra a carestia de vida, pela reforma agrária radical, pela solução dos problemas de abastecimento, pelas liberdades. (...) No caso em que a crise política assuma um caráter mais profundo, com atritos de maior amplitude entre os grupos das classes dominantes, é preciso estar em condições de enfrentar o imperialismo, o latifúndio e seus agentes em todos os terrenos.

Esta posição vaga se manteria, no essencial, até o golpe de 1964, ainda que alguns meses antes a tendência da direção fosse mais flexível ante o governo Goulart.

STALINISMO

Limitados por este tipo de indefinições, que enfraquecia sua intervenção numa conjuntura extremamente rica, o PCdoB refugiava-se em genéricos preparativos da luta armada que, como seria fácil esperar, não desembocaram naquele momento em nada concreto, nem do ponto de vista prático, nem do ponto de vista teórico. Praticamente, além de alguns levantamentos de áreas e de medidas vagas de formação militar nada houve que pudesse preparar a organização para esta forma de luta que era considerava principal e inevitável: teoricamente suas formulações continuavam ecléticas, uma mistura de posições chinesas sobre a guerra popular com as teses guevaristas que tanta influência exerciam na América Latina naquele período⁹.

Mas havia outra limitante na irradiação do PCdoB: seu stalinismo. O PCdoB reivindicava histórica e politicamente a herança do ditador,

9. O nascente PCdoB, através de editora a ele então vinculada, Futuro, publicou pela primeira vez em terras brasileiras conhecido texto de Guevara sobre guerrilhas (GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. Rio de Janeiro: Futuro, 1962). Neste mesmo ano, a Futuro editou mais dois outros textos cubanos (CUBA. Assembleia Geral Nacional do Povo Cubano. *2ª Declaração de Havana*. Rio de Janeiro: Futuro, 1962; e CASTRO, Fidel. *De Moncada à ONU*. Rio de Janeiro: Futuro, 1962). (N.E.).

justamente quando as novas gerações que despertavam para as ideias de esquerda, o faziam marcadas pelas denúncias do terror que se abatera durante décadas sobre o partido e a sociedade soviéticas, com tantas repercussões sobre o conjunto do movimento comunista internacional e que apareciam indissociavelmente ligadas ao nome de Stalin.

Mais ainda, a filiação às teses stalinistas fazia com que o PCdoB, no essencial, não apresentasse uma estratégia de revolução que fosse realmente alternativa à do PCB. Salvo na questão da luta armada – que o “Partidão” havia efetivamente recusado, mas que o PCdoB retinha naquele momento apenas retoricamente – não havia diferença fundamental da linha geral dos dois partidos inimigos.

As condições do isolamento em que vivia o Partido Comunista do Brasil, finalmente, contribuía para que se desenvolvesse uma atitude de extremo sectarismo, explicável em pequenas organizações que têm necessidade de afirmar-se perante um partido mais poderoso do qual se desprenderam.

A RESPOSTA À DITADURA

Segundo seus dirigentes, o golpe militar de 1964 não pega o PCdoB de surpresa. Reunidos às vésperas do movimento, no dia 29 de março, os membros do Comitê Central ao se separarem já vão para seus “aparelhos”. O desgaste orgânico, assim, será reduzido a suas mínimas dimensões. De qualquer maneira, a organização vai compartilhar, igualmente, a perplexidade do conjunto da esquerda com queda de Jango.

A repressão se abate sobre o que existe visível da organização. Os locais públicos d’*A Classe Operária* são fechados pela polícia dias após o golpe e o jornal só reaparecerá desta vez em edições clandestinas, a partir de 12 de maio de 1965.

A expressão das dificuldades que o PCdoB enfrenta após abril de 1964 está dada pela relativa tardança em posicionar-se diante do acontecimento. Enquanto o PCB já havia publicado um comunicado de Prestes (em maio de 1964) e o famoso *Esquema para Discussão*, no qual esboça uma autocrítica “de esquerda” (julho do mesmo ano), o PCdoB só reagirá publicamente em agosto através de um documento¹⁰. Nele há três conteúdos centrais a reter: 1) uma forte crítica ao “Partidão” e, em especial, às “ilusões pacifistas” que os “revisonistas” haviam semeado; 2) considerações sobre um longo período que se abre (grande parte da esquerda apostava numa queda em curto prazo da ditadura); e 3) que o “campo é o problema-chave da revolução”.

A SEXTA CONFERÊNCIA

O documento de agosto de 1964 tinha mais um caráter analítico, não avançando, no entanto, uma definição tática, carência que, como se viu, afetava o PCdoB desde antes do golpe.

É com a perspectiva de definir uma tática que se reunirá em junho de 1966, mais de dois anos após o golpe, a VI Conferência do PCdoB.

A análise que vai sustentar a definição tática não é muito distinta daquela formulada pelo PCB da época: a ditadura é vista como a expressão política da dominação exercida sobre o país pelo “imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos” e é a partir desta constatação que a conferência “preconiza a união de todos os patriotas e democratas, tendo em vista levar a cabo a revolução com bandeiras amplas”.

Duas coisas vão, no entanto, marcar uma nítida diferença entre a tática do “Partidão” e a do PCdoB. O fato de que este define na Conferência que “o campo é o cenário principal onde poderá surgir e se desen-

10. O documento “O golpe de 1964 e seus ensinamentos” pode ser lido em PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa...*, p. 55-83 (N.E.).

volver a revolução” e que “a forma principal de luta é a luta armada, sem a qual não se derrubará o regime reacionário”¹¹.

A conferência assenta, assim, as bases para a linha militar que a organização passará a desenvolver um pouco mais tarde.

NOVAS ADESÕES

A conjuntura em que se realiza a VI Conferência e a que se segue vão trazer inúmeras modificações na vida do PCdoB. Até aquele momento, a organização não havia no fundamental superado suas dimensões grupusculares de antes de 1964, apesar de aparecer legitimada aos olhos de muitos setores como decorrência de sua posição frente ao “Partidão”.

Isto havia permitido a atração de elementos das Ligas Camponesas de Francisco Julião, e de alguns setores do PCB, como o Comitê Marítimo, sob a liderança de Luiz Ghilardini¹².

Mas é evidente, no entanto, que o PCdoB se revelava naquele momento incapaz de capitalizar a enorme crise que sacudia o PCB. As dissidências que se formam no interior deste eram igualmente críticas à organização de Pomar, Grabois e Amazonas e os únicos que irão engrossar suas fileiras são alguns militantes do Comitê Estadual da Guanabara. Um grupo daquele estado, sob a direção de Jover Telles e Armando Frutuoso¹³, que havia participado da cisão do “Partidão” que deu origem

11. As resoluções da VI Conferência do PCdoB podem ser lidas em PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa...*, p. 85-113. Há, no entanto, uma publicação mais completa do mesmo documento em PARTIDO Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974, p. 101—174 (N.E.).

12. Luiz Ghilardini (1920-1973), marítimo. Membro do Comitê Central do PCdoB foi assassinado sob tortura no Rio de Janeiro, logo após a sua prisão, em janeiro de 1973. Seu assassinato foi fraudado à época sob a alegação de “reação às forças de segurança”. Embora seu corpo fosse reconhecido oficialmente, acabou sepultado, com seu nome verdadeiro, como indigente. Em 1978, seus restos mortais foram transferidos para um osuário geral e, entre 1980 e 1981, enterrados numa vala clandestina com cerca de duas mil outras ossadas (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 325-326) (N.E.).

13. Armando Teixeira Frutuoso (1923-1975), eletricitário. Fundador do PCBR, onde permaneceu poucos meses, logo ingressou no PCdoB no início de 1969, onde, a partir de 1971, integrou seu Co-

ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), acabou por romper com este e ingressar no PCdoB. Muitos afirmam que Jover e seu grupo estavam “clandestinamente” no PCdoB desde a Conferência de 1962 e que só haviam permanecido na organização de Prestes para tentar ganhar futuros descontentes. Esta tese é desmentida hoje por alguns ex-dirigentes do PCdoB, que insistem no fato de Jover ter criticado muito os dissidentes em 1962.

REDEFINIÇÕES

Pouco após a VI Conferência começam a manifestarem-se tendências divergentes no interior da organização. O movimento é mais geral, no entanto, na medida em que o conjunto da esquerda brasileira sofria naquele período um processo de acomodação política e orgânica.

No PCdoB isto se expressa pela formação da Ala Vermelha, grupo dissidente no qual convergem de forma pouco clara vários tipos de inquietações: tendências do tipo socialista no que diz respeito à caracterização da revolução; uma definição de linha militar mais próxima das organizações guerrilheiras urbanas e vários elementos ideológicos suscitados pela Revolução Cultural irrompida na China¹⁴.

Para o PCdoB, no entanto, tudo não passa de um “grupelho de inimigos nele infiltrado, que tenta assaltar a direção, desagregá-lo e levá-lo

mitê Central. Em agosto de 1975 foi preso pelo aparato repressivo da ditadura e acabou assassinado sob tortura. Ainda hoje permanece entre os “desaparecidos” (Cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 403-404) (N.E.).

14. Sobre a Ala Vermelha seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: RIBEIRO, Adriana Maria. *Todo comunista tem de ir aonde o povo está: As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense na década de 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: Revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Além disso, ver as memórias de um agente da ditadura infiltrado nas fileiras da organização: GIOVANNETTI, Gilberto. *Das trevas à democracia: Experiências de um Perro Sapiens*.

pelo caminho do aventureirismo pequeno-burguês”. O balanço histórico feito no período conclui: “... este grupelho procura, sorrateiramente, dividir o Partido, mas por fim arranca a máscara. Seus integrantes são expulsos da organização partidária, que se fortalece deputando-se de ar rivistas e provocadores”¹⁵.

A crise é a ocasião, igualmente, para um ajuste de contas com o foquismo, ainda que muitos afirmem que este ajuste é apenas nominal. O Comitê Central critica as concepções políticas que eram irradiadas na América Latina a partir do Partido Comunista Cubano e que se materializaram nas teses da OLAS.

Qualificado como concepção “pequeno-burguesa”, o foquismo era acusado de pregar uma revolução continental que ignorava as particularidades nacionais e as etapas da luta, ademais de ser “desligado da massa” e de negar “o papel do Partido como força dirigente, atribuindo à guerrilha esta função”¹⁶.

O Comitê Central de 1967 aproveita para fazer uma crítica ao que chama de ressurgimento das teses trotskistas e neotrotskistas que se apoiavam “nas posições traidoras de Krushev e tenta, uma vez mais, desorientar as forças progressistas e leva-las à derrota”¹⁷.

A LUTA ARMADA

Mesmo o episódio da cisão da Ala Vermelha, da mesma maneira que anteriormente o do grupo de militantes do Nordeste que sai da organização para construir o Partido Comunista Revolucionário (PCR) acusando a direção do PCdoB de não compreender o caráter estratégico que a região nordestina iria ter na luta revolucionária no Brasil, não

15. PARTIDO Comunista do Brasil. Cinquenta anos de luta. In: _____. *Em defesa...*, p. 167 (N.E.).

16. *Idem*, p. 168 (N.E.).

17. *Ibidem* (N.E.).

afeta maiormente os planos de implantação do que viria mais tarde ser a “guerrilha do Araguaia”.

Como nos revelam os vários depoimentos sobre o episódio, enquanto a grande maioria de organizações de esquerda revolucionária começava a realizar ações armadas nas cidades, o PCdoB punha em marcha o que considerava ser um plano em longo prazo para o enfrentamento da questão armada. O cenário, como os documentos haviam afirmado sempre, era o campo. Algumas dezenas de militantes e dirigentes começavam a deslocar-se para o norte do país a partir de 1967, ainda que a significação exata desta implantação somente viesse a ser compreendida em 1972, quando as forças armadas despertam para o que vieram qualificar mais tarde como o “maior desafio da subversão no Brasil”.

Por outro lado, a gravitação das teses do Partido Comunista Chinês em nível internacional, preparava as condições para um reforçamento das posições do PCdoB.

Havendo na sua grande maioria aderido ao maoísmo, uma tendência importante da Ação Popular¹⁸ desenvolvia um projeto que iria desembocar em sua fusão com o PCdoB. A fusão desta corrente jovem da esquerda brasileira ganha para o marxismo, através do pensamento de Mao Tsé-Tung, com o grupo stalinista tradicional do PCdoB, daria a esta organização uma vitalidade que poucos poderiam imaginar.

18. Como vimos nos capítulos anteriores sobre a Ação Popular.

PCDoB: OS IMPASSES DOS ANOS 1970

Ainda que o aspecto mais relevante da história do PCdoB nos anos 1970 esteja efetivamente ligado ao que se conhece como a “Guerilha do Araguaia”¹ não é lícito reduzir ao episódio o desenvolvimento da organização nesse conturbado período. O Partido Comunista do Brasil passa por uma profunda transformação, motivada em primeiro lugar pela concentração de quadros e dirigentes na região do Araguaia, em segundo lugar pela repressão que se faz sentir sobre a organização, afetando a quase totalidade de seu núcleo histórico e, finalmente, pela incorporação de uma expressiva fração de militantes da Ação Popular que havia tentado levar às últimas consequências o processo de maioização da AP.

Em dezembro de 1976, quando a direção da organização se debruçava sobre o dossiê Araguaia, ensaiando uma crítica aprofundada da experiência no norte do país, a repressão se abate sobre o núcleo dirigente. O saldo é trágico: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo² são mortos

1. Ver adiante Uma ‘gloriosa jornada de luta?’, de Elvira Nadai, nas colaborações da *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, p. 285.

2. Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (1913-1976), jornalista. Após o golpe de Estado de 1964 a polícia vasculhou e depredou a casa de Pomar, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, e decretou

na casa da Lapa, onde o Comitê Central havia encerrado sua reunião. Wladimir Pomar, Aldo Arantes, Elza Monnerat e Haroldo Lima³ são detidos pouco depois de deixarem o “aparelho”, o mesmo acontecendo com João Batista Drumond. Este último, como os demais membros do CC, viria a morrer na madrugada mesma de 16 de dezembro de 1976, horas antes do assalto final da casa da Lapa. A repressão afirma que, tentando escapar ao cerco policial, Drumond teria sucumbido sob as rodas de um automóvel. Outras versões dão conta, no entanto, que ele teria sido preso pelos agentes do DOI-CODI e, primeira hipótese, assassinado na tortura, ou, segunda hipótese, se jogado de uma janela das dependências policiais. É evidente que a tese do acidente automobilístico (usada com frequência excessiva pela repressão) é a menos provável, sobretudo ao se considerar que, na madrugada do dia 16, os agentes do DOI-CODI afirmaram ter prendido alguém com um pacote de biscoitos que ocultava no seu interior vários exemplares d’*A Classe Operária*. Os companheiros de

sua prisão preventiva, levando-o à clandestinidade, na organização do PCdoB. Após a derrota da guerrilha do Araguaia, durante o debate sobre o episódio, Pomar adotou uma posição crítica em relação a ela, que se contrapunha à defendida por Ângelo Arroyo (1928-1976), metalúrgico e dirigente sindical. No PCdoB, após o golpe de Estado de 1964, Arroyo atuou na área rural em várias regiões do país, cuidando da criação e organização dos guerrilheiros do Araguaia, dos quais foi um dos comandantes e um dos poucos guerrilheiros a sair com vida da região, em janeiro de 1974. Nos dias 14 e 15/12/1976, em São Paulo, a direção do PCdoB reuniu-se para discutir a questão do Araguaia. No final, os presentes começaram a se retirar do local. As forças da repressão, cientes da reunião e que cercavam a casa, prenderam os que até então se haviam retirado, invadiram-na na madrugada do dia 16. Executaram ali Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Buscaram dissimular, como usualmente faziam nos seus comunicados divulgados pela imprensa, o assassinato sob a alegação de “resistência armada”. Pedro Pomar foi enterrado pelas forças da repressão da ditadura sob nome falso, tendo a sua família posteriormente localizado seus restos mortais, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 421-426. Sobre Pedro Pomar ver também AMAZONAS, João *et al.* *Pedro Pomar*. São Paulo: Brasil Debates, 1980; BERTOLINO, Osvaldo. *Pedro Pomar: Ideias e batalhas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2013; POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: Uma vida em vermelho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013; _____. *Pedro Pomar: Um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (N.E.).

3. Sobre este episódio ver as memórias de alguns de seus participantes: POMAR, Wladimir. *O nome da vida: Qualquer semelhança não pode ser mera coincidência*. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018; ARANTES, A. *Op. cit.* (2013); LIMA, H. L. R. *Op. cit.* (1979). Sobre a professora Elza de Lima Monnerat (1913-2004) ver BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002 (N.E.).

Drumond sabiam perfeitamente que este era o sistema que ele utilizava para transportar os jornais da organização⁴.

Mas as coisas não param aí: Jover Telles, um dos “históricos” do PCB e que depois de uma passagem pelo PCBR se incorpora em 1967 ao PCdoB, desaparece no mesmo 16 de dezembro. Ele tinha o hábito de deixar os aparelhos pela manhã cedo, o que parece ter ocorrido pouco antes do ataque da polícia. O curioso, no entanto, é que seu nome não aparece nos informes da polícia, nem nos do PCdoB. Na sua recente entrevista à *Folha de S. Paulo*, Diógenes de Arruda Câmara fala de um “outro morto” no episódio da Lapa, sem mencionar, no entanto, seu nome, o que não deixa de ser surpreendente, tendo em vista o tratamento dispensado pela organização em relação aos outros militantes e dirigentes caídos, cujas vidas e exemplos foram exaltados em comunicados da organização. A hipótese de que Jover tivesse escapado vivo ao cerco da polícia parece menos provável, ainda; o seu “reaparecimento”, como o de outros clandestinos já se teria produzido ou, pelo menos, teria sido anunciado. A partir destes elementos, não é surpreendente que dentro do PCdoB muitos militantes se interroguem até hoje sobre o inexplicável silêncio da direção a respeito⁵.

4. O economista João Batista Franco Drumond (1942-1976), ao contrário dos comunicados oficiais da repressão divulgados pela imprensa brasileira – de que teria tentado fugir da casa pela caixa d’água, caído na rua, quando teria fraturado o crânio, sendo atropelado por um veículo não identificado e falecendo em decorrência dos ferimentos provocados –, foi preso na noite do dia 15 de dezembro, depois de sair da casa e ser deixado perto da Avenida Nove de Julho. Foi assassinado sob tortura nas dependências do DOI-CODI, provavelmente na madrugada do dia 16. (Cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 421-426). (N.E.)

5. NATALI, João Batista. A reconversão moderada da “linha chinesa”: Arruda Câmara, um dos líderes do PCdoB, volta dia 8. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/09/1979, p. 10. Para maiores detalhes sobre o massacre, bem como sobre a participação e a atuação de Jover Telles como informante das forças de repressão ver POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB, São Paulo, 1976*. 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006; bem como LAFORGIA, Reynaldo. *Dezembro sangrento: A chacina da Lapa*. Campinas: Pontes, 1988; SILVEIRA, Éder da Silva. *Além da Traição: Manoel Jover Telles e o comunismo no Brasil do século XX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013 (N.E.).

NA ALBÂNIA

Outro aspecto do episódio da Lapa é a morte de Pedro Pomar. Em outras circunstâncias, Pomar teria escapado e a vítima da repressão teria sido o atual secretário-geral da organização, João Amazonas. Pomar deveria ter viajado à Albânia, mas, na última hora, tendo em vista um problema de saúde na sua família, ele decide cancelar a viagem e a direção o substitui por Amazonas, que habitava a casa da Lapa. Tanto isto é certo que a polícia se surpreende quando não encontra entre as vítimas o corpo do atual secretário-geral.

A ausência de Amazonas na reunião da Lapa tem outras incidências no processo de discussão que começava a esboçar-se no PCdoB naquele momento e que hoje transpira nas páginas da imprensa.

A chamada “ala crítica” à experiência do Araguaia, que via na guerrilha um “foquismo disfarçado”, onde os aspectos conspirativos haviam sobrepujado uma orientação mais de massas, conforme os ensinamentos da teoria da guerra popular, marca pontos importantes na reunião do CC de dezembro de 1976⁶. O alvo central deste grupo são dois editoriais recentes de *A Classe Operária* considerados pouco críticos e muito complacentes em relação à guerrilha. A maioria que se alinha nesta posição só tira todas as consequências de sua situação tendo em vista a ausência de Amazonas. O debate fica assim sem conclusão e isto talvez explique em muito a crise que o PCdoB vive hoje e o lugar destacado que este balanço ocupa dentro desta crise.

Outro elemento relevante da história da organização neste período, que se encerra com a queda da Lapa, é o processo de superposição que se estabelece na organização a partir da incorporação dos militantes de origem Ação Popular.

6. Um conjunto importante de documentos críticos à experiência do Araguaia está publicado em POMAR, Wladimir (Org.). *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (N.E.).

Se é impossível comprovar o que muitos dizem a respeito do reforço que a cisão da AP trouxe para o PCdoB (mais militantes do que o próprio partido tinha naquele período) é mais fácil constatar as modificações operadas em nível do Comitê Central.

A entrada dos militantes de origem AP no CC coincide com uma grave crise pela qual passava o PCdoB ao nível da sua direção. Sete dos vinte integrantes do Comitê Central estavam no Araguaia, dentre os quais Amazonas e Grabois (este último morrerá na região⁷); em 1971 José Duarte havia sido assassinado na Bahia⁸ e o mesmo vai acontecer um ano mais tarde com Danielli, Lincoln Roque e Ghilardini. O CC nas zonas urbanas – não se pode esquecer o isolamento em que se encontrava a direção do Araguaia – tinha sido, portanto, reduzido apenas a oito membros e os lugares vazios vão ser em grande medida ocupados pelos recém-chegados que tinham a seu favor, ademais, a rica experiência no trabalho de massas que a AP desenvolveu nos anos anteriores.

7. Maurício Grabois (1912-1973), jornalista. Após o golpe de 1964 teve seus direitos políticos cassados pela ditadura, levando-o à clandestinidade. Em 1966, com a decisão do PCdoB em apontar a guerrilha como uma das principais formas de luta contra a ditadura, Grabois foi indicado como um dos responsáveis no seu partido pelo projeto. No final do ano seguinte seguiu para a região do Araguaia. Com o início dos confrontos com as forças armadas, em abril de 1972, progressivamente fechou-se o cerco sobre os guerrilheiros e Grabois acabou morto em confronto, presumidamente em dezembro de 1973. Como resultado da diretiva estabelecida pela repressão de eliminar os guerrilheiros, Grabois até hoje se encontra “desaparecido” até hoje, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 229-230. Sobre Maurício Grabois ver também BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois, uma vida de combates. O caminho de um revolucionário brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2012; e GRABOIS, Victória Lavínia & GRABOIS, Mário. *Maurício Grabois: Uma vida pelo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Sobre a trajetória de João Amazonas de Souza Pedroso (1912-2002) ver BUONICORE, Augusto César. *Meu verbo é lutar: A vida e o pensamento de João Amazonas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2012 (N.E.).

8. José Duarte (1907-1990), ferroviário. Antigo militante comunista, fundador do PCdoB, foi preso em outubro de 1972 na Bahia. Torturado, foi mantido incomunicável durante longo tempo através de constantes mudanças de seu local de encarceramento, sendo sua prisão preventiva decretada apenas em abril de 1973. Em janeiro de 1977 teve sua prisão relaxada por ausência de julgamento. Levado a julgamento em Fortaleza, teve condenação inferior à sua estadia nos cárceres entre 1972 e 1977. No entanto, meses depois, a ditadura montou novo julgamento, no qual ele foi condenado a mais três anos de prisão. José Duarte decidiu por isso entrar na clandestinidade, da qual somente saiu em novembro de 1979, após a decretação da anistia promulgada em agosto (MOMESSO, Luiz. *José Duarte: Um maquinista da história*. 2ª ed. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora, 2013). A longa incomunicabilidade e a clandestinidade após sua libertação explicam a informação, divulgada nas páginas de *Em Tempo* em 1979, de que Duarte teria sido assassinato (N.E.).

SUPERPOSIÇÃO

A superposição de duas gerações de dirigentes – ainda por cima de origem política distinta – não causa maiores distúrbios no partido. Estes adviriam do debate que se fazia necessário sobre o projeto militar impulsionado no Araguaia, discussão que poria em evidência duas questões essenciais: por um lado, a experiência mesma e que ocupava um lugar central na visão estratégica da organização; por outro lado, os métodos que deveriam presidir esta discussão. Muitos denunciam o sufocamento do debate por meio de expedientes administrativos.

A questão do Congresso do PCdoB nunca realizado desde 1962 volta a reaparecer. Mas na última Conferência Nacional, a sétima, este ponto não foi discutido. Em contrapartida, a reunião decidiu comemorar em 1979 o ano Stalin⁹.

9. Sobre o PCdoB, seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: ARANTES, Aldo. *Alma em fogo: Memórias de um militante político*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2013; BERTOLINO, Osvaldo. *Aurélio Peres: Vida, fé e luta. O operário comunista que sobreviveu ao DOI-CODI e se tornou deputado federal em plena ditadura militar*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018; CABRERA, José Roberto. *Porta entreaberta: A fim da União Soviética e as esquerdas brasileiras. O caso do PC do Brasil*. Campinas: Pontes, 2012; CARVALHO, Luiz Maklouf. *Contido a bala: A vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará*. Belém: CEJUP, 1994; LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso: Memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984; LIMA, Haroldo Lopes Rodrigues. *Itinerário*. Salvador: Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo da Bahia, 1979; MACHADO, Ismael. *Paulo Fonteles sem ponto final*. São Paulo: Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos; Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2017; MATEOS Castell, Raúl. *Como perdi meu tempo [Memórias]*. Vol. 1. São Paulo: Terceira Margem, 2010; MORAES, Jô. *Uma história para Érica: Fragmentos da vida sob a ditadura militar*. Belo Horizonte: VFazitto, 2002; RANGEL, Olivia (Org.). *Rogério Lustosa: Lições da vida operária*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi, 2002; RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2010; SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: Definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo e REIS Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 63-103; SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Seropédica; Mauad X; Edur, 2008; VALADARES, Loreta. *Estilhaços (Em tempos de luta contra a ditadura)*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005 (N.E.).

AS DIFICULDADES EM NUMERAR UM CONGRESSO

Um problema formal, dirão uns, mas, nem por isso, sem significação: que número deverá ter um eventual Congresso do PCdoB?

Reivindicando a continuidade com o Partido, fundado em 1922, o Congresso não poderá ser o Primeiro, pois aí se estaria admitindo que o que houve em 1962 foi uma ruptura e não a “reorganização” do Partido.

O último Congresso do “Partidão”, antes de 1982, foi o V, em 1960, no qual foram aprovadas as teses consideradas como “revisionistas” pelos atuais dirigentes do PCdoB. Mas os fundadores (ou reorganizadores) do Partido Comunista do Brasil não só participaram dos debates e da reunião, como dois foram eleitos suplentes do CC, estando, portanto, comprometidos com suas resoluções.

Se o eventual Congresso do PCdoB vier a ser o 5º, o partido estará desautorizando a conduta de seu núcleo histórico que participou e legitimou a reunião; se ele vier a se chamar 6º, a organização estará reconhecendo a reunião do Partido que para muitos é fonte de todos os males. De momento, no entanto, a questão dos números não parece ser o maior obstáculo à realização do Congresso¹⁰.

10. Em janeiro/fevereiro de 1983 o PCdoB, por fim, realizou o seu 6º Congresso (N.E.).

A ALN NO PENSAMENTO DE SEU FUNDADOR

Domingo último, dia 4 de novembro, cumpriram-se dez anos do anúncio da morte de Carlos Marighella, talvez a personalidade da esquerda brasileira de maior notoriedade desde 1964¹. As circunstâncias mesmas de seu assassinato permanecem obscuras. Durante muito tempo prevaleceu a versão dada pela repressão: atraído para um *ponto* com padres dominicanos na Alameda Casa Branca, no bairro Jardim América, em São Paulo, Marighella teria sido abatido pela polícia ao resistir à voz de prisão dada pelo então delegado Sérgio Fleury. A fuzilaria que se estabeleceu na rua teria passado relativamente despercebida pela vizinhança mergulhada, como quase toda a cidade de São Paulo, na transmissão pela TV do jogo Santos e Corinthians que se realizava no estádio do Pacaembu naquela noite².

Hoje esta versão é contestada pelos próprios padres dominicanos, três dos quais preparam um livro sobre a morte do ex-deputado comu-

1. É importante observar que este texto foi publicado em 1979 (N.E.).

2. Sobre o assassinato de Carlos Marighella (1911-1969) pela repressão da ditadura brasileira ver BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 108-109 e um relato detalhado da farsa criada para a encenação da execução de Marighella pode ser encontrado em MAGALHÃES, Mário. *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 545-570 (N.E.).

nista. Em algumas conclusões antecipadas pela revista *Playboy*, de outubro último³, os freis Ivo, Betto e Fernando⁴ apontam para uma série de contradições na versão policial. Uma investigação paralela à dos órgãos de segurança permite estabelecer, entre outras coisas, que antes do suposto enfrentamento da Alameda Casa Branca, os policiais da DOPS já comemoravam com torta e champanha o assassinato daquele que aparecia como o principal desafio aos organismos de repressão.

UMA PERSONALIDADE & UMA ORGANIZAÇÃO

Começar a história da Ação Libertadora Nacional, a ALN, por uma referência tão pessoal a Carlos Marighella não significa reduzir a trajetória desta organização à personalidade de seu mais destacado dirigente.

Todos que o conheceram, antes e depois de seu rompimento em 1967 com o PCB, são unânimes em ressaltar sua forte personalidade e em afirmar categoricamente o quão difícil é separar a história de Marighella da organização que ele viria formar depois desta ruptura. A presença deste mulato que faria suas primeiras experiências com a repressão após o fracasso da insurreição da ANL, que ele, como estudante de engenharia, havia apoiado, é assinalada na história das lutas políticas do Brasil desde 1935. Sua participação na reorganização clandestina do PCB em São Paulo, durante o Estado Novo⁵, inspirou Jorge Amado que o transformou num

3. BORBA, Marco Aurélio. Como foram realmente as últimas horas de Carlos Marighella? *Playboy*. São Paulo, ano 5, n. 51, out.1979, p. 110-111 e 150-159 (N.E.).

4. Trata-se dos freis dominicanos Ives do Amaral Lesbaupin (Ivo), Carlos Alberto Libânio Cristo (Betto) Fernando de Brito, alguns dos dominicanos envolvidos com o movimento de Marighella. No entanto, ao contrário do anunciado na referida reportagem, o livro saiu apenas com a assinatura de Betto (FREI BETTO). *Batismo de sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982), tendo sucessivas reedições, inclusive por outras editoras (N.E.).

5. Pouco antes de realizarem-se as eleições presidenciais previstas para a sua sucessão em janeiro de 1938, Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, em 10/11/1937 promoveu um golpe de Estado para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo, que durou até 1945 (N.E.).

personagem de sua trilogia *Os Subterrâneos da Liberdade*⁶. Mais tarde, seja como parlamentar no período da legalidade do PCB, seja nos anos que se seguiram, Marighella sempre foi visto como um dirigente marcante, talvez aquele que, depois de Prestes, possuísse no interior do “Partidão” maior carisma. Com o golpe de 1964, o nome de Carlos Marighella volta a ser notícia. Poucos dias após a queda de Goulart, ele seria preso em um tiroteio no interior de um cinema da Tijuca, no Rio de Janeiro, episódio que contaria dois anos após num livro intitulado *Por que resisti à prisão*⁷ e no qual insinua suas primeiras divergências com o “Partidão”.

Estas divergências viriam à tona, de forma explícita, quando de sua viagem à Havana. Na capital cubana, durante a realização da reunião da Organização Latino-americana de Solidariedade, em 1967, ele dirige uma carta ao CC do PCB pedindo sua demissão da Comissão Executiva⁸. O processo de ruptura se delineava e, formalmente, culminaria com a sua expulsão, pronunciada pelo VI Congresso do “Partidão”. Mas Marighella, em dezembro de 1967, quando esta decisão foi adotada, já estava em outro projeto: o da construção da ALN.

PRESEÇA MARCANTE

O destaque que Carlos Marighella e a ALN tiveram na história recente da esquerda brasileira advém menos da profundidade de suas

6. Neste romance de Jorge Amado, entre vários outros personagens históricos que ali também são apresentados, Marighella aparece como “Carlos”, caracterizado como um herói clássico e portando-se como um militante de conduta irrepreensível, desfaldando a bandeira do comunismo no Brasil (N.E.).

7. Alguns trechos do livro (MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. [Rio de Janeiro]: Edições Contemporâneas, 1965) já foram aqui reproduzidos anteriormente (N.E.).

8. Esta carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro, datada de 01/12/1966, encontra-se reproduzida em diversas edições: MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979, p. 89-97; NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighella: O homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 536-546; PINHEIRO, Milton & FERREIRA, Muniz (Orgs.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo; Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Júnior; Fundação Dinarco Reis, 2013, p.221-231 (N.E.).

posições ou da extensão de sua prática do que da forma clara e direta pela qual suas teses foram anunciadas.

Se a qualificação “foquista” pode ser com toda propriedade atribuída a uma organização no Brasil, sem dúvida ela o será à ALN. Expressando sem subterfúgios as posições a respeito contidas nos escritos de Régis Debray, Marighella disse, em alto e bom som, aquilo que, finalmente, quase toda a esquerda brasileira acabou fazendo naquele momento sem o dizer. Seu discurso, que se confunde aqui com o discurso da ALN, apresenta uma extraordinária coerência, a mesma coerência que marcou a própria trajetória de Marighella e que mesmo seus adversários mais ferrenhos no “Partidão” são até hoje pródigos em reconhecer.

Contribuindo para a História da Esquerda Brasileira neste período, pareceu-nos que a melhor forma de começar a história da ALN, antes mesmo de examinar suas origens, era expressar a essência do pensamento daquele que teve na sua vida um papel tão decisivo. Escolhemos, para tanto, trechos de um texto de Marighella, inédito no Brasil, no qual ele expressa de forma resumida o essencial de suas posições. Trata-se do questionário que respondeu, em agosto de 1967, durante sua estadia em Havana, à revista *Pensamiento Crítico*. Dez anos após sua morte, mudadas em grande medida as condições de luta política no Brasil, não nos cabe aqui realizar o balanço acerca do que representou para a esquerda brasileira a personalidade de Carlos Marighella. Não levar de imediato esta necessária tarefa não nos exime, no entanto, de curvar-nos diante de seu exemplo de lutador pela causa dos explorados. E para um homem que deu sua vida acreditando na perenidade de suas ideias não há melhor homenagem do que publicá-las hoje⁹.

9. A trajetória de Carlos Marighella foi objeto de uma série de obras, das quais destacamos algumas, além das anteriormente já mencionadas: MIRANDA, Milton (Org.). *O Brasil de Carlos Marighella*. Porto: Latitude, s.d.; SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto. Fotobiografia de Marighella*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999; SILVA Filho, Emiliano José. *Carlos Marighella: O inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997; SILVA Júnior, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009 (N.E.).

UM INÉDITO DE CARLOS MARIGHELLA:
RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO
DE *PENSAMIENTO CRÍTICO*

1) *As condições para a luta armada no Brasil*

Considero que existem condições para a luta armada no Brasil. Na América Latina, onde o Brasil não constitui uma exceção, o imperialismo norte-americano tem controle estratégico da produção e exerce o domínio político e militar, intervindo de todas as formas em qualquer país logo que os interesses dos trustes e monopólios sejam afetados.

Os camponeses não têm terra própria e trabalham nas terras dos latifundiários, de onde são despedidos e expulsos sempre que convenha aos grandes proprietários.

As massas vivem oprimidas, há misérias e sofrimentos, o custo de vida aumenta sem cessar. A mortalidade infantil é impressionante. E não é preciso ir mais longe, sobretudo para quem sabe que em Cuba também, antes da revolução, era esta a situação que existia.

Estas são as condições objetivas do Brasil capazes de levar o país à luta armada.

Resta, no entanto, o problema das condições subjetivas. Muitos companheiros afirmam que estas não existem, concluindo daí que não se pode desencadear a luta armada.

Mas o que são as condições subjetivas? Do ponto de vista da filosofia marxista são aquelas que refletem a consciência do homem e das massas, a situação material, concreta, das classes que acabarão sendo impelidas à revolução.

Tais condições se concretizam – em última análise – em partidos e agrupamentos políticos que reflitam em seus propósitos e atividades os desejos materiais, as aspirações e necessidades das classes em luta.

Os que param para discutir a falta de condições subjetivas e negar por isso a luta armada são espontaneístas, negam, na verdade, a filosofia marxista. Ou caem no dogmatismo ou ainda no campo da metafísica, como sucede a muitos revolucionários e pseudorevolucionários da América Latina que costumam citar a fórmula clássica de Lênin.

Quem quer que analise, segundo a concepção filosófica materialista, o que Lênin afirmou sobre as condições para o estalo da revolução e da luta armada, verá que não se trata de nenhum dogma. Pelo contrário, Lênin achou uma interpretação filosófica acertada, segundo a dialética marxista, para o fenômeno da revolução que dirigiu vitoriosamente e deu lugar à aparição do primeiro estado socialista.

Para Lênin, a condição *sine qua non* de sua fórmula clássica é a luta. Sem luta jamais haverá condições subjetivas, pois muitas vezes estamos diante de momentos decisivos, e a revolução não é desencadeada por falta de consciência revolucionária, resultante de um grande período de inatividade, de ilusões de classe, de pacifismo e de falta de vontade de lutar.

Os revolucionários modernos encontraram na América Latina a justa interpretação da relação entre as condições objetivas e subjetivas, desencadeando a revolução cubana e tornando-se vitoriosa. Isto se fez dentro da justa concepção leninista de lutar para criar a consciência revolucionária e, com ela, as condições subjetivas da revolução sem esperar o surgimento espontâneo do momento decisivo.

Cabe a Fidel Castro, cabeça da revolução cubana, o mérito da aplicação correta do conceito leninista às condições de Cuba e da América Latina.

Se aplicarmos corretamente a mesma concepção às particularidades da realidade brasileira, veremos que no Brasil também há condições subjetivas para a luta armada.

2) A ruptura com o PCB

Saí da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro em consequência das profundas contradições políticas e ideológicas que nos separam.

Em minha carta de demissão, já publicada em *Pensamiento Crítico*¹⁰, fundamentei amplamente os motivos que me levaram a uma atitude de rompimento público.

O que observei ao órgão dirigente do PCB é que não está destinado a afrontar a luta e sim a fazer declarações políticas. Sua concepção de direção é burocrática e não corresponde à época atual da América Latina e do mundo.

A época atual é de guerras de libertação, ou seja, de organizações da guerra justa e necessária contra o imperialismo americano. As proposições, o método e a maneira de ser da Comissão Executiva, tudo, a situam em uma época superada, ou seja, na época das revoluções liberais.

Para a Comissão Executiva, a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira e por isso apoia líderes e partidos burgueses que

10. MARIGHELLA, Carlos. Carta de Carlos Marighella al ejecutivo del Partido Comunista Brasileño solicitando su renuncia. *Pensamiento Crítico*. Havana, n. 7, ago.1967, p. 209-218 (N.E.).

nada têm a ver com as profundas transformações exigidas na atual sociedade brasileira.

O camponês deixa assim de ser considerado como aliado fundamental do proletariado que, na verdade, é a força dirigente da revolução. Os comunistas, nessas condições, passam a ser uma “força auxiliar” da burguesia.

Minha separação da Comissão Executiva teve lugar através de uma série de atitudes e posturas a partir de determinados momentos. Primeiro, rompi *ideologicamente* em uma Conferência Nacional do partido, em 1962, quando critiquei a direção individual e os falsos métodos da direção que comprometem o método marxista-leninista. Depois me lancei à luta ideológica do partido, ou seja, à luta de ideias teóricas e táticas em discussão. Publiquei-os sem autorização, porque se os tivesse submetido à apreciação da Comissão Executiva, não teriam permitido sua publicação. Estes livros e folhetos estão agora proibidos pela direção.

3) Uma linha reformista

Antes do golpe militar de abril de 1964, a linha de ação traçada pela direção do PCB era de apoio à luta pelas reformas básicas, através da expansão do movimento de massas e da aliança com a burguesia. Depois do golpe militar, a linha de ação do PCB foi proposta no documento intitulado *Teses*, de junho de 1966, para ser discutido em todo o partido. A linha de ação formulada neste documento não difere, no fundamental, da tática e estratégia anteriores, pois preconizam um caminho de desencadeamento do movimento de massas para a instauração de um governo que restitua as liberdades democráticas. A direção da burguesia na revolução brasileira continua sendo reconhecida neste documento, que igualmente

não aceita como solução dos problemas do povo brasileiro o caminho da luta de guerrilhas.

4) A situação da esquerda brasileira

Vários agrupamentos de esquerda no Brasil, em sua maioria, buscam o desenvolvimento da luta contra a ditadura militar e a conquista do poder pela violência. Entre estes agrupamentos e correntes estão os partidários de Miguel Arraes, ex-governador do Estado de Pernambuco, cuja influência predomina no Nordeste; os partidários de Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, cuja influência é mais acentuada no extremo sul do país; a Ação Popular (AP, de esquerda católica, com influência entre os estudantes); a Política Operária (POLOP) também com influência entre os estudantes (ainda menor que a da AP); os comunistas com influência entre os operários e várias camadas da população do país.

Há uma divergência ideológica entre os comunistas, um admitindo a direção da burguesia na revolução, outros rechaçando esta tese. Os primeiros não aceitam a ideia da luta armada. Os outros a preconizam como solução necessária e inevitável dos problemas do povo brasileiro. Os comunistas de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio de Janeiro estão, em sua maioria, pela luta armada.

No Estado da Guanabara há uma forte oposição de uma parte substancial dos comunistas contra a atual direção oportunista e revisionista estatal, que é de ultradireita e prega a colaboração direta com a burguesia e a derrota pacífica da ditadura.

Isto no que se refere ao Partido Comunista Brasileiro. Quanto ao Partido Comunista do Brasil, que é insignificante, adotou a linha chinesa e rompeu com a revolução cubana e seu dirigente Fidel Castro.

No Brasil só a luta armada, com a luta de guerrilhas como a sua melhor expressão, pode levar à unidade às forças revolucionárias, tendo em conta que a guerrilha é – em última análise – a própria vanguarda revolucionária.

Havana, 8 de agosto de 1967.

Carlos Marighella

ALN: A AÇÃO FAZ A VANGUARDA

A história da Ação Libertadora Nacional (ALN) está de tal forma ligada à personalidade de Carlos Marighella que é difícil reconstituí-la sem levar em conta a trajetória daquele que foi seu fundador e principal dirigente. Esta maneira de enfocar o problema, de certa maneira sugerida pelo próprio Marighella e aceita quase sempre por seus seguidores, ainda que não isenta de certo personalismo, tinha, e tem, como virtude, permitir melhor pensar as relações existentes entre a ALN e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) do interior do qual ela iria emergir no período 1967-1968.

A complexidade destas relações pode ser medida através de vários elementos, cabendo sempre perguntar até que ponto a ALN havia representado – e se considerava ela própria – uma verdadeira ruptura em relação ao “Partidão”. Pergunta que se fez mais atual na medida em que, especialmente a partir de 1973, começa a se desenvolver no interior da ALN um movimento de militantes em direção ao PCB, fluxo que se acelera um ano depois, quando a organização passa “*de facto*” a inexistir enquanto tal.

DIVERGÊNCIAS

Para aqueles que viveram o processo de constituição da Ação Libertadora Nacional, em 1967-1968, a organização é fruto de um processo de discussão política que se vai progressivamente generalizando no “Partidão” nos anos 1960 e que se expressou, inclusive, em uma série de posições adotadas por Carlos Marighella no interior da Comissão Executiva do Comitê Central, instância à qual ele pertencia.

As dissonâncias na Comissão Executiva aparecem particularmente após a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, quando o país ficara à beira de uma guerra civil. Marighella constata o despreparo da organização para enfrentar uma situação como aquela e tenta, ao mesmo tempo, articular uma crítica mais sistemática à forma pela qual o PCB equacionava estratégica e taticamente o período. Sua crítica tem duas direções fundamentais: por um lado, ele fustiga as concepções do PCB sobre a aliança com a burguesia nacional e, por outra parte, ele aponta para a subestimação do campesinato, num momento em que este setor da sociedade brasileira fazia uma ruidosa irrupção no cenário político, especialmente através da ação das Ligas Camponesas.

O que Marighella considerava como política de subordinação à burguesia nacional, não só fazia com que o “Partidão” minimizasse as relações do campesinato com o proletariado urbano, como desnaturava a ação do partido no seio da classe operária. A consequência mais visível – segundo ele – era o privilégio dado ao trabalho de organização dos operários nas empresas estatais e não nas empresas capitalistas privadas.

Ainda que a história do PCB deste período esteja por ser escrita e sejam poucas as informações sobre o exato grau de divergência que aparecia no interior do Comitê Central e da Comissão Executiva, é evidentemente exagerado tentar estabelecer uma continuidade e coerência li-

neares entre o comportamento de Marighella dirigente da ALN e aquele comunista histórico que compartilhou com Prestes e outros a direção do “Partidão”.

Os dissidentes do PCdoB, que em fevereiro de 1962 formalizaram sua ruptura com o PCB (ou o “reconstruíram”, para ficarmos fiéis à sua retórica), apesar de reconhecerem que Marighella não foi dos mais furibundos na polêmica que sacudiu o “Partidão” e de sublinharem que ele continuou a manter relações cordiais com os rupturistas mesmo depois da cisão, insistem, no entanto, que, politicamente, ele assumiu total e convictamente a defesa das posições sustentadas por Prestes no conflito.

Ainda que possa parecer “psicologismo” não se deve ocultar que muitas das posturas adotadas por Marighella na direção, até mesmo depois de golpe, apareciam mais como o resultado de uma personalidade “forte” do que expressão de um comportamento divergente fundado em um projeto político claramente alternativo.

Com o golpe, no entanto, as atitudes pessoais de Marighella vão assumir, independentemente de suas intenções, uma constatação política mais expressa. A ruptura de 1967 aparece, então, como uma conclusão lógica de seu comportamento.

Já vimos¹ a repercussão que teve sua resistência à prisão nos primeiros dias após o golpe e como ele capitaliza politicamente sua atitude descrita no livro *Por que resisti à prisão*, escrito e publicado sem autorização da direção do partido, ao qual ele integrava naquele momento. Ainda que não se demarcasse em forma sistemática e expressa do “Partidão”, Marighella lança sobre os dirigentes do PCB – muitas vezes em forma autocrítica – uma série de dardos. Alguns dos alvos prediletos são exatamente a posição perante a burguesia nacional, o desprezo do campesinato, o pacifismo e o esclerosamento do marxismo no Brasil.

1. Nos capítulos dedicados à crise do PCB.

O AGRUPAMENTO

As coisas vão se precipitar, no entanto, quando da convocação do VI Congresso do PCB. As teses aprovadas para a discussão encontram uma forte, ainda que minoritária, resistência no Comitê Central e Marighella é um dos que as criticam mais fortemente, juntamente com Joaquim Câmara Ferreira – como Marighella membro do Comitê Central e sediado em São Paulo – e outros – como Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho – que darão impulso à formação do PCBR.

Os conflitos de Marighella com a direção se dão, igualmente, pela presença em São Paulo de um grupo que levanta teses de certa maneira precursoras das posições hoje conhecidas como “eurocomunistas”² e que, sem coincidir exatamente com as da maioria do Comitê Central, recebe deste certo beneplácito.

A atividade contestatória, reforçada pela própria estrutura fechada do PCB, vai se delineando pouco a pouco como grupo fracional, embora Marighella e a imensa maioria dos militantes do Comitê Regional de São Paulo que o segue não apresente ainda o problema de ruptura com o PCB. A partir de abril-maio de 1967, no entanto, os militantes de São Paulo se identificam com o Agrupamento Comunista e Marighella, em particular, multiplicará seus desafios à direção.

A CONFERÊNCIA DA OLAS

O contencioso de Marighella com a direção do PCB, que se havia agravado quando de sua renúncia à Comissão Executiva, formalizada em

2. O eurocomunismo – cujo nome apareceu pela primeira vez em um jornal da grande imprensa italiana em 1975 – foi uma vertente surgida entre os partidos comunistas dos países da Europa Ocidental, em especial na Itália, na França e na Espanha. O eurocomunismo afirmava-se como uma versão democrática do então comunismo, buscando ser uma “terceira via” entre a social-democracia clássica e os regimes comunistas então implantados no Leste europeu e estruturados em torno do partido único. No Brasil, dentro do PCB, também surgiu um grupo reivindicando-se de tais posicionamentos, o que o levou a chocar-se com a direção comunista, especialmente após o VII Congresso do PCB, em 1983, fazendo com que muitos deles acabassem nas fileiras do Partido dos Trabalhadores (N.E.).

uma carta datada de 10 de dezembro de 1966, vai chegar a uma situação de ebulição quando de sua viagem a Havana, em agosto de 1967, para participar da reunião da Organização Latino-americana de Solidariedade, a OLAS, a convite da direção do Partido Comunista Cubano.

Os tempos em Havana eram outros. A capital cubana havia se transformado não somente em um centro de organizações revolucionárias de todo o continente e, mesmo, de outras áreas do mundo, mas num núcleo de contestação da política da quase totalidade dos partidos comunistas da América Latina.

Em uma entrevista ao jornalista Pedro Lobaina, do vespertino cubano *Juventud Rebelde*, publicada na edição de 5 de agosto, Marighella confirma haver viajado a Cuba a convite do PCC e sem autorização do Partido Comunista Brasileiro. Vai mais longe ao declarar que “a direção do PCB não quer saber de revolução, pois se estivesse interessada em realizá-la teria mandado seus delegados à Conferência da OLAS para participar dos debates e dar sua opinião”.

Mas, na mesma entrevista ele negará estar impulsionando uma fração no PCB. E acrescenta:

Não teria sentido fazer tal campanha divisionista, porquanto isso seria perder tempo. Aqueles que têm a convicção de que somente a luta armada é capaz de resolver os problemas brasileiros e de que a questão fundamental é de preparar-se para desencadear esta luta, jamais perderão tempo fundando um novo partido comunista. Também não estou expulso do Partido, como dizem os jornais brasileiros, nem tenho desejo de ser expulso por indisciplina.

Doze dias depois, ele dirige ao Comitê Central do PCB uma carta na qual responde ao telegrama que a direção do “Partidão” havia envia-

do ao Comitê Central do Partido Comunista Cubano e que informava não estar Marighella representando o PCB na reunião da OLAS. Ainda que mantendo sua posição de “não formar um terceiro partido” os termos empregados por Marighella são bastante mais duros do que suas manifestações anteriores. Para ele,

quem domina o CC é um grupo de direita que se ramifica pelo país, como acontece com a Guanabara, onde defende a tese da derrota pacífica da ditadura e se mantém nos cargos a poder de cambalachos, ainda que combatidos por dentro e por fora por companheiros e companheiras de honestidade revolucionária.

Mais adiante, em sua carta, ele constata que falta ao Comitê Central “a condição mais importante para a liderança marxista-leninista, que é saber enfrentar e conduzir a luta ideológica”.

Ao anunciar seus projetos pessoais, no final da carta, ele delinea já um aspecto central de sua estratégia: “Para mim chegou o momento em que os esforços devem ser concentrados na área rural. O papel de uma direção proletária, marxista-leninista, pelo menos na América Latina, é estar no campo e não na cidade”.

Em outra carta, desta vez dirigida a Fidel Castro, após o término da Conferência da OLAS, Marighella manifesta seu ceticismo quanto às possibilidades de uma mudança no PCB, quando diz:

O CC promete resolver tudo num próximo congresso, interminavelmente adiado, onde tudo ficará na mesma, se vier a realizar-se, pois o fundamental é mudar a concepção ideológica, e isto a direção já provou que não quer. Para os revolucionários a alternativa é outra – é a luta armada – e não uma farsa para obrigá-los a submeter-se à ideologia da burguesia.

DA EXPULSÃO À ALN

O Congresso não será “interminavelmente adiado”, no entanto. Em dezembro do mesmo ano ele se reúne. Todos os delegados contestadores já estão fora da reunião, o que permite ao PCB aprovar tranquilamente as teses propostas à discussão. Marighella, com outros dissidentes, é formalmente expulso do Partido.

Ele e seus partidários persistem, no entanto, na disposição de não criar “outro partido comunista”. Em fevereiro de 1968 é lançado o jornal *O Guerrilheiro*, cujo editorial está assinado pelo Agrupamento Comunista de São Paulo e no qual são expressas as novas concepções organizativas, como a que diz: “Nossa estratégia é partir para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”.

Este princípio geral leva o Agrupamento a negar todas as formas organizativas herdadas do PCB. Como diz o editorial, “o Comitê Estadual não tem mais razão de ser nem os seus órgãos subordinados”. E prossegue:

Comitês intermediários, como os municipais e distritais, o Comitê Universitário e vários outros de setores profissionais já não têm porque existir, uma vez que faziam parte de uma estrutura superada (...) essencialmente em contradição com os objetivos revolucionários.

Da mesma forma, o documento critica a existência de

comissões, seções auxiliares, tais como a seção sindical, assistentes etc., tudo isso são formas de organização que dão à estrutura partidária a configuração de uma cúpula pesada e ineficiente. E, mais do que isso, destinados a alimentar a burocracia, a entrar a ação revolucionária e a impedir a ação dos militantes de base. Não devem, pois, continuar existindo.

A organização, segundo o editorial se rege pela “democracia revolucionária, onde o que vale é a ação, o que se leva em conta é o interesse da revolução, onde a iniciativa concreta é o dever fundamental”. O documento enumera os três princípios pelos quais se guia a organização: “o primeiro é que o dever de todo o revolucionário é fazer revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; o terceiro é que só temos compromissos com a revolução”.

As posições do Agrupamento defendidas em fevereiro de 1968, para muitos a data em que surge a ALN, fundada em vagos princípios, como os anteriormente enunciados, introduzem um clima de instabilidade orgânica, que, de certa maneira, marcará toda a história da organização.

“O fundamental para lutar é contar com grupos revolucionários”, diz o jornal *O Guerrilheiro*. A “autonomia tática” destes grupos é erigida em um princípio básico. A sua multiplicidade e a diversidade de suas iniciativas deveriam encontrar um denominador comum num projeto estratégico central. Mas a coordenação e mesmo explicitação deste projeto se faz difícil na medida em que a organização não se dota formalmente de uma direção. Formalmente, porque na realidade o peso de Marighella, e em menor medida de Câmara Ferreira (o Toledo), é de tal ordem que é por meio deles que se dá a verdadeira centralização que a organização buscava obter pela implantação das tarefas estratégicas.

A ESTRUTURA

Esta genérica concepção organizacional leva à constituição prática da seguinte estrutura: um setor tático, composto da frente de massas, da frente logística e dos grupos táticos armados, e um setor estratégico, integrado pela “área estratégica”, na qual deveria situar-se a atividade guerrilheira e a zona de treinamento, que na prática se situou fora do país, mais particularmente em Cuba.

A concepção que preside esta divisão é, no entanto, de que todas elas devem desempenhar ações armadas, sejam os grupos táticos armados, cuja atividade se resume nisto praticamente, sejam os núcleos da frente de massas.

A ESTRATÉGIA MILITAR

O pleno esclarecimento da concepção organizativa da ALN, expressa ou subjacente, só pode se dar a partir de algumas considerações sobre a concepção da luta armada que a organização propugnava.

Muito se tem escrito sobre o “foquismo” da ALN e, em particular, sobre a filiação das ideias de Marighella, especialmente em relação aos textos de Régis Debray.

Em entrevista publicada pela revista francesa *Front*, ele diz que algumas de suas ideias “me foram úteis”, mas afirma estar “em desacordo” quanto à tese de foco insurrecional.

Diferente da ideia de Guevara-Debray, que enfatiza os aspectos militares da guerrilha, secundarizando os problemas de sua base social, pelo menos no momento de sua implantação Marighella propugna ações contra os grandes latifúndios estrangeiros, sequestro e a execução dos que “perseguem e exploram camponeses”. Como afirma em sua entrevista à revista *Front*:

Desorganizaremos a economia rural, mas não defenderemos zona alguma, território algum. Defender é acabar sendo derrotado. É preciso que sempre, em toda a parte, como na guerrilha urbana, tenhamos a iniciativa. (...) Outro ponto importante é a mobilidade; é essencial para escapar ao cerco e à repressão, portanto, para guardar a iniciativa.

Há, no entanto, um elemento comum entre as posições de Marighella e as de Guevara-Debray, mais além da forma distinta que assume

num e noutro esquema a luta guerrilheira: todos eles partem da tese, enunciada centralmente pelo “Che”, de que, no fundamental, as condições objetivas estão reunidas para a luta armada e que tudo passa então pela constituição de “condições subjetivas”, isto é, a guerrilha móvel – “foco” ou não –, para o êxito da luta revolucionária. Há, pois, a incidência desta matriz catastrofista que, mais do que qualquer detalhe formal, está na base mesma de uma concepção dominante na América Latina nos anos 1960 e que representava a resposta empírica e dramática a décadas de pacifismo e cretinismo parlamentar por parte das esquerdas tradicionais, práticas que as classes dominantes não hesitavam em abandonar.

A PRIORIDADE DO URBANO

Mas a guerrilha rural que a ALN defendia não chega nunca a se constituir, como Marighella havia anunciado, pouco antes de sua morte, na carta de despedida aos 15 militantes trocados pelo embaixador Charles Burke Elbrick.

Sem realizar o projeto estratégico, a ALN não consegue se dotar, pelo menos enquanto Marighella estava vivo, de uma direção formal, uma vez que esta deveria estar vinculada à tarefa estratégica, isto é, à guerrilha rural. É somente em janeiro de 1970, após o assassinato do dirigente da ALN, que seu sucessor, Câmara Ferreira, começará a estruturar uma direção. Mas esta direção, por sua vez, somente assumirá o efetivo controle da organização após outubro de 1970, quando Toledo cai num ponto em São Paulo e é morto sob tortura pelos agentes da repressão dirigidos pelo delegado Sérgio Fleury³.

3. Joaquim Câmara Ferreira (1913-1970), jornalista, foi preso no dia 23/10/1970, levado a um cativeiro clandestino da repressão e ali mesmo imediatamente assassinado sob tortura (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 134-136). Sobre sua trajetória ver SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção: Vida e ação de Joaquim Câmara Ferreira*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010 (N.E.).

A ênfase que Toledo dá ao trabalho de montagem de uma direção, no entanto, preserva *in totum* a ideia de implantação da guerrilha. Mais ainda, Toledo acelera a formação desta direção para deixar uma parte dela nas cidades, uma vez que deveria deslocar-se para uma zona rural. É na preparação da “área estratégica” que ele cairá. Um emissário de seus companheiros que preparavam a guerrilha no Pará, cujo nome de guerra era Severino⁴, é preso pela polícia em São Paulo e a conduz até o encontro que tinha previamente fixado com Câmara Ferreira. A ALN enfrenta, em menos de um ano, uma segunda grave crise. Seus projetos estratégicos ficarão definitivamente comprometidos e a nova direção que, com algumas modificações, permanece até 1974, quando a organização praticamente deixa de existir, terá como tarefa central administrar uma grave crise interna, da qual não estão excluídas cisões – como a da Tendência Leninista e a do “Grupo Primavera”, em realidade chamado Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) –, deserções ou mesmo a execução de um de seus dirigentes pelos próprios companheiros⁵.

A prioridade da luta urbana – negada na teoria – acaba por consagrar-se na prática. Ela colocava, no entanto, mais de um problema para a direção, sendo responsável por certa diferenciação – para muitos uma “divergência” – entre Marighella e Toledo.

O primeiro, sempre enfatizando a guerrilha rural (que o segundo também defendia e tentou mesmo criar), não só tinha reticências às ações urbanas, como, segundo alguns que com ele privaram na época, propunha uma redução destas e mostrava-se mesmo contrário a uma série de iniciativas levadas adiante por outras organizações, em especial pela Vanguarda Popular Revolucionária. Marighella teria mesmo ficado

4. Trata-se de José da Silva Tavares. Sobre a sua prisão e a sua participação na morte de Câmara Ferreira ver MARTINELLI, Renato. *Um grito de coragem: Memórias da luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Com-Arte, 2014, p. 92-99; e SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000, p. 257-261 (N.E.).

5. Ver adiante “No declínio, fracionismo e ‘execução’”, p. 192.

profundamente preocupado com a ação do quartel de Quitaúna, quando o capitão Carlos Lamarca, então na VPR, abandonou o Exército com outros companheiros seus levando um apreciável número de armas.

Alguns testemunhos afirmam que Marighella não sabia da ação conjunta que a ALN realizou com a Dissidência da Guanabara de sequestro do embaixador norte-americano e com participação direta de Câmara Ferreira e foi mesmo dirigida militarmente por um militante de sua organização. Outros vão mais longe, afirmando que Marighella teria se oposto ao sequestro, se soubesse, pois considerava naquele momento a necessidade de um recuo na ofensiva urbana.

Certa ou não, tal orientação não será seguida, no entanto, após sua morte. Toledo opta por uma política ofensiva no plano militar urbano, sob argumento de que era importante “manter a chama da luta armada”, num momento em que se apertava o cerco da ditadura. Dentro desta concepção, ele impulsionará – ao que Marighella havia resistido – uma aproximação com outros grupos, dando nascimento ao que se conheceu como *Frente Armada*, responsável por uma série de ações de certa monta em 1970.

O essencial do raciocínio de Câmara Ferreira reproduz a velha matriz foquista – “as condições objetivas” ainda subsistem favoravelmente à luta armada. Ele fala na existência de “reservas muito grandes”, mas em seu discurso não deixa claro se estas reservas são reais e passíveis de uma pronta mobilização, ou se elas são latentes. Não esqueçamos que isto tudo é dito em 1970, no apogeu do “milagre”...

A VOLTA AO PCB

Uma direção inexperiente e sem condições de resolver o grave problema da dispersão que começara com a morte de Marighella e se acentua com a de Toledo. Incapaz, ademais, de sequer estabelecer um contato com a “área estratégica” e, portanto, de conduzir o que era a tarefa central

da organização. Dificultada na sua missão de dirigir a ALN que havia teoricamente prescindido de uma direção, mas que, na prática, combinara a espontaneidade centrífuga de seus grupos táticos com a centralização ideológica que o carisma indiscutível de Marighella e, posteriormente, de Câmara Ferreira provocavam.

A tudo isto deve ser acrescentada a natureza mesma da ruptura operada com o PCB. Não é a instituição PCB que é submetida à crítica. Suas concepções são pouco tocadas. Tudo aparece como se fosse um problema de métodos de direção, de usurpação desta por um grupo, de ineficácia, de acomodamento e passividade. As origens, mais profundas do que o PCB, eram políticas e organicamente ficaram soterradas pelo ímpeto de militantes generosos para os quais o fundamental era a ação e seria esta quem resolveria os impasses que muitos pretendiam destrinchar nos gabinetes.

Se esta euforia pôde dar à ALN a força indiscutível e a gravitação mesmo internacional que ela teve em seus primeiros anos – amparada em grande medida pela forte personalidade de Carlos Marighella – ela não foi capaz de coesioná-la e aprofundar sua elaboração política, garantindo uma prática coerente, quando os golpes da repressão se fizeram duros, atingindo os melhores de seus militantes e em especial aquele que desempenhava dentro da organização as funções de um farol.

A despeito da reconversão que se esboça para um trabalho de massas nos anos 1973-1974 e que estimula um processo de discussão interna, a multiplicação de jornais e a tentativa de conformação orgânica mais estável, a organização não resiste. A repressão continuada, o desgaste mesmo psicológico de dirigentes e militantes desesperançados, as deserções, as ilusões perdidas, enfim, selam a sorte da organização.

A ALN desaparece como havia surgido: sem formalidades. Seus militantes voltam para o PCB de onde provinham. Um PCB que tentava renascer não só de seus escombros políticos, mas das cinzas de uma geração de militantes e de organizações.

NO DECLÍNIO, FRACIONISMO E “EXECUÇÃO”

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, em outubro de 1970, e a formação da que seria praticamente a primeira direção coletiva da ALN, a organização enfrenta um dos mais dramáticos momentos que culminará com a “execução” de um de seus dirigentes, Márcio Toledo, por decisão da própria direção.

Márcio, antes mesmo da morte de Câmara Ferreira, já havia defendido algumas posições próximas das do PCB, propondo, entre outras coisas, uma reavaliação do papel da burguesia nacional no processo revolucionário. Ele aprofunda esta posição após a morte de Câmara Ferreira, defendendo uma volta às posições do PCB. A organização e o próprio Márcio propõem sua saída. A direção julga problemática esta fórmula, tendo em vista que Márcio controlava um grande número de informações “estratégicas” e decide simplesmente eliminá-lo. Segundo algumas versões, ele é atraído para um ponto no qual supostamente lhe seriam dados documentos para sair do país e é abatido por um comando da ALN⁶.

Este assassinato político, que a organização reivindicou como “justiçamento”, é uma das trágicas manifestações de um período de declínio da esquerda armada brasileira e permitiu às classes dominantes, eufóricas com seus êxitos econômicos e policiais, tirar mais partido de sua política de cerco e aniquilamento da esquerda.

Dentro deste clima, não é surpreendente o surgimento de cisões na ALN. Um grupo que se encontrava em treinamento em Cuba – e que usava o código de “Primavera” – se opõe às teses oficiais

6. Sobre o “justiçamento” de Márcio Leite de Toledo (1944-1971) ver PEDROSO Júnior, Antonio. *Márcio, o guerrilheiro: Vida e morte de um jovem preparado para vencer*. Rio de Janeiro: Publit, 2012 e MARTINELLI, Renato. *Op. cit.* (N.E.).

e termina por se constituir no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Grande parte destes militantes, num total de 28, é morta pouco depois de entrar no Brasil.

Mais tarde, forma-se, ainda no exterior, a Tendência Leninista da ALN.

Centrando sua crítica na fluidez organizativa, na concepção do trabalho de massas e propondo um modelo alternativo mais clássico, como o próprio nome sugere, a Tendência Leninista não chegou a ter existência real no Brasil. Seus militantes, na quase totalidade, ingressam mais tarde no Partido Comunista Brasileiro⁷.

7. Sobre a Dissidência, o Agrupamento Comunista e a ALN seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: AMANO, Takao. *Assalto ao céu*. São Paulo: Com-Arte, 2014; ARY, Wilma. *Trauma do ovo ou culpada elou inocente*. São Paulo: Sol, 2005; CALDEVILLA, Vinícius. *Vitral do tempo*. São Paulo: Xamã, 1994; CANNABRAVA Filho, Paulo. *No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez, 2003; CAPIBERIBE, João. *Florestas do meu exílio*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013; COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: A saga de Vannucchi Leme; A USP como aldeia gaulesa; O show proibido de Gilberto Gil*. São Paulo: A Girafa, 2003; DEL ROIO, José Luiz. *Zarattini: A paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006; DIAS, Renato. *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz: Luta armada / ALN-MOLIPO*. Goiânia: RD Movimento, 2012; FERNANDES Júnior, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: Memórias da luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004; GREGÓRIO, Mariany. *Resistência armada e memória histórica no Brasil: O caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil-Militar (1964-1984)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012; KNAPP, Carlos H. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013; LOURENÇO, Oswaldo. *Companheiros de viagem*. Vol. I (Movimento Sindical Santista; Memórias do Macuco; Com Marighela). São Paulo: Editora Maturidade, 2005; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: Os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002; MORAES, Irineu Luís de. *Lutas camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1992; PATTERSON, Rui. *Quem samba fica: Memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011; PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1998; PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: Memórias romancesadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; _____. *Viagem à luta armada: Memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa (Cartas para Nelson)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000; SILVA, José Dirceu de Oliveira e. Memórias. V. 1. São Paulo Geração Editorial, 2018; SILVA Júnior, Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio: A ALN (ação Libertadora Nacional) e a repressão política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005; SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de chumbo*. 2ª ed. São Paulo: Plena, 2010; STRIK, Ben. *Morrer para viver: A luta de Tito de Alencar Lima contra a ditadura brasileira*. S.L.: Brasilhoeve, 2009 (N.E.).

PCBR: DA FORMAÇÃO À TENTATIVA MILITARISTA

Surgido do processo de crise do Partido Comunista Brasileiro, aberto depois do golpe de 1964, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) constituiu-se formalmente em abril de 1968, quando da realização de seu Congresso de formação.

Anteriormente, os militantes se haviam agrupado na “*Corrente*”, como era conhecida a vasta tendência crítica que vinha se desenvolvendo no interior do “Partidão” a partir de 1966, quando ficara evidente que, no nível do Comitê Central, se desenhava uma maioria refratária a uma redefinição radical da linha que havia conduzido à derrota de 1964.

Convém lembrar que um dos principais inspiradores da “*Corrente*”, o mais tarde dirigente do PCBR Mário Alves, havia tentado imprimir uma orientação diversa no “Partidão”, ainda em 1964. Mário, cujo peso intelectual e político era considerável na Comissão Executiva, tinha sido, ao que tudo indica, o autor do “Esquema para discussão” sobre os acontecimentos de abril de 1964 e seus prolongamentos, no qual as causas da derrota do movimento popular eram vistas desde uma ótica de esquerda, visão que seria progressivamente abandonada no curso dos meses seguintes, entre outras razões pelo afastamento de Mário da Comissão Executiva, por motivos de prisão.

QUADROS HISTÓRICOS

Mas a “*Corrente*” agruparia outros quadros de prestígio nas bases do Partido, como era o caso de Apolônio de Carvalho, “tenente” em 1935, quando foi detido por suas vinculações com a ANL, ex-combatente na guerra civil espanhola e na resistência francesa e que se encontrava, após o golpe, na direção do Comitê Regional do PCB do então Estado da Guanabara¹. Ou Jacob Gorender, destacado intelectual que, com Mário Alves, havia tido um importante papel na reformulação da linha do PCB a partir de 1958. Ou ainda, Jover Telles, primeiro secretário Regional da Guanabara, ex-deputado estadual pelo PCB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, após a redemocratização.

NATUREZA DAS DIVISÕES

Mas o golpe de 1964 havia servido de elemento catalisador de toda uma crise política e ideológica que vinha afetando o “Partidão” e que tinha, dentre suas determinações fundamentais, as repercussões da Revolução Cubana, a polêmica sino-soviética e a própria evolução da luta de classes no Brasil em princípios dos anos 1960. É normal, assim, que as distintas “linhas”, ainda que não testadas na realidade concreta das lutas políticas no Brasil, mas simplesmente por seus enunciados, fossem capazes de dividir de tal forma os dissidentes do “Partidão”, que constituíam a imensa maioria da organização.

A “*Corrente*” separa-se de Marighella e de todos aqueles que mais tarde formariam a Ação Libertadora Nacional (ALN), na medida em que esta abandonava a tese da construção de um partido. Por outra parte,

1. Cf. as memórias de Apolônio: CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Também é relevante conhecer as memórias da companheira de Apolônio: CARVALHO, Renée France de; e VIANNA, Marly de Almeida Gomes; CARVALHO, René Louis de; e CASTRO, Ramón Peña (Orgs.). *Uma vida de lutas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012 (N.E.).

separava-se das Dissidências da Guanabara (de onde sairia o MR-8) e do Rio Grande do Sul (que se fundindo com a POLOP, daria origem ao Partido Operário Comunista, POC), pois estas, pela forma como viam a dominação do modo de produção capitalista, sobretudo no campo, defendiam a tese do “caráter socialista da revolução”.

A posição da “*Corrente*” é um pouco mais matizada, mas estes matizes vão se refletir em suas formulações a propósito do Governo Popular Revolucionário, fórmula de poder intermediário entre a dominação capitalista e a ditadura do proletariado.

Fazendo do combate ao pacifismo do PCB e da política de colaboração com a burguesia nacional os elementos essenciais de sua visão crítica, a “*Corrente*”, que desde setembro de 1967 se encontrava fora do PCB e que em abril do ano seguinte passaria a chamar-se PCBR, pôde constituir uma organização nacional, incorporando milhares de militantes – muitos falam em cinco mil representados em seu Primeiro Congresso. Seus pontos fortes: Rio de Janeiro (dos dois lados da baía²), Nordeste e Paraná.

CRISES & REENCONTROS

Já na própria realização do Primeiro Congresso pôde-se verificar o aparecimento de algumas divergências, que não assumem, de imediato, um caráter dramático.

Uns poucos, e em forma imprecisa, têm suas diferenças com a tese do Governo Popular Revolucionário e se deixam influenciar pelas posições “socialistas”. Outros, no entanto, estão muito próximos das teses do PCdoB. É o caso de Jover Telles, que já no Congresso sustentava posições vizinhas às do Partido Comunista do Brasil e chegou mesmo a propor a fusão da “*Corrente*” com o PCdoB.

2. Nessa época, o atual estado do Rio de Janeiro era composto por duas unidades federativas: o Rio de Janeiro e a Guanabara (a qual abrangia apenas o atual município do Rio de Janeiro, que em 1960 deixara de ser o Distrito Federal, com a transferência da capital brasileira para Brasília. Manteve-se até 1975) (N.E.).

Minoritário, Telles diz submeter-se à disciplina, mas muitos afirmam que já nesta época ele estava no PCdoB. Aliás³, não são poucos os que defendem a tese de que, desde 1962, quando se formou o PCdoB, Jover fazia “entrismo” no “Partidão”.

Correta ou não esta versão, o que é certo é que Jover abandona o PCBR pouco depois do Congresso, expressando suas posições e as dos grupos que o acompanhavam com um documento sugestivamente intitulado “Reencontro Histórico”.

Este texto aparece uma semana após a publicação de documentos complementares aos do Congresso nos quais a direção aprofundava a discussão de duas questões: a “linha militar” e a “linha de massas”.

Em todo este período de discussão Telles não manifestou divergências maiores, razão pela qual a publicação de seu “Reencontro” uma semana após é apontada como indicador de que sua decisão rupturista somente não se havia manifestado anteriormente por razões de oportunidade.

A direção contra-ataca: em um texto intitulado “Reencontro histórico ou simples mistificação?”, o Comitê Central fustiga as posições do PCdoB que são apresentadas como sem diferenças substanciais das do PCB.

AS QUESTÕES MILITARES

A evolução da conjuntura nacional em 1968 coloca ao PCBR, como a todas as organizações da esquerda, o problema de como articular o “trabalho de massas” com o exercício da violência e, em particular, com a perspectiva estratégica da *guerra popular prolongada*.

Juntamente com a Ação Popular, da qual se sente mais próximo no período, o PCBR avalia a conjuntura como de ofensiva, tentando fazer com que o movimento estudantil em plena ebulição sirva de elemento

3. Como já vimos nos capítulos dedicados ao Partido Comunista do Brasil.

dinamizador de outros setores sociais pouco ou nada ativados. A posição de seus concorrentes mais próximos do Rio de Janeiro – a Dissidência, mais tarde, MR-8 – era de enfatizar mais uma “volta às escolas”, tratando de evitar mais confrontos diretos com a repressão. A linha “ofensiva” implicava dar mais atenção às questões militares.

Mas as coisas não ficam aí. Os próprios avatares do processo de construção do partido e de seus instrumentos militares provocam algumas modificações da linha militar, modificações que não assumem, evidentemente, o caráter de ruptura com as opções anteriores, mas que, na verdade, criam uma dinâmica distinta.

Sem abandonar a tese da guerrilha rural – instrumento estratégico essencial para a construção de um exército que deveria conduzir à guerra popular prolongada, segundo as definições anteriores, surge a ideia das “guerrilhas locais”, isto é, um processo de formação de *grupos táticos locais*, em zonas camponesas, operando no campo em forma análoga aos grupos de guerrilha urbana.

“PROLETARIZAR” E “MILITARIZAR”

Mas o descenso que se observa nos últimos meses de 1968 e que desemboca no endurecimento de 13 de dezembro – a promulgação do Ato Institucional nº 5 – tem suas consequências sobre a vida da organização e nisto o PCBR não é um caso original.

Impõe-se, em um primeiro momento, uma maior militarização das iniciativas políticas, mesmo daquelas “de massas”, e, em segundo lugar, uma correspondente “proletarização” do partido.

As coisas não podem ser consideradas apenas como “desvios”. A militarização das manifestações de massas decorre da crescente incidência da repressão sobre elas. A proletarização corresponde a uma necessidade de destinar mais quadros ao setor operário que se havia debilitado com a saída de Jover Telles.

As estruturas orgânicas – até então sobrevivências do período PCB – são revistas e adaptadas a uma conjuntura vista como essencialmente de preparação da guerra popular prolongada. Fazer do PCBR uma organização “político-militar”, superando a dicotomia frequente destes dois elementos nas organizações revolucionárias, parece ser a ideia central da direção. Cria-se o Comando Político-Militar, vinculado ao Comitê Central e decide-se a criação de organismos semelhantes em nível regional. Operativamente autônomas, estas instâncias eram definidas como politicamente subordinadas às direções: Comitê Central, Comitês Regionais etc.

A proletarização e a reestruturação político-militar, em um período de descenso, mas no qual o conjunto da esquerda parecia pretender manter-se na ofensiva, tem sua contrapartida no plano dos critérios de militância. Uma forte discussão ideológica se instaura e as normas vão ficando mais rígidas. O desgaste orgânico do PCBR é grande (fala-se de mais de 50% em poucos meses). Muitos partem assustados pela incidência da repressão; outros, não reunindo os requisitos de dedicação, se colocam praticamente à margem.

CONFLITOS

A forma distinta pela qual é percebida a conjuntura no interior da organização provoca conflitos, num momento em que toda ênfase é dada na questão da “passagem para a luta armada”. Os grupos do Nordeste insistem na necessidade de acelerar o ritmo desta passagem e acusam os militantes do Rio de Janeiro de desvios “massistas”.

Em agosto de 1969 a direção tenta equacionar a discussão em um texto: “Raízes ideológicas de nossos desvios: Militarismo e massismo”. O documento, no entanto, não é capaz de deter a maré militarista que invade o PCBR, como, de resto, quase toda a esquerda brasileira naquele período.

Desde abril de 1969, o “BR” está realizando ações armadas, na sua maioria de propaganda, como a ocupação da estação Maria da Graça⁴, frequentada por operários da fábrica GE, por comandos e agitadores da organização, que não reivindicam nominalmente a operação, no entanto.

O caráter clandestino da operação apresentaria seus problemas e, o que é paradoxal, no interior da própria militância que começa a impacientar-se com o “pacifismo” da direção.

A pressão que se exerce sobre o Comitê Central é de tal ordem que em dezembro de 1969, ao realizar seu primeiro assalto de um banco, o PCBR está não somente buscando fundos para um caixa naquele momento vazio, como também trata de obter junto a suas bases uma legitimidade que lhe é contestada.

Para tanto – e contrariando todas as normas conspiratórias que este tipo de iniciativas supõe – a direção informa previamente a suas bases de que tal ação será realizada. O episódio é sumamente revelador de uma dinâmica que atravessava o conjunto das organizações de esquerda naquele período, paralisando qualquer discussão que pudesse sugerir linhas distintas de uma ofensiva que se fundava na convicção de que o regime estava à beira de uma catástrofe.

Pressionado pelo militarismo – que provocava uma erosão de seus quadros, em direção da ALN, sobretudo –, o PCBR se via compelido a reforçar suas estruturas clandestinas e, por esta via, caía no círculo infernal de ter que manter uma atividade militar constante para sustentar um aparato que se ampliava com estas ações e assim por diante.

4. A ação mencionada ocorreu no dia 11 de setembro de 1969 na estação ferroviária suburbana da então Central do Brasil de Maria da Graça, situada no triângulo Meier, Del Castilho e Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro. A ação foi assim descrita pela imprensa: “Dois homens e uma mulher jovens invadiram ontem à tarde a estação [...], arrancaram os fios do rádio, do telefone e da sinalização e fugiram espalhando panfletos pelas imediações. A invasão ocorreu no momento em que era intenso o movimento de pessoas nas proximidades, justamente quando os empregados da General Electric – que tem uma fábrica à pequena distância da estação – deixavam o serviço, a partir das 17h36m” (Subversivos invadem estação da Central. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/09/1969, p. 4). Não há nenhuma menção ao conteúdo dos panfletos. (N.E.)

Mas o que é mais grave ainda, toda esta situação tinha sido criticada prévia e lucidamente por seus dirigentes, representando, assim, uma desnaturação empírica de suas formulações políticas.

As coisas vão se complicar, definitivamente, quando a repressão passa a dar uma importância maior a esta organização até aquele momento pouco visível. Em fins de 1969 a organização vai ter sua direção atingida justamente num momento em que se preparava para realizar um balanço que talvez pudesse ter freado esta dinâmica e mudado o curso dos acontecimentos.

O PCBR NA AGONIA DO MILITARISMO

O segundo semestre de 1969 marca, de uma maneira geral, uma inflexão da maior parte das organizações da esquerda revolucionária brasileira em direção a uma orientação abertamente militarista. Não só se intensificam as práticas militares das organizações que tinham as ações armadas no centro de suas preocupações, como se verifica, no interior dos demais grupos, fortes pressões nas bases e nas direções, buscando dar uma proeminência a este tipo de iniciativas.

A divisão da VAR-Palmares e a reconstituição da Vanguarda Popular Revolucionária neste período são, em grande medida, explicadas pelo choque, no seu interior, de correntes que se acusavam reciprocamente de “militaristas” e “massistas”. Um pouco mais tarde, em setembro, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em uma ação conduzida pela Dissidência do PCB na Guanabara (mais tarde MR-8) em articulação com a ALN, apareceria como um ponto importante em um processo que seus condutores anunciavam como irreversível em direção ao desencadeamento da “guerra revolucionária” no Brasil.

Já vimos anteriormente como esta questão sacode igualmente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a ponto de fazer com que sua direção militar anuncie ações armadas para seus militantes – antes

mesmo de suas realizações – para mostrar que o partido não se encontra dominado por uma perspectiva pacifista.

A lógica das ações armadas, no entanto, se faz sentir não somente pela necessidade de multiplicar as formas de enfrentamento, mas para manter a própria estrutura da organização que se torna mais pesada, e assim por diante, como também ela provoca um reforçamento das tendências políticas que, no interior dos grupos, enfatizam a necessidade de fazer delas o centro de suas iniciativas.

Este reforçamento político se complementava, e assim passou com o PCBR, por uma tendência ao fortalecimento da atividade clandestina em geral da organização, especialmente pelo aumento do número de militantes que devem “passar para a sombra”, ainda que por razões estritamente “preventivas”. Dentro de tal quadro, a luta política frequentemente assumiu a forma de um enfrentamento de princípios ideológicos, pondo em evidência, no mais das vezes, menos questões de ordem política a mais problemas relacionados com a concepção de militância.

A OFENSIVA DA REPRESSÃO

O lugar relativamente discreto que o PCBR ocupava nas preocupações policiais até fins de 1969 se transforma neste momento. Num mesmo dia, 16 de dezembro, dois policiais, dentre os quais um torturador conhecido, são mortos em tiroteios com grupos do PCBR, o primeiro numa ação e o segundo no “estouro” de um “aparelho” da organização.

O cerco se fecha sobre o partido e desemboca na queda de Salatiel, membro do Comitê Central que, contrariando as instruções expressas da direção, havia ido à Baixada Fluminense, onde era muito conhecido, tendo sido preso na porta de um cinema de Caxias¹.

1. Salatiel Teixeira Rolim (?-1973), trabalhador da construção civil. Antigo militante do PCB, foi fundador do PCBR, integrando seu primeiro Comitê Central, onde ocupava o posto de responsável

A prisão de Salatiel tem efeitos imediatos e os principais dirigentes do PCBR serão poucos dias depois capturados pela repressão. É o caso especialmente de Mário Alves, preso num “ponto” na zona norte do Rio de Janeiro e que não resistirá às horripilantes torturas a que foi submetido (empalamento, entre outras), vindo a morrer de hemorragia interna, sem que a polícia sequer admitisse sua captura². É o caso, igualmente, de Apolônio de Carvalho, detido em sua casa clandestina e cuja coragem frente à repressão se transformou numa legenda nas prisões políticas de todo o Brasil naquele período.

As quedas não poderiam ter se produzido em pior momento. A organização se encontrava sacudida por várias tendências e o Comitê Central tinha data marcada para uma reunião, na qual prometia enfrentar em forma radical os impasses políticos que a atravessavam e, ao mesmo tempo, discutir justamente a situação de Salatiel, cuja expulsão era pedida por setores do PCBR.

pelas finanças. Acaba, em fins de 1969, se afastando do partido, o que não impediu sua prisão, ao mesmo tempo em que outros militantes foram presos também, em janeiro de 1970. Torturado, foi julgado com base na Lei de Segurança Nacional. No julgamento reiterou sua denúncia do assassinato sob tortura do principal dirigente do PCBR, Mário Alves (Diplomata francês assiste na J. Militar audiência em que seu patrício é réu. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21/07/1970, p. 4). Rolim foi sentenciado inicialmente a quatro anos de prisão, mas teve a pena reduzida para um ano e oito meses. Pouco depois de libertado, acabou “justiçado” pelo PCBR sob a acusação de delatar militantes do partido quando de sua prisão, entre eles Mário Alves, e de ter se apossado de recursos financeiros partidários. Anos mais tarde, tais acusações acabaram sendo questionadas por antigos militantes do PCBR, como Jacob Gorender (GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 281) e Álvaro Caldas (CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 138-140) (N.E.).

2. Mário Alves de Souza Vieira (1923-1970), jornalista. Ingressou no PCB em 1939, em Salvador. Em 1945 fazia parte do Comitê Estadual da Bahia do PCB. Em 1957 integrou o Comitê Central do PCB. Preso em julho de 1964, foi libertado com *habeas corpus* um ano depois. Em 1966 teve seus direitos políticos cassados pela ditadura por dez anos. Fundador do PCBR e um de seus principais dirigentes. No Rio de Janeiro foi preso no dia 16 de janeiro de 1970, acabou assassinado sob tortura pelas forças de repressão da ditadura no dia seguinte e ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 113-114). Sobre Mário Alves ver também FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: A trajetória política de Mário Alves, 1923-1970*. Salvador: Edufba; Versal Editores, 2008; SOUZA, Marcio. *Entre fatos: O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças, Apolônio de Carvalho e Mário Alves*. Goiânia: Kelps, 2018 (N.E.).

Entre fins de dezembro e janeiro, não só caem presos metade do Comitê Central e todo o secretariado nacional, como quadros dirigentes do Nordeste e do Sudeste, duas regiões que estavam questionando de maneira enfática a orientação do Comitê Central. Mais grave ainda, somente no Rio de Janeiro setenta militantes devem passar à clandestinidade, o que torna a organização mais pesada e conspirativa, reforçando sua dimensão militarista.

O SEGUNDO CC

Para enfrentar a nova realidade criada pelo forte golpe repressivo, constitui-se uma Comissão Nacional Provisória, que terá por base uma minoria do Rio de Janeiro e pessoas ligadas ao setor militar do Nordeste.

Tanto no Nordeste como no Sudeste já se vinha desenvolvendo uma polêmica no interior da organização. Tendo como centro o problema da necessidade de implantar a guerrilha rural e as formas de guerrilha local, os militantes do Nordeste criticavam o que chamavam de “imobilismo do CC”, sua incapacidade de resposta política aos problemas do momento. As posições dos militantes do Sudeste também reforçavam as críticas feitas à “paralisia” da direção, especialmente o que era apontado como sua “incapacidade de implantar a luta armada”.

Caberá, assim, a este organismo, que passará para a história do PCBR como o “Segundo Comitê Central”, realizar uma dura “autocrítica” do núcleo dirigente anterior.

Ao mesmo tempo, e isso em junho de 1970, o Comitê Central aprova um documento que marca uma clara virada em direção ao militarismo, o que ocorre em um período no qual a capacidade de resposta da organização se via comprometida por uma nova onda de quedas produzida em fevereiro-março e que somente no Rio de Janeiro atingiria 130 militantes.

Mesmo após junho continuam os golpes repressivos, como é o caso da prisão de militantes em Recife e que depois vão atingir outros pontos do Nordeste, em princípios de 1971. Na região Sudeste, um pouco antes, em dezembro de 1970, também há quedas importantes.

Esta situação conduz a organização a entrar em uma fase de subsistência a partir de meados de 1971. A tentativa de sua dinamização desemboca em uma Conferência de Reorganização, ao cabo da qual o PCBR aparece quase que totalmente confundido com as demais organizações militaristas. A consequência é a hipertrofia que terão as ações militares na atividade global do PCBR. A organização se transforma em um dos pilares da *Frente Armada*.

O TERCEIRO CC

Em 1973, um derradeiro esforço de reorganizar a direção em meio a uma situação de quase total esgotamento da esquerda brasileira, leva à criação do “Terceiro Comitê Central”. Uma das particularidades desta nova instância é que ela passa a ter somente três integrantes, contra 13 do “primeiro CC”.

E é sobre estes três dirigentes – dentre os quais “Gogó”³, um ex-líder sindical – que a repressão vai desencadear toda sua força. Eles, como muitos outros dirigentes e militantes do PCBR serão exterminados nas câmaras de tortura da ditadura militar.

A articulação de um sem número de militantes e células atomizadas pelo país se faz extremamente difícil. Politicamente a organização havia paulatinamente abandonado toda uma fértil reflexão realizada em seus

3. Trata-se do metalúrgico Getúlio de Oliveira Cabral (1942-1972). Juntamente com outros cinco militantes do PCBR [Fernando Augusto da Fonseca (1946-1972), José Bartolomeu Rodrigues de Souza (1949-1972), José Sílton Pinheiro (1949-1972), Lourdes Maria Wanderley Pontes (1943-1972) e Valdir Sales Sabóia (1950-1972)] todos foram assassinados pelas forças da repressão em 29/12/1972 no Rio de Janeiro, que simularam seu ato criminoso anunciando terem os seis militantes morrido em confronto armado, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 320-323 (N.E.).

primeiros momentos. Mais ainda, a quase totalidade dos quadros em condições de realizá-la se encontrava morta, nas prisões ou no exterior.

O PAPEL DO EXTERIOR

A significação que o grupo do exterior passaria a ter seria relativa num primeiro momento. Lá se encontravam Apolônio de Carvalho, e muitos outros que haviam sido, como ele, trocados por diplomatas, ou simplesmente tinham pedido para sair do país antes de se tornarem alvos da repressão. A posição deste grupo, que se concentrava sobretudo em Santiago do Chile, é prudente. A despeito das divergências com o interior, eles não só se abstêm de torná-las públicas, como demonstram total disciplina, oferecendo-se para voltar e participar de qualquer tipo de tarefas.

Alguns dirigentes do interior, no auge do militarismo, não veem com bons olhos este grupo de quadros “muito marcados pelo massismo” e limitam suas ofertas de incorporação a funções puramente técnicas e adequadas às prioridades do momento: “bons motoristas”, “bons atiradores” etc. O reingresso não se produz. Frustrado pelo surto repressivo no interior, o numeroso e experiente grupo do Chile começa um processo de revisão, sentindo que em suas mãos, como foi o caso para outras organizações brasileiras naquele momento, se encontrava depositado em grande medida o futuro da organização. Esta rearticulação, que se faz no quadro de uma política de aproximação com outras organizações, como era o caso do POC e do MR-8 (Construção Partidária), se interrompe. Dia 11 de setembro de 1973 os militares chilenos derrubavam o presidente Salvador Allende. A repressão que se desatou sobre os revolucionários estrangeiros que se encontravam no Chile atingiria, igualmente, alguns dos quadros do PCBR que lá se encontravam e que foram alvo não só das forças de segurança de Pinochet, como da curiosidade “dos agentes

brasileiros despachados para interrogar diretamente ou acompanhar o interrogatório dos prisioneiros do Estádio Nacional”⁴.

Libertados pela força das pressões internacionais, estes militantes e os que puderam encontrar refúgio nas embaixadas de Santiago iriam encontrar-se mais tarde na Europa, sobretudo para tentar retomar a iniciativa que começavam a desenvolver no Chile.

As dificuldades seriam, no entanto, de outra ordem. Não só se acentuara o processo de dispersão interna, que complicava todas as tentativas de reorganização desde fora, como a própria distância e o desgaste material que o golpe no Chile havia provocado tornavam mais difícil esta tarefa de reconstituição.

A estas dificuldades materiais somavam-se outras de natureza política. Os acontecimentos do Chile haviam representado um duro golpe para o conjunto da esquerda revolucionária brasileira, introduzindo elementos suplementares de reflexão para seus militantes. Por outra parte, as mudanças na própria conjuntura brasileira, em 1974, colocavam mais em evidência os problemas do futuro que os do passado⁵.

4. Sobre a utilização do Estádio Nacional como prisão política na ditadura de Pinochet ver BRUM, Maurício. *La Cancha Infame: A história da prisão política no Estádio Nacional do Chile*. Porto Alegre: Zouk, 2017 (N.E.).

5. Além das já até aqui citadas, seguem outras referências sobre o PCBR, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: DELLA VECCHIA, Renato da Silva. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: 1967-1973*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005; ESCARIZ, Fernando. *Porque Theodomiro fugiu*. São Paulo: Global, 1980; TORRES, Lucas Porto Marchesini. *Estratégias de uma esquerda armada: Militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980*. Salvador: Edufba, 2017 (N.E.).

MR-8: UMA HISTÓRIA DE ZIGUE-ZAGUES. 2 – OS DESTINOS DE UMA AUTOCRÍTICA¹

O sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969² permitiu, pela primeira vez, que a Dissidência Universitária do PCB da Guanabara aparecesse com nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) pelo qual é até hoje conhecido.

Pouco tempo antes a polícia havia desmantelado um grupo que se denominava MR-8, e que era originário basicamente de membros da “Dissidência” do então estado do Rio de Janeiro. Numa época em que a repressão tateava ainda no terreno do combate “à subversão”, a queda do “Oito” fluminense serviu como instrumento de propaganda sobre a eficácia policial na manutenção da “ordem pública”.

Ao escolher o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, a “Dissidência” carioca assumia a necessidade de ter um perfil de organização, evitando os riscos que sua aparição como grupo vindo do PCB poderia apresentar, sobretudo porque ainda persistiam muitos militantes legais que eram identificados em suas frentes de massa como

1. A primeira parte deste texto, de autoria de Humberto Belvedere Filho (utilizando o pseudônimo de Andreas Maia), encontra-se adiante nos Apêndices de *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979* sob o título “MR-8: Uma história de zigue-zagues. 1 – Uma origem promissora” (N.E.).

2. Ver adiante o depoimento de Cid Queiroz Benjamin “Como Elbrick foi sequestrado”, p. 221.

“dissidentes”. Mas, ao mesmo tempo, a sigla MR-8, em uma ação de tão grande repercussão, servia de hábil instrumento de contrapropaganda: a organização que a polícia havia apresentado como “destruída” era capaz de, pouco tempo após, realizar uma ação de tal envergadura.

SIGNIFICADO & CONSEQUÊNCIAS

Não foi fácil naquele momento medir realisticamente o significado que a ação teve no quadro geral da esquerda brasileira naquele momento.

Ainda que o Ato Institucional nº 5 tivesse quase um ano de vida e que já se anteviessem inúmeros sintomas de estabilização da ordem ditatorial, a perspectiva catastrofista de uma derrubada iminente do governo ainda dominava a esquerda brasileira.

Neste particular, não é surpreendente que o rapto do embaixador dos Estados Unidos aparecesse como um peso maior do que hoje se lhe pode atribuir. É certo que a ditadura enfrentava uma séria crise naquele momento específico. O acidente vascular que acometeu o presidente Costa e Silva³ mostrou a fragilidade da ordem institucional em 1967

3. Artur da Costa e Silva (1899-1969), militar. Envolvido nas conspirações contra o presidente João Goulart, o então general Costa e Silva participou ativamente do golpe de Estado que o depôs. Foi ministro da Guerra do governo golpista. Apoiado pelos setores radicais do governo, a chamada “linha dura”, foi indicado para suceder ao general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura, tomando posse em março de 1967. Diante das mobilizações sociais durante o ano de 1968, Costa e Silva promulgou o Ato Institucional nº 5. Este ato discricionário impunha, entre outras medidas, a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, a suspensão do habeas-corpus e a atribuição do presidente do poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens adquiridos ilícitamente no exercício de função pública, decretar o estado de sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares e demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. Foi o sinal de partida para o imenso contingente de arbitrariedades que, a partir de então, se desencadeou. Em agosto de 1969, Costa e Silva foi acometido de trombose e logo depois substituído por uma junta militar, ao invés de seu vice Pedro Aleixo (1901-1975), advogado e político. No dia 8 de outubro a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva, que acabou falecendo pouco mais de dois meses depois (N.E.).

(nova Constituição) e mutilada pouco mais de um ano depois com a promulgação do AI-5⁴.

O vice-presidente Pedro Aleixo havia sido impedido de assumir a chefia da nação e os ministros militares se avocaram o exercício do poder transitoriamente ao mesmo tempo em que se iniciava nas Forças Armadas um difícil processo de reunificação, tão mais complicado na medida em que a corrente “nacionalista” ainda detinha certa força e tratava de impor seu líder, o general Albuquerque Lima⁵, para a presidência. O regime aparecia frágil, vulnerável demais às pressões do governo norte-americano, que foi peremptório no episódio: os militares deviam tudo fazer, isto é, ceder às exigências dos sequestradores para salvar a vida de seu representante.

Esta situação aparecia reforçada ao nível da “opinião pública”, onde o sequestro foi recebido com simpatia, aquele tipo de complacência coletiva que cercou durante anos, por exemplo, as ações dos Tu-

4. Elaborada pelo governo golpista de 1964, a proposta de constituição foi encaminhada ao Congresso Nacional (já devidamente depurado pelas cassações de mandatos parlamentares feitas pela ditadura e com apenas dois partidos, já que todos os existentes antes do golpe já haviam sido extintos em 1965) para discussão, votação e aprovação em convocação extraordinária, de 12/12/1966 a 24/01/1967, data de sua promulgação. Incorporando o aparato discricionário do regime ditatorial, a nova constituição durou até 13/12/1968, quando entrou em vigor o AI-5, o qual, na prática, a derogou. A sua revogação foi formalizada através da Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, que fez vigorar nova constituição, a qual incorporava o espírito de arbitrariedade corporificado no AI-5 (N.E.).

5. Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981), militar. O então coronel Albuquerque Lima participou das conspirações visando à deposição do presidente João Goulart. Foi promovido a general de brigada, em julho de 1964. Em 1965, assumiu a chefia do estado-maior do I Exército, sediado no Rio de Janeiro. A aproximação das eleições estaduais previstas para outubro de 1965 inflamou os ânimos dos jovens oficiais da chamada “linha dura”, que, liderados por Albuquerque Lima, congregaram-se na Liga Democrática Radical (LIDER) e passaram a pressionar, para obstar o processo eleitoral, sem sucesso. Em outubro de 1965 a LIDER foi dissolvida. Com a eleição de Costa e Silva a presidente, ocupou o cargo de ministro do Interior no novo governo da ditadura. Permaneceu no cargo até janeiro de 1969, demitindo-se por discordar da política econômica do governo. Após o afastamento de Costa e Silva, capitalizando a crescente insatisfação das camadas inferiores da oficialidade através de um programa autoritário de caráter nacionalista, Albuquerque Lima se impôs como candidato desses setores das forças armadas à sucessão de Costa e Silva. No entanto, em consulta às forças armadas, acabou derrotado por outros nomes. Entre eles, o de Emilio Garrastazu Médici, que acabou sendo o sucessor de Costa e Silva (N.E.).

pamaros⁶ no Uruguai. O governo não havia conseguido, sobretudo nas camadas médias da população, neutralizar os efeitos do descontentamento que havia explodido um ano antes, situação que só reverteria em 1970, por ocasião da vitória na Copa do Mundo de futebol.

Mas os militantes do MR-8 não davam um lugar excessivamente importante à ação, a despeito de sua repercussão nacional e internacional. Tal não parecia ser, no entanto, a posição da ALN de Carlos Marighella, organização um pouco mais antiga e com um projeto de intervenção política e militar bastante mais definido. Um exemplo disto pode ser tomado na carta que o dirigente máximo da organização dirige aos “15 patriotas” trocados por Elbrick e na qual ele prognostica o início da guerrilha rural até o fim de 1969. As coisas, como sabemos, foram um pouco diferentes e aquele que anunciava o surgimento da luta guerrilheira no campo até dezembro sucumbiria num tiroteio nas ruas de São Paulo a 4 de novembro de 1969.

As consequências do sequestro foram múltiplas. O peso dos setores “duros” das Forças Armadas, já hegemônicos naquele momento, se reforçou ainda mais e o regime buscou dotar-se dos instrumentos (pela via dos Atos Institucionais e complementares) capazes de reforçar o poderio repressivo do Estado em um período que se anunciava como de auge da “guerra revolucionária”. A prisão perpétua e a pena de morte são adotadas, por exemplo.

Mas o próprio estilo de intervenção dos aparelhos repressivos, já marcado pela truculência naquele período, se acentua e isto tem consequências para o conjunto da esquerda, cujo funcionamento se vê mais ameaçado ainda.

6. Este grupo revolucionário chamava-se formalmente de Movimento de Libertação Nacional, mas era popularmente conhecido como Tupamaros (proveniente de Tupac Amaru, o último imperador inca, assassinado pelos espanhóis em 1571). Foi fundado em 1963 e sua atividade centrou-se quase exclusivamente em Montevidéu e seus arredores, onde vivia mais de 60% da população uruguaia (N.E.).

RISCOS MAIORES

No próprio MR-8 generaliza-se a impressão de que a organização não estava preparada para enfrentar as consequências de sua ação. Mas os efeitos políticos são fulminantes. O sequestro – por seu êxito e pelos riscos maiores que acarretava para a organização – contribuía para uma mudança da própria composição da militância. Desaparece certa fluidez herdada do período “massista” e o número de quadros se reduz. A organização se militariza e multiplica suas ações⁷, terminando por receber duros golpes, como já vinha acontecendo com outras, particularmente a Ação Libertadora Nacional naquele período.

José Roberto Spiegner⁸, considerado um dos mais brilhantes quadros do MR-8, morre, segundo a polícia, em um tiroteio, segundo outros, em tortura. Muitos dos que conseguem escapar ilesos da casa onde Spiegner e seus companheiros se encontravam, são detidos pouco depois em uma ação de panfletagem. Cercados pela polícia e depois de sustentar um tiroteio cerrado com a repressão, são presos vários militantes, dentre eles Daniel Aarão Reis, destacado líder estudantil da UNE, e Vera Sílvia Magalhães⁹.

7. Ver adiante “Um gosto de aventura”, p. 226.

8. José Roberto Spiegner (1948-1970), estudante de Economia. Membro da Direção Geral da Dissidência da Guanabara do PCB, que mais tarde tomaria o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi preso e assassinado pela repressão da ditadura em 17 de fevereiro de 1970, a qual dissimulou a tortura e a execução alegando que a morte ocorrera em um suposto tiroteio (Cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 116-117) (N.E.).

9. Daniel Aarão Reis Filho (1946), historiador. Militante da Dissidência Estudantil da Guanabara do PCB e do MR-8. Participou do rapto do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e foi preso e torturado pelo aparato repressivo da ditadura. Foi libertado com o rapto do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben e viveu no exílio até a anistia, quando retornou ao Brasil (Cf. CARDOSO, Lucileide Costa. Rastro de perseguição no Deops: Enquadramento na LSN e resistência de um historiador. *Revista Binacional Brasil Argentina. Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, jun. 2014, p. 41-62). Vera Sílvia Magalhães (1948-2007), economista e socióloga. Militante da Dissidência Estudantil da Guanabara do PCB e do MR-8. Participou do rapto do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e foi presa, ferida com gravidade e barbaramente torturada pelas forças de repressão da ditadura. Foi libertada com o rapto do embaixador Alemão Ehrenfried Von Holleben e viveu no exílio até a anistia, quando retornou ao Brasil. Ver depoimento de Vera Sílvia Magalhães ao Programa Memória Política da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissao-vera-silvia-magalhaes>>

As quedas que se sucedem levam, sobretudo, os setores operativos a uma situação de desespero.

Tanto é assim que começa a ser preparado o sequestro do embaixador alemão, então sediado no Rio de Janeiro, sem que seus sequestradores tivessem onde escondê-lo. A intenção era mantê-lo detido no mato... A reconexão do “grupo de fogo” por um dirigente impede que esta aventura se consuma. O embaixador Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben¹⁰, da Alemanha, será sequestrado, na metade de 1970, por um comando da Vanguarda Popular Revolucionária. A operação bem articulada permite a libertação de vários militantes do MR-8 que se encontravam detidos, como é o caso dos irmãos Samuel e Daniel Aarão Reis, de Fernando Gabeira, de Cid Queiroz Benjamin e de Vera Silvia Magalhães.

EXTERIOR E INTERIOR

A partir de meados de 1970, uma nova situação se cria na organização com a presença de um grande número de quadros “históricos” da organização no exterior. Na Argélia, em Cuba e, finalmente, no Chile, então governado por Salvador Allende, começa um processo de reagrupação e esboçam-se já as primeiras discussões sobre os rumos da organização.

No interior, os dirigentes que haviam escapado ao cerco da repressão buscam dar coesão à organização e abrem ou aprofundam algumas frentes importantes de trabalho, como ocorre na Baixada Fluminense e na Bahia.

leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>. Acesso em: 07 mar. 2019. (N.E.).

10. Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben (1909-1988), advogado e diplomata alemão. Iniciou sua carreira diplomática em 1953. No Brasil desde 1966, Von Holleben foi raptado em 11 de junho de 1970 no Rio de Janeiro. Mantido cinco dias em poder dos raptadores, foi libertado em troca de 40 presos políticos, os quais foram enviados para a Argélia. Libertado, permaneceu no Brasil até 1970 (N.E.).

Para lá, é encaminhado o ex-capitão Carlos Lamarca, até 1970 a principal figura da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Lamarca, que com quase todos seus companheiros conseguiu romper o cerco estabelecido por milhares de soldados na região do Vale do Ribeira, acaba por esconder-se por um período no Rio de Janeiro, onde, em contato com militantes do MR-8 que o guardavam, aprofunda suas críticas às perspectivas ultramilitaristas da VPR.

Quando vai para o sertão baiano, já como militante do MR-8, é na perspectiva de realizar mais um trabalho com o campesinato, preparar os focos militares que haviam informado a estratégia de quase todas as organizações que no Brasil ultrapassaram a barreira dos anos 1970.

Sua morte, dia 19 de setembro de 1971, juntamente com o companheiro José Campos Barreto, o combativo Zequinha da greve de Osasco de 1968¹¹, quando os dois repousavam sob uma árvore, extenuados pela perseguição que lhes moviam as patrulhas do Exército e da Polícia, encerra um ciclo da história da esquerda brasileira. Sua companheira, Iara Iavelberg, se suicidara em um apartamento de Salvador, para não cair nas mãos da polícia que cercava completamente o edifício onde morava.

Outros militantes do MR-8 são pouco a pouco presos ou saem do país. As condições de segurança da organização se rarefazem. Seus principais dirigentes – como é o caso do então militante do MR-8, Cesar Queiroz Benjamin, o “Menininho”, cai depois de ter enfrentado várias vezes a tiro a polícia.

11. José Campos Barreto (1946-1971), metalúrgico. Um dos líderes da greve de Osasco de 1968, Zequinha Barreto acabou preso ao seu final e torturado pela repressão e foi libertado quase 100 dias depois por intermédio de um *habeas corpus*. Em 1969 deixa a VPR e ingressa no MR-8. Na Bahia, em 1971, recebe a incumbência de acompanhar Carlos Lamarca, sendo ambos assassinados pela repressão da ditadura (Cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 179-182). Sobre Zequinha Barreto ver também OLIVEIRA, Márcio Amêndola de. *Zequinha Barreto: Um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; e OLIVEIRA, Márcio Amêndola de (Org.). *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*. Osasco: Instituto Socialismo e Democracia José Campos Barreto – Zequinha Barreto; Sindicato dos Químicos Unificados de Plásticos, Abrasivos e Similares de Campinas, Osasco, Vinhedo e Regiões, 2008 (N.E.).

Os dirigentes do MR-8 padeciam da falta total de base social, “uma organização que tivera no passado sólidas ligações com amplas camadas da pequena burguesia carioca”. Não raro foram obrigados a dormir na praia, por falta de “aparelho”.

NO CHILE

A retirada da quase totalidade dos quadros do país, após a morte de Lamarca e o encontro destes com os que haviam sido anteriormente banidos, em Santiago do Chile, materializa a opção de priorizar o processo político de discussão. Mas as condições de derrota do conjunto da esquerda e da organização em particular não vão facilitar as coisas.

A saída de militantes é pensada, como possibilidade de permitir melhor integração entre os “de fora” e os “de dentro”. Esta integração se vê dificultada na medida em que um grupo e o outro, com toda a diferenciação interna que pudessem ter, possuíam visões não coincidentes da realidade.

O grupo que vinha do Brasil tendia a uma autocrítica da prática militarista da organização, inspirada fundamentalmente pelas posições defendidas pela POLOP, neste momento, consideradas por outros setores como excessivamente “obreiristas” ou “massistas”, para não sair do jargão.

Mas não é só isto. Nas condições de derrota, antes enfatizadas, há uma tendência à exacerbação dos conflitos e à sua personalização, facilmente compreensível em uma organização com personalidades “fortes”.

Não é estranho, assim, que um conflito bastante mais matizado se transforme em um choque de “massistas” contra “militaristas” e que um clima de desconfiança se instaure, sobretudo quando a direção aplica critérios de funcionamento questionados pela base, especialmente pelos históricos que se encontravam há mais tempo no exterior. Estes reclamam, por exemplo, a forma pela qual as células foram organizadas, reunindo

nas mesmas bases todos aqueles que têm posicionamento semelhante e impedindo, assim, maior irradiação de posições. Denunciam, em seguida, que a direção se organiza como tendência e que as tendências eram proibidas. A gota d'água é o rocamboloso episódio do caderno de atas da tendência da direção¹², no qual eram registradas todas as reuniões. Com a “prova” na mão, o grupo de oposição denuncia as práticas da direção e o choque chega ao seu final. Os dois grupos se expulsam reciprocamente e os asilados políticos no Chile passam a saber da existência de dois MR-8, o “oficial” (DG) e o “contestador” (CP, Construção Partidária).

Mas o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 precipita a situação. Menos coeso, sem um projeto definido, o grupo “CP” se pulveriza e seus integrantes não chegam sequer a fazer um balanço deste processo centrífugo. Sobre o MR-8 “oficial”, que, dando continuidade a suas análises anteriores, pode suportar os golpes sofridos no Chile e recomeça certo trabalho no interior.

NOVAS ALIANÇAS

Uma política, em que o problema das “liberdades democráticas” se transforma em “centro tático” da proposta da organização, é acompanhada por um esforço que se desenvolve em forma desigual no exterior e no Brasil, de constituição de uma articulação no interior da esquerda brasileira.

Esta tendência, que num primeiro momento se inclina muito para a Política Operária (POLOP), choca-se pouco a pouco com ela, na medida em que a POLOP envereda mais ainda na sua postura “obreirista”. O “doutinarismo” da POLOP, dizem os dirigentes do MR-8, a exclui finalmente da perspectiva de formação de uma Tendência Proletária. A aliança mais importante se faz com a Ação Popular, que estava, em meados dos anos

12. Este episódio, ocorrido no final de 1972, é tratado nas memórias de um ex-militante do MR-8: SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983, p. 73-74 (N.E.).

1970, saindo da grave crise em que havia submergido após uma penosa cura de seu passado maoista. Fruto desta aliança, que atrai grupos de dissidentes da POLOP e outros setores independentes, é o aparecimento da revista *Brasil Socialista*, com a pretensão de dar um tratamento mais teórico às questões de atualidade.

Os números da “BS”, como era conhecida, nos dão uma interessante mostra do processo de modificações políticas da linha do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Estas modificações não são muito sensíveis em seu Primeiro Congresso, mas passam a aparecer claramente quando, no número 9 de *Brasil Socialista*, aparece o artigo “Socialismo e Liberdades Democráticas”, assinado por Daniel Terra, um dos principais dirigentes da organização¹³.

Atacando duramente a POLOP e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), este aparece muitas vezes indevidamente amalgamado àquela, e amparado em um conjunto enorme de citações de Lênin, Daniel Terra aprofunda ainda mais a sua visão das liberdades democráticas, dando um caráter estratégico à luta por elas.

O corolário desta postura mais geral não se faz tardar. No plano político geral, seu apoio crescente ao MDB e uma ênfase especial no trabalho eleitoral. No plano sindical, o abandono das perspectivas das oposições sindicais e o entrosamento com setores de notórios pelegos, em nome da unidade sindical e em parceria com o PCB. A este respeito, todos os sinais mais gerais indicavam uma aproximação entre o MR-8 e o “Partidão”, de onde saiu nos anos 1966-1967. O fecho de ouro deste processo de afinamento ideológico é dado por uma orientação marcadamente pró-soviética que seus documentos e militantes afetam.

Tudo isto teria efeitos na velha política de aliança. A Tendência Proletária naufragou, sobretudo a partir do momento em que a evolu-

13. Daniel Terra era um dos nomes de guerra de Cláudio Campos (1947-2005), jornalista. Foi, de 1972 até seu falecimento, secretário-geral do MR-8 (N.E.).

ção interna da Ação Popular sepultou as esperanças de fusão das duas organizações.

Perspectivas? Bem, as opiniões diferem. Para muitos um processo irreversível de aproximação entre o “Oito” e o “Partidão” estaria se delineando, mas este processo poderia sofrer veto dos “eurocomunistas” do PCB. Nas páginas mesmas de *Em Tempo*¹⁴, José Salles, para muitos um expoente “euro”, não revelou muita simpatia pela tese de fusão das duas organizações, preferindo que cada organização se desenvolva separadamente.

Prestes e sua filha Anita Leocádia estariam dispostos a receber de volta estes filhos pródigos (um dos dirigentes históricos do MR-8 diz que foi um erro o racha dos anos 1966-1967) com razões mais do que evidentes: reforçar seu magro caudal para os duros embates do VII Congresso. Não percam os próximos episódios.

COMO ELBRICK FOI SEQUESTRADO¹⁵

Na história do MR-8 ocupa um importante lugar a ação de sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick que seus militantes realizaram em setembro de 1969 e que permitiu o resgate de 15 presos políticos, além de ter chamado a atenção do mundo para a situação brasileira. O sequestro de Elbrick tem ainda mais um significado particular para a organização que a realiza (em

14. Trata-se da entrevista do dirigente comunista José de Albuquerque Salles, feita por Marco Aurélio Garcia, e publicada neste volume: GARCIA, Marco Aurélio. Um novo “Partidão”? *Em Tempo*, ano II, n. 90, 15-21/11/1979, p. 12-13 (N.E.).

15. Este depoimento foi publicado junto com a primeira parte do texto sobre o MR-8, cuja autoria é de Humberto Belvedere Filho, a qual se encontra mais adiante, na seção dedicada aos colaboradores da *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979* (Andreas Maia [pseudônimo de Humberto Belvedere Filho]. MR-8: Uma história de zigue-zagues. 1 – Uma origem promissora. *Em Tempo*, ano III, n. 97, 17-23/01/1980, p. 13-14). No entanto, em virtude de sua remissão encontrar-se nesta segunda parte, esta já de autoria de Marco Aurélio Garcia, a quem foi dado o depoimento, acreditamos ser aqui o lugar adequado para sua publicação (N.E.).

associação com a ALN): pela primeira vez é adotado publicamente o nome Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

Cid Queiroz Benjamin teve uma participação central na ação, foi preso um ano depois e, por seu turno, banido do país, em troca do embaixador Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, da Alemanha, em 1970. Ele contou a *Em Tempo* as circunstâncias do sequestro¹⁶.

Libertar Vladimir

A ação, além de seu objetivo de propaganda, buscava libertar alguns militantes presos, particularmente o Vladimir Palmeira, que era o maior líder popular do Rio de Janeiro na época. Nós tínhamos feito levantamentos para ver como tirá-lo da cadeia, mas a ideia do sequestro surgiu quando nos demos conta que era impossível atacar o quartel onde se encontrava preso.

Nós procuramos os companheiros da VAR-Palmares para realizar com eles a ação, mas a VAR enfrentava dificuldades naquele momento e não aparecia sequer nos pontos. Foi aí que entramos em contato com a ALN em São Paulo.

Sem proteção

Depois que se descartou a ideia de um atentado, porque o sequestro era mais útil, intensificamos nossos levantamentos. O esquema de segurança do embaixador na época era nulo. Ele não tinha nenhuma proteção e fazia todos os dias o mesmo trajeto de sua casa para a embaixada. Para obter mais dados, no entanto, nós

16. Posteriormente Cid Benjamin publicou suas memórias, onde este episódio é narrado com mais detalhes: BENJAMIN, Cid Queiroz. *Gracias a la vida: Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013 (N.E.).

enviamos uma companheira¹⁷ com um cachorrinho para a frente da embaixada, e ela ficou amiga do chefe da segurança. Este, na expectativa de poder sair uma noite com ela, facilitou as coisas...

Resolvemos não alugar uma casa para guardar o embaixador, pois temíamos que isto chamasse a atenção da polícia, que poderia fazer um levantamento das casas recentemente alugadas e foi por isto que resolvemos aproveitar um “aparelho” onde funcionava a gráfica da organização. Aí é que o Gabeira entrou na história, pois ele também morava na casa: ela havia sido locada em seu nome.

Um ano mais tarde, quando eu fui preso, soube que a polícia já estava paquerando a casa – um vizinho denunciou “movimentos estranhos” e provavelmente viu a entrada do embaixador.

Um dia depois do sequestro, a polícia esteve na casa onde Elbrick se encontrava guardado. Dois tipos desceram de um Volks e foram entrando na casa. O Cyrillo¹⁸, que estava no jardim, perguntou o que eles queriam e eles disseram que queriam falar com Fulano. Como o Cyrillo respondeu que Fulano não morava ali, eles pediram para telefonar. Cyrillo disse que não havia telefone e eles foram embora. Mas, ao saírem no carro, ele se deu conta que eles estavam falando alguma coisa em um aparelho de rádio. A partir daí não tivemos dúvida que estávamos cercados. E fomos detectando mais policiais em volta.

A libertação do embaixador

Como achamos muito arriscado mudar de casa, resolvemos ficar lá até que os 15 companheiros chegassem ao México. Fizemos

17. Trata-se de Vera Sílvia Guimarães (N.E.).

18. Trata-se de Manoel Cyrillo de Oliveira Netto (N.E.).

coincidir a sua soltura com a saída de um jogo do Maracanã. O trânsito era intenso na Barão de Petrópolis e na época não existia ainda o Túnel Rebouças e nós aproveitamos. Havia várias caminhonetes da Marinha e nós éramos poucos. Saímos em dois carros. Um com o embaixador e outro de cobertura, com armamento mais pesado. Eu dirigia este segundo carro. Pouco a pouco nós fomos sendo cercados por mais carros e a situação começou a ficar difícil, sobretudo porque nós preferíamos entregar o embaixador sem combate. O que salvou é que o carro aonde ia o embaixador era dirigido por Cláudio Torres¹⁹, um excelente motorista que fazia peripécias incríveis e que conseguiu se desgarrar num certo momento. Eu fazia sinal para a caminhonete da polícia para que passasse, mas eles, com medo das metralhadoras que tínhamos à mostra, não o fizeram. Quando o carro do Cláudio “se perdeu” nós ficamos sozinhos com a polícia, mas eles preferiram encontrar o embaixador a nos prender e com isto conseguimos nos safar. Todo o mundo se perdeu de todo o mundo e nós pudemos nos encontrar uma hora depois com toda a tranquilidade no ponto de segurança anteriormente previsto.

Na Rua Marx, aliás, Marques

A libertação de Elbrick foi mais complicada, pois o sequestro mesmo não teve nada de especial. A ação do sequestro foi dirigida por Virgílio Gomes da Silva²⁰, da ALN, que, um mês depois, seria morto a

19. Trata-se de Cláudio Torres da Silva (N.E.).

20. Virgílio Gomes da Silva (1933-1969), metalúrgico e trabalhador químico. Ingressou no PCB em 1957, com o qual rompeu após aderir às posições de Carlos Marighella e ingressar na ALN. Foi enviado para treinamento guerrilheiro em Cuba. Retornou ao Brasil e começou a participar de ações armadas da ALN. Foi preso em 29/09/1969, poucas semanas depois de sua participação no rapto do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, organizado pelo MR-8 e pela organização da qual fazia parte. Neste mesmo dia foi assassinado sob tortura pelas forças da repressão da ditadura. Ainda hoje continua entre os “desaparecidos” (cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 104-105). Ver também PIMENTA, Edileuza e TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: De retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena, 2009 (N.E.).

pontapés na OBAN, após ter assistido à tortura de sua mulher e seu filho, na época de seis meses.

Nós e os companheiros que vieram de São Paulo emboscamos o embaixador na Rua Marques, que antes do Estado Novo se chamava Marx, atravessando o carro na frente do automóvel do embaixador. Quando ele parou, nós o arrancamos de dentro. Tivemos de golpeá-lo, pois ele resistiu pensando que era um atentado e íamos assassiná-lo. Ele mesmo justificou a coronhada que levou na cabeça, quando falou mais tarde aos jornalistas.

A lista

Inicialmente nós só tínhamos dois nomes para a lista, o Vladimir e o Gregório Bezerra. Mais tarde, a lista foi engordando e chegou a 11 e aí resolvemos arredondar para 15. Nós tivemos dúvidas se o governo iria ceder. O que presidiu a elaboração, no entanto, da lista foi um desejo de abarcar militantes de várias organizações e de vários pontos do país. Mas, tanto a ALN como nós, tínhamos pouca informação sobre a esquerda e por isto muita gente que se encontrava presa naquele momento e que poderia ter sido libertada não o foi.

Conversas indiscretas

No seu cativeiro Elbrick teve algumas conversas conosco que foram gravadas e que, posteriormente, cairiam nas mãos da polícia. Nestas conversas, ele compartia muitas de nossas críticas ao regime militar, especialmente no que se refere à violação dos direitos humanos, elogiava Dom Helder etc.

Quando eu fui preso, muitos militares não conheciam a existência das fitas e outros me interrogaram sobre seu conteúdo. Elas foram capturadas em uma casa que caiu, mas no lugar do DOI-CODI, foram para os altos escalões. Pouco depois o embaixador foi substituído.

Dias depois do sequestro a polícia prendeu o Cláudio Torres, cujo casaco havia ficado na casa, o que permitiu aos agentes do Ceni-mar chegar ao alfaiate que o havia feito e daí ao cliente. O Cláudio era pouco conhecido no Rio de Janeiro e vivia legalmente. Ele sabia muita coisa e a organização não tinha uma estrutura sólida. Não fosse a firmeza que demonstrou durante a tortura – esteve duas vezes em estado de coma – provavelmente a história da esquerda brasileira dedicaria um capítulo muito pequeno ao MR-8. Todos nós estivemos em suas mãos. E ele aguentou.

(Depoimento a Marco Aurélio Garcia)



UM GOSTO DE AVENTURA

“A imaginação no comando”, esta parece ter sido a regra de ouro, seguida pelas estratégias militares do MR-8 no período áureo após o sequestro do embaixador Elbrick. A própria ação do rapto serviu para desenvolver na opinião cívica o mito da eficácia militar da organização, numa época em que a censura, embora existente, não se mostrava tão vigilante como seria no período posterior.

A engenhosidade das ações militares do MR-8 pode ser ilustrada em pelo menos dois episódios.

Félix Pacheco

O primeiro é o assalto do Instituto Félix Pacheco, de onde foram subtraídas carteiras de identidade e outros documentos²¹. Previamente, uma jovem se apresentou às autoridades policiais como jornalista interessada em fazer uma reportagem sobre a repartição. Em realidade, o que ela pôde fazer foi um exaustivo levantamento do local, dos horários mais convenientes e dos hábitos dos funcionários.

Dias depois da “reportagem” um comando fortemente armado irrompia no local, quase na hora do término do expediente. O levantamento da “repórter” tinha uma falha, no entanto. A esta hora chegavam os despachantes para serem atendidos atrás do balcão. O comando foi obrigado a admitir uma quantidade enorme deles enquanto recolhia o material desejado. A porta se abria e um militante de arma em punho gentilmente dizia um “passe, por favor” para os atônitos despachantes de pastinha na mão.

Uma obra de arte

O outro episódio é a visita, uma vez mais de uma repórter, ao apartamento de um deputado da Arena no Rio de Janeiro, onde se sabia haver um cofre com algumas dezenas de milhares de dólares, além de uma excelente pinacoteca²².

21. A ação ocorreu no dia 18/11/1969, a qual assim foi descrita pela imprensa: “Três homens e uma mulher armados de pistolas, assaltaram às 17h55m de ontem o posto do Instituto Félix Pacheco de Madureira, na Rua Carvalho de Sousa, 98-A e B, de onde levaram grande quantidade de formulários de documentos e antes da fuga escreveram com spray na parede ‘Viva Marighella MR-8’.” (Quatro assaltam Félix Pacheco em Madureira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19/11/1969, p. 18 (2º clichê)) (N.E.).

22. Em suas memórias, Cid Benjamin narra o episódio, ocorrido em 19 de agosto de 1969, e identifica o parlamentar: Edgard Guimarães de Almeida, deputado federal pela ARENA (Cf. BENJAMIN, C. Q. *Op. cit.* Rio de Janeiro: José Olympio, p. 140-141). Ver Assalto a deputado é apurado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/12/1969, p. 7 (N.E.).

O “objetivo” da jornalista era fazer uma reportagem sobre a pinacoteca do deputado.

No dia aprazado “dois fotógrafos”, mais um “crítico de arte”, vestido na forma pouco convencional que se imagina ser a dos críticos de arte, chegam à casa do deputado. No momento da foto da família diante dos quadros, os “fotógrafos” tiram suas armas e exigiram o dinheiro. E aí retorna a “babá” da casa com as crianças que tinha levado para passear. Diante da cena insólita do deputado e sua família ameaçados por armas lhe foi dito tratar-se de uma filmagem na qual ela deveria igualmente aparecer...

A reportagem rendeu 70 mil dólares²³.

23. Sobre a Dissidência e o MR-8 seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: ALVES, Valdir. *João Rocco, o último guerrilheiro*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992; CERQUEIRA, Ruy. *O diário de campo do Capitão Carlos Lamarca: Ousar lutar, ousar vencer*. Feira de Santana: Clínica dos Livros, 2003; _____. *Santa Bárbara: O estudante da guerrilha. A vida e a trajetória política do único estudante de Feira de Santana que se tornou guerrilheiro*. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002; GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a anistia; A entrevista do Pasquim; Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979; GOMES, Silvo de Souza. *Um trabalhador na Revolução Latino-Americana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005; MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sônia Angel: Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Gráfica MEC, 1994; NASCIMENTO, Higor Codarin. *A arma da crítica e a crítica das armas: A trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018; NERY, Virgílio Sena. *Entre lutas e despedidas: Da Dissidência Comunista da Guanabara à autocrítica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016; SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009; SILVA, José Dirceu de Oliveira & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: O movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Garamond, 1998 (N.E.).

A VPR E A CRÍTICA DAS ARMAS

Reconstituir hoje as trajetórias, em mais de um ponto comum, da *Vanguarda Popular Revolucionária* e da *VAR-Palmares*, dois dos mais importantes grupos revolucionários surgidos nos fins da década de 1960 não é uma tarefa fácil. Na imprensa da época, submetida à censura dos militares, ou, simplesmente, dos donos de jornais, as siglas VPR e VAR aparecem exclusivamente vinculados a rocambolescas aventuras do “terror”: assaltos, atentados, sequestros de diplomatas ou de aviões. Nos processos arquivados nas auditorias militares há um material, sem dúvida precioso, onde é difícil, no entanto, distinguir o verdadeiro do falso, sem falar na angulação policialesca que preside a reconstituição dos fatos. Os documentos políticos são escassos, difíceis de encontrar e dizem muito pouco de organizações para as quais o fundamental, finalmente, era a ação e não mais as “teorias” como desdenhosamente afirmavam muitos de seus militantes. Restariam estes, mas aqui as coisas se complicam mais ainda. Uma grande parte dos protagonistas desse período da história da esquerda brasileira está morta ou “desaparecida” – não esqueçamos que VPR e VAR-Palmares foram das organizações mais atingidas pela repressão – e os vivos são muitas vezes reticentes em debruçar-se sobre um passado cheio de pontos obscuros ou de experiências dolorosas, que parecem

resumir em grande medida a tragédia da esquerda brasileira durante estes anos difíceis.

NO COMEÇO, CRISE

VPR e VAR-Palmares, da mesma forma que a totalidade dos grupos que emergem em 1967-1968, são o resultado da profunda crise política e ideológica que se abate sobre a esquerda brasileira após o golpe de Estado de 1964. Diferentemente das outras organizações, no entanto, elas não se gestam no interior do Partido Comunista, ainda que muitos de seus militantes tivessem passado também pelas filas do “Partidão”. Os contornos da história aqui são um pouco diferentes, porém.

Com o golpe de 1964, ganharam força aquelas correntes extremamente minoritárias que, dentro e fora do PCB, faziam a crítica da estratégia e da tática seguida pelo partido de Prestes. É esta situação que vai permitir um substancial reforçamento da audiência de uma organização como a Política Operária, antes do golpe um pequeno grupo de intelectuais e de estudantes que defendia genericamente as posições marxistas revolucionárias que haviam ganho atualidade a partir da revolução cubana. Além de insistir no “caráter socialista da revolução brasileira”, contra as teses nacionalistas-democráticas do PCB, a POLOP punha ênfase na necessidade da violência armada como via de acesso ao poder político, o que se chocava com as teses sobre a “transição pacífica” que eram a “*pièce de résistance*” do “Partidão”.

A influência da POLOP entre os estudantes se faz mais visível, mas não somente aí. Grupos operários, que anteriormente olhavam com certa indiferença aqueles jovens propagandistas do nacionalismo, começam a “buscar contatos”. Mas as coisas vão mais longe. A Política Operária polariza também um número apreciável de sargentos e suboficiais que haviam sido expurgados das Forças Armadas logo depois do golpe, como

consequência da ação que desenvolvera no Exército, Marinha, Aeronáutica ou nas forças públicas estaduais. A primeira manifestação desta aproximação é notória no episódio conhecido como a “guerrilha de Copacabana”, quando o Cenimar desbarata uma articulação entre marinheiros e a POLOP, no Rio de Janeiro.

A ATRAÇÃO DE BRIZOLA

Mais do que a POLOP, no entanto, o principal ponto de atração dos setores egressos das Forças Armadas passa a ser o ex-governador Leonel Brizola, exilado em Montevidéu, que começa a desenvolver uma série de ações conspirativas, o que lhe permitirá contar um pouco mais tarde com o apoio de Cuba, empenhada, neste período, em reforçar os grupos revolucionários de todo o continente.

Desta simbiose ex-sargentos-Brizola nasce o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)¹. O fracasso da “guerrilha de Caparaó” e a própria evolução das posições de Brizola marcam o declínio do MNR. Seus militantes continuam ativos no Brasil, em busca de uma nova alternativa.

Esta parece surgir em 1967, quando, para muitos, a POLOP não consegue mais exercer a atração que havia exercido no período imediatamente posterior à queda de Jango. O depoimento do ex-sargento José Ronaldo Tavares de Lira e Silva é revelador.

Depois do golpe – diz ele – a POLOP manteve sua perspectiva de luta armada, carecendo, no entanto, de uma concepção clara de como desenvolver esta luta e perdendo-se em discussões teóricas. De maneira que nossa aproximação com a POLOP resultou única e exclusivamente na organização de cursos teóricos sobre marxismo-leninismo.

1. Sobre o MNR ver as memórias de um militante: TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo, Globo, 1999 (N.E.).

Os impasses da Política Operária eram vividos também por seus militantes. Em 1966, um grupo de Minas Gerais se insurgia, à sua maneira, contra o estrategismo da organização, levantando a tese da Assembleia Nacional Constituinte, posição massacrada nas discussões e então caracterizada como “democratista”. Um ano depois, no entanto, por ocasião do Quarto Congresso da organização (setembro de 1967) a situação é bem distinta. As posições da direção são atacadas por vários flancos: os militantes de Minas Gerais contraditam a proposição de um *Programa Socialista para o Brasil*, apresentado pela direção com uma linha de Libertação Nacional. No Rio, alguns militantes apoiam esta proposta, ainda que pondo ênfase na estratégia de guerra prolongada no campo. Já em São Paulo, se desenha uma oposição cujos eixos são as propostas aprovadas um mês antes pela Conferência da OLAS, em Havana, e que retomam o essencial das colocações do francês Régis Debray em seu livro *Revolução na Revolução?*, isto é, a estratégia do foco rural.

A vitória de Pirro da antiga direção – 16 votos contra 14, no Congresso – precipita as coisas para os opositores. Eles abandonam a organização. Começa então o processo de gestação do que seriam mais tarde a VPR e a VAR-Palmares. Este processo se desdobrará em São Paulo, Minas Gerais, no Rio de Janeiro e um pouco no Rio Grande do Sul.

O SURGIMENTO DA VPR

O grupo que rompe com a POLOP em São Paulo limita sua ação inicialmente a contatos em São Paulo, sendo tênues suas relações com os dissidentes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A atividade deste grupo de militantes, que Raul Villa, em seu estudo sobre a POLOP, considera “caracterizado justamente por um grande dinamismo no trabalho de massas” se faz em direção a vários setores, especialmente os remanescentes do MNR e o chamado “grupo de Osasco”².

2. Sobre o “grupo de Osasco” ver OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *O Grupo (de Esquerda) de*

Com os ex-sargentos, entre os quais se encontrava Onofre Pinto, os entendimentos vão mais rápido. Com o “grupo de Osasco” os contatos começam a se fazer em fins de 1967, três meses após a cisão com a POLOP.

O “grupo de Osasco” é revelador de uma nova realidade social e política do Brasil de fins da década de 1960. Seus integrantes são, na sua maioria, estudantes e operários, não raros as duas coisas ao mesmo tempo. Alguns passaram pelo PCB e outros não tinham sequer esta experiência política. Zequinha Barreto, por exemplo, uma personagem chave da greve de Osasco, em 1968, e que morreria mais tarde em companhia de Carlos Lamarca, desperta para a política em 1966, é eleito presidente do Círculo de Estudantes de Osasco em 1967 e em 1968, além de sua atuação destacada na greve de julho, passa a integrar os quadros da VPR.

Os dissidentes da *POLOP* conseguem vencer as resistências dos operários-estudantes de Osasco que já andavam fartos das várias tentativas que outras organizações e grupos haviam feito de cooptá-los. Abrem-se, assim, condições para um amplo recrutamento de quadros, que vai se fazendo lentamente, a princípio um por um e, finalmente, sobretudo após a greve de 17 de julho, mais massivamente, com a incorporação de seus mais destacados participantes, como foi o caso do deposto presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Ibrahim³.

Osasco: Movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011 (N. Ed.).

3. José Ibrahim (1946-2013), metalúrgico. Depois de organizar uma comissão de fábrica em uma metalúrgica de Osasco, Ibrahim foi eleito, em 1967, presidente do sindicato na cidade. No ano seguinte dirigiu a primeira greve de trabalhadores durante a ditadura militar no Brasil, por melhores condições de trabalho e contra a política de arrocho salarial, imposta pelos golpistas desde 1964, com a adesão de mais de vinte mil trabalhadores. Apesar das melhorias obtidas com o movimento, a diretoria do Sindicato acabou afastada pela ditadura. Aderiu à VPR e foi preso e torturado pela repressão em 1969. Foi um dos quinze prisioneiros da ditadura trocados pelo embaixador estadunidense Elbrick em setembro de 1969. Volta ao Brasil com a anistia em 1979. No ano seguinte estava entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores, do qual se afastou por divergências em 1990. Para maiores detalhes sobre a trajetória de José Ibrahim, ver CHOTIL, Mazé Torquato. *José Ibrahim: O líder da primeira grande greve que afrontou a ditadura*. São Paulo: Alameda, 2018 (N.E.).

Em março de 1968, um passo importante é dado na constituição da organização, quando se formaliza a fusão dos militantes oriundos da POLOP com aqueles provenientes do MNR. Mas, até dezembro deste ano, o novo agrupamento será conhecido apenas como “a organização”; é somente com a realização do Congresso, em dezembro de 1968, que o nome Vanguarda Popular Revolucionária – VPR é adotado.

A CRÍTICA DAS ARMAS

O período que vai da fusão dos grupos que integram a VPR até o Congresso de dezembro de 1968 é vivido intensamente pela organização. Os assaltos a bancos são frequentes, da mesma forma que se planejam e executam ações tendentes a reforçar a capacidade militar futura de uma organização que inscrevia em seus planos a constituição de foco de guerrilha rural.

Na madrugada de 22 de junho de 1968 um grupo irrompe no Hospital Militar de Cambuci e se apropria de vários fuzis FAL. A operação, militarmente sem maior transcendência, provoca, no entanto, fortes reações políticas. O Comandante do II Exército na época, o general Manoel Lisboa, lança um desafio: acusando os assaltantes do Hospital de “covardes”, o general pergunta por que eles não vêm atacar o Quartel General. Quatro dias após o desafio é aceito. Uma caminhonete, que vinha sendo procurada desde o assalto ao Hospital, é lançada contra os muros do quartel com um forte carregamento de explosivos no seu interior.

Ao aproximar-se de seu alvo, os dois militantes que vinham no interior da caminhonete dela saltaram, em movimento, acionando um acelerador manual, que permitiu o veículo continuar sua marcha em direção ao quartel. Passaram, correndo, para o carro de cobertura, que se afastou rapidamente do local. Na sua fuga, os ocupantes do carro segu-

ramente escutaram a violenta explosão que destruiu uma parte do muro do Quartel General do II Exército, matando um soldado que montava guarda. A sentinela se aproximara do carro, sem atentar para um cartaz que havia sido deixado no vidro com os dizeres “Cuidado Explosivo”.

A ação do QG, circunscrita ao que se pode chamar de propaganda armada, tem profundas consequências, ao mesmo tempo em que é reveladora do tipo de visão que os militantes da VPR tinham naquele momento do desdobramento do processo político no Brasil. Ela dá ao Exército um mártir, o soldado Mário Kozel Filho, promovido a 3º sargento *post-mortem* e com cujo nome serão batizadas ruas e praças. Sua morte dá coesão aos militares em torno dos setores mais duros e reforça aqueles que exigem maior “energia no combate à subversão”. Esta ação de propaganda armada, sem maiores consequências práticas imediatas para a VPR, demonstra uma disposição de apressar o enfrentamento com as Forças Armadas. Implicitamente, seus dirigentes acreditavam que poderiam fustigar o aparelho repressivo sem que isto repercutisse sobre o desdobramento da luta. Este erro de avaliação se revelaria catastrófico no futuro.

O clima ascendente das iniciativas da VPR prossegue. O fator surpresa com que este grupo atua frente aos organismos de segurança é decisivo na manutenção desta atitude ofensiva.

No dia 12 de outubro do mesmo ano, mais ou menos às 8 horas da manhã, o capitão norte-americano Charles Chandler, um militar que havia participado do genocídio do Vietnã e estava no Brasil, provavelmente trabalhando para a CIA, foi abatido com 14 tiros na frente de sua casa por um comando da Vanguarda Popular Revolucionária. A polícia só conheceria os mecanismos da ação quando um militante da VPR, preso em janeiro de 1969, forneceu todos os detalhes sobre esta e outras operações realizadas pela organização.

DIVERGÊNCIAS

Em dezembro de 1968 a escalada militar da organização prossegue com o assalto da casa de armas Diana, em São Paulo⁴, mas já há um grupo de militantes que se interroga sobre a correção daquela política.

Em realidade, os conflitos vinham de antes. Um destacado militante daquele período, que prefere guardar o anonimato, revela que sempre houve certo contencioso entre os militantes de origem MNR e os demais, os primeiros apresentando um forte componente militarista.

O conflito não chega a politizar-se plenamente, como ocorreu também frequentemente com outras organizações revolucionárias no Brasil e na América Latina naquele período. Um documento sobre questões de organização, apresentado por João Quartim, é visto com reticências pelos setores militaristas (existe uma descrição da história da VPR feita pelo próprio Quartim em um livro de sua autoria publicado pela *New Left Review*⁵). Quartim, um professor universitário de filosofia era visto com desconfianças, sobretudo por aqueles que tentaram seguir ao pé da letra os ensinamentos de Debray sobre a inutilidade de formar um partido, ou sobre o caráter supérfluo das discussões políticas. No Congresso da organização realizado no litoral paulista, e por esta razão conhecido como “a praianada”, já se falará em dois tipos de militantes, “os da pena e os do galtilho”. Um adepto ferrenho das ações armadas sugerirá que os problemas relacionados com o programa da organização poderiam ser resolvidos de forma simples: bastaria “encomendar um para um intelectual”.

A discussão se complicava enormemente e a polarização que se forma não chegou a expressar os verdadeiros conflitos dentro da VPR. Em

4. Casa de armas é assaltada à bala. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12/12/1968, p. 25. Para o depoimento de um dos participantes desse evento ver LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos: Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010, p. 224 (N.E.).

5. MORAES, João Quartim de. *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil*. Londres: NLB, 1971 (N.E.).

primeiro lugar, porque muitos dos que poderiam compartilhar as inquietações políticas de Quartim, discordavam de seus métodos e se chocavam com sua forte personalidade. Por outra parte, porque a discussão se dá em torno de um ponto preciso, mas controvertido: a ação programada para o quartel de Quitaúna, onde servia um oficial do Exército que se tornaria famoso em bem pouco tempo – o capitão Carlos Lamarca.

Quartim e os que acompanhavam são excluídos da organização e deixam clandestinamente o país. A “praianada”, o Congresso para o qual os delegados haviam sido designados e não eleitos pelas bases, aprova no essencial, no entanto, os pontos propostos por Quartim (caráter socialista, de evolução, diversificação das formas de lutas), rejeitando as teses defendidas por Jamil⁶, que sustentava a necessidade de um “programa interno” e um “programa externo”, este “de liberação nacional”. Mas esta vitória política pouca significação tinha numa organização para quem a política saía da boca do fuzil.

A AÇÃO DE QUITAÚNA

A grande controvérsia que a VPR enfrenta neste fim de 1968 e começo de 1969 tem como objeto o projeto de subtrair grande quantidade de armas que se encontravam no Quarto Regimento de Infantaria do II Exército onde serviam, além de Lamarca, outros militares ligados a VPR, particularmente o sargento Darcy Rodrigues. Foi justamente Darcy, que conhecia Lamarca de antes do golpe, que chamou a atenção da organização sobre as possibilidades de recrutá-lo. Lamarca havia servido como tenente no Quartel da Polícia do Exército em Porto Alegre. Numa noite

6. “Jamil” era o pseudônimo utilizado por Ladislau Dowbor (1941), economista. Filho de poloneses emigrados, nasceu na França e chegou com a família em 1951 no Brasil. Em 1963 vai estudar no exterior, retornando em 1968. Preso em 1970, Dowbor foi trocado, ao lado de outros 39 prisioneiros políticos da ditadura, pelo embaixador alemão Von Holleben e foi para a Argélia. Retornou ao Brasil após a anistia. Ver DOWBOR, Ladislau. *O mosaico partido: A economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000, especialmente p. 10-70 (N.E.).

em que ele trabalhava como oficial de dia, um capitão da aeronáutica⁷ preso por atividades conspirativas, ligado a Brizola pôde fugir sem nenhuma dificuldade. Ninguém naquele momento, no entanto, suspeitou que o brilhante oficial pudesse ter algo com o episódio. O caráter insuspeito de Lamarca se manteve até o fim, tanto é assim que ele daria instrução de tiro para as bancárias do Bradesco a fim de que estas pudessem fazer frente aos assaltos que se multiplicavam naquele período. Lamarca era campeão de tiro.

O capitão, no entanto, era conhecido de Darcy. Ele buscara inclusive contatos com o PCB, que não parecem ter prosperado, e finalmente vai se ligar à VPR, reunindo com Darcy e outros militares.

É aí que surge a ideia de aproveitar-se do dia em que Lamarca estivesse de oficial de dia, no domingo 26 de janeiro de 1969, para levar grande quantidade de armas, especialmente os fuzis FAL.

Os críticos da ação objetaram várias coisas. Em primeiro lugar, que as suas consequências seriam enormes e que desencadearia uma repressão que a organização não estaria em condições de suportar. Em segundo lugar, que a obtenção de tão vasto arsenal naquele momento era desnecessária não só para enfrentar as tarefas militares atuais da organização como tendo em vista seus desdobramentos em médio prazo. Havia outros, finalmente, que se perguntavam sobre a oportunidade de “queimar” o capitão. Não seria mais útil deixá-lo “trabalhando” as FFAA, numa perspectiva em longo prazo.

A opinião contrária prevaleceu e parece que a vontade de Lamarca de incorporar-se à luta clandestina teve um peso decisivo. Ademais, algumas imprudências haviam sido cometidas e não estava excluído que o ca-

7. Trata-se do capitão Alfredo Ribeiro Daudt (1922-2007), o qual, em 1961, havia liderado um grupo de suboficiais na base aérea de Canoas que se negou a cumprir a ordem de bombardear o Palácio Piratini, em função da resistência do então governador Leonel Brizola na tentativa de golpe de Estado contra a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Daudt foi detido no quartel da 6ª PE, no qual servia Lamarca. A fuga de Daudt ocorreu em dezembro de 1964 (N.E.).

pitão e seus companheiros estivessem sob suspeita de seus superiores. Um indício: a porta do pátio do Quarto RI tinha tido sua fechadura trocada.

UMA SUCESSÃO DE QUEDAS

O resto da história é conhecido. A ação programada para o último domingo de janeiro de 1969 teve de ser bruscamente alterada. A organização estava providenciando, num sítio de Itapeccerica da Serra, a pintura de um caminhão com as cores e insígnias do Exército Brasileiro, viatura que seria utilizada para transporte das armas do quartel.

Três homens realizavam os trabalhos de maquilagem do caminhão, sob um toldo enorme no sítio, quando foram importunados por meninos da vizinhança. Ao invés de afastar amigavelmente os meninos, um dos pintores do caminhão fez ameaças de bater num deles. Este procurou seu pai, que foi ao local e, observando o tipo de trabalho que os três militares realizavam, chamou a polícia. Era uma sexta-feira, faltavam dois dias para o assalto ao quartel. A princípio, os três puderam sustentar a história de que eram contrabandistas, versão que desmoronou quando o Exército se inteirou do fato e passou a ocupar-se diretamente do caso, retirando os presos da pequena delegacia de Itapeccerica da Serra. Houve tempo suficiente, no entanto, para que a ação fosse redefinida. Em primeiro lugar, decidiu-se pela antecipação e, em segundo lugar, pela redução de suas dimensões. Lamarca e outros companheiros levariam um número menor de armamento, utilizando uma pequena caminhonete.

Mas quem afirmava que a organização não tinha condições de suportar o impacto da operação pôde dramaticamente comprovar a razão.

Um dos homens que pintava o caminhão, ainda que não estivesse a par da operação, dispunha de uma massa considerável de informações sobre a VPR que foram preciosamente utilizadas pela repressão. Uma sucessão de quedas vai abalar a organização neste começo de 1969. O

delator, conhecido por Xavier⁸ na organização, tinha estado em várias casas de militantes e se escondera em uma fazenda em Araçatuba, que era utilizada pela organização etc. A partir dele caem vários militantes e dirigentes: Onofre, Ibrahim, os irmãos Nelson e Pedro Chaves, entre outros.

Abre-se um período de reordenação da VPR. A organização começa a sua marcha para a fusão com a dissidência da POLOP de Minas Gerais, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com os elementos próximos do COLINA que se encontravam no Rio de Janeiro e com grupos do Rio Grande do Sul. Da reunião de todos estes setores nasce a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, responsável pela mais espetacular ação realizada no Brasil por uma organização revolucionária: o roubo do cofre pertencente ao ex-governador Adhemar de Barros.

8. Pedro Lobo de Oliveira (1931), militar que havia sido um dos quatro militantes da VPR presos no episódio do caminhão que estava sendo pintado para a ação de Quitaúna (além do próprio Lobo, foram presos Hermes Camargo Baptista, Ismael Antônio de Souza e Oswaldo Antônio dos Santos); em suas memórias relatadas a um jornalista, afirma que um dos presos, o ex-paraquedista Hermes Camargo Batista foi o colaborador da repressão, cujas informações levaram à “cachoeira de prisões”, cf. LAQUE, J. R. *Op. cit.*, p. 8 e 46 (N.E.).

VAR-PALMARES: A AÇÃO MAIS ESPETACULAR DA ESQUERDA ARMADA – O COFRE DO “DR. RUI”

MARCO AURÉLIO GARCIA, SÉRGIO RICKERT E
JOSÉ LUIZ NADAI

Em janeiro de 1969 a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, por meio de um capitão que servia no quartel do 4º Regimento Interno, em Quitaúna, São Paulo, conseguiu um relativo sucesso ao realizar uma expropriação de armas. Este capitão era Carlos Lamarca, que a partir deste momento revelara suas ligações com a VPR e entrara para a clandestinidade.

Entretanto, o êxito da ação de Quitaúna, ainda que em menor escala do que havia sido prevista, desencadeara também uma pressão redobrada dos organismos de segurança sobre a esquerda em geral.

Mas os efeitos dos acontecimentos de janeiro se fazem sentir igualmente no plano político. Dentro da organização¹ a ação havia sido muito criticada, razão pela qual aqueles que enfatizam a abertura de um processo de discussão no seu interior, na perspectiva inclusive de organizar um Congresso em abril de 1969, ganham força.

APROXIMAÇÕES

Não é só aí que as coisas avançam, no entanto. Os contatos com os grupos de Minas Gerais, que haviam, como uma parte da VPR, cindido

1. Ver capítulo anterior, “A VPR e a crítica das armas”, p. 229.

com a POLOP, se refazem. Em Minas Gerais, esta cisão se havia transformado em Comando de Libertação Nacional – COLINA, mantendo uma extensão no Rio de Janeiro, liderada por Juarez de Brito. O COLINA busca, neste mesmo período, uma aproximação com grupos do Rio Grande do Sul, uma parte intitulada União Operária com certa base nos meios sindicais e outra, de extração mais estudantil, que se autointitulava grupo “Brancaleone”. Os “Branca”, que haviam formado a Dissidência Leninista ficaram pouco tempo no seu sucedâneo, o Partido Operário Comunista, POC, muito pacifista para seu gosto. Grupo que se havia destacado em ações de rua bastante enérgicas, forjou alguns militantes que se viram logo atraídos para as ações militares, quando esta passou a ser tônica da esquerda no Brasil².

Neste processo de aproximação é que iria forjar-se a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), sobre cujo nascimento e desenvolvimento voltaremos no próximo capítulo.

O processo de formação da VAR-Palmares, que se dá no curso de 1969, está marcado, no entanto, pela preparação simultânea por parte dos militantes ligados ao COLINA no Rio de Janeiro, do que viria a ser chamado pelo código de “Ação Grande”, isto é: a expropriação do cofre que pertencera ao ex-governador Adhemar de Barros.

É curioso observar a força de atração que esta operação teve, o que é natural tendo em conta o que ela rendeu para seus executores. A história ulterior da VAR-Palmares e das organizações que por um momento fugaz estiveram reunidas nela, destruiria, mais uma vez, e a que preço, o mito acalentado por muitos, segundo o qual uma superioridade material naquele momento – que poderia ser garantida por uma ação espetacular, como a “Ação Grande” – resolveria todos os problemas que a esquerda clandestina já estava enfrentando.

2. Sobre este grupo, ver as memórias de Cláudio Gutiérrez [GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999] (N.E.).

Neste mito se deixaram arrastar militaristas e não militaristas, ou, como se dizia na época, os “da pena” e os “do gatilho”. O desenvolvimento da história da esquerda brasileira neste período acabou por mostrar que os problemas maiores que ela estava enfrentando não eram materiais ou técnicos, como muitos quiseram fazer crer.

A PREPARAÇÃO - “SOBRINHO SUBVERSIVO” ABRE A BOCA

Toda a história do cofre começou pela indiscrição de um “sobrinho subversivo”. Gustavo Schiller³, um estudante que militava clandestinamente na VAR-Palmares, na Guanabara, passa um dia aos responsáveis de sua célula a informação de que na casa onde vive há um cofre em cujo interior se encontra uma grande quantidade de dinheiro. Gustavo, ou o “Bicho”, como é conhecido entre seus companheiros, vai mais longe. Ele esclarece que o cofre pertence a Ana Capriglione, sua tia, conhecida por suas estreitíssimas relações com o ex-governador Adhemar de Barros. Ana, ou o “Dr. Rui”, como era tratada pelo político paulista quando ele falava ao telefone na frente de políticos ou de sua mulher, tinha enormes poderes no executivo de São Paulo. Ela havia nomeado e demitido secretários e assessores e, segundo se dizia, era ela quem tinha ficado com a “caixinha” do Adhemar. A origem do dinheiro? Bem, aí as teorias variavam, mas em uma só coisa coincidindo: o dinheiro não havia sido ganho

3. Gustavo Buarque Schiller (1950-1985), então estudante secundarista, depois da “Ação Grande” foi enviado ao Rio Grande Sul. Algum tempo depois foi ali preso, em 30/03/1970, sem que, no entanto, a repressão tenha se apercebido de quem efetivamente se tratava. Em 04/04/1970, seus companheiros tentaram, sem sucesso, raptar o cônsul estadunidense em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter (1928), para libertá-lo. A partir das ações da repressão da ditadura para capturar os envolvidos na tentativa de rapto descobriu-se a participação de Schiller no episódio da expropriação do cofre de Adhemar de Barros. A partir de então as torturas tornaram-se ainda mais violentas, pois seus algozes buscaram, sem sucesso, ter acesso ao dinheiro. Libertado, juntamente com outros 69 presos políticos da ditadura, Schiller foi banido e enviado ao Chile em janeiro de 1971 em troca da liberdade do embaixador suíço que havia sido raptado. Após a anistia, retornou ao Brasil em 1983. Devido às sequelas das torturas a que foi submetido pela repressão da ditadura suicidou-se, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 436-437 (N.E.).

com o suor do rosto, nem do governador, nem de sua fiel assessora. Esse dinheiro, segundo depoimento de um ex-militante da VAR-Palmares, era fruto do monopólio que Adhemar detinha do jogo do bicho em São Paulo. Regularmente essa fortuna era enviada para os bancos da Suíça.

Tão logo a informação chega à direção da VAR-Palmares, em fevereiro ou março de 1969, o dirigente da organização no Rio de Janeiro, o economista Juarez de Brito toma o problema em suas mãos.

Juarez, que se suicidaria tempos mais tarde para não cair nas mãos da polícia que o esperava num “ponto”, era um militante extremamente meticoloso na preparação de operações. Ele, segundo nos conta um de seus companheiros de organização, não só mantém a informação em sigilo, como trata de desinformar aqueles que por acaso haviam sabido da existência do cofre. Os próprios quadros militares que participaram da ação não tinham conhecimento do que iriam fazer. Com um reduzido grupo de 14 companheiros Juarez começa um paciente trabalho de preparação.

Uma parte importante cabe aos “vendedores” que vão ao casarão de dona Ana oferecer enciclopédias, seguros de vida etc. Mas a parte mais importante do ponto de vista das informações cabe mesmo a Gustavo. É ele que reconstituiu os hábitos da casa, que faz mapas detalhados, que descreve o comportamento dos criados. Graças às informações do “Bicho”, quando os integrantes do comando entram no jardim da casa eles o fazem com a naturalidade de quem está se deslocando em um terreno muito conhecido.

O OUTRO COFRE

Mas nem tudo foi simples desde o início. Os revolucionários se debateram com um dilema inicial. Em realidade Gustavo Schiller havido informado a existência de dois cofres, insistindo que nos dois havia não

só grande quantidade de dinheiro como documentos que, provavelmente, involucravam segredos políticos importantes. Afinal, Adhemar havia sido um dos artífices civis do golpe de abril de 1964, o que fez com que os militares “esquecessem” as velhas divergências que tinham com o governador, motivadas pela maneira muito particular de utilização do dinheiro público que caracterizava sua ação administrativa. Um jornalista, na época, escreveu sobre Adhemar e para, em forma indulgente, exaltar sua participação na abrilada não teve outra saída senão qualificá-lo de “o bom ladrão”...

No entanto, o problema da existência de mais de um cofre era de difícil solução operativa, uma vez que os dois deveriam ser roubados ao mesmo tempo, pois a expropriação de um conduziria dona Ana a tomar medidas de segurança em relação ao outro. Duas ações simultâneas já eram difíceis, mas a ideia foi definitivamente abandonada quando se soube que o segundo cofre estava em um escritório situado num edifício em Copacabana. A operação era materialmente impossível. As preocupações se centraram, então, na casa de Santa Tereza.

Como nesta época não tínhamos qualquer dinheiro, foi feita uma ação preparatória para consegui-lo, montando-se a infraestrutura para a ação maior, que envolvia até a compra de carros legais. A ação preparatória, porém, foi acidentada, envolvendo um tiroteio com a repressão e, afinal, conseguiu-se muito pouco dinheiro, o que mal dava para a realização da ação posterior.

A AÇÃO - COFRE CHEIO D'ÁGUA

A tranquilidade dos donos e da criadagem do palacete da Rua Bernardino dos Santos, número 2, no modorrento bairro de Santa Tereza, vinha sendo perturbada nos últimos meses por uma afluência de vendedores meio fora do comum para um bairro afastado do centro do Rio de Janeiro.

Subitamente, às 15 horas daquele 18 de julho de 1969, a casa é invadida por 13 engravatados policiais federais em busca de documentos subversivos. Os interrogatórios começam, por separado. Mas uma hora mais tarde as coisas se aclaram. Os “policiais” foram embora, ninguém foi preso, mas um cofre de mais de 200 quilos, situado no fundo de um armário embutido do segundo andar da mansão não mais está lá. Foi retirado com auxílio de cordas para transportar pianos e caibros e a operação só não foi perfeita porque as tábuas onde o cofre se encontrava apoiado não resistiram ao peso e se romperam com estrépito.

Mesmo assim, os “policiais” puseram o cofre numa velha Rural-Wil- lis que os esperava no jardim e partiram. “Como não tínhamos dinheiro não pudemos comprar uma caminhonete nova. Assim, tivemos que usar a velha Rural, que não dava certeza alguma de suportar a tarefa de atravessar metade do Rio de Janeiro”, confirma hoje um dos participantes da ação. Em 25 minutos havia se consumado o maior assalto da história brasileira e um dos mais arrojados golpes da esquerda armada na América Latina. A Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, a VAR-Palmares, havia expropriado o que lhes fora informado ser uma parte da “caixinha” do falecido governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Valor da operação: quase dois milhões e meio de dólares. Na época, dez milhões de cruzeiros “novos” (como então ainda se dizia); hoje, quase cem milhões de cruzeiros. Uma loteca.

O fator rapidez fora decisivo. Quando os criados e o parente de dona Ana se deram conta do que realmente havia ocorrido na casa já eram 16 horas. A esta altura, os participantes da ação já haviam se dispersado e o cofre estava seguro em uma casa em Jacarepaguá, que só poucos conheciam. Começa então a segunda etapa da operação. Um militante que possuía conhecimentos de mecânica trabalhou 40 minutos com um maçarico para abrir o cofre. Uma precaução é, no entanto, adotada: os presentes no “aparelho” de Jacarepaguá enchem o cofre d’água, introduzindo o líquido pela

fechadura, para evitar que o fogo do bico de acetileno queime o tão ansiado dinheiro que devia se encontrar no interior. Quando a massa de aço cede à ação da chama azulada, os militantes puderam ver boquiabertos milhares de cédulas verdes boiando na água.

Começa, então, a parte mais divertida da operação. Os moradores da casa de Jacarepaguá estendem cordas de *nylon* dentro de casa aonde vão se prendendo os bilhetes, ligando ventiladores para que eles sequem mais depressa.

Os 2,5 milhões de dólares que se encontram no interior do cofre não são a única surpresa. A origem dos mesmos é parcialmente detectada. Os bilhetes estão quase todos envoltos em tiras de papel com o nome de um banco suíço, o que faz crer que houve uma operação de repasse. Por outra parte, em meio às cédulas existem bilhetes de mil dólares, muito raros e que são de circulação quase que de banco a banco.

VACINAS SABIN SÃO VENDIDAS

E os documentos? Bem, aí as coisas são mais complicadas.

A VAR-Palmares, que nos dias seguintes reivindicou a operação, entregou mais tarde vários documentos a uma revista de esquerda uruguaia, que os publicou. Mas para muitos, inclusive um ex-VAR-Palmares que ouvimos, o publicado era apenas uma parte do que havia no interior. Como reconstituir a verdade se os que tinham mais responsabilidade na época estão quase todos mortos?

Pouco depois da ação, a VAR-Palmares se cindira e um grupo, tendo à frente o ex-capitão Carlos Lamarca, voltaria a reconstituir a VPR. Ademais, Lamarca, da mesma forma que Fujimori⁴, que também participara

4. Yoshitane Fujimori (1944-1970), técnico em eletrônica, ao tentar escapar de cerco das forças de repressão da ditadura foi baleado e assassinado. Foi enterrado com indigente, na tentativa de dissimulação do crime por parte dos criminosos. Ver BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 137-138 (N.E.).

da ação do cofre, estão mortos, como mortos estão Juarez e Carlos Alberto de Freitas, que tinham responsabilidades centrais na VAR-Palmares e que ficaram na organização depois do “racha”.

Outro militante da organização naquele período revolve sua memória e diz lembrar-se de ter ouvido falar de documentos que atestavam a venda de vacinas Sabin ao governo boliviano. A particularidade é que estas vacinas haviam sido doadas a um governo estadual pela Organização Mundial de Saúde. O certo é que a existência dos documentos e sua real importância até hoje é matéria controversa, quando são passados quase onze anos da operação do 18 de julho. Não falta, inclusive, a versão de que os documentos haviam sido passados a um diplomata de um país estrangeiro que os retirou do país.

O DINHEIRO - PERIPÉCIAS NO CÂMBIO NEGRO

Uma nova etapa.

Tínhamos todo este dinheiro – comenta um dos nossos entrevistados – e passávamos fome. Era necessário trocar o dinheiro e a primeira troca coube a mim e mais três companheiros. Com a publicidade dos jornais, acreditávamos que as casas de câmbio estavam vigiadas e, por isso, fizemos um levantamento preliminar em alguma delas. Fomos em dois casais.

As mulheres vestiram-se com roupas de domingo, falavam inglês e portavam nas bolsas os dólares e as pistolas. Eu e outro companheiro ficamos num bar para a cobertura. Para azar, nessa primeira vez, chegou um conhecido para bater papo, mas foi tudo bem.

Aí começou uma tarefa muito contraditória com nossas concepções da época. Tínhamos que nos especializar em câmbio oficial e câmbio negro, ao mesmo tempo em que a burguesia financeira, sempre muito atenta, conseguiu o que a repressão não tinha conseguido até aquele momento: um banqueiro nos encontrou e ofereceu câmbio a uma certa taxa. Havia uma

briga entre banqueiros e a repressão para nos localizar primeiro. Estes simplesmente queriam abocanhar o dinheiro; aqueles trocar os dólares a uma taxa que rendesse frutos.

Mais de seis meses depois, a revista *Veja*⁵, noticiando em detalhes a operação, ainda que com uma série de informações erradas, dizia que cada militante recebeu um dólar de *souvenir* e que o dinheiro foi repartido pelas regionais da organização⁶. Nossos entrevistados confirmam a repartição pelas “frentes” (urbana e rural etc.) da organização, mas acrescentam que cada militante recebeu 800 dólares para utilizar em caso de perigo.

O destino desta enorme quantia dificilmente poderá ser reconstituído em detalhe. Cerca de 600 mil dólares “caíram” em mãos da polícia, mas esta não admite, pois senão teria de explicar onde ele se encontra ao invés de utilizar entre seus pares como “botim de guerra”. Outra parte importante foi utilizada pela própria organização para a preparação de ações que estavam sendo articuladas visando a expansão da luta armada. Outra parte importante foi utilizada na manutenção do pesado quadro de militantes clandestinos.

Na época – argumenta outro participante da ação – a VAR-Palmarenses possuía cerca de 500 companheiros clandestinos deslocados de seus lugares de origem, dada a violência da repressão. De outra parte, urgia implantar numa determinada região nosso trabalho de criar as condições para o desencadeamento da luta armada. Para isso era necessário dinheiro, o que já não era possível obter através de pequenas ações de expropriações em bancos. Imagine-se o quanto é necessário para manter na mais completa clandestinidade um número tão elevado de companheiros. Considere-se

5. Dez bilhões em meia hora. *Veja*. São Paulo, n. 74, 04/02/1970, p. 18-22 (N.E.).

6. Ver adiante “Imprensa e Repressão”, p. 251.

ainda que muitos eram companheiros procuradíssimos que necessitavam frequentemente mudar de aparelho. Vivíamos sempre sem dinheiro e realizar expropriações quase que diárias tornava-se cada vez mais perigoso. Assim, efetuar uma ação de grande porte colocava-se como uma questão quase de sobrevivência física.

Outro dos integrantes da operação esclarece que a parte do dinheiro investido no Uruguai foi perdida, pois a polícia teve conhecimento do investimento. Mas há ainda muito dinheiro que é difícil saber onde está.

“Não tão difícil” – esclarece um dos participantes. O dinheiro teria sido utilizado pelo ex-cabo Anselmo, naquele momento militante da VPR e sobre o qual parecer haver um consenso hoje na esquerda brasileira de que se tratava, já na época, de um agente dos órgãos de segurança⁷. Anselmo, junto com outros que trabalhavam para ele (e aí as opiniões se dividem), teriam adquirido propriedades (no Paraguai?; na Bolívia?) onde manteriam certa atividade em termos de inteligência. Mas aqui já estamos roçando o romance de espionagem.

Tudo seria mais simples, no entanto, se seguissemos a versão de dona Ana. Quando a VAR-Palmares denunciou a ação, revelando o conteúdo do cofre, a sua proprietária ficou em uma situação difícil. Ela havia denunciado o roubo. A polícia esteve em sua casa, mas nenhuma palavra foi dita sobre a quantidade que havia no seu interior.

O documento da VAR-Palmares e as quedas dos primeiros militantes que participaram ou tinham conhecimento da operação mostraram aos militares que o dinheiro existia. Daí a “curiosidade” destes em relação à dona Ana. Esta se manteve firme em sua negativa, mesmo quando foi acareada com seu sobrinho Gustavo.

7. Sobre a trajetória de José Anselmo dos Santos como informante e ativo colaborador da repressão da ditadura ver BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: A luta armada ferida por dentro, com uma análise do “reaparecimento” do agente duplo*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1984 (1ª ed. 1981); RIBEIRO, Octávio. *Por que eu trai: Confissões de Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, 1984; SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo. Depoimento*. São Paulo: Globo, 1999 (N.E.).

O “Bicho”, que desaparecera na véspera da ação, estava, segundo noticiou a imprensa da época, “na Europa”. Ele havia desaparecido de casa levando todas suas roupas de lã. Os Sherlocks da imprensa brasileira deduziram que ele havia ido para o velho mundo, onde, como se sabe, faz frio, ainda que não no mês de julho.

Ora, em realidade, Gustavo simplesmente passava para a clandestinidade e se havia deslocado para o regional do Sul, onde ocuparia em pouco tempo funções de direção. A VAR-Palmares tentava se rearticular na “periferia”, pois a repressão começava a ofensiva em forma mais decisiva no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas as ações um pouco atabalhoadas, no Sul, especialmente a malograda e brancaleonesa tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, desatam um processo de quedas naquela região, contaminando todas as organizações que operavam aí⁸.

IMPrensa E REPRESSÃO

Surpreendentemente, a ação da VAR-Palmares não foi anunciada pela imprensa com o estardalhaço que era comum no período. A maior reportagem foi feita pela revista *Veja* em 4 de fevereiro de 1970, portanto 6 meses após o fato ter ocorrido. Entretanto, a versão dada pela revista não conseguiu fugir à tônica geral com que a imprensa tratava este tipo de ação da esquerda.

Chamar os grupos da esquerda de terroristas se tornou uma rotina nos jornais diários e a reportagem da *Veja*, como era de se esperar, também retoma a linguagem em vários momentos como este, por exemplo: “... ex-Capitão Carlos Lamarca, um dos maiores líderes do terror no Brasil”. Mesmo no artigo analítico que a revista se propõe a

8. Cf. obra jornalística dedicada ao episódio: CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (N.E.).

fazer sobre a situação da esquerda armada no país esta visão policial se mantém, já a partir do título do artigo: "Os rachas do terror"⁹.

Na imprensa do período, a campanha publicitária desencadeada pela repressão teve um desaguadouro natural e palavras como "Terroristas", "Assassinos", "Assaltantes" se tornaram o jargão repressivo e jornalístico mais comum. Assim, o êxito da propaganda oficial contra a esquerda se tornou quase inevitável e cartazes proliferaram nos locais de maior concentração pública, como, por exemplo, estações rodoviárias. A repressão esperava aproveitar ao máximo o isolamento cada vez maior que sofriam os grupos militaristas.

O diário paulista de grande circulação popular *Folha da Tarde* se tornou, praticamente, um órgão oficioso da repressão (e ainda o é até hoje)¹⁰, divulgando com estardalhaço qualquer ação praticada pelos grupos da esquerda armada, fossem elas importantes ou não. Inclusive começou a contar em sua redação com a assessoria direta de agentes da repressão, sempre divulgando o seguinte recado: "Terroristas assassinos, procurados depois de terem roubado e assassinado vários pais de família, estão foragidos".

A própria afirmação que a reportagem faz dizendo que não havia documentos dentro do cofre vai ao encontro dos interesses de grupos do governo, que era esconder a corrupção promovida pelo ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Entretanto, todos os ex-militantes da VAR-Palmares que entrevistamos, bem como o documento divulgado pela organização logo após a "Ação Grande", garantem que existiam documentos comprometedores do ex-go-

9. Os rachas do terror. *Vêja*. São Paulo, n. 74, 04/02/1970, p. 23-25 (N.E.).

10. O vespertino paulistano *Folha da Tarde* circulou até 1999. Sobre o papel do referido periódico e de outros em colaboração com a ditadura ver KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004 (N.E.).

vernador. Para uma reportagem com tantos detalhes é impossível pensarmos que não tenha conseguido de informação, mesmo porque detalhes deste tipo apareceram no próprio processo realizado pela I Auditoria da Aeronáutica. Portanto, só podemos chegar a uma conclusão: a revista omitiu deliberadamente os dados sobre os documentos contidos no cofre, talvez por influência direta de Ana Capriglione, o “Dr. Rui”, ou mesmo de Adhemar de Barros Filho, ex-ARENA-SP, filho do tão falado ex-governador paulista.

ASCENSÃO E QUEDA DA VAR-PALMARES

Em julho de 1969, depois de alguns meses de discussão e articulações se dá a formação da Vanguarda Armada Revolucionária, a VAR-Palmares, resultado da fusão da VPR, com base em São Paulo, do Comando de Libertação Nacional (COLINA), essencialmente de Minas Gerais, mas com ramificações no Rio de Janeiro, e de grupos de outros estados, principalmente a União Operária, do Rio Grande do Sul.

A convergência de todas estas organizações e grupos se dava num momento particularmente favorável: a VPR havia conseguido superar sua crise interna, agravada por duas séries de quedas, a primeira em janeiro/fevereiro, quando ela preparava a ação do quartel do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna¹ e a segunda, em março de mesmo ano, quando outros dirigentes importantes são presos. Em abril, a VPR consegue realizar seu Congresso após um processo de discussão razoável, sobretudo se se têm em conta as difíceis condições de segurança pelas quais atravessava a organização. As resoluções desta reunião, em grande medida calcadas no encontro de dezembro de 1968, conhecido como “a praianada”, aprofundavam as posições socialistas, questão importante tendo em vista o

1. Já analisada anteriormente.

peso que jogavam no interior da VPR as correntes nacionalistas. No que diz respeito às formas de luta, no entanto, o Congresso se aproximava muito das posições do COLINA, o que facilitaria mais tarde a fusão. O “foco” aparecia como forma fundamental de luta e outros tipos de intervenção armada – urbanas e rurais – a ele se subordinavam. A direção eleita nesta ocasião, na qual figuraria pela primeira vez o capitão Carlos Lamarca, só continha um militante de origem MNR, o que expressava a hegemonia, pelo menos aparente, das tendências socialistas.

Este processo de articulação política teria efeitos benéficos sobre a recomposição das fileiras da organização, que volta a ter um número de militantes igual, senão superior, ao que possuía antes das quedas de janeiro e de março.

PRECARIEDADE

Uma reconstituição mais detalhada do processo de aproximação dos distintos grupos que se fundiriam na VAR-Palmares revela, no entanto, a persistência de reticências de uma parte e de outra, cujas consequências não tardariam em se manifestar.

No COLINA nem todos estavam convencidos que as melhores condições para a fusão estavam reunidas. Se o grupo do Rio de Janeiro, nesta época já às voltas com a preparação da “Ação Grande”, isto é, a expropriação do cofre onde se encontrava o dinheiro do ex-governador Adhemar de Barros², propunha uma aproximação sem grandes discussões, alguns dos responsáveis de Minas Gerais, como era o caso de Carlos Alberto de Freitas, se mantinham um pouco céticos sobre a possibilidade de uma articulação que não fosse consequência de um processo de discussão política mais amadurecida.

2. Ver o capítulo anterior “VAR-Palmares: A ação mais espetacular da esquerda armada – O cofre do ‘Dr. Rui’”, p. 241.

Na VPR, e por razões inversas, havia igualmente os que tinham resistências a uma aproximação com o COLINA, principalmente aos remanescentes da tendência nacionalista-revolucionária.

A dinâmica que os acontecimentos foram criando, no entanto, acabou por se impor. Quando as duas direções – da VPR e do COLINA – se encontram em junho, dominam nos dois campos os setores favoráveis à fusão. Esta se dá um mês após, em julho, e será selada pela realização neste mesmo mês da “ação do cofre”, a mais espetacular até hoje realizada, que daria uma imagem de força à nova organização, ao mesmo em que a dotava de prodigiosos recursos materiais.

NOVA CRISE

Mas, contrariamente ao que muitos acreditaram naquele período, o “dinheiro não trouxe a felicidade” às organizações da esquerda revolucionária. As contradições latentes no interior das várias componentes, não suficientemente aprofundadas no apressado e superficial processo de discussão anterior, acabariam por explodir. Em dois meses se consumava o “racha”.

A VOLTA AO PASSADO

Em sucessivas reuniões clandestinas, realizadas em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 1969, os desentendimentos são de tal ordem que um grupo, tendo à cabeça Lamarca, se desliga da VAR-Palmares e propõe-se a reconstituir a VPR. A natureza do contencioso nestas reuniões, particularmente na última, até hoje não foi concretamente analisada. Os escassos testemunhos dela existentes, sem dúvida exagerados pela lenda, dão conta de um clima extremamente tenso, com os delegados ostentando suas armas, chegando quase ao ponto de usá-las para reforçar seus argumentos.

No centro da discussão, ao que tudo indica, estavam questões ligadas à prioridade e urgência a serem dadas à implantação da guerrilha rural, o que estava relacionado igualmente com opções estratégicas mais de fundo.

O certo é que, naquele período, quando o militarismo não enfrentava, pelo menos aparentemente, uma situação de crise, a posição do grupo que se propunha reconstituir a VPR, ainda que minoritária, tinha uma força política inquestionável. A presença de Lamarca à testa desta facção, reforçada pela aliança com os setores sob a liderança de Juarez de Brito, que, lembremos, havia sido o cérebro da “Ação Grande”, deu uma proeminência enorme à VPR reconstituída.

Ademais, as preocupações do grupo que ficou na VAR-Palmares para realizar um trabalho “de massas”, especialmente no interior da classe operária, e a debilidade de sua estrutura militar eram fonte de toda uma série de insinuações por parte dos militantes da VPR, que apresentavam as posições da VAR-Palmares como uma escusa para sua capitulação, isto é, o “abandono da luta armada”.

CONCORRÊNCIA

Cria-se entre as duas organizações, que tão pouco haviam convivido na mesma estrutura, uma concorrência de nefastas consequências. A VPR vai se lançar em seu projeto estratégico e uma expressão disto é a montagem na região do Vale do Ribeira de uma área de treinamento. Em uma entrevista dada após o desmantelamento desta base pelas forças armadas, o capitão Carlos Lamarca revelava que a área de treinamento buscava suprir as deficiências de formação de guerrilheiros, que os projetos de treinamento no exterior, principalmente em Cuba, não haviam resolvido, ao mesmo tempo em que aproximava mais os combatentes da realidade do campo brasileiro.

A VAR-Palmares, contando poucos quadros militares e com suas bases ameaçadas de erosão pela pressão de um militarismo então triunfante, tenta competir em pé de igualdade com seus rivais mais próximos. Busca recontatar quadros militares que haviam pertencido à antiga VPR e que dela se haviam marginado por divergências políticas, encontrando-se então no exterior. Mas o ecletismo de suas posições não dá a confiança necessária para que estes quadros se reincorporem. Ao mesmo tempo, começam a preparar seu setor militar e a pô-lo em funcionamento, com o objetivo de provar seu compromisso com a luta armada. O caráter artesanal desta intervenção se revelaria em mais de um momento, sendo responsável por uma série de quedas, no Rio Grande do Sul e em outras partes.

A VAR-Palmares se vê confrontada, como muitas outras forças políticas naquele período, com a difícil tarefa de compatibilizar uma ação militar permanente com uma reflexão e prática políticas que rompessem com o isolamento em que a esquerda revolucionária começava a mergulhar e que para muitos já era perceptível. Esta ambiguidade seria de um extraordinário efeito paralisante.

MILITARISMO PURO

Já este tipo de problemas não se colocava para a VPR, embarcada que estava no projeto de formação de sua área de treinamento como passo prévio para a montagem do “foco”.

A base do Vale do Ribeira, no entanto, se revelaria extremamente vulnerável. O relatório “confidencial” do comandante do II Exército naquela época, general José Canavarro Pereira, publicado recentemente pelo *Coojournal* de Porto Alegre³ (trata-se da mais completa informação pública sobre o episódio), indica que o Exército já havia recebido al-

3: TRINDADE, Osmar & BONES, Elmar. Os relatórios do Exército sobre a guerrilha. *Coojournal*. Porto Alegre, ano V, n. 50, fev. 1980 (N.E.).

gumas denúncias sobre a presença de movimentos suspeitos, mas que naquela época era tal o número de informações deste tipo que ela foi desconsiderada depois de uma rápida investigação que nada positivou.

É somente a 17 de março de 1970, às 13 horas, que chega aos militares em São Paulo um informe do Centro de Informações do Exército (CIE) a respeito da área de treinamento no interior paulista. Esta informação havia aparecido no curso de interrogatórios realizados com militantes da VPR. Aqui há um desencontro da versão do Exército e da mais tarde fornecida pela VPR. Segundo o relatório do Exército, a revelação sobre o Vale da Ribeira teria sido feita por um militante interrogado no Rio de Janeiro. Antigos militantes da VPR confirmam esta versão e avançam, inclusive, o nome da pessoa que teria dado esta informação durante sessões de tortura. Na entrevista de Lamarca publicada na imprensa internacional na época, o ex-capitão responsabiliza diretamente Celso Lungaretti e Massafumi Yoshinaga, dois ex-militantes da organização que passaram a colaborar ativamente com a repressão, tendo inclusive “se arrependido” publicamente na televisão⁴.

Mas a vulnerabilidade da área teria sido ameaçada, igualmente, quando da prisão de Shizuo Ozawa, conhecido como “Mário Japa”, que seria capturado pela polícia ocasionalmente, depois que o automóvel por

4. Lungaretti contestou a versão de Carlos Lamarca sobre o episódio da descoberta do campo de treinamento do Vale do Ribeira em suas memórias (LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia: Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo: Geração Editorial, 2005). Historiadores, como Jacob Gorender, acabaram, à vista de documentação divulgada posteriormente, revisando algumas conclusões a respeito do episódio do Vale do Ribeira e da participação de Lungaretti nele (GORENDER, Jacob. História. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 30/12/2004, p. A-3 [Painel do Leitor]). Massafumi Yoshinaga (1949-1976), dirigente do movimento estudantil secundarista, integrou o grupo da VPR que fazia treinamento no Vale do Ribeira, sendo dali removido pela organização no início de 1970. Em meados de 1970, depois de deixar de contatar a VPR, Yoshinaga apresentou-se voluntariamente aos órgãos de segurança da repressão da ditadura e, depois de ser torturado, acabou renegando suas convicções militantes e suas declarações foram gravadas e divulgadas pela mídia brasileira, assim como ocorrera com Lungaretti. Yoshinaga desenvolveu problemas mentais que o levaram ao suicídio, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 419-420. Sobre a utilização das declarações de Lungaretti, de Yoshinaga e de outros por parte da ditadura ver: GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012 (N.E.).

ele conduzido sofreu um acidente em São Paulo, a 27 de fevereiro. A gravidade desta prisão é de tal ordem que dias após a VPR decide, sem maior preparação, sequestrar o cônsul japonês em São Paulo, exigindo em troca de sua vida a de Ozawa, cujo nome real os sequestradores desconheciam, razão pela qual ele é identificado no início apenas como “Mário Japa”⁵. Junto com ele, quatro outros militantes são banidos do país. O fato de que Ozawa não tenha informado sobre o “Vale” enquanto esteve preso não impediu que dias mais tarde a informação chegasse ao CIE, por outra fonte, mobilizando mais de dois mil homens contra um grupo de dez guerrilheiros sob a direção de Lamarca.

A operação do cerco da área de treinamento, que dura de 17 de abril até 1º de junho de 1970, apesar de provocar o desbaratamento da mesma e permitir ao Exército prender 4 militantes da VPR, pode ser apresentada como uma vitória política e militar da VPR.

Os resultados materiais da operação para as forças armadas são precários. Os resultados morais são desfavoráveis, como revela o relatório publicado pelo *Coojornal*: casos de covardia, falta de motivação da tropa, falta de articulação dos militares, que provocam, inclusive, enfrentamentos entre patrulhas que pensavam estar disparando sobre os guerrilheiros, quando, em realidade, trocavam tiros entre si.

Todo este processo de desmoralização provocado por um ínfimo grupo de militantes culmina com a rocambolesca apreensão de um caminhão do Exército por Lamarca e seus companheiros, que fura todos os cercos e chega a São Paulo. A 31 de maio de 1970 os guerrilheiros deixam abandonado um veículo do Exército na marginal do Tietê, em São Paulo. No seu interior se encontram amarrados e despidos um sargento e vários soldados.

5. Sobre Shizuo Ozawa ver LESSER, Jeff. Como Shizuo Ozawa se tornou o “Mário Japa”. In: _____. *Uma diáspora descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 173-201. Sobre o rapto do cônsul japonês Nobuo Okuchi (1917-1994) – pelo qual Ozawa e outros quatro presos políticos da ditadura, além dos três filhos menores de uma das detentas, foram libertados e banidos para o México – ver o depoimento do raptado: OKUCHI, Nobuo. *O sequestro do diplomata: Memórias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991 (N.E.).

OS IMPASSES

A história da esquerda brasileira, especialmente da esquerda armada, parece apontar para um inexorável período de declínio em 1970, sobretudo a partir do segundo semestre, declínio que não aparece então em toda sua extensão, na medida em que aqui e ali uma ou outra ação espetacular parece anunciar um novo período de ascensão.

Em meados de 1970, a VPR sequestra no Rio de Janeiro o embaixador Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, da Alemanha, e consegue resgatar quarenta revolucionários em troca de sua vida.

No fim de 1970 e princípios de 1971 seria a vez do embaixador Giovanni Enrico Bucher, da Suíça. Apesar do elevado número de presos resgatados – setenta – a operação revela uma esquerda extremamente debilitada. Uma série de reivindicações dos sequestradores não é atendida e o governo pela primeira vez se permite vetar a libertação de alguns prisioneiros considerados importantes.

São estes impasses, somados às duríssimas condições de segurança às quais fica submetida a VPR, que vão provocar a saída de Lamarca e seu ingresso no MR-8, organização na qual militará até sua morte um ano mais tarde.

Tempos depois seria possível reconstituir, pelo menos parcialmente, a causa imediata do processo de desmantelamento da Vanguarda Popular Revolucionária: a infiltração que a organização sofreu especialmente através do ex-cabo Anselmo, responsável ao que tudo indica pela liquidação física de mais de duas dezenas de militantes. A culminação deste processo seria o massacre de seis integrantes da VPR no Recife⁶, dentre as quais sua

6. Este episódio ficou conhecido como o Massacre da Chácara Santo Bento. Ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973, todos os seis militantes da VPR [Soledad Barret Viedma (1945-1973), a companheira de Anselmo, Pauline Philippe Reichstul (1947-1973), Eudaldo Gomes da Silva (1947-1973), Evaldo Luiz Ferreira de Souza (1942-1973), Jarbas Pereira Marques (1948-1973) e José Manoel da Silva (1940-1973)] foram presos, torturados e assassinados pela repressão da ditadura. Os homicidas tentaram dissimular o crime apresentando-o como resultado de suposto tiroteio. O noticiário informava que dois supostos militantes da VPR teriam escapado. Na verdade, foi uma tentativa de preservar Anselmo (Daniel) e Carlos Alberto Augusto (César), outro informante. Sobre o massacre ver BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 326-331. Também é útil a consulta à sua versão romanceada: MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009 (N.E.).

própria companheira, grávida, em 1973. O que restava da organização no exterior se esfacela sob o impacto desta grave crise. Anselmo e seu protetor, Onofre Pinto, desaparecem e o destino de ambos é um dos muitos mistérios deste período⁷.

A HISTÓRIA DA VAR-PALMARES NÃO É MUITO DIFERENTE

As quedas em agosto de 1970 em São Paulo debilitam os grupos mais interessados em dar um curso “de massas” à organização. No início deste ano um comando da organização sequestra um Caravelle da Cruzeiro do Sul e depois de alguns dias chega a Havana⁸.

Mas esta ação de propaganda não consegue revigorar a organização. Pouco tempo depois, Carlos Alberto de Freitas, cuja importância na organização era decisiva, é preso no Rio de Janeiro, voltando do Recife, onde havia participado de uma reunião nacional. Rapidamente, sua pista se perde e ele passa para o rol dos “desaparecidos”. Muitos afirmam que ele foi assassinado na “casa secreta da FAB”, depois que seus alcoses perderam a esperança de obter dele qualquer informação.

Os remanescentes da VAR-Palmares tomam dois destinos. Uma parte refluí para o Chile governado por Allende, tentando recompor-

7. Anselmo reapareceu em 1984 e deu uma longa entrevista publicada em livro (RIBEIRO, O. *Op. cit.*). Onofre Pinto desapareceu em 1974 numa emboscada em que foram mortos seis militantes da VPR [Daniel José de Carvalho (1945-1974), Enrique Ernesto Ruggia (1955-1974), Joel José de Carvalho (1948-1974), José Lavecchia (1919-1974), Onofre Pinto (1937-1974) e Vitor Carlos Ramos (1944-1974)] no Parque Nacional do Iguçu, em Medianeira – Paraná. Todos ainda considerados “desaparecidos”. Ver BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 385-391. Além disso, consulte-se também o trabalho de um ex-militante da VPR dedicado a este massacre: PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2019 (N.E.).

8. Os integrantes do Comando João Domingues da VAR-Palmares – Atos Magno Costa e Silva, Claudio Galeno Magalhães Linhares, Isolde Sommer, James Allen Luz, Luís Alberto Silva e Marília Guimarães (acompanhada de seus dois filhos pequenos) – realizaram a ação no dia 01/01/1970, quando o avião voava de Montevidéu para Porto Alegre. A aeronave passou por Buenos Aires, Antofagasta, Lima e Cidade do Panamá e chegou a Havana no dia 3, cf. Caravelle desce em Havana ainda sem dia para voltar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04-05/01/1970, p. 7. Ver também as memórias de uma das participantes da ação: GUIMARÃES, Marília. *Habitando o tempo: Clandestinidade, sequestro e exílio*. São Paulo: LiberArs, 2017 (N.E.).

-se politicamente e abrir uma discussão com outras forças de esquerda, na perspectiva de uma reorganização. O período de refluxo e o caráter rafeito do exílio acabam por corroer o grupo que se desgasta lentamente até desaparecer. Outro setor opta por uma linha hipermilitarista e realiza uma série de ações no país, dentre as quais a extravagante execução de um marinheiro inglês no Rio de Janeiro⁹. Outro grupo se propôs no interior realizar uma crítica da orientação foquista da organização, mas a Dissidência da VAR-Palmares (DVP, como era conhecida) teve pouca duração. O militarismo entrava no seu ciclo final. As cliques dominantes reinavam triunfantes exibindo os frutos do seu “milagre econômico” e as excelências de seu aparelho repressivo. A noite se fez mais escura do que nunca¹⁰.

9. Em 5 de fevereiro de 1972, militantes da VAR-Palmares, ALN e do PCBR executaram a tiros o marinheiro inglês David Cuthberg, que se encontrava no país juntamente com uma força-tarefa da Marinha Britânica para as comemorações dos 150 anos de independência do Brasil, em uma ação que tinha o objetivo de mostrar a solidariedade dos revolucionários brasileiros com a luta do povo irlandês contra a Inglaterra (N.E.).

10 Sobre o Colina, a VAR-Palmares e a VPR seguem algumas referências, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011; CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: Dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000; DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: Um possível romance autobiográfico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; DIAS, Renato. *O menino que a ditadura matou: Luta armada, VAR-Palmares e o desespero de uma mãe*. Goiânia: RD Movimento Editora, 2015; ESPINOSA, Antônio. *Abraços que sufocam e outros ensaios sobre a liberdade*. São Paulo: Viramundo, 2000; FUKUDA, Hatsuo. *Diógenes, o guerrilheiro: Ousar lutar, ousar vencer!* Porto Alegre: Palmarina; Evangraf, 2014; GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989; GREEN, James N. *Revolucionário e gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 17ª ed. São Paulo: Global, 2015 (1ª ed. 1980); MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: Repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006; MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes: Uma reportagem sobre o “Chacal Brasileiro”*. Rio de Janeiro: Record, 2003; OLIVEIRA, Diógenes. *Valneri, revolucionário e socialista (Da luta armada à paixão pelos vôleis)*. Porto Alegre: Equipe Venceremos, 1986; PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela: A história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996; _____. *O sonho exilado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004; POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar: Memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo: Viramundo, 2000; RODRIGUES, Renato. *Lamarca*. São Paulo: M&C, 1996; SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980; _____. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981; VIEIRA, Liszt. *A busca: Memórias da resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008 (N.E.).

CAPARAÓ: OS ANTECEDENTES DE UMA GUERRILHA

Primeiro de abril de 1967. No mesmo dia em que os militares festejavam o terceiro aniversário do golpe de 1964 “uma patrulha da Polícia Militar de Minas Gerais, seguindo pista fornecida por um agricultor da região, surpreendeu um grupo de oito homens¹, todos armados e municiados, dispondo de material de acampamento, comunicações, saúde e arquivo de documentos”. Nestes termos é que o Ministério do Exército daria conta em agosto de 1967 das investigações realizadas a propósito da chamada “guerrilha de Caparaó”, desbaratada meses antes na montanhosa fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo.

A prisão de oito guerrilheiros de Caparaó havia sido precedida de outras detenções e culminou, dias depois, com o desbaratamento total do grupo que operava na região. Uma particularidade que não deixou de chamar a atenção do país naquele momento: a quase totalidade dos guerrilheiros detidos era composta de ex-sargentos, ex-cabos, ex-soldados e marinheiros que haviam sido afastados das três armas das forças arma-

1. Amadeu Felipe da Luz Ferreira (1935), sargento; Araken Vaz Galvão (1936), sargento; Avelino Bioen Capitani (1940), marinheiro; Edival Augusto Mello (1931), sargento; Amaranto Jorge Rodrigues (1942), marinheiro; Jorge Silva (1941), marinheiro; João Jerônimo da Silva (1939), marinheiro; e Milton Soares de Castro (?-1967), operário (N.E.).

das após as grandes purgas que se seguiram o golpe de Estado de 1964. Nomes com projeção no movimento dos sargentos durante o governo Goulart, como Araken Vaz Galvão, Amadeu Felipe da Luz Ferreira e o ex-subtenente Jelcy Rodrigues Correa, se encontravam entre os detidos.

Antes e depois a história da esquerda revolucionária e da luta armada no Brasil registraria a presença de outros suboficiais: os ex-sargentos Darcy Rodrigues, Onofre Pinto, José de Araújo Nóbrega, Antônio Pres-tes de Paula, para só citar alguns, ou os cabos José Mariane Ferreira Alves, Anselmo e o ex-marinheiro Avelino Bioen Capitani.

Este fenômeno é de tal forma marcante que qualquer história da esquerda brasileira após os anos 1960 não pode prescindir da análise da sua “vertente militar”, em particular do movimento no interior dos suboficiais, soldados e marinheiros, da mesma forma que a história do Partido Comunista nos anos 1930 e nas décadas que se seguiram ficaria ininteligível sem a incorporação do fenômeno tenentista.

Em Tempo incorpora à sua *Contribuição à história da esquerda brasileira* materiais capazes de lançar luz sobre este aspecto pouco estudado das recentes lutas políticas no país. Para tanto se valeu basicamente do depoimento do ex-sargento Araken Vaz Galvão, o “Alencar”, um dos subcomandantes do grupo guerrilheiro de Caparaó, recentemente retornado ao Brasil depois de um exílio que começou com sua fuga da prisão em 1969, um período de quase um ano na embaixada do Uruguai à espera do salvo conduto que o levaria a Montevidéu, onde residiu por quase dez anos, antes de se transferir para o Equador e o Peru. Este baiano loquaz, que viveu tão intensamente a história do Brasil nos anos 1960, aproveitou seu exílio para dar vazão a uma vocação literária que ele não pudera compatibilizar anteriormente com sua atividade militante e clandestina. Uma peça teatral de Araken foi premiada no Peru e há alguns meses é sucesso de bilheteria em Lima. Enquanto isto ele prepara-se para começar a rodar nas próximas semanas, nas montanhas peruanas, seu primeiro filme. Nos seus projetos em curto prazo estão as *Memórias de*

um Sargento, nas quais pretende dar um testemunho de sua experiência pessoal e particularmente dos agitados anos 1960².

Araken, em longa entrevista concedida a *Em Tempo*, da qual publicamos uma versão resumida neste e no próximo capítulo, antecipa muito do que constará em seu próximo livro³.

AS MEMÓRIAS DO SARGENTO ARAKEN

A participação dos militares na política tem sido uma constante na história republicana – começa afirmando o ex-sargento Araken –, mas ela não foi apenas o privilégio dos generais ou dos tenentes, como aparece frequentemente. Um lugar importante foi ocupado pelos extratos mais baixos das forças armadas, pelos sargentos e suboficiais em geral.

Já no governo Floriano Peixoto, o sargento Silvino Honório de Macedo sublevava as fortalezas das Lajes e de Santa Cruz, onde se encontrava preso por sua participação política, e controla estes dois fortes durante uma semana, sendo morto quando as tropas legalistas as retomaram. Silvino não mereceu mais do que poucas e contraditórias notas de rodapé em nossos livros de história. Pequeno destaque

2. Além de publicar, em sua vasta produção literária, um livro de memórias [GALVÃO, Araken Vaz. *Crônicas das prisões e do exílio*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2014], o ex-sargento Araken Vaz Galvão continua prometendo lançar um volume dedicado à atuação política dos sargentos [*O Sargento na História do Brasil*] (N.E.).

3. Com o encerramento da publicação de *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1964-1979*, a segunda parte da entrevista de Araken Vaz Galvão acabou não publicada. Sobre Caparaó e a atuação organizada de marinheiros e soldados, além das já citadas até aqui, pode-se consultar: ARBEX, Daniella. *Cova 312: A longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2015; BOITEUX, Bayard Demaria. *A Guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998; CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009; COSTA, José Caldas da. *Caparaó: A primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007; DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005; GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Caparaó: A lembrança do medo: A memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha de Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006; KUPERMAN, Esther. *A Guerrilha de Caparaó (1966-1967): Um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992; PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009; REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; SILVA, José Wilson da; PAIVA, Alfredo. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: L&PM, 1987; VIEGAS, Pedro. *Trajatória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004 (N.E.).

nos livros têm também a participação numerosa dos suboficiais na Coluna Prestes ou no levante de 1935, a sublevação dos sargentos no Piauí etc. Muito se escreveu sobre os “tenentes”. A história dos sargentos ainda está por se escrever.

Primeiros tempos

Eu fui incorporado ao Exército em janeiro de 1955. Eu era operário soldador, baiano de nascimento, vivendo no Rio de Janeiro. Neste período bastante conturbado de nossa história o alto comando do Exército, como já havia feito em outras ocasiões, realizou uma “limpeza” entre os sargentos, eliminando das FFAA os elementos “degradáveis”.

Nos anos 1950 havia no Rio de Janeiro a Casa dos Sargentos do Brasil (ela existe até hoje), que oferecera ao general Horta Barbosa sua sede para que ele pronunciasse uma conferência em defesa do monopólio estatal do petróleo, uma vez que o Clube Militar lhe fora interdito. A casa era dirigida por um sargento de nome Carrion, que, depois de uma altercação com jornalistas norte-americanos que o entrevistaram, foi convocado ao gabinete do então general Canrobert. Novo incidente verbal e no outro dia a Casa foi cercada por tropas. A revista *O Cruzeiro*, convocada para a ocasião, noticiou a descoberta de “farto material do Partido Comunista”. Começou então a caça às bruxas, especialmente entre os fuzileiros navais. Carrion foi expurgado, da mesma forma que seu sucessor, o terceiro-sargento Jambo.

Constatando a periculosidade de uma associação de suboficiais das três armas e das PMs, como era a Casa, a hierarquia militar, segundo se dizia na época, estimulou, inclusive materialmente, a formação do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, criada por um grande “picareta”, o sargento Rebello⁴.

Depois da “novembrada”

No 11 de novembro de 1955⁵, eu era cabo. Naquela época não havia um movimento de cunho político entre os sargentos, nem mesmo o PCB, que eu saiba. Mas havia contradições no Clube dos Sargentos.

4. Trata-se de Luiz Carrion Rolan Silva, cartógrafo e militar. Após sua expulsão, por suas posições nacionalistas, com nome falso, militou clandestinamente no PCB. O oficial mencionado é Caronbert Pereira da Costa (1895-1955), que foi ministro da Guerra de 1946 a 1951 e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em 1954-1955. Não foi possível identificar Jambo e Rebello. (N.E.).

5. Data em que o general Henrique Lott, com o objetivo declarado de barrar uma conspiração tramada no interior do próprio governo, destinada a impedir a posse do presidente e do vice-presidente eleitos em outubro de 1955 - Juscelino Kubitschek e João Goulart -, deflagrou um “contragolpe preventivo” para impedir os golpistas de tomar o poder e garantir a posse dos legitimamente eleitos (N.E.).

Quando do contragolpe de Lott, em 1955, minha unidade, o Regimento Escola de Artilharia, estava, em termos de oficialidade, numa posição francamente golpista. O Regimento foi cercado pelas tropas legalistas e os sargentos acabaram por se dessolidarizar da oficialidade golpista. O general Arruda⁶, fiel a Lott, prendeu os oficiais e nos deu ordens de não obedecer aos golpistas. O quartel ficou comandado uma semana por sargentos, até que chegaram novos comandantes oficiais.

O Exército sofreu uma grande modificação com o comando do marechal Lott, não só de modernização material como de mentalidade. Isto criou contradições. Nós tínhamos uma formação que punha ênfase no patriotismo. Ora, a aplicação do acordo militar Brasil – Estados Unidos criava situações escandalosas. Havia uma cláusula que previa que os oficiais norte-americanos podiam inspecionar nosso material, para ver se o acordo estava sendo bem cumprido. Eu vi situações humilhantes para o Exército, como a de ter que pôr todo o material militar no pátio e ouvir de um oficial estrangeiro “isto aqui está sujo”. A sacrossanta disciplina militar, nem se fala. Um sargento norte-americano, português de nascimento, comia no cassino dos oficiais, fumava cachimbo diante deles e jogava, de pura sacanagem, fumaça na cara do comandante. Ele costumava dizer para nós: vocês deviam ter feito como eu que fui servir direto na “matriz”.

Os novos sargentos

Ao modernizar o Exército, Lott necessitava de novos sargentos, não mais aquele homem de bigodes que gritava forte, mas de quadros capazes de operar os equipamentos sofisticados. Lott estabeleceu que o sargento que fizesse o ginásio ganharia quatro pontos (além daqueles que ele podia obter num ano sem nenhuma punição e... doando sangue) e que o que cursasse o científico obteria 15 pontos. Os sargentos começaram a estudar, o que lhes abriu novas perspectivas. Mas isto encerrava uma contradição. Nós tínhamos acesso a um nível superior de instrução, mas não se nos abriam saídas na carreira militar, porque continuávamos sargentos. Lott deu-nos estabilidade aos 10 anos (revogando a “lei Dutra”), criou ao mesmo tempo um quadro que permitia certas promoções, mas isto não atingia mais de 3% dos sargentos. Um suboficial formado por uma Faculdade de Filosofia não podia ser professor no Colégio Militar, enquanto um oficial que não fosse professor podia exercer o magistério. Os sargentos não po-

6. Trata-se do general José Teófilo de Arruda, comandante do Grupamento de Unidades Escola do Exército (N.E.).

7. O decreto-lei 1.187, de 04/04/1939, que tratava do Serviço Militar, era conhecida como a “lei Dutra” (N.E.).

diam casas até os 25 anos e com menos de cinco anos de serviço. Isto estimulava os casamentos clandestinos. Não podíamos andar em trajes civis na rua.

Tudo isso criou efervescência entre os suboficiais, que vai ser canalizada para o Clube. Em fins dos anos 1950 eu comecei a militar nele. Nesta época começou, igualmente, a militar o sargento Garcia Filho⁸, que mais tarde seria eleito deputado federal e o jovem sargento Manoel Raimundo Soares⁹, que mais tarde seria assassinado pela repressão no Rio Grande do Sul.

O nacionalismo

Em 1960, Soares, eu e outros companheiros compusemos uma chapa para disputar as eleições do Clube, na qual não constavam simplesmente pontos reivindicativos específicos dos sargentos, mas uma plataforma política de defesa de nossas riquezas, de nacionalização da indústria farmacêutica etc.

Nós éramos muito influenciados pelo *Semanário*, uma publicação nacionalista, onde escreviam Gondin da Fonseca, Osny Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré e outros¹⁰. Perdemos as eleições. Pela primeira vez aparecia uma chapa de renovação. Nós éramos chamados de “os garotos”. Mas estávamos circunscritos ao Rio. No entanto, o movimento ainda estava dividido entre os que se chamavam sargentos “de gravata” e de “uniforme”, divisão que se revelou mais tarde falsa.

Nesta época eu conheci o único sargento que era do “Partidão”, que estava muito isolado. O conteúdo da nossa posição era então patriótico. Por aí é que chega-

8. Antônio Garcia Filho (1926-1999), militar, foi eleito deputado federal pelo então Estado da Guanabara sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro nas eleições de 1962. No Congresso Nacional foi vice-presidente do Conselho Coordenador da Frente Parlamentar Nacionalista. Teve seu mandato cassado e foi expulso do Exército pelos golpistas de 1964 (N.E.).

9. Manoel Raimundo Soares (1936-1966), militar, participante das mobilizações dos militares antes do golpe de Estado de 1964, passou então a viver na clandestinidade quando teve a sua prisão decretada pelos golpistas. Preso em março de 1966, sendo torturado e assassinado pelas forças de repressão da ditadura, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 75-77 (N.E.).

10. O *Semanário* foi um jornal semanal publicado no Rio de Janeiro que seguia uma orientação nacionalista e que circulou de 5 de abril de 1956 a abril de 1964, quando foi fechado pela ditadura. Manoel José Gondin da Fonseca (1899-1977), jornalista; Osny Duarte Pereira (1912-2000), jurista, jornalista e professor; Nelson Werneck Sodré (1911-1999), militar, historiador e jornalista. Sobre Nelson Werneck Sodré ver CUNHA, Paulo Ribeiro da e CABRAL, Fátima (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré, entre a espada e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 2006; PAULO Netto, José. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. São Paulo: Expressão Popular, 2011; SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: Edusc, 2001 (N.E.).

mos ao nacionalismo, já como um movimento político, mas tudo isto a partir do chauvinismo que nos metiam na cabeça, na instrução militar.

Com o lema “sargento também é povo” pudemos unir os sargentos da Vila Militar com os de nosso movimento. Mais tarde criamos a “União Verde e Amarela”, que também seria derrotada nas eleições do Clube. Mas havíamos atingido um grau mais elevado de politização. Estes elementos explicam nosso papel antes do golpe e o que ocorreria depois dele, como o episódio de Caparaó.



COLABORAÇÕES DA
CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA DA
ESQUERDA BRASILEIRA

UMA “GLORIOSA JORNADA DE LUTA”?

ELVIRA NADAI

Se a propaganda ufanista é uma das características dos regimes ditatoriais, aquela levada a efeito em princípios da década de 1970 no Brasil é modelar. Por todos os lados, para quem pudesse ver ou ouvir, repetia-se até o cansaço “slogans” ainda vivos na memória: “Brasil – Ame-o ou Deixe-o”; “Brasil – Conte Comigo”; “Brasil – Eu te amo”, e por aí afora. Anos do “milagre” ainda intacto e do “Pra Frente Brasil”, que tiveram como carro chefe a conquista do tricampeonato de futebol e Delfim Netto como feiticeiro-mor.

Enquanto isto, no norte do país, na região do Rio Araguaia – sul do Pará e norte de Goiás¹ – inicia-se em abril de 1972, a Guerrilha do Araguaia, episódio dos mais violentos e dolorosos de nossa história, que envolveu, de um lado, algumas dezenas de militantes do PCdoB e, de outro, milhares de soldados do exército, aeronáutica e policiais militares. Para o PCdoB a luta armada será, desde seu início, de grande importância. É ela, por exemplo, a questão de relevância que já em 1956 distinguirá as formulações daqueles que romperão com o PCB de Prestes em 1962. Isto porque, tanto na caracterização da revolução como democrático-burguesa quanto nas análises mais gerais da situação brasileira,

1. Atual Estado de Tocantins (N.E.).

da política de alianças ou a tática sindical, não há divergências de fundo. No entanto, embora aspecto distintivo, a formulação da luta armada será extremamente tópica antes de 1964. Expressar-se-á no conceito genérico de violência revolucionária e será pensada como a quinta tarefa na ordem de prioridades do Partido².

DO CASTRISMO À GUERRA POPULAR PROLONGADA

É assim que nesse primeiro momento as iniciativas para seu encaminhamento e preparação não vão se dar de forma sistematizada através da escolha de áreas estratégicas e treinamento dos militantes orientados pelos órgãos de direção. As experiências havidas ficarão no mais das vezes ao encargo e responsabilidade de militantes de base que as levam a efeito. Aqui, a influência ainda dominante e modelo explicitamente referenciado é o cubano, com o qual o PCdoB romperá, pelo menos formalmente, em 1966, através do documento de março “Carta Aberta a Fidel Castro”³.

Em junho de 1966, em sua VI Conferência, o CC definirá o foquismo como

uma concepção pequeno-burguesa sobre a revolução, tanto na esfera política, como na militar organizativa (...), nega o papel do Partido como força dirigente, atribuindo à guerrilha esta função. É uma teoria falsa e voluntarista, de fundo subjetivista, que, posta em prática, causa imensos danos ao movimento revolucionário⁴.

2. Ver PARTIDO Comunista do Brasil. Manifesto-Programa. In: _____. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 31-42 (N.E.).

3. Este documento pode ser lido em: PARTIDO Comunista do Brasil. Comitê Central. O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro). In: _____. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974, p. 85-100 (N.E.).

4. PARTIDO Comunista do Brasil. Balanço da atividade revolucionária do P. C. do Brasil. In: _____. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975, p. 60. Mais tarde, o texto foi republicado em PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa...*, p. 168. Esta edição atribui a autoria do texto a João Amazonas e Maurício Grabois (N.E.).

A partir dessa crítica, encarada como autocrítica, o Partido, no documento “União dos Brasileiros para Livrar o país da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”⁵, define-se pela teoria da Guerra Popular Prolongada, tendo a China de Mao Tsé-Tung como exemplo maior. O campesinato passa a ser visto como a força principal da revolução e o campo como local privilegiado das lutas, de onde partirá a rebelião, sob a palavra de ordem da reforma agrária radical.

A região centro-norte de Goiás é a escolhida inicialmente como local “prioritário” para a fixação de militantes, por ser a região que mais se adequaria às concepções de guerra popular. Densamente povoada e tradicionalmente área de conflito de terras, ali se encontravam condições objetivas para que o trabalho frutificasse. O Araguaia nesse momento era definido como local de refúgio, por ser pouco habitado, de densas florestas etc. Na prática, porém, é este último local que será o palco dos acontecimentos.

Várias versões se apresentam para justificar ou explicar tal virada. Que o Partido Comunista do Brasil durante as discussões foi atropelado pela realidade, com a construção da Transamazônica, que mudou a região e para lá transferiu os conflitos mais agudos, ou que “a região foi privilegiada porque imperou na formulação da guerrilha o aspecto militar, o caráter conspirativo, legado da teoria do foco revolucionário”. E até mesmo uma explicação “oficial”, uma das poucas dadas pelo governo: “a área foi escolhida por ser zona de fronteira de vários comandos militares, área de ninguém, portanto”, diz o Senador Jarbas Passarinho⁶.

5. Esta resolução da VI Conferência Nacional pode ser encontrada em PARTIDO Comunista do Brasil. *Em defesa...*, p. 85-114. Há, no entanto, uma publicação mais completa do mesmo documento em PARTIDO Comunista do Brasil. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974, p. 101-174 (N.E.).

6. “Uma luta, uma guerra civil”: Entrevista com o senador Jarbas Passarinho. *Movimento*. São Paulo, nº 159, 17/07/1978, p. 7. Esta entrevista foi reproduzida posteriormente em: DÓRIA, Palmério *et al.* *História Imediata: A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 21-24 (N.E.).

POR QUE A REGIÃO DO ARAGUAIA

Embora a explicação da construção da Transamazônica seja aceita pelos dirigentes do PCdoB hoje, em 1966, e, portanto, antes de seu início, chegam à região os primeiros militantes do Partido. De acordo com as avaliações feitas por aqueles, “o plano do PCdoB era trabalhar com as populações pobres da região do Araguaia, politizá-las na medida do possível e resistir com elas ao ataque das forças do governo, transformando o processo numa guerra de guerrilha”⁷.

Dando consequência a este “plano”, os 63 militantes do Partido que chegam à região até finais de 1971, iniciam a fixação na área, passando a conviver e viver como os próprios camponeses, procurando ganhar sua confiança e amizade⁸. Em todos os relatos, que hoje se multiplicam, esse aspecto é ressaltado.

Ao mesmo tempo em que tentavam confundirem-se com os habitantes da região, os preparativos para o confronto militar também eram praticados. O *Araguaia* – órgão dos comitês de apoio à luta dos camponeses do Pará –, revista de divulgação mensal que publica seu primeiro número em junho de 1974 e cessa em abril de 1975, traz em seu n. 5, de novembro-dezembro de 1974, o “Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia”⁹. Três destacamentos são formados no triângulo com-

7. Este posicionamento pode ser encontrado em texto de 1975: ARROYO, Ângelo. Um grande acontecimento na vida do país e do Partido. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 275. Este texto já havia sido publicado anteriormente no jornal *Movimento*. São Paulo, n. 222, 01-07/10/1979, p. 20-22 (N.E.).

8. Dados posteriores dão conta de que entre 1966 e 1972 o total de guerrilheiros foi de 89, dos quais 69 eram militantes do PCdoB, cf. CAMPOS Filho, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2012, p. 109, 115 e 131, respectivamente (N.E.).

9. O Regulamento pode ser consultado em DÓRIA, Palmério *et al.* *História Imediata: A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 75-77; ver tb. em MONTEIRO, Adalberto (Org.). *Guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p. 135-137. (N.E.)

preendido entre as cidades de Xambioá e Marabá¹⁰. Cada um deles será constituído por 21 homens, divididos em grupos de sete. Destacamento de Faveira, sob o comando de João Carlos Haas Sobrinho¹¹, morto no final de 1972; Destacamento de Gameleira, comandado por Osvaldo Orlando da Costa¹², morto em abril de 1974 e transformado em lenda na região, “dada a sua bondade e bravura”; e Destacamento de Caianos, comandado por Paulo Mendes Rodrigues¹³.

A ESTRUTURA DA GUERRILHA

No centro deste triângulo, internada na mata, estava a Comissão Militar ligada ao CC, formada por Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Osvaldão, Haas Sobrinho e dois elementos de segurança. Esta comissão é caracterizada como o coração e o cérebro da guerrilha. Além destes, e

10. Também identificados, respectivamente, como Destacamentos A, B e C, cf. CAMPOS Filho, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2012, p. 108, respectivamente (N.E.).

11. João Carlos Haas Sobrinho (1941-1972), médico, foi para a região em 1967. Além da participação militar, Haas Sobrinho, também conhecido como Juca, atuou como médico, o que lhe angariou respeito e reconhecimento. Morto em confronto com as forças militares da ditadura em 29 ou 30/09/1972, Haas Sobrinho ainda hoje continua entre os “desaparecidos”, pois no caso da guerrilha do Araguaia as forças militares da ditadura tinham a diretiva de eliminar fisicamente todos os guerrilheiros, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 195-203 e 213 (N.E.).

12. Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974), técnico em construção de máquinas e motores, com curso incompleto de engenharia de minas na então Tchecoslováquia e curso na Academia Militar de Pequim, conhecido como Osvaldão ou Mineirão, foi o primeiro guerrilheiro do PCdoB a chegar à região em 1966, tornando-se um dos militantes mais conhecidos e respeitados da guerrilha. Foi um dos últimos a ser eliminado pelas forças militares da ditadura, no início de 1974, ainda hoje continua entre os “desaparecidos”, pois no caso da guerrilha do Araguaia as forças militares da ditadura tinham a diretiva de eliminar fisicamente todos os guerrilheiros. Sobre Osvaldão ver JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, bem como BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 195-203 e 249-250 (N.E.).

13. Paulo Mendes Rodrigues (1931-1973), economista, foi dos primeiros a chegar à região do Araguaia. Além de comandante de destacamento foi também membro da Comissão Militar das forças guerrilheiras. Foi morto em 25 de dezembro de 1973 em confronto com as forças militares da ditadura e ainda hoje continua entre os “desaparecidos”, pois no caso da guerrilha do Araguaia as forças militares da ditadura tinham a diretiva de eliminar todos os guerrilheiros, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 195-203, 228-229 e 231 (N.E.).

fazendo a ligação com o Sul, como “pombos-correios”, foram também para a região João Amazonas e Elza Monnerat, históricos do Partido e membros do CC. Foram dos poucos que sobreviveram à guerrilha.

Lincoln Oest, Carlos Danielli e Lincoln Roque compunham a “Comissão de Intendência e Logística” da guerrilha. Fazendo a ponte sul do Brasil – Araguaia, eles eram responsáveis pela panfletagem em todo o país, davam sugestões, enviavam material e dinheiro para os combatentes. Presos no final de 1972¹⁴, na Via Dutra, são apanhados com todos os documentos reveladores das atividades no Araguaia e nas capitais brasileiras. Com o desmantelamento dessa comissão as relações com o Partido tornam-se ainda mais precárias.

Enquanto a Comissão Militar dedicava-se prioritariamente à preparação militar dos guerrilheiros, o trabalho político com a massa camponesa ficou relegado ao segundo plano. Até antes do início dos combates muito pouco evoluiu além dos contatos de amizade. E o “plano de guerrilha”, que era “criar uma frente antifascista nas cidades, desenvolver a luta revolucionária a partir do interior e na conjugação dessas duas vertentes, forçar a derrubada da ditadura fascista no Brasil”, não firma bases para evoluir.

Apenas quando se inicia o confronto com as forças do exército, em abril de 1972, é que se passa a atentar mais detidamente para o trabalho

14. De acordo com informações posteriores, na verdade, os três foram presos em locais distintos, entre 20/12/1972 e 06/03/1973, sendo todos assassinados pelas forças de repressão da ditadura. Lincoln Cordeiro Oest (1907-1972), militar, militante do PCB e do PCdoB, onde foi membro de sua direção, preso em 20/12/1972 e assassinado no dia seguinte sob tortura no DOI-CODI/RJ, o qual tentou dissimular o crime alegando que Oest fora morto ao tentar fugir no momento da prisão, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 319. Carlos Nicolau Danielli (1929-1972), operário naval. Seu assassinato sob tortura, após ser preso com vida pela repressão, foi fraudado à época sob a alegação de “reação às forças de segurança”. Foi sepultado como indigente no Cemitério Dom Bosco, de Perus, na Grande São Paulo, onde seus restos foram descobertos anos mais tarde (BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 323-324). Sobre Danielli ver também: BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de luta: A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2002. Lincoln Bicalho Roque (1945-1973), sociólogo e professor. Seu assassinato sob tortura também foi fraudado à época sob a alegação de “reação às forças de segurança”. Embora seu corpo tivesse dado entrada no Instituto Médico Legal como desconhecido, sua família logo o identificou, sendo sepultado em seguida, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 333-334 (N.E.).

político, agora em condições extremamente adversas. No mais absoluto sigilo, sem que nada transpirasse, mobilizou-se a partir desta data o maior contingente das Forças Armadas já visto, para dar combate a um núcleo guerrilheiro. Cerca de 10 mil homens, aparelhados com as mais modernas armas e utilizando variados recursos, desde helicópteros a bombas napalm, são deslocados para o Araguaia, para as três “campanhas de cerco e aniquilamento” do “povo da mata”.

Quando elas se iniciam, os guerrilheiros se internam na floresta, terreno que lhes era favorável. Embora com flagrante superioridade numérica e equipamentos e contando com todos os recursos, que iam de abertura de estrada à construção, a toque de caixa, de quartéis, os militares não são bem-sucedidos de imediato.

OS ATAQUES DO EXÉRCITO

A primeira campanha iniciada em abril é interrompida em junho de 1972 com baixas de ambos os lados e com um saldo negativo para o exército. A segunda campanha recomeça em setembro de 1972 e é nesse curto espaço de tempo que a Comissão Militar resolve dar consequência ao trabalho político. A panfletagem na região e em todo o país começa, divulgando-se a existência das Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOR-GAS)¹⁵ e o *Programa de 27 Pontos*, conjunto de reivindicações da própria população, compilado e redigido pela mesma Comissão Militar e até aquele momento desconhecido dos próprios guerrilheiros. Um programa de conteúdo democrático-burguês, que reivindicava melhores condições de vida e trabalho para o povo da região, defendia a pequena propriedade e exigia maior liberdade.

15. Ver Comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, de 25/05/1972. In: MONTEIRO, Adalberto (Org.). *Guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p. 138-139 (N.E.)

É neste momento, também, que se forma a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP) que chega a constituir, entre 1972 e 1973, cerca de 20 núcleos, nos quais se orienta a população sobre os objetivos da guerrilha e discute-se o *Programa dos 27 Pontos*¹⁶.

Em outubro de 1972 cessa a segunda campanha, com o exército ainda desmoralizado e odiado pela população que sofreu na carne todo o seu desvario. Centenas de camponeses foram presos, torturados ou mortos, tiveram suas casas destruídas e plantações arrasadas. Os soldados comandados de Brasília pelo general Viana Moog e diretamente de Xambioá pelo general Antônio Bandeira sofrem nova derrota política e moral¹⁷.

Entre este segundo cerco e o terceiro, que se inicia em outubro de 1973, se estendendo até o final de 1974, este realmente o do aniquilamento total, os guerrilheiros têm tempo, 11 meses, para acelerar o seu trabalho de propaganda junto à população. São divulgados milhares de panfletos conclamando o povo à luta: “a ULDP convoca a todos, homens e mulheres, jovens e velhos, para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas”.

Neste interregno, em que o partido poderia fazer uma avaliação de sua situação e condições objetivas e recuar, evacuando a área, a Comissão Militar decide continuar com a mesma tática. Hoje, esta decisão é contestada por muitos militantes do PCdoB, que a consideram equivocada.

16. O documento pode ser consultado em UNIÃO pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo. Proclamação pela União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. In: MONTEIRO, Adalberto (Org.). *Guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p. 131-134 (N.E.).

17. Olavo Viana Moog (1912-1989), militar. Foi comandante do Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar de fevereiro de 1972 a dezembro de 1973, no governo do general Emílio Garrastazu Médici. Antônio Bandeira (1916-2005), militar. Envolvido nas conspirações contra o Presidente João Goulart, o então tenente-coronel Bandeira participou ativamente do golpe de Estado que o depôs. De dezembro de 1971 a abril de 1973 foi chefe interino do Comando Militar do Planalto (DF) e da 11ª Região Militar, sediada no Distrito Federal. Nesse período, além da participação na repressão à guerrilha do Araguaia, teria chefiado sessões de tortura, conforme documentação contida nos arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais. Em maio de 1973 Bandeira foi nomeado diretor-geral do Departamento de Polícia Federal. As operações militares no Araguaia prosseguiram sob o comando do general Hugo de Andrade Abreu (1916-1979), sendo oficialmente encerradas apenas em janeiro de 1975, com o completo desmantelamento da guerrilha quase três anos após os primeiros choques armados. (N.E.).

O exército por seu lado e sua tropa de “especialistas” usaram esse período para modificar a sua tática de confronto. Grupos de paraquedistas, orientados agora pelo general Hugo de Abreu, treinados para combate nas selvas e procurando “ganhar” a população para o seu lado, retornam à região, muitos deles como espiões, infiltrados entre os camponeses. O tratamento dado a estes muda radicalmente e são criadas as Ação Cívico Social do Exército (ACISOS), que traziam caminhões com remédios e vacinas, davam atendimento médico e prometiam pedaços de terra, com títulos de propriedade. No Natal de 1973 é desbaratada a Comissão Militar, tendo Maurício Grabois sido morto nesta ocasião. Arroyo consegue fugir, vindo a morrer depois em 1976 no encontro da Lapa. A destruição da Comissão Militar marcará o princípio do fim da Guerrilha. Um a um, os guerrilheiros vão sendo localizados e mortos.

O PARTIDO DEBATE A EXPERIÊNCIA

Enquanto isso, nas fileiras do Partido, o debate é aberto tendo como centro a avaliação do acontecido. Quando o aparelho da Lapa é descoberto e destruído, na pauta de debates estava a questão do Araguaia. Duas posições ali se delineavam: uma sustentada por Ângelo Arroyo e João Amazonas e hoje a oficial no Partido e outra defendida por Pedro Pomar. Os primeiros sintetizavam sua avaliação no documento “Gloriosa Jornada de Luta”, que apresenta a derrota apenas como consequência de erros táticos e má avaliação das forças inimigas: “a Guerrilha do Araguaia representa um marco no processo de luta pela liberação do povo brasileiro. Seu significado político e os ensinamentos que encerra precisam ser salientados e difundidos...”¹⁸

18. PARTIDO Comunista do Brasil. Gloriosa Jornada de Luta. *A Classe Operária*. S.L., ano XII, n. 109, 05/09/1976, p. 4-10. Anos depois o texto foi reproduzido no jornal *Movimento*. São Paulo, n. 226, 29/10-04/11/1979, p. 9-10; e também em POMAR, Wladimir. *Araguaia: Op. cit.*, p.145-155 (N.E.).

Por seu lado, Pomar¹⁹ salientando a “façanha e o imenso sacrifício dos militantes”, pondera também num documentos que “a derrota não pode ser considerada temporária”, já que a iniciativa foi totalmente abafada e nenhum dos objetivos propostos alcançados. Segundo ele, os erros foram não só de caráter tático, mas também estratégicos, pois “avaliou-se mal a conjuntura nacional e o Partido não deu o apoio que seria necessário, não se estruturando na área”, deixando todas as decisões e responsabilidades a cargo da Comissão Militar.

Pomar destaca também, que o “núcleo guerrilheiro se constitui desde o primeiro momento como um exército em miniatura não se fazendo o trabalho político necessário com as massas”. Em síntese,

não foram aplicados os critérios da guerra popular (...), o certo é primeiro realizar o trabalho político, procurando através de uma ação planificada, cuidadosa, paciente, clandestino e tendo em conta o movimento camponês real, criar a base de massas necessária para desencadear a luta.

Este debate, ainda inconcluso, embora prejudicado pela morte de Pomar, também em 1976, segue adiante, com muitos militantes reivindicando as suas posições. Enquanto a direção do Partido “fechou questão” na VII Conferência realizada em meados de 1979, em torno do documento de Arroyo e Amazonas e pretende que o debate tenha se encerrado²⁰, estes militantes postulam que a discussão continue e desça às bases.

19. O texto de Pomar pode ser consultado em POMAR, Pedro. Intervenção no debate sobre o Araguaia. In: POMAR, W. *Op. cit.*, p. 291-301. Esta intervenção já havia sido publicada anteriormente no jornal *Movimento*. São Paulo, n. 199, 23-29/04/1979, p. 12-13 (N.E.).

20. Nas resoluções da VII Conferência Nacional, no item relativo à “Resistência Armada do Araguaia e o Caminho da Luta Armada”, o PCdoB aprovou como ponto de partida para a sistematização do debate o documento “Gloriosa Jornada de Luta”, de agosto de 1976, recomendando ao Comitê Central “a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado” (PARTIDO Comunista do Brasil. Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil. In: _____. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1962 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 268). No entanto, nas fileiras do PCdoB, após um período de acirradas discussões

“EXIGIMOS NOSSOS MORTOS”

Negar a existência da Guerrilha do Araguaia ou tentar escondê-la é hoje impossível. Vários depoimentos de militantes que lá estiveram e sobreviveram comprovam em detalhes que dezenas de guerrilheiros em confronto com as forças do exército perderam suas vidas. Se isto não bastasse, o próprio senador Jarbas Passarinho em entrevista ao jornal *Movimento* dirá: “o que alguns podem chamar de chacina, eu honestamente não conheço o fato, que se deu numa luta, numa guerra civil, numa guerra civil declarada, um processo de guerrilha que eliminou muita gente do lado de cá”²¹.

No entanto, o governo, passados estes quatro anos nada declarou de oficial, tentando talvez, dessa forma, apagar da memória aquele violento momento da história do país²². Tentando conhecer esta outra versão do episódio, os familiares dos mortos no Araguaia encaminharam ao presidente da República a 25 de junho de 1979, uma Interpeleção Judicial para que ele dê conta dos corpos de seus parentes. Até agora nenhuma resposta receberam.

sobre a questão, o debate encerrou-se no VI Congresso, em 1985, quando os mais enérgicos críticos das posições hegemônicas haviam se afastado do partido por discordar do encaminhamento dado ao assunto (cf. PARTIDO Comunista do Brasil. Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária. In: _____. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1962 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 309-341. Este documento tem aí apontados como sendo seus autores Haroldo Lima e Renato Rabelo). No “Estudo crítico...”, que teve como base dois textos de Ângelo Arroyo – o chamado “Relatório Arroyo”, de 1974, e “Um grande acontecimento na vida do País e do Partido”, de 1975, ambos publicados em POMAR, W. *Op. cit.*, p. 249-290 –, a derrota era explicada por um viés de natureza militar e as críticas anteriormente apontadas (sobre o caráter foquista da guerrilha, sobre a insuficiência do seu trabalho político e sobre suas condições de resistência, p. ex.) acabaram afastadas pela valorização da ação do Partido e do comportamento heroico dos guerrilheiros (N.E.).

21. “Uma luta, uma guerra civil”: Entrevista com o senador Jarbas Passarinho. *Movimento*. São Paulo, n. 159, 17/07/1978, p. 7. Esta entrevista foi reproduzida posteriormente em: DÓRIA, Palmério *et al.* *História Imediata: A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 21-24 (N.E.).

22. Observe-se que este texto foi publicado em 1979 (N.E.).

Esta Interpelação, baseada na Convenção de Genebra, declara que o presidente da República na qualidade de comandante supremo das Forças Armadas tem poderes para "levantar o sigilo que cobre os fatos, já despidos de importância militar, pois incrustados no passado"²³.

23. Além das já até aqui citadas, seguem outras referências sobre a guerrilha do Araguaia, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002; AMORIM, Carlos. *Araguaia: Histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Recor, 2014; BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado: O silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *José Genoíno: Escolhas políticas*. São Paulo: Centauro, 2007; MORAIS, Taís. *Sem vestígios: Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008; MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005; MOURA, Clóvis (Ed.). *Diário da guerrilha do Araguaia*. 3ª ed. Alfa-Ômega, 1985; São Paulo: NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curio e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1979; RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; SÁ, Glênio. *Araguaia, relato de um guerrilheiro: Depoimento inédito sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990; SIMONI, Mariana Yokoya. *Justiça em transição no Brasil: Anistia política e reparação dos militantes da Guerrilha do Araguaia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016; SOUSA, Deusa Maria de. *José Huberto Bronca: Da luta sindical ao Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; STUDART, Hugo. *Borboletas e lobisomens: Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018; _____. *A lei da selva: Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006 (N.E.).

MR-8: UMA HISTÓRIA DE ZIGUE-ZAGUES. 1 – UMA ORIGEM PROMISSORA¹

HUMBERTO BELVEDERE FILHO

A trajetória política do Movimento Revolucionário 8 de Outubro reflete a tipologia da autoproclamada “esquerda revolucionária” brasileira. Em suas origens, rompeu empiricamente com o PCB, preconizou a revolução socialista e a luta política de massas do proletariado. Logo em seguida enveredou pelos caminhos da luta armada e do guerrilheirismo urbano. Posteriormente fez autocrítica descobrindo o “sufrágio universal” e a democracia burguesa. E, finalmente, caiu de novo nos braços do stalinismo, retomando a velha tese histórica do menchevismo, segundo a qual a aliança do proletariado com a democracia liberal burguesa é o atalho mais curto para o crepúsculo das ditaduras despóticas. A marca registrada do MR-8 foram as bruscas viradas, os zigue-zagues, as oscilações entre oportunismo e aventura. As conquistas foram poucas e as derrotas sucessivas. Analisar este processo específico da prática política do MR-8 é fundamental como parte integrante de uma análise mais global da crise de direção por que passam atualmente todas as correntes da esquerda brasileira.

1. A segunda parte deste texto, de autoria de Marco Aurélio Garcia, encontra-se acima em *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979* sob o título “MR-8: Uma história de zigue-zagues. 2 – Os destinos de uma autocrítica” (N.E.).

A derrota sofrida pela classe operária brasileira em 1964 levará o PCB a uma profunda crise quando da convocação do seu VI Congresso. Ao lado da “corrente nacional de luta interna”, tendência liderada por Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros (que viria mais tarde formar o PCBR) iria se constituir outra tendência mais à esquerda, difusamente organizada nos principais estados e de base predominantemente estudantil. Na vanguarda deste processo se encontravam os militantes do Comitê Universitário carioca do PCB, que estavam dispostos a romper publicamente com o partido, e não seguir mais as suas orientações, qualificadas de reformistas. O PCB, controlado pela tendência de Luiz Carlos Prestes, recusava-se a fazer autocrítica da derrota de 1964 e reafirmava a sua linha de buscar alianças com a burguesia nacional visando a conquista de uma etapa “democrática” na luta contra a ditadura militar. A maioria das células universitárias não irá aceitar a linha oficial do partido, partindo para um “racha” nas eleições parlamentares de 1966. Preconizando o voto nulo, em conjunto com a Ação Popular (que na época controlava a UNE) e principalmente com a POLOP, os universitários dissidentes se organizam por fora do partido no Rio de Janeiro e conseguem aliar-se a outros organismos do PCB, também descontentes, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, sem formar, no entanto, uma nova organização nacional.

A conquista das entidades estudantis passa a ser o veículo mais importante para a dissidência carioca questionar a hegemonia da direção do PCB sobre as bases comunistas.

Primeiro, ganhando as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, conseguindo a maioria dos delegados no congresso de reorganização da União Metropolitana dos Estudantes (UME) – a União Estadual dos Estudantes (UEE) carioca – com a chapa liderada

por Daniel Aarão Reis². Conquistam-se também os DCEs da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Universidade Estadual. A Dissidência consegue tornar-se uma força política hegemônica no meio estudantil, desbancando a longa e tradicional influência do “Partidão”, isto já em fins de 1966.

A Dissidência Comunista na Guanabara conquista esta posição em função da proposta de dinamizar as entidades estudantis de massa, até então mantidas pelo PCB e pela AP como “biombos” partidários. A posição de atuar de forma combativa no Movimento Estudantil (ME), a participação ativa na campanha do boicote eleitoral de 1966 por meio do voto nulo, a denúncia dos acordos MEC-USAID³, e a luta política contra a ditadura, serão fatores que reforçarão a influência da UME, DCEs e dos centros acadêmicos junto à massa estudantil, lançando as bases para as jornadas de 1968. O XXIX Congresso da UNE será um palco de confronto da Dissidência Comunista da Guanabara – em conjunto com outras dissidências do PCB de vários estados (SP, RS, RJ) e com a

2. “O voto nulo como a concretização da teoria estudantil de que ‘só devem se aproveitados os instrumentos da ditadura quando eles servirem para enfraquecê-la ou desmoralizá-la’, foi uma das decisões do recente Congresso da União Metropolitana de estudantes, divulgadas ontem pelo seu presidente, Daniel Aarão Reis”. Estudantes da UME decidem pelo voto nulo em Congresso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29/10/1966, p. 3. Daniel Aarão Reis – então estudante do segundo ano da Faculdade Nacional de Direito e também vice-presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o qual era presidido, por sua vez, por Vladimir Palmeira, escolhidos na eleição ocorrida em 16/08/1966 – foi eleito presidente da UME no seu XXIII Congresso, ocorrido de 20 a 27/10/1966 (Congresso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28/10/1966, p. 3) (N.E.).

3. Acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Estabeleciam convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. Em 1976 foi firmado o último desses acordos. Eles tinham como pressuposto uma concepção educacional estritamente vinculada ao desenvolvimento econômico, sem qualquer preocupação humanística ou de outro tipo. Assim, a “assistência técnica” e a “cooperação financeira” para a educação objetivavam reorientar o sistema educacional brasileiro exclusivamente à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional, em especial o dos interesses das grandes corporações norte-americanas. Os acordos MEC-USAID tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira durante a ditadura instaurada pelo Golpe de Estado de 1964 (N.E.).

POLOP – contra a influência da AP, que daí por diante crescentemente será impugnada a nível nacional.

Apesar da sensibilidade em detectar a potencialidade da luta dos estudantes contra a ditadura, a Dissidência será guiada por concepções programáticas e estratégicas bastante genéricas a respeito do caráter capitalista da formação social brasileira, da etapa socialista da revolução, da hegemonia do proletariado na luta de classes e da construção de um partido revolucionário alternativo ao “Partidão”. São teses calcadas no programa da POLOP e marcadas pelos vícios desta, ou seja, dominadas pela visão economicista da política marxista com os inevitáveis maniqueísmos daí decorrentes. É significativo que embora estas teses preconizem a dinamização das entidades estudantis, paradoxalmente esta não vem acompanhada de uma tática de luta contra a escola capitalista e contra o regime, refletindo muito mais as necessidades de luta interna contra o PCB.

Esta dinâmica continuará durante o ano de 1967, gerando uma crise na Dissidência. Por não elaborar uma proposta alternativa para os militantes, além da ação universitária (muitos já tinham se formado), e por indefinição quanto aos rumos de qual partido revolucionário que se quer construir, a Dissidência começa a sofrer a ação de forças centrífugas. Por um lado, há a perspectiva levantada pela “corrente nacional” do PCB de ganhar o VI Congresso (o que não acontecerá) e, por outro, há o chamamento para a constituição da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) proposta pela POLOP e que já tinha ganhado os comunistas gaúchos que saíram do PCB. Começa a surgir também o “foquismo” inspirado nas teses de Debray (*Revolução na Revolução*) que destaca o papel do foco guerrilheiro como forma de luta imediata contra os regimes latino-americanos.

A Conferência que a Dissidência realiza em dezembro de 1967 coroa a crise. São expulsos os militantes que simpatizavam com a “corrente” e os “foquistas”, apesar de participarem da reunião, saem logo depois. A Confe-

rência avança pouco quanto à linha política geral da organização: Se aceita participar da FER com reservas quanto aos critérios de adesão e quanto ao propagandismo da POLOP. A linha adotada é de reforçar as lutas políticas de massas contra a ditadura e a realização de frentes táticas de esquerda, contrariando a ideia original da POLOP, que via a FER como etapa para construir um partido operário. Inicia-se também um processo de autossuficiência da Dissidência em termos de construir um partido revolucionário.

AS JORNADAS DE 1968 E A “PASSEATA DOS 100 MIL”

O pano de fundo das jornadas estudantis de 1968 no Rio de Janeiro, onde a Dissidência se destaca como liderança, especialmente concentrada na pessoa de Vladimir “Pipico” Palmeira, é determinado pela mobilização da juventude estudantil radicalizada, descontente com a ditadura militar e com a falta de perspectivas da escola capitalista. A “primavera dos povos” e o ascenso da revolução mundial em 1968 (o maio francês, a ofensiva militar do Vietcong, a revolução antiburocrática na Tchecoslováquia) serão referências, embora distantes, mas nem por isso menos importantes, na composição do perfil ideológico da vanguarda estudantil.

Os métodos de luta tendem para o extraparlamentarismo, para as ações combativas de massas, as passeatas e os comícios de rua. A juventude descontente com o PCB como via revolucionária e recusando qualquer composição com a oposição democrático-burguesa (os antigos partidos já tinham sido dissolvidos pela ditadura e substituídos pela ARENA e pelo MDB⁴), tentará levar suas palavras de ordem às ruas. A crise

4. A Aliança Nacional Renovadora (ARENA) – partido de apoio à ditadura, fundado em 4 de abril de 1966 – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de alegada oposição ao governo, fundado em 24 de março de 1966 – foram criados dentro do sistema do bipartidarismo instaurado no país pela ditadura após a extinção dos partidos existentes em 1965. A ARENA desapareceu em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. Já o MDB transformou-se, em janeiro de 1980, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), recobrando em 2017 a denominação da época da ditadura (N.E.).

política nacional caminhava a largos passos e o movimento operário já começava a se recompor em torno do Movimento Intersindical Antiarrocho – MIA⁵. O 1º de Maio na Praça da Sé torna-se violento e eclodem mais tarde as greves de Contagem e Osasco com o fruto de uma lenta articulação da vanguarda operária desde o golpe militar.

O reconhecimento, nesta conjuntura, da importância do ME como “vanguarda tática” na luta contra a ditadura, sem esperar e nem substituir os trabalhadores, foi uma das contribuições da Dissidência carioca, ao lado de outras concepções mais elaboradas, como a da “Universidade Crítica” feita pelo POC (a ex-POLOP associada com a Dissidência do Rio Grande do Sul). No entanto, foi um reconhecimento empírico, praticamente inconsciente, espontâneo, incapaz de germinar uma tática adequada. A Dissidência questiona o populismo da AP e o reformismo do PCB sem apresentar alternativas de mobilização política. A estratégia socialista era calcada mecanicamente numa certa concepção no movimento espontâneo das massas.

A eleição de Vladimir Palmeira para a presidência da UME, numa chapa em que participavam Franklin Martins, Cid Queiroz Benjamin, o autor deste artigo e outros⁶, será um fator de dinamização da organização.

5. A violenta perseguição movida pela ditadura contra o movimento sindical, com massivas cassações de direções sindicais, instalação de dirigentes sindicais afinados com os golpistas, desvirtuamento das finalidades das entidades sindicais, a eliminação de direitos trabalhistas e tomada de medidas econômicas de compressão salarial levaram o movimento sindical a uma situação difícil. No entanto, logo surgiram diversas iniciativas, mesmo que tímidas, como a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, o Comitê Intersindical Antiarrocho, em Minas Gerais, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo. Neste último caso, o MIA, que paradoxalmente reunia também em seu interior pelegos pressionados pelas suas bases insatisfeitas com a política salarial da ditadura, teve forças ao seu lado, como as oposições sindicais de Osasco e São Paulo, que o fizeram destacar-se. O surgimento desses dois núcleos de Oposição Sindical começou a desequilibrar a hegemonia dos interventores e demais pelegos instalados nas cúpulas sindicais. No entanto, com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, momentaneamente o movimento sindical se viu mais uma vez tolhido pelas forças da ditadura (N.E.).

6. No dia 17/09/1967, “em ponto indeterminado do Rio”, realizou-se o XXIV Congresso da UME, onde se escolheu uma nova direção para a entidade, com Vladimir Palmeira na presidência e Franklin Martins como vice. O congresso contou com a presença de 130 delegados, representando “38 Faculdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara e da PUC”. No dia 26/08/1967, em um comício relâmpago, em frente à antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo, Vladimir Palmeira tomou posse no cargo de presidente (cf. Congresso da UME decide: dia 27 é de repúdio ao FMI. *Correio da Manhã*, 19/09/1967, p. 15; UME realizou congresso proibido. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19/09/1967, p. 6 (2º Caderno); Presidente da UME toma posse na rua e critica governo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/09/1967, p. 7) (N.E.).

Ao lado da direção formalmente eleita para a organização, na prática, a diretoria da UME atuará como a sua direção efetiva, lançando palavras de ordem, mobilizando militantes, organizando novas bases etc. Vladimir Palmeira começa a chamar a atenção para a importância das palavras de ordem democráticas e anti-imperialistas inseridas numa estratégia anticapitalista, mas não conta com apoio significativo entre os militantes da Dissidência e no próprio movimento estudantil, em geral.

As campanhas de lutas por mais verbas e vagas na Universidade, a luta contra os acordos MEC-USAID, a campanha do restaurante estudantil do Calabouço, embora sejam reivindicações restritas ao âmbito estudantil, a dinâmica aí iniciada ultrapassa os limites da luta reivindicatória e atinge o patamar de luta política geral. A morte do estudante Edson Luís, em frente ao restaurante do Calabouço, pela repressão mobiliza a população carioca em grandes comícios de rua⁷. A partir daí sucede-se uma série de passeatas convocadas pelas lideranças estudantis onde eclodem vários combates de rua. A rua passa a ser do movimento estudantil, a população dá pleno apoio e barricadas e autodefesas são organizadas

7. O Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, foi, durante as décadas de 1950 e 60, um restaurante estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda no Rio de Janeiro. Inaugurado em 1951 na antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo foi transferido no ano seguinte para a Avenida Infante Dom Henrique, para um prédio que fora construído para uma exposição agrícola. Acreditava-se que este prédio havia sido construído no mesmo local em que havia uma prisão de escravos, daí o apelido de Calabouço. Logo depois do golpe de Estado de 1964 o restaurante ficou fechado por três meses. Quando reabriu, ficou sob o controle dos militares, mas a policlínica que ali funcionava foi definitivamente fechada e o acesso ao público passou a ser controlado, mas os estudantes passaram a disputar com os golpistas a gestão do espaço, sobretudo no que se refere aos cursos ali oferecidos aos alunos. Em 1967, o governo do Estado da Guanabara anunciou, sob o pretexto de urbanizar a região, a demolição do Complexo do Calabouço, mas propôs que o restaurante fosse reconstruído na Avenida General Justo, esquina com Rua Santa Luzia. Mesmo não concluído, o novo prédio foi reaberto em outubro de 1967. Em 28 de março de 1968, os estudantes do Rio de Janeiro organizaram uma passeata-relâmpago para protestar contra o aumento dos preços das refeições. A polícia resolveu dispersar o protesto e invadiu o restaurante, atirando contra os estudantes. O secundarista Edson Luís Lima Souto (1950-1968) foi morto ali com um tiro a queima roupa, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 79-80. Após o assassinato de Edson Luís, o Calabouço foi definitivamente fechado pela ditadura. Em 28 de março de 2008, para lembrar os quarenta anos do assassinato de Edson Luís, foi inaugurada uma estátua em sua homenagem na Praça Ana Amélia (entre a Avenida Churchill e a Rua Santa Luzia). Ver DINIZ, Josué Alves. *O cerco das trevas: Calabouço – 1968*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988; SARDINHA, Geraldo Jorge. *Calabouço: Rebelião dos estudantes contra a ditadura civil-militar em 1968*. São Paulo: Ed. do Autor, 2016 (N.E.).

pelos estudantes para bloquear a repressão. A “Passeata dos 100 mil” – denominação dada pela imprensa em função do número de manifestantes – será a maior mobilização de massas antitadura até então. Uma comissão popular, eleita na manifestação, irá a Brasília negociar com o então presidente, general Costa e Silva, a libertação dos presos políticos e o atendimento de muitas reivindicações populares.

A Dissidência é pega de surpresa pelos acontecimentos e passa a encará-los com euforia. Interpreta as mobilizações como um ascenso contínuo das lutas. Os seus quadros não se dão conta de que a classe operária, com exceção de manifestações mais localizadas em São Paulo, era ainda um elemento ausente na política nacional. Recusam as reivindicações democráticas, tão importantes nas mobilizações de 1968 – na realidade, o principal fator inconsciente de mobilização das massas e dinamizador da luta de classes – sob a alegação de que eram reformistas. O ultraesquerdismo começa a nascer como ação política imediata.

Alguns acontecimentos cômicos ilustram a ausência de pés na terra. Enquanto era procurado pela polícia, Vladimir Palmeira ia ao DOPS discutir as condições para um salvo-conduto (o que não foi aceito por Vladimir) ou então se encontrava com o ministro Andreazza para sondagens políticas. Estes fatos em si não significam grande coisa, mas em conjunto com o destaque e projeção dos quadros da Dissidência no movimento de massas, criaram uma falsa expectativa, uma ilusão de um “poder” que efetivamente não tinham enquanto pequena organização de estudantes, limitada ao estado da Guanabara.

O ENDURECIMENTO DA DITADURA E A ADESÃO À LUTA ARMADA

A Dissidência era na realidade uma organização comunista de estudantes que rompia empiricamente com o PCB. Mas neste processo ficou

no meio do caminho. Sem grandes referências do marxismo revolucionário, acabará sendo polarizada pela virada ultraesquerdista da vanguarda, onde já estavam em curso as ações armadas desencadeadas pela ALN de Marighella ou as expropriações feitas pela VPR com vistas a desencadear a “guerra revolucionária”.

O endurecimento do regime, que levará ao desbaratamento do XXX Congresso da UNE em Ibiúna e ao fechamento do Congresso Nacional com a edição do Ato Institucional nº 5, tem como contrapartida a eclosão da luta armada pela maioria das organizações de esquerda. A Conferência realizada pela Dissidência em princípios de 1969 incorpora a tática de mobilizar o proletariado por meio das ações armadas exemplares. Considera-se que as únicas organizações revolucionárias são as que desencadeiam a luta armada. A Conferência tira em suas resoluções a tarefa da organização se proletarizar com o deslocamento de militantes para os subúrbios e para a realização de panfletagens nas portas de fábricas. Negam-se os sindicatos e a luta sindical, aos quais opõe a organização de grupos clandestinos de operários, geralmente para dar apoio às ações da vanguarda.

O refluxo do movimento de massas, generalizado em 1969, será desprezado pela organização. Num jornalzinho operário chamado *Luta Operária* preconiza-se a ideia de que “se em 1968 as lutas de classes foram elevadas, em 1969 serão mais ainda”. Depura-se a organização dos militantes “frouxos”, isto é, dos que não se enquadravam nas aptidões de guerrilheiros urbanos. Militarizam-se todos os militantes.

Cabe destacar que esta posição não vingou sem reações. O autor deste artigo e mais uma série de militantes, quase todos da área operária, e, portanto, sensíveis ao estado de ânimo das massas, preconizavam o oposto. Considerávamos que a conjuntura refluía, que o capitalismo se expandia e que não estava em crise, sendo, portanto, necessário reforçar a organização independente dos trabalhadores nos locais de trabalho, os

comitês de empresas, como forma da classe reagir à exploração. Já nesta época incorporávamos em nossos textos o caráter permanente da revolução socialista no Brasil, o que implicava a fusão das lutas democráticas com a luta anticapitalista geral. Procurávamos uma opção também socialista, antiburocrática e anti-stalinista.

A organização abandona progressivamente as organizações de massa, principalmente as entidades estudantis. Elabora um jornal para as classes médias, o *Resistência*, e outro para o movimento operário, mas, em geral, estes não davam orientações e nem estavam inseridos nos problemas imediatos dos trabalhadores. A organização se isola e passa a existir praticamente em torno da luta armada e do círculo vicioso de fazer expropriações para manter-se e vai por aí sucessivamente. A Oposição Leninista, reduzida a alguns militantes, (muitos que faziam oposição já tinham abandonado a organização) rompe e adere ao POC.

É neste quadro que a Dissidência estreita relações com as organizações da luta armada, a VAR-Palmares, a VPR e a ALN. O seu caráter regional e suas ações localizadas ainda não tinham atraído a mão de ferro da repressão.

A Dissidência tenta um lance ousado de repercussão nacional. Planeja e executa em colaboração com a ALN o sequestro do embaixador norte-americano com o objetivo de libertar 15 presos políticos, especialmente Vladimir Palmeira, preso desde o Congresso de Ibiúna. Nasce assim o MR-8, denominação feita em homenagem ao dia da morte de Che Guevara.

COLINA: UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA AO REFORMISMO?

SUCURSAL MINEIRA DE *EM TEMPO*

Um dos componentes fundamentais no processo de formação da VAR-Palmares, em meados de 1969, é o Comando de Libertação Nacional – (COLINA), denominação que se deram os dissidentes da POPOP, após o Quarto Congresso desta organização, em 1967. A junção do COLINA com outros grupos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, somados à Vanguarda Popular Revolucionária, com base em São Paulo, permitiu a constituição de uma das mais vigorosas organizações revolucionárias dos anos 1960, responsável, inclusive, pela sensacional “Ação Grande”, como foi conhecida a expropriação do cofre em cujo interior se encontravam dois milhões e meio de dólares pertencentes à caixinha do ex-governador Adhemar de Barros¹.

Nossos companheiros da sucursal mineira², com exclusividade, ouviram cinco ex-militantes do COLINA, recolhendo seus depoimentos para esta *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*.

1. Ver o capítulo “VAR-Palmares: A ação mais espetacular da esquerda armada – O cofre do ‘Dr. Rui’”, p. 241.

2. Não foi possível identificar a exata autoria deste texto. De acordo com o último expediente de *Em Tempo* no qual eram identificados os componentes de suas sucursais (n. 91, de 22-28/11/1979, p. 15), eis os integrantes da sucursal de Belo Horizonte: Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélío Santos, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ronaldo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista Mares Guia, Marisa, Araújo, Amarildo (N.E.).

Em um registro histórico vulgar, o COLINA, organização de vida efêmera que provém da POLOP e que acabará por se fundir à Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, seria catalogado como mais um dos grupos que foram tragados pelo turbilhão das ideias militaristas no final dos anos 1960. Neste caso, embora o registro seja verdadeiro, ele omite o mais importante: a trajetória particular de um agrupamento de jovens revolucionários cujo ponto de partida é a insatisfação com a prática política oferecida pela POLOP como alternativa ao reformismo. Insatisfação que envolve desde o questionamento do programa, da relação vivida com a política e com as massas até uma desesperada preocupação de pensar a doutrina marxista-leninista para a realidade social brasileira.

O foquismo, com o enorme poder de atração e convencimento que desfrutava no continente por então, foi abraçado como resposta a estas inquietações. E isso decerto pôde ocorrer por causa da parcialidade, da insuficiência e do círculo ainda confuso em que gravitavam as críticas ao doutrinário da POLOP.

É talvez aí, mais nas inquietações do que propriamente nas respostas políticas que acabaram se impondo, esteja a linha maior de continuidade entre esta experiência e a gestação de uma política revolucionária hoje em curso no Brasil. Por expressar essa busca é que a história do COLINA merece ser recontada, não apenas como memória, mas como contribuição para a atualidade.

DA CRÍTICA DA POLOP À CISÃO

Ao contrário da maioria das organizações militaristas do período que tiveram origem nos partidos reformistas e cuja adesão às armas significou o gesto de recusa à política de conciliação de classes praticada por elas, o COLINA remonta as suas origens a uma organização que pretendia ser justamente uma alternativa socialista ao reformismo, à Política Ope-

rária. O perfil desta organização e os seus impasses vão contribuir para que a trajetória do COLINA até o foquismo se dê por um caminho original, particular e, mais ainda, que sua prática combine traços do foquismo com a aspiração de se ligar aos movimentos de massa.

Vai ser justamente nos silêncios da POLOP – a ausência, por exemplo, de uma tática de intervenção na luta política do país que se vinculava à dificuldade em desenvolver uma linha de massas – é que vai crescer a dissidência que acabaria dando origem ao COLINA. Dissidência de peso dentro da POLOP, já que oporia à direção nacional a esmagadora maioria dos membros da seção mais forte da organização, a seção de Minas Gerais, que contava com cerca de cem militantes organizados.

Desde 1965 começam a ganhar corpo as críticas à linha geral da POLOP e os atritos com a direção nacional. Em um primeiro momento, o grupo de Minas Gerais centra a sua crítica no fato de a POLOP ser um amontoado de atividades específicas, reivindicatórias, sem apontar uma perspectiva globalizadora para a questão do poder. Criticava ainda o fato de a POLOP pretender preencher esta lacuna se utilizando de palavras de ordem educativas para as massas, de longo prazo, doutrinárias. Como alternativa, o secretariado de Minas Gerais, com o apoio da maioria dos militantes do estado, propunha a palavra de ordem da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana como forma de engajamento na luta democrática de resistência à ditadura militar que se operava no período.

A PRESSÃO DAS ARMAS

Em um segundo momento, começam a predominar as questões relativas ao encaminhamento da luta armada. O programa da POLOP já continha a colocação da proposta do foco armado, mas como a perspectiva da organização se colocava no sentido insurrecionalista clássico, o

papel deste era redimensionado: o foco serviria como elemento de pressão da classe operária até o momento da insurreição, como caixa de ressonância de suas lutas. Este item programático tinha, no entanto, um sentido mais formal do que prático e servia como elemento justificador perante as pressões vindas das bases no sentido do encaminhamento da luta armada. A POLOP mantinha um “setor militar” absolutamente sigiloso e inoperante (mais tarde tornou-se do conhecimento dos militantes que este setor era composto de apenas dois militantes). A aspiração pelo encaminhamento imediato da luta armada acabou por prevalecer nos quadros mineiros respondendo a uma aspiração de dar à organização um sentido mais de combate em uma conjuntura que se acreditava de ofensiva do movimento de massas.

Esta questão se ligava a outras, a crítica da estrutura partidária de moldes leninistas e a busca de novos métodos de trabalho e relacionamento com os movimentos de massa. O referencial da POLOP, no esforço de retomar o marxismo revolucionário, era a defesa do leninismo clássico. O “*debrayismo*”, com a sua visão da inadequação do partido como instrumento revolucionário, acabou por galvanizar as insatisfações dos militantes mineiros descontentes com a experiência que praticavam.

É interessante constatar que a polêmica que se travou entre a direção nacional e o setor mineiro incidia ou resvalava sobre pontos que se colocavam diante de uma esquerda nova, sequiosa de encontrar o veio de uma política revolucionária: a combinação do objetivo socialista com a intervenção democrática, a insatisfação aguda com os métodos tradicionais de fazer política identificados naturalmente com a prática dos partidos tradicionais de esquerda. Não estavam dadas ainda as condições ótimas para a superação dos impasses. O círculo ainda confuso do debate, a ausência de um movimento operário-popular em ascensão, tudo conspirava para que o foquismo absorvesse as dúvidas e as inquietações. Do *front* doutrinário passou-se ao *front* das armas: a concepção de van-

guarda e o relacionamento com as classes populares permaneceram autoritários e substitutivos da ação e iniciativa dos movimentos de massa.

NASCE O COLINA

Todo este processo de divergências culminou no Quarto Congresso da POLOP realizado em setembro de 1967 em São Paulo, quando se verificou a cisão. A direção nacional, majoritária por uma pequena margem de votos e em um processo confuso de votação, não conseguiu restaurar a sua hegemonia: além da quase totalidade da seção mineira saem da POLOP parcelas da organização em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O nome Comando de Libertação Nacional emprestado à nova organização dá bem uma indicação do rumo político que seria trilhado. Já antes do Congresso da cisão era notável a fermentação das ideias foquistas, exacerbadas com a divulgação do livro “*Revolução na Revolução?*” de Régis Debray e pelas teses aprovadas na I Conferência da OLAS (uma espécie de intercontinental latino-americana organizada por Cuba, e que teve uma vida muito curta).

À cisão seguiu-se um processo intenso de debates visando encaminhar uma conferência para estabelecer um comando, definir um programa, clarear a linha política e preparar os documentos básicos de formação e propaganda. Já a partir de janeiro e fevereiro de 1968 se editou a revista da organização: *América Latina*.

Na Conferência realizada em maio de 1968 uma posição minoritária tentou apontar um caminho alternativo ao foquismo, mas foi prejudicada pela elaboração insuficiente de suas propostas: argumentava que o momento não era ainda o da deflagração da luta armada e defendia a necessidade do trabalho político com base em propostas de luta democrática. No entanto, o documento “Concepção de luta armada”, aprovado na Conferência, já refletia a visão tradicional do “foco”, com a incorporação

dos camponeses à luta armada, formando colunas até a composição de uma corporação mais regular (o “Exército Popular”). Uma inovação: a definição de áreas auxiliares onde seriam levadas a efeito “guerrilhas irregulares” para dispersar as forças do inimigo e fornecer o máximo apoio à luta do foco tido como estratégico.

LUTA ARMADA E LUTA DE MASSAS

Ainda que o COLINA desse prioridade ao setor propriamente militar, a sua estrutura e alocação de quadros se diferenciava nitidamente de outras organizações militaristas do período, como a ALN, que praticamente retirou todos os seus quadros e principais lideranças dos movimentos de massa. O COLINA manteve uma coordenação operária e uma coordenação estudantil que disputava com a Ação Popular a hegemonia no movimento estudantil mineiro.

Quanto ao setor militar, ele se estruturava assim: o setor de expropriação visando arrecadar fundos para montagem do foco; setor rural encarregado de levantar e preparar áreas; setor de inteligência e sabotagem encarregado inicialmente de formar uma estrutura clandestina, elaborar um serviço rudimentar de informações e pesquisar questões técnicas ligadas a armamentos.

A preocupação em não se deslocar o trabalho militar do movimento de massas, além da manutenção das frentes de massa, aparece na própria escolha das ações armadas. As mais importantes vão ser justamente aquelas que procuram se inserir no contexto de movimentos de massa, como os atentados contra o interventor no sindicato e contra o delegado regional do Trabalho³.

No segundo semestre de 1968, militantes dos Comandos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ainda sem vínculos orgânicos, se reú-

3. Ver adiante “A Propaganda Armada”, p. 303.

nem e decidem estreitar os laços. Já nesta ocasião, Minas Gerais e Rio de Janeiro se vinculam organizadamente, formando a Organização Político Militar (OPM).

No início de 1969 tem lugar uma série de quedas com desmantelamento quase completo do setor militar em Minas Gerais e também com o assassinato de alguns militantes⁴. Os quadros ligados à ação armada que sobreviveram tiveram de se deslocar para outros estados, dinamizando finalmente os preparativos para a frustrada fusão com a VPR no segundo semestre de 1969 que daria origem à VAR-Palmares.

A PROPAGANDA ARMADA

Às três horas da madrugada de um dia de outubro de 1968, o interventor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, Humberto da Silva Porto, acordava com uma forte explosão nos bordos do muro da casa que residia. Assustado, ele imediatamente procurou auxílio por telefone junto ao delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana Sousa. Mas recebeu como resposta apenas um lacônico “eu também”. Nos panfletos espalhados nos arredores das duas casas, uma organização reivindicava as ações tidas como de solidariedade aos operários metalúrgicos de Contagem e aos bancários duramente reprimidos em suas greves: o COLINA⁵.

Foi a primeira ação militar assumida publicamente pelo COLINA. Isto porque ela tinha objetivos políticos em si mesma. Indicar ao movimento operário outras formas de resistência em um estímulo

4. Ver adiante, em seguida, “Dois Mártires”, p. 305.

5. Interventor e delegado do Trabalho em Belo Horizonte sofrem atentados a bomba. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19/10/1968, p. 4 (N.E.).

moral a um movimento que se acreditava entrar em um refluxo e demonstrar, por outro lado, a vulnerabilidade de quem simbolizava localmente a repressão às greves. Ação excepcional para uma organização cujas ações armadas visavam geralmente o financiamento da implantação do “foco”. Os atentados haviam sido decididos e assumidos pelo setor de expropriação sem que a direção da organização soubesse. Não houve tempo para consulta à direção, pois para causar os efeitos políticos desejados era necessário que os atentados se dessem num prazo curto. E também os preparativos não demandaram a armação de um esquema complexo: os artefatos, de constituição simples (invólucro de ferro fundido, pólvora e dispositivo de detonação e retardo, baseado na reação de ácido sulfúrico e cloreto de potássio) foram deixados por dois carros, ocupados, cada um por um militante para a colocação do explosivo, e um outro armado, para a cobertura da ação, e um terceiro como chofer.

No mesmo plano e com os mesmos objetivos programou-se a expropriação de uma agência bancária do Banco do Brasil, na Cidade Industrial. A ação de expropriação, também assumida publicamente, foi feita com a utilização de um carro e alguns militantes com armas de defesa pessoal e apenas um com arma automática. Contrastando com o pesado policiamento ostensivo existente na região, a agência não estava guardada. O assalto ocorreu sem maiores problemas: o carro estacionou em frente ao local, o grupo armado desceu e enquanto alguns militantes instruíam os funcionários para se manter calmos e distanciados, outros recolham os fundos da agência e espalhavam panfletos no local. Transcorridos apenas três minutos, o grupo já empreendia a fuga por uma rota pré-estabelecida, abandonando-se o carro e refugiando-se em uma casa especialmente preparada para este fim.

Frases soltas de solidariedade

A grande imprensa praticamente “abafou” as ações, limitando-se a anunciar o fato, mencionando uma ou outra frase de panfletos distribuídos nos principais jornais, mas, sobretudo, condenando as ações. No meio operário, alguns militantes da organização perceberam alguma manifestação individual de simpatia. Pequenas frases captadas em conversas informais.

Se, por um lado, estas ações revelavam uma preocupação do COLINA com a ligação ao movimento de massas, por outro lado seu aspecto excepcional e sua falta de continuidade revelavam, também, que a organização mantinha uma dinâmica própria predominante e pré-determinada – a montagem de um foco ou coluna guerrilheira no campo. A própria atuação posterior do setor de expropriações vem confirmar isto: voltando à continuidade de suas tarefas, passa a planejar ações de maior complexidade operacional, como a expropriação simultânea de duas agências bancárias na cidade de Sabará.

DOIS MÁRTIRES

Sem contar com uma estrutura clandestina mais complexa, o COLINA foi alvo fácil de repressão, sofrendo uma série de quedas sucessivas.

Dois dos militantes da organização vieram a falecer nos cárceres, vítimas de torturas. Ambos eram de origem militar e pertenciam à chamada “comissão militar” da POLOP. O militante João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, assassinado na Delegacia de Furtos e Roubos da Lagoinha, em Belo Horizonte, o que foi comprovado com fotos, inclusive pela família e pelo seu advogado. Era delegado responsável na época um indivíduo chamado Lara Resende. O ou-

tro militante, Severino Viana, ex-sargento da PM foi assassinado no Rio de Janeiro depois de ter sido preso em uma área de camponeses, na qual se planejava fazer “guerrilha irregular”, uma das formas previstas de apoio ao foco estratégico⁶.

6. João Lucas Alves (1935-1969), militar preso em 08/11/1968 no Rio de Janeiro, foi transferido em fevereiro de 1969 para Belo Horizonte onde, sob tortura, foi assassinado pela repressão, a qual buscou mascarar o crime sob a alegação de suicídio. Severino Viana Colou (1930-1969), militar, preso em 1969, foi, como Alves, assassinado sob tortura e teve também no suicídio a falsa alegação da repressão da ditadura para o homicídio. Para maiores detalhes sobre ambos ver BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 92-93 e p. 95-96, respectivamente (N.E.).

O TROTSKISMO NO BRASIL: DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA ÀS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES MARIO PEDROSA E HERMINIO SACCHETTA

HUMBERTO BELVEDERE FILHO

O trotskismo no Brasil tem sua história desconhecida para a maioria dos militantes do movimento operário e do socialismo. A contrarrevolução stalinista na URSS e a reação imperialista mundial durante muitos anos tentaram sufocar o movimento trotskista, que reivindica as tradições revolucionárias do marxismo e do internacionalismo proletário. Entretanto, a partir da década de 1960 o trotskismo no mundo e no Brasil tem um novo impulso devido à exacerbação combinada da crise do capitalismo e do stalinismo, assim como pelo avanço da revolução permanente nos países capitalistas atrasados. Atualmente conquista parcelas crescentes da vanguarda operária e da juventude para as ideias de Marx, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Mas nos anos em que atuou como uma “contracorrente” no movimento operário, lutando contra o capitalismo e contra as organizações operárias degeneradas, o trotskismo foi caluniado como “contrarrevolucionário” e circunscrito a “intelectuais pequeno-burgueses”. A falsificação stalinista da história do movimento operário brasileiro sempre procurou apresentar o trotskismo como uma coisa insignificante e como obra de “sectários”. No entanto, o trotskismo foi uma das principais correntes do movimento operário na década de 1930, foi eclipsado da década de 1950 e atualmente é um dos setores mais significativos da esquerda

revolucionária brasileira. Discutir a memória histórica desse movimento, narrada pelos seus principais protagonistas, é uma das formas de extrairmos algumas lições para o futuro do socialismo no Brasil. Além do que é uma introdução necessária para se entender, nos próximos capítulos da série, a trajetória das organizações trotskistas brasileiras a partir do início dos anos 1960.

MARIO PEDROSA: “A MINHA LUTA CONTRA O CAPITALISMO É VISCERAL... NELE NÃO HÁ PROGRESSO NENHUM, HÁ A BARBÁRIE”¹

Vamos voltar um pouco no tempo. Quando é que começa a repercutir, aqui no Brasil, a cisão Trotsky-Stalin que se processava na URSS?

O movimento trotskista nasceu justamente dessa cisão. Eu estava na Alemanha a caminho da Rússia, em 1927.

Você saiu daqui como dissidente?

Não. Eu saí daqui como membro do Partido Comunista, com uma carta do Astrojildo Pereira para ir à Rússia estudar na Escola Leninista. Eu estava na Alemanha em contato com o Partido Comunista Alemão e não pude seguir viagem por causa do inverno muito rigoroso. Fiquei então numa célula do partido esperando a primavera. Pouco depois, veio o décimo aniversário da Revolução Russa e o Congresso no qual a Oposição foi esmagada. Zinoviev havia rompido com a “troika” e se juntado a Trotsky. Muita gente condenou essa fusão dos dois por considerá-la muito oportunista. Mas embora esmagada no Congresso, a Oposição tinha

1. Mario Pedrosa foi um dos fundadores da Oposição Internacional de Esquerda no Brasil e estava na Europa por ocasião do debate da fundação da IV Internacional. Este depoimento é continuação de uma longa entrevista concedida a Ottaviano De Fiore, Aluísio Monteiro e Fábio Munhoz para o *Em Tempo* e que já foi publicada parcialmente na edição n. 94 [O internacionalismo e a Internacional hoje: Mario Pedrosa. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 94, 13-19/12/1979, p. 12.].

um grande sucesso de rua como o demonstravam os aplausos recebidos por Trotski nas comemorações do 10º aniversário.

Quando Trotsky foi mandado para Prinkipo, em 1929, foi um grande choque para todo mundo. Nessa ocasião eu recebi os documentos e a plataforma da Oposição e me posicionei ao lado dela. Logo depois mandei os documentos da Oposição para cá. Havia um movimento de oposição nascente no partido aqui: Lívio Xavier, Wenceslau Escobar de Azambuja e Rodolfo Coutinho – que era a figura central, pois tinha estado na Rússia em 1924-1927. Depois veio a oposição do Joaquim Barbosa, um operário líder sindical e que não concordava com a política sindical do partido. Nessa época, a palavra de ordem do partido em qualquer greve era sempre “libertação de Thälmann”². Imagine: os operários tinham de gritar isso. A oposição do Barboza achava isso um absurdo e por isso começou a criticar o partido. Mas ele acabou não se juntando a nós.

Onde a Oposição de Esquerda aqui no Brasil teve mais força?

No início mais aqui no Rio de Janeiro, porque tínhamos mais contato com o Partido. O Coutinho era do Comitê Central. Mas depois fomos crescendo também em São Paulo e em 1929 chegamos a editar um jornal que representava o lançamento oficial da Oposição aqui no Brasil: *A Luta de Classe*. O grupo era pequeno e as dificuldades eram muitas. Ele era editado no Rio de Janeiro. Mas depois da Revolução de 1930 fomos quase todos para São Paulo e aqui ficou apenas um grupo de velhos operários³.

2. Aqui Mario Pedrosa comete um anacronismo. Isto, de fato, ocorreu no Brasil, mas mais tarde, após a prisão do secretário-geral do Partido Comunista Alemão Ernst Thälmann (1886-1944) em 3 de março de 1933, após a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha (N.E.).

3. Para um exame detalhado das raízes e primórdios do trotskismo no Brasil, ver: MARQUES Neto, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Para os interessados na trajetória política de Mario Pedrosa ver: KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô! Mario Pedrosa e a política*. Cotia; São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Perseu Abramo, 2017. Para aqueles interessados na trajetória de Pedrosa como crítico das artes, ver ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Mario Pedrosa: Itinerário crítico*. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004 (N.E.).

E em qual setor do movimento operário a Oposição de Esquerda tinha mais influência?

No Rio entre os gráficos. Em São Paulo também entre os gráficos e depois com a fundação dos sindicatos oficiais, através da Federação dos Sindicatos onde nós representávamos a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). Conseguimos ter influência em várias categorias: marceneiros, metalúrgicos, comerciários, tecelões. Nessa época, ocorreram vários episódios engraçados. Nós acreditávamos ainda na possibilidade de regeneração do PCB e, quando veio a época das eleições, nós propúnhamos o lançamento de candidaturas conjuntas com o PCB. Nós não podíamos ter candidatos se o PCB não apresentasse candidatos. Eu me lembro de um dia em que nós da UTG fomos levar nosso apoio aos dois candidatos a deputado do PCB, na Light em São Paulo. Fomos muito bem recebidos até que falamos que tínhamos ido ali em nome da Oposição Internacional de Esquerda. Então eles nos jogaram escada abaixo. Esse tipo de situação aconteceu várias vezes.

Os stalinistas repetiram este mesmo comportamento na luta contra o integralismo?

Eles foram obrigados a fazer uma frente única para derrubar os integralistas espalhados na Praça da Sé em 7 de outubro de 1934. Aceitaram porque fizemos várias tentativas: tínhamos organizado uma frente única antifascista com o Partido Socialista e com uma série de movimentos sindicais. Naquele tempo os sindicatos gráficos agrupavam os jornalistas. Eu representava a UTG na Federação de São Paulo. Nós fizemos a frente única antifascista e conseguimos armar a luta contra os integralistas, mas nas várias vezes em que eles, os stalinistas, prometeram participar do movimento, acabavam desistindo. O PCB não queria saber de fazer reunião para isso. Na Praça da Sé, o Edifício Santa Helena era um reduto de sindicatos e os integralistas resolveram fazer uma manifestação lá e o PCB acabou tendo que assinar um documento contra, em conjunto conosco, os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista. Foi a única vez que conseguimos uma frente com os comunistas.

Era no Edifício Santa Helena, na Praça da Sé, que se sustentava a nossa frente única antifascista. Nós éramos legais, o Partido Socialista era legal e a Federação Sindical e alguns sindicatos livres. O PCB nunca aceitou fazer parte dessa frente única antifascista porque eles não podiam aceitar a crítica trotskista à política comunista antinazista que fez a derrota da Alemanha. Então fizemos nós todo o movimento antifascista aqui. Publicamos um jornal semanal: *O Homem Livre*. No 1º de Maio de 1934 eu lancei a ideia da IV Internacional, que foi muito difícil para nós, mas acabou sendo realizado na rua, no Parque D. Pedro.

Você sai daqui em 1937 e, quando você voltou, como é que estava a situação do pessoal da IV Internacional aqui?

Eu saí em 1937 pela segunda vez e voltei em 1945. O grupo da IV Internacional estava liderado pelo Sacchetta. Eu cheguei aqui para fazer um partido socialista independente.

Chegando aqui você se integrou no grupo “Vanguarda Socialista”. O velho grupo do Sacchetta estava no trotskismo ortodoxo e a “Vanguarda Socialista” estava no revisionismo do trotskismo. Qual era a relação entre os dois grupos?

Nenhuma. Eu acho que eles me criticavam e eu também andei criticando eles.

Por que o trotskismo ainda revive? Como se explica essa tendência a se fracionar?

Hoje é uma caricatura do trotskismo, existem vários grupos. O meu trotskismo foi uma luta contra o oportunismo, não só o oportunismo stalinista, mas a falta de princípios, a falta de ética, de pudor revolucionário que sempre existiu. Então, naturalmente nós nos opúnhamos a tudo, à União Soviética em plena vitória do planejamento e dos planos quinquenais. Uma loucura; precisava ter muita força. Havia uma luta em busca da

pureza, por isso havia muito erro de tática, de sectarismo no movimento trotskista. Eu fui sectário, porque todos nós fomos muito doutrinários, porque nós vivíamos lutando pela pureza da doutrina. Eu nunca fui um sectário por natureza, eu sou um “liberal putrefato”, como se diz.

Como você veria a criação de um partido socialista hoje no Brasil?

É difícil fazer um programa hoje. O que é o socialismo? Eu tenho uma ideia do socialismo e acho que a luta contra o capitalismo é visceral, não dou nem um dedinho para ficar no capitalismo. No capitalismo não há progresso nenhum. Há barbárie. Tem que se fazer a defesa das coisas elementares. Por exemplo: contra qualquer política de “desenvolvimento” na Amazônia. Isso leva à destruição das coisas que não quero ver destruídas. Não tem saúde. Acho também que a luta pela terra é mais importante hoje do que nunca. Empresas capitalistas que exportam eu sou contra porque é uma forma de explorar o povo miserável que não tem nem onde morar. Na velha estrutura agrária do país, do latifúndio, os camponeses viviam lá. Hoje não tem mais lugar para morar em São Paulo. Vão fazendo favelas em toda cidadezinha maior do interior e cresce cada vez mais o desemprego. O socialismo tem que ser a favor disso? O socialismo tem que dizer francamente o que pensa e o que é.

HERMINIO SACCHETTA: “NÓS ÉRAMOS PRATICAMENTE O PARTIDO COMUNISTA QUE CONTINUOU ORGANIZADO DURANTE DA DITADURA DE GETÚLIO”⁴

Quando você adere ao trotskismo?

Enquanto stalinista, não obstante toda a luta que empreendi durante certa época contra o trotskismo, eu nunca entendi o trotskismo

4. Hermínio Sacchetta era, em 1934, do Comitê Regional do PCB em São Paulo e em 1939 contribuiu para formar o Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional na época.

como uma tendência contrarrevolucionária como fazia a direção da III Internacional. O meu combate ao trotskismo – através de vários artigos escritos por mim na imprensa do Partido Comunista – se dava na tentativa de mostrar como a análise que o trotskismo fazia não compreendia as tendências objetivas da realidade, sobretudo da realidade brasileira da época.

Mas você irá mais tarde referendar as teorias de Trotsky.

Exato. Na minha formação de comunista, as obras de Trotsky irão desempenhar um papel importante. Trotsky passou a significar para muitos militantes do partido comunista a defesa das tradições do leninismo autêntico em contraposição às revisões empreendidas pela direção stalinista da III Internacional. No Brasil, o grupo prestista dentro do partido era quem levava mais longe o revisionismo stalinista. Já eu enxergava em Trotsky não uma “nova teoria marxista”, mas sim a continuidade das análises do marxismo revolucionário e particularmente das análises iniciadas por Marx sobre a Revolução Permanente. Uma obra como *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* de Trotsky, que versava sobre o papel da frente-única operária na luta contra o fascismo em ascensão, fornecerá uma das bases teóricas fundamentais para a nossa corrente leninista dentro do PCB.

Na luta contra o fascismo, no período que precederá a ditadura getulista, qual era o peso do trotskismo dentro do partido?

Enquanto corrente, o trotskismo era insignificante (e creio que continua sendo), mas fazia sentido se falar de trotskismo e stalinismo. Hoje creio que as coisas se complicaram, se modificaram muito, e já não sei se é correto se falar em “stalinismo” e “trotskismo” simplesmente.

Mas vocês, pelo que se sabe, eram uma das forças fundamentais dentro do partido ou não?

Vejam bem, eu, como um dos principais redatores d'*A Classe Operária* (o órgão oficial do partido) e como stalinista, pelo menos formalmente, era obrigado a investir duramente contra Trotsky. Depois, no racha, como éramos majoritários, conseguimos publicar o órgão oficial por um longo período, o que teve uma grande importância na luta contra a ditadura getulista.

Você falou em racha. Quando se deu o racha com a facção stalinista?

Não houve propriamente uma cisão, pois éramos o partido comunista que continuou organizado contra a ditadura de Getúlio. Mas o pano de fundo das divergências foi a virada direitista da III Internacional para a política das frentes populares (ocorrida no VII Congresso da Comintern), isto é, a de aliança dos partidos operários com a burguesia, a política de colaboração de classe. Aqui no Brasil essa política se manifestou claramente na questão das eleições presidenciais, em 1936. Havia dois candidatos à presidência da República. De um lado, José Américo de Almeida (que se apresentava como candidato de Getúlio) e de outro Armando Salles de Oliveira (a expressão mais alta do conservantismo nacional, apesar de ter algumas indiscutíveis qualidades de estadista). José Américo vinha da Revolução de 1930 com perspectivas reais de transformação de um estado latifundiário em um estado com veleidades populistas, assentado sobre a ênfase no desenvolvimento industrial. Vargas, embora não negasse seu apoio a José Américo, buscava na verdade um modo de destruir ambas as candidaturas, de modo a não sacrificá-lo pessoalmente. Tanto assim que, de fato, José Américo não vai para a cadeia depois do golpe de 1937.

E o Partido Comunista, o que propunha fazer?

A situação do PCB era a seguinte. Toda a velha guarda estava na cadeia e quase todo o Comitê Central estava preso. Eu era o CC, mas mi-

nha base era o Comitê Regional de São Paulo, que havia conseguido ser imune à repressão. E é aí que nasceria a tendência posteriormente chamada de Esquerda. Em função das prisões, elegemos um Comitê Central provisório, do qual fazia parte a maioria do CR de São Paulo e o grupo do Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha). Bangu era um militante combativo, dedicado, mas muito imaturo politicamente e sem nenhuma base teórica. A última reunião conjunta do CC Provisório se deu justamente sobre a questão das candidaturas. Bangu queria apoiar José Américo segundo a orientação das frentes populares. Nós propúnhamos a candidatura simbólica de Prestes (que estava preso), o que na prática significava o voto nulo. Pois achávamos que não podíamos confundir o proletariado com uma candidatura burguesa e, além do mais, apoiada pela ditadura de Vargas. Era essa a orientação para o Brasil da Comintern. Deu-se então a cisão. Ficamos com seis Comitês Regionais e toda a infraestrutura do Partido. O grupo de Bangu era realmente minoritário.

O PC soviético não intervém através da Comintern e faz com que a minoria se transforme em “maioria”?

A velha guarda stalinista só conseguiria retomar o controle do Partido depois da queda da ditadura de Vargas em 1945 e com a legalização do PCB. Mas isso não impediu que o funcionamento do partido sob nossa direção fosse ficando cada vez mais difícil. Vocês sabem, através dos métodos stalinistas da difamação e calúnia, pouco a pouco as bases que tinham ficado conosco foram novamente sendo ganhas por eles. Além do mais, era a época do pleno apogeu do stalinismo com a derrota do fascismo na II Guerra. Eles retomaram cerca de 60% das bases que haviam ficado com a Tendência de Esquerda. Além disso, a repressão de Getúlio também se abateu sobre nós. Vários militantes foram presos (inclusive eu em 1938) e vários militantes foram se afastando da política na confusão da época.

A Tendência de Esquerda não tinha ligações com a Liga Comunista Internacionalista, o grupo brasileiro ligado à Oposição Internacional de Trotsky ao stalinismo?

Procuramos diversas vezes a LCI, o grupo de Mario Pedrosa, Livio Xavier, Aristides Lobo etc., iniciando algumas discussões que não foram muito adiante. Era um grupo pequeno, de intelectuais, de muita discussão, mas de pouca ação política prática⁵.

Quando é que vocês se vinculam à IV Internacional?

O grupo que pertenceu à Oposição Internacional de Esquerda era o da geração mais antiga de dissidentes comunistas de 1929 (Mario Pedrosa e outros). Quando nós entramos já havia sido fundada a IV Internacional. Em 1939 o nosso grupo passa a chamar-se Partido Socialista Revolucionário e tivemos o jornal *Orientação Socialista*. Por intermédio do Socialist Workers Party (a organização trotskista norte-americana), logo depois de nos filiar-mos à IV Internacional. Por vários anos o PSR funcionou como a seção brasileira da IV. Porém, com a crise da IV Internacional no início da década de 1950 nos afastamos. O PSR se dissolverá e o seu principal núcleo organizará a Liga Socialista Independente em São Paulo.

5. Para um exame mais detalhado da cisão, consultar KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 2003 (N.E.).

O QUE FOI O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

HUMBERTO BELVEDERE FILHO

A fundação, por Leon Trotsky, da IV Internacional em 1938 terá suas repercussões no movimento operário brasileiro. Já no início da década de 1930 é fundada a Liga Comunista do Brasil (ver o capítulo anterior, “O trotskismo no Brasil: Da Oposição de Esquerda às primeiras organizações – Mario Pedrosa e Herminio Sacchetta”).

Mas o fato mais importante será a cisão do PCB em 1937, liderada pelo Comitê Regional de São Paulo (o grupo de Herminio Sacchetta), que arrastará consigo importantes comitês regionais do partido e uma base operária comunista considerável. É a partir desta cisão que uma parte dela irá constituir-se no Partido Socialista Revolucionário se unificando com outros grupos trotskistas num ato que ficou conhecido como I Conferência Nacional da Seção Brasileira da IV Internacional, em agosto de 1939.

Com o final da II Guerra Mundial e com a queda do Estado Novo, o PCB retomou a ofensiva e recuperou a maioria das bases partidárias, principalmente por meio do prestígio da URSS. Luiz Carlos Prestes reforça sua posição no PCB. A IV Internacional no Brasil começa a sofrer um refluxo, como no resto do mundo, e fica “contra a corrente”. Já no fim da década de 1940, o PSR dissolve-se encerrando um período em

que uma alternativa potencial de atração do comunismo no Brasil em direção a suas posições não chega a vingar.

A FUNDAÇÃO DO POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) não se organiza como continuação do trabalho anterior da Oposição de Esquerda e do PSR. É fundado em 1952 sob a orientação direta do Birô Latino-Americano da IV Internacional, então controlada pela fração de Michel Pablo. Homero Cristali, um operário argentino que adota o nome J. Posadas, torna-se nessa época o principal dirigente do Birô, estendendo sua influência aos partidos trotskistas na América Latina.

Nessa época, dada a fraqueza da IV Internacional, quase não há centralização do seu trabalho. Deste modo, a evolução do trotskismo latino-americano se dará de uma maneira bastante isolada, adotando então características significativamente diferentes do que se desenvolvia na Europa ou nos EUA.

Michel Pablo era o secretário-geral da IV Internacional. É sob sua influência que é elaborada uma política de “entrismo *sui generis*”, como ficou denominada, na época, a proposta do entrismo enquanto estratégia de longo prazo para a construção de partidos revolucionários.

Posadas, por outro lado, insistia na primazia da revolução colonial. Constitui em conjunto com Pablo uma fração com o objetivo de combater as posições dos “europeus” e os membros da direção que não queriam renunciar a uma atividade política no interior do movimento de massas nos países industrialmente avançados. A participação de Michel Pablo na revolução argelina (era um dos secretários de Ben Bella) vai levar à sua prisão. Posadas desencadeia uma violenta luta de tendência e mobiliza todos os seus partidários na América Latina. Vencido no VI Congresso, em 1961, continua com seus ataques contra a direção da IV Internacional

durante alguns meses. Mas, subitamente, pouco antes de Michel Pablo ser posto em liberdade, também o atacará e romperá definitivamente com a Internacional.

O POR acompanha Posadas na cisão, assim como todas as seções do Birô Latino-Americano.

O CRESCIMENTO DO POR E DO POSADISMO

Muitos ex-militantes do POR, um reduzido grupo político, afirmam que o partido teve um crescimento rápido. Em 1963, quando a luta de classes começa a se radicalizar no país, as greves operárias se multiplicam, surgem as Ligas Camponesas e o governo populista de João Goulart começa a sofrer paralisia.

No Rio de Janeiro, publica-se o *Frente Operária*, jornal legal do partido. É desenvolvido um pequeno trabalho entre portuários e nos estaleiros. Em Santa Catarina o POR atuará nos operários das minas de cartão. Mas será em São Paulo, Rio Grande Sul e Pernambuco que o partido terá as suas bases mais importantes.

O POR atuará também nos movimentos de sargentos dentro do Exército e, por causa deste trabalho, sofrerá dura repressão com o golpe militar de 1964.

Uma das características do partido é que ele procurará se apresentar como o polo mais radical no movimento de massas então em ascenso. A orientação de Posadas e de sua nova IV Internacional era a de que estando os partidos comunistas já degenerados, as propostas mais avançadas só poderiam vir da radicalização das correntes nacionalistas de esquerda, isto é, o brizolismo, os movimentos de marinheiros e sargentos etc. O posadismo apresenta assim a imagem de possuir os militantes mais radicais e mais dedicados. Será com esta dedicação que penetrarão no movimento camponês de Pernambuco.

A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA

Em Pernambuco, cria base no município de També. Embora em pequeno número e com muitos militantes deslocados vindos de outras regiões eram extremamente eloquentes. O jornal *Frente Operária* atacava as Federações de Defesa da Igreja como “órgão formal, paralisado, que só intervém para conciliar, sempre gerando revolta dos camponeses”.

O Partido realiza um “Congresso Camponês”, em També (21 e 22 de setembro de 1963¹) recomendando a unificação de todos os trabalhadores de Pernambuco “numa greve geral e na formação de um tribunal popular para julgar patrões”.

A influência no movimento camponês era dada por Paulo Roberto Pinto, o “Jeremias”, de 22 anos e antigo membro do CC e do Birô Político do POR e primeiro secretário-geral dos gráficos de Mogi das Cruzes.

Jeremias foi assassinado quando liderava uma manifestação de um grupo de trabalhadores do sindicato de També, que exigiam da Usina Oriente o pagamento do bônus de fim de ano e a fixação de um salário mínimo. Posteriormente, Jeremias é homenagem como personagem do romance *Quarup* de Antônio Callado².

A pobreza do POR levava-o à radicalização extrema. Pregavam que os camponeses deveriam tomar as terras e defendê-las com armas. Em decorrência, já começavam a entrar em conflito com outras organizações de esquerda, como o PCB e com o governo reformista de Miguel Arraes. O governo, cedendo às pressões dos latifundiários, inicia a repres-

1. Embora na época a imprensa tenha divulgado o manifesto de convocação e anunciado a realização do Congresso, ele, de fato, acaba não se realizando, em razão da ação da polícia do governo de Miguel Arraes, que prendeu as principais lideranças do POR e daqueles envolvidos com a realização do Congresso, cf. SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia: Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 71-74; e MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982, p. 61-62 (N.E.).

2. Sobre a trajetória de Paulo Roberto Pinto ver GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias: O trotskismo no campo em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013 (N.E.).

são sobre o POR. O partido perde o sindicato de També e três líderes da área são presos por dois meses.

O conflito do POR com as alianças reformistas e com o populismo se torna cada vez mais agudo. Um relatório do Birô Político de 23/12/1963, publicado no *Frente Operária*, diz o seguinte:

No momento em que nossos camaradas conseguiram a liberdade, os trotskistas reafirmam a sua firme disposição de manter e ampliar o programa e a ação que levou estes companheiros à prisão: PELA OCUPAÇÃO DAS TERRAS, PELA CENTRAL CAMPONESA DE PERNAMBUCO E DO PAÍS, PELA ORGANIZAÇÃO DE MILÍCIAS CAMPONESES E DOS COMITÊS DE CAMPONESES NAS FAZENDAS, PELO CONGRESSO DE OPERÁRIOS CAMPONESES E SOLDADOS, PELA CENTRAL ÚNICA REGIONAL E NACIONAL DE TRABALHADORES, FORA LACERDA! FORA O IMPERIALISMO! PELO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS!³

A CRISE DO POSADISMO E A SUA DEGENERÇÃO SECTÁRIA

Em um documento também de dezembro de 1963, publicado na *Frente Operária*, o POR prevê um golpe militar, porém de forma triunfalista, semelhante ao PCB.

Sob o título “Em meio a crises, golpes e guerra civil, abre-se caminho para a saída revolucionária: o governo operário camponês”, diz: “A inevitabilidade do golpe de Goulart ou de qualquer outro reformista, civil ou militar, surge disso tudo. Não há mais saída para a situação”⁴.

3. PARTIDO Operário Revolucionário (trotskista). Birô Político. Em liberdade os dirigentes trotskistas de Pernambuco. Continuar a luta até a liberdade de todos os presos! *Frente Operária*. São Paulo, ano XII, n. 114, 29/12/1963, p. 1. Grifos do original (N.E.).

4. Em meio a crises, golpes e guerra civil, abre-se caminho para a saída revolucionária: o governo operário camponês. *Frente Operária*. São Paulo, ano XII, n. 114, 29/12/1963, p. 2 (N.E.).

O golpe, só que da direita e não de Goulart, atingirá igualmente ao POR, que passará para a clandestinidade. A repressão será violenta, principalmente em Recife.

J. Posadas estava na época com sua IV Internacional em crise na América Latina. As suas posições de privilegiar a revolução no mundo colonial e o nacionalismo pequeno-burguês tinham se transformado em extravagâncias. Preconizava a guerra mundial contra o imperialismo e inúmeras excentricidades teóricas do tipo de inevitabilidade da guerra atômica⁵. O posadismo enquanto corrente latino-americana envereda em direção a uma política do absurdo, típica dos grupos que se degeneram em seitas. Posadas e seu Birô Latino-Americano passarão a exigir de seus companheiros brasileiros o mesmo ativismo e as mesmas concepções do período pré-golpe. Propõem uma greve geral contra o governo Castelo Branco, embora acentuassem também que “esta seria possível por algum tempo”. Sugeriam que a aglutinação do Partido no movimento operário se centrasse na “eliminação do controle legal sobre os sindicatos” e na “construção do partido operário baseado nos sindicatos”.

Mas Posadas insistia também que o partido trabalhasse com Leonel Brizola e seu grupo de nacionalistas e ex-militares cassados.

Em 1965 Posadas dirige uma Conferência Nacional e Escolas de Quadros do POR. Tenta afastar a direção anterior e vários militantes que estavam em postos-chaves. A direção acaba sendo destituída, fundamentalmente, porque não se alinhava muito com o posadismo. Era o pessoal mais antigo, da época do Birô Latino Americano, e que enxergava com reservas as teorias posadistas. Este grupo sempre se reivindicara trotskista e não posadista.

No Rio Grande do Sul inicialmente ocorre o contrário. O POR tenta implantar-se no movimento operário: ferroviários, mineiros e, em

5. Ver adiante “O caso dos ‘discos voadores’”, p. 323.

Porto Alegre, nos metalúrgicos e também impulsionam a tendência estudantil chamada de “Tendência pela Aliança Operário-Estudantil”.

Mas as críticas internas ao posadismo se tornam cada vez mais exacerbadas. O ascenso popular de 1968, as mobilizações estudantis contra a ditadura, estimularão a cisão definitiva. Em São Paulo surge o Grupo Comunista 1º de Maio e no Rio Grande do Sul a “Fração Bolchevique-Trotskista”.

Apesar da pouca seriedade em que ficou restrita a política de grupo que continuou com a Internacional Posadista, seus militantes sofrerão duras perseguições por parte da ditadura militar. Em 1970, Olavo Hansen, militante do POR e líder metalúrgico em São Paulo é assassinado, sendo que antes de ser morto foi barbaramente torturado pela polícia⁶. Ao mesmo tempo, 17 outros membros do POR são presos. A partir daí o POR é substituído por um Birô Operário Revolucionário Posadista que se mantém com um número reduzido de militantes em São Paulo. O posadismo passa também por um giro em suas posições, vindo a defender a União Soviética e os partidos comunistas stalinistas⁷.

O CASO DOS “DISCOS VOADORES”

No final da década de 1960, o grupo internacional de Posadas passa a denominar-se IV Internacional Posadista. Descamba para a

6. Olavo Hansen (1937-1970), estudante de engenharia e metalúrgico, foi preso em um comício do 1º de Maio na Vila Maria Zélia. Foi assassinado sob tortura, tendo a repressão da ditadura alegado, para encobrir o crime, que Olavo Hansen teria se suicidado, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 126-127. Sobre a trajetória e o assassinato de Olavo Hansen ver também LEAL, Murilo. *Olavo Hansen: Uma vida em desafio*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013 (N.E.).

7. Para mais detalhes da trajetória do POR, ver LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Além disso, além das obras anteriormente citadas, também são interessantes as memórias e biografias de antigos militantes do POR nos anos 1950 e 1960, como FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; MEDEIROS Filho, Barnabé. *1964: O golpe que marcou a ferro uma geração*. São Paulo: Nova Alexandria, 2014; ROCHA, Gilvan. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008 (N.E.).

degenerescência completa. O jornal oficial *Frente Operária* publica artigos de Posadas e cada um mais aberrante que o outro. Como exemplo, temos um que falava sobre a existência de sociedades interplanetárias avançadas e que os OVNIS eram os seus porta-vozes. Os “discos-voadores” iriam assim desestabilizar o capitalismo e o imperialismo porque demonstrariam a existência de sociedades que, por sua avançada tecnologia, só poderiam ser comunistas. Assim, conclamava no final do artigo por “uma frente única em conjunto com os discos-voadores contra o imperialismo e a burocracia soviética”. Posadas exigia também que seus adeptos poupassem energias sexuais, por meio da abstinência, para a guerra mundial atômica contra os Estados Unidos. Exortava os militantes a serem castos e puritanos. O posadismo se transforma assim numa coisa ridícula e sem nenhum crédito.

Por sua vez, também a identificação tradicionalmente feita aqui no Brasil entre a IV Internacional e o posadismo (boa parcela dos preconceitos antitrotskistas de muitos militantes de esquerda têm aí a sua origem) começa a ser modificada. Os grupos dissidentes do POR começam a divulgar os documentos trotskistas de outros países e de outras correntes.

A CRISE DO POSADISMO

HUMBERTO BELVEDERE FILHO

As lutas de 1968 modificaram as organizações comunistas que se reivindicam do programa e da tarefa de construção da IV Internacional no Brasil. O trotskismo tem um novo alento com o surgimento de diversas organizações: o POR, que era ligado ao grupo de J. Posadas, rompe de alto a baixo e dará lugar à Fração Bolchevique-Trotskista e ao Grupo Comunista 1º de Maio. Por outro lado, o Partido Operário Comunista (POC) começará a sofrer influências do trotskismo por meio de um grupo de militantes simpatizantes da IV Internacional. É a partir destas três origens que serão criadas as principais organizações trotskistas da década de 1970: a Organização Socialista Internacionalista – OSI (vinculada ao Comitê de Reconstrução da IV Internacional – CORQUI), o Partido Socialista dos Trabalhadores – PST (ex-Liga Operária, ligada à tendência minoritária da IV Internacional) e o Partido Operário Comunista – POC (ligado à tendência majoritária da IV Internacional).

A FRAÇÃO BOLCHEVIQUE-TROTSKISTA

O surgimento da Fração Bolchevique-Trotskista (FBT) remonta ao ano de 1967. A Fração se organiza então como uma tendência de

oposição à direção do Partido Operário Revolucionário e à linha sectária imprimida pelo posadismo.

O motivo da cisão deve-se ao fato de o grupo internacional liderado por J. Posadas, ao qual se filiava o POR, tentar imprimir uma linha de atuação, que, conforme o depoimento de muitos ex-militantes, negava totalmente o trotskismo. Em 1968 são expulsos. É interessante destacar que, devido ao grau enorme de desinformação dos militantes do POR sobre o movimento trotskista mundial, os dissidentes achavam que tinham rompido com a IV Internacional e não com um grupo que há muito tempo tinha rompido com a Organização. A FBT, expulsa do POR, tenta se constituir como tendência nacional, buscando contatos com militantes que tinham rompido com o POR no Nordeste e em São Paulo.

No Nordeste, as divergências também atingem o Comitê Regional do POR (Pernambuco e Fortaleza). Muitos militantes questionavam a Internacional Posadista e defendiam “uma posição favorável a um trabalho no proletariado rural”, assim como mantinham divergências com a ideologia política do posadismo. Tendo como ponto de partida um trabalho na zona da mata em Pernambuco, em Barreiros, no sul do Estado, trabalho que tinha se desenvolvido a partir de contatos em diversos engenhos, os militantes do POR local elaboram um documento em que conclamavam a “unificação de todos os trotskistas”. Em 1969 há a expulsão dos militantes do POR por causa do documento. É convocada uma Conferência Regional do Nordeste que decide entrar em bloco na FBT.

Em fevereiro de 1970, durante o carnaval, se faz a I Conferência Nacional da FBT integrando núcleos do Rio Grande do Sul, São Paulo e Nordeste. Esta conferência tira uma direção nacional e decide não se filiar a nenhuma organização internacional. Apenas busca contatos internacionais com partidos trotskistas que “defendam a integridade do Programa de Transição elaborado por Trotsky em 1938”.

O GRUPO COMUNISTA 1º DE MAIO

Em São Paulo, em 1968, surge também, paralelamente à FBT, outra cisão do posadismo. Os motivos da ruptura com o POR eram praticamente os mesmos: a degeneração do partido em uma seita.

O Grupo Comunista 1º de Maio surge inicialmente como uma tendência ampla no movimento de massas, notadamente o movimento estudantil, e posteriormente se organiza enquanto grupo comunista. No movimento operário, o grupo se implanta em São Bernardo do Campo num trabalho metalúrgico. Na década de 1970 parte para a organização de tendências socialistas no meio estudantil e será, junto com a Fração Bolchevique-Trotskista, um dos poucos grupos brasileiros de esquerda que não aderem à luta armada e o guerrilheirismo.

A CRÍTICA AO GUERRILHEIRISMO

O período de fechamento do regime militar, que se segue à crise de 1968, com as mobilizações de massas de estudantes, com as greves operárias e com a crise parlamentar, e que desembocará na decretação do Ato Institucional nº 5, será o momento em que a maioria das organizações de esquerda revolucionária brasileira desencadeará a luta armada contra a ditadura: ações exemplares, expropriações, sequestros de embaixadores para a libertação de presos políticos etc.

A Fração Bolchevique-Trotskista, assim como o Grupo Comunista 1º de Maio, se posicionarão contra a política armada destas organizações. Criticam o isolamento das ações armadas e enfatizam a necessidade de organização independente do proletariado industrial. Um ex-dirigente da Fração Bolchevique-Trotskista assinala que “a crítica na época, apesar de extremamente correta, era insuficiente, porque era uma crítica apenas baseada em premissas ortodoxas do marxismo” e que não conseguia ganhar militantes “na medida em que não se apresentava um projeto global alternativo”.

Este mesmo ex-dirigente afirma que “se praticava também uma política sectária” e que “a expectativa era a de que se transformariam rapidamente em um partido revolucionário”.

Tanto a FBT como o Grupo Comunista 1º de Maio tentam desenvolver um trabalho de massas operário-estudantil no início da repressão do governo Médici. O Grupo Comunista 1º de Maio, conforme depoimentos de antigos militantes, para sobreviver à repressão, acaba adotando normas rigorosas de clandestinidade, com os “pontos”, “aparelhos” e o completo sigilo das atividades, isto é, as mesmas normas adotadas pelas organizações da luta armada. Em contraposição, a FBT considerava que não ia ser atingida pela repressão e que esta se voltava apenas para os grupos guerrilheiros. Não dando conta do refluxo do movimento de massas e incorporando certo triunfalismo em suas posições políticas – o ascenso de massas “era constante e a crise do regime iminente” – a FBT descuida totalmente a possibilidade de vir a ser golpeada. Em abril de 1970 começam as prisões dos militantes no Nordeste por causa de um incidente em uma “república” de estudantes. Em quatro ou cinco dias a organização é totalmente desbaratada. O Grupo Comunista 1º de Maio continuará se mantendo, mas bastante isolado, conservando um trabalho de resistência no movimento estudantil.

A CRIAÇÃO DA OSI

As tentativas da fusão da FBT com o Grupo Comunista 1º de Maio tinham sido até então infrutíferas, apesar de ter sempre ficado de pé a perspectiva de “unificação dos trotskistas”. A fusão só vai se efetivar em dezembro de 1976 com a fundação da Organização Socialista Internacionalista (OSI), como seção brasileira do “Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional – (CORQUI).

A FBT, que havia sido desbaratada em 1970, logo após um período de um a dois anos, com muitos militantes saindo das prisões, começa a se reorganizar em São Paulo e no Rio Grande do Sul, lentamente. No exterior, em Paris, um grupo de militantes que havia saído do país durante as quedas lança em 1971 a revista *Outubro*. A proposta do grupo era a de se vincular ao CORQUI e unificar os vários grupos trotskistas existentes no Brasil.

O CORQUI, como variante ultraortodoxa do trotskismo, acabou fazendo sucesso nos militantes oriundos do posadismo e que tinham lutado durante muito tempo contra as deformações do trotskismo. Voltar às origens era um passo quase natural. Por outro lado, não existia no Brasil nenhuma outra organização vinculada à IV Internacional a qual, por sua vez, havia realizado em 1969 o seu IX Congresso Mundial que definira na América Latina um giro no sentido militarista.

Em 1975, o grupo gaúcho da FBT, a Organização pela Mobilização Operária (OMO), uma dissidência do Grupo Comunista 1º de Maio – e o Grupo Outubro se unificam na Organização Marxista Brasileira. O Grupo Comunista 1º de Maio não aceita essa fusão e se mantém isolado. É um período de crise para esta organização e seu funcionamento se dá de um modo inusitado: é dirigida por um “plenário quinzenal de todos os militantes”. Mas as pressões do CORQUI farão com que mais tarde se consubstancie a fusão e o surgimento da OSI.

A OSI conquistara posteriormente uma presença significativa nas mobilizações estudantis de meados da década de 1970, sobretudo em São Paulo. Mas, refletindo a política sectária do CORQUI, sua marca principal ficará dada principalmente por sua política paralelista a nível sindical com a defesa dos “sindicatos livres” e seu combate ao sindicalismo autêntico como um dos sustentáculos da reforma da ditadura.

Mais recentemente, começa a se esboçar uma mudança de linha. Mas, novamente refletindo os métodos burocráticos de funcionamento

do CORQUI, estas correções detonam uma crise interna que tem por centro a questão da concepção do centralismo democrático.

A OSI fecha, desta forma, um período de reorganização dos trotskistas que não aceitaram a direção da IV Internacional.

A HISTÓRIA DO POC E DA LO

HUMBERTO BELVEDERE FILHO

No quadro do processo de recomposição da esquerda, na segunda metade dos anos 1970, surgem duas organizações reivindicando as posições da IV Internacional no Brasil: o Partido Socialista dos Trabalhadores (ex-Liga Operária) e o Partido Operário Comunista (POC), este último, em realidade, reorganizado após a repressão de inícios da década.

O POC estava mais próximo da tendência majoritária da Internacional trotskista, enquanto que o PST se filiava à chamada tendência da “minoria”. Na medida em que as duas tendências da IV Internacional acalentaram a possibilidade de vir a unificar-se, a ideia de uma fusão das duas organizações brasileiras foi possível, mas o fracasso desta articulação em nível internacional contribuiu para um crescente distanciamento das duas correntes no Brasil. Aprofundaram-se as divergências internacionais que opunham as duas tendências e que tinham como um dos pontos básicos de conflito a estratégia de luta para a América Latina: a maioria defendera no IX Congresso (em 1969) posições muito próximas do “guevarismo”, no que fora combatida

pela minoria. A principal consequência desta polêmica havia sido a cisão do trotskismo na Argentina: de um lado, o PRT-ERP, apoiando e realizando a luta guerrilheira, de outro, o PRT (*La Verdad*), mas tarde PST, privilegiando as formas tradicionais de organização do trabalho operário.

CRIAÇÃO DA LO

Os militantes que sobraram da Fração Bolchevique-Trotskista após as prisões ocorridas no início de 1970¹ tentam fazer um balanço do que foi a organização e muitos deles viajam pela América Latina para tomar conhecimento da realidade das organizações trotskistas existentes. Na Argentina encontram o Partido Socialista dos Trabalhadores (união do grupo *La Verdad*, já citado, com uma cisão do Partido Socialista argentino), vinculado à tendência minoritária da IV Internacional. As propostas de Nahuel Moreno, o principal dirigente do PST, passam a ser um polo de referência para este grupo de militantes, que, por sua vez, rechaçam a política guerrilheira do PRT-ERP, assim como a organização Política Obrera (ligada ao CORQUI).

No Chile existia também um grupo de brasileiros organizados em torno da minoria da IV Internacional e que se chamava Ponto de Partida. Este grupo era composto de militantes trotskistas tendo como objetivo a volta para o Brasil na perspectiva de fundarem um trabalho local.

Uma boa parte da Fração Bolchevique-Trotskista, notadamente no Rio Grande do Sul, se define pela unificação com o Grupo Comunista 1º de Maio e pela participação no CORQUI, aderindo à versão

1. Ver os capítulos anteriores “O que foi o Partido Operário Revolucionário” e “A crise do posadismo”, p. 317 e 325, respectivamente.

“lambertista”² do trotskismo. Mas um grupo de militantes em São Paulo se vincula aos membros do Ponto de Partida. É criada, assim, a Liga Operária.

Logo no início de 1975, a LO realiza o seu Segundo Congresso. Decide concentrar forças no movimento operário e estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo. Empreende um deslocamento de militantes de origem estudantil para o trabalho em fábricas com o objetivo de conseguir uma inserção no movimento operário. Em São Paulo o trabalho mais importante será no ABC, entre os químicos e metalúrgicos. Organiza-se a Frente de Unidade Química, uma tendência de caráter sindical. No Rio, o trabalho concentra-se no movimento estudantil.

Quanto à política nacional, a Liga, nas eleições de 1974 e 1976, chamará os trabalhadores a votarem nos “candidatos operários” do MDB. A sua política operária será marcada pelo trabalho de oposição dentro dos sindicatos oficiais.

A UNIFICAÇÃO DO POC

O POC, como todas as organizações da esquerda brasileira, será desbaratado em 1970-1971. Até então era uma organização que se mantinha oficialmente equidistante do trotskismo³.

2. Pierre Lambert, pseudônimo de Pierre Bousset (1920-2008), trabalhador previdenciário. Em 1934 aderiu à Juventude Comunista francesa, da qual acabou excluído por discordar da orientação comunista de defesa do pacto de assistência mútua entre URSS e França, firmado em maio de 1935. Em 1937 ingressou no Partido Comunista Internacionalista e aderiu ao trotskismo. No início dos anos 1950 houve uma ruptura no Partido Comunista Internacionalista em que uma parte dele, integrada por Lambert, se opôs à maioria da 4ª Internacional, então liderada por Michel Pablo, por discordar da diretriz de entrada dos trotskistas nos partidos comunistas, o chamado entrismo *sui generis*. O grupo de Lambert foi excluído da Internacional e com trotskistas estadunidenses, ingleses e suíços formou o Comitê Internacional da Quarta Internacional em 1953. Em 1993 Lambert defendeu a reproclamação da IV Internacional (N.E.).

3. Ver capítulo anterior “Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista”, p. 129.

Após a repressão brutal sobre o POC, quando morreu sob tortura no DOI-CODI paulista o militante Luiz Eduardo Merlino, a reaglutinação é feita de modo lento e desorganizado. Depois da experiência da derrota, eram poucos os militantes que queriam continuar organizados no POC. Os que permanecem adotam algumas definições básicas: adesão à IV Internacional e discussão com vistas à fusão com a tendência “Combate”, que se exilava no Chile.

Mas estas discussões, feitas naquele país no primeiro semestre de 1973, acabam malogrando completamente. A tendência “Combate” insistia na tese de que a ditadura militar só poderia ser derrubada por “uma guerra prolongada” e por meio de um “exército revolucionário do povo” a ser criado essencialmente no campo. No movimento operário a tarefa imediata era a de organizar “União Operárias”, paralelas ao sindicato atrelado, ao lado de uma prática político militar: realizar ações armadas de apoio ao movimento de massas.

A outra tendência levantava várias objeções a esta concepção. A primeira, de que tal proposta na conjuntura brasileira de 1972-1973, isto é, ainda durante o governo Médici, desconsiderava por completo a contrarrevolução existente e o descenso do movimento operário e popular. Era necessário recuperar a capacidade de mobilização e combate do proletariado por meio das lutas parciais, econômicas e democráticas, inserindo-as na perspectiva anticapitalista por meio de um programa de transição. Outra argumentação centrava-se no fato de que as teses da tendência “Combate” eram prisioneiras de uma contradição fundamental. A ideia de que o proletariado possa vir a chegar ao poder em um país semi-industrializado como o Brasil, por meio de uma “guerra prolongada” e organizada dentro de um “ERP”, era um não senso, um paradoxo com o próprio trotskismo, a negação completa das capacidades revolucionárias do proletariado.

É em função das mudanças na IV Internacional operadas pelo X Congresso (de 1974) que realiza uma autocrítica da opção guevarista do congresso anterior que as duas tendências do POC se unificam. É publicada uma revista teórica, *Marxismo Revolucionário* e um jornal chamado *Marcha Operária*, e o trabalho sindical se concentra entre os metalúrgicos de São Paulo.

Assim, ao contrário da maioria das organizações de esquerda neste período, o POC esteve ausente do movimento estudantil, que vai ter a partir de 1977 um grande alento. Mas mesmo com poucos militantes, o POC consegue impulsionar no movimento operário a ideia das comissões de fábrica. Em seu “Anteprojeto de teses para o movimento operário”, da época, se lê:

A crise nacional coloca para a classe operária uma exacerbação da exploração... e o caminho para a reação da classe é a multiplicação, expansão e centralização das experiências de auto-organização (comissões de fábrica, comissões de bairro) e de autogestão das lutas (participação ativa dos trabalhadores nas decisões de seus organismos de classe)...

Três objetivos imediatos de luta se colocam: luta por aumentos de salários, luta contra o desemprego e luta pela organização independente da classe... estas lutas estão intimamente ligadas à luta por liberdades democráticas.

A Liga Operária via a proposta de organização das comissões de fábrica como “ultraesquerdista”. O trabalho deveria ser o de reforçar os sindicatos por meio de campanhas de sindicalização massiva. A proposta das comissões significaria abandonar os sindicatos aos pelegos e burocratas.

A política nacional foi também um dos pontos de divergência entre as duas organizações. Enquanto a LO procurou participar ativamente

te nas eleições parlamentares apoiando candidatos do MDB, o POC lançou sucessivamente a palavra de ordem de voto nulo. Esta questão foi importante porque, em certa medida, determinou o futuro das duas organizações. O POC ateve-se à posição de que o “MDB é um partido da burguesia e os trabalhadores não devem apoiá-lo nem mesmo criticamente”. No entanto, as eleições de 1974 convocadas pelo governo Geisel resultaram numa derrota da ditadura e foi o reflexo do crescimento das oposições. O voto no MDB foi um voto de protesto mesmo com as limitações liberais-burguesas deste. A falta de sensibilidade do POC levou a um isolamento em suas próprias bases.

Já a Liga Operária, apesar dos excessos de apoiar “candidatos operários” (na realidade não tinha nenhum representante da classe operária), pôde experimentar certa capitalização em torno de uma agitação política durante as eleições.

Assim, com base nestas divergências que se acirravam, acrescidas da luta tendencial à dentro da IV Internacional, as reuniões travadas pelas duas organizações com vistas à unificação pouco frutificam na prática e com o tempo foram abandonadas.

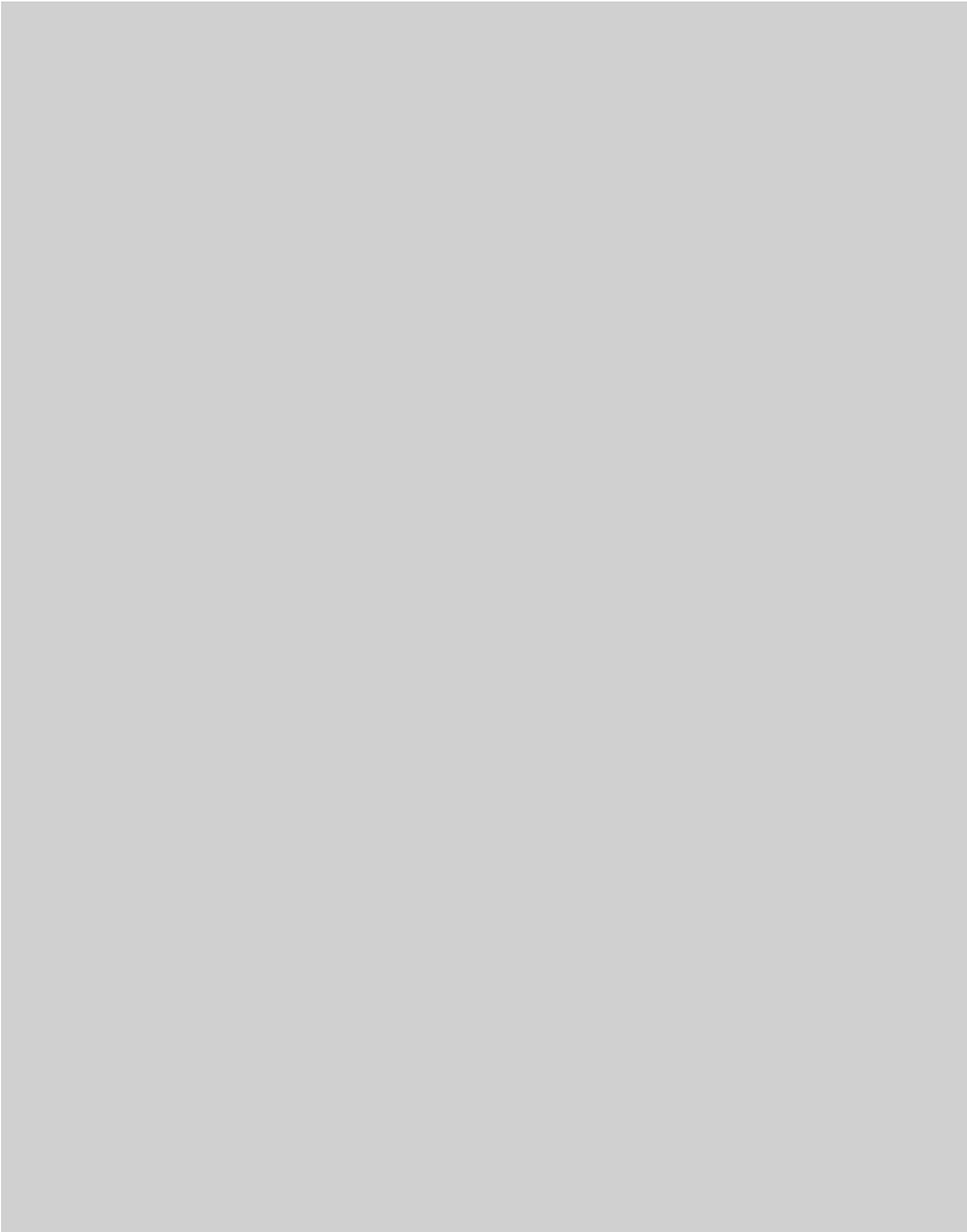
PERÍODO DE MUDANÇA

O crescimento da Liga Operária, mais notadamente no movimento estudantil, vai levar a sua transformação que origina o Partido Socialista dos Trabalhadores. No plano internacional segue a tendência liderada por Nahuel Moreno que, recusando-se a uma unificação das tendências dentro da IV Internacional, organiza sua própria fração e rompe mais tarde com a Internacional.

O POC é, por sua vez, abalado pela dinâmica da conjuntura e da luta de classes que se exacerba. A sua atividade, voltada exclusivamente

para a militância sindical, se despolitiza completamente. Torna-se incapaz de responder aos problemas políticos nacionais e não encontra unanimidade para tirar uma posição sobre as eleições parlamentares de 1978. Embora o trabalho sindical e operário do POC apontasse certas conquistas como as comissões de fábrica, as reivindicações transitórias expressas nos programas de oposição sindical, a defesa no meio operário da luta por uma Assembleia Constituinte etc., o partido não conseguiu muitos militantes operários. Carecendo de condições de continuar o trabalho por suas próprias forças, decide dissolver-se⁴.

4. Além das obras já citadas anteriormente, sobre o período mais recente do trotskismo no Brasil, ver DE ANGELO, Vitor Amorim. *A trajetória da Democracia Socialista: Da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008; DIAS, Renato. *Soldados de Leon. Meus inimigos estão no poder: Trotskistas no Brasil, a luta de classes, o internacionalismo e as revoluções socialistas no século 21*. Goiânia: RD Movimento, 2017; JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI, Alexandre (Orgs.). *As utopias de Michael Löwy: Reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007; LEAL, Murilo e KAREPOVS, Dainis. Os Trotskismos no Brasil, 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 153-237; LINARES, Alexandre (Ed.). *40 anos da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores, seção brasileira da 4ª Internacional*. São Paulo: Nova Palavra, 2017; MARQUES Neto, José Castilho & KAREPOVS, Dainis. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo & REIS Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 109-165; bem como memórias de ex-militantes: PILLA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015; PINHEIRO, Jorge. *Um pedaço de mim. Novela de memórias*. São Paulo: E-Leva Cultural, 2008; TAVARES, Júlio. *Esquecer, jamais*. S.l.: Editora Terra das Artes, s.d. (N.E.).



PROJETO, PREMISSAS E FIM

QUEM É QUEM NA ESQUERDA BRASILEIRA

*E*m Tempo inicia sua *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, tentando oferecer uma visão global e sistemática do conjunto das organizações existentes desde 1960 até nossos dias. Nossa preocupação foi a de reconstituir esquematicamente o intrincado quadro de partidos, grupos e movimentos que emergiram, se desenvolveram e, em muitos casos, desapareceram neste conturbado período de nossa história.

Para reconstituir este complexo labirinto, em sua generalidade, o tratamento teve de ser necessariamente sintético, não sobrando espaço para precisões e matizes que se impõem normalmente a fim de que a compreensão dessa problemática possa ser aprofundada. Nos próximos capítulos supriremos, nos limites objetivos que tal trabalho apresenta, estas lacunas expressas no esquematismo do organograma que elaboramos e nas breves indicações para caracterizar cada uma das organizações.

Todo compromisso com a história é um compromisso com a política e, por esta razão mesmo, com a verdade. Nossa contribuição não será feita na perspectiva de arquivista ou naquela de colocar no “mercado jornalístico” um “produto” para o qual há muita “demanda”. Nós sabemos que esta “demanda” existe, mas conhecemos a sua significação política. As novas e

velhas gerações sentem a necessidade de enfrentar e/ou confrontar-se com o passado para melhor compreender e agir sobre o presente.

CONHEÇA AS ORGANIZAÇÕES

Para acompanhar a “árvore genealógica” da esquerda brasileira, aqui estão, em curtos verbetes, apresentadas em ordem alfabética, algumas informações sobre quando surgiram, de onde vieram, que linhas defendem ou defenderam e, de modo muito geral, o que fazem agora. Veja o organograma na página ao lado.

ALA VERMELHA

Cisão do PCdoB. Muitos de seus animadores haviam estado na China, aonde foram sensibilizados pelas posições da Revolução Cultural, em curso a partir de 1966. A Ala criticava o “dogmatismo” e a “ortodoxia” do PCdoB, ao mesmo tempo em que pregava a luta armada combinada com um trabalho de massas. Muito atingida pela repressão, ela praticamente desapareceu, ainda que existam grupos que reivindicam certa continuidade com ela.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL - ALN

Importante dissidência do Partido Comunista Brasileiro, liderada por dois de seus ex-dirigentes, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Seu programa de libertação nacional não representa uma ruptura com o essencial das posições do PCB ainda que sua estratégia de luta armada fosse um traço distintivo em relação ao “Partidão”. Reivindicando as teses sobre as virtualidades do “foco” guerrilheiro, a ALN foi provavelmente a organização que adotou em forma mais radical as posições defendidas pela OLAS em cujo congresso – em Havana – Marighella participou. Uma de suas referências básicas eram igualmente os escritos de

Régis Debray, particularmente *Revolução na Revolução?*, aonde este expõe suas teses sobre a luta armada guerrilheira. Alvo de uma repressão que custou a vida de dezenas de seus militantes, inclusive a de Marighella e Câmara Ferreira, a ALN iniciou um penoso balanço político de sua experiência, dificultado pelo caráter federado de sua estrutura. Cisões se formam e os remanescentes, muitos dos quais no exílio, decidem ingressar no PCB, o que impede que militantes isolados reivindiquem hoje a herança da ALN.

AÇÃO POPULAR - AP

Surge em 1961, reunindo, sobretudo, militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e setores católicos de esquerda em geral.

Até 1964, a força da Ação Popular se situa basicamente no movimento estudantil. De suas fileiras sairão os últimos três presidentes da União Nacional dos Estudantes antes do golpe de Estado.

Posteriormente ao golpe, a AP diversifica sua influência no movimento de massas, ganhando bases significativas no campo e junto à classe operária. É, igualmente, um período em que a organização será sacudida por violentas crises internas. Depois de haver rompido com os postulados cristãos e haver-se declarado organização marxista, a Ação Popular, como outras organizações de origem semelhante na América Latina, é hegemonizada por um grupo maoista muito influenciado pela Revolução Cultural na China e pelas posições de Lin Piao¹. Começam então as cisões. Um grupo importante fundirá com o PCdoB. Outro menor dará

1. Lin Piao (1907-1971), militar chinês. Exerceu papel fundamental na vitória militar da Grande Marcha e na Revolução Chinesa em 1949. Exerceu diversas funções no governo chinês e no Partido Comunista Chinês, chegando a acumular três cargos ao mesmo tempo: vice-primeiro-ministro, vice-presidente e ministro da Defesa Nacional a partir de 1959. Lin tornou-se fundamental na criação das fundações do culto à personalidade de Mao Tsé-Tung no início dos anos 1960 e foi recompensado por seu serviço na Revolução Cultural ao ser nomeado sucessor de Mao como o único vice-presidente do Partido Comunista da China, de 1966 até sua morte. Lin morreu em 13 de setembro de 1971, quando o avião em que ele estava caiu na Mongólia. Os eventos exatos do “incidente Lin Piao” têm sido uma fonte de especulação desde então. A versão oficial foi que Lin e sua família tentaram fugir após um fracassado golpe contra Mao. Após a morte de Lin, ele foi oficialmente condenado como traidor pelo Partido Comunista (N.E.).

origem ao PRT, enquanto que a organização, agora *Ação Popular Marxista-Leninista*, acaba por ser violentamente tocada pela repressão.

Reconstituída a partir de 1975, ela ainda revela certa dificuldade em recobrar sua perfeita unidade política e ideológica. Tem importante presença no movimento estudantil e guarda ainda laços significativos com o movimento de massas.

COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL - COLINA

Dissidência mineira da Política Operária que se forma em 1967, defendendo uma posição mais concreta e não somente teórica em relação à luta armada. A cisão ganha a maioria dos quadros da POLOP naquele Estado e se funde mais tarde com a VPR e outros grupos do Sul e da Bahia para dar origem à VAR-Palmares.

DISSIDÊNCIA DA GUANABARA

Ver MR-8

DISSIDÊNCIA LENINISTA

Dissidência do PCB no Rio Grande do Sul. Converge com outras forças na FER e mais tarde dá nascimento ao POC.

DISSIDÊNCIA DE SÃO PAULO

Mantendo posições distintas da ALN e mais próxima à da dissidência da Guanabara, este grupo de São Paulo não teve condições políticas de subsistir, sofrendo uma violenta atração para os quadros na Ação Libertadora Nacional. Praticamente desapareceu.

FRENTE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA - FER

Convergência da Dissidência Leninista (do PCB do Rio Grande do Sul) com a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

(POLOP) e com a Dissidência Secundarista do então Estado do Rio de Janeiro. O projeto de reagrupar outras forças fracassa e, com a saída da Dissidência Secundarista do Rio de Janeiro, POLOP e Dissidência Leninista decidem, em 1968, formar o Partido Operário Comunista (POC).

FRAÇÃO BOLCHEVIQUE-TROTSKISTA (DO POR)

Dissidência dos posadistas anteriormente agrupados no POR. Uma parte adota as posições “lambertistas” (Lambert é um dos dirigentes da Organisation Communiste Internationaliste, grupo pela “Reconstrução da IV Internacional”) e vai formar com o Grupo Comunista 1º de Maio o OSI. Outro setor da FB se transforma em Liga Operária, que por sua vez dará origem ao PST.

GRUPO COMUNISTA 1º DE MAIO

Ver OSI

GRUPO DEBATE

Ver União dos Comunistas

LIGA OPERÁRIA

Ver PST.

MOVIMENTO ARMADO REVOLUCIONÁRIO - MAR

Formado essencialmente por ex-sargentos cassados. Grupo armado que aparece vinculado à “guerrilha de Angra dos Reis”. Desaparece sob os efeitos da repressão.

MOVIMENTO ANTI-IMPERIALISTA SOCIALISTA - MAS

Movimento surgido nos anos 1970 após a derrota das organizações armadas, reunindo militantes de vários grupos e articulado com algumas

frentes de massa, que subsistiram no período de refluxo do movimento de massas. A incorporação de outros grupos de base provocará a formação do MRP, Movimento pela Revolução Proletária. Este procura articular a questão nacional com uma perspectiva socialista, o que se expressa na proposta de formação de uma frente anti-imperialista pelo socialismo. Foi uma das poucas organizações que recomendou o voto nulo nas últimas eleições. Edita o jornal mensal e a revista, ambos chamados *Luta de Classes*.

MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO - MEP

Originária da Fração Bolchevique da POLOP é uma das organizações que surgem no período de ascenso das lutas políticas no país, ainda que suas origens estejam na fase anterior de recuo. Retomando criticamente as teses essenciais da POLOP, o MEP também define o caráter socialista da revolução brasileira, e faz da classe operária o campo privilegiado de sua intervenção, ainda que sua presença real seja mais forte no movimento estudantil. Edita o jornal *Nova Luta*, centrado em questões do movimento operário.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR - MOLIPO

Dissidência da ALN. Grupo estruturado fundamentalmente em torno de ações armadas. Sofreu golpes repressivos que o desbarataram.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO - MR-8

Originário da Dissidência da Guanabara, provavelmente o primeiro grupo no interior do PCB que contesta organizadamente a posição adotada pelo “Partidão” depois do golpe. De origem essencialmente estudantil, a Dissidência manteve sólidas posições no Movimento Estudantil e foi um dos elementos motores das mobilizações de rua de 1968, inclusive, a marcha dos “100 mil”. Após o AI-5, a Dissidência, que ainda mantinha este nome se orienta para as ações armadas. Esta linha tem

um de seus momentos mais importantes quando ela decide, associada à ALN, sequestrar o embaixador dos Estados Unidos no Brasil e exigir a libertação de 15 prisioneiros políticos. É então que a Dissidência resolve adotar o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (data da morte de Guevara), o mesmo de um pequeno grupo, originário do PCB e com base no então estado da Guanabara, dizimado anteriormente pela repressão. Os dirigentes da Dissidência utilizavam este expediente para desmoralizar as sonoras declarações de vitória da repressão sobre o primeiro MR-8.

Atingido pela repressão, a maioria de seus integrantes se encontra no exílio no começo dos anos setenta. É então que se produz uma divisão com a formação de uma cisão chamada MR-8 CP (Construção Partidária) que se dissolverá mais tarde.

Após o fracasso da experiência de implantação no interior da Bahia, na qual morre o ex-capitão Carlos Lamarca, que havia rompido com a VPR e ingressado no MR-8, a organização inicia uma revisão de sua política.

O privilegiamento das lutas democráticas, consideradas como “centro tático” do MR-8 e uma aproximação da chamada “esquerda proletária” dominam sua política. Sucessivamente se esvaziavam, no entanto, seus projetos de aproximação, primeiro com a POLOP e, posteriormente, com a AP, com a qual havia expectativas de fusão.

O MR-8 defende uma política de Frente Popular e tem relações próximas com PCB e PCdoB. Até bem pouco tempo editou a revista *Brasil Socialista* e publica ainda o jornal *Unidade Proletária*.

MOVIMENTO PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA - MRP

Ver MAS.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES - MRT

Um pequeno grupo saído da Ala Vermelha. Praticamente um gru-

po de ação e que foi rapidamente dizimado pelos aparatos repressivos. Teve como seu nome mais expressivo Devanir de Carvalho², morto pelos agentes da OBAN.

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA - OSI

A OSI é o resultado da articulação de uma parte da Fração Bolchevique-Trotskista do POR com o Grupo Comunista 1º de Maio. O denominador comum é no plano internacional o “lambertismo”, corrente do movimento trotskista que se propõe à “reconstrução da IV Internacional”, criticando as posições do Secretariado Unificado da IV Internacional dirigido por Ernest Mandel e outros. Tem presença no movimento estudantil e em certos setores de profissionais liberais. Defenderam o voto nulo nas últimas eleições e são pelo paralelismo sindical.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

Fundado em 1922 por militantes de origem anarquista passou quase todo o tempo dos seus 57 anos de vida na clandestinidade. Em 1935 dirigiu uma insurreição armada contra o governo de Vargas e a partir de 1943 passou a apoiar o ditador por sua posição pró-aliados na Guerra.

Legalizado, teve grandes êxitos eleitorais em 1945. Sua legalidade dura pouco. Seu registro foi cassado e seus parlamentares banidos do legislativo. Passou à clandestinidade, mas, a partir de 1958, entrou em uma semilegalidade, aumentando enormemente sua influência no movimento de massas. Sua linha se definiu particularmente no V Congresso de 1960: luta pelas “reformas de base” e pela formação de um “governo nacionalista e democrático”. No fundamental, sua posição foi de apoio

2. Devanir José de Carvalho (1943-1971), metalúrgico e motorista, depois de passar pelo PCdoB e a Ala Vermelha, constituiu o MRT em 1969. Em 1971 foi ferido em confronto com as forças de repressão e levado ao Dops-SP, onde foi assassinado em tortura, cf. BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 155-156 (N.E.).

ao governo Jango e de confiança em que o “dispositivo nacionalista nas forças armadas” “aplastaria as tentativas de golpe”, segundo palavras de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral desde 1943.

Além da cisão de 1962, que deu nascimento ao PCdoB, o “Partidão” foi sacudido por uma violenta crise interna entre 1965 e 1968. Centenas de seus militantes foram engrossar as filas das dissidências que dariam nascimento a várias organizações: ALN, PCBR, MR-8, POC etc.

O VI Congresso, na clandestinidade, reafirmou as orientações estratégicas anteriores e formulou a tese da necessidade de uma frente democrática, começando um processo de autocrítica, aonde a orientação do PCB antes do golpe é estigmatizada como “esquerdista”.

Durante os anos 1970, o PCB é fortemente atingido pela repressão. Pelo menos, sete membros do Comitê Central são assassinados pela polícia³, o que obriga sua direção a abandonar o país.

Pró-soviético, o PCB apoiou a intervenção da URSS na Checoslováquia e Prestes, recentemente em entrevista à TV Bandeirantes, disse que os dissidentes dos países socialistas quando chegam ao ocidente mostram claramente que “são loucos mesmos”. Estas posições são dificilmente aceitáveis pelo “grupo italiano” de orientação *eurocomunista*, que parece estar ganhando força, segundo se depreende das entrevistas publicadas recentemente no *Jornal do Brasil*, com alguns de seus dirigentes. O VII Congresso, já convocado, promete ser animado e provocará seguramente um enfrentamento entre os “euro” e o grupo prestista.

3. Dados posteriores apontam para o número de dez membros da direção do PCB que foram assassinados pela ditadura em 1974-1975 e que até hoje continuam “desaparecidos”: David Capistrano da Costa (1913-1974); João Massena Melo (1919-1974); Luiz Ignácio Maranhão Filho (1921-1974); Elson Costa (1913-1975); Hiran de Lima Pereira (1913-1975); Itair José Veloso (1930-1975); Jayme Amorim de Miranda (1926-1975); José Montenegro de Lima (1943-1975); Nestor Vera (195-1975); Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (1915-1975). Sobre as circunstâncias dos assassinatos e “desaparecimentos” ver GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014, especialmente o capítulo “Noite e neblina: A ofensiva contra o PCB”, p. 423-449; bem como BRASIL. SEDHPR-CEMD. *Op. cit.*, p. 373-379, 395-399, p. 405-407, p. 409 (N.E.).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDoB

Em 1962, o grupo de dirigentes do Partido Comunista que havia sido derrotado no V Congresso desta organização, rompe com o “Partidão”, acusando-o de compartilhar as teses do “revisionismo soviético”, sobretudo a que admite a possibilidade da “via pacífica” na transição ao socialismo. Reivindicando a continuidade com o velho partido fundado em 1922, eles guardarão o nome de Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O PCdoB tomará a posição na polêmica sino-soviética ao lado da China, referência que se manterá até a morte de Mao.

Hoje, o PCdoB, como grande parte das organizações semelhantes da América Latina, reivindica, no plano internacional, as posições do Partido do Trabalho da Albânia. O ingresso de um grande número de quadros da Ação Popular nas suas filas em fins da década de 1960 (provavelmente mais do que os efetivos do PCdoB naquela época) injetou sangue novo na organização, dando-lhe um dinamismo que poucos suspeitavam possível.

O PCdoB dirigiu um movimento guerrilheiro na região do Araguaia, segundo as autoridades do governo, o “maior desafio militar da esquerda ao regime”.

A derrota do movimento, que acarretou a perda de cerca de 50 quadros significativos da organização tem sido objeto de uma forte discussão no interior de suas fileiras.

O PCdoB tem como seu secretário-geral João Amazonas, um paraense de 67 anos, ex-deputado federal pelo PCB, que, juntamente com Diógenes de Arruda Câmara, são os únicos sobreviventes da “velha guarda” que rompeu com o PCB em 1962. Os outros, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Jover Telles, foram mortos ou se encontram “desaparecidos”.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

Formado em 1968 por dissidentes originários da chamada “*Corrente*”, o PCBR criticou a visão estratégica do PCB, especialmente no que se refere à tese sobre a via pacífica na transição ao socialismo. Defen-

dendo uma concepção de “guerra popular” o PCBR realizou na prática ações armadas semelhantes às dos demais grupos da esquerda. A repressão golpeou-o fortemente, processo no qual “desapareceu” seu principal dirigente, Mário Alves. Uma pequena parte do PCBR, liderada por Jover Telles, ingressou no PCdoB, em 1968.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO - PCR

Organização saída fundamentalmente das filas do PCdoB, ainda que tenha outras origens igualmente. Pouco conhecida, ela manteve-se ativa, sobretudo nos anos mais fortes da repressão. Uma particularidade é seu caráter regional. Tem implantação sobretudo no Nordeste do país.

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA - POC

Formado pela convergência da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e da Dissidência Leninista do PCB, no Rio Grande do Sul. O POC defendia o caráter socialista da revolução brasileira, privilegiando o trabalho político junto à classe operária e defendendo igualmente uma estratégia armada de poder, ainda que suas ações neste campo tenham sido reduzidas. Em 1970, o POC, em meio aos efeitos da repressão, é sacudido por uma crise interna. Um grupo sai da organização, voltando a adotar o nome de POLOP e criticando a “tentação militarista” à qual a organização havia sucumbido.

Mais adiante, o POC divide-se novamente. Uma parte de seus militantes liga-se à Quarta Internacional (Secretariado Unificado) adotando-se o nome de POC-Combate.

Mais tarde, contudo, as duas correntes voltam a se unificar, mantendo o nome de POC.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA POLÍTICA OPERÁRIA - POLOP

Formada em fevereiro de 1961, reunindo militantes vindos da Liga

Socialista (de orientação luxemburguista), da Mocidade Trabalhista e ex-militantes trotskistas e do PCB. Ainda que pequena e confinada nos meios intelectuais e estudantis, e com presença sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, a POLOP exerce uma considerável influência ideológica na esquerda, influência que se reforçará particularmente após o golpe de Estado, quando suas críticas ao populismo e ao reformismo recebem um aval histórico. Atrai então grupos de sargentos e sua presença é assinalada em episódios como o da “guerrilha de Copacabana” (articulação clandestina com sargentos da Marinha desbaratada pelo CENIMAR) e na guerrilha de Caparaó. As dificuldades de realizar uma ampla reorganização de esquerda e, sobretudo, de capitalizar em seu proveito a crise em gestação no interior do PCB, acabam por gerar conflitos no seu interior. A direção consegue vencer o Quarto Congresso por escassa maioria, mas não impede os desprendimentos em Minas Gerais (que darão origem ao COLINA) e em São Paulo (base para a formação da VPR). Em 1968, a POLOP que se funde no POC com a Dissidência Leninista é apenas uma parte da organização que se havia fortalecido após o golpe.

A POLOP ressurgiu, em 1970, como desprendimento do POC. Sua atuação se caracteriza por um recuo em direção ao trabalho com a classe operária, num momento em que as organizações armadas viviam sua etapa mais difícil. O trabalho se revela promissor, guardadas as proporções de um período de recuo do movimento de massas, mas uma orientação marcadamente obreirista se revela incapaz de dar conta dos problemas que começam a se colocar mais adiante, quando os primeiros sintomas de reanimação política apareceram. Refugiada em um doutrinário obreirista a POLOP começa a sofrer sucessivas crises internas, que provocam a formação de uma grande quantidade de pequenos grupos. Na Guanabara, particularmente, forma-se a Fração Bolchevique, de maior importância, que daria nascimento mais tarde ao MEP. O estado atual da POLOP é de total atomização.

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA - PORT

Pequeno núcleo de militantes inicialmente com base em São Paulo e, posteriormente, estendendo sua influência ao Rio Grande do Sul e alguns estados do Nordeste. Vinculado a J. Posadas, bizarro personagem da esquerda latino-americana e mundial, capaz de discorrer infatigavelmente desde problemas políticos de qualquer parte do mundo até questões relacionadas com o transplante de órgãos ou os discos voadores. Estes últimos aspectos de seu “pensamento político” e toda uma série de excêntridades provocaram desprendimentos no POR que formaram a Fração Bolchevique-Trotskyista.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES - PRT

Cisão da AP. Opunha-se a esta no plano estratégico, assumindo uma definição socialista do caráter da revolução no Brasil. Duramente golpeado pela repressão, este pequeno grupo não teve muito tempo de vida.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES - PST

O Partido Socialista dos Trabalhadores, originário da Liga Operária, é uma organização que reivindica o trotskismo, mais particularmente as posições da “minoría” da Quarta Internacional, Secretariado Unificado, que na América Latina têm no argentino Nahuel Moreno sua figura mais expressiva. Defendem a tese de uma frente classista e a necessidade de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - REDE

Cisão, em realidade mais um grupo operativo do que propriamente uma organização, da VPR. Tem seu nome associado a Eduardo Leite (Bacuri) barbaramente assassinado pelos organismos repressivos.

TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN

Grupo que se forma a partir da crise da ALN. Seu projeto de análi-

se das raízes da crise da organização fracassa. A TL-ALN se atomiza: uma parte ingressa no PCB e outra vai participar da revista *Debate*, publicada no exterior, a partir da qual surgirá mais tarde a União dos Comunistas.

UNIÃO DOS COMUNISTAS - UC

A União dos Comunistas é uma proposta de organizar o grupo de militantes, em grande parte no exterior, pelo menos nos anos mais duros da repressão, reunidos em torno da revista *Debate*. Agrupa ex-militantes da ALN e, igualmente, de outras organizações da esquerda armada, como a VPR. Sua linha política está contida na *Plataforma dos Comunistas*, publicada em número especial de *Debate*. As posições da UC guardam certa proximidade com as posições eurocomunistas⁴.

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA - PALMARES - VAR-PALMARES

Fusão do COLINA, da VPR e de grupos regionais (Sul, Bahia etc.) tendo como projeto a constituição de uma organização político-militar. Divergências sobre a estratégia militar em seu Primeiro Congresso, em 1969, provocam a partida da maioria dos elementos originários da VPR que retomarão sua antiga denominação. A VAR-Palmares tenta então combinar o prosseguimento de ações, o que se complica pelo fato de que quase todos os quadros militares vão para a VPR, com iniciativas junto ao movimento operário, materializadas nas teses sobre a União Operária que a VAR-Palmares busca levar adiante ligada com outras organizações de esquerda revolucionária. Atingida ela também pelo ciclo de repressão perde seus principais dirigentes, que caem presos ou são mortos. Um grupo de dissidente da VAR-Palmares – a DVP – editou o

4. Ver PEZZONIA, Rodrigo. *Revolução em Debate: O grupo Debate, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011 (N.E.).

jornal *Unidade*, crítico às posições militaristas e aberto para as questões das lutas democráticas.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA - VPR

Convergência de dissidências da Política Operária com militares expurgados que se haviam agrupado no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A VPR se caracteriza inicialmente por uma série de ações militares espetaculares, numa das quais o capitão Carlos Lamarca passa para a clandestinidade levando consigo dezenas de fuzis FAL do quartel de Quitaúna, em São Paulo. Ao mesmo tempo, a VPR mantinha uma influência importante no movimento operário paulista. Sua presença é assinalada em forma destacada nas greves de 1968 no setor metalúrgico. A fusão com o COLINA, dando nascimento à VAR-Palmares, dura pouco tempo e problemas relacionados com a estratégia militar, sobretudo, provocam o ressurgimento da VPR. Nesta segunda fase o essencial de sua atividade dar-se-á no campo militar e terão notoriedade não somente nos assaltos e sequestros, mas igualmente a escola de guerrilha descoberta na zona do Vale do Ribeira, na qual se encontrava Lamarca. A partir de 1970, a VPR está confinada a pequenos grupos de ação e se torna particularmente vulnerável à infiltração dos organismos policiais. A mais notória é aquela atribuída ao ex-cabo Anselmo, que teria custado a vida de mais de 20 de seus militantes.

EM TEMPO, A HISTÓRIA DA ESQUERDA E O PCDoB

Em carta enviada a Em Tempo, o leitor carioca Antônio Osório dos Santos protesta contra a forma pela qual nosso jornal se refere ao Partido Comunista do Brasil em duas matérias publicadas no número 77, uma sob o título “PCdoB avalia o PT” e a outra o primeiro capítulo da Contribuição à História da Esquerda Brasileira¹.

Para Antônio Osório “estes artigos, creio que por desinformação da história do movimento operário no Brasil, apresentam, de maneira implícita, o PCdoB como dissidência do movimento comunista no Brasil”. Para nosso leitor, *Em Tempo* repete “a lenda que as classes dominantes tentam nos impingir como sendo ‘história’”. A verdade, para Antônio Osório, é que no “V Congresso do PCB, fundado em 1922, é um grupo de elementos burgueses, prestistas, que tentam tomar de assalto o partido da classe operária, mudando seu nome para Partido Comunista Brasileiro, optando pela balela da ‘transição pacífica ao socialismo’”.

1. O texto “PCdoB avalia PT” era uma pequena nota que integrava resenha política semanal do *Em Tempo* intitulada “isto aí” (PCdoB avalia PT. *In*: isto aí. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 77, 16-22/08/1979, p. 3). O outro texto mencionado é GARCIA, Marco Aurélio. Quem é quem na esquerda brasileira. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 77, 16-22/08/1979, p. 8-9. Nele, fundamentalmente, eram identificadas sumariamente as organizações que seriam examinadas na “Contribuição...”. A referência ao PCdoB estava na página 9 (N.E.).

Nosso leitor nos explica que o secretário-geral do PCdoB, João Amazonas, “não ‘reivindica’ para o partido a condição de herdeiro da tradição comunista. A própria tradição comunista no Brasil é que é a tradição do PCdoB, desde 1922”. Antônio insiste que em 1962 “Grabois, Pomar, Amazonas e outros mantêm a tradição marxista-leninista no Brasil, reorganizando o PCdoB, contra a investida da burguesia”. E, em seguida, sobre o trabalho desenvolvido por Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Luiz Ghilardini e Lincoln Oest, alguns dos militantes do PCdoB assassinados pela ditadura nestes últimos quinze anos, para perguntar: “Todos estes comunistas ‘reivindicam’, senhores editores?”.

Fazendo referência aos erros que o PCdoB cometeu e “quando os constatou, não deixou de reconhecê-los publicamente”. Antônio nos diz que o Partido “nunca renegou os princípios científicos da ciência do proletariado”, não vacilando em denunciar a URSS “quando compreendeu que o glorioso partido de Lênin e Stalin tinha sido tomado de assalto pela burguesia... e o mesmo ocorreu quando o Partido percebeu que a China havia enveredado pelo mesmo caminho”.

Antônio Osório nos esclarece em *Post-scriptum*, que a carta é de responsabilidade sua e que “seus termos não foram sequer discutidos com (os) militantes” do PCdoB.

Em primeiro lugar, perdoe-nos por não ter publicado na íntegra sua carta. O espaço anda curto, mas esperamos não ter desfigurado em nada seu conteúdo essencial. Vamos aos problemas que tu suscita.

Nunca será demasiado lembrar que a linha editorial do *Em Tempo* tem diferenças políticas com a linha política do PCdoB, o que é facilmente perceptível na leitura de nossas páginas, não parecendo necessário aumentá-las com picuinhas históricas.

Não concordamos, porém, que as classes dominantes sejam as responsáveis pela “versão histórica” segundo a qual o PCdoB é uma dissidência do PCB. Para falar a verdade, temos a impressão que as classes dominantes

não estão muito motivadas por esta polêmica. Se teus conhecimentos de história do movimento operário brasileiros fossem maiores, no entanto, tu terias invocado que Grabois, Amazonas, Pomar e outros, ainda que com posições críticas às *Teses para Discussão*, participaram do V Congresso e muitos deles foram eleitos para postos de direção no “Partidão”, com o que legitimam o debate. Quando eles decidem formar (ou como tu queeres, “reorganizar”) o PCdoB estavam em minoria no “Partidão” e por isto rompem. E aqui não discutimos se sua posição era correta ou não. “Reivindicar” ou “ser” a tradição ela mesma de nada vale (salvo para os místicos de tradição) se esta não foi analisada criticamente, coisa que nem o PCB e nem o PCdoB fizeram, não sendo difícil imaginar o por quê.

Da mesma forma, tu não necessitas invocar o assassinato de tantos valorosos militantes do PCdoB – cuja memória, nós e todo o povo brasileiro respeitamos profundamente – para justificar a correção da linha do Partido. O PCB, que tu consideras, equivocadamente, assaltado pela burguesia, perdeu, como todas as demais organizações de esquerda no Brasil, vários de seus dirigentes em circunstâncias análogas e isto não garante a justeza de sua posição. Ademais, se o “Partidão” fosse um partido burguês, como tu dizes, estes assassinatos se reduziriam a um aspecto da pugna interburguesa no Brasil.

Um último aspecto da tua carta: nossa concepção do socialismo nos impede de aceitar a continuidade de que tu estabelececes entre o “Partido de Lênin” e o “Partido de Stalin”. O partido do primeiro foi liquidado pelo partido do segundo nos sucessivos processos de Moscou e no Gulag.

Foi aí que os governos dos soviets foi tomado de assalto, não pela burguesia, mas por uma camarilha burocrática que, para garantir seus privilégios, afogou no sangue a primeira revolução proletária vitoriosa da humanidade, eliminando seus melhores filhos.

Saudações e volte sempre.

M.A.G.

A AP, O PRT E *EM TEMPO*

Considerando que “tanto o artigo de Marco Aurélio, como a entrevista de Altino Dantas Júnior¹ pecam por uma simplificação mecanicista da história” da esquerda brasileira, uma leitora, que se assina como “ex-militante do PRT”, nos envia as seguintes notas:

SOBRE NOSSO ARTIGO:

Acho importante que se deixe claro que a AP não saiu diretamente de uma posição cristã, que é sua origem, para uma posição maoista. Dentro de uma visão mais ampla é bom lembrar que a aproximação teórica da AP com o Marxismo se deu através de Louis Althusser e Marta Harnecker (...) após o golpe de 1964 (...), a AP vai ter um grupo de militantes em Paris e é este grupo que assume uma posição marxista. De volta ao Brasil formará a base fundamental da equipe responsável pela formação de quadros dentro da AP.

Tentemos compreender esse momento: a AP, uma organização de origem pequeno-burguesa, e que até essa época havia crescido e se forta-

1. Ver “Da crítica ao maoismo da AP nasce o PRT” e “A luta interna vista por dentro (Entrevista com um dos fundadores do PRT)”, p. 99 e p. 109, respectivamente.

lecido através de uma atividade prática muito grande, começa a assumir o marxismo pela porta da prática teórica althusseriana. A AP, que até então, na sua prática diária, tinha uma posição anticomunista, começa a se opor tanto ao PCdoB como ao PCB, e passa a definir o caráter da sociedade brasileira como capitalista e sua Revolução como Socialista.

(...) é com Debray que a AP tentará fazer a ligação entre a teoria de Althusser vis-à-vis seu praticismo constante.

(...) A direção, neste momento, não está preocupada em formar quadros; é o grupo de Paris, fundamental, que começará a ter essa preocupação.

Outro dado importante a ser analisado, e que nem Marco Aurélio nem Altino tocam, é a forma como se desenvolve a luta interna na AP com o grupo que mais tarde formará o PRT.

Será que só a direção da AP cometeu erros nesse processo?

O relato que Marco Aurélio faz sobre a Reunião Nacional Ampliada é exato. Falta, porém, a análise da atuação dos dois grupos antes da Reunião. Infelizmente, não tenho condições de fazer esse balanço isoladamente (...).

Acho mais que importante essa reconstituição porque a esquerda brasileira, não sabendo pensar revolucionariamente com as divergências, acaba resumindo tudo a uma briga entre vilões e mocinhos.

A análise desses processos de “Rachas”, não só da AP como de outras Organizações, é que virá a nos dar condições de modificarmos nossa visão.

Voltando agora ao maoísmo, os companheiros da AP vão descobrir que o PCdoB não era “Organização”, mas sim “Partido Irmão” quando da chegada, no mesmo dia, de duas delegações em Pequim: uma composta por membros do CC do PCdoB, recebida com honrarias oficiais, e outra composta por dirigentes da AP, recebida apenas como uma delegação de “uma organização aliada”.

Com esse fato quero demonstrar que:

1 – é o mesmo grupo de Paris que inicia seu processo autocrítico em relação a Althusser e que, portanto, os novos posicionamentos de revisão já estavam existindo antes do fato acima citado;

2 – o que ocorreu em Pequim foi que os companheiros da AP não tiveram seu curso iniciado enquanto não aceitaram a tese do “Brasil semifeudal”;

3 – é a partir da volta desses companheiros que se instaura o dogmatismo, com uma visão maoista dentro da AP (...).

SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA DO PRT:

Dentro do próprio Congresso já surgem algumas divergências que são superadas não de fato, mas sim em nome da unidade.

Porém, quando do início das ações armadas, não é mais possível evitar o confronto que dá origem a três posições:

1 – as ações armadas deveriam ter caráter seletivo, tendo como alvo principal os órgãos governamentais;

2 – uma posição intermediária, de autossustentação, que achava que naquele momento as ações não deveriam nem ser assumidas, uma vez que sua finalidade era apenas angariar fundos;

3 – uma posição mais agressiva de alguns companheiros que propunham ações em cadeia de imediato.

Estas posições levam à existência de três correntes dentro do PRT que, na prática, no início de 1970 já está cindido em três grupos que mal se comunicam.

Estes fatos nunca puderam ser analisados e discutidos pelos membros do PRT uma vez que o cerco repressivo se fechou em torno da Organização e, na prática, ela foi dissolvida.

SOBRE A ENTREVISTA DE ALTINO DANTAS JÚNIOR

Desejei, inicialmente, fazer algumas correções na “biografia” do companheiro. Tal desejo, porém, abandonou-me, pois não tenho esse

direito. Se correções cabem ser feitas, e cabem, devem ser feitas pelo biografado e não por mim.

A meu ver, a entrevista como um todo peca por seu caráter personalista.

Não vi, em toda a entrevista do companheiro, a autocrítica quanto à forma como a Comissão Executiva Provisória atuou com os elementos de base, principalmente os de origem pequeno-burguesa e que tinham uma grande confiança nessa Direção.

(...) As exigências eram grandes, imensas, e caso o indivíduo vacilasse, por não ter condições de assumir o que se esperava dele, vinha a frase feita: “O companheiro continua pequeno-burguês”. Mas claro que continuava! Ele não tivera uma prática política e social realmente transformadora!

Se analisarmos nossa prática veremos que, mesmo com uma roupagem diferente, em muitos momentos nossa prática foi igual ou parecida com a da Direção da AP que tanto criticávamos.

No tocante à entrevista propriamente dita, gostaria de comentar alguns trechos.

1 – “Muitos de nós opúnhamos” etc. (p. 13 – 8º parágrafo)

Embora na época não fosse militante de AP, acompanhei muito de perto esse processo e, a meu ver, o que ocorreu foi que no primeiro momento não houve oposição porque havia uma aceitação geral do maoísmo dentro da AP. O que vai chamar atenção para a questão são os famosos “pontos de critérios de militância”, onde se exige dos militantes a proletarianização como uma forma de preparo para se chegar ao campo, ou seja, de pequeno-burguês a operário e de operário a camponês.

2 – “para dar uma ideia do processo, Altino relembra” etc. (idem, 9º parágrafo).

No que se refere a este parágrafo, pediria ao companheiro que procurasse corrigir-se e fizesse um esforço de memória, pois, ao que eu saiba, ele não se encontrava presente à aludida reunião.

3 – “A mim foi exigido que fosse morar numa casa sem luz” etc. (idem, 15º parágrafo, última frase).

Não foi exigido apenas do companheiro que fosse morar em casa sem luz e água e esquecesse os eletrodomésticos. Esse ponto era um dos principais pontos dos critérios de militância e todos os companheiros sabiam que por mais absurda que parecesse, a não obediência poderia levar ao rebaixamento ou mesmo à expulsão.

4 – “Dezenas de militantes se reúnem, pela primeira vez” etc. (idem, 23º parágrafo, última frase).

Muitas vezes somos empolgados pela propaganda do “Brasil Grande” e isto, enquanto esquerda, é muito prejudicial. A importância desta reunião não está colocada em função dos números, mas sim pela qualidade e representatividade de alguns companheiros presentes. E mais: pelo posicionamento assumido nela, que foi o da elaboração do Documento “Duas Posições”, a primeira semente de um esforço conjunto para, dentro de nossas limitações, procurar conhecer e avaliar a realidade brasileira, consubstanciado no Programa do PRT (...).

UMA SUGESTÃO AOS COMPANHEIROS DO *EM TEMPO*:

Não é possível que a cabeça de um único elemento seja depositária de todo um período da História. A complexidade da prática política, os meandros, as posições de combate e outras posições, tudo isso foi muito maior para apenas um indivíduo guardar.

Por isso, e levando em conta que a verdade é sempre revolucionária, proponho:

1 – Que toda vez que se pretende montar a história de uma Organização ou Grupo, na medida do possível, procure-se organizar um debate com um grupo de militantes dessa Organização. Dessa forma, evitaríamos visões parciais e estaríamos, portanto, mais próximos da verdade.

2 – Que o jornal evitasse citar nomes de pessoas e que, quando isto ocorresse, a pessoa citada deveria ser consultada sobre a necessidade de aparecer seu nome. Só então, com aquiescência do citado, é que nomes apareceriam nas páginas do jornal.

A história dos anos 1960-1970 é muito recente; muitos participantes estão ainda por aí, muitos passaram por torturas para confirmar nomes ou nomes políticos.

Portanto, só elas podem saber se informações desse tipo podem ser publicadas.

Companheira:

Fomos obrigados, por razões de espaço, a realizar alguns cortes na nota de mais de mil linhas por ti enviada, mas esperamos que o seu conteúdo em nada tenha sido prejudicado. Por razões de método, separei em três tipos as questões por ti tratadas: 1) observações sobre a entrevista de Altino Dantas Júnior², cuja versão definitiva lhe foi submetida pessoalmente antes da publicação, da mesma forma que o resto dos materiais publicados nesta edição; 2) observações específicas sobre a maneira pela qual abordei a história da Ação Popular e do PRT e, finalmente, 3) observações gerais sobre a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, que estamos publicando.

Quanto às observações feitas às entrevistas de Altino, penso que somente ele pode responder. Já no que se refere às “simplificações” em que eu teria incorrido no tratamento da AP e do PRT, gostaria de esclarecer-te, em primeiro lugar, que não “simplifiquei” a análise da evolução ideológica da AP até o marxismo e, neste particular, te remeto ao capítulo “AP: Do cristianismo ao marxismo-leninismo”, aonde, seja no texto central, seja noutra ali intitulado “Um Marxismo de Mao a Marx”, procurei chamar a atenção para aspectos reais desse processo de transformação,

2. Ver “A luta interna vista por dentro (Entrevista com um dos fundadores do PRT)”, p. 109.

citando e especificando o papel nele desempenhado pelo “grupo de Paris” e, particularmente, a incidência do pensamento de Althusser e de sua epígona, Marta Harnecker.

As informações de que disponho (e que provêm de mais de uma fonte) me levam a crer que a “virada marxista” se consumou efetivamente com a volta dos militantes que haviam viajado à China, ainda que eu concorde totalmente contigo que é a partir deste momento que se instaura o dogmatismo dentro da organização. A informação que tu dás de que os militantes da AP só começaram seu curso na China depois de haver aceitado a tese de um “Brasil semifeudal” já está contida na entrevista de Altino, como tu podes ver, relendo-a mais atentamente. Estou de acordo contigo, igualmente, quando consideras as dificuldades de analisar mais detalhadamente o processo de luta interna na AP que levou à cisão do PRT. Este aprofundamento da questão escapava às pretensões desta série, cujos limites do ponto de vista informativo e analítico foram desde o começo assinalados por mim. Já as diferenças existentes dentro do PRT sobre o problema da luta armada estão sugeridas em meu texto, ainda que tu as especifiques mais.

Gostaria, finalmente, de referir-me a tuas sugestões sobre como enfrentar a história da esquerda brasileira. Temos procurado reconstruir esta história tendo como base mais de uma fonte, ainda que nem sempre a partir de um confronto direto entre protagonistas de um determinado episódio, coisa que não é sempre fácil realizar, como a companheira pode imaginar. A utilização de um depoimento pessoal nos parece compatível com as exigências da objetividade, desde que o depoimento seja confrontado com outras fontes, como sempre o fizemos. Que eles produzam discordância nos parece normal, tendo em vista a complexidade da problemática que estamos tratando. Não só os nomes como as fontes por nós citados são de amplo conhecimento do aparelho repressivo. Nem *Em Tempo* nem eu pessoalmente nos prestaríamos à tarefa de aumentar

o já abundante caudal de informações que a repressão dispõe a respeito da esquerda.

A realização desta *Contribuição à História da Esquerda* tem se defrontado com algumas poucas incompreensões: no fundamental, no entanto, pensamos que ela tem provocado um salutar debate no interior daqueles setores que estão preocupados em pensar “nossa herança” sem triunfalismos nem ressentimentos. A carta da companheira parece-me uma prova disto e por isso eu lhe sou grato.

M.A.G.

A DEMOCRACIA NA FRENTE JORNALÍSTICA

Um diretor do Em Tempo se demite de seu cargo a partir de um episódio envolvendo uma matéria de sua autoria. Aqui, sua carta de demissão que ele pede seja publicada no jornal e a resposta da Diretoria aos fatos e argumentos por ele levantados.

LAVANDO A ROUPA SUJA DO *EM TEMPO*

“**R**oupa suja nem sempre se lava em casa”, diz o título da última página do n. 117 do *Em Tempo* (23 de outubro a 5 de novembro). Resolvi seguir este conselho e levar, aqui em público, o que considero parte da “roupa suja” do nosso jornal. Vamos aos fatos. Preparei para o último número do *Em Tempo* um artigo que, a partir da realização do Congresso da UNE¹, enfoca o comportamento das correntes políticas atualmente do movimento estudantil. Nele observo a incapacidade das distintas tendências em formular mínimas diretrizes capazes de dar uma resposta à grave crise que atravessa a universidade brasileira. Tento, ao mesmo tempo, compreender o fundamento dos fenômenos, a meu juízo vinculados a uma concepção equivocada das relações entre vanguarda e os movimentos (no caso, o ME), sublinhando os prejuízos desta concepção política para a formação de um movimento estudantil independente e, ao mesmo tempo, solidário das lutas populares. O artigo vale o que vale e não é sua qualidade que está aqui em discussão. Não quero saber por que se preferiu dar conta do Congresso apenas através de um texto

1. Trata-se do XXXII Congresso da União Nacional dos Estudantes. Realizado em outubro de 1980, na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo (N.E.).

de duvidosa qualidade jornalística e que termina com o cada dia mais tradicional *oba-oba* “só nós somos bons”. (Nada tenho contra a interessante entrevista que *Em Tempo* fez com Lídia Matta Machado²). As ideias que expressei em meu texto foram discutidas muitas vezes com estudantes de São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba e no seminário da UNE. Em Minas Gerais, particularmente, onde a tendência “Centelha” é ativa e muito forte, revistas de entidades por ela hegemônicas publicaram minhas contribuições como elemento de serventia para um debate que seus militantes travam com seriedade.

Para surpresa minha, o artigo não foi publicado, não por problemas de espaço ou qualidade, mas porque “não correspondia à linha política da editoria”. Foi considerado inconveniente naquele momento, pois supostamente debilitaria as tendências que o jornal apoia e que apoiam o jornal. Pelo que conheço dos companheiros da “Centelha”, para só citar um caso, não creio que eles sejam tão zelosos quanto o censor supõe. Preferem, antes, a crítica que a apologia e a autocomplacência.

A censura, ou “veto” temporário provocou-me decisões. O artigo não saiu no *Em Tempo* quando me pareceu conveniente: decidi que ele não aparecerá em outra edição do jornal como me foi proposto. Pela primeira vez é invocada a divergência política para impedir a publicação de um texto. Esta decisão solitária e politicamente arrogante foi tomada por um diretor do jornal (o presidente) contra outro (o autor); aquele se julgou com prerrogativas suficientes para dizer o que era e o que não era a linha do jornal. Tive conhecimento dos motivos do veto quatro dias após a aparição da edição – o que dá uma pálida imagem da concepção de democracia que preside a feitura de *Em Tempo*, sem falar do respeito pessoal que é dispensado a companheiros na redação. Os prepotentes redatores-chefes da imprensa burguesa ainda não terminaram seu aprendizado.

2. Os textos referidos por Marco Aurélio Garcia foram publicados no número 117, ano III, 23/10-05/11/1980, p. 12-13 (N.E.).

O debate sobre os rumos do jornal e, nas circunstâncias atuais, do conjunto da imprensa alternativa se fazia necessário: para *Em Tempo* ele me parece agora inadiável. Uma reunião do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) e uma Assembleia Geral se impõem para pôr freio numa marcha inexorável de fechamento e sectarização política do jornal, sem falar da necessidade de democratizar seu funcionamento e, sobretudo, de reconstituir sua base de sustentação, ou para confirmar explicitamente uma concepção da política que me é cada dia mais alheia.

Preferi a linguagem franca aos panos quentes, pronto para assumir ao mesmo tempo minhas responsabilidades nos descaminhos do jornal. Esta franqueza espero seja por toda exercida e, oxalá, o jornal possa dar conta em suas páginas do teor deste debate. Até que novas políticas sejam definidas, dispense-me da honraria de ser diretor do jornal, reservando-me, enquanto seu conselheiro e integrante do seu coletivo, o direito de intervir na discussão.

Marco Aurélio Garcia

ROUPA SUJA OU DEMOCRACIA INTERNA?

A atitude que acaba de ser tomada pelo companheiro Marco Aurélio nos parece profundamente injustificada e intempestiva, ainda que respeitemos seus direitos de tomá-la. As razões por ele alegadas para sua demissão da diretoria do jornal não convencem de forma alguma da justiça de uma atitude tão radical. Pois as questões políticas de fundo que poderiam ensejar um debate mais frutífero são tão somente aludidas na sua carta através da expressão “marcha inexorável de fechamento e sectarização política do jornal”.

O companheiro fica assim a nos dever a colocação, num plano mais político, de suas eventuais divergências para que possamos ir ao fundo da questão.

No entanto, como o companheiro Marco insiste na publicação da carta na seção *Aparte*, somos obrigados a dar aos leitores uma resposta – que já transmitimos ao ex-diretor pessoalmente – diante das questões ali levantadas. E é o que fazemos a seguir:

1) O lado político do *episódio* em causa é a linha editorial do jornal perante questões estudantis. Esta linha pode ser evidenciada em dois aspectos. Num plano mais geral, há muito *Em Tempo* aprovou uma resolução editorial no sentido de subsidiar a construção do PT como um partido

de classe e militante, o que em si já é um referencial, embora limitado, para pautar a conduta do jornal ante um quadro eleitoral no movimento estudantil. À luz desta resolução cabe ao jornal examinar a problemática estudantil procurando ver e mostrar quais correntes levam para o movimento uma perspectiva sintonizada com a política do PT. Noutro plano, mais específico, há mais de um ano o jornal tem identificado, através de sua cobertura estudantil, o grupamento estudantil que agora concorre às eleições através da chapa *Nosso Tempo*³ como aquele que mais se aproxima daquela perspectiva geral posta acima. Além disso, por várias matérias já publicadas, mostramos também que este grupamento não somente está sintonizado com a perspectiva geral do PT, como é aquele que mais tem se destacado, por exemplo, em oferecer ao movimento estudantil uma proposta global de solução da crise da universidade centrada na luta pela democratização da instituição, entre outras características.

Este tipo de visão, se não foi colocado no papel como uma resolução editorial – e *Em Tempo* tampouco tem resoluções editoriais formais sobre outros temas, como sindical, internacional, cultura etc. –, no entanto vem sendo constantemente apreciado e aprovado por uma larga maioria de trabalhadores e colaboradores do jornal, seja nas reuniões do Conselho Editorial e Administrativo – CEA – seja nas reuniões da redação e do coletivo.

Isto tudo significa que o jornal tem uma linha editorial para assuntos estudantis. E não uma linha tirada da cabeça autocrática de qualquer editor, mas referendada tanto nos documentos como na prática e na discussão democráticas dentro dos marcos da frente jornalística.

2) E qual era a linha editorial expressa no artigo em questão, elaborado por Marco Aurélio? O centro da sua posição no artigo, como

3. Chapa apoiada por *Em Tempo* nas eleições à presidência da UNE ocorridas em novembro de 1980, nas quais ficou em quarto lugar e a vitoriosa foi a chapa *Viração*, presidida por Aldo Rebelo, então ligado ao PCdoB, cf. NADAI, J. UNE tem nova diretoria. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 119, 20/11-10/12/1980, p. 5 (N.E.).

ele mesmo diz na carta, é a avaliação de que há hoje uma “incapacidade das distintas tendências em formular *mínimas* (grifo nosso) diretrizes capazes de dar uma resposta à grave crise que atravessa a universidade brasileira”. O artigo, a nosso ver, não somente enuncia, mas radicaliza a tal ponto esta tese negativista sobre *todas* as correntes estudantis – e, mais grave ainda, sem demonstrá-lo minimamente que seja à luz dos programas apresentados pelas chapas – que termina por se caracterizar como uma peça não somente externa ao movimento, mas até mesmo elitista, presunçosa e professoral. Reforçando este desvio, o artigo não é capaz de, feita a negação absoluta de tudo e de todos, apontar, positivamente, a “proposta” hoje tão necessária para o movimento estudantil. É claro que uma matéria nestes termos, e que ocuparia uma página inteira do jornal em meio a uma edição estudantil de três outras, assumiria inevitavelmente um caráter editorial E um editorial contrariando o que se tem discutido, aprovado e praticado há tempos nas nossas páginas relativamente a este assunto. Isto, é claro, seria um absurdo total, um desrespeito à maioria dos que fazem o jornal. Assim, decidiu-se que a matéria em causa não sairia.

3) Mas deixando de lado agora o aspecto político do *episódio* e passando ao lado formal que diz respeito ao funcionamento do jornal e sua democracia interna, quem e como se decidiu que o artigo não sairia? Em primeiro lugar, as edições são pautadas com antecedência. E na pauta respectiva o companheiro Marco propôs e ficou acertada uma matéria diferente daquela que ele finalmente entregou no dia do fechamento da edição. Propôs uma matéria sobre a crise da universidade, em particular sobre os graves reflexos desta crise na eminente demissão do ministro Portella⁴. Pois bem, a matéria realmente entregue para publicação não

4. Eduardo Mattos Portella (1932-2017), professor e escritor, foi ministro de Estado da Educação, Cultura e Desportos no governo João Figueiredo, de 15 de março de 1979 a 26 de novembro de 1980 (N.E.).

é isto, pelo contrário, trata da incapacidade, não do regime, mas sim de todas as tendências estudantis em darem a “*mínima*” contribuição que seja à solução do impasse universitário. Já aí haveria um senão para publicação da matéria naquela edição, se respeitados os canais de funcionamento do jornal. Mas o que foi que se fez? O artigo chegou à redação no dia mesmo do fechamento da edição. Constatada sua inadequação editorial, o editor chefe consultou os demais redatores e diretores que trabalhavam no fechamento do jornal – e o companheiro e diretor Marco Aurélio não se achava entre estes –, obtendo deles a mesma avaliação e conclusão negativa quanto à publicação da matéria naquela edição. Por proposta do editor ficou ali então acertado que a matéria sairia na edição seguinte, sob a forma de debate em confronto com outras posições sobre o mesmo tema, ficando assim garantida a democracia interna pela qual temos nos pautado no jornal.

Garantidos os direitos da maioria, não se desvirtuando a linha editorial estudantil do jornal naquela edição, e os direitos do companheiro Marco Aurélio de expressar nas páginas do jornal – na edição seguinte – sua posição sobre quaisquer assuntos. E esta decisão foi comunicada ao companheiro na primeira reunião depois do fechamento. Cabe lembrar aqui também que, segundo os estatutos e a prática do jornal desde sua fundação, no dia do fechamento, quando, por razões de ritmo de produção, não se pode ficar a todo o momento convocando-se plenárias para debater e resolver divergências editoriais, o editor chefe é o responsável em primeira instância por resolver estas divergências. Ainda assim, o editor, como dissemos, consultou e teve a concordância de todos os demais redatores presentes sobre a medida a ser tomada.

4) Todas estas considerações acima nos deixam tranquilos de que não houve qualquer gesto autoritário ou censura política da parte de ninguém contra o companheiro Marco. O que houve foi um encaminhamento de edição – como tantos outros há a cada edição do jornal – calcado na le-

gítima linha editorial que a maioria da frente jornalística tem aprovado, um encaminhamento ainda tratado e resolvido pelos legítimos canais e instâncias democraticamente eleitos para tanto, e por fim, um encaminhamento que garantia, ao mesmo tempo, a publicação da matéria do companheiro, evidentemente sem o cunho editorial que ela assumiria necessariamente naquela edição. Nisto não há nada de censura, que é um conceito estreitamente vinculado ao autoritarismo e à ilegitimidade. O que houve foi um legítimo veto político *naquela edição* – e não nas opiniões do companheiro – democraticamente respaldado na maioria da frente jornalística que é o *Em Tempo*.

5) Por fim, queremos registrar nosso pesar em ter que fazer esta longa exposição de motivos, desinteressante, acreditamos, para a maioria dos leitores, mas necessária do ponto de vista de se resguardar a democracia interna que temos praticado em nossa frente jornalística. Esperamos, contudo, que o companheiro ex-diretor desenvolva com maior profundidade política seu ponto de vista sobre os rumos do jornal, e desde já adiantamos que toda a receptividade será encontrada para travarmos um fértil debate e consolidarmos ainda mais nossa frente jornalística.

Esta disposição independe dos resultados a que possamos chegar neste debate, pois nossa concepção de jornal é claramente frentista, devendo necessariamente saber ter e trabalhar em seu interior distintas posições políticas. Esperamos assim que o gesto, para nós intempestivo, do companheiro em se afastar da diretoria não venha a significar seu abandono da frente jornalística onde conjuntamente realizamos já quase dois anos de convivência e trabalho em prol de um jornal a serviço do Partido dos Trabalhadores.

A Diretoria

FUNDAMENTAL É A “AUTONOMIA”

A carta dos companheiros que se retiram agora do coletivo do Em Tempo, em desacordo com sua linha editorial e sua forma de funcionamento.

Companheiros,

É com tristeza que comunicamos aos integrantes do coletivo *Em Tempo*, a todos seus amigos e leitores, nossa renúncia às funções que exercíamos em nível editorial e de direção do jornal. Após a censura ao artigo de M. A. Garcia (ver n. 118¹), abriu-se supostamente um debate nas páginas do jornal em torno a seu futuro político e a suas normas internas de funcionamento. O veto à carta do conselheiro R. Rodrigues – que seria a primeira contribuição a este debate – mostrou-nos que o diretor-presidente Flávio Andrade insiste no monólogo e na política dos fatos consumados. Continuar com tal “discussão” seria legitimar um jogo de cartas marcadas. Não vemos mais sentido em prosseguir nela. Ao retirar-nos do *Em Tempo* queremos expor por um imperativo de clarificação política, as razões de nossa decisão:

1. Ver GARCIA, Marco Aurélio. A democracia na frente jornalística – Lavando a roupa suja do *Em Tempo*. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 118, 06-19/11/1980, p. 19.

1. Há tempos que, junto a outros companheiros do jornal, e refletindo a opinião de muitos leitores, constatávamos o estreitamento e sectarização política de sua linha editorial, como o demonstra:

– a editoria internacional, trabalhando à base de transcrições de textos da Quarta Internacional ou produzindo receitas pretensamente revolucionárias para cada canto do globo;

– a cobertura do movimento estudantil, entre outras, em que o jornal assumia o papel de propagandista de tendências em polêmicas menores;

– a concepção da política, que minimiza a cobertura dos movimentos (tratados apenas em suas editorias específicas) e os desarticulados “grandes temas nacionais” (estes tratados de forma tradicional).

É evidente nossa responsabilidade, pelo menos por omissão, em tudo isto e por esta razão decidimos questionar teórica e praticamente esta visão, ganhar o coletivo *Em Tempo* para outra posição, ou explicitando as diferenças.

2. No primeiro empenho neste sentido houve a censura ao artigo de M. A. Garcia. Várias vezes matérias haviam sido mutiladas ou não publicadas. Nesta ocasião, no entanto, explicitou-se que o artigo de Marco Aurélio fora vetado por “incompatível politicamente com a linha do jornal”.

Na discussão que se seguiu no interior de um coletivo bastante esvaziado, explicitaram-se diferenças em pontos tão importantes como:

a) a interpretação da linha editorial aprovada na reunião do Conselho Editorial e Administrativo, de 12 de agosto de 1979 (*Em Tempo*, 16-22/08/1979, p. 4), e que se constituía no “programa para a frente jornalística”. Nossa leitura do programa identifica nele um compromisso fundamental do jornal no sentido de “estimular e difundir as formas de organização autônoma das massas nas suas mais variadas experiências” e, por esta razão, o apoio ao Partido dos Trabalhadores. Flávio Andrade vê no texto apenas um compromisso com o PT e particularmente com as “tendências classistas” em seu interior.

Como se vê, são duas formas de valorizar o próprio PT.

Nossa proposta de articulação jornal-movimentos pode ser ilustrada pela editoria de mulheres, na qual se buscou refletir a experiência desse movimento, ao invés de dar-lhe uma linha do exterior. Este trabalho foi feito com companheiras de origem diversa que, num trabalho coletivo, expressavam não só suas opiniões como divulgavam as distintas tendências do movimento. Num momento em que a esquerda estava perplexa com o feminismo e que a própria imprensa feminista atravessava uma crise, *Em Tempo* pôde desempenhar um papel de vanguarda. Tudo indica, no entanto, que a autonomia da editoria foi preservada na medida em que, talvez por considerar um domínio “menor”, não havia uma linha pré-estabelecida para o trabalho de mulheres.

b) a concepção de democracia interna do companheiro Flávio Andrade, especialmente num momento em que funcionavam precariamente as instâncias coletivas do jornal, significa que o editor-chefe, interpretando o que ele considera ser a posição da maioria do coletivo, reserva às posições minoritárias os espaços que ele considera correspondentes a seu peso numérico no jornal, desde que estas posições não contrariem a leitura que ele faz da posição do jornal. É difícil pensar uma frente jornalística funcionando à base de “centralismo democrático”, menos ainda à base de despotismo pouco ilustrado.

c) A avaliação do jornal na presente conjuntura, é particularmente crítica para a imprensa alternativa. Enquanto vemos com insatisfação a pouca importância dada às experiências, elaborações e propostas surgidas no interior do movimento popular, alguns companheiros da “maioria” se comprazem com a elaboração de um jornal “mais posicionado” (isto é, mais fechado com (pré)determinadas posições estratégicas e táticas).

3. Diante de todos estes fatos, empenhamo-nos na convocação de uma reunião do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) para discutir a situação e perspectivas do jornal. Começamos a preparar um texto que

contribuísse para a definição de linhas de trabalho, superasse a tendência ao sectarismo, ampliasse a relação com os leitores e redefiniu a própria base de sustentação material, *o que é impossível de fazer sem recompor sua base política*. Tínhamos e temos consciência de que se trata de questão complexa, porque ligada às dificuldades que atravessa a imprensa alternativa, a esquerda e o próprio movimento popular. Tínhamos e temos, ao mesmo tempo, certeza de que este trabalho passava por uma redefinição de relações com o movimento e com outras forças políticas, tendo em vista a debilidade de nossos laços, exceção feita às editorias sindical e de mulheres, onde existe uma boa experiência acumulada.

O essencial na discussão seria despertar novos interessados, manifestar internamente a disposição de questionar-se, de abrir-se. Por isso, ao lado da discussão interna teríamos de publicitar o mais amplamente os problemas e debates em que nos envolvíamos. Sem querer levar a discussão a questões de detalhes, não pretendíamos deixar sem resposta algumas afirmativas falsas que se encontravam na carta-resposta do que sobrou da diretoria ao companheiro M. A. Garcia. Qual não foi, pois, nossa surpresa, quando o companheiro F. Andrade, sem ter mesmo consultado nenhum dos integrantes da diretoria (como ficou claro na reunião), censurou a carta do conselheiro R. Rodrigues na seção *Aparte*, alegando que ela tratava de “questões internas”, que “não interessavam ao público”. O jornal precisa ter uma relação franca com seus leitores. Estes não são seus meros “consumidores”, mas contribuintes ativos na qualidade de fonte, utilizadores e críticos. O resto é imprensa-empresa.

Ficou evidente que se pretendia uma discussão em ambientes tão rarefeitos que dificilmente poderíamos atrair para *Em Tempo* os novos ares que ele necessita para superar sua crise atual.

O conjunto dos companheiros que trabalha no *Em Tempo* nos merece o maior respeito. A continuidade de nossa participação nele, no entanto, nos comprometeria com um produto global do qual discordamos

cada vez mais e sobre o qual verificamos não termos possibilidades de incidir, modificando-o.

Por esta razão nos desligamos de todas nossas responsabilidades no jornal, na certeza de que nos encontraremos sempre lado a lado nas lutas dos trabalhadores.

Eder Sader (presidente do CEA). Marco Aurélio Garcia (membro do CEA), Roberto Rodrigues (membro do CEA), Elisabeth Souza Lobo, José Reis e Sílvio Caccia Bava

LINHA DO TEMPO, 1959-1967

1959

Janeiro – Ernesto Che Guevara e Fidel Castro entram em Havana à frente do Exército Rebelde.

Outubro – Breve aparição de guerrilhas no Paraguai.

Dezembro – Guerrilhas peronistas em Tucumán.

1960

Abril – Dissidência da Acción Democrática (partido populista venezuelano) se constitui como MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária).

Agosto – V Congresso do Partido Comunista.

Setembro – Primeira declaração de Havana.

3 de outubro – Eleição de Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente.

Novembro – Ernesto Che Guevara visita a China Popular. Levante militar na Guatemala, no qual participam os futuros dirigentes guerrilheiros Luis Augusto Turcios Lima e Marco Antonio Yon Sosa.

1961

31 de janeiro – Posse de Jânio Quadros e João Goulart.

Fevereiro – Fundação da POLOP.

19 de agosto – O presidente Jânio Quadros condecora com a Ordem do Cruzeiro do Sul o ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara.

25 de agosto – Jânio Quadros renuncia à presidência e é provisoriamente substituído por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

2 de setembro – Diante do veto dos militares à posse de João Goulart, mas, ao mesmo tempo, à resistência ao golpe animada por Leonel Brizola, no Sul, o Congresso chega a uma solução de compromisso, aprovando a adoção do parlamentarismo no Brasil.

7 de setembro – João Goulart assume a presidência e Tancredo Neves é indicado no dia seguinte como seu primeiro-ministro.

Outubro – Levantes em Caracas.

Novembro – Conferência nacional do PCB. Aprovados novos estatutos que preveem a mudança do nome PC do Brasil para PC Brasileiro.

Dezembro – Fundação da Frente de Esquerda Revolucionária (FIR), no Peru, de orientação trotskista.

1962

Fevereiro – Segunda declaração de Havana. Ações do MR-13 na cidade da Guatemala. Abertura de várias frentes guerrilheiras na Venezuela; Conferência Nacional Extraordinária que dá nascimento ao PCdoB.

Março – Breve aparição de guerrilhas no Equador.

Maio – Depois do levante de Carupano, na Venezuela, o PCV e o MIR são ilegalizados.

Maio / **junho** – Congresso de Fundação da Ação Popular em Belo Horizonte.

Junho – APRA Rebelde peruana se transforma em Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Levante militar em Puerto Cabello, na Venezuela.

26 de junho – Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro.

28 de junho – O chanceler San Tiago Dantas tem seu nome recusado para o posto de primeiro ministro por 174 a 110 votos na Câmara dos Deputados.

3 de julho – Auro de Moura Andrade é indicado primeiro-ministro pelo parlamento, mas uma greve geral organizada pelo CGT no dia seguinte o obriga a renunciar.

10 de julho – Francisco Brochado da Rocha, um nome de conciliação proposto por João Goulart, é escolhido como primeiro-ministro.

14 de setembro – A recusa do parlamento em votar a delegação de poderes ao governo e a aprovação do referendo para outubro sobre o retorno ao regime presidencial abre grave crise política no país. O primeiro-ministro renuncia. O CGT realiza outra greve geral nacional e o Congresso acaba por aceitar o plebiscito para o ano seguinte. Hermes Lima é aprovado como primeiro-ministro de transição.

Outubro – Eleições para governadores e para os legislativos. Miguel Arraes é eleito governador de Pernambuco.

Dezembro – Fundação das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) na Guatemala. O Quarto Pleno do Partido Comunista Venezuelano apoia a estratégia de luta armada.

1963

6 de janeiro – Vitória do presidencialismo no referendo.

Fevereiro – Constituição das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na Venezuela.

Maio – Prisão de Hugo Blanco no Peru. Ele ficará preso durante oito anos.

Agosto – Guerrilha do EGP, dirigida por Jorge Masetti, na região de Salta, Argentina. Masetti era muito ligado a Che Guevara.

12 de setembro – Revolta dos sargentos em Brasília.

5 de outubro – Fracassa a tentativa de João Goulart de obter o Estado de Sítio do Parlamento. As esquerdas se opõem unanimemente à medida.

20 de dezembro – A renúncia de Carvalho Pinto ao ministério da Fazenda é interpretada como o fim das ilusões da burguesia com o presidente João Goulart.

1964

Fevereiro – O Comitê Central do PCB decide convocar o VI Congresso para novembro 1964 e aprova as **Teses** para discussão.

13 de março – Comício da Central do Brasil. Duzentas mil pessoas ovacionam João Goulart quando ele anuncia nacionalizações e outras reformas. A consigna mais presente é “Legalidade ao PCB”.

25 de março – Ato da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais que acelera a crise política. Os participantes são presos no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, mas João Goulart os anistia no dia seguinte.

27 de março – O semanário *Novos Rumos* publica as Teses do VI Congresso.

30 de março – Último pronunciamento público de João Goulart como presidente, no Automóvel Clube do Brasil, em ato organizado pela Associação dos Sargentos e suboficiais da Polícia Militar.

31 de março – Começa o movimento civil-militar contra João Goulart em Minas Gerais.

1º de abril – João Goulart voa para o Rio de Janeiro e daí para Porto Alegre. O governo norte-americano reconhece o “novo governo” antes que este se constitua. O presidente do Senado declara “vago” o cargo de presidente da República. Golpe de Estado. João Goulart é derrubado da Presidência.

2 de abril – Cessa toda a resistência no Rio Grande do Sul. João Goulart deixa o país, asilando-se no Uruguai.

9 de abril – Polícia apreende as cadernetas de Luiz Carlos Prestes.

15 de abril – O marechal Castelo Branco toma posse na Presidência da República.

9 de maio – Carlos Marighella é preso no Rio de Janeiro.

13 de maio – O Brasil rompe relações com Cuba.

Maio / junho – Começo do ataque à zona de Marquetalia pelas futuras

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), sob o comando de Marulanda Vélez (“Tiro Fijo”).

8 de junho – Juscelino Kubitschek tem seu mandato de senador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Julho – A Comissão Executiva do PCB difunde o *Esquema para Discussão*, o primeiro documento de análise política posterior ao golpe de Estado.

9 de outubro – Fim da vigência do Ato Institucional nº 1.

Novembro – Douglas Bravo elabora sua estratégia insurrecional na Venezuela.

Dezembro – Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, em Havana. Na resolução final há um chamamento ao fim da polêmica pública entre o PC Soviético e o PC da China.

1965

Março – O Partido Guatemalteco do Trabalho (PC) apoia a luta armada. Camilo Torres publica na Colômbia sua “Plataforma por um Movimento Popular Unitário”.

Abril – Intervenção norte-americana na República Dominicana. Ernesto Che Guevara “desaparece” de Cuba. O VII Pleno do Partido Comunista Venezuelano dá prioridade à luta legal.

22 de maio – Governo brasileiro envia tropas à República Dominicana.

Maio – Primeira reunião do CC do PCB depois do Golpe.

Junho – MIR peruano começa luta guerrilheira.

Agosto – Fundação do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile.

Outubro – Morte do dirigente revolucionário peruano Luis de la Puente Uceda.

27 de Outubro – Marechal Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 2.

26 de Novembro – Criação do MDB.

Dezembro – Padre Camilo Torres se engaja na guerrilha. Douglas Bravo e Fabricio Ojeda, depois de terem suas posições rejeitadas pelo PC da Venezuela criam um novo grupo guerrilheiro.

1966

Janeiro – Reúne-se em Havana a Conferência Tricontinental. Guilherme Lobatón, dirigente revolucionário peruano, é morto.

O Comitê Central do PCB realiza sessão plenária na qual faz discussão preliminar das Teses para o VI Congresso.

4 de janeiro – Costa e Silva anuncia ser candidato à Presidência.

Fevereiro – Padre Camilo Torres é morto em combate.

Abril – Criação das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas.

Maio – Ernesto Che Guevara discute secretamente com o dirigente do PC boliviano, Mario Monje. PC Boliviano não apoia a guerrilha. Douglas Bravo é expulso do PC venezuelano.

8 de junho – MDB decide abster-se nas eleições presidenciais (indiretas).

Junho – Fabricio Ojeda é preso e assassinado.

Setembro – Chegada de Régis Debray na Rússia.

Outubro – O dirigente guatemalteco Turcios Lima é morto.

3 de outubro – Costa e Silva é eleito presidente.

21 de novembro – Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda se encontram em Lisboa. É o começo público da Frente Ampla.

Dezembro – Carlos Marighella renuncia à Comissão Executiva do PCB.

1967

15 de março – Costa e Silva toma posse na Presidência da República.

Abril – A carta de Ernesto Che Guevara “Conferência Tricontinental” é publicada.

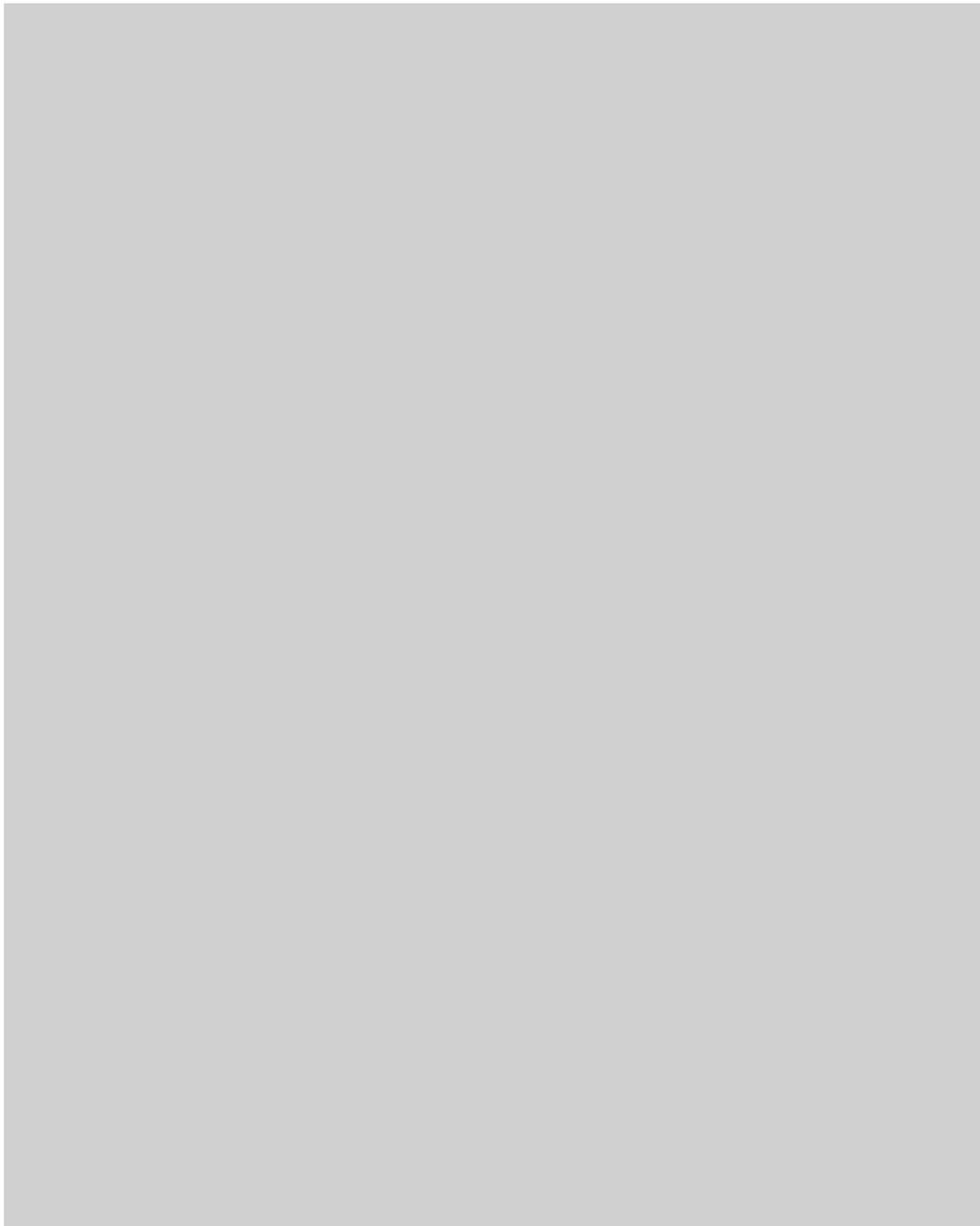
Agosto – Reúne-se em Havana a Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). Carlos Marighella participa contra a orientação do PCB, que não foi convidada para o evento.

Setembro – Carlos Marighella e Jover Telles são expulsos do PCB.

8 de outubro – Ernesto Che Guevara é aprisionado, ferido pelos militares bolivianos e agentes da CIA e, posteriormente, assassinado.

Novembro – Régis Debray é condenado a 30 anos de prisão por um tribunal boliviano.

Dezembro – Realiza-se na clandestinidade o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Mário Alves, Miguel Batista dos Santos, Jacob Goren-der, Apolônio de Carvalho e outros militantes e dirigentes são expulsos.



EM TEMPO:
LABORATÓRIO PARA
A CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA DA
ESQUERDA BRASILEIRA

O QUE SIGNIFICAM AS RECEITAS DO “CAVALEIRO DA ESPERANÇA”

O encontro da imprensa com Luiz Carlos Prestes, transmitido pela TV Bandeirantes nesta segunda-feira¹, é o prenúncio do que poderá ocorrer dentro de uns poucos meses quando o Congresso Nacional aprovar o projeto de anistia restrita a ele enviado pelo presidente Figueiredo: o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro estará em condições de retornar legalmente ao país, o que permitirá ao PCB sair de fato da clandestinidade em que se encontra desde o golpe militar de 1964.

Há pouco mais de um ano, um conhecido liberal defendia a tese da legalização do Partido Comunista e a volta de seu dirigente histórico, contraditando os que esperavam que estas medidas provocassem um terremoto político no país. Para o nosso liberal, o retorno do “Cavaleiro da Esperança” produziria efeitos semelhantes aos da volta da “*Pasionaria*” à Espanha, isto é, nada de especial.

A analogia é, como todas as analogias, perigosa. Dolores Ibárruri retornou a uma Espanha aonde a presença do PC era, por mais de uma razão, visível, quando mais não seja porque seu hábil secretário-geral, Santiago Carrillo, já se encontrava coordenando *in loco* a participação de

1. A entrevista foi exibida na emissora mencionada em 02/07/1979 (N.E.).

seu partido na transição controlada em marcha. Seu retorno tinha mais a função de um símbolo, como se pela derradeira vez fosse necessário dizer que a guerra havia mesmo acabado...

O homem de 82 anos que dentro em pouco poderá estar desembarcando em um dos nossos aeroportos é não só o vigoroso político que todos os telespectadores puderam ver com seus próprios olhos como alguém que, a despeito da idade avançada, não tem uma função ornamental dentro de sua organização². Desde 1935 no PCB e desde 1943 como o seu secretário-geral (escolhido pela Conferência da Mantiqueira para este posto, embora estivesse preso), Prestes é um dos poucos dirigentes históricos do movimento comunista internacional que, ao lado da própria Dolores e do marechal Tito, ainda sobrevivem. Mais que isto: desde a redemocratização, em 1946, ele exerce uma inquestionável liderança no interior do “Partidão”, revelando sempre uma extraordinária capacidade de sobrevivência política, em meio às mais variadas crises pelas quais passou sua organização.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A trajetória daquele que mais tarde viria a ser o “Cavaleiro da Esperança” é muito particular na história do comunismo latino-americano e mundial. Originário da pequena burguesia empobrecida, ele abraçará a “carreira das armas”, para muitos a única forma de ter acesso à educação na nossa oligárquica República Velha.

Este estudante do Colégio Militar que em 1918 se converte ao catolicismo, segundo confessou na entrevista à TV, no mesmo momento em que o movimento operário hegemônico pelos anarquistas vivia o final de uma trajetória de greves e de tentativas insurrecionais, se notabilizará na Escola de Realengo por suas notáveis capacidades intelectuais.

2. Luiz Carlos Prestes retornou ao Brasil em 20/10/1979 (N.E.).

Em 1922, quando os canhões do Forte de Copacabana troaram, dando início a uma série de movimentos da jovem oficialidade do Exército contra o governo federal, o tenente Prestes, comissionado na Vila Militar do Rio de Janeiro, não pôde participar da revolta, a despeito de suas simpatias pelo movimento. Enfermo, com febre tifoide, o jovem oficial de engenharia não tinha condições de deixar seu leito. Dois anos mais tarde, no entanto, quando começa a insurreição de Isidoro em São Paulo, o general poderá contar com o apoio quase simultâneo do capitão Prestes, servindo no seu Rio Grande do Sul natal e alçando-se em armas contra o governo Bernardes. Começava a longa marcha do capitão, a coluna Prestes - Miguel Costa, que percorreria por quase dois anos milhares e milhares de quilômetros do país, batendo militarmente todos seus adversários e dando nascimento ao mito do “Cavaleiro da Esperança”.

Quando os derradeiros combatentes da Coluna decidem asilar-se na Bolívia, o capitão Prestes já é um nome nacional. O modesto Partido Comunista do Brasil, fundado por um punhado de militantes originários do anarquismo, menos de quatro meses antes da eclosão da revolta do Forte de Copacabana, decide então enviar seu secretário-geral, Astrojildo Pereira, para entrevistar-se com aquele que os comunistas consideravam então como o “líder da revolução agrária no Brasil”. Astrojildo parte com farta bibliografia marxista em sua bagagem, mas nada de conclusivo resulta deste contato. Prestes, que se transfere mais tarde para Buenos Aires, prosseguirá seus contatos com os comunistas sem maiores resultados, no entanto.

Após a derrota de Getúlio Vargas nas eleições de 1930 e a partir do momento em que seus partidários se inclinam pela tese da insurreição, o nome natural para comandá-la é o do grande estrategista da Coluna. O contato durante sua marcha com as duras condições de miséria em que viviam as populações rurais do Brasil, analisadas à luz de um marxismo incipiente que estudara em seu exílio, determina que Prestes não aceite a oferta de Vargas para que seja o comandante militar da insurreição.

O “Cavaleiro da Esperança” não mais comparte o vago projeto moralizador dos tenentes e da Aliança Liberal e em sua denúncia do movimento de outubro de 1930 Prestes fala da necessidade de combater o imperialismo e a estrutura latifundiária da agricultura brasileira.

As relações com o ainda pequeno PCB naquela época serão, porém, tensas por um período. A decisão de Luiz Carlos Prestes de fundar a Liga de Ação Revolucionária (LAR) é violentamente denunciada pela *A Classe Operária*, que sugere certa analogia entre o capitão e o Chiang Kai-Chek.

O projeto da LAR é caracterizado como aventureirismo pequeno-burguês e Prestes mais tarde admitirá a influência que sobre ele tiveram algumas posições trotskistas. As condições para a reconciliação se dão menos de um ano depois. Prestes lança um segundo manifesto, dizendo ser o PCB a única alternativa revolucionária no país, ao mesmo tempo em que combate todas as especulações tenentistas em torno de seu nome. Decide não voltar ao país e viajar para a União Soviética, aonde, como engenheiro, poderia participar das tarefas do primeiro Plano Quinquenal que Stalin estava aplicando.

O fundamental deste período passado na URSS, sobre o qual há poucos elementos históricos, não parecem ser as lides profissionais do ex-capitão, mas seus contatos com a Internacional Comunista. Esta, depois dos sucessivos fracassos na Alemanha e na China, desde o VI Congresso, em 1928, voltava suas atenções para a América Latina, continente aonde creditava que o vento das revoluções iria soprar.

Quando a IC, já a partir de 1934, cria as Frentes Populares, a presença de Prestes é assinalada, segundo vários testemunhos, em reuniões importantes que definem a “linha geral” a ser aplicada na América Latina. A conclusão das acaloradas discussões na direção da Internacional parece ser um compromisso: via eleitoral no Chile e via insurrecional no Brasil, para implantar uma política com o mesmo objetivo declarado: frear a expansão do fascismo no mundo. O resto da história é já conhecido: a volta

clandestina ao Brasil em 1935 já em condições de membro e dirigente do PCB, meses após a fundação da Aliança Nacional Libertadora, para a qual havia sido eleito presidente de honra: a insurreição de novembro, seu fracasso, a repressão e a prisão daquele que fora seu comandante, em fevereiro de 1936.

Condenado a 57 anos de cárcere, Prestes será, no entanto, anistiado no crepúsculo do governo Vargas. A adesão deste aos aliados no conflito mundial contribuiria para uma inflexão na posição de Prestes. Antes mesmo de ser solto, o já então secretário-geral do PCB apoia o ditador por sua posição anti-hitleriana. A queda de Getúlio não enfraquece o prestígio do “Cavaleiro da Esperança”, saudado então por multidões e objeto de um “culto à personalidade” no bom estilo stalinista em curso naquela época.

Cantado nos versos de um Pablo Neruda, ou na prosa de Jorge Amado, desenhado por Cândido Portinari, Luiz Carlos Prestes e o partido, que com ele se confunde, saem dos subterrâneos do Estado Novo com uma força difícil de suspeitar. Os grandes êxitos eleitorais que o PCB obtém após a queda de Vargas não são suficientes, no entanto, para impedir que os efeitos da guerra fria atinjam o Brasil. O breve período de legalidade se encerra com cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, já declarado ilegal. Em começos de 1948 Prestes e seu partido submergem uma vez mais na clandestinidade. Durante dez anos o PCB permanecerá na sombra, padecendo em forma aguda da “doença infantil do comunismo” – o esquerdismo.

Quando, em 1958, o Comitê Central modifica sua orientação, abandonando as concepções sectárias do Manifesto de Agosto de 1950, Prestes pôde reaparecer e conduzir seu partido a esta legalidade de fato que só terminará a primeiro de abril de 1964.

Grande parte de seus militantes, incluindo alguns prestigiosos dirigentes – Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Mário Alves,

Jacob Gorender, entre outros – saem do PCB em 1967-1968 denunciando os “desvios da direita”, que Prestes e a maioria do CC haviam imprimido ao partido. Prestes contra-ataca e fala, sobretudo, em “erros de esquerda” como explicação para o fracasso de 1964, tese reiterada em sua entrevista à TV.

TRANSFORMAÇÕES E PROBLEMAS

Não é fácil prever se o Partido Comunista poderá sair dos subterrâneos do período 1964-1979. Sua direção passou por importantes modificações: ademais dos que partiram por divergências, o Comitê Central dos anos 1970 foi duramente atingido pela repressão. Muitos presos e nove deles “oficialmente” desaparecidos, isto é, mortos provavelmente na tortura.

Mas não é só isto. Fatores nacionais e internacionais criaram novas condições para a atuação do PCB. Internacionalmente, o movimento comunista sofreu nestes 15 anos uma sucessão impressionante de crises: consumação da ruptura sino-soviética, invasão da Checoslováquia, emergência do “eurocomunismo”, guerra Vietnã-Camboja e China-Vietnã, para só citar os acontecimentos mais marcantes. Todos estes elementos abalaram em muito as referências que no passado contribuíram para o monolitismo do movimento comunista internacional em torno das posições soviéticas. Os militantes do PC Brasileiro não estão infensos a estas tendências e a existência de correntes de inspiração “eurocomunista” no “Partidão” não é hoje segredo para ninguém. Como compatibilizá-las com a ortodoxia pró-soviética afetada por Prestes em sua entrevista é coisa que se pode perguntar. Como terão recebido estes militantes as afirmações apoloéticas do secretário-geral sobre as excelências da democracia soviética e sobre a segura insanidade mental dos “dissidentes” não parece ser uma pergunta descabida.

Por outro lado, existem as profundas modificações pelas quais passou a sociedade brasileira nestes 15 últimos anos. Se é certo que a postura democratista do PCB lhe dá certa potencialidade com setores da pequena burguesia, em particular dos meios intelectuais, não é menos certo que a fidelidade ao modelo soviético constitui-se em um pesado fardo junto a estes mesmos setores, muito exigentes no que diz respeito à relação entre democracia e socialismo.

Mas os principais problemas estão nas relações do partido com a classe operária, extremamente debilitadas.

A base operária do Partido Comunista se rarefez de uma maneira importante, especialmente a partir do momento em que a repressão atingiu os organismos de cúpula (da mesma forma que a base) do movimento sindical através dos quais o PCB exercia sua influência na classe.

Ao mesmo tempo, os setores emergentes do movimento operário e cuja combatividade tanto se evidenciou neste último ano não se sentem representados nem pelo PCB nem pelos projetos populistas que foram os aliados principais do PCB no passado. Todas as informações do movimento operário convergem no sentido de sublinhar que a presença do PCB, ainda que se tenha mantido, especialmente nos setores mais tradicionais da indústria, é consideravelmente menor do que em 1964.

Por outra parte, não é fácil imaginar um movimento operário, cioso de sua autonomia e independência, deixar-se influenciar por um partido que, no estratégico, persiste em um modelo burocrático de socialismo, pelo menos segundo seu secretário-geral e, no tático, afeta uma moderação que em pouco lhe difere dos setores combativos da oposição liberal.

Um partido que se autodefine como da classe operária, mas que reduz sua audiência nela, da mesma forma que penetra contraditoriamente na pequena burguesia, está condenado a ser sacudido por crises profundas, sobretudo quando a ampliação da luta política no país exigir não somente generalizações ideológicas sobre a articulação entre demo-

cracia e socialismo, mas respostas precisas e concretas para este problema. As velhas receitas que Luiz Carlos Prestes nos deu em sua entrevista à TV Bandeirantes uma vez mais não resistirão à prática, que, como ele insistiu, continua sendo o critério da verdade.

HORA DE DEFINIÇÕES PARA A ESQUERDA CLANDESTINA

As modificações da conjuntura política brasileira resultantes da aprovação da anistia (ainda que restrita) e da iminente reformulação partidária a nível institucional têm repercutido profundamente na esquerda clandestina, que parece estar vivendo uma hora de definições importantes. Pelo menos três questões ocupam o centro das preocupações de seus militantes e dirigentes:

1. as novas condições de luta, isto é, qual o ponto de equilíbrio entre clandestinidade e legalismo que deve pautar a ação das organizações;
2. a posição ante a reorganização institucional dos partidos;
3. as novas alianças a serem estabelecidas no campo da própria esquerda.

À primeira questão o conjunto da esquerda parece ter uma mesma resposta. Defendendo a liberdade de organização de todos os partidos e movimentos, a esquerda pretende atuar pragmaticamente, calibrando pouco a pouco suas aparições públicas e dando novos passos conforme a evolução da luta política e, evidentemente, conforme a reação do governo. Já as definições sobre a questão partidária institucional não revelam a mesma unanimidade. O Partido Comunista Brasileiro e o MR-8 se mantêm

firmes na tese do reforçamento do MDB como frente única das oposições. Há diferenças entre as posições dos dois, no entanto, na medida em que o “8” insiste na eliminação dos adesistas, a fim de “transformar o MDB em um partido popular”, enquanto o “Partidão” não se revela tão rigoroso com relação à composição do atual partido opositorista.

Em outro campo, se a adesão do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) à ideia de construir um Partido de Trabalhadores parece adquirida, a posição da Ação Popular é mais complexa. Inicialmente a AP havia levantado a tese da necessidade de formar um Partido Popular (PP), que teria, segundo seus patrocinadores, a virtude de ser “mais amplo” do que o PT, além de se constituir em um instrumento mais adequado a uma política cujo centro deveria ser a luta contra o regime. Sem separar democracia de socialismo, a AP via com certa desconfiança a ação de alguns articuladores do Movimento Pró-PT que, pondo muita ênfase em sua dimensão classista, passam hoje em grande medida pelo quadro institucional, ainda que não somente por ele. Esta posição sofre agora algumas modificações por pelo menos três razões: uma reavaliação que a AP faz da significação do PT, o fato de que por trás do projeto PP se estavam reunindo forças as mais díspares possíveis, o que diluía o conteúdo que a AP queria lhe dar e a necessidade de perfilar um campo que enfrente uma “ofensiva reformista” que se anuncia por parte de setores da esquerda clandestina. Este aspecto do problema, especialmente, estaria conduzindo a Ação Popular a uma definição que substantivamente privilegiaria o Partido dos Trabalhadores, ainda que a expressão desta opção passe por algumas mediações práticas.

A “ofensiva reformista” que não só a AP mas outros setores da esquerda vislumbram como imediata está vinculada ao reforçamento que o PCB deverá experimentar com o retorno de seus dirigentes que se anuncia como iminente, além de toda uma política de aproximação deste com outros setores da esquerda clandestina. O documento do CR de São Pau-

lo, publicado esta semana pelo *Jornal da República*¹ esboça esta abertura para o que o “Partidão” chama de “ultraesquerda”, o que para muitos não é outra coisa senão o MR-8 e alguns setores que gravitam em torno deste.

O MR-8 deverá participar como observador do VII Congresso do PCB e muitos de seus dirigentes sonham com uma aproximação com o “Partidão” para formar um “verdadeiro partido dos comunistas”. Esta articulação poderia ser reforçada não só pela adesão da pequena União Comunista (UC), que há tempos defende uma política convergente com o PCB, mas também por desprendimentos do PCdoB, organização que se encontra hoje submetida no seu interior a fortes tensões centrífugas.

Aliás, a situação do Partido Comunista do Brasil, para muitos a organização de esquerda que dispõe de mais militantes no país, é igualmente complicada. Um sem número de questões é hoje objeto da discussão dentro do PCdoB, provocando a formação de várias tendências. O que parece unir, no entanto, as oposições à direção atual é a crítica ao funcionamento interno da organização e, sobretudo, as violações ao centralismo democrático por parte dos dirigentes. Como esta luta interna vai terminar ainda é prematuro fazer suposições, mas o certo é que quase todas as forças da esquerda clandestina se apresentam como candidatas ao espólio do PCdoB, muito embora pareça precipitado dizer que o doente entrou em agonia.

1. Um partido de massas, quer o PCB de São Paulo: Documento do CR evita o eurocomunismo. *Jornal da República*. São Paulo, 17/09/1979, p. 2 (N.E.).

O PT E AS ESQUERDAS

○ enorme avanço que representou para o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores a reunião nacional de 13 de outubro em São Bernardo advém não somente das definições políticas e organizativas nela adotadas, mas igualmente, do fato de haver permitido um primeiro confronto orgânico de opiniões acerca de importantes questões para a evolução e consolidação do PT.

Algumas reações da imprensa (inclusive de jornais que se apresentam como simpáticos ao PT), círculos políticos envolvidos em pantanosas aventuras partidárias, buscaram caracterizar a reunião de São Bernardo como um “saco de gatos”, transformando uma saudável discussão de posições em um “enfrentamento” entre as distintas “frações” em que estaria “dividido” o PT: sindicalistas, oposições sindicais, organizações clandestinas e até... sociólogos!

Tudo isto era esperado. Para aqueles que até agora tinham tentado fazer do Movimento pelo PT uma força de apoio a seus fluidos projetos partidários, a reunião de São Bernardo é um duro golpe, sobretudo porque a iniciativa de consolidar o Partido e dar-lhe uma organização nacional partiu de seu “núcleo histórico”. Para outros, o PT talvez tenha

deixado de ser aquela mercadoria que tão bem era aceita em amplos arraiais da pequena burguesia, desde que a classe operária entrou em moda no Brasil...

Mas, independentemente do que possam dizer políticos e jornais a respeito do Movimento pelo PT, é evidente que a fase atual de construção do Partido impõe a todos os que nela estão comprometidos uma reflexão aprofundada sobre as condições mesmas nas quais se desenvolverá este processo. Um dos problemas importantes é a relação que guardam entre si o Partido dos Trabalhadores nascente e as forças de esquerda hoje ainda confinadas à clandestinidade.

Deixemos de lado, é claro, os reformistas históricos e recentes para os quais o partido dos trabalhadores já existe estrategicamente, cabendo taticamente reforçar o MDB ou criar organizações do tipo policlassista. Com eles estaremos juntos nos embates antiditadura e, na medida do possível, levaremos adiante uma discussão político-ideológica. Mas o essencial é concentrarmos esforços na elucidação destes pontos fundamentais no interior do campo já definido pró-PT ou potencialmente conquistável para esta ideia.

Esta discussão se faz tanto mais necessária na medida em que o PT se apresenta aos olhos daqueles que lutam por sua formação através de mais de um ângulo.

Nunca será exagerado lembrar o movimento real a partir do qual surge a ideia do PT. Ele corresponde basicamente, por um lado, à irrupção de grandes massas no cenário social, que passam a lutar por seus interesses imediatos e que tem sua expressão mais significativa, ainda que não única, nas greves operárias do ano passado e deste, e, de outro lado, na compreensão de que estas lutas só poderiam ser levadas de forma consequente quando o proletariado e os setores populares resolvessem sua histórica crise de representação construindo um instrumento de novo tipo, que os conduzisse no caminho da plena emancipação social e política.

Surgido quando o regime ditatorial dava sinais de desgaste e buscava novos instrumentos para o exercício da dominação do capital no Brasil, o PT aparecia, em contrapartida, como um instrumento pelo qual os setores populares mais avançados deste amplo movimento social buscavam apropriar-se da política e romper com as tutelas partidárias que haviam sido responsáveis por uma alienação de décadas. O Movimento pelo PT, expressando estas manifestações embrionárias de autonomia popular, faz do desenvolvimento e aprofundamento desta a questão central para sua estratégia e para sua tática.

Para as esquerdas, que hoje apoiam e participam do esforço de construção do PT, não é fácil romper com esquemas mentais clássicos (ontem reforçados pelas próprias características da sociedade brasileira) e que faziam com que a ideia de um partido dos trabalhadores fosse o resultado de uma ação de fora para dentro do movimento popular, o que supunha uma definição programática precisa prévia. Ora, a situação do Movimento pelo PT é mais complexa, na medida em que no seu interior existem tendências que diluem o caráter de organização ao mesmo tempo antitadura e anticapitalista do PT. Estas reticências podem intensificar em outros setores a busca de uma definição programática mais precisa que não expresse o mesmo ritmo de incorporação de amplas massas do Partido.

Tal questão é decisiva, na medida em que o PT se desenha hoje como um partido de massas, criando condições, assim, para que as ideias de esquerda deixem o confinamento dos pequenos grupos ou se diluam nos programas nacionalistas e liberal-burgueses de reformismo ou do populismo.

As esquerdas, da mesma forma que os explorados, suportaram o peso destes anos de opressão e hoje, no momento em que se criam as condições para a verdadeira fusão, *em um só movimento*, das amplas massas com aqueles que – certos ou errados – estiveram na primeira linha do confronto com a ditadura, é importante não ceder às tentações doutri-

nárias de uns nem à diluição liberal democrática de outros. Socialmente representando todos os explorados e oprimidos, e politicamente classista, o PT se anuncia como uma organização de massas capaz de resolver a crise de representação dos explorados e subverter todas as ideias herdadas sobre o que deve ser uma vanguarda de classe.

Nós não temos o direito de fracassar neste processo.

UM NOVO “PARTIDÃO”?

Há pouco mais de dois meses, a grande (e a “média”) imprensa descobriram a existência de José Salles, o mais jovem dirigente do PCB, e trataram de transformá-lo em produto de consumo para um público cujo apetite pelo noticiário sobre a esquerda estava na razão direta do jejum a que havia sido submetida durante vários anos de censura. Mas a cobertura da imprensa, muitas vezes estereotipando suas posições, ofereceu uma visão parcial sua, preocupada às vezes mais com suas virtudes de dançarino nas noites de sexta-feira no Clube do Samba no Flamengo, do que com suas posições políticas.

Em Tempo buscou José Salles para uma entrevista na qual ele pudesse expor de forma mais sistemática seu pensamento e fomos cordialmente recebidos. Para nós, esta entrevista corresponde à necessidade de difundir as opiniões do representante de uma corrente da esquerda brasileira que desempenha desde agora um papel relevante no quadro político nacional. Diferindo em muitos pontos, como Salles mesmo constata, a entrevista pôde se realizar – e dentro de um clima de extrema cordialidade – graças a uma disposição comum de diálogo, na convicção de que nada melhor do que confrontar ideias.

Esta atitude como outras de Salles prenunciam uma modificação no PCB, que se materializaria no VII Congresso já convocado pelo Comitê Central? Sem dúvida.

O problema, no entanto, é precisar a extensão destas modificações. Dificilmente o “Partidão” será sacudido por uma violenta crise, opondo radicalmente “eurocomunistas” contra “moscovitas” como fazem crer muitas simplificações da imprensa.

Quando José Salles, sem esconder as divergências existentes no CC, tenta desdramatizá-las e sublinhar os pontos de unidade, ele não está seguramente cumprindo um ato de diplomacia interna, mas expressando a tendência objetivamente conciliadora que atravessa os organismos dirigentes do PCB. E não poderia ser de outra forma. A “abertura” tende a favorecer a unidade do PCB, ainda que a discussão interna possa vir a ser áspera em certos momentos. De qualquer maneira, até agora nenhuma das correntes de opinião no interior do “Partidão” expressou um ponto de vista que signifique um questionamento de seus postulados estratégicos e táticos.

“À direita” ou “à esquerda” o que prevalece são os matizes. O “aggiornamento” do PCB, no entanto, deve ser seguido com interesse¹.

Que etapa vive hoje o PCB?

Uma etapa muito importante. Voltamos a uma presença aberta no cenário político, o que é uma conquista de todos aqueles que lutaram pela liberdade. Mas é um momento de grande responsabilidade para toda a esquerda, pois podemos contribuir para consolidar as liberdades no Brasil e garantir uma maior presença dos trabalhadores manuais e intelectuais – em especial a classe operária – na vida do país, fazendo coisas que nós sempre tivemos vontade de fazer e nunca conseguimos. Pode-

1. A importância e a atualidade da entrevista que nos concedeu José Salles, obrigou-nos a interromper o curso normal de nossa *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*. Ela será retomada normalmente, segundo a programação prevista, na nossa próxima edição.

mos ter agora uma vinculação mais próxima com o movimento operário e sindical, fundamental para nós que pretendemos representar uma parte da classe operária e analisar as questões políticas inspiradas nas ideias de Marx e Lênin. As possibilidades de êxito de uma luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil são grandes hoje, como resultado de um esforço que não é só nosso, mas nos orgulhamos de ter dado uma contribuição importante. Quando houver clima para a liberdade de todos os partidos políticos no Brasil, nós poderemos conhecer melhor a sociedade brasileira e ser mais bem avaliados pelos trabalhadores, pela intelectualidade e todas as forças vivas da sociedade.

E o Congresso do PCB?

Estamos empenhados em organizar neste momento um Congresso onde todos os comunistas debatam e possam formular uma linha que leve em conta os novos fatos da conjuntura. O Congresso é importante, pois existem muitas questões a serem analisadas. O Brasil mudou muito nestes últimos 15 anos²: as forças produtivas se desenvolveram, mudou a classe operária, mudou a burguesia, mudaram as camadas médias, nossa cultura e todas estas questões nós temos dificuldades de tratar em um só congresso.

O Congresso vai debruçar-se sobre o passado do partido?

É uma deficiência nossa que não tenhamos escrito nossa história, pois as raízes de nossos erros nós a encontraremos também nela. Para mais restrito que venha a ser o temário do Congresso, ele não poderá deixar de analisar certas linhas de continuidade de nossa história.

Para muitos partidos comunistas a discussão sobre a herança do movimento comunista internacional, sobre as relações com o PC Soviético e sobre a natureza do regime vigente na URSS ocupa um lugar importante em sua

2. É importante observar que esta entrevista e sua publicação ocorrem em 1979 (N.E.).

vida política. Como esta problemática incide sobre os militantes e sobre a direção do PCB?

A nossa preocupação central são os problemas ligados à realidade brasileira e nós buscamos não copiar modelos, seja o modelo espanhol ou o soviético. Nós não temos um farol, não temos um centro dirigente, não temos um partido guia. Todos os partidos são autônomos. Nossa pretensão é analisar as características do sistema político brasileiro para poder estabelecer a natureza que terá um poder dos trabalhadores no Brasil.

A experiência do movimento revolucionário mundial, em particular do movimento comunista, é muito rica e merece um estudo mais aprofundado. É, ademais, uma questão muito atual, de grande importância. Por exemplo, o stalinismo, o sistema do culto, é uma questão que nos interessa a todos e que deve ser analisada no sentido de que sejam superadas suas sequelas. Temos que ter claro que as deficiências no centralismo democrático, na democracia interna, atrapalharam e atrapalham o funcionamento do nosso partido e dificultam hoje que ele se transforme em um partido de massas.

Como evolui no PCB a discussão sobre as relações entre democracia e socialismo?

No fundamental, nossa posição é a do VI Congresso. A vinculação da democracia e do socialismo é muito íntima, sobretudo no Brasil onde há uma forte tradição de autoritarismo. A luta democrática tem um conteúdo muito avançado no Brasil. A luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo e as conquistas democráticas têm um valor permanente e são conquistas do povo e não foram doadas pelas classes dominantes.

Este processo supõe uma ruptura com a ordem estatal burguesa?

As transformações de caráter socialista implicam uma negação

dialética da ordem social burguesa. A questão é como se dará esta negação. O caminho para o socialismo, de uma forma ou de outra, implica uma redemocratização radical da sociedade. Mas é importante não eludir a transformação de conteúdo no aparelho de Estado. A forma que tomará esta troca de classes, no entanto, dependerá da ação das classes dominantes. O aparelho de Estado tem que se modificar, mas não podemos prever qual o grau das transformações. O mais importante é a acumulação de forças. Hoje, o fundamental é conseguir uma democracia estável e fortalecer o conjunto da sociedade civil.

Uma questão controvertida: a constituinte é com ou sem João³? Qual a tua visão sobre o momento atual e como enfrentá-lo taticamente?

A esmagadora maioria não está conforme o regime de arbítrio, e disto há um sem-número de manifestações nestes últimos anos. As próprias classes dominantes se deram conta disto. As modificações que se produziram foram essencialmente conquistas populares. A situação atual é de lusco-fusco, coexistindo estas conquistas com o arbítrio, fortemente implantado ainda. Por isto as liberdades democráticas são uma bandeira fundamental. É importante uma anistia irrestrita, romper com a política salarial, garantir a democracia para os operários para fortalecer o movimento sindical nas empresas. Damos muita ênfase no fortalecimento do movimento operário nas empresas. As greves nas empresas são bem preparadas e feitas em torno das bandeiras que os trabalhadores compreendem, e que podem levar à vitória. Existem vários tipos de greves. Às vezes de 15 minutos, de uma hora, de advertência. Devemos ver todas as modificações na correlação de forças e as possibilidades reais do movimento. A luta é longa, há muita força a acumular.

3. João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), militar. Participou das conspirações que resultaram no Golpe de Estado de 1964. Ligou-se desde então ao setor de informações do regime golpista, ocupando a direção do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1974 a 1978. Exerceu a Presidência da República de 1979 a 1985 (N.E.).

Ademais de questões como as da anistia, da revogação das leis de exceção, da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, existe a questão da constituinte. Não pode ser uma constituinte de poucas pessoas, ela tem de ser eleita num clima de democracia, de liberdade. Mas há pré-requisitos para esta constituinte: liberdade de organização para todos partidos, uma campanha eleitoral livre, liberdade sindical, anistia, enfim um clima onde as massas possam influir na eleição da constituinte e seja limitada a influência de poder econômico. Dizer que a constituinte será com fulano ou com sicrano é errado, e nenhum de nós declarou isto à imprensa. Nós não colocamos como pré-requisito a derrubada deste ou daquele governo, mas a existência de um clima democrático.

Mas um pré-requisito para que o PCB apoie a constituinte é a sua legalização?

Sim. Não só a legalização do PCB como a de todas as correntes. Legalização com democracia.

Uma das críticas que se faz ao PCB é o fato dele não ter lutado, da mesma forma que o PTB, pelo desatrelamento do sindicato em relação ao Estado.

Eu acho que nós lutamos. Veja o caso do Pacto de Unidade e Ação (PUA)⁴, o Foro Sindical de Debates e outras organizações intersindicais existentes antes do golpe. Nós, no passado, tentamos organizar sindicatos paralelos. Hoje nós pensamos que devemos estar onde os trabalhadores estão. Nós pensamos que a estrutura sindical deve mudar, que os sindicatos devem ser livres e autônomos e lutamos por uma Central Única de Trabalhadores.

4. O Pacto de Unidade e Ação foi uma organização intersindical de ferroviários, marítimos e portuários criada em 1961, cuja atuação se circunscreveu ao Rio de Janeiro. O Foro Sindical de Debates era uma organização intersindical de trabalhadores, constituída na cidade de Santos (SP) em 1960. Ambas não eram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e, mesmo assim, os golpistas de 1964 as declararam dissolvidas e cassaram os direitos políticos, perseguiram e prenderam suas principais lideranças (N.E.).

A este respeito, uma questão polêmica. O Lula e muitos outros dirigentes sindicais estão de acordo com a formação de uma Central Única, mas não apoiada na atual estrutura sindical, enquanto os sindicalistas vinculados ao PCB teriam uma posição de impulsionar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde agora. Qual a tua posição?

A preocupação do Lula tem certo fundo de razão, pois é necessário modificar a estrutura sindical. Mas é importante reforçar a atividade de solidariedade dos sindicatos e isto reforça a formação da CUT. A Central Única não surgirá de um ato legislativo, mas será o fruto de uma acumulação de trabalho que vem sendo feito hoje. Mas nós vemos a CUT num clima de liberdade sindical, com estabilidade dos delegados sindicais nas empresas, possibilidade de organização nas empresas, de organização horizontal. A Central será fruto da mobilização desde hoje, uma mobilização na luta.

Vejamos agora o problema da reorganização partidária. O PCB tem defendido a tese da unidade das oposições no marco do MDB. Como tu avalia, então, outros projetos partidários como o PTB e o PT?

Como somos pela liberdade de organização de todas as correntes, vemos como saudável que setores do movimento operário queiram organizar o PT. Não vemos isto com ciúme, nem achamos inoportuno. É a vontade dos trabalhadores de participar na vida social. Mas o arbítrio impede a organização dos partidos e tenta implodir a oposição, que não se resume ao MDB. Mas, no quadro atual, é do interesse de todos o fortalecimento do MDB. O arbítrio tenta dividir as oposições. Tenta até explorar supostas ou reais divergências no interior do PCB. Nós somos particularmente sensíveis ao esforço de organização do PT, enquanto expressão da classe operária. Nós vamos disputar os votos que hoje são carreados para a direita, ainda que não sejam de direita; e não vamos nos digladiar entre nós. Compreendo que a oposição é bem mais ampla que o MDB, insistimos que hoje ele é seu principal instrumento.

A organização do PT, com uma base operária importante, não representa em certa medida o fracasso do PCB em influir a classe, sobretudo em seus setores emergentes?

Nós não nos colocamos em uma posição de superioridade olímpica. A unidade da classe operária é uma condição para o êxito da luta dos trabalhadores. Que existem lideranças que se prestigiem lutando pela unidade da classe operária, nós consideramos que é uma prova de vitalidade da nossa política. Nós vemos isto com muita satisfação. Esperamos que estas lideranças operárias acertem. Não vemos isto com ciúmes.

Dez anos após a morte de Carlos Marighella, qual a avaliação que tu fazes da ação deste que até 1967 foi um dos principais dirigentes do PCB e que rompeu com o partido em torno, sobretudo, dos problemas da luta armada?

O Mariga, durante décadas foi nosso dirigente, morreu por seus ideais, e merece todo nosso respeito enquanto homem. Mas nós discordamos das teses que ele defendeu e isto desde nosso último Congresso. Nós pensávamos e pensamos que a luta contra o arbítrio ditatorial deveria ser levada no terreno das grandes massas. Por mais heroicos que fossem, determinados grupos não resolveriam esta questão, podendo até provocar prejuízos. A política que Marighella defendeu com ardor não nos parece contribuir para a unidade das forças antiditatoriais, pelo contrário, ela dificultou o processo de unidade, não facilitou o processo de ascenso do movimento operário. E isto dizemos para sermos leais com o próprio Marighella. Nós fomos solidários com todos os que se opuseram à ditadura, mas pensamos que o caminho seguido por Marighella e outros foi prejudicial na luta contra o arbítrio.

Uma das características da conjuntura são as mutações que começam a operar-se na esquerda. Uma das expressões destes deslocamentos é o esboço de aproximação de várias organizações clandestinas com o PCB. É, por exemplo, o caso MR-8. O que há de verdade sobre tudo isto?

Existem várias organizações de esquerda no Brasil que merecem muito respeito. Li as declarações de um companheiro, chamado [Carlos Alberto] Muniz, ao que sei um ex-líder universitário. Ele colocou coisas que me pareceram muito corretas, quando diz que o debate entre as diversas correntes deve ser franco e que nele cada um deve guardar seu próprio perfil. Evidente que nós estamos satisfeitos de saber que nossas ideias têm receptividade. Nosso partido é pouco numeroso. E nós necessitamos um partido de centenas de milhares de pessoas para poder responder aos problemas concretos e não somente aos problemas gerais. É por isto que encaramos com satisfação a vinda para nosso partido de pessoas provadas e de experiência política e que considerarem que nossa linha, ou a que venhamos a aprovar no próximo Congresso, é a mais acertada.

Mas haveria possibilidade de que estes setores participassem na própria discussão e elaboração da linha do VII Congresso?

Nós achamos que cada organização deve elaborar sua própria política, fazer congressos ou conferências, mantendo seu próprio perfil. Não nos parece ser uma contribuição para a esquerda que uma corrente se dilua. Cada corrente deve manter seu perfil. Isto facilita o debate.

Isto quer dizer que tu consideras que há comunistas fora do PCB?

Sim. Nós achamos que há comunistas fora do PCB.

No começo dos anos 1930, a linha de “proletarização” do PCB significou uma purga na direção do partido, o que provocou, inclusive, a expulsão de Astrojildo Pereira que havia fundado e dirigido a organização. A partir de 1935 começa a influência dos “tenentes” na direção, influência que se expressa na sua incorporação à direção do partido quando da democratização juntamente com os dirigentes que haviam reorganizado o PCB em 1943, na chamada Conferência da Mantiqueira. A tua ascensão para o

Comitê Central significa uma nova modificação na composição deste órgão dirigente?

Eu não estava presente no VI Congresso, quando fui eleito para o Comitê Central, mas minha primeira reação foi pensar: puxa, o partido deve estar fraco. Nossa preocupação é que as diversas direções reflitam a realidade que nós vivemos, em especial a realidade do movimento dos trabalhadores. Nós queremos que estejam representados no partido, especialmente os trabalhadores, mas também as mulheres, a juventude, a intelectualidade. Nós nos colocamos como um partido *da* classe operária e não *para* a classe operária. Mas nós nos orgulhamos de nossas relações com a intelectualidade. Somos também o partido de Vianinha⁵, Paulo Pontes, de Graciliano Ramos, Di Cavalcanti, Portinari, Samuel Pessoa, Niemeyer. Pela própria função dos trabalhadores queremos ser o partido que represente as forças vivas da população. É claro que nosso enraizamento no mundo intelectual, científico e artístico deve refletir nos órgãos de direção do Partido. E o mesmo para o caso das mulheres, da juventude etc. É muito importante o rejuvenescimento do Partido, precisamos ser um partido moderno, no sentido de correspondente ao quadro atual do Brasil, que é muito diferente do de alguns anos atrás. Isto necessita ser tratado sem açodamento, sem que se coloque o problema de luta de gerações. Nós necessitamos ter uma direção mais ágil, mais flexível, mais adequada à situação atual.

Há um conflito no interior do Comitê Central? E qual é a substância real desta luta interna, reconhecida publicamente pelos próprios dirigentes?

É público, e nenhum de nós nega: existem pontos de vista distintos sobre questões no CC. Nós achamos que isto é positivo, é um sinal de

5. Trata-se do ator e dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974). Sobre Vianinha ver também: MORAES, Dênis de. *Vianinha, cúmplice da paixão*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991; VIANNA, Deocélia. *Companheiros de viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (N.E.).

vida e não debilita nossa unidade, pelo contrário, reforça. Não há monolitismo, nem uniformidade na avaliação de cada um. Mas há unidade. Nós nos empenhamos em desenvolver a capacidade criadora de cada um. O maior erro seria que poucas pessoas pensassem.

Se analisarmos as declarações de nossos dirigentes e militantes, vemos que há uma convergência grande de pontos de vista. Gostaríamos que as reuniões do CC fossem públicas.

As divergências recobrem questões de estratégia e tática?

Certo. E isto ficará mais claro no processo do Congresso. Existem debates na questão da democracia. Qual sua função e papel na marcha para o socialismo. Divergências sobre o papel das massas na luta política. Nuances menores na questão da política de alianças da classe operária. Divergências na avaliação crítica da expressão de diversos partidos comunistas do mundo. Não fazemos nenhum empenho para esconder estas divergências. Mas, nos doze anos em que me encontro no CC, nunca vi maior unidade. O que é novo é que nossas divergências se tornaram públicas. É positivo que outros se interessem por estas discussões.

O Prestes já disse que estas questões têm de ser discutidas no Congresso e isto expressa nossa opinião.

Para concluir, alguma coisa mais...

Eu queria agradecer a oportunidade que me foi dada por *Em Tempo*. Eu acompanho *Em Tempo* desde o exílio e ele foi para mim um elemento importante de vinculação com nossa realidade. Eu aprecio este tipo de tolerância, característica dos lutadores, para com os que têm um pensamento e por vezes não concorde com o nosso. A disposição de veicular e debater opiniões distintas é um sinal de firmeza e é uma atitude muito fecunda.

1935: A FACE OCULTA DA INSURREIÇÃO

Dia 23 de novembro de 1935, com a sublevação do 21º Batalhão de Caçadores, sediado no Rio Grande do Norte, e subsequente constituição em Natal de um Comitê Popular Revolucionário, dava-se início ao que a historiografia oficial viria a chamar de “Intentona Comunista”. Um dia após seria a vez do 29º Batalhão de Caçadores do Recife sublevar-se, sob a direção do tenente Silo Meirelles, num levante sufocado horas depois. A onda vermelha foi até as primeiras horas da manhã do 27 de novembro, quando os insurrectos do Terceiro Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, foram obrigados a render-se frente ao cerco e intenso bombardeio que sofreram por parte das tropas legalistas comandadas pelo então general Eurico Gaspar Dutra.

Desde então, o 27 de novembro vem sendo comemorado pelas Forças Armadas no Brasil como uma espécie de dia do anticomunismo, ocasião para inflamados discursos e ordens do dia nos quais se vituperava “a subversão vermelha” responsável, segundo as versões oficiais, pelo assassinato a sangue frio e pelas costas de oficiais e soldados que dormiam nas guarnições sublevadas pelos militares ligados à Aliança Nacional Libertadora, sob cuja direção se desenvolveu o movimento de 1935.

Não importa que a tese dos assassinatos seja hoje amplamente desmentida pelas pesquisas de historiadores idôneos e que tudo indique que os soldados governistas tenham sucumbido em combate, quando não alvo dos próprios obuses lançados pelas tropas federais, como foi o caso na Praia Vermelha.

A ideia da execução de militares por seus próprios camaradas de farda, endemoniados pelo fanatismo vermelho, aparece como um componente ideológico, de gosto duvidoso, mas de eficácia comprovada, na luta contra as “ameaças” do comunismo ou tudo aquilo que as classes dominantes designam por tal nome do Brasil.

O que é mais grave, no entanto, é o silêncio daqueles que protagonizaram a “Insurreição Nacional Libertadora” de 1935, até hoje incapazes de ter oferecido um balanço sistemático de um acontecimento cuja importância transcende de muito a história do Brasil contemporâneo.

O próprio Luiz Carlos Prestes, comandante da insurreição, e recentemente retornado ao Brasil, se mostra extremamente reticente a respeito do movimento de 1935, limitando-se a desmentir a tese das execuções de militares ou a fazer uma mitigada autocrítica, tocando mais os detalhes do movimento do que seus fundamentos, subestimando o lugar que ele ocupou no conturbado período que atravessava o país naquele momento, sua significação para a história do Partido Comunista Brasileiro e suas relações com a Internacional Comunista, escamoteadas por Prestes e pelo PCB ou tratadas em linguagem policialesca pelas Forças Armadas.

A história dos acontecimentos que culminam em novembro de 1935 com as sublevações de Natal, Recife e Rio de Janeiro tem necessariamente que incorporar, para permitir a compreensão do que estava em jogo na luta política no Brasil naquele período, uma série de outros componentes essenciais que vão desde a análise de composição do movimento tenentista até as transformações que se operam no Partido Comunista após 1930 e, particularmente, as inflexões nas orientações da Internacional Comunista, especialmente após a subida de Hitler ao poder, em janeiro de 1933, na Alemanha.

O PCB ANTES DE 1935

A queda da “Velha República”, em 1930, depois de oito anos de profunda crise política, não foi capaz de abrir no imediato um período de estabilidade no Brasil. Menos de dois anos após sua instalação, a partir do movimento revolucionário que se iniciou a 3 de outubro de 1930, o regime varguista sofreria a contestação da revolta constitucionalista de 1932 e nem mesmo a tentativa de estabilização institucional representada pela Constituinte de 1934 consegue apaziguar os conflitos no interior das classes dominantes, nem minorar as contradições sociais que cada dia se acirravam mais.

As camadas médias, que a partir de 1930 haviam visto aumentar seu peso na vida política do país, são atravessadas por correntes político-ideológicas que opõem ferrenhamente as distintas frações em que se encontram divididas.

A decomposição do movimento tenentista é reveladora. Se uma parte significativa dos tenentes dos anos 1920 se encontra ocupando funções importantes do aparelho de Estado – em ministérios e interventorias estaduais – outros setores vão engrossar seja a Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, seja os grupos antifascistas a partir dos quais se constituirá em 1935 a ANL. A despeito das relações da ANL com o PCB e da influência decisiva que este exerce em seu interior seria falso reduzir, pelo menos em seus primórdios, a Aliança ao Partido.

UM PARTIDO “PROLETARIZADO”

Para compreender o papel que o PCB teria em relação à ANL é importante acompanhar a evolução que o Partido sofreu a partir de 1930. O Partido Comunista é um fator totalmente marginal nos acontecimentos que em 1930 culminam com a subida de Getúlio ao poder. Não só

ele era uma pequena organização (em torno a mil militantes) como se encontrava mergulhado numa profunda crise interna. Os conflitos específicos que o PCB atravessa se articulam com as tendências divergentes que se manifestam no movimento comunista internacional. O PCB sofre um desgaste a partir do surgimento aqui de uma oposição de esquerda, desgaste que vai se acentuar com a aplicação, ainda que tardia, da orientação “proletarizante”, o que significou na prática a marginalização de vários quadros de direção que não tinham “origem proletária”. O próprio Astrojildo Pereira, fundador e secretário-geral do PCB durante anos, não é poupado, sendo excluído do Partido.

O PCB se encontra, igualmente, fustigado por uma concorrência particularmente incômoda no começo da década. De seu exílio – em Montevideu ou Buenos Aires – o prestigioso capitão Luiz Carlos Prestes lança sua Liga de Ação Revolucionária (LAR), logo encarada pelo partido como uma réplica cabocla do Kuomintang chinês, pouco faltando para que Prestes seja considerado como um êmulo de Chiang Kai-Chek.

O obreirismo do PCB se reforça pela sua presença em alguns movimentos grevistas importantes e tem sua expressão ideológica na luta contra o “prestismo”. À sua maneira, o PCB cumpre as determinações do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928, que fazia do combate às correntes social-democratas ou tendências afins no campo da pequena-burguesia o inimigo fundamental. Esta orientação presidiu a suicida conduta do PC Alemão nos anos que antecederam a ascensão do nacional-socialismo ao poder.

Mas as pretensões independentistas de Prestes – que ele próprio atribuiria mais tarde a “desvios” esquerdistas (muitos falam de contatos do “Cavaleiro da Esperança” com trotskistas naquele período) – duram pouco e já em 1931 ele desfaz as especulações de setores da oposição em torno a seu nome, afirmando ser o PCB a única alternativa revolucionária no país.

A despeito desta abjuração e do fato mesmo de a figura de Prestes perder um pouco sua incidência na vida política do país, depois de sua partida para a URSS, a luta “contra o prestismo” ainda ocuparia um lugar importante na vida do PCB, o que justificaria que Fernando Lacerda, um de seus mais destacados dirigentes, escrevesse ainda em 1934.

O prestismo não é a simples admiração ou confiança cega na pessoa de Luiz Carlos Prestes. É toda uma ideologia que tem suas origens na mentalidade pouco segura e firme da pequena burguesia, camada social intermediária, vacilante, entre as duas classes principais da sociedade capitalista: o proletariado e a burguesia¹.

A ASCENSÃO DE MIRANDA

O peso da luta contra o prestismo até começos de 1934 explica a decisão do PCB em rejeitar, em 1932, o pedido de incorporação em suas filas de Antônio Maciel Bonfim, ou simplesmente, “Miranda” (ou, ainda, Adalberto de Andrade Fernandes), como viria a ser conhecido mais tarde este ex-dirigente da Liga de Ação Revolucionária.

Neste mesmo ano de 1932, um pouco após não ter sido admitido no PCB, Bonfim é protagonista de uma fuga que muitos comunistas consideram até hoje como “suspeita” (este é o caso, por exemplo, do falecido historiador Leôncio Basbaum), e, em 1933, não só ele é aceito no Partido, como ascende ao Comitê Central. Mas sua meteórica carreira não termina aí. Em 1934, Antônio Bonfim se transforma em Miranda (ou Adalberto Fernandes) e passa a ocupar nada mais nada menos que a secretaria-geral do PCB. E nesta condição de dirigente máximo de um

1. LACERDA, Fernando. A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista. *In*: LACERDA, Fernando; PRESTES, Luiz Carlos; SINANI [pseudônimo de Gueorgui B. Skalov (1896–1940?)], comunista russo, assessor militar na China]. *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista*. S.L. [Rio de Janeiro]: s.c.p. [PCB], 1934, p. 7 (N.E.).

partido que se reforçava a olhos vistos, que ele viaja a Moscou para entrevistar-se com os dirigentes da Internacional Comunista e, em particular, com Luiz Carlos Prestes. Destas entrevistas – sobre as quais até hoje não se sabe praticamente nada – é que possivelmente fluirá a orientação insurrecionalista posta em prática em novembro de 1935.

PRESTES E O PAPEL DA INTERNACIONAL COMUNISTA

O processo de aproximação de Prestes ao movimento comunista é dos mais paradoxais. Sua compreensão é decisiva, no entanto, para o entendimento do ocorrido em 1935 no Brasil e para todo o curso posterior do PCB.

Em 1930, ao rejeitar a oferta que Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha lhe faziam de ser o comandante do movimento revolucionário em preparação e que guindaria o primeiro ao poder, Prestes rompe com seus companheiros do movimento tenentista que se encontravam lançados de corpo e alma na conspiração que poria fim à Velha República.

A evolução do “Cavaleiro da Esperança” é notável. Seus textos deste período denunciam o imperialismo e a estrutura feudal e representam uma incorporação em sua linguagem de elementos que ele vai adquirindo em seus contatos com o marxismo.

As primeiras reuniões do PCB com Prestes, ainda nos anos 1920, na Bolívia e no Uruguai, não são muito promissoras, tanto é assim que em 1930 ele ainda persiste em seu projeto da LAR. A mudança decisiva em sua posição, segundo ele mesmo revelou mais tarde, se opera a partir da influência que sobre ele vai exercer Guralsky², um letão enviado pela

2. August Guralsky era um dos pseudônimos de Abram Jakovievitch Heifetz (1890-1960). Trabalhou no aparato da Internacional Comunista desde 1919 até 1936, quando foi expulso do PC da União Soviética. Na segunda metade dos anos 1920 chegou a se aproximar da corrente liderada por Leon Trotsky, mas logo renegou o trotskismo. De 1928 a 1935 atuou nos organismos da IC relacionados à América Latina, atuando em vários países do continente, inclusive no Brasil (N.E.).

direção da Internacional Comunista para organizar o Birô Sul-Americano da IC.

É Guralsky, igualmente, que acerta a viagem de Prestes para a URSS, apesar da retórica antiprestista desenvolvida pelo PCB naquela época.

NA URSS

A viagem do capitão Prestes à URSS aparece como uma oportunidade de incorporá-lo ao processo de construção do socialismo naquele país, acelerado pela aprovação do Primeiro Plano Quinquenal, em aplicação quando de sua chegada ao país dos soviets.

Mas não são suas capacidades como engenheiro militar que parecem mais atrair a seus anfitriões. O interesse maior que ele apresenta é seu passado político, a áurea de que seu nome está cercado desde os tempos da *Coluna* e o fato de se tratar do único quadro da pequena burguesia radical que recusou ser cooptado pelos novos donos do poder no Brasil.

A Internacional Comunista, neste momento totalmente controlada por Stalin, enfrentava uma difícil crise. O último estertor da revolução alemã, em 1923, havia transferido as esperanças revolucionárias para a China, mas os massacres de Cantão e Xangai, em 1927, haviam deixado a revolução mundial sem um centro visível, fora a URSS, é claro, cuja defesa se transformara na “tarefa das tarefas”.

É a partir de 1928, durante o VI Congresso, que a América Latina começa a aparecer como uma possível zona quente para uma nova vaga revolucionária mundial. Bukharin, então todo poderoso na IC se refere à América Latina em seu discurso e os problemas do continente são objeto de algumas discussões importantes. A delegação dos PCs latino-americanos é relativamente grande.

A importância que o continente passa a ter para IC tem várias consequências práticas: a criação de um Birô Sul-Americano, com sede em

Montevidéu, e o envio de um responsável da Internacional (Guralsky) para dirigi-lo; a criação de um Birô do Caribe (com sede em Nova York); a realização da Primeira Conferência de Partidos Comunistas Latino-Americanos, em Buenos Aires, em 1929 e da Primeira Conferência Sindical no mesmo ano, em Montevidéu. Finalmente, em 1930, a *Correspondência Internacional*, bi-semanário da IC publicado em várias línguas, difundia um projeto de *Teses sobre a América Latina*, o primeiro documento desta natureza estampado numa publicação da Internacional.

ESQUERDISMO

Mas a convicção de que se abria um “terceiro período” da luta revolucionária impulsiona uma orientação esquerdista no conjunto da Internacional que afeta, igualmente, o continente. As manifestações deste esquerdismo são muitas: ruptura dos comunistas com Sandino, que passará a ser acusado de “agente do imperialismo”, a insurreição de El Salvador, em 1932, cujo fracasso acarreta uma “matanza” de cerca de 20 mil camponeses e o desmantelamento do forte PC Salvadorenho, marginalização do PC Chileno durante a breve “República Socialista” dirigida por Grove e Matte, atitude ambígua do PC cubano ante a ditadura declinante de Machado e tentativa posterior de formação de “soviets” rompendo a unidade com as correntes radicais influenciadas por Antonio Guiteras, para só citar alguns casos.

UMA “VIRADA” DECISIVA

A “tragédia da classe operária alemã” e as ameaças fascistas que rondam outros países, especialmente a França, forçam na prática uma reorientação da Internacional. Ainda que esta “virada” formalmente só se dê em 1935, quando se realiza o VII Congresso da IC, quando Dimitrov

anuncia as teses sobre as *Frentes Populares*, já anteriormente, a partir de 1934, se esboça uma mudança de linha importante dentro da IC. Chega a Moscou um grande número de dirigentes comunistas latino-americanos que deveriam participar do VII Congresso. A postergação do evento não impede que se realize uma importante reunião destes dirigentes com eminentes personalidades da Internacional, dentre as quais Maurice Thorez, Ho Chi Minh, Palmiro Togliatti, Dimitrov e outros.

Os testemunhos sobre esta reunião – incompletos, problemáticos, mas nunca desmentidos – dão conta de uma forte polêmica que opôs não só os dirigentes do Comitê Executivo da IC, como os próprios delegados da América Latina. Tratava-se, fundamentalmente, de ver como se aplicaria em nosso continente a nova linha que se esboçava. Segundo o depoimento de Eudocio Ravines, dirigente comunista peruano e que mais tarde romperia com o PC em um ruidoso livro (*O Caminho de Yenan*³), duas posições se perfilam: uma que trata de tirar todas as consequências da linha de Frentes Populares em gestação e que busca expressá-la através de uma via eleitoral e outra que insiste no caminho insurrecional, ainda que não rompendo com a política de alianças insinuada pela nova orientação.

O impasse, segundo Ravines, e igualmente conforme o depoimento de Margarete Buber-Neumann⁴ (esposa do dirigente do PC Alemão, Heinz Neumann, entregue por Stalin aos nazistas), se resolve por um compromisso: as duas vias se implementariam – a insurrecional, no Brasil, e a eleitoral, no Chile (lembremos que em 1938 a Frente Popular, integrada pelo PC, pelo PS e pelo Partido Radical Chileno, vence as eleições presidenciais com o radical Aguirre Cerda).

3. RAVINES, Eudocio. *The Yenan way*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1951. Há também versão em castelhano: RAVINES, Eudocio. *La gran estafa (La penetración del Kremlin en Iberoamérica)*. México (DF): Libros y Revistas, 1952 (N.E.).

4. NEUMANN, Margarete Buber-. *La révolution mondiale : L'histoire du Komintern (1919-1943) racontée par l'un de ses principaux témoins*. Paris: Casterman, 1971 (N.E.).

Assim, ainda que seja falso reduzir a insurreição de 1935 à “mão de Moscou” como há 44 anos pretende a propaganda oficial, não se pode ocultar o fato de que a Internacional havia dado sua sanção a esta via dentro do marco geral da política das Frentes Populares⁵.

É nesta perspectiva que são enviados Prestes e outros quadros da Internacional para o Brasil, através de canais clandestinos. A escolha mesma dos quadros parece indicar a opção pela via insurrecional. Arthur Ewert (que no Brasil seria conhecido como Harry Berger) parecia estar em desgraça por suas posições simpáticas ao PC Chinês, particularmente a Mao; Rodolfo Ghioldi, e que veio também para o Brasil, é considerado pelos estudiosos do PC Argentino como integrante de sua “ala esquerda”.

Finalmente, e não apenas um simples detalhe, Prestes teria votado favoravelmente aos insurrecionalistas na discussão antes aludida, voto que seria mais tarde reforçado pelos informes triunfalistas sobre as perspectivas revolucionárias de Miranda em Moscou. Tudo parecia transformar o Brasil em um campo privilegiado para a nova política de alianças, política que se implantaria aqui, no entanto, pela força das armas.

A Aliança Nacional Libertadora, formada no Brasil, passa a ser oferecida nas publicações da Internacional como o modelo de Frente Popular a ser seguido.

Sobre ela, assim se expressa Dimitrov no VII Congresso:

No Brasil, o Partido Comunista, que, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando no futuro essa frente, por meio da incorporação, em primeiro lugar, das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a

5. É importante não esquecer que o texto foi publicado em 1979 (N.E.).

criação de destacamentos de um exército popular revolucionário, entregues sem reserva à revolução, e trabalhar pela restauração do Poder da Aliança Nacional Libertadora⁶.

O PUTSCHISMO DA ANL

A evolução que os acontecimentos têm no ano de 1935 é inteligível se não levarmos em conta a forma pela qual se dá a relação de Prestes com o PCB e, através dele, o peso que passa a ter no partido o componente tenentista.

O PCB, que repudiara Prestes até 1934, é obrigado a aceitá-lo e, às vésperas dos levantes armados de 1935, a incorporá-lo em seu Comitê Central. A anomalia da situação reside no fato de que o Prestes que ingressa no PCB já pertencia nada mais nada menos do que ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, da qual o PCB era uma seção.

É por este rombo aberto na rigidez de um partido marcado até então pelo obreirismo que vão penetrar setores das camadas médias com uma longa tradição *putschista*, particularmente os “tenentes”.

ALIANÇA

A despeito das advertências de Dimitrov sobre a necessidade de ampliar a base da ANL, especialmente pela incorporação a esta frente das massas camponesas, a gravitação da Aliança é essencialmente urbana e, particularmente, nos setores médios. Dentre estes, os segmentos militares ocupam um lugar destacado, no interior dos quais permanecem vigentes as concepções de prática política que marcaram os anos 1920: o gosto pela atividade conspirativa, o peso excessivo dado às ações milita-

6. DIMITROV, Georgi. *A unidade operária contra o fascismo*. Belo Horizonte; Contagem: Aldeia Global Livraria Editora; Editora História, 1978, p. 63 (N.E.).

res, desenvolvidas a partir de frações das próprias forças armadas, e uma incapacidade, mais de uma vez demonstrada, de estabelecer uma junção entre estes setores militares de vanguarda e o movimento de massas.

PROGRAMA E TÁTICA

A ANL, por outra parte, está claramente marcada por certa flutuação programática. Seu anti-imperialismo e antifascismo são genéricos e apresentam um caráter nitidamente propagandístico. As consequências disto no plano da tática são nefastas.

Em primeiro lugar, o programa abstrato não permite estabelecer uma sólida aliança entre a classe operária (ainda reduzida, por certo) e o campesinato. Menos ainda, assegurar sua hegemonia na frente. Mais grave, no entanto, é que a generalidade e abstração do programa da ANL permite que a pequena burguesia venha a desempenhar política e ideologicamente a hegemonia dentro do movimento.

Esta hegemonia está expressa e é reforçada nos apelos de Prestes, como o de 5 de julho de 1935, que leva à dissolução da Aliança, onde ele invoca o exemplo dos combatentes do Forte de Copacabana.

Não deixa de ser uma dessas ironias da história que a repressão à insurreição de 1935, no fracassado intento de sublevar a escola de aviação do Campo dos Afonsos, fosse dirigida justamente pelo grande “herói” do Forte de Copacabana, o então coronel Eduardo Gomes.

ILUSÕES

Mas tudo não se pode resumir às “deformações *putschistas*” que, como um componente essencialmente tenentista, teriam empurrado o PCB à aventura, como querem muitos militantes e dirigentes do PCB até hoje empenhados historicamente em uma cruzada “antiesquerdista”.

Se é certo que o gosto pela conspiração e o hábito com práticas que haviam abundado nos anos 1920 teve seu peso e sua importância, não é mesmo certo que outros elementos são mais radicalmente decisivos para explicar o fracasso político e militar de novembro de 1935.

Por um lado, apesar da aparência esquerdista, a linha definida pela Internacional para o Brasil não saía dos quadros da política global de colaboração de classes traçada para o período. Mais grave, esta orientação colaboracionista deveria ser implantada por uma via insurrecional que, pelas condições de amadurecimento político do país, desembocava necessariamente numa saída golpista.

Mas não só o PCB não se dá os elementos de constituir uma aliança dos explorados e das camadas médias, como ele subestima totalmente a correlação de forças no interior das classes dominantes e as transformações que se insinuam no interior do aparelho de Estado, particularmente nas forças armadas.

Mais fascinados pelas aparências do que pelo seu conteúdo real, os dirigentes do PCB não compreendem os exercícios bonapartistas realizados por Vargas e confundem a utilização que este faz dos integralistas com uma suposta vocação fascista do presidente. Não captam, por esta razão, a natureza real das contradições que opõem Vargas a segmentos políticos das classes dominantes, cuja ausência de vocação hegemônica se fazia cada dia mais patente, o que se manifestaria com toda sua evidência a 10 de novembro de 1937⁷.

O PCB e Prestes não veem as mudanças operadas nas forças armadas, nem o fato de que elas passam a integrar-se pela via da cooptação que Vargas realiza nos setores fundamentais do tenentismo, na verdadeira garantia de um projeto burguês que não conta com o apoio real e duradouro de nenhuma fração da burguesia brasileira naquele momento.

7. Data em que ocorreu o golpe de Estado desencadeado por Getúlio Vargas e os militares e que instaurou o chamado Estado Novo (N.E.).

A insurreição da Praia Vermelha não produziu na sociedade brasileira, como Prestes esperava, o mesmo efeito que, 13 anos antes, haviam produzido os canhões do Forte de Copacabana ou um pouco depois sua longa marcha pelo Brasil.

O novo Estado surgido na revolução de 1930 se preparava para ser o Estado Novo de 1937. As forças armadas, de contestatárias de um sistema de dominação em crise, se transformavam em garantia de uma nova ordem nascente.

APOLÔNIO DE CARVALHO: DA INSURREIÇÃO DE 1935 AO PARTIDO DOS TRABALHADORES

*N*os Subterrâneos da Liberdade, de Jorge Amado, a militante comunista Maria não pode esconder seu fascínio pelo tenente Apolinário, insurrecto de 1935, que passa clandestino, dois anos após, por São Paulo, em direção à Espanha, para se incorporar às forças do Exército Republicano que enfrentava as tropas franquistas.

Quarenta e dois anos após, Apolônio de Carvalho, que inspirou Amado em sua criação literária, volta ao Brasil e a São Paulo e provoca sobre seus interlocutores um fascínio talvez ainda maior do que aquele que nos transmitiu o escritor baiano¹. Oficial de artilharia na Espanha, coronel da Resistência francesa, 30 anos militante do PCB, de cujo Comitê Central demitiu-se em 1967 para participar com Mário Alves e outros na fundação do PCBR, Apolônio não quer ser, no entanto, um “ex-combatente”. Portador de uma tradição de lutador revolucionário, ele não se deixou esclerosar pelos dogmas de um marxismo pervertido, assumindo lúcida e corajosamente uma postura crítica e autocrítica característica dos que têm um profundo compromisso com a verdade. Hoje um militante independente – ele prefere não falar de sua saída recente do PCBR – Apolônio foi há poucos dias acusado por Luiz

1. É importante recordar que este texto foi publicado em 1979 (N.E.).

Carlos Prestes de “desencaminhar a juventude”. O ex-tenente sorri das palavras do ex-capitão. Não tendo sido no passado um “cavaleiro da esperança”, hoje Apolônio não é um cavaleiro da triste figura. Com humanidade, mas com paixão, ele nos falou do passado, mas, sobretudo, do presente e do futuro.

A década que acaba é precedida pela tentativa esporádica, dos anos 1967-1968 de reorganização do movimento popular. Esta reorganização não se deu e não ofereceu bases para uma ofensiva. Abriu-se, então, um período de defensiva desorganizada que vai perdurar até 1976-1977, quando começam a se preparar as condições para uma nova emergência, em 1978, do movimento operário. Esta experiência tem como consequência a necessidade de avançar das lutas reivindicativas para a luta política, colocando na ordem do dia a questão da organização de um partido político da classe operária brasileira.

Mas o movimento operário, tendo suas próprias características, está ligado ao contexto em que se desenvolvem a presença e ação da ditadura militar. Tudo começa com o desmoronamento do “milagre”, nos primeiros anos da década de 1970 e a revelação em forma crescentemente aberta das contradições no interior do bloco dominante. Este é o quadro da crise política de 1973-1974 que impõe a mudança da equipe no poder. Esta crise era então parcial e hoje ela se aprofunda tendo em vista as dificuldades que a forma de dominação representada pela ditadura militar enfrenta.

Há dois elementos a destacar nesta conjuntura: a alta hierarquia das forças armadas sente que a partilha de poderes se impõe, mas procura resguardar esta transferência, mantendo tanto quanto possível o controle das decisões em suas mãos. O outro elemento é a emergência de um setor liberal da burguesia. Mas existe outro dado determinante na conjuntura: a emergência do movimento operário e popular, que assume novas formas de luta e influencia a própria crise do regime militar.

A convergência hoje entre militares e burguesia liberal significa que as reformas políticas objetivamente impostas se farão num quadro de contenção do movimento popular.

Esta convergência explica o caráter profundamente unilateral e discriminatório das reformas políticas que marginalizam a imensa maioria da nação. O que hoje caracteriza a crise política brasileira é que não é possível assegurar agora, como em fins dos anos 1960 e começos de 1970, tal convergência sobre o papel concentrador de poderes da hierarquia militar.

A burguesia liberal parece haver compreendido que este regime não lhe serve mais porque não consegue assegurar a unidade nem de sua base de sustentação – as forças armadas – nem de dar coesão às frações da burguesia ou mesmo de conter o movimento popular. É isto que torna necessário um regime de transição, de fachada democrático-representativa, mas que guarde no fundo suas características autoritárias, elementos do regime de exceção.

Quando se fala de crise da esquerda devemos ter em conta um contexto mais amplo, abrangendo não somente o PCB, mas todas aquelas forças que a partir de um momento dado tentaram ser alternativa a ele. É um problema de crise de vanguarda do movimento operário, que para mim tem seu ponto de partida em 1945-1946 no Brasil, quando se fez presente com força crescente uma perspectiva reformista. De 1945 a 1964 há um longo período de crises no qual o PCB abandona os interesses fundamentais da classe operária e opta por uma aliança prioritária com a chamada burguesia nacional. O ponto alto desta política são os anos 1957-1958, casando-se com uma orientação revisionista no plano internacional, após o XX Congresso do PCUS. Assim chegamos a 1964 com uma classe operária sem condições de fazer frente ao golpe militar. Aí é que se manifesta a crise do revisionismo caboclo...

A política do PCB depois de 1964 não sofreu modificações de fundo e isto se expressa hoje quando ele limita o campo de oposição à

ditadura militar à faixa ontem representada pelo MDB e agora por seu sucedâneo. É uma política que se subordina à tutela da burguesia liberal.

O inconformismo de nosso povo diante da ditadura e a experiência das novas lutas levaram a conclusões sobre a impotência da política de colaboração de classes e sobre as limitações nos núcleos de vanguarda que existiram no passado e das que se mantêm. Limitações em seus instrumentos de análise, na compreensão das novas forças que emergem para a política (as mulheres e os jovens, por exemplo), na falta de crítica a teses e modelos de organização copiados. Isso ocorre não somente com organizações marcadas pela colaboração de classes como é o caso do PCB.

Esta crise dos projetos da esquerda (tradicional e revolucionária) é fundamental para explicar o novo fenômeno a que estamos assistindo: o movimento operário levando à frente um projeto de constituição de um partido próprio, consciente da necessidade de sua participação em bases próprias, independentes.

O Partido dos Trabalhadores é um avanço extraordinário dos setores de vanguarda da classe operária, tendo uma grande receptividade nos trabalhadores em geral. O regime autoritário exige uma resposta das forças populares que ainda se encontram dispersas e o PT pode dá-la.

O PT deve oferecer uma alternativa de massas. Apoiado num programa mínimo, dar resposta às exigências mais diretas e imediatas de nosso povo e de um programa máximo, em permanente discussão, fazer do partido um instrumento de vanguarda dos trabalhadores, apoiado em formas de organização correspondentes à nossa época.

Mesmo os que quisemos ser alternativa ao reformismo, erramos ao tentar constituir uma vanguarda política da classe operária à margem da classe operária, ao mesmo tempo em que não levamos em conta a correlação de forças no país, a situação de defensiva e de desorganização em que nos encontrávamos. Não soubemos assimilar as experiências nacionais e internacionais da luta de classes, não dominávamos todas estas

formas da luta de classes e desconhecíamos mesmo as reivindicações capazes de unir todos os oprimidos.

A autocrítica destes erros se fez difícil pela dispersão e pelas duras condições de repressão de inícios da década. Muitas organizações desapareceram da cena política; outras, aproveitando o lento crescimento do movimento popular em meados dos anos 1970, conseguiram romper um pouco seu isolamento. Mas isto não significa que tenhamos feito uma autocrítica do processo de formação dos núcleos de vanguarda no Brasil. Este é um desafio, sobretudo, para a “velha guarda”. A assimilação sem espírito crítico de modelos vindos do exterior, sem ter em conta a realidade nacional, a repetição de situações calcadas nestes modelos, tudo isto impõe uma reflexão muito séria sobre o que deve ser a vanguarda política da classe operária. Como ela deve criar-se no bojo da luta de classes, como seu desdobramento.

O momento está marcado por uma crise não só do regime, mas das esquerdas. Esta última crise aparece como crise de modelo adotado para criar um partido de vanguarda do proletariado. É a partir daí que se impõe a busca de novos caminhos. Durante um período, que não será curto, a convergência destas correntes que compõem o leque das esquerdas poderá criar as bases para a formação futura de uma vanguarda, que coexistirá com outros partidos operários que enriquecerão as expressões do movimento social.

A crise da vanguarda brasileira não é um fenômeno isolado. Ela reflete uma crise do movimento operário e comunista no plano internacional. Uma crise de confiança no socialismo em certos setores do povo. Mas temos que encará-la com otimismo e espírito construtivo. A crise tem que ser vista em seu sentido grego, como caminho de sua superação. Eu penso que estão criados os elementos desta superação. A experiência política dos trabalhadores permitirá vencer o ceticismo frente aos modelos socialistas que se desenvolvem na URSS, na China ou na América Latina.

Meus projetos para a década? Somar-me à luta do povo que se dobra. Participar do esforço dos trabalhadores ou constituir-se em força política organizada, enfim, somar-me ao combate de todos aqueles que lutam pela anistia ampla, geral e irrestrita, luta que forçou a ditadura a um recuo, permitindo a volta de muitos e a libertação de quase todos os presos.

MEP: A CRISE DA ESQUERDA E O PT

O Movimento pela Emancipação do Proletariado – MEP – é uma organização de esquerda clandestina que praticamente só apareceu na imprensa durante a cobertura das prisões e dos processos instituídos pela ditadura contra alguns dos seus militantes.

Originário da Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO), no início da década, com a denominação de “Fração Bolchevique”, o MEP conseguiu atravessar os piores anos de repressão construindo uma estrutura nacional e criando novas bases. Neste depoimento, concedido indiretamente por um dos membros do Secretariado Político do seu Comitê Nacional (perguntas e respostas foram trocadas por escrito), estão reveladas as principais posições defendidas pelo MEP junto aos trabalhadores, nos últimos anos¹.

As posições do entrevistado, segundo breve nota introdutória que acompanhou as respostas, são, de modo geral, compartilhadas pelo Secretariado Político do CN da organização, apesar de não representarem formalmente uma manifestação desse organismo. Aqui, inclusive, fica claro o porquê da adesão do MEP à proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) e a concepção que possui sobre esse partido.

1. Não se deve esquecer que este texto é de 1980 (N.E.).

As tendências atuais apontam para a continuidade das lutas, dado que a ditadura não resolveu nem diminuiu os problemas dos trabalhadores. Mas já está se esgotando um primeiro ciclo de lutas de massa, onde predominaram suas características mais espontâneas. Hoje, a disposição das massas se mantém, e o fortalecimento da esquerda revolucionária e dos setores conscientes do movimento indica claramente que é possível inaugurar uma nova fase nas lutas de massa da classe operária e do povo, onde as mobilizações tenham como características uma organização e uma consciência política mais desenvolvidas, e, conseqüentemente, coloquem-se objetivos mais amplos. A própria violência da repressão aos movimentos grevistas colabora a seu modo para a efetivação das lutas de massa.

A CRISE DA ESQUERDA

A crise da esquerda revolucionária brasileira e mesmo da internacional é, antes de tudo, uma crise de perspectiva política. Nos países europeus, onde é forte a presença dos PCs ou da social-democracia com os trabalhadores, a esquerda revolucionária não conseguiu romper o monopólio reformista de controle dos movimentos de massas. Por outro lado, o movimento de massas desenvolveu algumas lutas que escaparam dos controles burocráticos dos reformistas, colocando na ordem do dia novos problemas para a esquerda: como absorver estas formas de luta e organização espontânea dos trabalhadores, como incorporá-las dentro de suas formulações táticas e estratégicas? Pelo menos em nosso país a esquerda revolucionária que se forjou no processo de crise do reformismo tradicional, após o golpe de 1964, era uma esquerda jovem e inexperiente, que herdou do PCB a fraqueza política e teórica e muitos vícios de interpretação da realidade. Era uma esquerda que buscava romper com o reformismo, aniquilar a ditadura e construir o socialismo, com base quase que tão somente no seu entusiasmo e dedicação inquebrantáveis aos interesses dos trabalhadores.

A juventude e a inexperiência da esquerda revolucionária brasileira empurraram-na, a partir de 1967, a buscar resposta a estes problemas por meio da elaboração de fórmulas mais ou menos rígidas de organizar as massas, de fazer surgir seus organismos de poder, suas formas de luta etc. Este tipo de doutrinário tornava as organizações revolucionárias incapazes de avaliar objetivamente a realidade e de absorver tendências em curso ou mesmo experiências concretas que se produziam entre as massas.

É preciso que se diga que ele representa um desvio do marxismo-leninismo que esteve presente nas diversas correntes em que se dividiu o movimento de esquerda em nosso país, independentemente do desejo de seus mentores: stalinismo, trotskismo, maoísmo, guevarismo. E é justamente nas tendências de esquerda, que mais longe e por mais tempo mantiveram este tipo de doutrinário, que surge e se expande uma crítica à teoria leninista de organização e ao próprio leninismo.

A razão disto é muito simples. Numa época de descenso das lutas de massa, onde predominava a apatia, a desmobilização, o desinteresse pela política, qualquer projeto político pode aparecer como a resolução para os impasses em que se encontra o movimento. Construídos com base nos desejos revolucionários sempre bem intencionados que aspiram as grandes massas mobilizando-se contra a exploração e a opressão capitalistas e não por meio da elaboração científica com base na realidade e nas tendências presentes em seu interior, estes projetos políticos acabam mais cedo ou mais tarde por chocar-se com a própria realidade, levando muitas organizações de esquerda a criarem em nome do marxismo-leninismo modelos organizativos autoritários, ultracentralizados, a fim de conseguirem uma intervenção eficiente nas lutas ou manifestações e de provar sua unidade política.

Ora, quanto mais dinâmica é a prática política, mais estes modelos entram em crise, arrastando consigo o coletivo que os adotou. Não é à toa que em nosso país foram as organizações de esquerda que mais en-

veredaram por este tipo de doutrinário, que se tornaram um campo fértil para a crítica do leninismo e a expansão de ideias autonomistas ou anarquistas; e também não é à toa que o momento dessa mudança é exatamente o dos anos que marcam a virada do movimento de massas em direção a um novo e vigoroso ascenso.

Desde a sua formação, o MEP desenvolveu uma firme luta política e ideológica tanto contra o democratismo pequeno-burguês quanto contra o doutrinário e suas concepções políticas e organizativas sectárias. Neste combate, afirmamos sempre, e a vida tem demonstrado, que não cabe a nós, comunistas, inventar o movimento de massas, nem suas formas de luta e de organização, mas sim elaborar propostas políticas capazes de auxiliar o movimento a crescer, a se organizar e a se tornar mais e mais consciente, e na exata medida em que nossas propostas se mostrarem corretas seremos capazes de dirigir este movimento rumo ao triunfo da revolução socialista.

AS NOVAS CONDIÇÕES DA POLÍTICA

O MEP define-se, portanto, como um partido de esquerda que considera o leninismo em geral e principalmente a teoria leninista de organização como parte inseparável do marxismo revolucionário. Podemos mesmo dizer que sem um partido revolucionário organizado e disciplinado com base nas concepções de Lênin não se pode aspirar a dirigir as lutas das massas trabalhadoras rumo ao triunfo de uma revolução e do socialismo. Especialmente no momento atual, onde se torna decisivo para a classe operária tornar seu movimento mais consciente e organizado. A luta pelo predomínio do marxismo-leninismo é a luta contra a desorganização dos trabalhadores, contra a dispersão de suas lutas, a favor da construção de um partido revolucionário e de um amplo movimento político contra a ditadura e a exploração capitalista.

É evidente que, num momento em que se torna possível e mesmo decisivo avançar em direção às grandes lutas políticas de massa contra a ditadura, as quais exigem formas de organização mais complexas e bem preparadas, qualquer “ojeriza à grande política” corresponde a preconceitos herdados da época de descenso do movimento de massa. É claro que estes preconceitos se fortalecem com as proposições e os métodos de ação dos reformistas e neorreformistas em parcelas do movimento, uma desconfiança frente à esquerda e em certo receio entre as lutas políticas mais gerais.

No Brasil, nos últimos anos, estiveram fechados todos os meios para a luta política legal dentro de uma perspectiva revolucionária. Neste sentido, nas eleições era comum o voto nulo; em oposição aos sindicatos, propunham-se formas paralelas. Só a partir de 1977-1978 o espaço político legal vai se ampliando e a esquerda o ocupando.

Isto se faz de uma forma bastante lenta e sem nenhuma experiência anterior. Excluindo o PCB, nenhuma organização clandestina tem experiência acumulada de uma prática legal. As últimas eleições foram uma lição de maior importância para a nova esquerda, a prática parlamentar voltada para a luta dos trabalhadores é uma experiência quase inédita no país. Até hoje esses meios legais de luta foram utilizados pelo populismo e para controle político das massas. A esquerda que emerge desses longos anos de descenso é ainda bastante fraca para empolgar todos aqueles que despertam para a política e que com sua combatividade procuram formas novas de fortalecer as lutas.

O QUE REPRESENTA O PT

Recentemente lançamos um documento que coloca a nossa posição em relação ao PT. Lá dizemos que somos pelo partido revolucionário da classe operária, pois ele é indispensável ao avanço da luta dos traba-

lhadores, para dirigi-la rumo à conquista do governo dos trabalhadores e pelo socialismo. Mas hoje são muitos aqueles trabalhadores que despertam para a política vinculados à igreja, sindicatos ou bairros, e que lutam para fortalecer a organização política nas classes trabalhadoras, sem patrões. Nem toda essa gente se dispõe a pertencer a um partido revolucionário, tampouco a esquerda consegue ser um polo suficientemente forte para atrair toda essa nova força. Nossa perspectiva é a de fortalecer a resistência dos trabalhadores como força independente, enquanto dentro dele estiverem representadas forças políticas que acreditem na luta das massas trabalhadoras como forma principal de luta contra a exploração.

Dado o caráter de frente política do PT, ele vive hoje problemas bastante grandes. Lançado no início do ano por um grupo de sindicalistas, a proposta do PT foi encampada por diversas forças de esquerda que não tinham até então nenhuma atividade de frente. Esta é uma primeira fonte de dificuldades do Movimento pró-PT. Por outro lado, as forças de esquerda organizadas, dada a sua capacidade e experiência de organização e direção política, dinamizaram o processo de implantação do PT. Algumas lideranças sindicais têm encontrado dificuldades em compreender este processo de implantação, o que dificulta muito a organização do PT. Esta é outra dificuldade do PT.

PRESTES CHAMA A REBELIÃO CONTRA O COMITÊ CENTRAL

O secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, ao conclamar os militantes do PCB a “tomarem os destinos do partido em suas mãos” e insurgirem-se contra o atual Comitê Central, desencadeou a mais grave crise dos 58 anos de história do comunismo no Brasil.

Em um documento de mais de 20 laudas, assinado de próprio punho, o velho dirigente acusa a maioria do CC de não estar à altura das exigências da luta política atualmente no Brasil, denunciando a falta de direção coletiva e o fato de que cada dirigente diz e faz o que quer, como atesta, segundo ele, a recente entrevista que Giocondo Dias, Hércules Corrêa e Salomão Malina deram ao *Jornal do Brasil*¹. Os termos da denúncia de Prestes são contundentes: muitos dirigentes estariam “passando informações à polícia através da imprensa burguesa”; esta, por sua vez, não estaria abrindo as páginas para as posições que ele defende.

Prestes menciona “graves responsabilidades” do Comitê Central, inclusive nas quedas sofridas em 1974, 1975, que provocaram a morte de dez

¹ Prestes votou a favor de todas as resoluções. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03/02/1980, p. 8 (N.E.).

membros do CC² e de outros militantes, só não revelando mais detalhes por se tratar de questões que envolvem normas clandestinas do partido.

O secretário-geral denuncia os planos de transformar o VII Congresso do PCB numa “farsa”, que só sirva para reforçar a atual direção e para marginalizá-lo da secretaria-geral. Disse que, apesar de se considerar velho (Prestes tem 82 anos) não pretende abandonar a direção do PCB nas atuais condições. O secretário-geral, que avoca para si as responsabilidades maiores dos erros cometidos, critica a fórmula que vem sendo proposta para obter a legalização do PCB insinuando que se promotores pretendem chegar a um compromisso com a ditadura.

DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS

O dirigente do PCB sublinha que estas divergências, no que respeita aos problemas de organização e funcionamento do partido, são expressões particulares de divergências políticas mais amplas. Ele critica os que tendem a separar a luta democrática da luta pelo socialismo e aqueles que estão “a reboque da burguesia” procurando a todo custo “evitar tensões”.

Denuncia, por outro lado, os que querem tergiversar sobre suas propostas de política de alianças, negando que ele oponha uma frente de esquerdas à frente democrática.

No final de seu texto, Prestes reitera seu apelo às bases para que elejam novas direções no partido “em todos os níveis”, o que significa um chamamento implícito à derrubada do atual Comitê Central.

CONFLITOS

O documento do secretário-geral torna aberta e generalizada a crise que se desenvolve no interior do PCB desde que ele desembarcou no Bra-

2. Ver nota 3, p. 350 (N.E.).

sil. Luiz Carlos Prestes vinha se recusando sistematicamente a participar de reuniões do Comitê Central e mesmo a discutir questões referentes ao partido com membros da direção. Um exemplo recente foi dado pela conversação que manteve com Armênio Guedes, membro do CC. Enquanto Armênio tratou de amenidades, a conversa se desenvolveu harmoniosamente. A partir do momento em que Guedes propôs temas concernentes à situação do PCB Prestes disse que não tinha nada a discutir sobre o assunto³.

REPERCUSSÕES

É difícil estimar o impacto das posições assumidas por Prestes em sua carta. Membros da direção e quadros vinculados a ela manifestaram certa tranquilidade com relação aos efeitos das iniciativas do secretário-geral. A maioria do CC confia em que o que considera atos de indisciplina de Prestes provoquem seu isolamento no Partido e não criem dificuldades para as relações internacionais do PCB, mesmo com a URSS. Citam para tanto o papel que desempenharão homens como Gregório Bezerra, Salomão Malina e Giocondo Dias junto aos soviéticos, ou um Armênio Guedes, que tem grande trânsito junto a partidos como o italiano.

O que parece certo é que o procedimento *até agora* adotado pelo secretário-geral, a despeito do peso do “prestismo” no Partido, tem permitido que a maioria do CC consolide suas posições nas bases e direções intermediárias, constituindo um bloco heterogêneo que vai desde os “eurocomunistas” até militantes que têm posições políticas próximas às do secretário-geral, mas que criticam seu “personalismo” na atual conjuntura.

³ Esta informação circulou na imprensa à época e pode ser encontrada, por exemplo, em MASCARO, Eymar. Coisas da Política: Acuado, Prestes parte para a ofensiva. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/03/1980, p. 11 (N.E.).

Um termômetro importante do grau de exacerbamento da crise do PCB será dado pelas reações ao pronunciamento de Prestes. O primeiro sintoma será sem dúvida a forma pela qual a *Voz da Unidade* veiculará a notícia. Outra serão os pronunciamentos públicos dos membros do CC (ao que se sabe somente o ex-capitão Agliberto de Azevedo⁴, insurrecto de 1935, e hoje representante do PCB na revista *Internacional*, em Praga, apoia o secretário-geral) e finalmente as manifestações em outros setores da esquerda (Prestes fala de “comunistas de fora do partido”) como poderia ser o caso do grupo MR-8. Dirigentes do CC, opostos à orientação de Prestes, informam que o secretário-geral manteve várias reuniões com responsáveis do MR-8 e que sua tática seria de conseguir a adesão destes ao PCB antes da realização do VII Congresso.

⁴ Ver suas memórias, publicadas clandestinamente durante a ditadura: AZEVEDO, Agliberto Vieira de. *Minha vida de revolucionário*. S.l.: s.c.p., 1967 (N.E.).

UMA LEGALIDADE FUGAZ

Com 58 anos de existência, o Partido Comunista Brasileiro teve escassos momentos de vida legal¹. Pouco depois de sua fundação, em março de 1922, ele seria ilegalizado, em julho do mesmo ano, como consequência do estado de sítio decretado após o levante do Forte de Copacabana, apesar de não ter sido constatada nenhuma relação entre aquele episódio e a ação do partido recém-formado. Em 1927 o PCB pôde recuperar fugazmente a sua legalidade. Entre janeiro e agosto deste ano, o jornal *A Nação*, dirigido por Leônidas Rezende, se transformou de fato no porta-voz diário do PCB. Em fevereiro de 1927 João Batista de Azevedo Lima é eleito deputado federal pelo Bloco Operário, apoiado pelo PCB. O Bloco, em realidade uma frente legal do Partido, passa a chamar-se Bloco Operário e Camponês, em 1928, elegendo dois vereadores para a Câmara do Rio de Janeiro, então Distrito Federal: Minervino de Oliveira, que mais tarde, em 1930, concorreria à Presidência da República, obtendo inexpressiva votação, e Octavio Brandão, morto há poucos dias no Rio de Janeiro².

1. Observe-se que este texto é de 1980 (N.E.).

2. Sobre o Bloco Operário e o Bloco Operário e Camponês ver KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006 (N.E.).

Em 1934 o PCB não consegue obter a sua legalização apesar de seus militantes poderem atuar publicamente como tais, situação que se manteria até novembro de 1935, quando a tentativa de insurreição armada dirigida pela Aliança Nacional Libertadora, controlada pelo PCB, provocaria uma feroz repressão por parte do governo de Vargas.

Em setembro de 1945, menos de dois meses antes da queda de Getúlio, com o partido atuando livremente e seu secretário-geral Luiz Carlos Prestes já anistiado, o PCB entra no Tribunal Superior Eleitoral com um pedido de registro. Mas a Justiça Eleitoral não responde de imediato favoravelmente à solicitação, pedindo precisões entre outros pontos sobre como o PCB via o processo de divisão e distribuição das terras; o esmagamento dos remanescentes da reação e do fascismo, particularmente se isto implicava na *ditadura do proletariado*; se o marxismo-leninismo figurava como base de seus princípios programáticos. A 12 de outubro do mesmo ano o PCB modifica seus estatutos para atender às exigências subjacentes na consulta da Justiça. Finalmente, a 27 de outubro, dois dias antes do golpe que derrubaria Vargas, a Justiça Eleitoral decidia pela legalização do PCB. O registro definitivo seria concedido dia 10 de novembro e vinha acompanhado de uma petição assinada por 13 mil “associados” do PCB.

Menos de um mês depois, a 2 de dezembro, o engenheiro Yedo Fiúza, candidato à Presidência da República pelo partido recém-legalizado, obtinha mais de 500 mil votos (10% do eleitorado na época). Nas eleições parlamentares ele obteria 14 deputados federais, 1 senador, dezenas de deputados estaduais e centenas de vereadores.

Já em março de 1946, no entanto, começam a ser apresentados pedidos de suspensão de seu registro eleitoral na Justiça, pedidos que seriam finalmente acolhidos a 7 de maio de 1947, quando os sinais da guerra fria eram mais do que evidentes. A decisão do TSE – três juízes votaram a favor da suspensão contra dois – parece ter colhido totalmente de surpresa

a direção do partido, que esperava outro resultado. Em janeiro de 1948 o Congresso vota a cassação dos mandatos dos parlamentares.

Desde então, 32 anos passados, o PCB viveu ilegalmente, o que não significou necessariamente clandestinidade completa. Em fins da década de 1940 e durante boa parte dos anos 1950 e na década de 1960, particularmente durante o governo Goulart, o PCB tem uma existência aberta. Em 1961, um ano após seu V Congresso, que se fez sem restrições, uma Conferência Nacional alterou os estatutos, mudando, entre outras coisas, o nome da organização para Partido Comunista Brasileiro, ao invés de Partido Comunista do Brasil. A mudança eliminava um resquício de denominação dos tempos da Internacional Comunista, buscando sublinhar o caráter nacional da agremiação. A Justiça Eleitoral arquivou o pedido, sem se pronunciar sobre ele.

APROFUNDA-SE O “RACHA” DO PCB: JÁ HÁ DUAS DIREÇÕES EM SÃO PAULO

A crise do PCB, latente há mais de um ano, e desencadeada publicamente com a divulgação da carta em que Luiz Carlos Prestes pede aos militantes que derrubem o Comitê Central do partido¹, se aprofundou nos últimos dias, a despeito da prudência com que cinco membros do CC responderam às posições do secretário-geral².

Em São Paulo os prestistas criaram uma “Comissão Estadual de São Paulo em Defesa do PCB”, em desafio à “Comissão Estadual de Reorganização”, que no último número de seu jornal clandestino “*Vanguarda*” manifestava sua “fidelidade aos nossos princípios de organização, plasmados nos Estatutos: a fidelidade à linha política livre e coletivamente escolhida no VI Congresso e, em decorrência mesmo desses dois fatores, a constante preocupação com a defesa da unidade do Partido”.

1. “Chegou o momento dos comunistas tomarem o PCB em suas mãos”. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 103, 03-16/04/1980, p. 3-4. Este documento, datado de março de 1980, foi logo depois publicado, acompanhado de perfis de Luiz Carlos Prestes da autoria de Graciliano Ramos e de Aldo Lins e Silva, na forma de brochura: PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980 (N.E.).

2. Assim como o documento de Prestes, a mencionada resposta também foi transcrita nas páginas de *Em Tempo*: “Prestes, queira ou não, desfecha um golpe contra o próprio PCB”. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 104, 17-30/04/1980, p. 7 (N.E.).

CONFUSÃO

Já os integrantes da “Comissão em Defesa do PCB”, “recentemente criada”, segundo um panfleto difundido com data de 5 de abril, poucos dias após a divulgação da carta de Prestes, pedem todo apoio à greve dos metalúrgicos, criticando implicitamente os militantes do PCB que defendiam o fim da greve. No final de seu panfleto, o grupo dissidente diz que

ao afirmarmos a classe operária e as massas trabalhadoras em geral como eixo fundamental em torno do qual devem se alinhar todos os verdadeiros democratas em busca da derrocada da ditadura, fazemos ao mesmo tempo a recuperação da perspectiva do proletariado, que anda sendo diluída e malbaratada, sob a alegação direitista de que não é conveniente “aguçar tensões”, e indicamos, de acordo com a lógica de nossa realidade o único e verdadeiro caminho que, no Brasil, conduzirá à construção de uma forma concreta de democracia.

É muito simplista, no entanto, tentar explicar o atual conflito que atravessa o PCB como um enfrentamento entre um Prestes “esquerdista” e uma maioria do Comitê Central inclinada às teses dos “eurocomunistas”. Em realidade, o conflito recobre uma série de outras questões e dentre os que apoiam o atual Comitê Central podemos encontrar tendências “de esquerda” e “de direita”. O que parece unir este heterogêneo grupo de militantes é a defesa da “legalidade do VI Congresso”, embora muitos tenham restrições à linha política nele aprovada, só contemplando sua mudança, no entanto, em outro congresso.

Este ponto de unidade tem como consequência o reforçamento do “centro” do CC, aqueles dirigentes que mais expressam o aparelho do partido e a vontade de ficar igualmente distantes dos extremos “de direita” e “de esquerda”. Não deixou de chamar a atenção que a primeira nota de resposta ao texto de Prestes não contenha a assinatura de José

Salles, no entanto membro da Comissão Executiva, e que dois dias antes afirmava desconhecer esta iniciativa pessoal de alguns membros do CC, revelando que a resposta da direção deveria tardar mais algum tempo. Salles é acusado de “euro”.

Mas as coisas vão mais longe. Na conferência de imprensa concedida em São Paulo por Giocondo Dias, que parece a máxima expressão do “centro” do CC, as posições de José Salles a respeito do método de legalização do PCB foram criticadas como incorretas. E, num certo momento da reunião com os jornalistas, quando alguém aludiu uma posição de Salles com a qual ele estava de acordo, Dias comentou rindo: “Para vocês verem que às vezes ele acerta”³.

PRUDÊNCIA & CONFIANÇA

A tática da maioria do CC é de utilizar a máxima prudência no tratamento do “caso Prestes”. A nota, assinada por Dias, Salomão Malina⁴, Theodoro Mello, Armênio Guedes e Hércules Corrêa, rebate o essencial da posição de Prestes, admite que ele tem razão em alguns pontos e, finalmente, chama à discussão de seu conteúdo nas bases. Não se insinua no texto nenhuma medida disciplinar. E, por muito menos, muita gente já foi expulsa do PCB.

Mas a chave da prudência dos dirigentes do “Partidão” parece ser determinada pela confiança que eles possuem de ter o respaldo da imensa maioria da organização. Um dirigente do Comitê Central diz que Prestes incide numa série de erros imperdoáveis para os militantes: “personalismo e indisciplina”, sobretudo. E conclui: “não é só ao nível da política nacional que o autoritarismo entrou em crise, mas também no partido”. Ninguém mais está disposto a ser “pau mandado” do Velho.

3: Ver adiante “Com quem ficam os soviéticos?”, p. 460.

4: Sobre Salomão Malina (1922-2002), militar, ver ALMEIDA, Francisco Inácio de (Org.). *O último secretário: A luta de Salomão Malina*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002 (N.E.).

A TÁTICA DE PRESTES

A orientação moderada da maioria do CC tem por objetivo frustrar esta primeira etapa da ofensiva prestista. Esta tática tem seus inconvenientes, no entanto, e estes já começam a aparecer, como atesta a divisão da direção em São Paulo. Pouco a pouco vai se insinuando o risco de um “duplo poder” dentro do partido, situação que não se pode prolongar indefinidamente.

Um alto dirigente do Comitê Central acredita que quando Prestes se der conta da pequena ressonância de suas posições dentro do PCB, ele partirá para a convocação de um “Congresso dos Comunistas”, fórmula que diluiria o VII Congresso, com cuja realização o CC está comprometido. Tal “Congresso dos Comunistas” contaria com a participação dos setores prestistas do “Partidão”, incluindo aqueles velhos ex-militantes que se encontram na periferia da organização, e com o MR-8. A mesma fonte revelava que os contatos entre Prestes e os dirigentes deste pequeno grupo tem se multiplicado nos últimos tempos.

Prestes, já com 82 anos, estaria preparando sua sucessão por meio de sua filha Anita Leocádia, militante disciplinada, de grande capacidade de trabalho e cuja história pessoal permitiria manter o carisma que tanto contribuiu para a gravitação que o “Cavaleiro da Esperança” teve em 45 anos de militância no PCB⁵.

COM QUEM FICAM OS SOVIÉTICOS?

Na conferência de imprensa na qual Giocondo Dias deu publicidade à resposta dele e de mais quatro dirigentes do “Partidão” ao documento de Luiz Carlos Prestes, apenas uma pergunta ficou sem

5. Deve-se recordar que este texto é de 1980 (N.E.).

resposta: de que lado ficarão os soviéticos na atual disputa que sacode o PCB?

Dias evita falar publicamente sobre uma questão extremamente delicada para a maioria do CC, sobretudo porque se trata de um ponto controvertido entre os próprios dirigentes que se opõem ao secretário-geral, no interior dos quais existe uma facção que desenvolve cada dia mais uma visão crítica a respeito do modelo socialista soviético.

Há certo consenso, no entanto, de que Prestes não contará com uma proteção especial do PC Soviético. Dentre seus críticos existem homens com bom trânsito junto a Moscou, como Gregório Bezerra e o próprio Giocondo.

Outro elemento é frequentemente invocado. A imagem de Prestes, apesar de sua legenda, se encontraria muito comprometida junto “aos camaradas soviéticos”. Os dirigentes do PCUS já estariam convencidos, segundo estas fontes, da necessidade de mudar este “mau político”, que, às vésperas do golpe de 1964, pintara em Moscou, com tintas excessivamente otimistas, o quadro do provável desenvolvimento da situação política brasileira. A prova das reticências em relação a Prestes? Durante os muitos anos que passou em Moscou, Prestes, contrariamente aos secretários-gerais dos Partidos Comunistas do Chile, Argentina e Uruguai, não foi nenhuma vez recebido por Leonid Brejnev nem por nenhum dos membros do Birô Político do Partido Comunista da União Soviética.

KONDER, O PCB E O EUROCOMUNISMO

Sob o título “PCB, democracia e eurocomunismo”, o número dois da revista *Oitenta*, da L&PM Editores, de Porto Alegre publica um artigo em que o escritor Leandro Konder¹ discute a evolução da política do Partido Comunista Brasileiro, problematizando a assimilação feita, por muitos, entre as tendências dominantes atualmente no Partido e as orientações eurocomunistas, especialmente as do Partido Comunista Italiano.

No seu texto, Konder busca demonstrar historicamente que a abertura dos comunistas brasileiros para a “questão democrática” vem de antes do surgimento do “eurocomunismo”. Mencionando a comoção provocada no PCB pelo relatório Krushev ao XX Congresso do PCUS, e que acarretou a saída de muitos militantes, dentre os quais Agildo Barata e Osvaldo Peralva, o autor situa na Declaração de março de 1958 o ponto de inflexão na linha do partido. Esta orientação se aprofundaria, segundo Konder, no V Congresso, em 1960 e, um ano depois, quando o Partido Comunista do Brasil mudaria seu nome para Partido Comunista Brasileiro, eliminando, ao mesmo tempo, de seus estatutos a expressão ditadura do proletariado.

1: KONDER, Leandro. PCB, democracia e eurocomunismo. *Oitenta*. Porto Alegre, v. 2, 1980, p. 89-98 (N.E.).

Leandro cita igualmente uma série de iniciativas, sobretudo no plano ideológico, que atestariam a aplicação prática por parte dos comunistas desta orientação democrática: o caráter pluralista que teriam assumido publicações como o semanário *Novos Rumos* e, especialmente, a revista teórica *Estudos Sociais*, ambos interrompidos em 1964.

A orientação do V Congresso, aprofundada no VI, em 1967, se dá segundo o autor na luta contra o “esquerdismo” (as aspas é o próprio Leandro quem as coloca, sem que o fenômeno de ampla contestação da linha proposta então pelas teses do Comitê Central seja analisado) e foi expressão do avanço da democracia interna que permitiu que a opinião da maioria prevalecesse na decisão do Congresso (p. 96). Aqui, seguramente por desinformação, Leandro Konder omite que “a maioria” que neutralizou “a pressão do ‘esquerdismo’, a tentação da aventura e o renascimento do voluntarismo democrático” (*idem*) só foi atingida após purgas que afetaram a totalidade dos Comitês Estaduais do “Partidão”. Na maioria deles, e nos mais importantes – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, o então Estado do Rio de Janeiro, para só citar alguns – foi a minoria que ficou no partido.

O articulista conclui afirmando ser

uma injustiça de nossa parte suspeitarmos que a utilização de etiquetas como “eurocomunista” ou “italianista” revela, naqueles que a utilizam, a disposição – consciente ou inconsciente – de cancelar da história do marxismo no Brasil uma determinada corrente de pensamento e ação que realizou substanciais avanços nos dois últimos congressos do PCB? Será uma injustiça supormos que os rotuladores (talvez sem se darem conta disso) têm medo dos problemas colocados pelo necessário prosseguimento da reflexão marxista sobre a “questão democrática”? E não existirá, em algum porão da consciência deles, uma nostalgia das facilidades do dogmatismo, anteriores a 1956? (p. 97-98).

Aqui ficamos no campo das suposições: a quem vão endereçadas as observações de Konder? A um “esquerdismo” ainda hoje renitente fora do PCB, ou aos “dogmáticos” que se encontrariam no seu interior?

Mas, além de algumas evocações históricas e vagas fórmulas retóricas, Konder fica a nos dever seu enfoque marxista da questão democrática.

LÊNIN NA BRIGA DO “PARTIDÃO”

Os prestistas abriram uma nova frente de luta na guerra de guerrilhas que vêm desenvolvendo contra a maioria do Comitê Central: a frente doutrinária. A ocasião foi criada pelo 110º aniversário de Lênin, transcorrido no último dia 22 de abril, comemorado pelo secretário-geral do PCB e por seus seguidores com artigos e panfletos nos quais o fundador do Estado soviético é evocado sobretudo como um adversário do “revisionismo”.

Prestes utilizou o semanário *Hora do Povo*¹, transformado em porta-voz oficioso do “Cavaleiro da Esperança”, para publicar um artigo intitulado “O leninismo é universal”, no qual reitera sua tese sobre a conquista do poder “pelas forças antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias” ademais de enfatizar o papel do revolucionário russo como “inimigo dos adulteradores do marxismo”. Não deixa de ser curioso que o artigo do secretário-geral não tenha sido publicado pela *Voz da Unidade*, semanário oficioso do PCB, que, diga-se de passagem, silenciou totalmente sobre os 110 anos do nascimento de Vladimir Ilitch.

No mesmo 22 de abril a “Organização de Base 10 de Dezembro” do Partido Comunista Brasileiro, em São Paulo, distribuía, segundo sua

1. Órgão do MR-8, lançado em 31/08/1979, e que circula até nossos dias (N.E.).

própria informação, dois mil panfletos alusivos aos 110 anos de Lênin, terminando por um “Viva Luiz Carlos Prestes” e por um “Abaixo o revisionismo”. Como se as alusões não fossem bastante claras, a carta que acompanhou o panfleto, enviada à redação de *Em Tempo*, ressaltava a oportunidade de tal comemoração no momento em que o Comitê Central do PCB se encontra sob o “controle de um grupo direitista”.

A hipótese de que a “Organização de Base 10 de Dezembro” seja a expressão da cisão do PCB em São Paulo – onde existiriam dois comitês regionais² (ver *Em Tempo* n. 104) – é contestada por Armênio Guedes, um dos dirigentes do CC conhecido por sua oposição a Prestes. Para Guedes a iniciativa da “Organização de Base 10 de Dezembro” é “irresponsável”, não apresentando nenhuma significação dentro do PCB em São Paulo, que estaria alinhado com as posições do Comitê Central. Armênio Guedes revela, igualmente, que uma resposta oficial do CC à “Carta aos Comunistas” de Luiz Carlos Prestes deverá ser publicada “ainda no primeiro semestre”, uma vez que o texto anterior, que continha, entre outras, sua assinatura, não é uma resposta oficial da direção do Partido. O posicionamento do CC parece tão mais urgente, na medida em que alguns Comitês Estaduais, como é o caso do Rio Grande do Sul, entre outros, já manifestaram seu apoio às posições de Prestes. Se é certo que os contingentes mais importantes defendem a maioria do CC – sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro – não é menos certo que a tardança em uma resposta oficial contribui para uma crise de legitimidade da atual direção, paralisando sua eficácia política. Um sintoma desta erosão provocada pela ofensiva prestista seria a posição de Gregório Bezerra, a princípio apresentado como alinhado com o CC, mas nas últimas semanas bastante mais vacilante, ao ponto de que a *Hora do Povo* o apresente como aliado de Prestes.

2: Ver o capítulo anterior “Aprofunda-se o ‘racha’ do PCB: Já há duas direções em São Paulo”, neste livro.

PCB: POR QUE O CABO DIAS DERROTOU O CAPITÃO PRESTES

Há 37 anos, reunidos clandestinamente na chamada Conferência da Mantiqueira, os dirigentes do então Partido Comunista do Brasil (que a partir de 1961 passaria a chamar-se Partido Comunista Brasileiro) elegiam *in absentia* o capitão Luiz Carlos Prestes para seu secretário-geral¹. O “Cavaleiro da Esperança” purgava nos cárceres do Estado Novo uma longa pena de prisão por sua participação no fracassado levante de 1935. Desde 1943 Prestes exerceu ininterruptamente as funções de máximo dirigente do “Partidão”, até o penúltimo domingo deste mês de maio, quando, uma vez mais *in absentia*, o Comitê Central resolveu destituí-lo de suas funções, ou como explicou seu sucessor, o ex-cabo, e também insurreto de 1935, Giocondo Dias, considerar “vago” o cargo e designando um novo ocupante para ele.

As razões do não comparecimento de Prestes a estas duas históricas reuniões do PCB diferem substancialmente, no entanto. Na reunião mais recente o velho dirigente resolveu simplesmente ignorar a convocatória que dois membros do CC lhe haviam transmitido em nome da Comissão Executiva. Era demais. Prestes, seis meses após sua volta ao Brasil,

¹ É importante não esquecer que este texto é de 1980 (N.E.).

não só se tinha negado a convocar e/ou participar de reuniões de direção, especialmente as da Comissão Executiva, como se furtara mesmo à discussão de caráter político com os membros do CC que iam procurá-lo.

SITUAÇÃO INCÔMODA

A atitude de Prestes deixava a direção em uma posição incômoda, situação que se agravou quando o secretário-geral resolveu conclamar as bases a rebelarem-se contra o CC. Ainda que o chamamento do “Cavaleiro da Esperança” não tenha provocado os efeitos que ele buscava, o Comitê Central se viu confrontado a uma situação insustentável. Impunha-se, assim, de um lado, esclarecer as divergências políticas com Prestes e responder às acusações que este lançava contra o CC e, de outro, normalizar o funcionamento da direção, sob pena de aparecer ante os olhos da militância como ilegítima.

A flexibilidade da resposta do Comitê Central a Prestes nos mostrou que em matéria de estratégia o cabo Dias é superior ao capitão Prestes. A maioria do CC, no interior do qual Giocondo tem uma liderança incontestada, sabedora do quão escorregadio era o terreno em que se davam os choques com o “velho”, levou à prática uma tática de paciente envolvimento. Primeiro, uma resposta moderada e provisória (assinada apenas pelos então membros da Comissão Executiva) e, posteriormente, a publicação de um longo texto onde as posições de Prestes são confrontadas com a linha do VI Congresso e seus atos são examinados à luz da sacrossanta disciplina de partido².

2: O documento dos membros da Comissão Executiva também foi publicado pelo *Em Tempo* (Prestes, queira ou não, desfecha um golpe contra o próprio PCB. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 104, 17-30/04/1980, p. 7) e o do Comitê Central, subscrevendo-se então sob o nome de Coletivo de Dirigentes Comunistas, foi publicado no semanário do PCB (Sobre a Carta aos Comunistas do Companheiro Luiz Carlos Prestes. *Voz da Unidade*. São Paulo, n. 8, 05-12/06/1980) e também circulou em forma de brochura (*Resposta coletiva é dura e rigorosa*. São Paulo: Voz da Unidade, 1980) (N.E.).

Insurreto contra a linha e contra os estatutos, buscando alianças fora do partido, especialmente como o MR-8, mas, sobretudo, de um personalismo muito mal visto numa organização na qual depois de 1956 os dirigentes cultivam a modéstia, Prestes se tornou extremamente vulnerável. Poucos foram os que saíram em sua defesa, ainda que muitos não se mostrassem entusiasmados com os rumos que vinham sendo impulsionados pela maioria da direção. A grande imprensa, particularmente, procurava fazer alarde do progresso das posições “eurocomunistas” no interior do “Partidão”, estimuladas por algumas declarações pouco ortodoxas de dirigentes como Hércules Corrêa, José Salles e Armênio Guedes.

VITÓRIA DO APARELHO

Somente um conhecimento superficial do “Partidão”, no entanto, podia permitir diagnosticar o enfrentamento de tendências como um choque de uma ortodoxia esquerdista, representada por Prestes, com um emergente grupo eurocomunista, nutrido ideologicamente pelas posições do PC Italiano.

O resultado da recente reunião do Comitê Central veio mostrar uma vez mais o peso do “centro” nos momentos de crise que enfrenta um partido comunista. Golpeando basicamente o “inimigo principal”, no caso, Prestes, o grupo centrista, que se confunde com o próprio aparelho do “Partidão”, ao mesmo tempo em que assumia a defesa das teses do VI Congresso, para cuja elaboração a “direita” teve um papel decisivo, eliminava da Comissão Executiva os dois elementos que apareciam como os mais ferrenhos opositores do ex-secretário-geral, Hércules e Armênio, considerados por muitos dois expoentes do grupo “italiano”.

Ao afirmar seu reconhecimento pela solidariedade recebida internacionalmente, “especialmente pelos PCUS”, o Comitê Central refutava

indiretamente as acusações de Prestes em relação a “posições antissoviéticas” que se estariam desenvolvendo na direção do partido.

Mas os cortes “à direita” e “à esquerda” não provocarão inflexões na linha política do PCB, como se pode ver da leitura dos documentos que a *Voz da Unidade* n. 8 (22 de maio) publicou. Os próprios substitutos de Hércules Corrêa e Armênio Guedes³ na CE se inscrevem na linha de reforçamento do aparelho e de prosseguimento e aprofundamento da linha política atual.

A subida de Tenório⁴ à Comissão Executiva assegura a presença de um dirigente sindical que anos anteriores ao golpe de 1964 desempenhou um papel importante no movimento sindical de São Paulo e que pode ser de utilidade para recuperar o terreno perdido nesta região fundamental do país.

Já a ascensão de Givaldo Siqueira, um pernambucano de 45 anos, há muito tempo radicado no Rio de Janeiro, significa a abertura da mais alta direção do PCB a um integrante da geração que ingressou no “Partidão” nos anos 1950. A explicação da subida de Givaldo à CE apenas pelo fato de ser “um homem do Giocondo” não faz justiça ao talento político deste hábil articulador das posições do PCB, talento que exerceu nos congressos da União Nacional dos Estudantes, em fins dos anos 1950 e começo da década de 1960. Se é certo que desde esta época Givaldo já mantinha suas ligações com Dias, não é menos correto afirmar que as próprias posições de Giocondo se nutriram também de sua agressividade intelectual, que há 20 anos defende as posições hoje hegemônicas no “Partidão”. Um detalhe que não deixa de ter sua

3. Sobre Armênio Guedes (1918-2015), jornalista, ver MALIN, Mauro. *Armênio Guedes, um comunista singular*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018; VAIA, Sandro. *Armênio Guedes, sereno guerreiro da liberdade*. São Paulo: Barcarolla, 2013 (N.E.).

4. Trata-se de Luiz Tenório de Lima (1923-2010). Embora não trate nelas deste episódio, Tenório deixou publicadas suas memórias (LIMA, Luiz Tenório de. *Movimento Sindical e luta de classes*. Editora Oliveira Mendes, 1998) (N.E.).

importância: Givaldo Siqueira passou a maior parte de seus anos de exílio em Milão...

PERSPECTIVAS

A julgar pela atitude adotada por Prestes referente à sua remoção da secretaria-geral, a tática empregada pelo CC parece ter sido exitosa. O ex-secretário-geral, apesar de reiterar as críticas já contidas em sua *Carta aos Comunistas*, não parece estar disposto a um “racha”. Alguns de seus partidários, ainda que demonstrando profunda irritação com os últimos acontecimentos, se mostravam pessimistas com as perspectivas da luta interna. Não passa despercebido que o “Cavaleiro da Esperança” não chegou a receber nenhuma manifestação inequívoca de solidariedade. Mesmo a demissão do CC do legendário Gregório Bezerra⁵ não significou uma aprovação à indisciplina prestista.

É claro que há a perspectiva do VII Congresso, mas aí as coisas não parecem beneficiar o ex-secretário-geral.

Na reunião do CC houve unanimidade em torno da questão da convocação do VII Congresso. Mais ainda, chegou-se ao acordo de que este se faria na legalidade ou não. A própria reunião decidiu reativar a Comissão de Teses que deve elaborar os documentos preparatórios do Congresso daqui até o fim do ano. Detalhe importante: esta comissão estava paralisada, pois um de seus integrantes, Luiz Carlos Prestes, não comparecera às últimas reuniões feitas ainda na Europa. Isto, mais a crise da direção, fez com que a comissão nunca houvesse se reunido depois da volta dos dirigentes ao Brasil.

5: Sobre Gregório Lourenço Bezerra (1900-1983), militar, ver: CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Gregório Bezerra: Um lutador do povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; CHERIÑO, Antônio Siqueira. *Gregório Bezerra: Toda a história*. Recife: CEPE, 1996; BEZERRA, Gregório. *Eu, Gregório Bezerra, acuso!* S.l.: s.c.p., 1967; BEZERRA, Gregório. *Memórias, 1900–1969* (2 V.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (republicada pela Boitempo de São Paulo em 2011 em edição revista e ampliada) (N.E.).

É claro que Prestes pode introduzir algumas questões perturbadoras para o Congresso, como a proposta de que o evento seja aberto a “todos os comunistas, de fora e dentro do partido”, o que em outros termos significaria propor a participação do aguerrido grupo do MR-8 com o qual o “velho” espera recuperar o controle do PCB.

Não é fácil, assim, prever os próximos embates entre o irrequieto e octogenário capitão Prestes⁶ e o taciturno e sexagenário cabo Dias⁷. Tudo se pode esperar, no entanto, pois, no ocaso da vida e de sua carreira política, o velho capitão desmentiu a todos aqueles que esperavam encontrar de volta ao país um simples monumento histórico, como aconteceu na Espanha com a “*Pasionaria*” Dolores Ibárruri, após seu longo e doloroso exílio⁸.

6: Sobre PRESTES, Luiz Carlos Prestes (1898-1990), militar: ASSUNÇÃO, Moacir. *Luiz Carlos Prestes, um revolucionário brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; LAZuli Editora, 2007; CAVALHEIRO, Maria Thereza. *Prestes por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, s.d.; KOVAL, Boris. *Heroísmo trágico do século XX: O destino de Luiz Carlos Prestes*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2007; LYRA, Carlos. *Memória viva de Luís Carlos Prestes*. Natal: Ed.UFRN, 1995; MORAES, Dênis de (Org.). *Prestes com a palavra*. Rio de Janeiro: Letra Livre, 1997; NOBLE, Cristina. *Luís Carlos Prestes, el Caballero de la revolución*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007; PRESTES, Anita Leocádia *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010; _____. *Luiz Carlos Prestes: O combate por um partido revolucionário (1958-199)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; _____. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015; _____. *Luiz Carlos Prestes: Patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; PRESTES, Luiz Carlos. Prestes hoje. Rio e Janeiro: Codecri, 1983; REIS Filho, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (N.E.).

7: Sobre Giocondo Gerbasi Alves Dias (1913-1987), militar, ver: ALVES Filho, Ivan. *Giocondo Dias: Um ensaio biográfico*. Rio de Janeiro: Markgraph, 1991; ALVES Filho, Ivan. *Giocondo Dias: Uma vida na clandestinidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997; FALCÃO, João. *Giocondo Dias: A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1991 (N.E.).

8. Além das já até aqui citadas, seguem algumas referências entre uma infinidade delas sobre o PCB durante a ditadura, entre biografias, estudos e memórias, publicadas após a *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*: BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997; BRUNELLO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: O caso da Operação Marumbi na Terra das Araucárias*. Maringá: Ed.UEM, 2009; CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: Os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Niterói: Tempo Brasileiro; EDUFF, 1986; CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: Memórias políticas*. 4 v. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008; COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000; CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994; FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012; GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz*

Ignácio Maranhão Filho: Cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Revan, 1999; GOMES, Dias. *Apenas um subversivo, autobiografia.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: Os anos de exílio.* Rio de Janeiro: Revan, 1998; HILDEBRANDO, Luiz. *Crônicas subversivas de um cientista.* Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012; KINOSHITA, Dina Lida. *Mario Schenberg: O cientista e o político.* Brasília Fundação Astrojildo Pereira, 2014; KONDER, Leandro. *Memórias de um intelectual comunista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB. Memórias de um metalúrgico.* Porto Alegre: Gráfica Palotti, 1989; MELO, Marcelo Mário de. *David Capistrano: Entre teias e tocaias.* Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001; NIEMEYER, Oscar. *As curvas do tempo: Memórias.* Rio de Janeiro: Revan, 1998; PERRONE, Fernando. *Água mole em pedra dura: Uma luta política, 1966-1982.* São Paulo: Alternativa, 1982; RISÉRIO, Antônio. *Adorável Comunista: História política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna.* Rio de Janeiro: Versal Editores. 2002; RYFF, Beatriz Bandeira. *A resistência (Anotações do exílio em Belgrado).* Rio de Janeiro: s.c.p., 1990; SALEM, Helena. *Leon Hirszman: O navegador das estrelas.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997; SANTOS, Geraldo Rodrigues dos. *A trajetória de um comunista.* Rio de Janeiro: Revan, 1997; SANTOS, José Rodrigues dos. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos: As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná.* Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999; SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957).* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988; SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: O sentido da revolução.* São Paulo: Boitempo, 2008; SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: As vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; SEGATTO, José Antonio e SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: Dos anos 1950-1991. In: RIDENTI, Marcelo e REIS Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Volume 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, p. 63-103; SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha: Uma vida em jogo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007; SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: Memórias do golpe de 64.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994; VELLOSO, Mônica. *Mário Lago: Boemia e política.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997; WELCH, Clifford Andrew. *Jôfre Corrêa Netto: Capitão e camponês (1921 a 2002).* São Paulo: Expressão Popular, 2010 (N.E.).

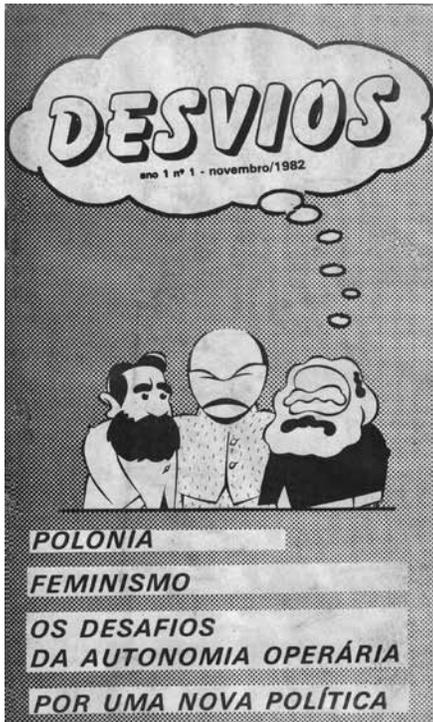


MARCO AURÉLIO, EDER SADER, HEITOR O'DWYER (PSICANALISTA), ENTREVISTAM JEAN-PAUL SARTRE PARA O *EM TEMPO*. FOTO: ALÉCIO DE ANDRADE (MAGNUM)/ ARQUIVO DE FAMÍLIA

EDITORA BRASILENSE

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

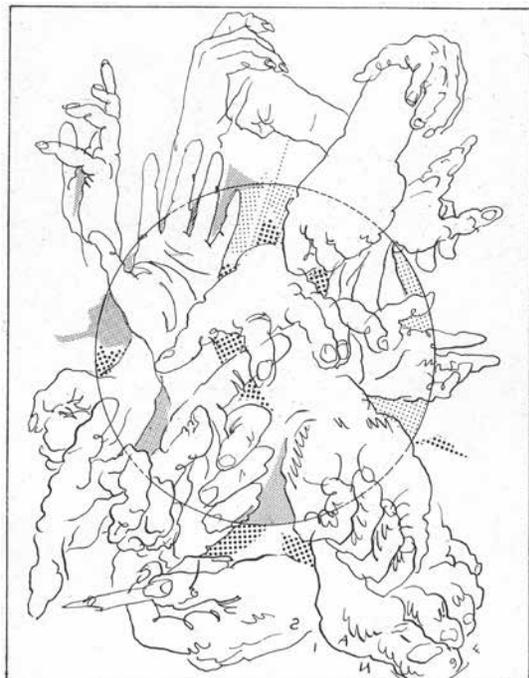
Caio Prado Jr.



CARLOS MARIGHELLA

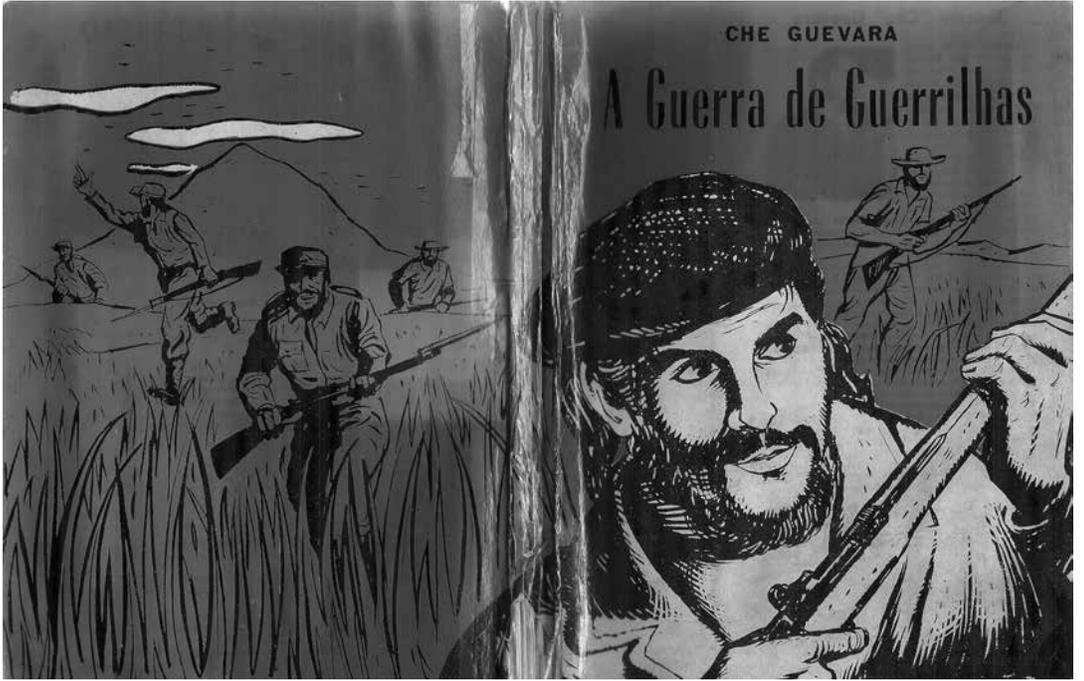
**DOR QUE
RESISTI
À PRISÃO**

Edições Contemporâneas
1965



CHE GUEVARA

A Guerra de Guerrilhas



EMILIANO JOSÉ · OLDACK DE MIRANDA



Régis Debray

Révolution
dans la révolution ?
& autres essais

*Le castrisme : la longue marche de l'Amérique latine *
Amérique latine : quelques problèmes de stratégie
révolutionnaire * Révolution dans la révolution ? * Lettre
aux directeurs de la Monthly Review (Camiri 1968) **

FM / Petite collection maspero

PT CONTRA A LSN

OS LÍDERES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SÃO PROCESSADOS PELA LSN — LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Pela liberdade de manifestação
e organização sindical e política
para os trabalhadores
e o povo pobre.



LULA
Pres. do Sind. dos
Metalúrgicos de S. Bernardo
Presidente do PT



JACO BITTAR
Pres. do Sind. dos
Petrolíferos do Paraná
Secretário Geral do PT



JOÃO CUNHA
deputado federal



OSMAR MENDONÇA
operário



JOSE CICOTTE
operário



RUBENS DE ARRUDA
operário



WAGNER ALVES
operário



JURACY S.
MAGALHÃES
operário



GILSON
DE MENEZES
operário



DJALMA BOM
operário



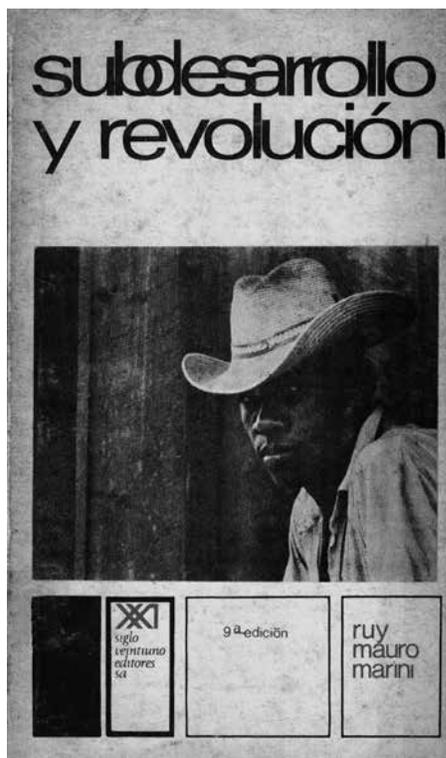
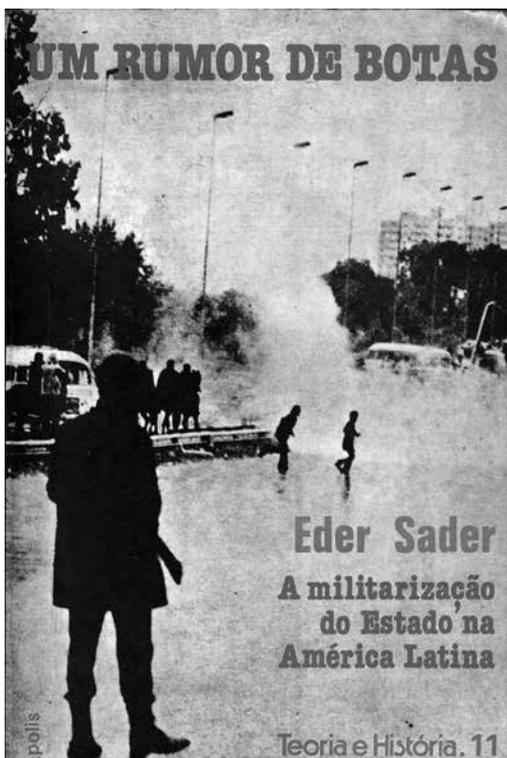
NELSON
CAMPANHOLA
operário

PT CONTRA OS ATENTADOS



OS RESPONSÁVEIS PELAS AGRESSÕES CONTINUAM SOLTOS

Pela punição dos que reprimem e jogam bombas contra o povo.



TERRORISTAS PROCURADOS

ASSALTARAM-ROUBARAM-MATARAM

PAIS DE FAMÍLIA



Renata Ferra Guerra de Andrade
("Café")



Lailias Dichter - ("Nelson")



Ednei de Mijael



Arno Pires - ("Vitor")



Joaquim Câmara Ferreira



José Mariano Ferreira Alves
("Marinho")



André Yoshinaga Masuhara
("Masu")



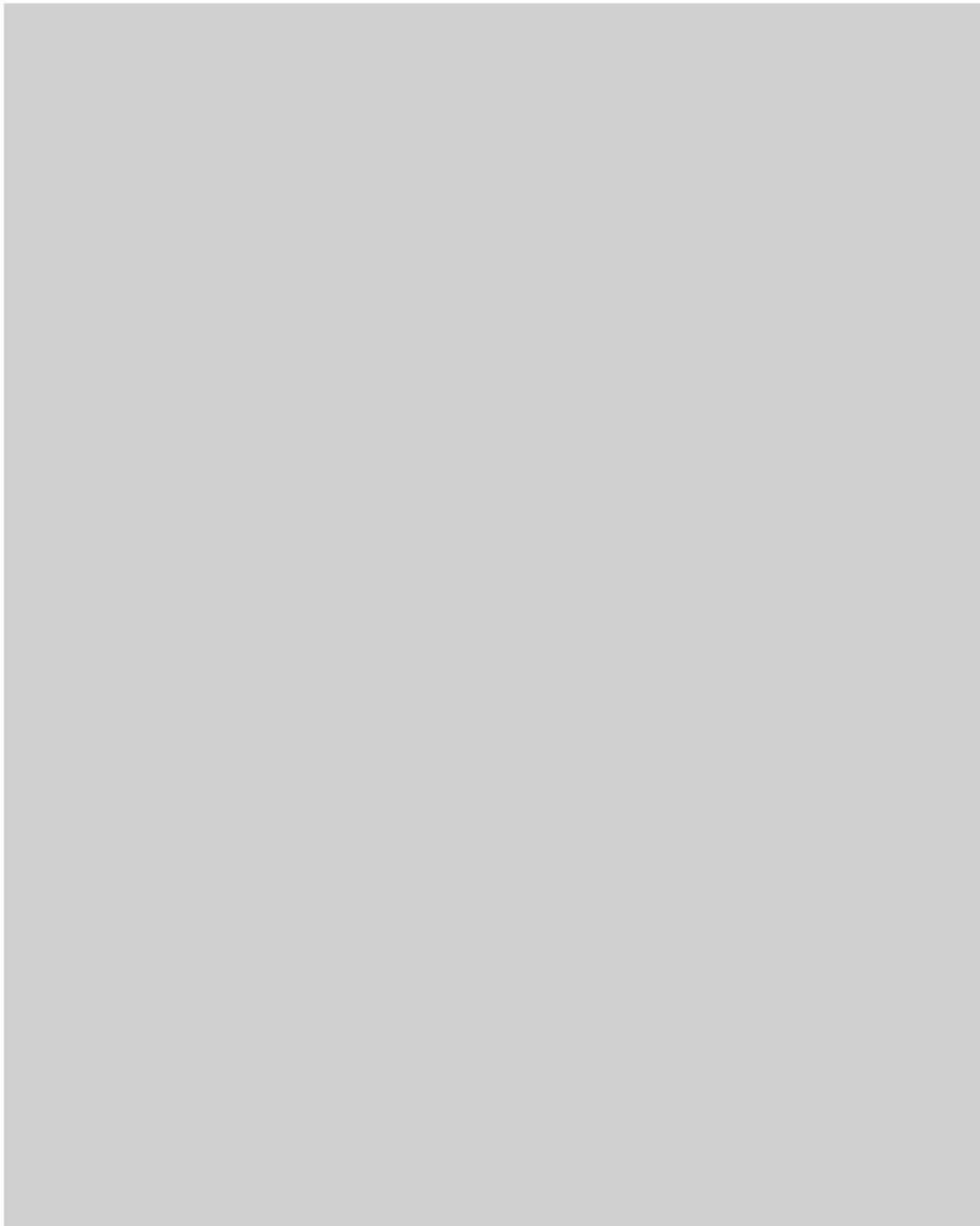
Carlos Henrique Knapp

À MENOR SUSPEITA AVISE O PRIMEIRO
POLICIAL QUE ENCONTRAR

AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA
VIDA E A DE SEUS FAMILIARES.

2ª PARTE

NOTAS PARA UMA
HISTÓRIA DA ESQUERDA



NOTAS PARA UMA
HISTÓRIA
DE ESQUERDA

SÃO BERNARDO: A (AUTO)CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO OPERÁRIO. NOTAS PARA DISCUSSÃO

A proximidade excessiva de um acontecimento histórico quase sempre dificulta sua compreensão. As lutas operárias desencadeadas no ABC, e em especial em São Bernardo, a partir de 1978, são um exemplo vivo desta dificuldade.

Se é certo que a maioria dos analistas não ficou indiferente à “novidade” destas lutas, não é menos certo que a reflexão até agora realizada não captou com a devida profundidade a extensão e as consequências destes quatro movimentados anos¹.

Não é pretensão destas notas realizar este balanço – que se faz, no entanto, cada vez mais necessário. Menos ainda se pretende dar respostas às questões suscitadas por esta extraordinária mudança no quadro das lutas sociais.

Busca-se aqui, fundamentalmente, sistematizar e/ou tornar mais visíveis problemas que o próprio movimento colocou. As respostas às candentes questões por ele levantadas só poderão partir do interior do próprio movimento. Afinal esta parece ser a “novidade” mais importante que as lutas do ABC trouxeram: grandes contingentes de trabalhadores se puseram em movimento, não porque sobre eles se tivesse derramado al-

1. Atente-se para o fato de que este texto foi publicado em 1982 (N.E.).

guma clarividência teórica ou organizativa. Ao contrário, foi a prática da luta social que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização.

No ABC inverteu-se a expectativa de muitos de que um dia a teoria chegasse à classe operária, para melhor guiá-la; *foi a classe que chegou à teoria*. Não há, pois, como recusar-se a pensar este problema.

O que caracteriza o movimento que se constitui nestes últimos anos no ABC não é somente seu caráter massivo e sua combatividade, mas, sobretudo, *sua crescente autonomia ante o Estado e as organizações políticas*. Torna-se da maior relevância tentar contribuir para a reconstituição de um processo de (auto)construção de um movimento operário que apresenta estas características, tão raras na história do Brasil.

Autoconstrução, e por isto a análise se concentra na prática mesma da classe, privilegiando o processo pelo qual os trabalhadores de São Bernardo, em suas múltiplas formas de luta contra a multiplicidade de manifestações da exploração e da opressão capitalistas, *se descobrem como classe, transformando esta descoberta em consciência de classe*.

A análise do movimento operário não partirá de “causas estruturais”, entendidas enquanto racionalidade que se encontra fora dele. O movimento operário não é reflexo de “estruturas” econômicas ou políticas. Ele se *autodetermina*; sua racionalidade está no seu interior, na forma pela qual ele *faz* (e se constitui na) história, isto é, na luta de classes.

A classe operária “*se define a si mesma em seu efetivo acontecer*”; ela não é mais do que “*uma formação histórica que surge da luta de classes*”².

DA PRÁTICA DE CLASSE A UMA POLÍTICA CLASSISTA

Ano de 1978: a abertura lenta e gradual do general Geisel começa a ser sacudida pelos ventos da dissidência. Sucessivamente empresários, polí-

2. Ver a respeito o ensaio de THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases? In: _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 33-39.

ticos situacionistas e militares saem do imobilismo em que se haviam mantido por dez anos de “milagre econômico” e estabilidade política para manifestarem publicamente sua desconformidade com a evolução do regime.

Na oposição é o êxtase: finalmente aí está a tão sonhada burguesia nacional e democrática, o esperado revigoramento da “classe política”, que reivindica de novo a representação, e a volta dos militares nacionalistas. Generais de pijama e políticos de *robe de chambre* articulam a alternância, enquanto politólogos estudam os “modelos” espanhol, grego e português para tentar descobrir o caminho que leva do “autoritarismo” ao Estado de direito.

É neste quadro que eclode, a 12 de maio, a greve dos operários da *Scania*, em São Bernardo, e, na sua senda, dezenas de milhares de metalúrgicos cruzam os braços e paralisam as máquinas do coração industrial do país.

É reveladora a forma pela qual o discurso oposicionista reage aos acontecimentos do ABC. A classe operária é assimilada ao projeto liberal de “redemocratização” e passa a ser encarada como mais uma “variável” deste processo, o mais novo componente desta *sociedade civil* onde as classes se diluem, onde todos os gatos são pardos...

É evidente que entre as greves que se desencadeiam a partir de 1978 e a crise do regime militar na qual se inscreve a contestação oposicionista existe mais do que uma mera coincidência no tempo. O movimento aproveitou, sem dúvida, as famosas “brechas” abertas no rígido edifício da ditadura.

Mas o fato de suas lutas aparecerem com o objetivo de atendimento de reivindicações imediatas – salários, condições de trabalho etc. – permitiu, no entanto, que o discurso oposicionista realizasse uma extraordinária operação de apropriação indébita: o movimento operário passou a ser simplesmente considerado como uma aquisição da *frente democrática* pelo reestabelecimento do Estado de direito. As reivindicações operárias – “específicas” – se transformaram na particularidade de um

projeto democrático-burguês de reorganização social e política do país, apresentado como mais “amplo”, mais “geral”.

Assim, se para os generais a abertura não podia cruzar a porta da fábrica, para a oposição consentida as lutas operárias deviam se deter nesta mesma porta, aí fazendo a baldeação para o trem democrático burguês da luta pelo Estado de direito. Na base deste raciocínio estava a consideração de que as greves de 1978 (e para os anos seguintes o mesmo se diria) eram essencialmente o resultado do aproveitamento do espaço aberto pela crise da ditadura e pela ação oposicionista. Esquecia-se, assim, ou se minimizava, anos de solitária resistência operária nas fábricas e o fato de que esta resistência trazia consigo novos elementos para a discussão sobre a democracia no Brasil.

Os anos de resistência silenciosa e os de luta aberta após 1978 acabaram por ensinar aos trabalhadores que a única alternativa à ditadura militar não era o projeto de estabelecimento no Brasil de um Estado de Direito, a ser conquistado através de uma Assembleia Nacional Constituinte – consequência e causa de um novo “pacto social”.

No seu fazer(-se) a classe experimentou (quantas vezes?) a intransigência dos patrões – muitos “progressistas” e “democratas” e chamados a integrar o futuro pacto – e viu suas lutas emperradas por leis e instituições do Estado de direito abatido pelos militares em 1964. Daí fluía, pois, a necessidade de constituição de um quadro político novo, de busca de uma democracia substancialmente distinta, onde as lutas específicas cruzassem efetivamente a porta da fábrica e desenvolvessem na vasta arena social todas suas potencialidades, nela gerando direitos.

A história do movimento operário no ABC, sobretudo em São Bernardo, é a história da generalização das lutas que nasceram nas fábricas. Generalização não deve ser entendida como mera expansão quantitativa das lutas, soma delas. Significa, antes de tudo, desdobramento político, explicitação para o conjunto da sociedade da grande verdade que a classe

vive no dia a dia da fábrica (verdade reduzida hoje por alguns teóricos da oposição a mero “simplismo”): a irreduzível exploração entre exploradores e explorados e a necessidade de traduzir esta oposição em um projeto autônomo e abrangente da classe. A fronteira entre o social e o político começa a desaparecer.

A construção do movimento operário em São Bernardo é a história de um movimento autônomo que luta por reivindicações específicas, mas que se constitui no (e pelo) enfrentamento concreto dos limites que lhe são impostos pela ditadura e pelos projetos democrático-burgueses da oposição parlamentar. Não será isto o processo de construção de uma nova hegemonia?

A prática deste movimento caminha mais rápida que as teorias não só da oposição parlamentar, como da maioria da esquerda extraparlamentar. Cansada de ser personagem em busca de um autor, a classe decide, ela própria, elaborar o enredo de sua peça.

OS CENÁRIOS DA LUTA

Como um “raio num céu azul” as greves de maio de 1978 colheram de surpresa aos militares e aos próprios empresários. Mesmo o Sindicato de São Bernardo, cuja combatividade era notória, foi surpreendido pelo movimento, ainda que rigorosamente não estivesse alheio a ele, como se verá adiante.

A eclosão da greve na *Scania* e sua extensão, como que por contágio, para dezenas de empresas, num prazo curtíssimo, resultou da confluência de duas dinâmicas que se vinham desenvolvendo há anos em São Bernardo: a resistência nas fábricas e a atuação combativa, a princípio de parte dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e, finalmente, da diretoria como um todo.

A fábrica foi um dos espaços fundamentais da resistência da classe operária contra a exploração e o despotismo agudos que o patronato instaurou a partir de 1964, agravado depois de 1968-1969 com o “golpe do golpe” do AI-5, após o esmagamento das greves de Osasco e Contagem.

As condições em que se desenvolveu esta resistência foram extremamente difíceis. A compressão salarial atingia seu auge, a disciplinarização dos trabalhadores nunca fora tão estrita, as listas negras fechavam as portas das fábricas para os que haviam tido alguma participação sindical ou política. Os trabalhadores se sentiam derrotados e isolados. As camadas médias ou se encontravam neutralizadas ou atemorizadas pelo terror estatal, ou anestesiadas pelo consumismo do “milagre”.

A resistência, assim, não foi feita de atos espetaculares³; ao contrário, ela se configurou como uma teia de pequenas ações que permitiram ao trabalhador brutalizado pela exploração vencer seu isolamento e reconhecer-se como classe num pequeno gesto de recusa desta exploração. Jogar dominó durante o trabalho ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros, foram iniciativas que prepararam comportamentos mais coletivos: operações tartaruga, sabotagens, protestos contra os feitores, paradas e mesmo greves. Em alguns casos

3. A história desta resistência é pouco conhecida e somente a partir da emergência dos movimentos no ABC é que ela começou a ser estudada, mesmo assim de forma limitada. A história da “resistência democrática” acabou por ganhar um espaço maior por razões facilmente compreensíveis: a classe operária sempre ocupou um lugar secundário na historiografia brasileira. Algumas iniciativas contrariam esta tendência: é o caso, para só citar alguns exemplos, de uma pesquisa sobre as lutas operárias na zona leste de São Paulo realizada por Vera da Silva Telles com trabalhadores da Oposição Sindical Metalúrgica, do trabalho de documentação do Centro Pastoral Vergueiro, da pesquisa de Laís Abramo (em andamento) sobre São Bernardo, ou da excelente dissertação de mestrado de Amnérís Maroni: *A Estratégia da Recusa: Análise das greves de 1978*. Universidade Estadual de Campinas, 1981. [As pesquisas e trabalhos acadêmicos citados acabaram publicados posteriormente: TELLES, Vera da Silva. *O bairro e a fábrica: A luta dos metalúrgicos em São Paulo*. São Paulo: CEDEC, 1982, mimeo; ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999; MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: Análise das greves de maio / 78*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (N.E.).]

estas manifestações tiveram a participação de pequenos grupos organizados de operários. Em outros, foi a resistência surgida espontaneamente que provocou a constituição destes grupos. Mais ou menos politizados, integrando ou não militantes sindicais ou de organizações de esquerda, o que estava em jogo nestas ações era basicamente a resistência à exploração e dominação patronais, não enquanto fenômenos genéricos, mas como brutais realidades cotidianas. Explorada e dominada como nunca, isolada socialmente, privada das antigas alternativas “para os trabalhadores”, a classe foi-se descobrindo e, nesta descoberta, se constituindo.

Mas a complexidade do movimento operário de São Bernardo advém do fato de que ele é o resultado igualmente da ação desenvolvida pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos, no mesmo período em que a classe forjava na fábrica e nos bairros suas ações de resistência⁴. Período no qual, da mesma forma, a quase totalidade das direções sindicais se caracterizava pela mais absoluta docilidade em relação ao governo e ao patronato, a despeito da rápida deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Por outro lado, os exemplos das lutas operárias naquele período em Osasco, mesmo que tenham sido formalmente conduzidas pelo Sindicato, haviam posto em evidência a importância da ação das oposições sindicais, consideradas como propostas alternativas à estrutura sindical vigente.

Uma reconstituição mais minuciosa da história do sindicato de São Bernardo mostra que a partir de 1969, quando Paulo Vidal Neto assume a presidência de uma diretoria na qual figura, como suplente, um migrante pernambucano chamado Luiz Inácio da Silva, já começa a manifestar-se certa combatividade nas negociações com o patronato. Um exemplo é a luta pela antecipação salarial (outubro de 1971), a despeito

⁴ Escapa ao âmbito destas notas a análise de outro cenário importante da resistência operária e popular nos anos 1970: o *bairro*. A emergência das lutas urbanas nesta última década e seus desdobramentos no plano político são incompreensíveis se não se leva em conta esta nova forma que assumiu o conflito de classes no país.

das condições pouco favoráveis dentro das quais ela se desenvolve. Vidal é reeleito em 1972 e desta vez Lula integra a diretoria na condição de 1º secretário. Reforça-se, assim, dentro do sindicato um grupo que teria papel decisivo a partir de 1978: além do próprio Lula, Devanir, Campanholo, Arruda, entre outros. A ação destes dirigentes revela sensibilidade para o que se passa nas fábricas e desemboca na criação de um organismo que buscará justamente estabelecer uma ponte ente a luta do sindicato e aquela que se desdobra dentro da empresa. Trata-se do Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base, constituído num momento em que as grandes montadoras – Volks, Ford e Mercedes – eram sacudidas por surdas paralisações. Este conselho tenta sistematizar a experiência dos dirigentes de base. No caso da Ford, mais especificamente, é possível detectar também o papel desempenhado por grupos e/ou comissões que se foram articulando nestes anos.

Uma cisão pode ser observada no interior do sindicato: enquanto Vidal, que deixaria a presidência em 1975, revela-se um conciliador, sobretudo em relação às greves e paralisações que ocorriam com frequência cada vez maior, o grupo que se congregava em torno de Lula intensificava as ações em direção às bases, como exemplifica a realização em 1974 do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

O sindicato vai-se demarcando, por outro lado, das outras organizações integrantes da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, o que lhe valeria a acusação de divisionismo. A tentativa de levar adiante negociações em separado fracassou, num primeiro momento, pela prepotência do patronato e o arbítrio da Justiça do Trabalho, mas um espaço se abria para novas reivindicações, como foi o caso do reajuste semestral, do delegado sindical etc.

Quando Vidal deixou o sindicato (1975) já existia um grupo capaz de levar adiante uma linha combativa de ações reivindicativas. Neste crescendo de mobilizações tem particular importância a campanha pela

“reposição salarial”, em 1977. Em primeiro lugar porque ela proporcionava um confronto direto não só com o patronato, como também contra o governo. A manipulação, anos antes, dos índices de inflação para o cálculo dos reajustes salariais foi apresentada corretamente como uma forma de esbulho da classe e, neste sentido, dava conteúdos políticos novos a uma ação reivindicativa.

Em segundo lugar, o não atendimento desta demanda após mobilizações de certa importância, especialmente em São Bernardo, punha em evidência a necessidade de elevar o patamar das lutas operárias, passando para novas e mais efetivas formas de intervenção. Não se pode esquecer que foi após a derrota da campanha pela “reposição” que Lula afirmou: “os patrões só escutarão a voz dos trabalhadores quando cessar o barulho das máquinas”. O silêncio das máquinas não tardou muito e, ainda que o sindicato não tivesse organicamente preparado a greve, é evidente que seu acionar pesou decisivamente na eclosão do movimento.

Mas se é certo dizer que a prática sindical teve influência na ação da classe⁵, não é menos certo afirmar que a ação da classe pesou significativamente no comportamento do sindicato. Somando-se a um movimento para o qual havia contribuído em 1978, é o sindicato que articula e dirige a greve de 1979, episódio no qual se revelam as contradições que atravessam o processo de construção do movimento operário em São Bernardo.

As energias desencadeadas um ano antes nas fábricas e canalizadas pelo Sindicato na greve de 1979, quase sempre através de procedimentos plebiscitários – as grandes concentrações de Vila Euclides – desbordam a capacidade de direção efetiva de um sindicato muito cioso de suas prerrogativas, preocupado em afirmar seu caráter de entidade condutora do

5. Este é um elemento importante no contraste das experiências de São Paulo e de São Bernardo. Na capital, a dispersão da classe em milhares de empresas, na sua maioria médias e pequenas, afasta os trabalhadores do sindicato favorecendo a manipulação deste pela burocracia dos pelegos. Já a estrutura industrial de São Bernardo é radicalmente distinta. O peso fundamental está nas grandes indústrias. Dez delas fornecem metade dos sócios do sindicato dos metalúrgicos.

movimento, apesar da crítica que seus dirigentes nunca esconderam à estrutura sindical brasileira.

É sem dúvida a valorização específica que a direção faz do instrumento sindicato que a leva a propor aos trabalhadores um acordo salarial onde os ganhos são praticamente nulos, em troca do levantamento da intervenção que Murilo Macedo havia decretado dias antes. O acordo, aceito a contragosto pelos trabalhadores, explica o esvaziamento do estádio antes do fim da Assembleia. As vaias que se fazem escutar estavam a indicar certo nível de cisão entre direção e bases, cisão que permanecera oculta na unanimidade das assembleias anteriores.

Este episódio, somado às posições defendidas por Lula e seus companheiros no que respeita às comissões de fábricas e aos delegados sindicais, fez com que se reforçassem certas ideias céticas a respeito do destino do sindicalismo autêntico, pelo menos em sua versão São Bernardo. As reticências da direção sindical em relação às comissões de fábrica⁶ e o enfoque dado à questão dos delegados de fábrica apareciam como uma valorização excessiva da estrutura atrelada – muito além de sua utilização instrumental – e um desprezo às teses sustentadas pelas oposições sindicais, sobretudo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), que combatia intransigentemente a estrutura sindical propugnando a construção de um novo sindicalismo a partir das comissões de fábrica.

Assim, uma das consequências do desfecho da greve de 1979 foi a tentativa de opor, às vezes de maneira radical, a experiência do movimento operário de São Bernardo àquelas nas quais as oposições sindicais exerciam certa influência, sobretudo a dos metalúrgicos de São Paulo.

6. A aceitação das Comissões de Fábrica pelos sindicalistas em São Bernardo era sempre relativizada através das advertências dos riscos de “paralelismo sindical”, como estão a indicar as Resoluções do II Congresso Metalúrgico. A este respeito veja-se, igualmente, as posições de Osmar Mendonça (Osmarzinho), à época representativas das posições da direção sindical, expressas no debate O Arrocho treme nas bases do ABC. *Escrita-Ensaio*. São Paulo, ano IV, n. 7, p. 37-87.

Uma visão imediatista, e, por vezes, superideologizada dos processos em curso em São Bernardo e São Paulo apresentava o primeiro como exemplo negativo de concessão ao sindicalismo oficial e o segundo como paradigma de sindicalismo independente, construído pela base, a partir das comissões de fábrica.

A realidade era bem diferente. São Bernardo, sobretudo a partir de 1979, começara a organizar suas ações utilizando centralmente o espaço sindical oficial (a greve saindo da fábrica e se transferindo para o estádio), o que poria em evidência, e de forma dramática, os limites mesmos do sindicalismo atrelado, mesmo quando ocupado por uma liderança combativa. A particularidade é que não só a liderança compreende estes limites, mas o próprio movimento passa a senti-los.

Por outro lado, apresentar a Oposição Sindical de São Paulo como estruturada essencialmente a partir das Comissões de Fábrica significava passar para a realidade o que estava ainda nas intenções.

Não é verdade também que a OSMSP tivesse um desprezo olímpico pela intervenção no espaço sindical. A campanha salarial (e a greve) de 1979 mostrou a vitalidade da oposição (a despeito da derrota do movimento) e sua capacidade de servir-se inteligentemente da estrutura sindical nas mãos de Joaquinão⁷.

Na raiz desta tentativa de opor apressadamente São Bernardo a São Paulo está o vício de confrontar abstratamente duas experiências, sem levar em conta as condições de possibilidade de cada uma delas. Não é preciso ser especialista em movimento operário para constatar as profundas diferenças entre as categorias dos metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo. Estruturas industriais radicalmente distintas, histórias sindicais próprias, enfim, um sem número de particularidades acabou

7. Apelido pelo qual era conhecido o sindicalista Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997), metalúrgico. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1965 a 1986 e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) de 1986 a 1989, sua atuação de obediência e colaboração com os golpistas de 1964 o tornou sinônimo de peleguismo (N.E.).

por distanciar política e organizacionalmente experiências que se encontravam tão próximas geograficamente, o que não quer dizer, no entanto, que não seja possível e até mesmo fértil a análise comparativa de ambas. Esta comparação passa, no entanto, pelo confronto das representações que o movimento foi produzindo num e noutro caso com as respectivas realidades destes movimentos.

Voltando a São Bernardo: 1978 e 1979 são momentos importantes para a construção deste movimento operário. A passagem de uma greve *de fábrica* (1978) para uma greve *geral*, onde o cenário das decisões fundamentais passava a ser o estádio de Vila Euclides e o mecanismo básico de sua tomada o plebiscitário (as dezenas de milhares de mãos que se erguem nas votações), teria efeitos sobre a configuração do movimento. A massividade das assembleias diminuía a profundidade que o movimento na fábrica apresentava, mas permitia que a classe se descobrisse em sua extensão e força. Outra consequência seria o reforçamento do sindicato e da direção sindical, reforçamento que não se daria sem contradições. A liderança de Lula e da direção do sindicato cresce globalmente neste período, mas as bases se permitem distanciar-se da direção quando esta não parece conduzir a luta da melhor forma, como é o caso do desfecho da greve de 1979. Outro aspecto importante é que a classe, ao mesmo tempo em que reconhece no sindicato um instrumento capaz de globalizar lutas que nos anos anteriores se haviam desenvolvido de forma parcelada, constata sua fragilidade, quando se materializam as intervenções, primeiro de 1979 e, posteriormente, de 1980.

O que há de destacável na atuação do sindicato depois do fracasso de 1979 é a forma pela qual é preparada a campanha salarial de 1980, refletindo implícita ou explicitamente uma aguda reflexão sobre os desafios que rapidamente se haviam colocado àquele movimento. Sem abandonar o espaço sindical, sobre cujos limites havia agora uma consciência bastante maior, depois da intervenção de 1979, a direção recupera dois outros

espaços que tinham sido vitais na história do movimento de São Bernardo e que, revitalizados, jogariam um papel decisivo na greve de 1980 e, sobretudo, no período de refluxo que seguiu ao fim do movimento de 41 dias em abril/maio: a *fábrica e o bairro*.

A campanha salarial de 1980 começa a ser preparada em 1979, com a multiplicação de reuniões de base, congregando trabalhadores das empresas e criando com estes e suas famílias uma sólida rede de apoio nos bairros, cujo papel seria decisivo para a resistência durante a greve.

Esta preparação de meses para a campanha salarial de 1980 é, praticamente, o resultado de uma reflexão sobre a nova etapa de lutas que se havia aberto no ABC após a explosão de 1978. É claro que não faltaram críticas à “importunidade” do movimento e ao “irrealismo” de sua direção, apresentada como incapaz de apreender os “evidentes sinais” de que o ciclo das greves havia chegado ao fim⁸. Teria sido mais útil que estas reservas intelectuais se dedicassem a pensar os verdadeiros problemas suscitados a partir dos 41 dias de greve.

Ainda que mantido o caráter plebiscitário das decisões, herdado do ano anterior, a greve de 1980 revelou novas formas de ação, que seriam decisivas no processo de construção do movimento operário em São Bernardo. Não somente porque reforçaram a dinâmica de base, como já foi anteriormente apontado, com a incorporação da fábrica e do bairro como espaços fundamentais de luta, mas também, e principalmente, porque desenvolveram um novo instrumento de globalização do movimento: o *Fundo de Greve*.

8 Um dos exemplos mais clássicos desta posição é dado por Hércules Corrêa dos Reis, ex-dirigente sindical, atualmente membro do Comitê Central do PCB, em seu livro-instantâneo *O ABC de 1980* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980). Com a autossuficiência dos que se sentem depositários dos interesses históricos do proletariado, Hércules critica o movimento por ter querido “enfrentar a situação social apenas com a greve, isolando-se, de saída, do movimento democrático” (p. 106), para após explicar que a situação se resolveria com a formulação de um “programa comum”. Aí está uma demonstração viva de como é difícil para certos esquemas mentais compreender a problemática da autonomia operária e de seu papel na gestação de uma alternativa política mais ampla.

Mais além de sua eficácia, enquanto organização de mobilização e apoio material dos grevistas, que, apesar de ter sido importante, ficou abaixo das necessidades do movimento, o *Fundo* foi fundamental como expressão da auto-organização dos trabalhadores fora do quadro do sindicato oficial, ainda que não em contradição com sua política naquele momento.

Em torno da atividade do *Fundo de Greve* emerge toda uma nova geração de ativistas operários, ao mesmo tempo em que se estabelece uma teia de relações com outros setores sociais. O *Fundo* explora virtualidades do período anterior, quando o bairro e, nele desempenhando um papel importante, a paróquia haviam se constituído numa espécie de retaguarda da resistência operária e popular. Calcula-se que durante a greve mais de *oito mil ativistas* trabalharam para o *Fundo* realizando cotidianas e diversificadas tarefas de sustentação do movimento, sobretudo quando este passou a ser golpeado centralmente pela repressão.

O *Fundo de Greve* aparece como sucedâneo do sindicato, legitimado por sua implantação na base e por um decisivo papel na condução do movimento. A importância do *Fundo* se faria sentir no pós-greve, quando o sindicato permaneceu por tempos fechado e as represálias sobre os metalúrgicos não se fizeram esperar.

AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO

A conjuntura do fim da greve em 1980 colocou mais de uma interrogação sobre os rumos até então seguidos pelo movimento operário em São Bernardo, sobretudo sobre suas perspectivas naquele momento.

A situação do movimento era extremamente difícil: apesar da capacidade de resistência revelada durante quase um mês e meio, os metalúrgicos haviam experimentado uma derrota; à perda do sindicato, definitiva desta vez, somava-se a prisão dos principais dirigentes e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Mas, sobretudo, começava

a dolorosa volta às fábricas na porta das quais esperavam muitas vezes as longas listas de despedidas ou a reposição dos dias parados, ou o simples não pagamento deles.

A despeito das declarações de que a “luta continuaria por outras formas”, ficou evidente que o momento era particularmente desfavorável para uma resistência de maior fôlego.

Não faltaram então os que vaticinaram o fim do ciclo das greves e a abertura de um duro período para a classe, agravado sobretudo pelos sintomas a cada momento mais pronunciados de recessão. É certo que nem todas as questões levantadas naquele momento eram o resultado de uma visão conciliadora que simplesmente se aproveitava do momento para ajustar contas com aquela incômoda realidade que sempre fora São Bernardo. Legítimos problemas foram levantados e muitos permanecem até hoje sem resposta. Não teria sido oportuno, por exemplo, aproveitar a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato para romper de vez com esta estrutura atrelada, criar um sindicato livre, convocando os trabalhadores de todo o país a fazer o mesmo? Ou, no extremo oposto, não estaria na hora de adotar uma política mais realista, definir um acordo geral com o patronato, ainda que limitado em seus objetivos, mas com condições de se viabilizar, sem necessidade de recorrer a greves cada vez mais desgastantes?

O movimento parece ter-se conduzido por outros caminhos, respondendo aos problemas na medida em que eles iam se colocando, sem que necessariamente se perfilasse uma estratégia precisa. Alguns pontos parecem orientar os dirigentes depostos. Em primeiro lugar, manter-se como direção a despeito das vicissitudes. Esta decisão contribuiu em muito para que as bases não se sentissem desmoralizadas, apesar das dificuldades do momento. O *Fundo de Greve*, como foi dito, se constituiu como direção do movimento e sua autoridade afirmou-se com tal rapidez que o próprio patronato teve de admiti-lo como interlocutor em negociações com a categoria.

A direção de São Bernardo assistiu impassível às dificuldades do Ministério do Trabalho para constituir uma direção fantoche no Sindicato e reagiu habilmente quando Murilo Macedo não teve outra saída se não nomear uma Junta Governativa sintonizada com os dirigentes destituídos.

Esta postura de assumir-se como direção, oferecendo alternativas concretas de luta num período de recesso, foi fundamental para que o ministério não pudesse estabelecer uma cabeça de ponte no movimento tendo pesado decisivamente na retomada do sindicato quando das eleições para a nova diretoria.

A liderança retornou às portas das fábricas, procurando intervir nos pontos mais nevrálgicos da repressão à categoria. Ao desenvolver esta iniciativa contribuiu para que o movimento ressurgisse no interior das fábricas, contrariamente ao que pensavam ser possível os que detectavam um clima de desmoralização irreversível na categoria, agravado ainda mais pela recessão econômica. É isto que vai explicar em grande medida uma série de greves que eclodem após – Brastemp, Ford, General Motors e Mercedes –, cada uma delas apresentada pelos incrédulos analistas como “último estertor” de um movimento sobre o qual alguns estavam dispostos a escrever o necrológio.

O terceiro aspecto importante é a decisão da categoria, sobre a qual os dirigentes tiveram muito peso, de não ceder às tentações do “pacto social” e de resistir, ainda que a contracorrente, às ofensivas que os setores do patronato tentaram realizar supondo que a categoria estava sem resistências. Uma tática vitoriosa de contraofensivas localizadas, num período de signo defensivo, permitiu ao movimento redescobrir sua força, pulverizando as teorias sobre a incapacidade de mobilização nos períodos de recessão econômica, situação agravada pela derrota de maio de 1980. Nenhum caso é mais exemplar desta posição adotada do que o da Volkswagen. Quando a direção da empresa decidiu montar seu simulacro de Comissão de Fábrica, a orientação de boicotar a votação, marcando o

“João Ferrador”⁹ na chapa, desmoralizou o patronato, deixando claro que nenhuma iniciativa deste tipo podia ser adotada em São Bernardo sem a participação dos trabalhadores mais combativos e, naquele momento, da direção destituída. Tempos mais tarde, a Ford de São Bernardo compreenderia perfeitamente isto, aceitando basicamente criar a Comissão de Fábrica que os trabalhadores e o sindicato pediam.

Mais importante, porém, foi a derrota da direção da Volkswagen no plebiscito realizado para ver se os trabalhadores estavam dispostos a aceitar a reduzir a jornada de trabalho (e os salários) em troca de uma promessa de limitada estabilidade. A despeito das 20 mil assinaturas a favor da medida, colhidas entre os trabalhadores pela direção da empresa – numa tentativa de atomizar a decisão da categoria –, a situação pôde ser revertida pelos operários ligados ao sindicato, junto com os dirigentes destituídos, provocando a derrota da proposta patronal por 70% dos votos contra as expectativas. A força revelada pelo movimento acabou por obrigar a Volkswagen a recuar e as anunciadas despedidas em massa não se realizaram depois do referendo. Uma vez mais as miniofensivas foram mudando a correlação de forças e acabaram por constituir, em um período relativamente breve, um equilíbrio bem distinto daquele que muitos previam depois da derrota de 1980. A recente e vitoriosa greve (1982) deflagrada nas montadoras é sem dúvida o resultado desta multiplicidade de ações autônomas no nível das fábricas, para as quais a direção oriunda do sindicato revelou sensibilidade e capacidade de condução.

A rearticulação do movimento nestes dois anos, após o fim da greve de 1980, não pode ser vista, no entanto, de forma complacente. Campo privilegiado de experiências de autonomia operária, a construção do mo-

⁹ Com a aparência de um metalúrgico, o personagem João Ferrador foi idealizado pelo jornalista Antônio Carlos Félix Nunes (1932-2017) e criado em 1972 pelo cartunista Hélio Vargas e utilizado para apresentar as reivindicações da categoria no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo *Tribuna*. As *Cartas do João Ferrador*, publicadas entre 1972 a 1980 e dirigidas ao governo militar, denunciavam as condições de vida e a exploração dos trabalhadores. Além de Hélio Vargas, Laerte Coutinho e Henfil também desenharam o personagem (N.E.).

vimento em São Bernardo resulta de um tortuoso processo no interior do qual podem ser detectadas, no entanto, tendências, que dificultam o exercício desta autonomia.

As duas dinâmicas, que se desenvolveram na década de 1970 – a das fábricas e a dos sindicatos – e que, fusionadas a partir de 1978, foram responsáveis pela explosão social do ABC, continuam a se desenvolver e, a despeito de suas múltiplas articulações, não raro se apresentam como contraditórias.

Não se trata, evidentemente, de emitir receitas do tipo “privilegiem o trabalho de base e subordinem o sindicato a ele, pois esta é a única condição para que se aprofunde a autonomia da classe”. Trata-se, antes de tudo, de constatar os problemas reais colocados pelas lutas operárias em São Bernardo e de ver o papel desempenhado pela fábrica e pelo sindicato, e os limites de um e outro, para poder compreender (e atuar) neste processo de construção.

É óbvio que o movimento de São Bernardo (e não só ele) é o resultado do enfrentamento pelos operários da especificidade da exploração e da dominação capitalistas, na forma concreta em que elas se manifestam na fábrica, particularmente na maneira pela qual os trabalhadores sofrem os efeitos da organização do processo de trabalho. Este elemento é decisivo para compreender a base material da autonomia operária e das novas formas de luta e de organização que marcam o movimento nos últimos anos.

Mas não é menos verdade que o movimento operário de São Bernardo é também a globalização destas lutas e o aprofundamento de seu sentido político, o que foi realizado em grande medida pela direção do sindicato, a despeito dos limites institucionais desta estrutura, explorados ao máximo por uma direção classista.

No caminho a ser seguido pelo movimento operário de São Bernardo estão inscritas, no entanto, questões de mais alta relevância e que devem ser incorporadas ao debate a ser travado no movimento. Estas

questões têm, por sua vez, uma importância que ultrapassa em muito as fronteiras do ABC, tendo em vista o sentido paradigmático que São Bernardo possui para o conjunto do movimento operário brasileiro.

A primeira delas é, sem dúvida, estabelecer uma correta articulação entre a ação nas fábricas e aquela que o sindicato hoje globaliza. Este problema aparece para muitos trabalhadores como o de uma adequada combinação entre o trabalho dentro da fábrica e aquele feito na porta da fábrica, a partir do entendimento de que um e outro nem sempre remetem às mesmas questões.

A segunda diz respeito à globalização mesma da ação nas fábricas pelo sindicato. A história recente, tendo mostrado a fragilidade do instrumento sindicato (limitado por seu atrelamento e sujeito, portanto, a intervenções estatais), não estará a apontar para a necessidade de buscarem-se instrumentos alternativos de globalização das lutas? A questão é espinhosa, na medida em que estes instrumentos são muitas vezes vistos pela direção sindical como concorrentes e, por esta razão, expressões de “paralelismo” que levaram a atual direção a incorporar o *Fundo de Greve* ao sindicato, erro que pode se tornar grave, pois o sindicato está sujeito a intervenções e com ele o próprio *Fundo*.

Neste problema estão embutidas duas questões significativas para o futuro do movimento: de um lado, a necessidade de, pelo menos, perfilar instrumentos formalmente *alternativos* ao sindicato, permitindo ao movimento globalizar suas ações não somente através da estrutura oficial e, portanto, atrelada, por mais classistas que tenham sido (como o são ainda) suas direções. Somente estes instrumentos alternativos (como por exemplo, o *Fundo de Greve*), por serem frutos da ação autônoma dos trabalhadores e não resultantes de uma outorga estatal é que garantirão em *longo prazo* os interesses gerais da categoria. É deles que surgirá um sindicalismo livre no país. A outra questão é que a constituição de organismos alternativos permitirá ao movimento repensar os problemas

da democracia no seu interior, longe do formalismo burocrático das instâncias sindicais estatais, ainda que este formalismo tenha sido em aspectos contornado. Estas novas estruturas permitirão definir um novo relacionamento entre os organismos de base (as comissões de fábrica, por exemplo) e um sindicalismo livre, afastando o fantasma do paralelismo (entendido como divisão política de classe), mas, ao mesmo tempo, assumindo as diferenças inelutáveis que o movimento tem e que nem sempre são fáceis de resolver: operários/operárias, peões/operários qualificados, operários de grandes empresas/operários de pequenas empresas etc.

Não pretender dar receitas, de resto inúteis, não significa ocultar problemas, quando estes estão se colocando no dia a dia do movimento operário de São Bernardo. Refazendo, nas suas linhas mais gerais, o caminho percorrido pelo movimento operário no ABC, assinalando suas contradições, convoca-se a uma reflexão sistemática e inadiável. Para que se preserve e aprofunde a dinâmica autônoma que de tal forma marcou a construção do movimento operário em São Bernardo há uma condição básica: que esta reflexão seja entendida como autorreflexão, pois não será fora do movimento do ABC que serão produzidos os ABCs do movimento.

OS INTELLECTUAIS E OS PARTIDOS DE ESQUERDA

“Partidos de esquerda”, “intelectuais de esquerda”.

Numa discutida emissão do programa de TV Canal Livre, o intelectual “de direita” José Guilherme Merquior punha em dúvida a dicotomia esquerda/direita, quando o intelectual “de esquerda” Leandro Konder lembrou-lhe a frase segundo a qual é próprio da direita negar esta separação.

Merquior não se perturbou e perguntou de chofre a Konder: “Brejnev é de esquerda?” A pergunta era sumamente maldosa, pois são publicamente conhecidas as restrições de Konder ao “socialismo real” do qual o falecido dirigente soviético era à época figura emblemática. Visivelmente constrangido, Konder respondeu de forma ambígua: “Sim, num certo sentido”.

O diálogo diz muito sobre a crise da noção de *esquerda* e, com ela, de noções como *partidos de esquerda*, *intelectuais de esquerda*.

Para os efeitos deste texto, a noção de esquerda aparecerá associada a projetos de transformação de corte socialista, ou socializante, não importando que expressem vertentes revolucionárias ou reformistas, libertárias ou estatistas.

Imprecisões à parte, é sob esta designação genérica que podem ser encontrados (e se reivindicam) inúmeros setores perfilados na história recente do Brasil, ainda que defendendo sucessivos (e por vezes concomitantes) projetos: nacional-desenvolvimentistas (antes de 1964), “revolucionários” (em 1968-1969), “democráticos” (a partir dos anos 1970, em especial).

Pouco importa aqui que esses projetos tenham aparecido no marco dos partidos clandestinos da esquerda tradicional, da “nova esquerda”, no interior dos partidos institucionais ou mesmo fora dos partidos, na medida em que todos eles constituíram um campo comum, não isento de contradições obviamente, que se declarava, no entanto, pela modificação do *status quo*, tendo, por esta razão, sofrido os efeitos diferenciados da repressão do regime militar.

Outro elemento que contribui para a consideração de um campo de esquerda no Brasil está em que, a despeito de sua diversidade, ou talvez por esta razão mesma, ele se constitui num terreno privilegiado de confronto dos projetos de seus integrantes, acarretando mesmo sua mobilidade de uma para outra posição. A título de exemplo, pode ser invocado o frequente trânsito de organizações e indivíduos de posições reformistas para posições revolucionárias, ou vice-versa.

A questão dos intelectuais e de suas relações com as esquerdas e com os partidos de esquerda em geral merece, no entanto, uma consideração à parte. Ela coloca no centro da discussão o problema da relação teoria-política e do papel desempenhado pelos intelectuais nesta relação. Coloca, igualmente, e com ênfase, a questão da relação existente entre a ação política e o marxismo, na medida em que a totalidade das organizações situadas no campo da esquerda ou se reivindicam abertamente como “marxistas” ou têm no marxismo, implícita ou explicitamente, seu interlocutor privilegiado. Lembre-se que a Ação Popular, surgida dos quadros da Ação Católica em 1962, depois de sofrer a permanente

tentação do marxismo, acaba por se proclamar “marxista-leninista” nos anos 1970¹; que os grupos nacionalista revolucionários dos anos 1960 estavam impregnados de quadros referenciados ao marxismo, o que incidia de distintas formas em seu discurso e modelos de organização. O próprio Partido dos Trabalhadores surgido em 1979-1980, recusando explicitamente uma filiação doutrinária, abriga no seu interior, não sem consequências para seu perfil político e organizativo, distintos matizes do marxismo, ao lado de setores de inspiração cristã, para só citar dois de seus componentes.

Mas aqui as coisas, longe de se simplificarem, tornam-se mais complexas, na medida em que o termo *marxismo*, como de resto a expressão *esquerda*, perdeu historicamente sua univocidade, recobrando, em realidade, um sem número de vertentes políticas e ideológicas, muitas vezes irreconhecíveis entre si. A dificuldade está, porém, no fato de que, enquanto a expressão *esquerda*, alusão espacial a posições no campo da luta política, não exige em si uma definição unívoca, podendo ser substituída pelo plural *esquerdas*, o marxismo reivindicando por aqueles que se dizem “marxistas” aparece como possuidor de uma única significação, fundando uma concepção específica da história e da política que não comporta a diversidade.

Na medida em que os *parti-pris* políticos que haviam transformado o marxismo em um pensamento metafísico foram abalados pela própria crise que afetou (e afeta) o movimento comunista internacional, foi possível enfrentar a “questão prática da apropriação social da obra individual de Marx (...) que não é uma ‘questão de fato’, mas o problema teórico mais importante inerente à ‘filosofia da práxis’”².

1. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: Da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984. 172 p.

2. DEBRAY, Régis. *Le scribe*. Paris: Bernard Grasset (Le Livre de Poche), 1980, p. 171.

Hoje já não é mais possível enfrentar a questão do marxismo senão como o resultado do processo histórico de difusão da obra de Marx, especialmente no movimento operário³.

Este processo deve ser considerado como um *continuum*, pois no curso da história, de fins do século XIX até hoje, a obra de Marx foi sendo acrescida de várias “leituras”, que não raro se superpuseram. Leituras que supõem evidentemente condições históricas de possibilidade e, ao mesmo tempo, apresentam uma eficácia prática maior ou menor que acaba por produzir modificações na “herança” originalmente recebida.

As sucessivas relações intelectuais (e políticas) que se estabelecem com a obra de Marx vão produzindo o(s) marxismo(s) nas suas distintas, e por vezes contraditórias, vertentes: marxismo-leninismo, marxismo-leninismo-stalinismo, marxismo-leninismo-pensamento Mao, trotskismo, guevarismo etc.

As novas gerações se defrontam, assim, com um (ou mais) marxismo(s) distinto(s) daquele(s) que a geração precedente havia conhecido, seja pelos “acréscimos” (o “leninismo”, por exemplo), seja pelas “supressões” (o “luxemburguismo”, entre outros).

Esta teoria, que Lênin considerava “todo-poderosa, porque verdadeira”, se transforma num *passé-partout* absolutamente a-histórico, que funciona como uma espécie de xarope a ser diluído em distintas quantidades de realidade, produzindo em todos os casos resultados adequados, salvo quando a fórmula da poção está mal definida ou é mal aplicada.

3. É o que fazem especialmente HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Paris: Maspero, 1980. 343 p. ; LINDENBERG, Daniel. *Le marxisme introuvable*. Paris: Calmann-Levy, 1975. 245 p.; HOBSBAWM, Eric (Dir.). *Storia del marxismo*. 5 vols. Torino: Einaudi, 1978-1982 [Há tradução brasileira: HOBSBAWM, Eric (Dir.). *História do Marxismo*. 12 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979-1989 (N.E.)]; VRANICKI, Predrag. *Storia del marxismo*. 2 v. Roma: Riuniti, 1973. 1087 p.; ANDERSON, Perry. *Sur le marxisme contemporain*. Paris: Maspero, 1977. 165 p. [Há tradução brasileira: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2019. 264 p. (N.E.)] A lista, longe de ser exaustiva, deve incluir também a *Histoire du marxisme contemporain*. Paris: UGE-10/18, 1976-1979. 1958 p. [Tradução do italiano *Storia del marxismo contemporâneo*. Milão: Feltrinelli, 1974. Dos oito volumes previstos na tradução francesa aqui indicada, apenas os cinco referenciados foram publicados. (N.E.)]

Tudo se passa como se ocorresse o esquecimento absoluto de que a “produção de representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais”⁴. As ideias aparecem brotando das próprias ideias que as antecedem e as legitimam.

Na impossibilidade de continuar assim afirmando a univocidade do “marxismo”, a menos que se volte às “*lectures symptomales*” que instituíam uma espécie de tribunal epistemológico⁵ para estabelecer o “que Marx verdadeiramente disse”, e que se continue conseqüentemente apontando “desvios”, “revisionismo” etc., não resta outro caminho que o de acompanhar a trajetória do pensamento de Marx na história e todas as vicissitudes que cercaram sua apropriação pelos distintos sujeitos históricos.

Em suma, não é mais possível “encontrar o sentido do marxismo exclusivamente no que Marx escreveu, ignorando aquilo que se tornou a doutrina na história”, pois isto equivaleria a pretender,

em contradição direta com as ideias centrais desta doutrina, que a história real não importa, que a verdade de uma teoria esteja sempre e exclusivamente “no além”, e finalmente, substituir a revolução pela revelação e a reflexão sobre os fatos pela exegese dos textos⁶.

4. CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra; CEDEC, 1978, p. 9.

5. É impossível invocar a obra de Louis Althusser, especialmente *Pour Marx, Lire Le Capital e Lénine et la philosophie*, e dos althusserianos em geral que seguem esta *démarche*. A “contribuição” de Marta Harnecker, *Los conceptos elementales del materialismo histórico*, por exemplo, ainda que se situasse no plano da “vulgarização”, ou talvez por esta razão mesma, não pode ser negligenciada. O próprio Althusser insinua em seus últimos escritos certa revisão de suas posições. Jacques Rancière, colaborador de *Lire Le Capital*, é talvez aquele que, dentre os epígonos, leve mais a fundo a crítica do mestre (cf. *La leçon d'Althusser*. Paris: Gallimard-Idées, 1974). [Das obras aqui mencionadas boa parte foi traduzida para o português: ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2015; ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; e MACHEREY, Pierre. *Ler O Capital*. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1989; ALTHUSSER, Louis. *Lénine e a filosofia*. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 1975; HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1983 (N.E.).]

6. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 21.

É este recurso à história real, às condições concretas em que se dá a constituição do marxismo no curso das lutas do movimento operário, que permite romper com a noção de uma teoria “todo-poderosa” e, ao mesmo tempo, explicar o paradoxo de uma doutrina em nome da qual se operou a grande revolução de outubro de 1917 e, anos mais tarde, a grande contrarrevolução staliniana, para só citar um dos muitos contrasensos de que está povoada a história do movimento operário no século XX. A ideologização do marxismo, no sentido que Marx considera a ideologia, faz dele “o complemento solene da justificação” que permite, ao mesmo tempo, ensinar obrigatoriamente aos estudantes *O Estado e a Revolução* e manter o aparelho de Estado mais rígido de que se tem notícia, que ajuda a burocracia a se esconder por trás da “propriedade coletiva” dos meios de produção⁷.

Uma reconstituição da apropriação social da obra de Marx mostraria, por exemplo, até que ponto são as condições específicas do desenvolvimento social e político da Rússia tsarista que vão colocar para o marxismo a questão da relação dos intelectuais com a política (que é, na espécie, a questão das relações da teoria com a política), na forma como ela aparece exposta no *Que fazer?* de Lênin, e cujo efeito paradigmático para o movimento comunista e os partidos de esquerda, de uma maneira geral, se faz sentir até hoje.

Os termos em que Lênin coloca o problema são claros:

Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países demonstra que a classe operária, exclusivamente por suas forças, só pode elaborar uma consciência sindical, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários etc. Em contrapartida, a

7. *Idem*, p. 21-22.

doutrina do socialismo surgiu das teorias filosóficas, históricas e econômicas que foram elaboradas por representantes instruídos das classes possuidoras, por intelectuais. Por sua posição social, também os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa. Do mesmo modo, a doutrina teórica da social-democracia surgiu na Rússia com absoluta independência do crescimento espontâneo do movimento operário, como resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas⁸.

No próprio *Que fazer?* Lênin refere-se aos antecedentes das lutas operárias na Rússia nas últimas décadas do século XIX e, ao sublinhar seu “espontaneísmo”, acaba por atribuir-lhes um caráter *pré-consciente*⁹.

Há, portanto, um paradigma – social-democrata – de consciência operária a ser alcançado e que tem seu ponto de partida nas formas espontâneas da ação operária (uma espécie de consciência de classe *in nuce*) que só pode ser plenamente realizada através da teoria, elaborada por intelectuais “de fora” da classe. A passagem desta “consciência em si” à “consciência para si”, agenciada por intelectuais portadores da teoria, se dá basicamente através não só do partido, mas de um partido de tipo especial, de “vanguarda”, integrado por “quadros” e que passa a ter uma função reitora no processo de emancipação da classe trabalhadora. Esta ideia está presente e até exacerbada mesmo em Gramsci quando ele define o partido como “moderno Príncipe”, “intelectual coletivo”¹⁰.

Não é difícil estabelecer por que este tipo de concepção surge na Rússia tsarista e não nos países capitalistas avançados à época – Alema-

8. LÊNIN, V. I. *Obras completas*. V. 5. Buenos Aires: Cartago, 1969, p. 430-431.

9. “Isto demonstra que no fundo o ‘elemento espontâneo’ não é mais do que a forma embrionária do consciente. E os motins primitivos refletiam já certo despertar do consciente; os operários perdiam a fé tradicional na inamovibilidade do sistema que os oprimia...”. LÊNIN, V. I. *Op. cit.*, p. 430.

10. GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavelli sulla politica e sullo Stato moderno*. Turim: G. Einaudi, 1966. 371 p.

nha, Inglaterra ou França – a despeito da invocação explicitamente kautskiana das teorias de Lênin, o que poderia sugerir uma influência direta da social-democracia alemã, e de seu mais prestigioso teórico, sobre a concepção de partido que os bolchevistas passavam a professar¹¹. O partido que se define em 1903 para a Rússia não parece combinar-se, no entanto, com a experiência social-democrata alemã, organização de massas erigida em um país onde a classe operária, à diferença da Rússia, não só era majoritária, como se desenvolvia em clima de liberdade sindical e política, o que lhe permitia contar com numerosa representação parlamentar, imprensa livre etc.

Por outro lado, particularidades do desenvolvimento histórico da Rússia, e de sua situação no desenvolvimento geral do capitalismo em fins do século XIX, fizeram com que a temática da revolução social chegasse a este país antes mesmo que se houvesse constituído um capitalismo industrial, o que faz com que a questão do socialismo fosse colocada quando o país ainda se encontrava dominado por formas pré-capitalistas de organização social. Não é outra razão que explica a emergência de correntes populistas¹² e do próprio surgimento do marxismo antecedendo à formação de um poderoso movimento operário, nos moldes ocidentais. Não é outra razão, igualmente, que explica a importância da questão da revolução democrático-burguesa para todas as correntes da social-democracia russa.

Esta emergência do marxismo russo não pode ser creditada ao “natural e inevitável” desenvolvimento “do pensamento entre intelectuais re-

11. As relações entre a socialdemocracia russa e a alemã são discutidas em HAUPT, Georges (*Op. cit.*) e WEILL, Claudie (*Marxistes russes et social-démocratie allemande de 1898-1904*. Paris: Maspero, 1977. 254 p.).

12. A expressão *populista* (*narodnik*) tem sido utilizada muitas vezes de forma abusiva, recobrando correntes distintas da *intelligentsia* russa. Uma discussão a respeito pode ser encontrada em WALICKI, Andrej. *Populismo y marxismo en Rusia*. Barcelona: Edit. Estela, 1969. 162 p. Uma reconstrução da polémica entre o populismo e o marxismo está na excelente antologia organizada por FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 290 p., à qual deve ser acrescentado o clássico de LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p. (Os economistas).

volucionários socialistas”, menos ainda de que se haja desenvolvido “com absoluta independência das lutas operárias”, apreciações no mínimo estranhas na pena de um Lênin, sobretudo quando ele mesmo caracteriza esse contexto como marcado por enfrentamentos de classe que se vinham desenvolvendo há tempos e se haviam acentuado nos anos 1890.

O segundo aspecto a ser destacado na citação de Lênin é a generalização – “a história de todos os países demonstra” – da impossibilidade da classe operária chegar por suas próprias forças à consciência revolucionária.

Ora, até aquele momento, as “demonstrações da história” não autorizavam afirmações tão conclusivas, antes pelo contrário. A experiência da Comuna de Paris, que havia suscitado importantes reflexões em Marx e Engels, e que serviria mais tarde para que o próprio Lênin desenvolvesse suas teses sobre a ditadura do proletariado, apontava para outras determinações na constituição dos sujeitos revolucionários¹³.

É somente mais tarde que as “demonstrações da história” começam a produzir-se:

Negativamente quando em 1914 os partidos social-democratas de massas do Ocidente fracassam na sua tentativa de impedir a Guerra Mundial e acabam mesmo por se aliar à aventura bélica das burguesias à testa das grandes potências imperialistas.

Positivamente quando a ação dos bolchevistas se revela decisiva para a conquista do poder na Rússia. O discurso vencedor acaba por ser o discurso dos vencedores, deslocando as fortes restrições em relação à teoria e à prática bolchevistas provenientes de personalidades do movimento operário com a gravitação de Rosa Luxemburgo, cuja oposição à formação da Internacional Comunista é conhecida, na medida em que temia

13. A significação da Comuna para a reflexão do movimento operário sobre a revolução está analisada em HAUPT, Georges. La commune comme symbole et comme exemple. In: _____. *Op. cit.*, p. 45-76.

que o novo “partido mundial da revolução” em gestação assumisse excessivamente o projeto bolchevista¹⁴.

O que se assiste a partir de 1919, quando é fundada a Comintern e, sobretudo, com a aprovação das 21 Condições de admissão à Internacional Comunista¹⁵, é uma bolchevização *avant la lettre*¹⁶ dos nascentes PCs em todo o mundo. A força do exemplo dos vencedores é tal que o próprio Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, tem na pauta de debates do seu congresso de fundação justamente a aceitação das 21 Condições¹⁷.

Os desdobramentos da Revolução Russa e de suas projeções internacionais a partir de 1925 consagram o vanguardismo bolchevista como paradigma universal de organização partidária revolucionária.

Da mesma forma do que havia ocorrido precedentemente com a obra de Marx, dá-se após a morte de Lênin (janeiro de 1924) um processo de apropriação de sua obra. O leninismo que decorre, ou melhor, o “marxismo-leninismo”, codificado sobretudo nos escritos de Stalin¹⁸, já aparece como ideologia de um grupo que se assenhoreia do poder, em meio a gigantescas dificuldades que experimenta o nascente socialismo soviético. O leninismo se transforma em doutrina que serve de instru-

14. DESANTI, Dominique. *L'Internationale Communiste*. Paris: Payot, 1970, p. 46; e CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1977, p. 75. [Há traduções em português: DESANTI, Dominique. *A Internacional Comunista*. 2 v. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977; e CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (N.E.).]

15. *Quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Paris: Librairie du Travail, 1934, p. 39-41. Ver também a *Résolution sur le rôle du Parti Communiste dans la révolution prolétarienne*. In: *Idem*, p. 49-51 [Ambos os textos mencionados foram traduzidos em uma versão incompleta (foram publicadas as resoluções dos três primeiros congressos; as do IV Congresso não foram jamais editadas) da obra citada: III Internacional Comunista. *Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso*. V. 2. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 47-52 e p. 69-77, respectivamente (N.E.).]

16. A política de “bolchevização” é assumida explicitamente pela Internacional Comunista somente a partir de 1925, por ocasião de seu quinto congresso.

17. PEREIRA, Astrojildo. Formação do PCB. In: _____. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 72.

18. STALIN, Josef. *Cuestiones del leninismo*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1947. 750 p.

mento de legitimação de posições políticas particulares, ao invés de ser uma ferramenta de análise da realidade.

Esta função legitimadora da teoria “marxista-leninista” vai desembocar nos anos 1930 e 1940 em um pensamento apologético que permanece irreconhecível se comparado com o período de criatividade das duas primeiras décadas do século XX.

As exceções que confirmam a regra são as instigantes reflexões de Korsch, Lukács ou Rosenberg, na Alemanha, Bukharin ou Preobrajenski, na Rússia soviética, os solitários escritos de Gramsci que só se irradiarão para fora do cárcere décadas mais tarde, ou as análises de Trotsky, Thälheimer e uns poucos “renegados”.

O período que se abre vai dar surgimento a dois tipos de intelectuais: de um lado, o *intelectual de partido*; de outro, o *simpatizante, fellow traveller* ou *compagnon de route*.

O intelectual de partido típico, no quadro rígido da disciplina que marca o movimento comunista internacional até praticamente 1956, abdica de sua iniciativa crítica uma vez que sua função fundamental passa a ser de glosar o discurso político oficial das direções ou propiciar-lhe os supostos “teóricos” necessários. Esta situação engloba tanto o intelectual-dirigente como o intelectual-militante, ambos submetidos ao “espírito de partido” e à disciplina que lhe correspondem.

A expressão máxima dessa situação pode ser observada no final dos anos 1940 e na primeira metade dos anos 1950, quando o “marxismo-leninismo-stalinismo” invade os domínios da arte através das teses jdanovistas¹⁹ sobre o realismo socialista ou o da ciência, com a difusão das imposturas de Lyssenko.

19. Jdanovista designa as concepções de Andrei Alexandrovitch Jdanov (1896-1948), militar e ideólogo cultural soviético. Jdanov procurou estabelecer, no auge do stalinismo, o que devia entender-se por literatura, arte e filosofia socialistas. Em agosto de 1934, no Congresso dos Escritores Soviéticos, Jdanov definiu a doutrina literária oficial do realismo socialista, através de uma mobilização total da cultura ao serviço do Estado soviético (N.E.).

Esta extraordinária manifestação de renúncia dos intelectuais militantes que explica a condescendência de escritores de talento para com as platitudes da “literatura-trator” ou a facilidade com que eminentes cientistas assumem a defesa da “genética” lysenkista²⁰, começa a se esvaír em 1956. As revelações do relatório “secreto” de Kruschew, que a maioria apreende pela imprensa “burguesa”, quebram uma relação quase religiosa que atrelava os intelectuais aos dogmas de uma doutrina e que lhes impunha a postura acrítica chamada “espírito de partido”.

A vitória da Revolução Russa, os êxitos dos planos quinquenais nos anos 1930 e a vitória da URSS na Segunda Guerra engendram outro intelectual que desenvolverá um tipo particular de relação com a esquerda e com seus partidos.

São

os intelectuais “progressistas” que estabelecem com o partido comunista uma relação à prova de todas as surpresas e de todas as decepções. Assustados pela disciplina do partido, eles não arriscam a ingressar nas suas fileiras. Mas, bons companheiros de viagem, submissos em todas as ocasiões a seus intrépidos guias, signatários aplicados de todos os manifestos, fiéis a todos os comícios, ou sócios ansiosos, sujeitos a dúvidas, por vezes a crises tempestuosas, por vezes se imaginando mais sutis que seus grosseiros doutrinários, uns e outros, eles calaram-se obstinadamente ou disfarçaram suas reticências no “*campo do proletariado*”²¹.

Mas este *fellow traveller* de que está povoada a história contemporânea, inclusive a do Brasil, é um admirador *à distância* da revolução, sem que

20. LECOURT, Dominique. *Lyssenko: Histoire réelle d'une «science prolétarienne»*. Paris: Maspero, 1975. 257 p.

21. LEFORT, Claude. Introduction. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Les aventures de la dialectique*. Paris: Gallimard-Idées, 1980, p. 12.

isso signifique desejar para seu país um regime, sobretudo em seus aspectos políticos, igual ao que ele defende na URSS, no Vietnã ou em Cuba²².

A separação entre “simpatizantes” e “intelectuais de partido” pode às vezes aparecer arbitrária, na medida em que frequentemente os dois se confundem, seja na incondicionalidade de suas posturas internacionalistas, seja em sua marginalidade efetiva nas decisões partidárias.

Pablo Neruda, por exemplo, morreu militante e dirigente do PC Chileno e Jorge Amado chegou a ser deputado do Partido Comunista do Brasil, mas seus perfis se ajustam mais aos de “simpatizantes” do que propriamente aos de “intelectuais de partido”. No caso de Amado, a crise do movimento comunista dos anos 1950, que provocaria tamanhos desgastes em suas fileiras e entre os “simpatizantes”, acabou por afastá-lo do PCB e hoje não se pode atribuir-lhe nem mesmo a condição de um *fellow traveller*.

Caio Prado Júnior, que também foi deputado do PCB, a despeito de ter produzido uma das mais significativas obras sobre a realidade econômica, social e política do Brasil, sempre foi um marginal no interior do PCB²³, na medida em que sua produção historiográfica contraditava fundamentalmente o modelo de interpretação vigente no PC sobre o caráter da sociedade brasileira. Não é surpreendente, assim, que seu livro de implicações mais especificamente políticas²⁴ tenha surgido apenas em 1966, após a grande derrota da linha do partido que significou o golpe de 1964, e que essa incursão explícita no campo da política se fizesse em aberta polêmica com as posições oficiais do PCB.

22. Esta caracterização do *fellow traveller* e uma reconstituição histórica da trajetória do simpatizante estão em CAUTE, David. *Les Compagnons de Route, 1917-1968*. Paris: Robert Laffont, 1979. 488 p. As relações dos intelectuais com a política, especialmente com os partidos de esquerda, podem ser estudadas também em LOTTMAN, Herbert R. *La rive gauche*. Paris: Seuil, 1981. 555 p. [Há tradução brasileira deste último: LOTTMAN, Herbert R. *A Rive Gauche: Escritores, artistas e políticos em Paris, 1934-1953*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009 (N.E.).]

23. Entrevista de Caio Prado Jr. a Leôncio Martins Rodrigues e ao autor.

24. PRADO Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Esta marginalidade dos intelectuais comunistas no interior de seus partidos pode ser contestada. Argumenta-se que o conceito de intelectual é aqui empregado em sentido muito estrito, privilegiando o *intelectual-acadêmico* e desconsiderando aqueles que, mesmo sem formação universitária, acabam por desempenhar no partido funções intelectuais, realizando uma reflexão sistemática sobre a realidade social e política a partir da qual oferecem alternativas de intervenção.

A própria história do PCB está cheia de dirigentes que se enquadram nesse caso: Astrojildo Pereira, Octavio Brandão ou Leôncio Basbaum são típicos intelectuais autodidatas que chegaram à direção partidária. Outros dirigentes, de origem operária, não qualificáveis nem mesmo como intelectuais autodidatas, acabaram por desempenhar, por força de suas responsabilidades, funções de natureza intelectual.

O argumento não desmente, no entanto, a tese da marginalidade, na medida em que aqueles que buscaram assumir fundamentalmente de maneira crítica suas responsabilidades como intelectuais acabaram por descobrir a incompatibilidade desta postura com o “espírito de partido”. Consulte-se a respeito as trajetórias partidárias dos mencionados Astrojildo, Brandão e Basbaum²⁵ e teremos a ilustração do afirmado.

As relações intelectuais/partido aparecem também subsumidas na fórmula “o partido como intelectual coletivo”, com o que se pretende sublinhar o caráter “social” da elaboração teórica e minimizar as intervenções individuais. Sem subestimar a importância desta proposta metodológica, é importante assinalar que ela tem ocultado, na maioria dos casos, um processo monocórdio de reflexão, onde as dissonâncias teóricas são estigmatizadas como verdadeiras heresias ou, simplesmente, confinadas a

25. BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. 406 p.; BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 308 p. Sobre as conflituosas relações de Astrojildo Pereira com o PCB, sobretudo nos anos 1930, ver LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: Memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 146 e *passim*. Há indicações igualmente em *Memória & História*. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro. São Paulo: Ciências Humanas, n. 1, 1981, dedicado ao fundador do PCB.

posições onde não têm repercussão. Trata-se da aplicação dos princípios do “centralismo democrático” à atividade intelectual.

Toda essa situação seria profundamente afetada nas duas últimas décadas. O fim do monolitismo do movimento comunista fez com que este perdesse sobre os intelectuais aquilo que Bernard Shaw chamou de “capacidade de atração ética”²⁶, e se a figura clássica do “simpatizante” não desapareceu totalmente, pode-se dizer que ela sofreu mudanças importantes. Novos processos revolucionários inspiram o aparecimento de intelectuais contestatários menos preocupados com a solidariedade com tal ou qual processo do que com a reflexão sobre as implicações destes movimentos em seus respectivos países de origem.

Pense-se, a título meramente de exemplo, na força de atração que a chamada Revolução Cultural em curso na China teve nos anos 1960 e começo da década seguinte em países como a França e a Itália, para citar só dois casos²⁷.

O crescimento da dissidência nos países do leste europeu, que não se esgotou nas denúncias de Soljenitsin sobre o Gulag, impactou também não somente os “simpatizantes” como os próprios “intelectuais de partido”. Da estrepitosa ruptura de Roger Garaudy, até os anos 1960 um típico “intelectual de partido”, à contestação generalizada hoje no PCF e em outros partidos, temos indícios de mudanças substanciais tanto mais relevantes porque afetam organizações que sempre apresentaram enorme gravitação sobre a intelectualidade.

No caso brasileiro, 1964 pode ser considerado como um marco nas relações partido/intelectuais.

26. O filme de Jean-Luc Godard, *La chinoise*, ilustra essa situação. A emergência de intelectuais “maoístas” com Bernard-Henri Levy e André Glucksmann, entre outros, ou as “conversões”, ainda que passageiras de alguns, como Philippe Sollers e mesmo o flerte com o maoísmo de um Sartre ou de um Foucault, dão uma pequena amostra de como os acontecimentos da China foram apreendidos pela intelectualidade de esquerda na França. Na Itália, o fenômeno não é menos importante. Basta recordar, além do grupo *Il Manifesto*, que reuniu uma brilhante plêiade de intelectuais, durante os anos 1960, *La Cina è vicina*, para lembrar o sugestivo título de um filme da época de Marco Bellocchio.

27. CAUTE, D. *Op. cit.*, p. 26.

Já se disse que o golpe militar foi visualizado também como uma derrota do projeto intelectual do Partido Comunista. Em função de suas análises o PCB teria sucumbido à ilusão de uma frente com a burguesia nacional, capaz de realizar pela via parlamentar transformações nacionalistas e democráticas no país.

Mas a efêmera e frustrada “crítica das armas” realizada a partir de 1968 pela nova esquerda, e que se esgota em princípios dos anos 1970, não foi por sua vez acompanhada do exercício da “arma da crítica”.

As distintas, e não raro contraditórias, influências intelectuais que essa nova esquerda sofre – da já citada *Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, passando pelos escritos de Gunder e outros “dependentistas”²⁸, às primeiras críticas do “populismo”²⁹, até os impactantes textos de Régis Debray³⁰, sem falar na revalorização do maoísmo e na redescoberta do trotskismo³¹ – não têm nascedouro, porém, em seu interior; a prática dessas organizações está marcada por um pronunciado anti-intelectualismo.

28. André Gunder Frank lecionou antes de 1964 na Universidade de Brasília, onde também eram professores dois futuros expoentes do “dependentismo”, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. *A agricultura brasileira e o mito do feudalismo*, um de seus textos de maior repercussão e que seria mais tarde incluído no seu *Capitalism and underdevelopment in Latin America* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1967), foi publicado no último número da *Revista Brasiliense* (jan.-fev. de 1964). Theotônio, da mesma forma que Vânia Bambirra, refugiou-se no Chile e lá produz o essencial de seus textos, como é o caso, entre outros, de *Socialismo o fascismo, dilema latinoamericano* (Santiago: PLA, 1969, 194 p.). Da mesma época é o texto de Fernando Henrique Cardoso, em colaboração com Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina* (México (DF): Siglo XXI, 1969, 166 p.) e o livro de Marini, *Subdesarrollo y revolución* (México (DF): Siglo XXI, 1969, 204 p.), que já havia circulado em versão mimeografada no Brasil sob o título de *Perspectivas da situação política e econômica brasileira*. Escapa à pretensão destas notas explorar as diferenças ou proximidades de todos estes autores à época.

29. IANNI, Octávio *et al.* *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 198 p. Na mesma direção está o seu *Colapso do populismo no Brasil*, publicado após. São contemporâneas as reflexões de Francisco Weffort sobre o tema, publicadas na coletânea supracitada, na revista *Civilização Brasileira*, n. 7, e no número especial da revista *Temps Modernes* consagrado ao Brasil (out. 1967).

30. *Revolução na Revolução? e O castrismo, a longa marcha da América Latina* circularam em mais de uma edição clandestina a partir de 1967 no Brasil.

31. Cumprem importante papel a publicação no Brasil da biografia de Trotsky escrita por Isaac Deutscher e uma mais ampla divulgação dos textos de Mao. Em menor medida, mas não sem consequências, está a introdução de Louis Althusser, onde eram indisfarçáveis as simpatias pelo maoísmo. Cf. *Marxismo segundo Althusser*, tradução e notas de Duarte Pacheco Pereira. São Paulo: Sinal Editora, 1967. 104 p.

Durante os anos 1970, desde os momentos mais duros, no começo da década, até as explosões sociais de seu final que vão imprimir um rumo distinto à “abertura” ensaiada tortuosamente a partir de 1974, modificaram-se substancialmente as condições de existência dos intelectuais no Brasil, o que, associado aos condicionantes antes descritos, redefine as relações intelectualidade/partidos, especialmente com os partidos de esquerda³². Talvez a partir de então se possa começar a falar de *intelligentsia*, na medida em que os intelectuais passam a se constituir em um grupo mais articulado de oposição, com maior gravitação social e definições sobre inúmeros temas cujo alcance transcende ao âmbito de suas demandas corporativas e se traduzem em campanhas pela anistia, Constituinte, contra o acordo nuclear etc.³³ Sua atuação não está mais referenciada aos partidos exclusivamente. Ela se expressa nas instâncias propriamente acadêmicas, que passam por uma renovação considerável em relação ao conservadorismo imperante na universidade até 1964. Manifesta-se em organismos próprios dos intelectuais – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), centros e associações docentes e de pesquisa – e em outras esferas da sociedade – sindicatos, imprensa etc.

Outros contingentes vão se abrigar nos partidos institucionais de perfil pluriclassista, como é o PMDB (e seu precedente MDB) e no PDT. Muitos desses grupos originários de esquerda ortodoxa, depois de haverem rompido com os projetos vanguardistas oriundos do paradigma leninista e de terem feito o elogio dos movimentos que irromperam na cena brasileira nos anos 1970, acabaram por descobrir as “virtudes” do Estado como agente de transformação social.

32. Uma análise sobre as transformações pelas quais passa a intelectualidade brasileira está em RODRIGUES, Leôncio Martins. *Ciências Sociais, Universidade e intelectuais no Brasil*, comunicação apresentada no seminário Intelectuais, Universidad y Sociedad, Santiago do Chile, maio 1982. 20 p. (mimeo).

33. Escapa igualmente ao propósito destas notas a análise, seguramente fundamental, dos intelectuais que a partir de 1964 se colocaram ao serviço do regime, intervindo no interior do aparelho de Estado, basicamente. A eles Gramsci dedicou algumas reflexões quando discute, em *Gli intellettuali*, os conceitos de Mosca e Pareto sobre “elite” e “classe política”.

Já o PT, ao mesmo tempo em que exerce uma enorme atração sobre os intelectuais, coloca, para estes, dois tipos de problemas. O primeiro, na medida em que não reivindica uma filiação ideológica (o marxismo, por exemplo), a despeito de considerar-se socialista. O segundo, porque os setores fundamentais em seu surgimento não são os intelectuais, mas as vertentes sindicais e dos movimentos sociais urbanos.

Redefine-se nele o papel tradicional que a teoria (e, portanto, seus “portadores”, os intelectuais) desempenha no partido, redefinição que se torna tanto mais significativa na medida em que o novo lugar destinado ao intelectual coincide com uma profunda crise do pensamento revolucionário que balizou a ação da esquerda no século XX³⁴.

Ao assistir, participando, nos partidos ou fora deles, à formação de novos movimentos sociais que se constituem em sujeitos políticos dotados de importante parcela de autonomia, o intelectual é hoje convidado a exercer sua função precípua que é a *crítica* e assim constituir-se, ele próprio, em sujeito autônomo (e solidário) com os complexos processos de transformação social em curso.

34. A literatura sobre a chamada “crise do marxismo” se faz cada dia mais abundante. De épocas distintas e em direções bastante opostas, podem ser aqui evocados os textos de GLUCKSMANN, Christine Buci. *La crise du marxisme. Politique Aujourd'hui*, maio-jun. 1979; e o recente livro de ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 123 p.

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA¹

Confesso que na discussão deste tema me vejo sempre defrontado com duas dificuldades.

A primeira tem a ver com a expectativa que o objeto *história da esquerda brasileira* sempre suscita. A sua complexidade e o fato mesmo de abranger um período histórico superior a 60 anos nos impõem limitações, que são maiores se levamos em conta o espaço que temos para discuti-las. Assim, longe de esgotar mesmo as questões fundamentais, optei por propor algumas indicações teórico-metodológicas para a construção de uma história da esquerda brasileira, ilustrando aqui e ali com a discussão de alguns temas substantivos.

A segunda dificuldade reside no caráter cada vez mais errático da noção *esquerda*. Em uma recente comunicação² mencionei um divertido

1. Este texto foi apresentado em um programa especial de conferências, *O Pensamento Brasileiro nas Ciências Humanas*, promovido pelo Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Araraquara, realizado entre 1982 e 1984 (N.E.).

2. No V Seminário de Estudos Latino-Americanos, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), em agosto de 1984. Cf. GARCIA, Marco Aurélio, Os Intelectuais e os Partidos de Esquerda. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1985, p. 91-102.

incidente a que talvez muitos tenham assistido. Numa emissão do programa *Canal Livre*, da TV Bandeirantes, em que era entrevistado o escritor José Guilherme Merquior, o filósofo marxista Leandro Konder dirigiu-lhe a seguinte observação, lembrando a frase de um ensaísta francês não marxista: “Toda vez que eu ouço ou vejo alguém negando validade à dicotomia esquerda/direita eu me dou conta de que a pessoa que nega a validade a esta dicotomia nunca é de esquerda”. Merquior, após insistir no fato de que a dicotomia era produto de uma situação histórica ultrapassada, perguntou maldosamente a Konder: “Brejnev é de esquerda?”³.

Konder, um marxista, mas severo crítico do “socialismo realmente existente”, expressou seu desconforto num seco “em termos”.

O episódio pode ser uma boa introdução às dificuldades que se tem hoje com a noção de *esquerda*.

Não é minha intenção realizar uma discussão sobre o significado histórico ou teórico da expressão *esquerda*, o que poderá e deverá ser feito em outra oportunidade. Tomo-a aqui efetivamente enquanto “expressão” de um campo de forças sociais e políticas e de correntes ideológicas heterogêneas que agrupa socialistas, comunistas (e suas dissidências), libertários, crescentemente setores cristãos, e que se inscrevem em uma perspectiva crítica ao capitalismo, ainda que a natureza, os pressupostos e, sobretudo, as consequências práticas dessa crítica difiram em cada caso, oscilando entre a reforma e a revolução, para ficar na dicotomia já clássica. A estas correntes poder-se-ia acrescentar uma “esquerda social” emergente com os novos movimentos sociais surgidos a partir da década de 1970, localizada sobretudo no sindicalismo, mas igualmente em outras esferas da sociedade, e que dificilmente poderia ser reduzida a qualquer um dos paradigmas anteriormente mencionados, ainda que não seja imune à sua influência.

3. O Programa Canal Livre foi ao ar pela TV Bandeirantes a 17/01/1982. Foi transcrito na edição de 24 do mesmo mês do jornal *O Estado de S. Paulo*, p. 6-7.

As outras dificuldades que o tema oferece já fazem parte da própria história da esquerda brasileira. Não é algo que possa ser analisado com absoluta neutralidade, como se se tratasse das guerras do Peloponeso ou da Regência. Involucrando paixões políticas o tema se encontra completamente dominado pelo presente – o que é normal na reflexão histórica –, sendo objeto frequentemente de um processo de superideologização⁴.

Estes *parti pris* têm repercussões historiográficas mais profundas, incidindo, por exemplo, numa série de tentativas de reconstruir a história do movimento operário, subsumindo-a na história da esquerda, como se aquele se explicasse (ou mesmo se reduzisse) nesta. Um exemplo vivo deste procedimento é o último tomo da antologia de documentos sobre o movimento operário no Brasil, de Edgard Carone⁵. Das 311 páginas de texto do livro, 288 são dedicadas à transcrição de documentos de organizações de esquerda, onde inclusive os temas especificamente operários e sindicais estão praticamente ausentes, o mesmo ocorrendo com a introdução do autor, que busca contextualizar a antologia, e onde foi totalmente evacuada, mesmo no nível descritivo, a presença da classe operária e de seus movimentos no período abrangido pelo livro (1964-1984), omitindo-se, para só citar um exemplo, referência às greves de 1968 em Osasco e Contagem, que qualquer história do período resgataria como acontecimento da mais absoluta relevância. É evidente que se poderá dizer que as organizações inventariadas e documentadas reivindicam a perspectiva, quando não a “representação”, da classe operária ou, pelo menos, de seus “interesses históricos”. Não é menos evidente, porém, que a existência concreta desses nexos resta a ser demonstrada.

Cabe, assim, enunciar algumas alternativas, que podem parecer banais, mas que considero indispensáveis para o bom tratamento de nossa problemática.

4. Sobre as “credenciais” exigidas ou não aos historiadores para o tratamento de certos temas históricos, cf. FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978, p. 13 e segs.

5. Cf. CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984. 311 p.

Inicialmente, a reconstituição de uma história da esquerda passa pela necessidade de esboçar o quadro sociopolítico dentro do qual ela se desenvolve. Em segundo lugar, deve-se situá-la nas histórias da classe e do movimento operários, estabelecendo as conexões que mantêm, mas também o que lhes é específico. Em terceiro lugar, compete colocar a história da esquerda como elemento integrante, igualmente, de uma história das ideias sociais e políticas, que tem ela própria sua especificidade. Trata-se, finalmente, de conferir a esta história nacional uma moldura internacional, uma vez que tem sido recorrente nas diversas tendências de esquerda a preocupação com uma filiação internacional, seja quando esta tem expressão orgânica (como a vinculação com a *Comintern* ou com a Internacional Socialista, por exemplo), ou simplesmente uma referência político-ideológica geral. Esta filiação internacional sempre acaba por se impor, mesmo nas chamadas “esquerdas nacionais” (como na Argentina, por exemplo), que buscam construir sua identidade recusando os “modelos alienígenas”, as “tendências europeizantes” ou o “colonialismo cultural”, para mencionar expressões em voga. O internacionalismo aí está presente através de sua negação, o que torna indispensável estudá-lo.

A evolução da historiografia sobre a esquerda é hoje tributária de uma série de contribuições oriundas de outras ciências sociais, importantes sobretudo para não restringir seu objeto ao campo de uma história puramente institucional centrada em congressos, *tournants* políticos na linha etc.

Enfoques de tipo sociológico, privilegiando, por exemplo, a questão da composição social partidária, sobretudo de suas instâncias dirigentes⁶, antropológico⁷ ou no plano da teoria política⁸ têm sido fundamentais, ainda

6. Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os Dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Tomo III, v. 3: Sociedade e política (1939-1964). São Paulo: Difel, 1981, p. 361-443.

7. Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As Bibliotecas Marxistas e as Escolas do Partido. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 9, jun. 1983, p. 35-46. Uma sugestiva linha de estudos vem sendo desenvolvida por CAVALCANTE, Berenice de Oliveira. “O Bom Pai, o Bom Esposo, o Verdadeiro Bolchevique: Considerações sobre o Prestismo”, comunicação apresentada no GT Partidos e Movimentos de Esquerda, 9º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, out. 1985, mimeo. 19 p.

8. Cf. CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 413 p.

que não possam substituir uma abordagem histórica. Esta, liberta dos avatares de uma historiografia institucional (e não raro oficial), pode enriquecer-se explorando domínios específicos como o do estudo dos “grupos dirigentes”⁹, análises monográficas de instâncias como a “célula” dos partidos comunistas¹⁰ ou estudos sobre as relações das esquerdas com os intelectuais¹¹, para só citar alguns novos objetos que hoje se oferecem ao historiador.

Para se ter uma ideia das dificuldades que enfrentamos basta lembrar que, contrariamente à Argentina, Colômbia, México, para não falar da França, Itália ou Grã-Bretanha, não existe até hoje uma história do Partido Comunista do Brasil (ou Brasileiro) digna desse nome, nem mesmo um manual oficial, que se refaça a cada virada política, como passou a ser norma depois da publicação da *História do Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética* sob a inspiração direta de Stalin¹².

9. Cf. AGOSTI, Aldo. Il Mondo della III Internazionale: gli “Stati Maggiori”. In: HOBBSBAWN, Eric J. *Storia del Marxismo*, v. 3, I, Turim: Einaudi, 1980, p. 380-437. [Cf. edição brasileira: AGOSTI, Aldo. O mundo da Terceira Internacional: Os “estados-maiores”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (Org.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. V. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 99-168 (N.E.).]

10. Cf. JENSON, Jane e ROSS, George. *The View from Inside – A French Communist Cell in Crisis*. Berkeley: University of California Press, 1984. 346 p.

11. A bibliografia aqui, como nos itens anteriores, é extensa. Vale a pena citar CAUTE, David. *Les Compagnons de Route, 1917-1968*. Paris: Robert Laffont, 1979. 488 p. No Brasil, cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: Política e Literatura*, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979. 313 p.

12. O PC argentino possui pelo menos duas histórias oficiais: o *Esbozo de Historia del Partido Comunista de Argentina*. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1948. 151 p., verdadeiro monumento historiográfico stalinista, e a versão mais recente de ARÉVALO, Oscar. *El Partido Comunista*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983. 159 p. Na Colômbia, temos pelo menos a obra do COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE COLOMBIA. *Treinta Años de Lucha del Partido Comunista*. Bogotá: Comuneros, 1960. 168 p., e, mais recentemente, MEDINA, Medófilo. *Historia del Partido Comunista de Colombia*. Bogotá: CEIS, 1980. 624 p. No México, podem ser citados MÁRQUEZ, Manuel e RODRIGUEZ, Octavio. *El Partido Comunista Mexicano*. México (DF): Ediciones El Caballito, 1973. 372 p., crítica à orientação do PC no período entre 1919 e 1943. Ver também MARTÍNEZ Verdugo, Arnoldo (Ed.), *Historia del Comunismo en México*. México (DF): Enlace-Grijalbo, 1985. 501 p. Na França, além da oficial *Histoire du Parti Communiste Français (Manuel)*, Paris: Éditions Sociales, 1964. 774 p., podem ser registradas as versões críticas de FAUVET, Jacques (em colaboração com Alain Duhamel). *Histoire du Parti Communiste Français (1920-1976)*. Paris: Fayard, 1977. 621 p., e de ROBRIEUX, Philippe. *Histoire Intérieure du Parti Communiste Français*. 4 v. Paris: Fayard, 1980-1984; com mais de duas mil páginas. Na Itália, registre-se a vasta obra de SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano*. 5 vols. Turim: Einaudi, 1967-1975,

A *Formação do PCB*, de Astrojildo Pereira, escrita basicamente entre 1961 e 1962, fica restrita aos anos 1920, e mesmo sobre esse período deixa inúmeros problemas sem resposta, talvez em razão da tortuosa trajetória do autor dentro do partido, do qual foi expulso no início dos anos 1930 para retornar muito tempos após¹³.

A obra de Eliézer Pacheco¹⁴, que se pretende abrangente, é basicamente um trabalho de compilação de fontes secundárias (ainda assim incompleto), marcado por uma relação absolutamente acrítica com a bibliografia existente, de vez que repete quase todos os chavões que caracterizam boa parte dessa produção. Julgamento semelhante poderia ser feito em relação à *Contribuição* de Werneck Sodré¹⁵, restando o pequeno livro de Segatto¹⁶, que deve escapar ao rigor da crítica por se tratar de um breve texto de introdução destinado seguramente à formação de militantes.

Mesmo recusando reduzir a história das esquerdas brasileiras à trajetória do Partido Comunista, não pode ser desconsiderada a importância que essa organização teve na história social e política do Brasil contemporâneo. Ele se constitui em uma referência permanente.

também com mais de duas mil páginas, considerada por Hobsbawm, em seu *Revolucionários*, como um “trabalho discutível, porém sério e documentado”, e AMENDOLA, Giorgio. *Storia del Partito Comunista Italiano – 1921-1943*, Roma: Riuniti, 1978. 647 p. Para a Grã-Bretanha, pode ser arrolado o trabalho de KLUGMANN, James. *History of the Communist Party of Great Britain: Formation and Early Years*. 2 v. Londres: Lawrence & Wishart, 1968-1969. 754 p.

13. *Formação do PCB (1922-1928) – Notas e documentos*, originalmente publicada pela Editora Vitória, em 1962, com 145 p, foi reeditada mais recentemente na coletânea de PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. 240 p. Sobre a trajetória de Astrojildo e seus percalços com o PCB ver a introdução de Heitor Ferreira Lima na coletânea supramencionada. Ver, igualmente, o nº 1 da revista *Memória & História*, São Paulo, 1981. [Há edição mais recente: PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922-1928. Notas e documentos*. 3ª ed. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira; Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012, 160 p. (N.E.).]

14. PACHECO, Eliézer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984. 235 p.

15. SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984. 119 p.

16. Cf. SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981. 115 p. [Este livro teve reedição: SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. 135 p. (N.E.).]

Na sua origem, em 1922, o PCB se pretende como “superação” de um anarcossindicalismo até então fortemente influente no movimento operário. Bastante discutível, como se verá mais tarde, apesar de repetida à saciedade, esta tese já coloca em evidência a necessidade de analisar a crucial década de 1920 tendo como um dos elementos a existência e desempenho do PCB.

Da mesma forma, e mais recentemente, quando forem estudadas as profundas modificações por que passam as esquerdas brasileiras nos anos que seguem ao golpe de Estado de 1964, a menção ao PCB se fará igualmente imperiosa. Isto porque uma boa parte das novas organizações de esquerda dos anos 1960 constitui-se de desprendimentos do “*Partidão*” e, mesmo aquelas que não surgem como frações deste, têm nele e em suas concepções políticas e organizativas uma referência permanente. Como argumento suplementar vale lembrar o fato de que muitos dos dissidentes dos anos 1960, sobretudo aqueles agrupados na ALN, acabaram por voltar às fileiras do PCB, o que coloca interrogações sobre a exata natureza da ruptura de 1967. Mesmo nos anos 1930, quando o peso dos grupos trotskistas era significativo no movimento operário e em suas correntes socialistas, o papel do PCB ganha importância, pelo seu peso específico e porque as oposições de esquerda constroem sua identidade por oposição a ele.

É somente na segunda metade dos anos 1970, quando o conjunto das esquerdas brasileiras vivia talvez sua mais grave crise – consequência da brutal repressão que sobre elas desabou e de seus próprios impasses políticos –, situação essa sobredeterminada pela crise dos modelos revolucionários internacionais, que emerge outro tipo de esquerda (que aqui se chamou precariamente de “*social*”), condicionando novas aproximações historiográficas.

O surgimento dessa nova corrente, ancorada em muitos movimentos sociais e que foi decisiva na formação do Partido dos Trabalhadores,

ainda que não se esgotando nele, é um momento significativo da crise daquela esquerda que tem no PCB (ou em suas expressões políticas, ideológicas e organizativas de contestação) seu principal parâmetro.

Com tal hipótese não se quer afirmar que os anos 1970 constituem um momento de ruptura absoluta na história da esquerda. Configura-se neste período um processo no qual os indiscutíveis elementos de descontinuidade, consequência das transformações por que passa a sociedade brasileira no pós-1964, não eliminam na “nova esquerda” sobrevivências de maior ou menor significação.

Esta não rompe totalmente com sua herança, como o indicam a persistência em suas concepções de um forte componente estatista, o fascínio que sobre ela ainda exercem inúmeros aspectos do socialismo “realmente existente”, a atração pela “eficácia bolchevista” dos modelos de organização partidária ou a reivindicação quase positivista de uma “teoria científica todo-poderosa” (*Lênin*) necessária para nortear a prática política. A lista não é evidentemente exaustiva.

A despeito disso, e sendo esse um processo ainda em curso, há elementos para que se possa considerar o período como o de uma ruptura com a tradição instaurada pela revolução de 1917, desenvolvida pela Terceira Internacional e que persistiu a despeito da dissolução desta em 1943.

Para os efeitos de uma análise histórica mais abrangente da esquerda brasileira, no entanto, a referência central ao PCB se torna absolutamente indispensável.

Comparado com outros casos nacionais, o exemplo brasileiro é revelador a esse respeito. Uma história das esquerdas na França, Itália e Espanha deverá contemplar simetricamente o desenvolvimento dos PCs e da socialdemocracia, reservando-se um espaço relevante para as correntes libertárias, sobretudo no caso espanhol, onde elas guardam importância até o fim da guerra civil.

As relações socialistas-comunistas são um referencial central para França e Itália, sobretudo porque em ambos os casos os PCs se constituem como cisões da social-democracia, motivadas pela crise desta durante a guerra de 1914-1918 e pela vitória dos bolchevistas na Rússia.

A mesma situação, ainda que o processo seja mais complexo, é a da Alemanha, dominada, pelo menos até 1933, pelo contencioso socialista-comunista. É claro que idêntico procedimento historiográfico não poderia ser adotado em relação à Grã-Bretanha, onde o cenário privilegiado de análise da esquerda será evidentemente o *Labour Party*, ficando o PC Inglês num segundo plano, a despeito da plêiade de intelectuais que abrigou em suas magras fileiras.

Da mesma forma, na América Latina, ou, pelo menos, nos países em que os partidos comunistas se formaram nos primeiros anos da década de 1920, a análise não pode prescindir do fenômeno socialista. Os partidos comunistas da Argentina e do Uruguai são cisões (minoritária no caso argentino e majoritária no uruguaio) de partidos socialistas que mantinham relações com a Segunda Internacional. Em ambos os casos é de ser registrada igualmente uma forte presença libertária no movimento operário. O Partido Comunista do Chile reivindica-se como herdeiro direto do Partido Operário Socialista Chileno, de perfil mais próximo ao sindicalismo revolucionário. Mas, a partir dos anos 1930 a história das esquerdas chilenas terá de levar necessariamente em consideração também um expressivo Partido Socialista, herdeiro direto da experiência da República Socialista de Marmaduke Grove. O caso mexicano é mais complexo, pois, ao lado dos antecedentes socialistas e anarquistas, a história das esquerdas, e do PC Mexicano em particular, tem de levar em conta a influência direta sobre ele exercida por fatores “externos”, como a presença de inúmeros enviados da Internacional Comunista ou de figuras da esquerda norte-americana¹⁷.

17. MÁRQUEZ, M. e RODRIGUEZ, O. *Op. cit.* Ver também ROY, M. N. Michel Borodine en Amérique. In: FREYMOND, Jacques (Org.). *Contributions à l'Histoire du Comintern*. Genebra: Droz, 1965, p. 97-120.

O que há de comum em todos os exemplos anteriormente alinhados – europeus ou latino-americanos – é o fato de que a historiografia “oficial” (isto é, elaborada pelos próprios PCs) ou aquela que sofre sua influência caracteriza a constituição dos partidos comunistas como “superção histórica” das correntes de cujo interior saíram.

Esta superação é apresentada como *necessária e objetivamente determinada*. Ilustra-a no caso brasileiro o “fracasso” das correntes libertárias nos movimentos de 1917, em São Paulo, e de 1918, no Rio de Janeiro, onde a estratégia de greve geral insurrecional teria mostrado seus limites.

A historiografia de inspiração comunista acaba por explicar a transição do movimento operário que desembocaria na formação do PCB em 1922 como resultado de uma acelerada assincronia entre “condições objetivas”, favoráveis a partir de 1917, e “condições subjetivas”, que teriam permanecido estacionárias. É indicativa a afirmação de que o

nível atingido pela classe operária, no Brasil, impunha, como necessidade histórica, o aparecimento de organização nova, capaz de coordenar os movimentos, unir os grupos e, principalmente, definir, defender e praticar uma política – de se constituir, conseqüentemente, em vanguarda consciente do proletariado brasileiro¹⁸.

Não faltarão, evidentemente, “explicações” para o fato de que as virtualidades da nova vanguarda não se tenham expressado nos anos que se seguiram à sua formação e que, até pelo menos a metade da década seguinte, o PCB permanecesse um partido de pequena gravitação.

Nas teorias sobre a “superção” do anarcossindicalismo pelo PCB estão presentes igualmente dois outros tipos de argumentos. O primeiro deles constrói sua crítica às posições libertárias a partir da separação radical e hierarquizada entre as práticas de resistência (econômicas e sindi-

18. Cf. SODRÉ, N. W. *Op. cit.*, p. 43.

cais) e a ação propriamente “política” (que é invariavelmente identificada com a do partido).

A ação libertária é criticada sindicalmente por seu “*espontaneísmo*” de “efeito particularmente desorganizador” e o fato de que ela não coloca o problema da constituição de um partido é encarado como “óbvia consequência da recusa da instância política”¹⁹.

O segundo argumento para configurar a crise do anarcossindicalismo tem uma conotação mais “estrutural”. A decadência das posições em questão seria consequência mesma da industrialização, que diminuiria o peso relativo do artesanato, suporte material dos libertários. Estes não passariam de expressões do radicalismo de pequenos proprietários. O fenômeno sindicalista-revolucionário (designação talvez mais adequada para o “anarquismo” brasileiro, como sugere Michael Hall) seria “estruturalmente” incompatível com a emergência da grande indústria. A fragilidade do argumento, que pode ser desmontado a partir do exame do próprio caso brasileiro, é tanto mais visível se se leva em conta que correntes semelhantes se desenvolveram também no quadro da grande indústria, como o demonstram os IWW, nos Estados Unidos, e a CNT, na Espanha²⁰.

É evidente que não se está querendo aqui desconhecer os impasses que o anarcossindicalismo vivia na conjuntura (e que se aprofundaram nos anos seguintes); menos ainda busca-se opor doutrinariamente espontaneidade à organização.

Reconhecendo a crise do movimento operário no período, trata-se de construir mecanismos de sua explicação e, ao mesmo tempo, consta-

19. Tese abraçada por um historiador competente e advertido como Boris Fausto em seu *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976, p. 247.

20. IWW é a sigla para *Industrial Workers of the World* – Trabalhadores Industriais do Mundo, entidade sindical internacional que foi fundada em 1905 em Chicago, nos Estados Unidos. Sua orientação política identificava-se com o chamado sindicalismo revolucionário. Já a CNT (sigla de Confederación Nacional del Trabajo – Confederação Nacional do Trabalho) é uma entidade sindical da Espanha que se reivindica como anarcossindicalista e que foi fundada em 1910 em Barcelona. Ambos continuam atuantes até nossos dias (N.E.).

tar que ela afeta não só as correntes libertárias como também aqueles que buscam encarnar uma nova alternativa, no recém-formado PCB.

Não se trata de um conflito (e superação) entre posições “pré-políticas” e “políticas”, a menos que se queira esvaziar as práticas de resistência e de ação direta de qualquer caráter político, reduzindo a política à esfera institucional, à representação e, logo, à ação partidária. O conflito é, pois, entre duas (ou mais) *políticas* que se desdobram, no terreno institucional, mas, igualmente, no plano social.

No quadro empírico do movimento operário brasileiro, a fundação do PCB não representa um acontecimento de significação real imediata. Tem obviamente força simbólica, sendo compreensível sua evolução como fonte legitimadora dos dirigentes atuais, sobretudo se levarmos em conta as vicissitudes que marcaram a trajetória dessa organização com mais de 64 anos de existência, quase 60 na clandestinidade²¹.

Tampouco pode ser atribuído à formação do PCB um impacto teórico particular. Sua constituição não vem acompanhada de uma contribuição para a análise da realidade brasileira, tema absolutamente ausente da ordem do dia do congresso da Fundação²².

O crescimento orgânico do partido é lento e sua implantação na classe operária sumamente problemática, pelo menos até 1930. Não se lhe podem creditar formulações particularmente originais em relação à sociedade brasileira e às necessidades de revolucioná-la. As crises que o afetam (no imediato pós-1930 e depois do fracasso da insurreição de 1935) acabam por comprometer seriamente a continuidade política e organizacional do PCB. É de se perguntar se ao partido brasileiro não se poderia atribuir o mesmo julgamento que Philippe Robrieux faz sobre o PCF, quando afirma que de “1920 até nossos dias não houve um Partido Comunista Francês, mas vários”²³.

21. Atente-se para o fato de que este texto foi publicado em 1986 (N.E.).

22. Cf. PEREIRA, A. *Op. cit.*, 1979, p. 71 e segs.

23. Cf. ROBRIEUX, Philippe, *Op. cit.* V. 1, p. 9.

A aceitação da tese de uma história da esquerda – e do Partido Comunista, em particular – feita à base de rupturas implica uma revisão de uma historiografia que busca na continuidade histórica no passado fonte de legitimidade para a instituição no presente. É claro que existem formas de escamotear a prevalência das rupturas sobre a continuidade na trajetória da organização. Mesmo quando os sinais de descontinuidade são evidentes – resultantes da repressão aguda ou da autofagia partidária –, afetando a composição das bases e do grupo dirigente, ou quando decorrem de bruscos *tournants* políticos, a tendência da historiografia oficial é de buscar homogeneizar “dialeticamente” a trajetória partidária. Para tanto se invocam dois (quando não três) tipos de referências.

A primeira delas é de natureza social. Sendo o PC o partido da classe operária e estando garantida a continuidade desta, assegura-se *ipso facto* a continuidade daquele.

A segunda referência diz respeito ao suporte teórico e/ou ideológico do partido, isto é, o marxismo ou o marxismo-leninismo. O fato de se considerar portador de uma teoria científica da história e da sociedade, que lhe confere, de quebra, uma capacidade prospectiva, faz com que se estabeleça uma relação simétrica marxismo-partido, análoga à relação partido-classe operária.

O terceiro elemento de referência seria de ordem internacional, e hoje mais problemático, uma vez que após as experiências da Comintern e do Cominform²⁴, os partidos comunistas foram pouco a pouco assumindo o “policentrismo” (Togliatti). Assim mesmo, e com todas as dificuldades que hoje se colocam para assumir o “internacionalismo proletário” como no passado, os PCs sempre têm a invocar, na ênfase dada

24. Fundado em reunião realizada de 22 a 27/09/1947, em Szklarska Poreba, na Polônia, com delegados de nove partidos comunistas (soviético, iugoslavo, búlgaro, romeno, húngaro, polonês, tchecoslovaco, francês e italiano), o Birô de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Cominform, do acrônimo em russo) pretendia resgatar as ligações institucionais entre os partidos comunistas do mundo inteiro, suspensas desde a dissolução da Internacional Comunista em 1943. De curta existência, acabou dissolvida em abril de 1956, no decorrer do chamado processo de desestalinização (N.E.).

aos elementos de continuidade em sua trajetória, o fato de pertencerem a um movimento comunista internacional, cujos acertos e erros passam a ser incorporados como elementos para a construção de sua identidade.

O exame de algumas conjunturas da vida do PCB pode ajudar a pensar melhor esta questão.

Em 1930, na esteira das orientações do VI Congresso da Internacional Comunista (1928), o Secretariado Sul-Americano da IC critica duramente a orientação de sua “seção brasileira”, o PCB. Desde 1928 a política do partido de formação do Bloco Operário Camponês estava na mira da Internacional. Os acontecimentos de 1930 no Brasil colocavam sérios desafios para a organização, que se via contestada por uma oposição de esquerda em formação (conectada com as correntes trotskistas mundiais) e por Luiz Carlos Prestes e seus projetos de uma Liga de Ação Revolucionária (LAR). Tudo isso, somado à repressão que o governo da Aliança Liberal desencadeará sobre o PCB e às repercussões locais das orientações da IC, faz com que o partido mergulhe em uma profunda crise. Crise política, resultante do esquerdismo das orientações da IC, que defende a formação imediata de soviets e transforma aqueles que se encontram mais próximos do PC (Prestes ou Maurício de Lacerda, por exemplo) em seus inimigos mais acérrimos, como ilustram as diatribes “contra o prestismo”, um dos *leitmotifs* da literatura comunista nos primeiros anos da década de 1930. Mas crise orgânica também, resultante do desconcerto que o *tournant* político provoca, somado ao anti-intelectualismo e obreirismo subjacentes à política de “proletarização”. As consequências são conhecidas. A expulsão de Astrojildo Pereira, fundador do partido e por quase oito anos seu secretário-geral, as sucessivas autocriticas de Octavio Brandão, a renovação de todo o Comitê Central, a sucessão de vários secretários-gerais “operários”, ou supostamente tais. Pelas inflexões de sua política e metamorfoses orgânicas por que passa entre 1930 e 1934-1935, seria difícil estabelecer efetivamente uma linha

de continuidade entre os dois partidos que se encontram na extremidade desses cinco anos, a menos que se aceite a *boutade* (Lucien Goldmann) da faca de Janot que trocava o cabo e depois a lâmina, mas permanecia sempre a mesma...

“*Pour la petite histoire*”, ilustrando a tese da descontinuidade, lembre-se que o arqui-inimigo dos primeiros anos da década, L. C. Prestes, é imposto ao PCB pela Internacional²⁵ em fins de 1934 e no primeiro semestre de 1935 já se encontra clandestino no Brasil exercendo *de facto* a direção do partido. Da mesma forma, Antônio Maciel Bonfim (o “Miranda”), secretário-geral do PCB no momento da insurreição de 1935, transformado depois e, sobretudo na literatura recente, em bode expiatório do fracasso da “Intentona”, havia tido seu ingresso no partido recusado pouco tempo antes.

Um exame do período que vai entre os fracassados levantes de 1935 e a “reorganização” partidária na Conferência da Mantiqueira (1943), acontecimento fundamental para a compreensão do PCB pelo menos até 1964, ou mesmo após, mostrará igualmente que o processo de desagregação política e orgânica por que passa a organização nesses oito anos é de tal natureza que os elementos de continuidade a serem resgatados ficam circunscritos aos três elementos antes mencionados: a suposta representação da classe operária, a relação com o marxismo-leninismo e a pertinência ao movimento comunista mundial.

Ao historiador caberá, evidentemente, determinar não só os elementos de continuidade/descontinuidade como investigar as causas de uma e outra. Nos processos de ruptura na trajetória do partido brasileiro parecem ser evidentes fatores como a repressão estatal, as bruscas modificações da política da Internacional e outros elementos, todos eles a serem

25. O episódio de ingresso de Prestes no PCB via Internacional Comunista é confirmado por ele próprio em MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 56, tendo sido mais explicitado em sua entrevista a Augusto Nunes da Silva e Paulo Sérgio Pinheiro, na TV Gazeta, em São Paulo.

examinados na medida de sua incidência para a configuração de tal ou qual processo. É evidente que o mesmo método deverá ser aplicado a uma história das esquerdas no Brasil e a objetos, como *trotskismo*, onde a descontinuidade político-organizativa é mais pronunciada, apesar de encoberta por uma suposta continuidade doutrinária.

A invocação da conjuntura de 1935 permite retornar à discussão historiográfica inicialmente proposta. Como explicar um acontecimento da complexidade dos levantes de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, até bem pouco tempo encobertos pelas falsificações do discurso oficial, reiterado *ad nauseam* nas ordens do dia militares das comemorações dos 27 de novembro, ou pelo silêncio constrangido do PCB e de seus protagonistas?

Não é este o momento nem haveria aqui o espaço para propor uma explicação alternativa ao discurso oficial (e sua contrafação). O trabalho nessa direção vê-se hoje facilitado por uma série de obras publicadas nestes últimos anos²⁶, por uma ampliação da pesquisa de fontes documentais até agora pouco disponíveis²⁷ e por depoimentos de participantes dos acontecimentos²⁸. Ele supõe, no entanto, critérios historiográficos que, além de evitar os avatares das histórias institucionais de vencedores e vencidos, superam o plano da pura reconstituição empírica (necessária, sem dúvida) ou dos reducionismos de todo tipo – sociologista ou poli-

26. Dentre as mais recentes cabe destacar DULLES, John W. Foster. *O Comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 366 p.; TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: Meio Século Depois*. Petrópolis: Vozes, 1985, 182 p.; e MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, 314 p.

27. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Insurreição Militar de 1935: Tenentismo no Comintern*, comunicação apresentada ao 9º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS – Águas de São Pedro, 1985, mimeo. 73 p. [Esta comunicação foi origem de publicação posterior: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. 379 p. (N.E.).]

28. Além do já citado depoimento de Prestes a Moraes e Viana, cf. OLIVEIRA Filho, Moacyr de. Pra-xedes, *Um Operário no Poder. A Insurreição de 1935 Vista por Dentro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. 124 p.; REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. 2 v. São Paulo: Novos Rumos, 1985; 1987. 310 p.; e DIAS, Giocondo. *Os Objetivos dos Comunistas: Artigos, entrevista e um depoimento político*. São Paulo: Novos Rumos, 1983. 164 p.

ticista – que encaminham sucessivamente a explicações do tipo “caráter pequeno-burguês do tenentismo que se infiltrou no partido” ou da “mão de Moscou”.

Admitir a complexidade dos levantes de 1935 não pode ser apenas uma retórica declaração de intenções do pesquisador. Supõe, antes, certa perplexidade diante dos acontecimentos que aparecem “determinados” por “fatores” tão distintos como: a crise do tenentismo no pós-1930; os conflitos regionais das oligarquias frente à centralização que o governo Vargas começa a operar; a degradação das condições de vida das classes subalternas, sobretudo no Nordeste; a emergência de um novo movimento operário em um momento de redefinição de suas condições institucionais de existência; a já aludida recomposição do Partido Comunista; sua contestação não só por uma agressiva direita de corte fascizante como por uma oposição de esquerda cuja gravitação operária não é desprezível. A estes elementos todos haveria que agregar, evidentemente, o papel desempenhado pela Internacional Comunista, pelo grupo que ela envia ao Brasil e, em particular, pela legendária figura de Prestes.

A questão da “conexão internacional” do levante de 1935 é emblemática das dificuldades enfrentadas pela historiografia do comunismo no Brasil. A história oficial reduz a “Intentona” à “mão de Moscou”, que teria instrumentalizado “maus brasileiros”. A tese, obviamente, é negada pelo PCB, que vê em 1935 um movimento nacional (“equivocado”) antifascista, mas é, de certa forma, confirmada pela historiografia trotskista quanto detecta nas rebeliões o fracasso da orientação stalinista da Comintern. As três versões deixam os acontecimentos na obscuridade.

Aceitos, como parece indiscutível, a influência da Internacional sobre sua “secção” brasileira (isto é, o PCB) e o papel desempenhado por Prestes nas dissidências militares, resta a explicar uma série de acontecimentos que não se podem reduzir a esses dois fatores, como a constituição do governo revolucionário de Natal, a relativa repercussão popular

do levante do Recife ou a ausência desta do Rio de Janeiro, onde o partido dispunha de bases sindicais, no entanto.

Tudo se passa como se estivéssemos diante de uma multiplicidade de movimentos assíncronicos que se cruzam: a radicalização de setores das camadas médias expressas através da ANL, ainda que não necessariamente aderindo à perspectiva insurrecional; a derradeira manifestação da crise militar dos anos 1920, o que leva Paulo Sérgio Pinheiro a qualificar 1935 como o “último levante tenentista”²⁹; os conflitos políticos no Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte, traduzindo as forças centrífugas que revelam a resistência de grupos regionais ao novo sistema político implantado em 1930; a própria política da Internacional Comunista, que, apesar da orientação frente populista, deixava espaço para as “sobrevivências” insurrecionais do período anterior, sobretudo nas áreas periféricas do mundo.

Não se trata de evitar os reducionismos antes denunciados pela simples superposição de “determinações”. Ao contrário, a complexidade do episódio de 1935 só poderá ser pensada na medida em que essas histórias se articulem, permitindo estabelecer os nexos, alguns aparentemente absurdos, existentes entre elas. A partir de tal articulação torna-se possível compreender a exata incidência do grupo de “emissários” da IC, o papel da direção local do partido e mesmo do peso efetivo que possa ter tido uma personalidade como a de Luiz Carlos Prestes. Abre-se a possibilidade de pensar a relação entre acontecimentos de difícil compatibilização como os jogos políticos da Internacional decididos nos rarefeitos ambientes do Lux Hotel³⁰, em Moscou, e a efêmera ação do soviete de Natal.

O mesmo procedimento metodológico permitirá enfrentar a conjuntura 1944-1946, onde os historiadores e analistas políticos se defron-

29. Cf. PINHEIRO, P. S. *Op. cit.*

30. Referência ao local onde ficavam hospedados os militantes comunistas estrangeiros em Moscou e que, por isso, era considerado uma espécie de quartel-general da Internacional Comunista, embora não fosse a sua sede, situada em outro local em Moscou (N.E.).

tam com problemas semelhantes àqueles que encontram na análise de 1935, oscilando entre o privilegiamento de fatores exógenos ou endógenos para explicar os rumos seguidos pela política do PCB.

A construção de novos parâmetros de análise da história da esquerda impõe ao analista o recurso a uma história do socialismo e do comunismo em escala internacional, aprofundando o funcionamento de suas instituições em outros países e circunstâncias.

A avaliação da natureza da relação PCB-Internacional, da eficácia e incidência dos “enviados” da Comintern em 1935, por exemplo, pode ser enriquecida pelo estudo de experiências semelhantes em outros países da América Latina ou na China e até mesmo nos países da Europa. Esse estudo comparativo tornará mais visíveis práticas organizativas (incluindo procedimentos conspirativos), iniciativas políticas análogas, lançando novas luzes sobre aspectos aparentemente enigmáticos de uma determinada orientação “nacional”.

Uma última e fundamental questão diz respeito à base social das organizações de esquerda, especialmente suas relações com a classe e o movimento operários.

A importância dessa questão para pensar a continuidade e as rupturas na história da esquerda, e do PCB em particular, reside no fato de este reivindicar a representação da classe operária, independentemente de que essa relação possa ser empiricamente verificável. O ardil aqui é bem conhecido. O Partido representa a classe por defender os “interesses históricos” desta, e o faz por estar munido da ciência que expressa o caráter universal do proletariado – o marxismo.

É claro que isso não tira a importância da questão da relação realmente existente entre o Partido e a classe. Quando essa não se dá, ou se dá de forma inadequada, sempre se invocarão fatores que impeçam a materialização do nexos. Além da repressão, são costumeiramente citados a “infiltração” do Partido por elementos da pequena burguesia, o que

desfigura seu conteúdo proletário, ou o “insuficiente desenvolvimento teórico”, que impede a justa expressão dos “interesses históricos”. Essa expressão inadequada pode ocorrer, igualmente, quando o partido, possuindo uma “linha justa”, revela-se incapaz de bem aplicá-la.

Por trás dessas fórmulas, que poderão parecer caricaturais, mas que afloram recorrentemente na literatura comunista brasileira, está a questão crucial de que as organizações de esquerda no Brasil, não tendo nascido como expressão significativa do movimento operário, mantiveram com este relações caracterizadas pela exterioridade e intermitência. E isto tem muito a ver com as rupturas que se podem detectar em sua trajetória.

Sobre os anos 1920 parece haver consenso de que o Partido Comunista, além de suas reduzidas dimensões, mantinha laços problemáticos com o movimento operário. A modificação desta situação nos anos 1930 não chega a fazer do PCB um partido operário, em sua composição, e uma das principais (auto)recriminações ao movimento de 1935 é justamente a ausência de participação proletária.

Com o fim da guerra e do Estado Novo o Partido parece ter finalmente conseguido sua “implantação” na classe operária, como estão a indicar seus êxitos no plano sindical e suas *performances* eleitorais, particularmente significativas nas áreas proletárias.

O momento é fugaz, no entanto, e a situação se reverte bruscamente com a ilegalização do PCB e a cassação dos mandatos dos parlamentares, que se processam em 1947-1948. Posto na ilegalidade, o Partido vê suas posições refluírem drasticamente na estrutura sindical corporativa, e as tentativas de construção de um sindicalismo paralelo “classista” redundam em fracasso completo³¹.

A relação concreta com a classe se interrompe e só começa a ser revertida, e mesmo assim de forma ambígua, a partir de 1951-1952, com a posse de Getúlio Vargas e a indicação de João Goulart para seu Minis-

31. Cf. MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. 124 p.

tério do Trabalho, quando começam a se levantar as restrições à presença dos comunistas no movimento sindical corporativo. A aliança PCB-PTB se via, no entanto, entorpecida pela orientação mais geral do Partido, que, sobretudo a partir do manifesto de agosto de 1950, passa a definir o governo Vargas como de “traição nacional”. Ainda que impactado pelos acontecimentos de agosto de 1954 e tendo feito uma correção de rumo nas eleições presidenciais de 1955, quando decide apoiar Juscelino e Jango, a verdadeira autocrítica do PCB só se fará em março de 1958, onde se perfila a orientação que seguirá até 1964, pelo menos, de luta por um governo nacionalista e democrático, capaz de fazer as “reformas de base” e apoiado por uma frente composta do proletariado, do campesinato, da pequena burguesia e da burguesia nacional.

O período tem sido muitas vezes apontado como de restabelecimento das relações do Partido com a classe operária, especialmente entre 1962 e 1964, quando se dá a constituição do Comando Geral dos Trabalhadores, onde a presença do PCB é claramente hegemônica.

O que é interessante observar, no entanto, é que, por trás das flutuações sumariamente mencionadas nas relações PCB-classe operária e que revelam aproximações ou crises, há alguns elementos inalterados na política do Partido e no lugar que ele atribui à classe operária no processo político brasileiro.

A despeito da orientação “de direita” – em 1944-1946 ou 1958-1964 – ou “de esquerda” – 1948 a 1954, sobretudo – o lugar da classe operária no discurso e na prática do PCB (e da esquerda, em certo sentido) permanece invariável.

Estrategicamente, resgatando a semântica da esquerda, a classe aparece como incapaz de se constituir como sujeito autônomo do “processo revolucionário” e nisso não difere o Partido Comunista das demais organizações de esquerda, de vez que todas se referenciam explícita ou implicitamente ao paradigma leninista de organização expresso no *Que fazer?*

Taticamente, e aqui se está referindo sobretudo ao PCB, a classe operária aparece subsumida no “bloco de quatro classes”³², que prolonga e desenvolve a orientação frente populista da Comintern, ganha novas cores, após a vitória da revolução chinesa³³ e persiste no “revisionismo” dos anos 1960. No período que vai do fim do Estado Novo até o golpe militar de 1964, o PCB não foi capaz de levantar centralmente (salvo nos desvios esquerdistas de fins dos anos 1940 e, assim mesmo, em contradição com a tática global) a questão da liberdade e da autonomia sindical, isto é, da ruptura com o modelo corporativo da Consolidação das Leis do Trabalho. Predominou, antes, a linha de unidade sindical com o PTB na perspectiva de fazer do movimento operário a ponta de lança do bloco nacionalista e reformista, o que é a expressão concreta dessa diluição.

O PCB foi capaz de construir uma base na burocracia sindical, que lhe permitiu ter a ilusão de uma sustentação operária, e utilizar a classe como espantalho para a burguesia no caso de esta sucumbir às tentações do golpe de Estado, particularmente fortes a partir de 1961. Mas, na realidade, a arma da greve geral contra o golpe ocupava um lugar auxiliar na estratégia pecebista, cabendo o papel principal ao “dispositivo militar” nacionalista, uma espécie de incrustação da frente reformista e democrática no interior do aparelho de Estado.

O golpe de 1964 marca um ponto de inflexão na história da esquerda brasileira, especialmente no capítulo de suas relações com a classe operária.

Num primeiro momento tudo se passa como uma “derrota do reformismo” e de suas “ilusões de classe”, o que cria na esquerda brasileira uma dinâmica favorável ao surgimento e/ou reforçamento de posições

32. São elas a operária, a camponesa, a pequena burguesia e a burguesia nacional (N.E.).

33. Cf. GARCIA, Marco Aurélio. Le Parti Communiste Chilien et les Alliances de Classes. *Critiques de l'Économie Politique*. Paris, n. 27, abr.-jun. 1977, p. 41-61. Ver também LONER, Beatriz Ana. *O PCB e a Linha do “Manifesto de Agosto”: Um Estudo*. Campinas, 1985. Mimeo. (Dissertação, Departamento de História do IFCH da UNICAMP). 206 p.

revolucionárias. Esta tendência se vê beneficiada até o fim da década por vários fatores internacionais: a gravitação da revolução cubana na América Latina, ensejando uma ruptura de grande profundidade na esquerda do continente; a guerra do Vietnã, as explosões estudantis e operárias na Europa, com as correspondentes emergências ou renascimentos de doutrinas revolucionárias, dentre elas o trotskismo e certas vertentes libertárias; a Revolução Cultural na China (ou as leituras dela no Ocidente); e a própria crise do “socialismo real”, que tem na invasão da Checoslováquia um episódio emblemático.

A nova esquerda revive em sua vertente clássica o dualismo condições objetivas/ condições subjetivas, considerando que estão reunidas as primeiras para que se faça a revolução, faltando apenas as segundas, isto é, o partido ou a vanguarda, em sentido mais genérico. Produz-se uma particular articulação de determinismo econômico e voluntarismo político, de vez que a “maturidade” das condições objetivas se estabelece a partir de uma posição catastrofista que diagnostica a inviabilidade do capitalismo, especialmente em sua versão “dependente”, como a latino-americana. Nisso coincidem o *castrismo* (nas formulações de Guevara ou de Debray), os *trotskistas* (revivendo as clássicas análises sobre a impossibilidade de crescimento das forças produtivas) e mesmo os *maoístas* (retomando as teses catastrofistas da Internacional Comunista).

No plano da ação – expresso no voluntarismo político – há, igualmente, pontos em comum, apesar dos referenciais polemicamente distintos de cada proposta. Em todos os casos trata-se de sacudir os sujeitos da revolução de seu “torpor”, sejam eles a classe operária, o campesinato ou genericamente “as massas”. O voluntarismo se traduz igualmente pelo lugar subalterno atribuído à teoria revolucionária, de vez que mais do que a “arma da crítica” é fundamental exercer a “crítica das armas”, apelo que acaba por arrastar quase toda a nova esquerda, mesmo aquela que se movia dentro dos parâmetros mais clássicos obreiristas. A prática revolu-

cionária, em sua acepção de ação exemplar, é que finalmente varrerá do interior das classes (potencialmente) revolucionárias os elementos que impedem que essa potência se transforme em ato, a saber, os “revisionistas” (como querem os maoistas), os “stalinistas” (como afirmam os trotskistas) ou simplesmente os “reformistas” (segundo os guevaristas).

A atitude do PCB, ou do que resta dele após a enorme sangria que sofre entre 1964 e 1969, ao fazer sua autocrítica “pela direita” e reforçando a necessidade da “frente democrática” na qual se dilui mais ainda a classe operária, acaba por reforçar a radicalização da nova esquerda. Não lhe sobra sequer a possibilidade de beneficiar-se da derrota dos grupos revolucionários que se consuma no limiar dos anos 1970, de vez que ele próprio acaba por sofrer o forte impacto da repressão, que compromete sua existência física no país nos primeiros anos da década de 1970.

O paradoxal de tudo isso é que desta dupla derrota de “reformistas” e “revolucionários”, que tem, como pano de fundo, a derrota maior das classes trabalhadoras no pós-1964, vão surgir as condições para a emergência não só de uma nova corrente de esquerda no Brasil, como, e principalmente, de uma nova problemática para a esquerda.

A prudência inicial em diagnosticar este fenômeno, evitando apresentá-lo como ruptura radical e irreversível na trajetória da esquerda, deve ser agora explicitada. Não só por se tratar de acontecimento recente que aconselha uma cautela teórica ausente nas análises *à chaud*, como pelo fato de configurar uma tendência ainda restrita a segmentos (importantes, por certo, mas localizados) da sociedade brasileira e também por estar atravessado por vetores que tendem a infirmá-lo.

Explicitando, em forma resumida. O que originária e precariamente se denominou de “esquerda social” no início destas notas engloba as tendências anticapitalistas surgidas nos movimentos sociais – especialmente em segmentos do movimento operário e sindical – que se constituíram através de um processo de autoconstrução de sua identidade,

na maioria das vezes à margem das grandes polêmicas que marcaram a esquerda brasileira e internacional.

Autoconstrução que, no caso do movimento operário, se dá no processo de enfrentamento de duas ordens de questões: a luta contra a dominação do capital em suas manifestações particulares no nível da fábrica (particularmente aguçada nos anos 1970 como decorrência dos rumos seguidos pela acumulação capitalista no Brasil) e a definição de um canal específico de intervenção na esfera institucional (no caso, o sindicato) que tem para os dirigentes “autênticos”, como se convencionou chamá-los desde então, uma função heurística. Dito de outra forma: a experiência dos limites da instituição sindicato (com as características específicas do modelo corporativo brasileiro) acaba por dar aos militantes do novo sindicalismo a chave do sistema social e político em que vivem e sobre o qual decidem operar para subvertê-lo. Este *tournant*, para muitos inesperado, frustra a expectativa de boa parte da moderna burguesia brasileira (inclusive de alguns políticos) de que o movimento nascido em São Bernardo e pouco a pouco difundido em outras regiões viesse a se transformar em um sindicalismo de negociação *à la americana*, servindo de suporte, inclusive (ainda que a avaliação fosse absurda), para o nascimento de uma social-democracia cabocla.

A massividade crescente do fenômeno, sua capacidade de resistência às adversidades de um período recessivo no início dos anos 1980, sua expansão e generalização e torno da proposta da CUT e as credenciais político-partidárias que o projeto PT (com todas suas debilidades) acaba por dar-lhe, modificam o quadro da esquerda no país.

Os setores tradicionais, representados não só pelo PCB como pelo MR-8 ou pelo PCdoB, espécie de sobrevivências arqueológicas das esquerdas pré-1964, convivem dificilmente com um projeto que enfatiza a autonomia operária, valoriza a luta fabril e transforma o socialismo em algo a ser construído no fazer-se da classe e não deduzido a partir de uma ciência

da história prévia ao movimento. Convivem pior ainda com as consequências políticas contingentes da noção de autonomia operária e popular, qual seja, a rejeição dos projetos de frente democrática pluriclassista.

Os setores remanescentes da esquerda revolucionária que ainda persistem vinculados ao paradigma leninista oscilam entre a adesão a esta nova esquerda, inclusive ao PT, procurando exercer no seu interior uma função corretiva a fim de poder convertê-lo numa organização clássica de vanguarda, e o aproveitamento “tático” deste espaço que tem como “virtude” indiscutível haver reunido consideráveis setores do movimento operário e de outras camadas trabalhadoras da sociedade brasileira.

A despeito das limitações regionais e sociais dessa experiência, de vez que confinada solidamente em alguns segmentos das classes trabalhadoras (ainda que o fenômeno se expanda hoje) que correspondem a áreas muito precisas da sociedade, e do caráter ainda recente, não pode haver dúvidas de que essa “esquerda social” e sua expressão partidária – o PT – constituem um fenômeno novo no Brasil.

A sua persistência e aprofundamento se joga em uma série de cenários.

Em primeiro lugar, depende (ainda que condicione) dos rumos que tomará a “transição” no Brasil, esta fórmula eufemística pela qual se designa o processo de desintegração do velho regime militar e de constituição de uma nova ordem institucional.

Em segundo lugar, depende da forma pela qual esta nova esquerda será capaz de responder não só aos desafios colocados pelas exigências contingentes da política brasileira (justamente os temas da “transição”) como a problemas mais “estratégicos”: sua concepção de democracia e a relação que esta mantém com a construção de uma sociedade socialista, um dos calcanhares de Aquiles da esquerda tradicional até hoje. É lógico que nesse debate estão involucradas questões-chaves como a própria natureza e a forma partido e o problema mais geral da constituição de sujeitos sociais e políticos. Esse debate não se faz a partir do nada. Pesa

sobre a esquerda brasileira uma dupla hipoteca: de um lado a estiolada herança do pensamento socialista, aqui e lá fora, que recomenda invenção, rigor e uma cautelosa reflexão sobre tantos e tantos temas. De outro lado, no entanto, se avoluma o clamor de uma população em sua maioria submetida a condições infra-humanas de existência, desiludida do que ela entende tradicionalmente como política e, portanto, com mais de uma propensão para os apelos autoritários (quando não totalitários) de direta ou “de esquerda”.

O retrospecto das lutas sociais e políticas dos últimos anos – a despeito de frustrações do porte daquelas vividas em 1984³⁴ – mantém acesa a esperança de que o projeto nascido nas obscuras condições dos anos 1970 seja mais do que uma generosa, mas fugaz experiência histórica.

34. Referência à derrota do movimento pelas Diretas Já, com a rejeição da Emenda Constitucional que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República na Câmara dos Deputados em 25/04/1984 (N.E.).

TRABALHADORES E ELEIÇÕES

No final do século XIX e no começo do século XX registrou-se o crescimento de grandes partidos operários na maioria dos países da Europa ocidental. Esses partidos beneficiaram-se dos votos de milhões de trabalhadores. Mas isto nem sempre foi assim. Os trabalhadores devem ou não participar das eleições? Este problema, tão velho quanto a própria história do proletariado, recebeu diversas respostas, dependendo da solução dada a uma questão maior: como equacionar as lutas cotidianas dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de trabalho e de vida e a luta mais global que eles travam pela mudança da ordem econômica, social e política em que vivem?

No “Prefácio” às *Lutas de classes na França*, que se tornaria mais tarde famoso, Friedrich Engels, em 1895, saudou “a inteligência com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal instituído em 1866”. Neste mesmo texto, o principal companheiro de Karl Marx mencionava que a eleição do dirigente socialista alemão August Bebel para o *Reichstag* (Parlamento) havia aberto uma nova etapa para o proletariado europeu. As eleições deixavam de ser um “meio de engodo” dos trabalhadores para se transformarem em “instrumentos de sua emancipação”. Na realidade,

Engels e Marx já haviam defendido no *Manifesto Comunista*, de 1848, o sufrágio universal. Mas o voto não era, pelo menos até a segunda metade do século XIX, o instrumento político privilegiado das classes trabalhadoras. A ação direta, quando não a luta insurrecional, aparecia como sua forma principal de fazer política. Naquela época havia muitos grupos conspirativos que acreditavam que a emancipação dos trabalhadores seria o resultado da ação clandestina de minorias esclarecidas, cuja função era a de guiar o proletariado.

Tais concepções, no entanto, foram sendo abandonadas a partir da experiência da Comuna de Paris, em 1871, que foi decisiva na história política da classe operária. Naquele momento os trabalhadores começaram vencendo as eleições, embora sua vitória tivesse sido atribuída essencialmente ao fato de as classes dominantes terem abandonado Paris com medo da revolução. De qualquer maneira, o mais importante na Comuna não foram as eleições, mas a constituição de um governo revolucionário, de democracia direta.

A Comuna de Paris foi esmagada pelas tropas prussianas e francesas, marcando o fim de um período na história do movimento operário mundial, com a definição de novas formas de luta. O peso da ação institucional – em particular, das eleições – aumentou, e foram muitos os dirigentes socialistas que deixaram de ver futuro na luta armada. Para esses socialistas, as insurreições operárias estavam condenadas ao fracasso, sobretudo pelas mudanças havidas nas técnicas de repressão: o aparecimento de fuzis automáticos, a utilização da artilharia para combater barricadas etc.

A derrota da Comuna – e a violenta repressão que se seguiu, provocando o massacre de milhares de operários – provocou a autodissolução da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, a *Primeira Internacional*, em 1876. Os partidos operários foram se constituindo, mais atraídos pela luta parlamentar e pela participação eleitoral. Eles se tornariam a

base da nova *Internacional*, a *Segunda*. Abria-se outra etapa na luta pelo socialismo. O sufrágio universal (masculino) foi pouco a pouco se instaurando. Era o fim do voto censitário, aquele reservado somente aos proprietários, e a culminação de uma luta que havia se iniciado décadas antes pelos chamados “*cartistas*”.

OS LIMITES DA BURGUESIA

Por essa época, na Europa, tinham sido derrubadas muitas monarquias absolutistas, em que os reis, considerados mandatários de Deus, governavam sem prestar contas a ninguém. Mas o fim do absolutismo não significou necessariamente o estabelecimento da democracia. Mesmo em países em que o Parlamento foi criado ou se fortaleceu, grande parte da população ficou à margem das decisões políticas. O sistema de voto censitário previa que apenas os proprietários podiam eleger e ser eleitos, o que impedia as grandes massas de trabalhadores, que começavam a surgir com a revolução industrial, de ter influência direta sobre os rumos do país.

Tal situação era grave, principalmente porque a revolução industrial impôs enormes sacrifícios aos trabalhadores: longas jornadas de trabalho (de 14 a 16 horas diárias), insalubridade extrema nos locais de trabalho, exploração intensa da mão de obra feminina e infantil. As fábricas, particularmente na Inglaterra, transformaram-se em verdadeiros cárceres – razão pela qual eram chamadas de “Bastilhas” pelos operários, em alusão à famosa prisão cuja conquista desencadeou a revolução na França, em 1789. Devido a essa situação, na Inglaterra, na França e um pouco em toda a Europa, os anos 1830 e 1840 foram marcados por grandes agitações operárias. Elas partiam da luta contra as condições de trabalho, a verdadeira servidão que imperava nas fábricas, e, muitas vezes, contra a tirania das máquinas nas quais os trabalhadores frequentemente

identificavam seus inimigos. Mas estas lutas desembocaram rapidamente em movimentos de reivindicações políticas, em particular, de *reforma do sistema político*.

Esse é o caso do *cartismo*, que se desenvolveu na Inglaterra. O movimento deve seu nome à *Carta do Povo* (*People's Charter*), documento publicado em 1838, após um ano de elaboração, contendo suas reivindicações. As origens do *cartismo* remontam a 1831, quando a União Nacional das Classes Trabalhadoras, fundada por William Lovett, defendeu a adoção do sufrágio universal, afirmando que por meio da democracia política a classe trabalhadora poderia alcançar a democracia social. Na época, porém, era a burguesia quem tentava mudar o sistema eleitoral, que favorecia exageradamente a velha aristocracia da terra. As classes proprietárias, que emergiram com a revolução industrial, queriam aumentar o número de eleitores de 345 mil para 662 mil, e propunham o fim dos “distritos pobres” – regiões controladas pela aristocracia da terra, com direito de eleger um deputado embora houvesse um número muito pequeno de eleitores. Isto contrastava com as zonas onde os industriais tinham força, mas sem direito à mesma representação. Por isso, a burguesia tratava de garantir para si e para seus aliados das classes médias uma maior presença no Parlamento. Ela queria que seu peso econômico crescente tivesse uma expressão política correspondente. Mas suas propostas de reforma não chegavam ao ponto de abrir espaço para o voto operário.

A OFENSIVA CARTISTA

Os trabalhadores compreenderam os limites dessas propostas, ainda que muitos setores tivessem contribuído para sua aprovação, em 1832, seguramente porque se deram conta de que esse era o primeiro passo para a mudança do sistema eleitoral. Nos anos seguintes a agitação operária cresceu, tendo como principais alvos a “Lei de Trigo”, medida

protecionista responsável pela alta do custo de vida, e a “Lei dos Pobres”, a qual, sob o pretexto de proteção aos trabalhadores, acabava por criar verdadeiras prisões-fábricas.

Todos esses movimentos, somados à experiência dos fracassos de 1832, quando o voto operário não foi obtido no Parlamento, determinaram a elaboração da *Carta do Povo*, de 1838. A *Carta* continha seis reivindicações:

1. sufrágio universal (mas apenas para homens);
2. voto secreto;
3. elegibilidade para os não proprietários;
4. salários para assegurar a sobrevivência dos parlamentares operários;
5. distritos eleitorais iguais;
6. eleição para o Parlamento todos os anos.

A proposta *cartista* obteve mais de um milhão de assinaturas. Mas foi rejeitada pelo Parlamento (235 votos contra 46), o que provocou violentas reações no país, desde greves até motins e saques.

Em 1842, já em plena “década da fome”, reuniu-se em Londres a segunda Convenção *cartista*, que apresentou outro abaixo-assinado ao Parlamento, desta vez com mais de 3,3 milhões de adesões. Neste documento constavam não somente as reivindicações de reforma do sistema político, mas também demandas sociais. Os trabalhadores denunciavam as longas jornadas de trabalho, as condições desumanas das fábricas e as reduções drásticas dos salários. Outra derrota no Parlamento: o apelo *cartista* foi recusado por 287 votos contra 49. Uma nova onda de agitação, sobretudo greves, se seguiu a esta decisão.

A terceira ofensiva *cartista* ocorreu em 1848. As classes dominantes inglesas, certamente aterrorizadas pela onda revolucionária que sacudia o continente, especialmente a França, transformou Londres em uma praça de guerra para impedir que o apelo ao Parlamento – recusado mais uma vez – provocasse novas agitações operárias. Enquanto isso, no mesmo

ano, o proletariado francês conquistou pelas armas o direito ao sufrágio universal (masculino).

A agitação *cartista* declinou principalmente a partir das reformas sociais que foram sendo introduzidas na Inglaterra. Eliminaram-se assim os focos de tensão que, por quase 20 anos, vinham possibilitando articular reivindicações econômicas e sociais com lutas políticas, especialmente em torno da reforma do sistema eleitoral. Muitos historiadores consideram que nesses anos jogou-se a sorte do socialismo na Inglaterra. A capacidade de autotransformação do capitalismo inglês, impulsionada pela burguesia, teria sido, segundo essas análises, responsável pela frustração de uma dinâmica revolucionária que os trabalhadores haviam demonstrado. Da mesma forma, anos mais tarde, a derrota da Comuna de Paris praticamente encerraria o ciclo de revoluções operárias aberto em 1830 na Europa ocidental.

CONTRA O VOTO: ANARQUISTAS

A classe operária reapareceria na vida política no final do século XIX, organizada em poderosos sindicatos e grandes partidos socialistas. Sua principal arma política seria então o voto. Na época, muitos acreditavam que a classe operária, pela própria dinâmica do crescimento do capitalismo, constituiria a maioria da sociedade. Por isso, parecia evidente que os partidos que a representassem poderiam chegar ao governo pelo voto. A ideia de que o socialismo poderia ser alcançado por via eleitoral passou a ser cada dia mais aceita. A democracia política foi considerada condição necessária para o socialismo.

Esses pontos de vista não eram, porém, unânimes nas classes trabalhadoras, mesmo porque muitos questionavam a eficácia do sufrágio universal para o proletariado. Não se pode esquecer que a ditadura de Napoleão III (Luís Bonaparte), na França, havia começado por sua elei-

ção para a Presidência da República através do sufrágio universal. Esta e outras manipulações da vontade popular nas eleições estimularam a proliferação de tendências no movimento operário que pregavam a ação conspirativa das minorias como forma de derrubada da burguesia. Ao lado destas correntes, e muitas vezes associadas a elas, desenvolveram-se grupos anarquistas, sobretudo nos países latinos da Europa.

Os anarquistas opunham-se à participação dos trabalhadores nas eleições por duas razões básicas: a primeira, e mais de fundo, era sua oposição a toda e qualquer forma de organização estatal; a segunda era sua crítica à ideia de *representação* que as eleições implicavam. Os anarquistas lutavam por uma sociedade sem Estado em que existisse o autogoverno e os indivíduos se representassem a si próprios, sem delegar representações a outros. Para eles, a forma pela qual a classe operária deveria enfrentar a burguesia era a *ação direta* – que muitas vezes se confundiu, no final do século XIX e no começo do século XX, com o terrorismo.

AS DUAS DEMOCRACIAS

Anarquistas e outras correntes operárias antiparlamentares também tiveram um peso decisivo na Comuna de Paris, especialmente nas experiências de democracia direta. Este fato produziria certa ambiguidade nas interpretações que os marxistas desenvolveriam a respeito desta experiência revolucionária. Marx e Engels, ao analisarem a insurreição dos operários parisienses em 1871, viram nela a expressão da *ditadura do proletariado*. Como afirmaram na *Guerra Civil na França*, a Comuna teria sido “essencialmente um governo de classe operária que se exprimiu através do sufrágio universal e da democracia direta”.

Esta linha de análise seria retomada anos mais tarde por Lênin, o mais importante dirigente revolucionário russo. Às vésperas da Revolução de Outubro de 1917, ele escreveu *O Estado e a Revolução*, onde in-

vocava a Comuna de Paris como modelo para a nova sociedade e o novo sistema político a serem implantados em seu país. O governo dos *soviets* (*conselhos*, em russo) seria a ditadura do proletariado, construída a partir dos mecanismos da *democracia direta*.

A questão, no entanto, é: como compatibilizar o sufrágio universal, que quer dizer representação, e a democracia direta? Um aponta para a forma *parlamentar* de governo, outro para um governo apoiado nos *conselhos*. A discussão a respeito permanece em aberto. Em todo caso, ficou evidente – tanto na história como nas discussões teóricas e políticas do movimento operário – que não era fácil combinar essas duas formas de democracia, a representativa e a direta. Mais ainda: na trajetória do socialismo uma e outra apareceram como excludentes entre si.

Durante muitos anos, porém, não houve uma oposição frontal entre a tese de que o socialismo deveria ser alcançado através de eleições, pela via democrático-parlamentar, e a de que a sua conquista se faria pela ação direta do proletariado organizado em conselhos surgidos de uma greve geral ou, no limite, de uma insurreição. Assim, quando, em 1898, Rosa Luxemburgo escreveu *Reforma ou Revolução?* – uma dura crítica às teses que o dirigente social-democrata alemão Eduard Bernstein defendia sobre a possibilidade de uma evolução gradual do capitalismo para o socialismo – a questão da *via eleitoral* não estava no centro dos debates. O que Rosa contestava era a recusa de Bernstein em aceitar que o capitalismo estivesse à beira de um colapso – e isto, para ela, era indispensável para haver revolução. Mas ela não criticava a estratégia eleitoral do Partido Social-democrata Alemão que, na época, era a principal expressão do movimento operário, obtendo crescentes ganhos eleitorais. Este partido, por seu lado, afirmava estar de acordo com as críticas de Rosa ao “revisionismo” de Bernstein: para o socialismo da época, a mudança revolucionária poderia ser feita por via eleitoral, bastando que o partido operário ganhasse a representação do conjunto do proletariado. A luta

pelas reformas sociais combinava-se com o objetivo mais geral de conquista do socialismo – o que a própria Rosa Luxemburgo reconhecia ao afirmar que não havia contradição de fundo entre reforma e revolução.

A FORÇA DA SOCIAL-DEMOCRACIA

A questão de o proletariado vir a constituir partido ou, no limite, a *se constituir em partido* já havia sido formulada antes. Essa é uma das ideias centrais do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Nesta obra, a classe operária aparece tendencialmente como capaz de se transformar em partido e, portanto, de se confundir com ele.

No final do século XIX, porém, o problema que os social-democratas iriam enfrentar era de ordem mais prática: como manter a integridade dos objetivos socialistas e, ao mesmo tempo, ter eficácia eleitoral para conquistar a maioria dos votos e chegar ao poder? Engels, no já citado “Prefácio” de 1895, inclinava-se pela adoção de uma estratégia eleitoral para o proletariado não somente por razões negativas (a derrota da Comuna de Paris), mas igualmente por razões positivas (o bom aproveitamento das eleições pelos trabalhadores, na Alemanha). Para ele, as eleições permitiriam não apenas “medir forças” a cada três anos. Também se revelavam, “com a agitação eleitoral, um meio inigualável para entrar em contato com as massas populares onde ainda elas estão afastadas de nós”. Além disso, as eleições obrigavam “todos os partidos a defenderem diante do povo suas opiniões e seus atos, diante de nossos ataques”. Finalmente, acrescentava Engels, as eleições abriam uma “tribuna a nossos representantes no *Reichstag* do alto da qual podem falar não apenas a seus adversários no Parlamento, mas também às massas do lado de fora com maior autoridade e maior liberdade do que na imprensa e nas reuniões”. Com tais considerações, o velho dirigente socialista apontava para um fato aparentemente paradoxal: a burguesia passou a ter mais temor da

ação legal (parlamentar) do proletariado do que de sua ação clandestina. “A legalidade nos mata” – era o grito que vinha da burguesia, assustada com o crescimento eleitoral do proletariado. Este crescimento não era visto como incompatível com a ideia de revolução. Engels apenas criticava os grupos minoritários que agiam em nome do proletariado, e defendia que os acúmulos obtidos pelos trabalhadores nas eleições – como ocorria na Alemanha – deveriam criar bases para os enfrentamentos futuros com a burguesia, quando o momento chegasse.

O crescimento eleitoral dos partidos socialistas e operários reforçava o otimismo de todos aqueles que apostavam na utilização do sufrágio universal como instrumento privilegiado dos trabalhadores. Na Alemanha, o Partido Social-democrata tinha 125 mil votos em 1871. Dez anos depois passou para 312 mil. Em 1890 alcançou mais de 1,4 milhão de votos, e, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, em 1914, mais de 4,2 milhões. Desde 1890 era o maior partido da Alemanha e, em 1912, reunia pouco mais de um terço dos sufrágios de todo o país. Neste mesmo período, resultados semelhantes ou superiores foram obtidos pelos partidos operários e socialistas da Bélgica, Holanda, Áustria, Finlândia, Suécia, Noruega etc.

FALSOS PRESSUPOSTOS

Apesar disso, a ideia de que a classe operária chegaria ao poder por ser – de fato ou tendencialmente – a maioria da população baseava-se em alguns falsos pressupostos. Em primeiro lugar, não era evidente que ocorresse um processo radical de polarização social de modo a fazer automaticamente do proletariado a classe mais numerosa. Em segundo lugar, não havia garantias de que as classes trabalhadoras, mesmo sendo majoritárias na sociedade, fossem suficientemente homogêneas a ponto de reunir em um mesmo partido o conjunto de seus integrantes. A ideia

segundo a qual o partido operário seria a expressão do conjunto da classe tinha como base o suposto de que o proletariado era potencialmente socialista e de que chegaria, mais dia menos dia, à consciência de sua “destinação histórica” para fazer a revolução.

Por trás de tudo estava a ideia de que o proletariado deveria ter um comportamento revolucionário predeterminado pelo simples fato de ser submetido, de modo geral, à exploração capitalista. Não se levava em conta que não há exploração e dominação capitalista em geral a não ser nos esquemas abstratos dos livros. O que existe são formas concretas de relacionamento (de exploração e de dominação) entre as classes, que se dão no nível de relações também concretas: econômicas, políticas, jurídicas, culturais, ideológicas, religiosas, étnicas, nacionais, e que sofrem a influência de uma série de fatores como as guerras, as catástrofes etc.

O que ocorreu quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, foi um claro exemplo disso. Naquela ocasião a quase totalidade dos parlamentares operários e socialistas da imensa maioria dos partidos social-democratas europeus colocou-se ao lado das burguesias de seus países. Em seus Parlamentos votaram os créditos de guerra e lançaram, com tal atitude, milhões de operários de um país a matarem milhões de outros dos países “adversários”... tudo em “nome da pátria”. Isto aconteceu apesar da previsão, pela Segunda Internacional, dos riscos de guerra e de sua decisão de chamar a classe operária a declarar “guerra à guerra”. Os elementos mais radicais da Internacional – como Rosa Luxemburgo e Lênin – chegaram mesmo a sustentar que, diante da eventualidade de um conflito mundial, caberia aos trabalhadores “transformar a guerra imperialista entre as nações em guerra civil do proletariado contra seus respectivos governos”.

CONSTITUINTE, DISSOLVIDA

Nada disso se verificou. A maioria da social-democracia capitulou frente a suas burguesias, e a Segunda Internacional e seus partidos mer-

gulharam em uma profunda crise. Esta crise agravou-se em 1917, quando, em plena guerra, o proletariado russo derrubou a monarquia (fevereiro de 1917) e, logo depois, o governo provisório que havia sucedido ao tsar Nicolau II (outubro do mesmo ano). O proletariado russo, aliado a grande parte dos camponeses e a todos os setores sociais que formavam a soldadesca e os marinheiros mobilizados para a guerra, organizou-se em conselhos (*soviets*). Estes eram organismos de democracia direta, que haviam surgido pela primeira vez na Revolução de 1905, na Rússia, e que, em 1917, disputavam o poder com o governo provisório, composto na sua maioria por setores liberais da burguesia russa.

Um dos principais pontos do programa dos distintos setores revolucionários na Rússia era a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que deveria elaborar uma alternativa institucional republicana ao tsarismo derrubado pela revolução de fevereiro. As eleições para a Constituinte realizaram-se em novembro de 1917, pouco após a derrubada do governo provisório. Mas a Constituinte seria logo dissolvida, em 1918: os bolchevistas, que controlavam o governo provisório, alegaram que havia incompatibilidade entre a Constituinte (onde eram minoria) e a democracia direta dos *soviets* (onde tinham maioria). Essa atitude dos bolchevistas foi muito criticada na época por setores da própria esquerda. Rosa Luxemburgo, por exemplo, denunciou a falta de propostas alternativas, e criticou a tendência dos bolchevistas de instituir uma ditadura do partido ao invés da ditadura do proletariado. Outros setores apontaram para o fato de a Constituinte ser dissolvida em nome dos *soviets*, quando estes já estavam desaparecendo.

Essa polêmica revela, no fundo, a dificuldade já mencionada: a de articular a democracia direta e a democracia representativa. A questão iria se traduzir em um conflito doutrinário de grande profundidade, que dividiria o movimento socialista por quase todo o século XX. Tal conflito, protagonizado principalmente por Karl Kautsky e Lênin, estaria na base

da crise da Segunda Internacional e do nascimento da Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

DITADURA OU DEMOCRACIA?

As posições de Kautsky e dos social-democratas após 1917 foram um desdobramento da tradição da Segunda Internacional, que afirmava a possibilidade de estabelecimento do socialismo pela via eleitoral. De fato, terminada a guerra, o Partido Social-democrata Alemão chegou ao governo. Para manter-se, no entanto, este governo desencadeou uma feroz repressão sobre outros setores da esquerda – em particular a Liga Espartaquista –, que haviam organizado uma insurreição em 1919. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, principais dirigentes deste movimento, foram assassinados em meio a essa repressão. Tal episódio foi como que o auge da desmoralização da social-democracia, já bastante abalada com sua atitude em relação à guerra, e representou a outra face da sua defesa da democracia contra a ditadura implantada na União Soviética.

Lênin, em sua polêmica contra a social-democracia, enfatizou que a discussão sobre a ditadura e a democracia não se restringia a uma questão específica como a do sufrágio universal, mas que deveria abordar um problema mais amplo. “A democracia pode ser mantida também para os ricos e para os exploradores em um período histórico marcado pela derrubada dos exploradores e pela substituição do Estado destes pelo Estado dos exploradores?” – indagou em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, obra escrita em 1918. O dirigente soviético respondeu a esta pergunta afirmando que a democracia dos explorados é muitas vezes “mais democrática” que a dos exploradores. O argumento, que poderia ser teoricamente aceito, esbarrava, no entanto, na dura realidade da Revolução Russa, cada vez mais grave. Devido a várias circunstâncias históricas, o que se implantou nesse período não foi a ditadura do proletariado – a forma

mais radical de democracia, segundo Lênin –, mas a ditadura de um partido, do partido único, que pôs fim aos próprios mecanismos internos de democracia anteriormente existentes.

Contra isso, Rosa Luxemburgo, que combinava um enorme entusiasmo pela revolução russa à crítica sobre os rumos que o movimento tomava, já havia afirmado: “sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem o livre confronto de opiniões, a vida acaba por morrer em todas as instituições públicas”. Lênin, porém, não assumiu teoricamente a condenação definitiva do sufrágio universal. Embora a Constituição soviética de 1918 reservasse o direito de voto apenas aos “que trabalham” – o que implicava a exclusão da burguesia –, ele admitia que tal posição era menos um princípio rígido do que fruto das circunstâncias históricas.

Outras correntes revolucionárias dos anos 1920, especialmente os chamados “conselhistas” – Pannekoek, Adler e, de certo modo, o jovem Gramsci –, que se inspiravam em boa medida na experiência inicial dos *soviets*, não mostravam simpatias pela democracia representativa. Contra o sufrágio universal, enfatizavam a necessidade de desenvolver experiências de democracia direta.

PROGRAMAS DE BEM-ESTAR

Por tudo isso, a questão das relações do movimento operário e socialista com as eleições é um debate aberto. Mesmo a tendência antiparlamentarista e antieleitoral da Revolução Russa, assimilada pela Internacional Comunista, foi aos poucos abrandada: os partidos comunistas de vários países passaram a participar das eleições, mesmo que a título de mera “tática”. Em 1935, essa política de participação eleitoral pela formação de “Frentes Populares” foi oficialmente adotada pelo VII Congresso da Internacional Comunista e, com base nesta estratégia, os partidos co-

munistas da França e da Espanha tiveram, em seus respectivos países, importantes êxitos eleitorais em 1936.

A Internacional Comunista desapareceu formalmente em 1943, mas suas funções continuaram sendo desempenhadas na prática pelo Partido Comunista da União Soviética, que passou a atribuir cada vez mais importância estratégica às eleições. Assim, os partidos comunistas foram se aproximando nesta questão dos partidos socialistas, herdeiros da tradição social-democrata. A consequência mais radical seria o abandono formal da ideia de “ditadura do proletariado” a partir dos anos sessenta. Esta expressão foi sendo explicitamente eliminada dos programas dos principais partidos comunistas do mundo, inclusive do Partido Comunista Brasileiro.

Os partidos socialistas, por sua vez, foram pouco a pouco chegando aos governos da Europa e de outras regiões do mundo. Para tanto, obtiveram a maioria dos votos sozinhos ou em aliança com outras forças políticas, à direita ou à esquerda, conforme o caso. Nos países em que os social-democratas chegaram ao governo por meio do sufrágio universal, não se implantou o socialismo – se por isto se entende o regime em que se dá a socialização dos meios de produção e das relações sociais. Apesar disso, constituíram-se governos que realizaram, sobretudo no passado, consideráveis programas de reformas econômicas e sociais, principalmente a partir da nacionalização de setores estratégicos da economia. Programas de bem-estar permitiram o desenvolvimento de políticas públicas de caráter redistributivista nas áreas da saúde, da educação, da previdência, da habitação etc. A democracia política, de modo geral, se expandiu.

A ONDA CONSERVADORA

As experiências social-democratas mais recentes, porém, em meio à crise e à rearticulação da economia capitalista mundial, perderam esse

significado social. Os partidos socialistas passaram a assumir políticas recessivas: já não protegem o emprego como no passado e se revelam, muitas vezes, mais aptos do que os próprios partidos conservadores para gerir a crise do capitalismo. O abandono crescente das políticas de *welfare state* (Estado de bem-estar), que foram a marca do socialismo democrático, ocorre num quadro de grande ofensiva do conservadorismo neoliberal, de que a administração Margaret Thatcher, da Inglaterra, é o melhor exemplo. Os desgastes sobre o movimento operário são evidentes: a taxa de sindicalização é hoje das mais baixas de toda a história operária.

A social-democracia deixou pouco a pouco de se constituir em uma força reformista na Europa. Ao mesmo tempo, os partidos comunistas fora do campo do chamado “socialismo real” experimentam um declínio sem precedentes, até mesmo em termos eleitorais. Deste declínio não escapa nem mesmo o Partido Comunista Italiano, o mais importante do Ocidente não apenas pelo número de filiados e de eleitores como, sobretudo, por sua capacidade de renovação política e teórica.

SOCIALISMO, NOVOS RUMOS

Nos países do “socialismo real”, a evolução teórica e principalmente prática da discussão sobre a questão eleitoral foi significativa. Na União Soviética verifica-se hoje uma revalorização da noção do Parlamento, e a vida política experimenta um pluripartidarismo de fato, ainda que teoricamente persista o sistema de partido único. Na Hungria, o pluripartidarismo está efetivamente consolidado e, o que é mais surpreendente, o próprio Partido Comunista se autotransforma em partido socialista, solicitando seu ingresso na Internacional Socialista. Na Polônia, não apenas se dá uma vigorosa afirmação de pluripartidarismo como também ocorre a primeira experiência de alternância política, com o *Solidariedade*, partido de oposição assumindo o governo nacional. Mesmo na República

Democrática Alemã, os recentes acontecimentos – como a abertura do Muro de Berlim – indicam um processo de redemocratização nos moldes do que está ocorrendo em outros países do Leste europeu.

Os analistas das mudanças em curso nos países do chamado “socialismo real”, onde até bem pouco imperavam regimes ditatoriais, têm observado apressadamente uma volta à democracia burguesa, que corresponderia ao estabelecimento de uma economia de mercado. Gorbachev e todos os dirigentes reformistas do Leste transformaram-se assim em ídolos das burguesias, inclusive a brasileira. Mas as coisas são bem mais complexas. Numa perspectiva histórica é difícil identificar esse conjunto de transformações com a democracia praticada pela burguesia na constituição do Estado capitalista. *Ao contrário*, são as características ditatoriais, assumidas pelos regimes da União Soviética e dos países do Leste europeu, que não podem ser necessariamente associadas ao socialismo, nem do ponto de vista teórico nem sob o prisma histórico. Elas certamente fazem parte da história dos países que buscaram construir o socialismo, mas a defesa desse regime foi mais uma autojustificação dos grupos que ali se tornaram dominantes do que um prolongamento necessário do pouco que Marx e outros socialistas pensaram e escreveram sobre o Estado e o sistema democrático.

CONQUISTA DOS TRABALHADORES

A democracia, inclusive o sufrágio universal, não foi uma dádiva das classes dominantes, nem mesmo da burguesia, mas uma dura conquista dos trabalhadores. Por essa razão, ela esteve presente nos programas de luta do proletariado, como demonstra a ação dos *cartistas*, as formulações do *Manifesto Comunista* ou as propostas da Associação Internacional dos Trabalhadores. Não se pode, por isso, estabelecer uma muralha entre a luta dos trabalhadores, inclusive a ação direta, e a democracia representativa.

Nesse sentido, o dirigente socialista francês Jean Jaurès, no Congresso da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), isto é, Partido Socialista, em 1908, afirmava que não podia haver incompatibilidade entre a ação operária e a democracia representativa:

A democracia é em primeiro lugar a forma segundo a qual se produz todo o movimento moderno, ela é a condição mesma de ação para as forças operárias, e é o surgimento revolucionário das forças democráticas que deu às forças operárias a primeira sacudida e o primeiro impulso. Como ela está na origem do movimento operário – não quero dizer que é a sua essência – ela está também no seu fim. Se você estabelecer um antagonismo entre o movimento operário e a democracia, você o estabelecerá necessariamente entre o movimento operário e o próprio socialismo, porque o socialismo desembocará necessariamente em uma forma nova e superior de democracia.

COOPTAÇÃO E ALIANÇAS, 1930-1964

Em fins de outubro de 1930 o Exército brasileiro depôs o presidente Washington Luís e entregou o poder a Getúlio Vargas. Era a culminação de um movimento armado – civil e militar – que se havia desencadeado três semanas antes no Sul e em vários pontos do país.

Getúlio, então governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, havia sido derrotado nas eleições de março de 1930 pelo candidato oficial do governo, Júlio Prestes. Pouco depois, denunciou que as eleições haviam sido fraudulentas e começou a conspirar contra o governo para derrubá-lo através de um movimento armado. Júlio Prestes não chegaria a assumir a presidência. Meses antes, a campanha eleitoral de Aliança Liberal, coligação que apoiou Vargas, conseguiu mobilizar multidões, especialmente nas grandes cidades do país e teve um ímpeto forte nos setores populares.

O Partido Comunista, nessa época, estava muito debilitado, sofrendo os efeitos da primeira grande crise interna de sua história. A política esquerdista adotada pelo PCB em nível nacional, correspondendo às orientações sectárias da Internacional Comunista, era responsável por sua situação de isolamento, o que só iria se agravar nos anos seguintes. O

candidato comunista para presidente, o operário marmorista Minervino de Oliveira, que era vereador do PCB no Rio de Janeiro, eleito pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), acabou por obter uma votação inexpressiva. O Partido Comunista só havia tido alguns meses de legalidade no ano de sua fundação, em 1922, e, posteriormente, em 1927. Esta situação não melhorou depois da “revolução de 1930”. Ao contrário do que dizia, o novo governo continuou a tratar a questão social como um “caso de polícia”.

LINHA ISOLACIONISTA

Ao mesmo tempo em que reprimia as greves e mobilizações operárias, o “governo revolucionário” criou o Ministério do Trabalho e, por meio dele, começou a pôr em prática uma política de enquadramento dos trabalhadores. Tal política passava pela destruição dos sindicatos autônomos então existentes e por sua substituição pelos sindicatos vinculados ao Estado, seguindo o modelo fascista da *Carta del Lavoro* criada na Itália de Mussolini. Este processo foi iniciado pelo primeiro ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor.

As primeiras eleições posteriores a 1930 ocorreram somente em 1933. O país escolhia uma Assembleia Nacional Constituinte, que aprovaria um ano após, em 1934, uma nova Constituição para o Brasil. Estas eleições foram marcadas por uma particularidade em relação a outras até então realizadas. Além dos deputados escolhidos pelo sufrágio universal – incluindo, pela primeira vez, as mulheres, mas não os analfabetos – foram eleitos 40 “deputados classistas” indicados pelos sindicatos. No início de seus trabalhos, a Constituinte decidiu que elegeria pelo voto indireto o presidente da República, que iria governar até 1938. Vargas foi o escolhido, e os votos dos “deputados classistas” tiveram um papel decisivo nesta escolha.

As eleições de 1933 também asseguraram a presença de um comunista no Congresso Nacional. Tratava-se de Álvaro Ventura¹, “deputado classista”, em substituição a Antônio Pennafort de Souza, que havia falecido. O PCB tentou legalizar-se em 1933, mas seu pedido seria rejeitado pela Justiça Eleitoral. Passou então a se apresentar sob o disfarce da União Operária e Camponesa do Brasil. Esta organização, apesar de defender no plano da luta social, ao menos retoricamente, uma política de aproximação com outras correntes de esquerda, na prática optou eleitoralmente por uma linha isolacionista.

Em 1934, de fato, nas eleições para as Constituintes estaduais, a União Operária e Camponesa do Brasil não se aliou à Coligação das Esquerdas, formada por vários sindicatos, o Partido Socialista Brasileiro e a Liga Comunista Internacionalista. Esta última organização era de inspiração trotskista, considerada pelo Partido Comunista como inimiga no movimento sindical e popular. A Coligação acabou obtendo uma votação expressiva, fazendo cerca de 8.500 votos, enquanto a União Operária e Camponesa do Brasil (PCB) não foi além dos 1.700.

Nesse período o sistema de partidos era fortemente regionalizado, como, aliás, ocorria antes de 1930. Ainda que os partidos e as coligações operárias se pretendessem “nacionais”, a verdade era que persistiam alternativas eleitorais estaduais, que nem sempre se reproduziam no resto do país. Desse modo, os comunistas encabeçaram no Recife e em outras cidades pernambucanas uma chapa popular e de esquerda – “Trabalhador, ocupa teu posto” –, que tiveram importantes êxitos nos pleitos municipais de 1934 e 1935. Nesta ocasião Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB, foi eleito vereador no Recife.

1. Álvaro Soares Ventura (1893-1989), estivador. Ingressou no PCB em 1924. No Congresso Nacional foi deputado federal “classista” em 1934-1935, apresentando-se abertamente como parlamentar do PCB. Foi eleito secretário-geral interino do PCB em 1943, na chamada Conferência da Mantiqueira, mantendo-se no cargo até 1945, quando foi sucedido por Luiz Carlos Prestes, que então acabara de ser libertado. Ver MARTINS, Celso. *Os comunistas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Paralelo 27, 1995 (N.E.).

FRENTE POPULAR À BRASILEIRA

A partir de 1934 pareciam criar-se nacional e internacionalmente novas condições para a ação política das esquerdas. Na França, desde 1934, vinha se desenvolvendo uma política de aproximação entre socialistas e comunistas, que rapidamente se estenderia para o conjunto do movimento operário internacional, com repercussões no plano sindical e eleitoral. Tal política, sob a denominação de *Frente Popular*, seria sacramentada pela Internacional Comunista, durante seu VII Congresso realizado em Moscou, em 1935. No ano seguinte, na esteira dessa nova orientação política, a esquerda conquistou vitórias eleitorais na França e na Espanha. Também os partidos comunistas da América Latina – que haviam se reunido em Moscou, ainda em 1934 – adotaram a política de Frente Popular. Os efeitos fizeram sentir-se no Chile, em 1938, quando a Frente, integrada por socialistas, radicais e comunistas, venceu as eleições presidenciais com Pedro Aguirre Cerda.

No Brasil, no entanto, as coisas seriam mais complexas. Uma das consequências da “virada” da Internacional foi uma política de abertura do PCB, que se traduziu em sua proposta de formar uma Aliança Nacional Libertadora (ANL), versão cabocla da Frente Popular. A ANL expandiu-se rapidamente por todo o Brasil. Recrutou milhares de simpatizantes, abriu sedes em centenas de municípios e desenvolveu uma atividade muito intensa contra a Ação Integralista Brasileira, organização nacionalista de direita com forte inspiração fascista.

Em 1935, quando de seu lançamento oficial, a ANL escolheu Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra. Ele já havia se tornado uma figura lendária da política brasileira, devido à sua marcha pelo interior entre 1924 e 1926, lutando contra as forças governamentais do então presidente Artur Bernardes. No exílio ele já havia sido procurado por emissários do PCB, ao qual, no entanto, se recusou a aderir. Finalmente,

em 1934, o “Cavaleiro da Esperança” – como ficou conhecido – ingressou no PCB, mas na União Soviética, onde se encontrava em exílio, e contra a vontade da maioria da direção do próprio Partido.

Retornando clandestinamente ao Brasil, Prestes, junto com alguns membros do aparelho conspirativo da Internacional Comunista, começou a desenvolver contatos com meios militares para o desencadeamento de uma insurreição. Desse modo, a política de Frente Popular, que era pensada fundamentalmente como uma estratégia ampla de alianças a ser implantada pela via eleitoral, foi superposta pela ação conspirativa de um grupo composto por “emissários” da Internacional Comunista, articulados com setores radicalizados da oficialidade do Exército brasileiro e a direção do PCB.

“Todo poder para a ANL” – assim conclamou o manifesto revolucionário de Prestes, em 5 de julho de 1935. Isto serviu de pretexto para que o governo Vargas colocasse a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade. A ANL, sofrendo a ação repressora, perdeu em muito sua capacidade de mobilização junto às massas. A iniciativa passou assim para os setores conspirativos, que, em novembro de 1935, se levantaram em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. Salvo o do Rio Grande do Norte, onde concorreu certa participação popular, os outros movimentos foram basicamente “quarteladas” rapidamente reprimidas pelo poder central.

Baseando-se nesses acontecimentos, Getúlio Vargas pediu – e conseguiu – poderes especiais do Congresso Nacional. O estado de sítio foi aprovado, e Vargas começou a governar discricionariamente. A repressão se instalou não apenas contra os comunistas, mas contra toda a esquerda, os sindicatos que resistiam a seu enquadramento, os intelectuais progressistas etc. Mas essas medidas, adotadas em 1935 e 1936, não passaram de um ensaio geral do golpe que Vargas daria em 10 de novembro de 1937, com o apoio das Forças Armadas. Começava a ditadura do Estado Novo. As eleições presidenciais previstas para 1938 foram suspensas, e os legislativos, partidos e sindicatos livres desapareceram.

ESTADO NOVO: ASCENSÃO E QUEDA

Com o golpe do Estado Novo, Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, suprimiu a Constituição de 1934. Outorgou uma carta extremamente autoritária, que passou a ser conhecida como “A Polaca”, devido à sua semelhança com a Constituição fascistoide em vigor na Polônia de então. Governando por decreto, o ditador determinou, menos de um mês após o golpe, a eliminação de todos os partidos políticos – inclusive a Ação Integralista Brasileira, cujos membros acreditavam estar praticamente no poder depois de 10 de novembro. O afastamento de Getúlio em relação aos integralistas provocou uma reação violenta por parte destes, que tentaram, ainda em 1938, assaltar o Palácio do Catete, sede do governo. Este movimento foi duramente reprimido por Vargas.

No meio sindical, Vargas combateu qualquer manifestação do movimento operário autônomo e das esquerdas em geral. Ao mesmo tempo, tentou levar adiante o processo de cooptação e de enquadramento do sindicalismo por intermédio do Ministério do Trabalho. Esta dupla política garantiu altas taxas de exploração da classe operária, especialmente depois do início da Segunda Guerra Mundial, quando começou a se impor a militarização da economia brasileira.

A entrada do Brasil na guerra, em 1942, foi resultado de grandes pressões populares em que convergiam as iniciativas da esquerda – PCB, em especial – e de setores liberais da oposição burguesa. Mas na época o PCB encontrava-se muito dividido, não apenas pelos efeitos da repressão, como também pelas distintas posições que se desenvolviam em seu interior a respeito da tática a ser seguida. De certo modo, isto era expressão, em escala nacional, do que ocorria internacionalmente: a partir de 1943, quando se realizou a Conferência de Teerã, reunindo os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética, Stalin, o todo-poderoso líder soviético, estabeleceu mundialmente uma política de aproximação dos

comunistas com o “imperialismo democrático” em luta contra o inimigo comum – o “imperialismo nazifascista”. Num gesto de “boa vontade” para com o Ocidente, a Internacional Comunista foi dissolvida unilateralmente, e começou-se a esboçar uma política de “União Nacional”, que retomava, ampliando, a linha de Frente Popular dos anos 1930.

No Brasil, esta orientação se traduziu em uma política de apoio do PCB a Getúlio. A decisão foi tomada na Conferência da Mantiqueira, em 1943, que reorganizou o Partido, escolhendo Luiz Carlos Prestes para secretário-geral, mesmo em sua ausência: ele se encontrava preso desde 1936 por ordem de... Vargas. Apesar disso, o Partido aprovou a tese de “Constituinte com Getúlio”, e fez frente comum com os “queremistas”, nome dado aos partidários do movimento “Queremos Getúlio”.

Contra o Estado Novo mobilizou-se a oposição liberal, arrastando vastos setores da sociedade. Uma parte da esquerda também apoiou a luta contra o ditador, contrariando a posição ambígua do PCB. Contando com uma indisfarçada simpatia do governo dos Estados Unidos, a pressão da oposição burguesa contra Vargas acabaria por apressar sua derrubada, em outubro de 1945, por um golpe militar.

UNIÃO NACIONAL CONTRA O PCB

As eleições presidenciais já estavam marcadas para dezembro daquele mesmo ano. O PCB havia recuperado a legalidade. Prestes, seu secretário-geral, tinha obtido a liberdade com a anistia, e colocava-se à frente de uma grande mobilização política baseada na tese de “União Nacional”. No início a “União Nacional” seria feita em torno de Getúlio; depois, com a queda do ditador, passou a se referir ao breve governo de José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal, que sucedeu Vargas); e, por fim, ao presidente eleito, o general Eurico Gaspar Dutra.

Nessas eleições, parte da votação operária foi para Dutra, ex-ministro de Vargas e por este apoiado. Para isso concorreu a mobilização

dos sindicatos enquadrados pelo Ministério do Trabalho. Também foi importante a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio com base nesses sindicatos. (Na mesma época, Vargas criou outro partido, o Partido Social Democrático, formado por políticos oriundos do Estado Novo e apoiado por amplos setores de grupos economicamente dominantes.)

Outra fração expressiva do movimento operário votou em Yedo Fiúza, engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, lançado pelo PCB, embora não fosse filiado a ele. O PCB conseguiu cerca de 10% dos votos, obtendo grandes resultados no Rio de Janeiro, São Paulo, região do ABC paulista e Recife. O PCB também disputou o pleito para a Assembleia Nacional Constituinte, que se realizou juntamente com as eleições presidenciais. Prestes conseguiu eleger-se senador pelo Rio de Janeiro e deputado federal por cinco Estados – o que a legislação de então permitia. A bancada comunista, no entanto, formada de 14 deputados e um senador – em que figuravam Carlos Marighella, João Amazonas e o escritor Jorge Amado, entre outros –, viu-se extremamente isolada no trabalho parlamentar e constituinte, apesar de pregar uma política de “União Nacional”.

Os ventos mudavam internacionalmente: a política de aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos desmoronou. Desencadeava-se a “Guerra Fria”, e seus efeitos chegaram ao Brasil. Um incidente menor levou a direita a pedir a cassação do registro do PCB, o que ocorreria em 1947. Em princípios de 1948 seriam também cassados os mandatos do senador, deputados federais, deputados estaduais e vereadores comunistas. Contra o PCB os partidos do centro e da direita organizaram a sua “união nacional”.

GUINADAS

Após ser posto fora da lei, o PCB deu uma guinada de 180 graus em sua linha política, pedindo a derrubada do “governo de traição nacio-

nal” de Dutra. Esta política de extrema esquerda seria reforçada no famoso “Manifesto de Agosto”, de 1950. Como consequência dessa orientação, o partido decidiu mandar votar em branco nas eleições presidenciais do mesmo não.

Isto, porém, não impediu que os trabalhadores votassem massivamente em Getúlio Vargas, até então em seu exílio voluntário no Sul do país. O ex-ditador foi eleito presidente com 48% dos votos, contando para isso com o apoio do PTB – que ampliou sua bancada na Câmara dos Deputados para 51 parlamentares – e de partidos populistas de expressão regional, como o Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros. Por sinal, foi das fileiras do PSP que sairia o vice de Getúlio, Café Filho, um deputado do Rio Grande do Norte, próximo a movimentos trabalhistas e que, no passado, mantinha relações com a esquerda.

Frente ao novo governo Vargas, o PCB, desde o início, revelou certa dualidade em sua política. De modo global manteve sua oposição a Getúlio, insistindo em uma retórica esquerdista que pregava a derrubada de mais este “governo de traição nacional”. O partido persistiu nesta posição até agosto de 1954, quando o presidente se suicidou em meio a uma das mais graves crises da história republicana, envolvendo até mesmo sua virtual deposição pelas forças de direita.

Na prática, porém, e sobretudo na área sindical, os comunistas começaram uma aproximação com o PTB. O Estado continuava controlando os sindicatos, intervindo neles e cassando seus dirigentes mais combativos, mas tal postura havia sido abrandada pelo ministro do Trabalho de Getúlio, João Goulart (ou Jango, como era apelidado): ele adotou uma política de aumento do salário mínimo e suspendeu grande parte das intervenções nos sindicatos, fazendo vistas grossas à participação de comunistas, que começavam a disputar e, em muitos casos, ganhar eleições sindicais.

Mas a mudança da linha geral do PCB só se manifestou efetivamente por ocasião das eleições presidenciais de 1955. O partido, então,

apoiou abertamente a chapa Juscelino-Jango, e este apoio dos comunistas foi explorado pela direita para tentar impedir a posse do novo presidente e de seu vice por suas supostas vinculações com a “subversão”. Os primeiros passos desta política mais flexível de alianças fizeram com que o PCB fizesse uma revisão mais profunda de sua estratégia. Em março de 1958, os comunistas reorientaram sua política, definindo como objetivos centrais a constituição de uma “frente nacionalista e democrática, anti-imperialista e antifeudal”. Esta posição seria reafirmada em linhas gerais no V Congresso do PCB, em 1960. As eleições passavam a ser consideradas como instrumento privilegiado de acesso ao poder.

Coincidindo com esta mudança de linha política, deu-se igualmente a legalização de fato (mas não de direito) do PCB. A justiça suspendeu a ordem de prisão contra Prestes e, depois de dez anos de clandestinidade, o secretário-geral do partido pôde reaparecer. O PCB passaria a ter uma atuação cada vez mais aberta e visível. Desse modo, até 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, muitos comunistas foram eleitos vereadores, deputados estaduais e federais, valendo-se da legenda de outros partidos, especialmente o PTB e o PSB, mas também o PSP e até o Partido Republicano, entre outros. O PCB definiu nacionalmente um amplo esquema de apoios e alianças. Para citar um exemplo significativo, Leonel Brizola se elegeu governador do Rio Grande do Sul, em 1958, com o apoio explícito do PCB.

VOTO OPERÁRIO, IMPREVISÍVEL

Apesar de tudo, a presença do PCB nas classes trabalhadoras nesta segunda metade dos anos 1950 e mesmo na década seguinte foi extremamente débil e circunscrita às cúpulas sindicais. Esta debilidade era particularmente visível em São Paulo, já então o mais importante núcleo industrial do país. Além disso, diferentemente de outros países, da Europa e mesmo de alguns da América Latina, as diminutas dimensões do Partido Comu-

nista não eram compensadas pela existência de um Partido Socialista com base operária e popular. O PSB, formado no pós-guerra, conseguiu reunir fundamentalmente intelectuais, alguns de grande importância, mas todos de escassa influência política. Experimentou oscilações em sua política, o que o levou em certo momento a apoiar eleitoralmente Jânio Quadros. Teve pequena expressão eleitoral entre 1945 e 1964.

O voto operário, em grande medida, foi para o PTB e para os partidos e dirigentes populistas regionais, como Adhemar de Barros e o próprio Jânio Quadros, para citar o caso de São Paulo, a maior concentração de trabalhadores industriais. Mas o PTB não era homogêneo internamente, e reunia desde setores anti-imperialistas, às vezes bastante radicais, até grupos vinculados ao Ministério do Trabalho e acostumados com as práticas fisiológicas de aliciamento e cooptação.

Tudo isso contribuiu para um comportamento eleitoral imprevisível dos trabalhadores. O exemplo claro foram as eleições presidenciais de 1960. Apesar de PTB e PCB terem definido seu apoio ao Marechal Henrique Teixeira Lott para a Presidência da República, uma grande parte do eleitorado popular apoiou Jânio Quadros, cuja votação se aproximou bastante dos 50% dos sufrágios. Da mesma forma, é importante mencionar que se o voto do trabalhador pesou favoravelmente para a eleição de Jânio, ele foi ainda mais decisivo para a eleição de João Goulart para vice (a legislação eleitoral da época permitia eleger o presidente de uma chapa e o vice de outra). Jango aparecia não apenas como continuador da obra de Vargas, mas também como o ex-ministro do Trabalho que havia duplicado o salário mínimo.

AS ESQUERDAS E A DIREITA

Sete meses após sua posse, Jânio renunciou à Presidência. Goulart, mesmo sendo o substituto legal do presidente em caso de renúncia, en-

frentou fortes resistências políticas e militares para chegar ao Planalto. Sua posse só foi garantida pela resistência “pró-legalidade” no Rio Grande do Sul, desencadeada pelo governador Brizola, e por um esboço de greve geral política dos sindicatos no Sul e Centro do país. Mesmo assim, sob a pressão dos militares, foi adotado, em agosto de 1961, o sistema parlamentarista de governo para diminuir os poderes de Goulart. Tancredo Neves assumiu o cargo de primeiro-ministro, mas renunciaria quase um ano depois para candidatar-se ao governo de Minas Gerais.

Os sindicatos que estavam se agrupando no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) apoiaram, então, San Tiago Dantas para novo ocupante do cargo. Mas o Congresso Nacional negou-lhe confiança por 174 a 110 votos, gerando um clima de retrocesso político. Contra isso se levantaram os sindicatos, que desencadearam uma greve em julho e, depois, em setembro de 1962. A solução para a crise provocada pelo regime parlamentarista surgiria dessas mobilizações: a convocação, para janeiro de 1963, de um plebiscito a fim de decidir sobre a volta ou não ao presidencialismo. A imensa maioria votou pelo regime presidencial.

Poucos meses antes, nas eleições estaduais de 1962, a direita conseguiu vencer em Estados importantes, elegendo governadores conservadores como Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul). Todos eles, associados a Carlos Lacerda (governador do então Estado da Guanabara), tiveram um papel fundamental no esquema político de desencadeamento do golpe militar de 1964. Uma das poucas exceções foi Pernambuco, onde Miguel Arraes, encabeçando uma coligação de forças de esquerda, se elegeu.

Apesar dessa ofensiva da direita, as esquerdas aumentaram sua participação no âmbito legislativo. O PTB continuou crescendo, e o PCB ampliou suas bancadas federal e estadual sob o manto de outros partidos. O líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, de esquerda independente e próximo aos ideais da Revolução Cubana, também foi para a Câmara Federal.

Tentando sair da ilegalidade, o PCB solicitou seu registro ao Tribunal Superior Eleitoral. Para tanto, fez alguns ajustes nos estatutos para impedir vetos da Justiça Eleitoral. Dentre as modificações introduzidas estava a troca do nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Os autores da mudança buscavam romper com a imagem de um partido internacional, entre outras razões. Era o pretexto que faltava para alguns dirigentes do PCB, contrários à linha geral do partido, vigente desde 1958. Esses dissidentes formaram então o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Pela primeira vez depois de muitos anos, uma dissidência comunista dava nascimento a outro partido.

COMO CASTELO DE CARTAS

Pouco mais de um ano separa a vitória do presidencialismo de janeiro de 1963 do golpe de Estado de abril de 1964. Mesmo com mais poderes, Jango não foi capaz de imprimir uma orientação consistente a seu governo e contornar a grave crise econômica que se avolumava como resultado de uma explosiva combinação entre inflação e recessão crescentes. Oscilando entre acordos com a direita e com as esquerdas, semeando suspeitas sobre suas intenções golpistas – dizia-se que Jango pretendia perpetuar-se no poder –, o governo lançou o país em um clima de instabilidade política profunda.

As esquerdas, por sua vez, não foram capazes de influir consistentemente nos rumos do governo ou de diferenciar-se deste. Ambíguas em relação às instituições democráticas, associadas contra sua vontade ao caos econômico instaurado, as esquerdas não souberam preparar-se para a eventualidade de um golpe, apesar de altissonantes declarações de que esmagariam os “gorilas” se estes levantassem a cabeça. Em tal situação, o regime instaurado em 1946 caiu como um castelo de cartas. Apenas no Sul esboçou-se contra o golpe uma pequena reação popular – que estaria desfeita já em 2 de abril.

Os militares assumiram o poder. O Congresso elegeu indiretamente o novo presidente, o marechal Castelo Branco, conforme previa a Constituição. Mas, na realidade, a Constituição não estava mais em vigor. O Ato Institucional, que seria o primeiro de uma série, baixado pelos militares nos primeiros dias de abril transferia para o Alto Comando das Forças Armadas o poder real. Com o adiamento das eleições, a introdução sucessiva de pleitos indiretos, cassações sistemáticas de mandatos e suspensão de direitos políticos por dez anos, dissoluções de partidos, além de uma repressão particularmente intensa aos sindicatos, sindicalistas e militantes de esquerda em geral, fechava-se o tímido ciclo democrático aberto com o fim do Estado Novo, 19 anos antes. Como dizia jocosamente a manchete do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, no dia seguinte à edição do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965: “Eleições agora só para miss...”.

ESQUERDAS: RUPTURAS E CONTINUIDADES¹

Um olhar sobre a cena política brasileira e da maioria dos países da América Latina revela uma situação inédita. Nunca as esquerdas deste continente demonstraram possuir uma força política como a que têm agora, abrindo-se concretamente a possibilidade de que cheguem a vários governos centrais e regionais por meio de eleições.

Essa não é somente a situação do Brasil – de acordo com as pesquisas no momento em que estas notas foram escritas – como também a de outros países onde haverá eleições e as esquerdas aparecem com opção de vitória, ou, pelo menos, de crescimento significativo.

No Chile manteve-se a aliança de centro-esquerda. Na Venezuela, Rafael Caldera venceu com um programa de crítica ao neoliberalismo, aliado a partidos de esquerda (o MAS e o pequeno Partido Comunista) e a grande surpresa das eleições foi o crescimento de Causa R., organização que muitos comparam com o PT brasileiro.

As esquerdas aparecem fortes para as eleições que haverá na Colômbia, El Salvador, México, República Dominicana, Panamá e Uruguai,

1. Este texto foi apresentado no II Simpósio Anual de Ciência Política (Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil), organizado pelo Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, realizado em novembro de 1993 (N.E.).

países que, como o Brasil, deverão escolher novos presidentes e renovar a totalidade ou grande parte de seus Legislativos em 1994².

É paradoxal, no entanto, que essas fortes opções eleitorais das esquerdas na América Latina, que as pesquisas atestam, contrastem com uma não menos forte hegemonia de ideais conservadoras, mais particularmente dos projetos neoliberais de organização da economia e da sociedade.

É grande a força que ganharam propostas de ajuste econômico às quais se vinculam teses sobre privatizações, Estado-mínimo, abertura da economia, desregulamentação das relações de trabalho. Parte significativa da agenda político-econômico-social hoje vigente é fortemente influenciada por esses e outros temas propostos pelo neoliberalismo, ainda que esse projeto tenha entrado em crise nos países onde foi emblemático (a Grã-Bretanha de Margareth Thatcher e os Estados Unidos de Reagan-Bush) e comece a mostrar seus limites na própria América Latina.

As dificuldades que as esquerdas revelaram frente a esse *tournant* se expressam na contaminação de suas propostas pelos temas neoconservadores ou (o que é a outra cara da mesma moeda) no rechaço principista destes a partir de um fundamentalismo doutrinário que a história se encarregou de sepultar.

Em 1993 a Universidade de Princeton realizou seminário reunindo acadêmicos norte-americanos e da América Latina com importantes dirigentes políticos de esquerda do continente, dentre os quais quatro candidatos à presidência de seus países: Cuauhtémoc Cárdenas, do México, Rubén Zamora, de El Salvador, Antonio Navarro Wolff, da Colômbia, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil.

Discutiu-se a perspectiva de poder das esquerdas “ao sul do rio Grande” e a paradoxal não correspondência entre força eleitoral e consistência programática, expressa na hegemonia conservadora antes apontada.

2. Os resultados eleitorais (e nas pesquisas) obtidos pela Frente Grande, na Argentina, fenômeno posterior à primeira redação destas notas, confirmam a tendência antes apresentada.

Luís Maira, secretário-geral do Partido Socialista Chileno (hoje ministro do governo Eduardo Frei) resumiu, a sua maneira, o paradoxo: “Antes tínhamos ideias, mas não tínhamos votos; hoje temos votos, mas não temos ideias”.

Exageros retóricos à parte, a *boutade* de Maira apontava para uma realidade que o curso ulterior dos acontecimentos iria em grande medida reforçar. O crescimento eleitoral das esquerdas não havia sido acompanhado de um aprofundamento programático, o que era particularmente grave tendo em vista a crise de muitas das ideias que haviam alimentado essas forças durante décadas.

Mas para pensar essa não correspondência entre força eleitoral e consistência programática é de fundamental importância analisar a especificidade dessas esquerdas, para localizar as rupturas e continuidades entre elas.

Se considerarmos “de esquerda” partidos e movimentos que se autodesignam “socialistas” – deixando de lado, portanto, os projetos anarquistas ou anarcossindicalistas do começo do século – pode-se considerar a existência de três gerações de organizações de esquerda no Brasil. *Grosso modo*, essa é a mesma situação de quase todos os países da América Latina.

A *primeira geração* tem sua origem na formação do Partido Comunista do Brasil, em 1992, e incorpora, no seu desenvolvimento, todos os grupos dissidentes (trotskistas, “reformadores”, maoístas etc.) que se foram constituindo desde então.

Esse Partido Comunista foi criado sob o impacto da Revolução Russa e estruturado a partir dos paradigmas políticos e organizacionais da Internacional Comunistas (IC ou Comintern) formada em 1919.

Situando o Brasil no rol dos países “semicoloniais”, a Comintern ofereceu ao PCB um mecanismo de explicação e uma proposta de transformação da realidade econômica, social e política do país. Com múltiplas modificações e adequações “táticas” realizadas durante décadas e que prosseguiram mesmo depois da dissolução formal da Internacional

Comunista (em 1943) esse modelo desembocou na proposta gradualista de transformação da sociedade brasileira, na qual se enfatizava o caráter nacionalista das reformas e o destacado papel que nelas teria o Estado.

Fortemente influenciada pela leitura que se fez nos anos 1950 da Revolução Chinesa, a proposta do PCB foi-se deixando igualmente influenciar pelo pensamento nacional-desenvolvimentista do mesmo período, que se estenderia pelos anos 1960.

Esse projeto – na prática uma versão retoricamente mais à esquerda do nacional-desenvolvimentismo – enfatizava a etapa democrática da revolução brasileira, entendida como momento em que deveriam ser enfrentados os desafios da “dominação imperialista e feudal”, apontadas como as “contradições fundamentais” de nossa sociedade, para reproduzir as expressões então consagradas nos textos oficiais. Mas a democracia aí era pensada fundamentalmente como um meio. A ausência de uma reflexão substantiva sobre a democracia, desfigurada pelo adjetivo “burguês”, deixou essa geração de esquerda desarmada para o enfrentamento da questão, vital na história republicana brasileira.

Esse projeto encontra seus limites históricos com a derrota de 1964, quando do golpe militar.

No período que então se abre, se não se pode falar de desaparecimento total da “primeira geração” é evidente que se configura uma clara situação de declínio.

Sem entrar na discussão, por certo importante, de saber se essa alternativa era ou não viável, o certo é que o PCB, da mesma forma que suas vertentes até 1964, não foi capaz de constituir-se como força significativa da política brasileira.

A *segunda geração* se constituiu basicamente em torno dos grupos da chamada “esquerda revolucionária”, denominação que buscava contrastar esses novos segmentos com o caráter “reformista” do PCB. Restaurava-se a clássica disjuntiva “Reforma ou Revolução”, que sacudiu o

movimento socialista desde fins do século passado. Como quase todas as correntes emergentes na história das esquerdas, essa geração é resultado simultâneo de uma derrota e de uma vitória.

A derrota é o colapso do projeto nacional-reformista em 1964, contemporâneo ao esgotamento de experiências semelhantes em outras partes do mundo.

A vitória é a da Revolução Cubana, que, alguns anos antes (1959), reatualiza a problemática revolucionária no Continente, articulando-se com outros fenômenos como a guerra de libertação nacional na Indochina, especialmente no Vietnã, as guerrilhas que se multiplicavam em toda a América Latina e, inclusive, os acontecimentos de 1968 no mundo, especialmente na França, Itália, Alemanha e mesmo no Leste europeu.

Essa nova geração de esquerda não tinha uma proposta homogênea e unívoca. Ela pôde definir-se por uma “estratégia socialista”, mesmo quando se propôs com o objetivo imediato derrotar a ditadura militar (às vezes confundida com “fascismo”), considerada como expressão necessária da dominação do capital. Em outros casos essa esquerda limitou-se a um projeto de “libertação nacional”.

Sua homogeneidade foi maior no que se refere aos meios de alcançar seus objetivos. Grande parte das organizações que se desprenderam do PCB no Brasil e em outros países da América Latina, da mesma forma que muitas dissidências de correntes populistas (APRA, no Peru; peronismo, na Argentina; ou Acción Democrática, na Venezuela), optaram pela luta armada e por uma concepção de partido que procurava articular de distintas formas elementos políticos e militares.

Para reforçar sua identidade, esses grupos combinaram essa redefinição político-organizativa com uma tentativa de revalorizar a tradição marxista, seja por uma volta a “leninismo” supostamente conspurcado pelo “revisionismo” ou pelo “stalinismo”, ou ainda pela invocação de um trotskismo que havia acabado sua “travessia do deserto” ou, finalmente,

pela adesão a um maoísmo renovado pela leitura que intelectuais franceses e italianos fizeram da Revolução Cultural na China.

Essa tentativa de reconstruir uma identidade de esquerda, que se traduzia em uma “volta às fontes” do marxismo, explica as “leituras de *O Capital*” tão frequentes no período, parte das exegeses da obra de Marx, de inspiração althusseriana, apresentados como condição prévia para reconstruir e prolongar o marxismo. A tentativa de Poulantzas de construir uma teoria política a partir de Marx se inscreve nesse mesmo movimento.

A visão de Brasil que essa geração possuía era marcadamente “catastrofista”. O capitalismo brasileiro aparecia como inviável e dessa inviabilidade se deduziam as possibilidades da revolução, como havia sido pressentido depois de 1917, após a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia.

Produzia-se um deslocamento de problemática.

A constatação de que a inviabilidade do capitalismo brasileiro (e latino-americano) criava condições objetivas para a revolução socialista era acompanhada de outra reflexão: não havia condições “subjetivas” (classes e/ou partidos) capazes de tirar proveito da nova conjuntura e “fazer a revolução”.

Realizava-se uma dupla e complexa operação. Se por condições subjetivas se entendia “partido”, tratava-se de criar uma nova organização, de preferência com características “político-militares”, que lhe permitisse levar adiante exitosamente o enfrentamento com o inimigo.

Mas, se por condições subjetivas, entendia-se “sujeitos sociais”, a resposta era um voluntarismo político, que conferia à vanguarda todo o poder e eficácia, suprimindo a letargia das classes historicamente chamadas a fazer a revolução.

Toda a concepção “foquista” (um foco guerrilheiro criaria uma dinâmica político-militar capaz de mobilizar as massas, que eram amorfas ou se encontravam abandonadas por suas direções tradicionais) parte desse pressuposto.

O ceticismo em relação aos sujeitos históricos do projeto de socialismo (na Europa, Marcuse tentava substituir os trabalhadores – para ele integrados à sociedade capitalista –, pelos estudantes e outros “não integrados”) se traduzia no culto à ação de pequenos grupos que reverteriam esse quadro.

A redução da ditadura ao capitalismo, muitas vezes expressa na disjuntiva “socialismo ou fascismo”, somada ao catastrofismo da esquerda revolucionária brasileira e, em grande medida, latino-americana, criou obstáculos importantes para que esses grupos viessem a pensar o fim das ditaduras e a transição para a democracia fora de seus parâmetros revolucionários.

É claro que essa dificuldade refletia mais do que um impasse teórico, expressando dramaticamente a profundidade da derrota que esses grupos sofreram no seu enfrentamento desigual com os aparelhos repressivos.

É nessa conjuntura de declínio das ditaduras, diferenciado segundo cada país, e cujas causas e particularidades não é o caso de aqui analisar, que se dão o surgimento de uma *terceira geração* de esquerda a que designei, no passado, como esquerda social³.

Essa esquerda social não resume as esquerdas no final dos anos 1970 e começos dos anos 1980. É, no entanto, seu cerne.

Ela surge basicamente dos movimentos sociais que proliferam no período e que refletem complexos e desiguais processos de enfrentamento com o Estado e o sistema de dominação dos anos 1970. O mais importante, e que terá peso mais significativo, é o movimento operário e sindical, comportando várias formas de atuação fora e dentro dos sindicatos oficiais.

Os movimentos no campo – pouco estudados até agora – tiveram um crescimento insuspeitado.

3. GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; e FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 193-223.

Os movimentos sociais urbanos refletiam o agenciamento de reivindicações por segmentos situados sobretudo nas grandes cidades brasileiras, duramente penalizadas pelos processos de concentração de riqueza ocorridos sobretudo nos anos 1970. Finalmente estão distintos movimentos por direitos civis – de mulheres, negros, homossexuais, indígenas, deficientes – ou pela preservação ambiental.

Esses chamados “novos movimentos sociais” correspondem à (re) descoberta e/ou (re)valorização de temas ausentes ou minimizados pelo pensamento das esquerdas tradicionais ou, o que é mais importante, a uma nova reflexão substantiva sobre a democracia, entendida como espaço de criação de novos direitos.

Para pensar as rupturas dessa terceira geração com as precedentes, mencione-se, em *primeiro lugar*, a ausência de referências internacionais que caracteriza essa corrente emergente. Esse fenômeno já é sintoma antecipado da crise profunda que viveria o movimento socialista nos anos 1980 e princípios dos 1990.

Em *segundo lugar*, essa esquerda é ideologicamente heterogênea. Não possui referência doutrinária unívoca. Descarta em geral os *mâitres à penser*, no passado indispensáveis. Mais ainda, em boa medida, a prática dessa nova esquerda está por vezes muito adiante de sua capacidade de autorreflexão, o que acaba por acarretar problemas para sua própria atuação.

É claro que esse aspecto se alia ao precedente. A ausência de referência doutrinária não é estranha à crise dos dois grandes paradigmas socialistas do século XX: o comunista e o social-democrata.

Em *terceiro lugar* a nova geração de esquerda dá ênfase à democracia, procurando aprofundar seu significado.

A democracia política aparece não apenas, como no passado, como *um meio* – etapa ou instrumento – mas como *um fim*, um objetivo a ser construído.

Esta reflexão decorre não só da análise da crise dos regimes do “socialismo real”, onde a ausência de democracia política teve um papel decisivo, mas também da percepção que a esquerda passou a ter sobre a importância dos “formalismos da democracia burguesa” durante o regime militar.

Mas a democracia política aparece igualmente vinculada à necessidade de democracia econômica e social. Sem enfrentar os temas de uma maior igualdade econômica e social, a liberdade política aparece ameaçada, como a história recente da América Latina tem ensinado.

A heterogeneidade dessa nova geração de esquerda obriga-a a definir novas regras de convivência interna. Ela é mais democrática em suas propostas organizacionais, gerando partidos mais flexíveis.

A ausência de referências internacionais e de paradigmas doutrinários dificulta a construção de um paradigma novo de sociedade, contribuindo, por vezes, para um verto ecletismo. Mas, ao mesmo tempo, essa esquerda tem maior liberdade de invenção política, uma vez que ela não carrega hipotecas político-ideológicas do passado, ou, como se diz frequentemente entre militantes latino-americanos, não necessita “suar o calor alheio”.

Esse fenômeno, associado à origem “social” dessa nova esquerda e ao próprio entorno político no qual ela se desenvolveu, acarretou-lhe dois problemas.

O primeiro é uma forte tendência *basista*, que por vezes assume dimensão corporativista e desemboca em uma subestimação da política institucional.

O segundo, em uma direção oposta, mas paradoxalmente às vezes combinado com a tendência anterior, é um viés estrategista, um iluminismo autoritário que hipertrofia os fatores subjetivos (o partido) e desconfia da ou desconsidera a dinâmica autônoma que as lutas sociais assumem em vários momentos.

Esta terceira geração está diante de desafios. A resposta que der a eles ajudará para saber até que ponto existem mais rupturas ou continuidades com as gerações precedentes.

O primeiro deles – já evocado anteriormente – e que ganha uma significação crescente na América Latina de hoje, é a capacidade que essa esquerda terá de fundir a luta pela democracia política com a democracia econômica e social. Isto é, como articular os valores da liberdade com os da igualdade, um tema clássico da filosofia política.

Esta questão geral reintroduz no Brasil, nos dias que correm, uma problemática que ciclicamente reaparece, a da reforma política e social.

O segundo desafio está ligado à necessidade de uma reflexão substantiva sobre a democracia política, reforçada nos últimos anos no Brasil a partir de episódios emblemáticos com os do impeachment de Collor e o da CPI da Comissão do Orçamento⁴, para citar dois momentos em que as instituições republicanas foram expostas a duras provas, deixando graves sequelas.

Esses episódios mostraram aspectos particulares do fenômeno mais geral de “privatização do Estado” que coloca para as esquerdas desafios republicanos.

Muito se tem especulado sobre o potencial negativo que essas manifestações de crise institucional teriam sobre o conjunto das instituições. A experiência dos últimos anos revelou, no entanto, que a sociedade foi capaz de oferecer alternativas aos partidos para um processo de construção institucional democrático capaz de dar conta dos imensos desafios que este país apresenta.

4. Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados ocorrida em 1993 e que investigou um grupo de parlamentares por seu envolvimento em fraudes ocorridas na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, no final dos anos 1980 e princípios dos anos 1990. As fraudes investigadas foram as propinas pagas pelos prefeitos para incluir uma obra no Orçamento ou conseguir a liberação de uma verba já prevista; as emendas feitas por parlamentares para remeter dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parentes; e comissões obtidas com grandes empreiteiras para a inclusão de verbas orçamentárias para grandes obras (N.E.).

As esquerdas aí atuaram como um fator decisivo e não marginal como no passado. Talvez esta constatação ajude a pensar a profundidade da ruptura que essa nova geração operou com o passado, e em que medida ela anuncia efetivamente uma nova vocação de poder.

O GÊNERO DA MILITÂNCIA: NOTAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA OUTRA HISTÓRIA DA AÇÃO POLÍTICA

É possível uma história da esquerda, sem uma história da militância política?

A resposta a essa pergunta passa inicialmente por uma reflexão sobre os (des)caminhos da historiografia contemporânea que se debruçou sobre a análise do fenômeno revolucionário.

Às vésperas de sua morte, Georges Haupt fustigou um tipo de história política que “elimina o passado do movimento operário em proveito dos congressos, dos maus ou bons líderes, das resoluções justas ou equivocadas, dos partidos reformistas ou revolucionários ou das ideologias concorrentes”¹.

Naquele que viria a ser seu testamento historiográfico Haupt denunciava, explicitando-a, a existência de um hipoteca ideológica pesando sobre a historiografia operária e dos partidos de esquerda. Mas, ao mesmo tempo, ele propunha teórica e metodologicamente vias alternativas, exemplarmente ilustradas nos ensaios de seu livro póstumo. Seu texto critica o conservadorismo teórico com que eram tratados – à direita e à esquerda – revoluções e organizações revolucionárias desfiguradas por

1. HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Paris: François Maspero, 1980, p. 12.

uma historiografia que substituíra grandes batalhas militares por enfrentamentos políticos-ideológicos ou reis e generais por burocratas partidários.

Outros trabalhos² ofereceram mais referências para uma reconstrução da historiografia da esquerda, ao mesmo tempo em que surgiam estudos específicos que traduziam em concreto essa nova proposta. A partir dos anos 1960, especialmente de 1968, tanto o discurso político, como o das ciências humanas, passaram a propor novas reflexões sobre as relações entre as esferas pública e privada, o que teria seu impacto na historiografia, inclusive na dos partidos.

É certo que essa reconfiguração dos nexos público/privado não raras vezes trouxe consigo o risco de uma abordagem pan-politista, na medida em que a invasão da esfera privada pela pública (impropriamente reduzida à *política*) acabava por atribuir uma significação política a tudo.

A *contrario sensu*, houve os que retrospectivamente vissem na *Pensée 68* as bases para o “egoísmo hedonista” responsável por um crescente confinamento de homens e mulheres na esfera privada³, antecipando a ideia de “fim da política”. Tudo se passa como se o individualismo apolítico, que muitos apontam como característico hoje da pós-modernidade, tivesse sua origem na grande explosão social, política e cultural de 1968, onde, no entanto, a construção de identidades coletivas e as ações solidárias eram elementos dominantes.

Nessa perspectiva a história da militância pode aparecer à primeira vista como “apolítica”, um território escorregadio, onde a diluição

2. ANDERSON, Perry. La historia de los partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael. *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 150-165 ou HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, e, evidentemente, a monumental *História do Marxismo*, em 12 volumes, por ele coordenada (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979-1989).

3. Esta interpretação dos acontecimentos de 1968 é, segundo Castoriadis, a de FERRY, Luc e RENAUT, Alain. *Pensamento 68: Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988; e de LIPOVETSKY, Gilles. *L'Ère du vide: Essai sur l'individualisme contemporain*. Paris: Gallimard, 1983. A crítica a essa linha analítica está em CASTORIADIS, Cornelius. *Les Carrefours du Labyrinthe. IV – La Montée de l'Insignificance*. Paris: Seuil, 1996, p. 27-28 [Já há tradução brasileira deste último: CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto IV: A ascensão da insignificância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 32-34 (N.E.).]

das fronteiras entre o objetivo e o subjetivo se desvanece a tal ponto que turvam a capacidade de compreensão e inteligência dos fenômenos políticos a serem escrutinados na reconstituição de trajetórias individuais ou coletivas.

As indicações de Haupt e Anderson sobre a história política das esquerdas, somadas às contribuições da história social contemporânea, só confirmam a necessidade de abrir espaço específico para a análise do fenômeno da militância. Um partido (e a ação política) não pode ser entendido, como bem sugere essa historiografia, sem a análise de seus programas, do contexto histórico nacional e internacional dentro do qual ele se move, das tradições culturais que ele encarna, das mutações em suas bases sociais. Mas, para ser abrangente, o estudo dos partidos não pode prescindir da análise de sua militância, de seu grupo dirigente, dos procedimentos e até mesmo dos “rituais” internos.

Essa militância, por mais disciplinada que fosse – e sabe-se como esse aspecto teve importância –, não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua “consciência de classe”, ou das diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, com valores éticos, convicções políticas, influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada.

É válida, para o entendimento da militância política, a ideia de que

a condição humana compreende algo mais do que as condições que foram dadas ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com

o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. (...) Os homens criam constantemente as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. [Mas a]... objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou de objeto – e a condição humana completam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana⁴.

O mundo da militância tem sido associado a um microcosmo submetido a regras e códigos particulares, capazes de sugerir a ideia de que o partido seja uma “*contrassociedade*”⁵. Se essa alusão é utilizada para entender Partidos Comunistas, como o francês, que, a despeito do confinamento político-ideológico a que foram submetidos por décadas, tiveram grande parte do tempo uma existência legal, ela tem uma força explicativa muito maior para as organizações revolucionárias que fizeram da luta armada o centro de sua atividade, tendo de sobreviver a maior parte de seu tempo na clandestinidade. As condições de clandestinidade, decorrentes da opção revolucionária, acentuavam o caráter fechado dos grupos e com isso aproximavam e articulavam as esferas do público e do privado permitindo uma observação privilegiada dessa complexa relação.

4. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, p. 17.

5. A associação dos partidos comunistas/contrassociedade é utilizada por KRIEGEL, Annie. *Les Communistes Français: Essai d'ethnographie politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1968. O mesmo marco teórico inspira os trabalhos de ROBRIEUX, Philippe. *Maurice Thorez: Vie secrète et vie politique*. Paris: Fayard, 1975; *Histoire Intérieure du Parti Communiste*. 4 v. Paris: Fayard, 1980; 1981; 1982; 1984; e *La Secte*. Paris: Stock, 1985.

Desde que a história da vida privada deixou de se opor teoricamente à história da esfera pública⁶, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia *événementielle*, à crônica, ao jornalismo, à biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situadas na área sombria da história – a esfera privada – as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão historiográfica.

A abertura ou reconfiguração desse território historiográfico acarretou não somente a constituição de um campo de investigação – com implicações teóricas e metodológicas específicas – como permitiu, sobretudo, a partir dessa especificidade, repensar as relações público/privado, outorgando uma maior complexidade à historiografia política, inclusive àquela centrada na análise dos processos e das organizações revolucionárias.

O objetivo dessas notas é pensar algumas das implicações dessa abertura historiográfica a partir de três trabalhos dedicados à reconstituição da militância de mulheres durante as ditaduras militares recentes no Brasil e na Argentina. Não se trata de resenhá-los, mas de tomar alguns dos problemas por eles colocados, ou neles subjacentes, para discutir o tema do gênero da militância e as implicações que esse tipo de problemática tem para a construção de *outra história* da ação política.

Os textos sobre o Brasil provêm da academia: *Mulheres, Militância e Memória – Histórias de vida. Histórias de sobrevivência*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira⁷ e *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, de Ana Maria Colling⁸. Já o livro sobre a Argentina e o trabalho da jornalista Marta Diana, *Mujeres Guerrilleras: La militancia de los setenta en el testimonio de sus protagonistas femeninas*⁹.

6. “Mais além do anedótico, a história da vida privada é também a história política do cotidiano.” Cf. PERROT, Michelle e DUBY, Georges. *Histoire des femmes en Occident. V. 4 (Le XIXème siècle)*. Paris: Plon, 1991, p. 13.

7. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

8. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

9. Buenos Aires: Planeta, 1996.

Anteriormente a biografia de Iara Iavelberg¹⁰, tanto pela pesquisa realizada como pelo enfoque dado, oferecia abundante material para pensar-se as possibilidades de uma historiografia política alternativa centrada na militância. O memorialismo dos “anos de chumbo” tratando da clandestinidade, prisão e exílio¹¹ também se transformou em um material sugestivo para essa abordagem.

Finalmente os trabalhos de Elisabeth Souza Lobo¹², ainda que não centrados em período histórico recente, oferecem um quadro analítico absolutamente pertinente para a problemática em questão.

A ESPECIFICIDADE DA MILITÂNCIA FEMININA

A militância de mulheres em organizações revolucionárias nos anos 1960-1970 é tratada implícita ou explicitamente pelas três autoras como uma dupla transgressão. Primeiro porque houve o engajamento nessas organizações, a maioria dedicada a realizar ações armadas contra o governo, significava colocar-se “fora da lei”, não cabendo aqui discutir o quão ilegal ou ilegítima esta fosse. O elevado preço pago pelas militantes – morte, tortura, prisão, exílio¹³ – assim como os impactos na vida

10. Cf. PATARRA, Judith. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. Ver também GARCIA, Marco Aurélio. Iara, história e cotidiano. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 1993, p. 210-212, onde pretendo resgatar a contribuição historiográfica do livro de Patarra.

11. A bibliografia brasileira, como a latino-americana, é vastíssima. Ela abrange não somente o memorialismo e trabalhos coletivos de história oral como obras ficcionais. Mais recentemente o próprio cinema debruçou-se sobre o período. As polêmicas criadas em torno de filmes como *Lamarca*, de Sérgio Rezende, e *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto, são um indício de que o tema da memória dos “anos de chumbo” ultrapassa em muito o interesse dos especialistas ou “ex-combatentes”. Sobre o filme de Barreto ver REIS Filho, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: O sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997. Na produção memorialística cabe um destaque particular para COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do exílio. Memórias do exílio*. Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, texto pioneiro cuja elaboração foi em boa medida influenciada pela formação de coletivos femininos na diáspora brasileira na Europa.

12. *Emma Goldman: A vida como revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1983; e Emma Goldman – Revolução e desencanto: Do público ao privado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 18, ago.-set. 1989.

13. Os livros de Ferreira e de Colling, duas dissertações de mestrado, são construídos a partir dos depoimentos de sobreviventes, enquanto que o de Diana combina o testemunho de sobreviventes com a reconstituição da trajetória de mortas e “desaparecidas”.

privada – familiar, afetiva, profissional – bem o demonstram. A segunda transgressão estava em que “a conduta das militantes também desafiava o código de gênero de sua época”¹⁴, fórmula um pouco empolada para dizer que a participação das mulheres na política não era socialmente bem vista.

Construídos fundamentalmente a partir de relatos colhidos nos anos 1990, os três trabalhos podem acompanhar os dois movimentos que se dão no espaço de mais ou menos 20 anos: (1) o mergulho na clandestinidade, com todas as consequências decorrentes da repressão, e (2) a reinserção na “vida legal”. Mais além dos traços comuns que possam apresentar, a experiência de ingresso dessas mulheres na política é um processo diferenciado. Para algumas a política tinha antecedentes familiares e é sugestivo que eles apareçam em muitas das histórias de vida para explicar ou situar os engajamentos.

Em quase todos os casos a clandestinidade é precedida de uma atividade legal – no movimento estudantil, às vezes nos sindicatos – e a passagem de um tipo de militância para outra resulta mais de circunstâncias – o “fechamento” político do regime ou as opções da organização – do que de uma opção pessoal deliberada. Essa primeira passagem mergulha jovens – esse é um traço comum do universo das entrevistadas – em situações limites. Primeiro estão os perigos da vida clandestina: da alta tensão das ações armadas à tensão permanente da vida nos “aparelhos” constantemente sob a ameaça da repressão.

Depois vêm os riscos da morte e da tortura. No caso das mulheres, os depoimentos convergem para um ponto crucial. Ao lado da dor física e da quebra moral que a tortura produz (ou busca produzir) cabe às mulheres uma cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que são submetidas em função de sua condição feminina. Posteriormente

14. Cf. FERREIRA, E. *Op. cit.*, p. 15.

está o cárcere, visto por muitas – assim como pelos homens – como um momento relativamente tranquilo, se comparado com o período da tortura. Finalmente está a *reinserção* no que chamam de “vida legal”, às vezes mediada pelo exílio.

Todas essas situações extremas têm forte impacto sobre a vida privada, sobretudo porque nas condições de clandestinidade, prisão e até mesmo nos círculos fechados do exílio, a rarefação da vida política invade o espaço privado de forma sufocante. É o que explica porque a vida amorosa dos militantes pudesse ter sido sujeita a regulamentos escritos – como os do PRT-ERP argentino – ou que ter ou não ter filhos se transformasse em um problema político ou, finalmente, que o fato de um militante não ter resistido às torturas e delatado, além de tomar distâncias políticas em relação a seu partido, fosse a razão para que sua mulher lhe perdesse o “carinho e o respeito”¹⁵.

O engajamento político nas condições de clandestinidade representava também uma brusca e profunda mudança do ponto de vista pessoal.

Aqueles dois anos – diz a militante identificada como Hercília – pareceram séculos em nossa vida! Entrei para a faculdade em 1967 e em 1970 já estava presa, já tinha rompido com a família e saído de casa, já tinha perdido a virgindade. Tudo aconteceu tão rápido¹⁶.

A clandestinidade representa igualmente uma crise de identidade. Não só porque as militantes têm de assumir uma identidade fictícia – no-

15. O pungente depoimento de Luis Ortolani sobre sua mulher, Liliana Delfino está em DIANA, M. *Op. cit.*, p. 359-366. Liliana, pouco depois de sair da prisão, onde se inteirou do comportamento do marido, separou-se de Luis e foi viver com o dirigente máximo do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo, Mario Roberto Santucho. A mulher anterior de Santucho, Ana Maria Villareal, havia morrido pouco tempo antes na “operação Trelew”, quando ele logrou fugir do cárcere. Mais tarde Liliana e Santucho seriam abatidos juntos, quando o “aparelho” do dirigente do PRT-ERP foi localizado pela polícia.

16. Cf. FERREIRA, E. *Op. cit.*, p. 126.

mes e profissões falsos e uma história de vida inventada – como porque devem romper com os múltiplos laços que as prendiam à vida progressa, fossem familiares, afetivos e até mesmo amorosos.

O próprio fato das relações amorosas se darem de forma quase circular entre militantes da organização, consequência óbvia de uma convivência forçada e dos imperativos de segurança, ilustra essa interpenetração da vida política com a vida privada.

Os depoimentos oscilam no que diz respeito ao lugar das mulheres na militância. O saldo aponta para o reconhecimento de que a militância clandestina era um universo basicamente masculino, onde as mulheres entravam em desvantagem. O desempenho satisfatório delas, especialmente nas tarefas militares, acaba por funcionar, no entanto, como instrumento de emancipação.

Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP¹⁷, calcula em 40% a participação de mulheres em seu partido e uma forte presença nas ações armadas inclusive em níveis de comando, ainda que não nas funções mais elevadas. Ele chama a atenção para os problemas que afetavam os casais na medida em que os homens – invariavelmente com maiores responsabilidades – acabavam por arrastar suas companheiras para as tarefas que assumiam. Às vezes, diz Mattini, a alta qualificação militante de uma mulher se via obscurecida pelo fato dela ser companheira de um dirigente. O caso de Liliana Delfino, antes mencionado, é explicitamente invocado. Mattini trata com equilíbrio situações altamente problemáticas da história da repressão na Argentina, como a de militantes que, além de delatarem, passaram a viver maritalmente com seus algozes. Ele considera que a “quebra” ocorreu com homens e mulheres e que não se podem destacar especialmente os casos femininos. Finalmente seu depoimento aponta para aspectos particulares da presença feminina na luta políti-

17. Cf. DIANA, M. *Op. cit.*, p. 370-374. Ver igualmente MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP (La pasión militante)*. La Plata: Editorial de la Campana, 1995.

ca, como a sedução involuntária que muitas militantes exerciam sobre operários de base, o que acabava por criar situações conflituosas com as mulheres destes.

Roberto Perdía invoca as mulheres montoneras¹⁸ e ilumina de forma particular a relação da vida privada com a vida política dos anos de clandestinidade. “Nossa casa, diz, era nossa base. Isso impunha inevitavelmente um estado de mobilização permanente para todos os que viviam conosco”¹⁹. Ele reconstrói a situação dos “aparelhos”, onde conviviam armas e crianças e onde mais de uma vez os filhos dos militantes tiveram de ocultar-se em porões ou sob os colchões durante os cercos das casas pelas forças do exército e da polícia para escapar aos tiroteios.

O processo de reinserção – o segundo movimento, agora de volta à vida legal – é uma longa e penosa travessia. Grande parte dos depoimentos coincide em que o engajamento político na juventude – mesmo que às vezes marcado por certa irreflexão sobre suas possíveis consequências – foi válido. Não há porque dele se arrepender. Por mais fundas que tenham sido as marcas nessas sobreviventes – e o horror da maioria das experiências vividas não deixa dúvidas a respeito – quase todas reivindicam este momento de suas vidas como pleno e significativo.

Mas trata-se de uma experiência de derrota. Tanto as esquerdas brasileiras, como as da Argentina, foram aniquiladas, militar e politicamente. O fato de que quase todas as militantes entrevistadas mantêm-se fiéis aos ideais que as levaram ao engajamento político no passado, algumas se filiando hoje a partidos de esquerda ou a movimentos de defesa dos direitos humanos, por exemplo, não anula que os projetos abraçados naquele período de suas vidas tenham fracassado.

Nesse sentido pode-se falar em *desencanto*, sentimento que antecipa e prepara a segunda travessia que essas mulheres empreenderam após

18. Cf. DIANA, M. *Op. cit.*, p. 375-380.

19. *Idem*, p. 375.

seus anos de clandestinidade, tortura, prisão ou exílio, quando buscaram reinserir-se na “vida normal”. Essa volta à “vida normal” tem muito a ver com a recuperação da privacidade, com a descoberta da subjetividade anulada pelas exigências que a vida clandestina impunha nos “anos de chumbo”²⁰, com a necessidade de repensar as relações entre o público e o privado e, em especial, a condição feminina.

É interessante observar que a militância de mulheres em um projeto eminentemente “masculino” (por suas regras, códigos e comandos) serviu para emancipar muitas das mulheres que dele participaram, ainda que muitas vezes essa emancipação só se desse quando as mulheres “se comportavam como homens...”, para utilizar uma expressão contraditória na boca de muitos dirigentes da época. Mas também é pertinente assinalar que a emergência do feminismo como forte movimento de ideias nas esquerdas no fim dos anos 1970 é produto da derrota daquelas experiências de militância revolucionária na qual as mulheres tanto investiram e das quais muitas tiraram suas lições.

A segunda travessia das militantes – sua reinserção ou caminho de volta para a “vida normal” – foi geralmente acompanhada de processos de autorreflexão que, como demonstram os três livros, estão cheios de referência à psicanálise e ao feminismo. Muitas ex-militantes fizeram análise ou submeteram-se a terapias e algumas se encaminharam profissionalmente para a psicanálise ou a psicologia. Outras – às vezes as mesmas – se incorporaram a distintas organizações de mulheres.

Não é ocasional que alguns dos grupos que mais contribuíram para a elaboração e difusão do pensamento feminista dos 1970-1980

20. “O projeto político em que se engajaram [as ex-presas entrevistadas, MAG] contrasta, por sua natureza totalizante e integradora, com a realidade social e o campo em que essas jovens gravitavam, constituindo-se esse contraste – para fins de interpretação – em um dos aspectos mais intrigantes de suas experiências e de mais difícil compreensão. Assim, é pertinente a indagação sobre os efeitos dessa passagem de um pluralismo cultural como o dos anos 1960 (sobretudo no ano de 1968) para o monismo centralizador do comunismo, que exigia adesão irrestrita e erradicação das diferenças internas”. FERREIRA, E. *Op. cit.*, p. 66.

no Brasil – *Nós Mulheres, Brasil Mulher* ou o Coletivo Feminista de Paris²¹ – tivessem uma forte participação de (ex)militantes de organizações de esquerda.

Esse feminismo se construiu em um diálogo (auto)crítico com o que haviam sido as esquerdas nos anos 1960-1970 e ajudou a encontrar respostas para sua crise antes mesmo que surgissem as primeiras rachaduras no muro de Berlim. Em outros países, onde as esquerdas viveram situações semelhantes às de Argentina e Brasil, como Chile e Uruguai, ou mesmo naqueles onde as experiências políticas não tiveram a mesma radicalidade, como a Itália, processos semelhantes ocorreram²².

O primeiro depoimento colhido por Marta Diana, de uma ex-militante que se faz chamar de Adriana, mostra como, através do feminismo, descoberto no exílio sueco, foi possível que ela percebesse “coisas do meu interior como mulher, longamente postergado e submetido ao *dever ser* da militância política”. O mais significativo de sua reflexão, no entanto, está quando ela afirma que as

... feministas diziam que nenhum partido político tomava em consideração a problemática particular que vivíamos as mulheres militantes. Passando em revista minha vida me sentia absolutamente de acordo. Hoje poderia acres-

21. Sobre estes temas, ver algumas contribuições mais recentes: ABREU, Maira. *Feminismo no exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. São Paulo: Alameda, 2016; e TELES, Amelinha & LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013 (N.E.).

22. O romance de Marcela Serrano, *Nosotras, que nos amávamos tanto*, retratando a trajetória de um grupo de amigas no Chile de Pinochet dá sugestivos elementos para pensar essa travessia das mulheres. [O romance recebeu posteriormente tradução brasileira: SERRANO, Marcela. *Nós que nos amávamos tanto*. Rio de Janeiro: Record, 2005 (N.E.).] Na Itália é sabido que a emergência do feminismo teve forte impacto tanto sobre a esquerda parlamentar como sobre a extraparlamentar. Foi a crise com as mulheres de Lotta Continua, talvez a mais importante organização extraparlamentar da Itália dos anos 1970, que levou esse grupo ao colapso durante o seu Segundo Congresso. Mesmo o Partido Comunista Italiano foi sacudido pela contestação feminista. Sobre o período existe abundante bibliografia. Ver, dentre outros, ROSSANDA, Rossana. *Anche per me: Donna, persona, memoria dal 1973 al 1986*. Milão: Feltrinelli, 1987.

centar que nenhum partido político jamais contemplou a problemática de seus militantes (homens e mulheres) como pessoas. Mas essa reflexão veio muitos anos depois²³.

A situação limite das mulheres nas organizações revolucionárias, sobredeterminada pelas condições específicas da clandestinidade, abriu espaço para que se constituísse um campo de reflexão em torno da especificidade da *militância*, esse complexo fenômeno no qual se articulam a esfera pública e a esfera privada. A história da vida privada da esquerda, entendida como a presença do político na esfera privada – a politização do cotidiano – ganha assim sua pertinência e objeto.

A ESCOLHA DA HISTÓRIA ORAL

Tanto o trabalho sobre a militância feminina na Argentina como os dois livros sobre o Brasil são construídos fundamentalmente sobre a base de depoimentos. Ainda que Colling tenha buscado trabalhar os arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul, seu texto não reflete significativamente em que medida essas fontes contribuíram para iluminar sua problemática. A abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras partes pode significar no futuro um aumento do leque de possibilidades de pesquisa. Na mesma direção, o monumental acervo *Brasil Nunca Mais*, hoje depositado no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, oferece possibilidades seguramente até agora pouco exploradas para essas novas pesquisas historiográficas sobre as esquerdas.

A escolha da história oral para reconstituir a história do tempo presente tem sido invocada quase sempre como consequência das dificuldades surgidas com outros tipos de fontes. Mas a opção pela história

23. Cf. DIANA, M. *Op. cit.*, p. 41.

oral também é reivindicada tendo em vista a adequação desse método a certos objetivos perseguidos, na medida em que os depoimentos autobiográficos têm a possibilidade de reconstituir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso *instituir sujeitos históricos concretos*, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos próprios de uma historiografia política onde os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal²⁴.

Vários problemas se colocam com esse tipo de fontes. Os relatos autobiográficos têm de ser significativos para a pesquisa em curso. Colling trabalha com seis entrevistadas, Ferreira com treze, enquanto Diana realiza um trabalho mais amplo e complexo, entrevistando ex (e atuais) presas, colhendo também, oralmente ou por escrito, depoimentos sobre mortas e “desaparecidas” entre parentes, amigos ou companheiros de militância. O problema não está tanto no número de entrevistas, mas nas características das entrevistadas. O universo social das entrevistadas dos três livros é mais ou menos homogêneo. Grande parte são jovens oriundas das classes médias, estudantes, sendo umas poucas de origem operária.

A julgar pelos levantamentos sociológicos feitos para o caso brasileiro²⁵ existe uma homologia entre a composição social das esquerdas em geral e aquela das militantes que serviram de base para a pesquisa. A empatia entre as pesquisadoras e seu objeto de pesquisa também existe e não chega a turvar a capacidade analítica. Ferreira e Diana pertencem inclusive à mesma geração de suas entrevistadas. No caso da argentina sua pesquisa é assumidamente provocada pela busca de uma amiga perdida²⁶.

24. “Foram sobretudo os movimentos de mulheres os que fizeram da narrativa pessoal uma prática política. Mas deve-se atribuir também a outros movimentos, em particular o dos estudantes de 1968, a tentativa de criar um sujeito histórico sob a base das próprias condições cotidianas, passando da su-jeição à sub-jeitividade e afirmando um duplo direito de estar na história e de ter uma história”. Cf. PASSERINI, Luisa. *Storia e Soggettività*. Florença: La Nuova Italia, 1988.

25. Cf. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 68-72.

26. Trata-se de Adriana Lesgart, codinome Patrícia, militante montonera desaparecida, com vários de seus irmãos. Adriana havia sido colega de colégio de Marta Diana e uma forte referência na biografia da jornalista.

Resta finalmente o problema de como conectar histórias de vida, compreensivelmente carregadas de referências subjetivas, com o contexto dentro do qual essas pessoas se moveram. Como explica Passerini: “Um dos principais problemas para toda a narrativa autobiográfica permanece hoje o de como conjugar subjetivo e objetivo, ou melhor dito, como mover-se entre psicologia e história”²⁷.

Essa passagem ocorre na medida em que a esfera privada, reconstituída pela história oral, é capaz de inserir trajetórias individuais no contexto social, político e cultural mais amplo do período analisado. Mas esse contexto não pode ser, no entanto, apenas um cenário no interior do qual as personagens se movem.

Para que essas personagens sejam dotadas de historicidade é necessário ver como esse contexto/cenário é interiorizado nos(nas) militantes e como esse processo de interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de microcosmo da militância. É, como explicou Arendt²⁸ anteriormente, a articulação entre a *objetividade do mundo* e a *condição humana*, ambas pensadas como esferas interdependentes. Essa interdependência leva Ferreira a recorrer a Pollak para fazer dos testemunhos, mais especificamente do discurso autobiográfico, a encarnação de “um destino coletivo” enquanto “representativo de uma matriz social comum”²⁹.

Os depoimentos obtidos através dos procedimentos da história oral são tributários da problemática mais geral da construção da memória, seja em sua dimensão especificamente individual, seja no que se refere aos elementos coletivos presentes no relato autobiográfico. Essa construção da memória das (ex)militantes, enquanto relação com o passado, supõe um processo fortemente atravessado por problemas políticos e ideológicos.

27. PASSERINI, L. *Op. cit.*, p. 9.

28. ARENDT, H. *Op. cit.*, p. 17.

29. Cf. FERREIRA, E. *Op. cit.*, p. 85. [Marco Aurélio Garcia refere-se ao sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak (1948-1992). A obra mencionada por Ferreira é *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 1990 (N.E.).]

O passado não é um “acontecimento” ou “fato” a ser simplesmente restaurado como quem desenterra um fóssil arqueológico, tratando de recuperar objetivamente algo perdido em algum ponto de um tempo linearmente concebido. A reconstituição desse passado sofre uma dupla interferência política-ideológica. Os “acontecimentos” que lhe dão consistência enquanto objeto a ser reconstituído estão cercados de uma ou mais significações que lhes foram anteriormente atribuídas. Mas, por sua vez, a reconstrução do passado pela memória sofre também a incidência dos valores dominantes no momento em que esse processo se desencadeia.

Um exemplo particular, mas significativo, desse segundo aspecto é a reação que o livro de memórias de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, provocou em muitos militantes que viveram intensamente os acontecimentos descritos pelo autor, sobretudo os relacionados com o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil.

Não são poucos os que criticam no memorialismo de Gabeira – que serviu de base para o filme de Bruno Barreto – uma tentativa do autor de atribuir-se no passado uma lucidez que ele só viria a ter anos mais tarde, como resultado inclusive de um processo de reflexão coletiva realizado pelas esquerdas³⁰. Esse episódio particular apenas aponta para os problemas mais gerais relacionados com a apropriação e reconstrução do passado. No caso das trajetórias das militantes, o aprofundamento da problemática de gênero passou a atribuir significações a acontecimentos tidos como desprovidos de história. Mas não se chega a constatar a existência de um feminismo *avant la lettre* projetado *ex post* sobre o passado.

A iluminação desse lado até então escondido do passado deu historicidade à trajetória de sujeitos supostamente sem-história. Mas essa perspectiva que o/a militante hoje possui para reapropriar-se de sua tra-

30. Cf. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1980; e também *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. A crítica a Gabeira está em REIS Filho, Daniel Aarão. Versões e ficções: A luta pela apropriação da memória; e FREIRE, Alípio. Pela porta dos fundos. In: REIS Filho, D. A. *Op. cit.*, p. 101-106 e p. 155-167, respectivamente.

jetória pretérita só pôde constituir-se na medida em que a experiência vivida permitiu ir reconstruindo outra história. Essa outra história era (é) composta também dos fragmentos da esfera privada, essa face oculta do acontecer político, que ganhava toda sua significação, no entanto, à medida que o privado passava a interiorizar e refletir o público e tornar-se elemento decisivo para a compreensão da realidade em um sentido mais abrangente. Esse aspecto ajuda a entender melhor o papel da história oral para a constituição de uma história das mulheres, em especial da militância feminina.

O uso de depoimentos é mais do que um recurso técnico do qual lança mão o pesquisador à falta de outras fontes. Há uma relação de funcionalidade entre eles e o objeto pesquisado na medida em que os depoimentos são capazes de restituir, por sua forma e pelos conteúdos que trazem à tona, aspectos da ação humana desconsiderados porque até então tidos como carentes de historicidade e de significação política. A historicização/politização do cotidiano dá significado a problemáticas “marginais” confinadas à vida privada e reabilita o *récit* feminino, descartado frequentemente por seu “tom confessional”, quando não por seu “psicologismo”. Não se trata de uma tolerância epistemológica (politicamente correta) diante da fala das mulheres, mas de entender que é através desse tipo de relato que se pode iluminar problemáticas até então indevassadas do mundo da ação política – como a da militância – esse domínio onde se dá a mediação e o choque entre as grandes formulações estratégicas e as duras exigências da realidade.

MASCULINO/FEMININO: PAPÉIS E TAREFAS

Na primeira travessia – o ingresso na militância clandestina – as mulheres assumem o discurso e as exigências da ação política próprios do “mundo dos homens”. O “êxito” que elas tiveram nesse processo – e a his-

tória das esquerdas está cheia de exemplos nessa direção – transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente.

Na segunda travessia – a quase sempre penosa saída da clandestinidade – não há mais a busca da igualdade através do mimetismo com o mundo masculino. Pelo contrário, assiste-se aí o culto da diferença, que se compatibiliza com aspirações de igualdade formal e substantiva. Essa segunda travessia se faz através de outro discurso, de estrutura basicamente confessional, no qual não se expulsa o político, mas se trata de entendê-lo a partir da experiência vivida. É nela que o público e o privado se articulam e se (inter)determinam. Foi a iluminação recíproca dessas duas esferas da condição humana que ensejou a possibilidade de construir outra história da ação política.

Mas essa outra história tem de evitar a armadilha de destinar aos homens o espaço público, enquanto às mulheres reserva-se o espaço privado, ainda que “politizado”. Até porque é falsa a “masculinização” absoluta da esfera pública da mesma forma que a “feminilização” total da esfera privada³¹.

Se é verdade que a fala das mulheres permite construir outra história da militância política, é falso que essa história seja apenas uma história de mulheres. É fácil, a partir da misoginia aberta ou velada de certos textos historiográficos, sucumbir à tentação de constituir uma história das mulheres, como um território segregado. O texto de Colling, ainda que não caia nessa armadilha, flerta retoricamente com tal perspectiva.

A repartição tradicional de tarefas e papéis reservou prioritariamente às mulheres os espaços privados. Pelo fato de terem sido por muito tempo desprovidas de direitos políticos e terem estado ausentes dos centros de decisão, elas foram quase sempre “reduzidas a submeterem-se

31. Cf. PERROT, Michelle. Les femmes, le pouvoir, l'histoire. In: PERROT, Michele (Dir.). *Une Histoire de Femmes est-elle possible?* Paris; Marselha: Rivages, 1984.

passivamente aos acontecimentos da vida pública, os acontecimentos ‘históricos’”. Mas há situações excepcionais, onde os acontecimentos foram “produzidos e não passivamente vividos pelas mulheres: trata-se na maior parte dos casos de um protesto, de uma resistência, de uma reivindicação, de uma insurreição, em resumo, de uma forma mais ou menos violenta de revolta”³².

Já se observou que o estudo da história através da perspectiva do masculino e do feminino pôs em evidência os temas do espaço público e do espaço privado, do poder doméstico e do poder público. Mas seria útil perguntar “se o êxito desses enfoques não tem como causa uma espécie de impossibilidade de estender a pesquisa ao campo político e trabalhar sobre as relações homens/mulheres no interior do sistema global, social e político”³³.

A persistência desse impasse, mesmo que se reserve um terreno para a história das mulheres, acaba por representar a denegação dessa história, na medida em que ela é relegada a um espaço marginal. O preço a ser pago para tirar as mulheres dessa área sombria da história não pode ser a criação de um gueto historiográfico. Se isso ocorresse, a emergência da problemática de gênero nas ciências humanas, em especial na historiografia, apareceria como que uma concessão, o resultado de uma espécie de “ação afirmativa” no plano da teoria.

Por isso Farge tem razão quando propõe estabelecer “uma história das tensões entre os papéis masculinos e femininos e de fazer de seus conflitos, como de suas complementaridades, uma articulação que atravessaria o conjunto do relato histórico”³⁴.

É possível que a militância de mulheres e homens durante os “anos de chumbo”, na Argentina, no Brasil e em outros países, se configure

32. Cf. KNIBIEHLER, Yvonne. Chronologie et histoire des femmes. In: PERROT, M. (Dir.). *Op. cit.*, p. 51.

33. FARGE, Arlette. Pratique et effets de l’histoire des femmes. In: PERROT, M. (Dir.). *Op. cit.*, p. 33.

34. *Ibidem.*

como uma dessas situações em que a historiografia pode, a partir da análise de tensões, conflitos e complementaridades de papéis, aspirar construir uma alternativa analítica abrangente.

Essa reflexão complexa é favorecida justamente pela forma como se articulam e interpenetram os temas das esferas pública e privada nos espaços rarefeitos da militância clandestina do período em questão.

Michelle Perrot, criticando a ideia de “constituir um novo território que seria a história das mulheres, tranquila concessão onde elas se moveriam comodamente, protegidas de toda a contradição”, insiste em que se trata de “mudar a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação de sexos como questão central”³⁵. Essa mudança do olhar histórico, discutindo as questões de gênero no mundo da militância e, por essa via, rearticulando público e privado, abre insuspeitas perspectivas para a historiografia política, especialmente para aquela centrada na ação política e na trajetória das organizações de esquerda³⁶.

35. Cf. PERROT, Michelle. Preface. In: PERROT, M. (Dir.). *Op. cit.*, p. 15.

36. Cf. também: CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998; RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: Protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda, 2018; ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditadura e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2013; TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: Testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2019 (N.E.).

MARIO PEDROSA: PENSADOR SOCIALISTA

Em primeiro lugar quero também, como os que me antecederam, agradecer o convite que me foi feito pelos organizadores desse seminário, a Fundação Perseu Abramo e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), para que nós, durante esses dias, estivéssemos aqui debruçados sobre a obra desse extraordinário pensador e homem de ação que foi Mario Pedrosa¹.

No que se refere especificamente à programação deste seminário é importante dizer que Mario comparece com um duplo estatuto: por um lado, evidentemente, como um pensador socialista e um homem de ação socialista importante, mas eu não hesitaria em incluí-lo também naquela rubrica mais geral, à qual a Fundação Perseu Abramo tem dado tanta atenção, que é a de recuperar o pensamento radical brasileiro num sentido mais amplo, e por isso contemplou em suas atividades seminários dedicados a Antonio Candido, a Sérgio Buarque, a Celso Furtado, a Florestan Fernandes e, sem dúvida nenhuma, a outros tantos que ainda serão homenageados.

1. Exposição de Marco Aurélio Garcia realizada na mesa "Atualidade de Mario Pedrosa", coordenada por José Castilho Marques Neto, e da qual também tomaram parte João Machado e Paul Singer e ocorrida no dia 23/08/2000. Esta mesa integrava o seminário "Mario Pedrosa e o Brasil: 100 anos de arte e política", promovido pela Fundação Perseu Abramo e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP), em São Paulo, de 21 a 23/08/2000 (N.E.).

Mario Pedrosa nos deixou há quase 20 anos e considero que é sempre muito arriscado refletirmos sobre a atualidade de um pensamento político de alguém que não está mais conosco. É um exercício complexo, sobretudo porque em um primeiro momento exige um conhecimento detido desse pensamento, o que não é o meu caso e, sobretudo, me deixa um pouco inquieto, porque estou aqui compartilhando não só a mesa, mas também a plateia, com pessoas que se dedicaram de forma muito intensa a estudar seja a obra de Mario, seja períodos históricos em que Mario Pedrosa teve uma presença significativa. Há o trabalho importantíssimo do professor José Castilho Marques Neto, o trabalho da professora Isabel Loureiro, além da tese de Dainis Karepovs, também presente aqui, que abrangendo um período mais amplo também enfrenta muitos dos problemas vividos por Mario Pedrosa e seus contemporâneos, para citar apenas três contribuições relevantes, provavelmente fazendo injustiça com outras.

Para pensarmos a atualidade da obra intelectual de uma pessoa, exatamente por essa exigência de um conhecimento mais profundo, impõe-se também uma segunda exigência, que é a de separar nesta obra aquilo que é efetivamente seu eixo central daquilo que é secundário. Quando me refiro à atualidade, quero me referir àquilo que tem na obra de alguém uma força paradigmática para o presente e para o futuro. E, ainda nessas considerações iniciais, gostaria também de chamar a atenção para um risco que todos nós corremos ao discutir a atualidade de alguém, em particular a atualidade de Mario Pedrosa, que é justamente projetar sobre o pensamento do autor em questão nossas ideias, nossas idiossincrasias e, muitas vezes, sofrer a tentação de idealizar esse pensamento para celebrá-lo ou, em alguns casos, para combatê-lo. E não estou, de maneira nenhuma, seguro de que vou escapar desses riscos; no entanto, me disponho a realizar a pequena empreitada de destacar algumas ideias que me parecem fundamentais na contribuição desse grande intelectual e combatente político.

Em especial duas questões se destacam na trajetória de Mario Pedrosa: a primeira é sua visão internacionalista, a segunda é a combinação muito interessante que existe em toda sua vida daquilo que eu classificaria de ortodoxia em relação aos princípios e heterodoxia em relação à concepção de política e, mais particularmente, aos instrumentos da ação política.

As grandes opções políticas de Mario Pedrosa parecem ter como ponto de partida – como já salientou João Machado² neste mesmo seminário – o contexto de profundas transformações pelas quais passava o mundo nos anos 1920, e passaria nos anos a seguir. Lembremos que esse período, que se estende até 1939, é marcado por acontecimentos absolutamente decisivos: a crise de 1929 e seu impacto econômico, social e político global, a ascensão do nazifascismo – uma das expressões dessa crise –, a Guerra Civil Espanhola e, finalmente, a Segunda Guerra Mundial. De tal maneira que não são poucos historiadores que procuram analisar os anos 1920 e 1930 como um todo homogêneo, que ligaria a Primeira à Segunda Guerra Mundial, caracterizando esse momento como o de uma prolongada guerra civil em âmbito europeu com repercussões também fora da Europa.

É esse também um período de profundas transformações no interior do movimento operário socialista internacional. Já foi mencionado o fracionamento que o movimento socialista sofreu no pós-Primeira Guerra Mundial, que redundou concretamente na criação da III Internacional e na recomposição da social-democracia em uma Internacional social-democrata. Também entre todas aquelas correntes que haviam reivindicado como paradigma a Revolução de Outubro vai se dando concretamente um processo de decantação e de divisão muito profundo, que é marcado pelo surgimento e posterior derrota de oposições no interior da União Soviética, com projeções no conjunto do movimento comunista, na ir-

2. João Machado, à época do Seminário, professor de economia na PUC-SP e doutorando do IPE-USP. Foi membro da direção nacional do PT (N.E.).

resistível ascensão de Stalin, no aprofundamento da crise entre social-democratas e comunistas, que está, em grande medida, na raiz da tragédia do socialismo na Alemanha.

Mario vive todos esses problemas. E vive também um período imediatamente anterior às grandes transformações pelas quais o Brasil passaria e que um observador arguto, ainda que jovem como ele, já poderia perceber. O que é interessante é que no limiar dos anos 1930, diante dos problemas que desafiavam o sistema político brasileiro e que levariam à grande comoção de 1930 e de toda a década, Pedrosa se situa numa perspectiva internacional e esse internacionalismo faz com que naquele momento, justamente para abraçar essa fidelidade aos princípios – a ortodoxia dos princípios – ele opte pela heterodoxia da ação política. Ele vai somar-se às oposições de esquerda, participar do surgimento e da constituição da IV Internacional. Mas é exatamente nesse momento que vamos ver uma espécie de segunda inflexão. Ainda que ficando fundamentalmente preso a uma nova ortodoxia política – a que se poderia chamar naquele momento de socialismo revolucionário, fortemente conflitado com o modelo stalinista em curso na União Soviética –, ele tampouco fica preso à ortodoxia organizacional que a IV Internacional vai pouco a pouco constituindo. Ele terminará por se separar dela e se transformar numa espécie de franco-atirador, no entanto com uma enorme capacidade de vocalização política, de articulação de temas que estavam adormecidos e, portanto, de influência, como muito bem sublinhou Paul Singer³ em seu depoimento.

De tal maneira que não vamos encontrar Mario Pedrosa, no final da Segunda Guerra Mundial e naquele período extraordinariamente vivo pelo qual o mundo passou, de 1945 até o início da Guerra Fria, em 1947-1948, desiludido, submisso, reconvertido por certo realismo político a

3. Paul Singer (1932-2018), à época do Seminário, economista e professor titular de Economia da Universidade de São Paulo (N.E.).

convicções que abandonara havia muito tempo. Muito pelo contrário, vamos encontrá-lo instigante, propondo novos temas, várias questões, articulando essa ortodoxia dos princípios com a heterodoxia da ação, ainda que submetido a uma considerável solidão política, tendo em vista a exígua influência de sua ação naquele momento, apesar da qualidade dos quadros sobre os quais ele pôde influir. No pós-1964, imediatamente depois do golpe de Estado e no limiar de uma dolorosa experiência pela qual passaria a sociedade brasileira e que duraria até metade dos anos 1980, diante de uma esquerda golpeada pela derrota e perplexa por não compreender exatamente as causas dessa derrota, Mario Pedrosa lança luz sobre aquela complexa conjuntura que estava se delineando no país.

É interessante observar que aí, uma vez mais, vai se relevar neste homem uma enorme preocupação em articular a dimensão nacional com a dimensão internacional. Ele escreve um livro importante chamado *A opção brasileira*, mas tem claro, como poucas pessoas, que os acontecimentos de 1964 não poderiam ser compreendidos se não fossem inseridos numa visão mais ampla, se não fossem, em grande medida, explicados a partir das modificações de um contexto que prenunciava uma mudança do quadro político mundial e, em especial, na América Latina. Então, por isso mesmo, ele é obrigado a dar seguimento e maior amplitude a um empreendimento iniciado com *A opção brasileira* escrevendo outro livro, chamado *A opção imperialista*. É interessante observar o que ele diz nesse segundo livro, porque de certa forma ilustra essa *démarche* intelectual e política à qual me referi. Ele diz – e eu cito:

Este livro nasceu do impacto causado pelos acontecimentos que culminaram com a deposição do governo João Goulart [...]. O autor tentou mas não conseguiu situar aqueles acontecimentos dentro de um contexto limitado ao âmbito nacional. Cedo verificou que não se explicavam isoladamente, e que mesmo o Brasil todo, como nação, como Estado, como economia e

sociedade, não era produto exclusivo de si mesmo, da evolução de sua própria história, da Descoberta à República. Era cada vez mais, ao contrário, como que resultante de um paralelogramo de forças que o impele para uma direção diferente, externa, que não resulta, por sua vez, da dinâmica de suas forças interiores, autênticas.⁴

Isso hoje pode parecer extremamente óbvio, algo sem maior transcendência. Mas se inserido no tipo de debate que se viveu no Brasil naquele momento, vamos ver que era efetivamente um tipo de visão superior dos problemas. É por essa razão que aquilo que ele havia pensado, a análise internacional como uma simples primeira parte do capítulo introdutório de *A opção brasileira*, terminou por se constituir num alentado livro que é hoje, a despeito de muitas análises concretas já terem um caráter quase que exclusivamente histórico, um texto de referência, seja pelas ideias que expõe, seja pela metodologia com a qual trata o contexto internacional, de enorme valor e, sem dúvida, de grande interesse para compreender as vicissitudes do Brasil nos anos 1960.

O terceiro momento ao qual vou me referir é, evidentemente, o momento final de Mario Pedrosa, isto é, aquele compreendido entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980, quando começa o processo de declínio do regime militar brasileiro. Acho importante observar algumas diferenças da transição de 1945 para a que tivemos entre 1978 e 1984; em 1984 Mario já não estava mais vivo.

Com isso não quero, evidentemente, desconsiderar uma observação que foi feita aqui por Singer, de que em ambos os casos houve um forte elemento de condução por cima da transição. Isso é verdade e, aliás, faz parte da tradição histórica do país. Sempre que o país se vê diante da necessidade de realizar grandes transições, as nossas elites têm uma enorme capacidade de condução desses processos. No entanto, me permito

4. PEDROSA, Mario. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 1.

fazer uma observação sobre algumas diferenças que se insinuam na transição que se inicia em 1978 e que são relacionadas justamente com uma participação mais decisiva das classes populares – da sociedade como um todo, mas em particular das classes populares e dos trabalhadores. Com isso quero também destacar que em vários processos de mudança política no país, ainda que o papel de *condottieri* das elites tenha sido muito grande, não se pode desconsiderar que elas não atuaram a seu bel-prazer. Essas elites se viram em várias conjunturas – em 1930, mesmo em 1945 – influenciadas por certos movimentos surgidos na sociedade, muitos dos quais silenciados pela historiografia, e que só agora estão sendo, de certa maneira, recuperados. E recuperados em grande parte porque na última transição que tivemos ficou tão evidente essa participação das classes trabalhadoras que quase remissivamente os historiadores começaram a se debruçar sobre o passado para descobrir, nesse passado mais longínquo e pouco conhecido, alguns sinais de resistência popular.

O contexto, então, da transição de 1978, sobre a qual Mario escreveu, ainda que já estivesse mais idoso e com menos vitalidade na sua participação política, é um contexto diferente daquele de 1945. Nesse quadro ele não vive um momento de solidão revolucionária, pelo contrário. Seus escritos, como foi aqui observado, são escritos marcados por um otimismo muito grande. Mas, ao mesmo tempo, esse otimismo não deve esconder o fato de que as características da transição do último regime militar estão marcadas, para as esquerdas, pelo menos, por alguns fatores que são absolutamente novos e que não se deram em outras circunstâncias como, por exemplo, na transição de 1945. Paul Singer chamou a atenção com muita justeza para o fato de que naquele momento o prestígio do Partido Comunista, e de Luiz Carlos Prestes em particular, era extraordinariamente grande nesse país e, sem dúvida nenhuma, era um elemento inibidor para o surgimento de qualquer alternativa que se colocasse no campo da esquerda.

Eu acrescentaria que não só o prestígio do Partido Comunista, mas, ligado ao prestígio do Partido Comunista, o prestígio da União Soviética naquele momento era algo absolutamente extraordinário. Então, para um intelectual que buscasse realizar uma crítica do regime soviético e desqualificar muito justamente aquele modelo de socialismo propondo outro, era difícil que esse discurso tivesse efetivamente um curso maior nas grandes massas recém-recuperadas pela política. Ele poderia ter, como teve, uma importância muito grande para intelectuais mais argutos, para militantes com maior capacidade de reflexão sobre o movimento socialista, mas que não produziram resultados em curto prazo.

É justo dizer que muitos dos resultados desse trabalho quase pedagógico, quase iluminista, do ponto de vista das ideias de um socialismo democrático, só surtiriam efeito muito tempo depois. E não é por acaso que muitos dos leitores do *Vanguarda Socialista*, discípulos, se é que assim podemos chamá-los, de Mario Pedrosa vão aparecer justamente nessa segunda conjuntura à qual me refiro, na transição do regime militar, abraçando as bandeiras do Partido dos Trabalhadores e de um processo de renovação do pensamento de esquerda no Brasil. Ou seja, de certa maneira são efeitos diferidos que se manifestam muitas décadas depois.

É claro que o contexto internacional era outro. A União Soviética nesse momento não gozava do prestígio que tinha em 1945, muito pelo contrário, era um regime decadente, que já aparecia aos olhos do mundo como um regime conservador, comandado por um grupo de pessoas que muitas vezes não apresentava sequer um desempenho físico convincente, aquela gerontocracia que aparecia na tribuna da Praça Vermelha nos desfiles de 1º de Maio ou no aniversário da revolução soviética.

Por outro lado, a transferência das expectativas para a social-democracia também se revelava problemática, porque a social-democracia havia podido em grande medida se constituir em uma alternativa para importantes setores da classe operária europeia por duas razões: em pri-

meiro lugar, porque a União Soviética tinha se transformado em uma “ameaça” e empurrava concretamente a social-democracia mais para a esquerda; em segundo lugar, porque o crescimento que o capitalismo experimentou logo no pós-guerra, os chamados 30 anos gloriosos, se deu em grande medida pelo estabelecimento desse pacto, que alguns chamam de pacto fordista-keynesiano⁵, e que justamente começava a se esgotar no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980, empurrando parte dos regimes social-democratas da Europa para os primeiros experimentos de tipo liberal – que eles iriam aprofundar nos anos 1980 e no começo dos anos 1990.

As ideias de esquerda naquele momento não atravessavam também um período de extraordinária renovação, muito pelo contrário, viviam um impasse muito grande. O próprio surto renovador que 1968 de certa forma insinuou mostrou os seus limites; não era a grande revolução cultural que se imaginava do ponto de vista do pensamento socialista.

E, último elemento a ser acrescentado, as esquerdas no Brasil, pelo menos aquilo que até então havia sido apontado como esquerda, o Partido Comunista e seus desdobramentos, viviam ainda os efeitos da profunda derrota política e, em alguns casos, militar que a ditadura lhes havia imposto.

Isso tudo cria uma espécie de marco zero a partir do qual Mario Pedrosa pôde exercer sua influência, ou seja, a retomada de certa ortodoxia que vai se expressar por meio de um pensamento profundamente otimista. Ele vê no movimento dos trabalhadores um pouco o cumprimento

5. A expressão pacto keynesiano-fordista envolve dois modelos econômicos que visavam a recuperação da economia mundial que entrara em colapso com a crise de 1929. O keynesianismo consiste em uma organização político-econômica, oposta às concepções liberais, formulada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946). Ele pregava o investimento direto do Estado na economia para conduzir a um sistema de pleno emprego, concentrando-se em grandes obras públicas e na criação do Estado de bem-estar social. O fordismo é um modelo produtivo implementado pelo estadunidense Henry Ford (1863-1947) em sua indústria automobilística, visando, de um lado, o aumento da produtividade sem que houvesse aumento dos custos de produção e, por outro, criar uma produção em massa com consumo em massa (N.E.).

de uma profecia, a que Marx havia feito no século XIX de que a causa dos trabalhadores seria conduzida por eles próprios, e que eles fixariam os parâmetros da sua ação política. Ele detecta na sociedade as impressões disso e não encontra nenhum tipo de obstáculo naquele momento que possa desvirtuar, do ponto de vista ideológico, aquele movimento, o marco zero, o ponto de partida que vai transformar seu pensamento em algo profundamente otimista. E ele vai expressar esse otimismo quando diz, num de seus artigos publicados no *Jornal da República*: “O Partido dos Trabalhadores não é invenção de ninguém, nem mesmo do Lula” – por quem ele tinha uma enorme admiração – “e de seus seguidores. É, porém, o produto lento da história do Brasil”⁶. Ele é ortodoxo no sentido de que reconhece essa emergência dos trabalhadores como uma espécie de necessidade histórica, mas é heterodoxo pelo menos em relação às correntes clássicas do movimento socialista internacional, seja o leninismo, seja a vertente crítica ao stalinismo, ou as extintas correntes do trotskismo, porque vai propor um tipo de partido que não corresponde a nenhum dos modelos até então hegemônicos.

Tive o prazer de poder escutar no dia da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, as palavras que Mario Pedrosa pronunciou ironicamente no Colégio Sion, em São Paulo, onde o PT foi fundado, e que me parecem extremamente interessantes para dar certa base a essa ideia de uma ortodoxia de princípios e uma heterodoxia no que diz respeito à ação política. Ele disse, textualmente:

Diferentemente de todos os partidos por aí, com a sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem

6. PEDROSA, Mario. O PT e o Estado. *Jornal da República*. São Paulo, 12/01/1980, p. 4.

dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores⁷.

São saudáveis tautologias que ouvimos aqui, essas tautologias que encontramos nos textos de Thompson⁸ sobre o que é a classe operária, e é um saudável espontaneísmo que encontramos numa das mestras de Mario Pedrosa, Rosa Luxemburgo. Portanto, o que vemos nesse texto, em realidade, são duas questões que, a meu juízo, se colocam como questões importantes, ainda que uma delas não explicitada. A primeira é, sem dúvida nenhuma, a ideia de que é possível – e aí está a atualidade – a reconstrução de um projeto socialista se seguirmos essa metodologia sem dogmas, deixando para trás os preconceitos, pendores e tendências extras. Tudo isso, a meu juízo, realizado com os olhos postos no mundo. E é surpreendente que, ainda que o Brasil nunca tenha sido tão internacionalizado como hoje, que as esquerdas tenham os olhos tão pouco fixados no contexto internacional e não se deem conta de que os gigantescos desafios que temos de resolver só poderão ser resolvidos se compreendermos exatamente qual é o nosso lugar no mundo e como podemos alterá-lo, alterando nossa situação interna.

Para isso, sem dúvida nenhuma, os textos de Pedrosa, são de extraordinária valia – por menos afirmações substantivas que possam estar aqui e ali, algumas talvez já superadas ou, como eu dizia antes, mais peças históricas que elementos de reflexão imediata, mas sobretudo pela metodologia, pela forma de abordagem, por essa capacidade de inserção do Brasil no mundo. Da mesma forma que é de extraordinária valia, a

7. PEDROSA, Mario. *Hora da lealdade*. São Paulo: mimeo, 10/02/1980.

8. Edward Palmer Thompson (1924-1993), historiador inglês, autor, entre outros, de *Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (N.E.).

meu juízo, a capacidade que ele sempre teve de articular a firmeza de princípios, que falta a tantos intelectuais que vieram da esquerda, com a flexibilidade na ação política.

Mario Pedrosa, finalmente, é um exemplar importantíssimo de um tipo de intelectual que está desaparecendo nesse país, de um homem de vastíssima cultura, que se notabilizou fora das esquerdas não porque era um homem de esquerda, mas porque foi um grande crítico de arte, um homem de enormes horizontes culturais, representante dessas classes médias que o Brasil produziu com uma razoável sofisticação intelectual não para a exibição de suas virtudes e do seu talento, mas para colocar justamente esse conhecimento a serviço das classes trabalhadoras. Essas classes médias têm que ser revividas, porque é da aliança delas com os trabalhadores que, a meu juízo, teremos a possibilidade de transformar o Brasil e de realizar as melhores esperanças que Mario Pedrosa encarnou na sua vida e que nos permite hoje falar do seu pensamento como pensamento atual.

Muito obrigado.

PENSAR A TERCEIRA GERAÇÃO DA ESQUERDA

Já se acumularam nas duas últimas décadas experiências historiográficas suficientemente importantes para nos permitir um enfrentamento da história da esquerda de uma forma totalmente distinta da que aconteceu na maior parte do século XX.

Os mais jovens talvez não tenham uma percepção exata do que foi o debate histórico-historiográfico da esquerda durante muitas décadas. Foi um debate extremamente viciado. De um lado, uma história oficial dos partidos comunistas, história tão mutante quanto as linhas políticas que esses partidos adotavam. De outro, uma história que muitos chamaram de história da Guerra Fria, que pretendia apresentar o fenômeno do comunismo como uma enorme conspiração internacional, sem captar, evidentemente, suas origens sociais, sua significação política, seus valores ideológicos e culturais.

Essas duas histórias, que dominaram, durante muitas décadas, o debate sobre a história da esquerda, contribuíram muito mais para obscurecê-lo do que efetivamente para qualificá-lo. É importante dizer que esses temas historiográficos também estiveram obscurecidos quando nós analisamos a história da social-democracia. Essa enorme polarização, de

um lado a apologia das ações social-democráticas, sobretudo na medida em que elas se apresentavam como a grande oposição ao comunismo, por outro lado a crítica à social-democracia, entendida como uma traição ao comunismo, também pouco fez para que nós pudéssemos efetivamente entender fenômenos tão transcendentais da história do século XX.

Já que estou falando no auditório do Departamento de História¹, com muitos estudantes de história presentes, vou fazer uma nota tranquilizadora. Nós todos, historiadores, somos nessa crise de desemprego estrutural, à qual o professor Van der Linden² se referiu, talvez os menos sujeitos ao desemprego. Basicamente por quê? Porque trabalhamos com o objeto inesgotável, mutante, em renovação permanente, que se expressa fundamentalmente pelo fato de que o passado, ainda que apareça como algo inerte, em realidade é permanentemente reiluminado pelo presente. É exatamente esta capacidade dos historiadores de lançar distintas luzes sobre o passado que nos permite sobreviver eternamente. Evidentemente, nem sempre a remuneração é boa, mas nos divertimos bastante.

No caso da história política, e mais particularmente da história da esquerda, digamos que essa tendência à renovação é particularmente visível por uma razão muito simples: talvez seja um dos domínios da historiografia em que se estabeleça de forma mais aguda uma relação estável entre o passado e o presente. Por quê? Porque, seja qual for o passado sobre o qual estamos nos debruçando, a história da esquerda, a história política, a história do movimento operário, a história das revoluções, dos movimentos sociais, por mais que queiramos ser objetivos, sempre estaremos trabalhando com aqueles elementos que o presente

1. O seminário internacional “História e perspectivas da esquerda”, que deu origem ao livro de mesmo título, onde foi publicado originalmente este texto de Marco Aurélio Garcia ocorreu no anfiteatro do Departamento de História da Universidade de São Paulo entre os dias 13 e 15 de agosto de 2003 e foi organizado pela Fundação Perseu Abramo e pela Fundação Jean Jaurès (do Partido Socialista Francês).

2. Marcel Van der Linden, à época do Seminário Internacional, diretor de pesquisa do International Institute of Social History de Amsterdã e professor da Universidade de Amsterdã (N.E.).

nos incorpora e, não raro, com as aspirações e esperanças que temos em relação ao futuro.

Não por acaso nosso seminário se chama “História e perspectivas da esquerda”, portanto estamos nos remetendo ao futuro e, desde que em 1906 Trotsky escreveu o livro *Balanço e Perspectivas*, no qual justamente tratava de analisar as lições da revolução de 1905 e projetar o futuro desta revolução na Rússia, aparece essa preocupação de utilizar a história como uma espécie de condicionante da prospectiva revolucionária ou reformista. Isso tem se tornado uma grande constante na atividade dos políticos, mas também na atividade dos historiadores.

Eu dizia que nossa conjuntura faz esse debate ser mais relevante do que nunca, pois temos assistido, nos últimos 15 anos, a um processo de mutação acelerada na história das experiências de esquerda como talvez nunca tenhamos visto até agora. Entre 1989 e os dias de hoje assistimos fundamentalmente a duas grandes transformações no que diz respeito aos paradigmas que dominaram a esquerda no século XX. A primeira transformação foi, sem dúvida nenhuma, a crise do modelo comunista, que teve como acontecimentos emblemáticos a queda do muro de Berlim, de um lado, e a autodissolução da União Soviética, de outro, arrastando com ela quase todos os partidos que, de alguma maneira, se vinculavam a estes paradigmas, mesmo aqueles que tentavam fazer um *aggiornamento* de suas posições. Por outro lado, também assistimos a uma crise, talvez não tão dramática, mas nem por isso menos importante, dos paradigmas social-democratas, não tanto pelas derrotas que sofreram em algumas eleições, talvez compensadas por vitórias em outras, mas muito mais pela desconfiguração do ideário social-democrata, em certa medida explicitada aqui nas três intervenções que me antecederam³.

3. Marco Aurélio Garcia refere-se às intervenções de Gérard Collomb (As recentes experiências da esquerda na França), de Marcel van der Linden (Metamorfoses da socialdemocracia europeia, 1870-2000) e de Leon Fink (Trabalhadores dos Estados Unidos e as duas eras douradas mundiais), publicadas no volume que reúne as contribuições do Seminário Internacional “História e perspectivas da esquerda” (N.E.).

Acho, no entanto, que este debate que estamos fazendo aqui não deve ser entendido simplesmente como um momento de ilustração, por meio do qual ampliamos nossa vida política. Acho que aqueles que têm uma preocupação que vá além da preocupação historiográfica devem entender o exame dessas problemáticas nos países da Europa e nos Estados Unidos como enormemente relevantes para a compreensão dos fenômenos políticos da esquerda do nosso continente, e no Brasil em particular.

Todos estão lembrados daquela observação que Marx faz em *O Capital* quando explica porque utilizaria a Inglaterra como centro de observação das suas considerações sobre a evolução do capitalismo. Ele dizia: “Vou fazê-lo porque lá os fenômenos são mais regulares, lá o capitalismo se apresenta de forma mais acabada, mais desenvolvida, porque os países mais desenvolvidos oferecem aos menos desenvolvidos a imagem de seu futuro”. Marx completa esta imagem dele em outra passagem, quando diz não acreditar que seja a anatomia do macaco que explica a anatomia do homem, mas sim a anatomia do homem que explica a anatomia do macaco.

Evidentemente, não quero dizer que somos uma esquerda macaca, mas, sim, que talvez estejamos percorrendo etapas que a social-democracia europeia e a esquerda norte-americana percorreram há muitas décadas, e, portanto, para nós, examinar essas trajetórias históricas tem um interesse muito grande. Não que tenhamos que segui-las, até porque os contextos internacionais são diferentes, mas porque elas podem nos dar algumas pistas sobre dilemas e problemas que vamos enfrentar.

Vou me deter sobre algumas questões que me foram suscitadas pelas três intervenções, e que considero que poderão talvez nos ajudar um pouco a refletir sobre os temas que nos preocupam mais adiante. Um dos temas é o que está muito presente na intervenção de Marcel van der Linden, mas também estive nas intervenções de Gérard Collomb⁴ e do

4. Gérard Collomb, à época do Seminário Internacional, prefeito de Lyon (França) e secretário-geral da Fundação Jean Jaurès (N.E.).

professor Fink⁵: o das invenções nacionais e internacionais das experiências da esquerda e do socialismo de modo geral.

O professor Van der Linden mencionou na sua intervenção que, ao lado de partidos de esquerda, partidos social-democratas ou partidos comunistas, em muitos casos havia experiências europeias que eram conduzidas por partidos conservadores, mas sob a pressão de uma plataforma social-democrata e, evidentemente, sob a pressão do fato de que praticamente metade do mundo naquela época era governada por partidos comunistas. Isso exercia um fator de pressão, fosse nas relações de força internacionais, fosse no imaginário das próprias classes trabalhadoras. É o caso um pouco da Alemanha, quer dizer, as experiências que se organizaram na Alemanha, e mesmo sob hegemonia democrata-cristã na Itália, foram muito influenciadas pelo ideário social-democrata, por políticas de natureza keynesiana, que se haviam transformado em instrumentos importantes de gestão e de condução política por parte da social-democracia. Pois bem, o que nos dizem as exposições? De alguma maneira nos dizem que foram exatamente a internacionalização da economia e tudo que vem depois e tem sido chamado de globalização – que os franceses durante o século XX chamavam mais apropriadamente de mundialização – que inviabilizaram o pacto keynesiano-fordista que havia em vários países e colocaram o social-democrata – as suas esquerdas de uma maneira geral – diante do dilema de radicalizar o processo ou tentar encontrar soluções mais moderadas que se aproximavam, em grande medida, daquelas propostas que os liberais haviam historicamente desenvolvido.

Vejam bem, esse tema é recorrente na história do socialismo. Ele aparece, certamente, com registros diferentes em razão de situações que são muito diversificadas, mas é recorrente. Todos se lembram do debate nos anos 1920, na União Soviética: socialismo num só país ou revolução

5. Leon Fink, à época do Seminário Internacional, professor da University of Illinois em Chicago (N.E.).

mundial, revolução permanente, que era entendida como um processo ininterrupto de evolução na passagem das tarefas democrático-burguesas para tarefas socialistas e, ao mesmo tempo, a sua irradiação pelo mundo inteiro, o que levou inclusive os soviéticos naquele momento a enfatizar muito a criação de um partido mundial para a revolução internacional comunista. Esse tema aparece, num registro evidentemente distinto, nos anos 1970, quando alguém – inclusive utilizando a definição de Trotsky: “o socialismo é inviável num só país” – dizia: “a social-democracia também é inviável num só país”.

Portanto, se não houvesse uma globalização de uma proposta social-democrata, que evidentemente teria de ser distinta daquelas experiências que estavam no bojo isoladamente nos países, isso não ocorreria.

Collomb chamou a atenção de que daí adveio, entre outras coisas, a opção dos socialistas franceses e de outros setores da esquerda europeia pela Europa como um cenário por meio do qual se articulariam novas políticas sociais. Então, o debate está em aberto quando se examina hoje em dias toda a discussão sobre uma Europa social, uma Europa na qual predominem as políticas macroeconômicas do Banco Central europeu etc.

Ora, esse tema também tem incidência para nós. É possível uma experiência de esquerda na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil e de outros países? Essa experiência está condenada de antemão a ser inviabilizada e um governo de esquerda que se constituir vai terminar como terminou o governo Allende ou como terminaram outros governos de esquerda na América Latina? Ou ele vai necessariamente trair o seu ideário?

Não vou dar a resposta. Sem dúvida tenho convicções muito profundas sobre qual é a resposta, mas quero dizer que esse é um debate político e, mais do que isso, é um debate intelectual. Há intelectuais brasileiros que defendem a inviabilidade de um projeto de esquerda efetivo, radical, na periferia do capitalismo. É um tema, portanto, de grande atualidade que nos coloca diante de um dos dilemas clássicos que a história do socialismo foi capaz de colocar.

Outro tema que considero relevante é a relação que as mudanças sociais tiveram no próprio curso do socialismo. Quer dizer, qual é o impacto que as mudanças que a sociedade capitalista produziu tiveram sobre o socialismo? Se o socialismo era tido como efetivamente um projeto que tinha como um portador muito claro a classe trabalhadora, as mudanças que essa classe trabalhadora sofreu e mais as mudanças que a própria sociedade capitalista sofreu evidentemente condicionaram mudanças também no próprio projeto socialista.

Todos vamos nos lembrar de que o capitalismo, tal como aparece no *Manifesto do Partido Comunista*, é um capitalismo extremamente simples, é um capitalismo, como diz o primeiro capítulo, de burgueses e proletários, e as classes médias aparecem aí como classes que tenderão a ser absorvidas por um desses dois polos. Portanto, este tema da metamorfose do projeto de esquerda, do projeto socialista, em função das transformações tecnológicas e do impacto destas transformações, no caso dos sujeitos considerados portadores do projeto, é um elemento fundamental. Também não é um tema novo. Aqueles que viveram ou puderam acompanhar por meio do estudo o que foi a década de 1960 lembrarão que uma série de tendências, quer no âmbito internacional, quer no plano nacional, procurava justamente desqualificar a função que o proletariado clássico teria no socialismo. Não por acaso um pouco depois disso surgiu um famoso livro chamado *Adeus ao proletariado*, de André Gorz⁶, no qual este autor tematizava essa perda de centralidade da classe operária. E quantas versões apareceram para tentar encontrar um sujeito que fosse um substituto do proletariado nos processos revolucionários, nos “condenados da terra”, de Frantz Fanon⁷, que deslocava de certa forma a revolução para a periferia do mundo, ou nos jovens estudantes, nas

6 GORZ, André. *Adeus ao proletariado: Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. A edição original francesa é de 1980 (N.E.).

7 Referência de Marco Aurélio Garcia a um clássico do terceiro-mundismo: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 3ª ed. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2015. A primeira edição francesa é de 1960.

mulheres e em outros setores excluídos que Marcuse⁸ colocava no lugar do proletariado, porque considerava que esse proletariado havia sido de certa forma cooptado, absorvido pelo capitalismo.

No caso das nossas sociedades, evidentemente, vamos ter que nos enfrentar com desafios um pouco distintos, mas que têm alguma semelhança com a configuração que Gérard Collomb nos fazia de o que são as sociedades europeias hoje em dia. Por quê? Porque em outros países da América do Sul temos um proletariado que se consolidou nas últimas décadas. Temos um processo quase clássico na formação do proletariado. Temos classes médias importantes que se desenvolveram e tivemos, em função sobretudo das duas últimas décadas, mas também de problemas estruturais anteriores, um processo de marginalização enorme da sociedade brasileira, quer dizer, a criação dessas dezenas de milhões de pessoas que vivem um pouco à margem da produção, do consumo, e que são justamente alguns dos setores que hoje em dia estão focalizando demandas sociais extremamente importantes.

Como isso se articula com as demandas do proletariado? Como isso pode configurar efetivamente um novo bloco e qual é o impacto dessa heterogeneidade social muito grande num projeto que era considerado univocamente ligado a uma classe com alguma unicidade, que era o proletariado industrial?

Outro elemento é justamente como incidem sobre os destinos do socialismo europeu os chamados novos temas, as questões de gênero, as questões ambientais, as questões culturais. Assim, a aparição desses temas foi de certa forma estimulada num momento em que houve uma forte crítica no interior do marxismo a uma vertente que procurava deduzir a política exclusivamente das contradições de ordem econômica.

8· Marco Aurélio Garcia expõe a tese defendida pelo filósofo alemão em obra publicada originalmente em 1964: MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional. Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. São Paulo: Edipro, 2015.

Quer dizer, a descoberta de novos conflitos, de novas contradições no interior das sociedades capitalistas, e inclusive no interior das sociedades que naquele momento se apresentavam como sociedades socialistas, como os conflitos de gênero, como os conflitos ambientais, como os conflitos no âmbito da cultura, para citar três rubricas apenas, teve uma importância muito grande para que o socialismo fosse entendido como um fenômeno mais complexo. E eu acho que eles também explicam a extraordinária renovação por que passou o pensamento sociológico-históricográfico-filosófico nas últimas três décadas. Quer dizer, a aparição de uma nova historiografia que efetivamente não fazia dos operários, ou dos camponeses, ou dos explorados, apenas projeção das estruturas econômicas, mas sim sujeitos vivos, com dilemas, com contradições, com conflitos, que em grande medida se expressaram na historiografia marxista inglesa ou no próprio *revival* do pensamento de Gramsci, que durante décadas ficou desconhecido, não só aqui na periferia, mas inclusive na própria Europa.

Uma questão que gostaria que pudéssemos ter discutido um pouco mais é em que medida os acontecimentos de 1968 são de certa forma o prenúncio da grave crise pela qual o socialismo passaria. Em primeiro lugar é evidente que eles coincidem com o momento quase que de esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos, quando aquela grande expansão do capitalismo que permitiu o pacto keynesiano-fordista estava chegando ao seu limite. Quando ficava evidente também que para atender às demandas que o proletariado colocou em alguns países da Europa, como é o caso da França e, um pouco mais tarde, da Itália, o capitalismo teria que passar por transformações mais profundas. Não era só o movimento operário que tinha de passar por transformações. Ou passava o movimento operário por essas transformações, ou passava o capitalismo. O capitalismo passou por transformações, mas nelas o ideário tradicional do proletariado foi perdido.

Certamente também temos que reconhecer que essa crise de 1968 põe em evidência, de forma bastante mais aguda, o colapso das grandes alternativas de esquerda naquele momento e sua incapacidade de dar conta disso. Bem, cito esses três temas para chamar a atenção que numa região como a nossa, na América do Sul, ou na América Latina, temos uma história que, de certa forma, manteve conexão com a história das grandes alternativas do socialismo no mundo. No entanto, detecto, e escrevi sobre isso, que vivemos uma espécie de terceira onda, uma terceira geração de esquerda que, em certa medida, contém alguns elementos estruturantes que eu chamaria de pós-comunistas e pós-social-democratas. O grande problema é que essa novidade, que é uma novidade social, uma novidade política, não necessariamente se expressou em termos teóricos, não necessariamente foi capaz de produzir efetivamente uma referência teórica. Razão pela qual seminários como estes têm uma importância que vai muito além da agradável oportunidade que temos de encontrar professores amigos da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, que nos honram aqui com a sua presença.

FONTES DOS TEXTOS

GARCIA, Marco Aurélio. O que significam as receitas do “Cavaleiro da Esperança”. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 71, 05-12/07/1979, p. 5.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à História da Esquerda Brasileira. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 76, 09-15/08/1979, p. 7.

_____. Quem é quem na esquerda brasileira. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 77, 16-22/08/1979, p. 1, 7-8.

_____. O PCB antes do golpe: Antecedentes do V Congresso. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 78, 23-29/08/1979, p. 9

_____. Tempos de antes do golpe: PCB realiza V Congresso. Surge a nova esquerda. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 79, 03/08-05/09/1979, p. 12-13.

_____. PCB não contava com o golpe de 1964. O VI Congresso revive o passado. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 80, 06-12/09/1979, p. 12-13.

_____. Como surge a esquerda armada brasileira (Ou “A arma da crítica e a crítica das armas”). *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 81, 13-19/09/1979, p. 12-13.

_____. Hora de definições para a esquerda clandestina. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 82, 20-26/09/1979, p. 6.

_____. A trajetória da Ação Popular. AP: Do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 82, 20-26/09/1979, p. 12-13.

_____. Da crítica ao maoísmo da AP nasce o PRT. Altino: De Mato Grosso ao PSB, à UNE, à AP e ao PRT. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 83, 17/09-03/10/1979, p. 12-13.

_____. *Em Tempo*, a história da esquerda e o PCdoB. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 83, 17/09-03/10/1979, p. 15.

_____. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 84, 04-10/10/1979, p. 12-13.

_____. Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 85, 11- 17/10/1979, p. 13.

NADAI, Elvira e GARCIA, Marco Aurélio. O nascimento do PCdoB. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 86, 18-25/10/1979, p. 13-14.

_____. OPINIÃO – A AP, o PRT e *Em Tempo*. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 86, 18-25/10/1979, p. 14.

_____. O PT e as esquerdas. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 87, 25-31/10/1979, p. 5.

_____. Arruda, o PCdoB e a China. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 87, 25-31/10/1979, p. 11-12.

_____ & NADAI, Elvira [colaboração de pesquisa]. PCdoB: Do golpe de 1964 ao início da guerrilha do Araguaia. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 87, 25-31/10/1979, p. 12.

_____. PCdoB: Os impasses dos anos 1970. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 88, 01-07/11/1979, p. 11.

NADAI, Elvira. Uma “gloriosa jornada de luta”? *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 88, 01-07/11/1979, p. 12.

GARCIA, Marco Aurélio. A ALN no pensamento de seu fundador. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 89, 08-14/11/1979, p. 12.

_____. Um novo “Partidão”? *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 90, 15-21/11/1979, p. 12-13.

_____. ALN: A ação faz a vanguarda. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 91, 22-28/11/1979, p. 10-11.

_____. 1935: A face oculta da insurreição. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 92, 29/11-05/12/1979, p. 10-11

_____. PCBR: Da formação à tentação militarista. *Em Tempo*. São Paulo, ano II, n. 93, 05-12/12/1979, p. 10.

_____. O PCBR na agonia do militarismo. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 94, 13-19/12/1979, p. 14.

_____. Apolônio de Carvalho: Da insurreição de 1935 ao Partido dos Trabalhadores. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 95, 20/12/1979-10/01/1980, p. 18.

_____. MEP: A crise da esquerda e o PT. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 96, 10-16/01/1980, p. 11.

_____. Como Elbrick foi sequestrado. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 97, 17-23/01/1980, p. 13.

MAIA, Andreas [pseudônimo de Humberto BELVEDERE Filho]. MR-8: Uma história de zigue-zagues. 1 – Uma origem promissora. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 97, 17-23/01/1980, p. 13-14.

GARCIA, Marco Aurélio. MR-8: Uma história de zigue-zagues. 2 – Os destinos de uma autocrítica. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 98, 24/01-07/02/1980, p. 12-13.

_____. A VPR e a crítica das armas. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 99, 07-21/02/1980, p. 16-17.

_____; RICKERT, Sérgio; NADAI, José Luiz. VAR-Palmares: A ação mais espetacular da esquerda armada – O cofre do “Dr. Rui”. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 100, 21/02-08/03/1980, p. 12-14.

[Sucursal mineira de *Em Tempo*]. COLINA: Uma alternativa socialista ao reformismo? *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 101, 06-19/03/1980, p. 16-17.

GARCIA, Marco Aurélio. Ascensão e queda da VAR-Palmares. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 102, 20/03-02/04/1980, p. 17.

_____. Prestes chama a rebelião contra o Comitê Central. *Em Tempo*, ano III, n. 103, 03-16/04/1980, p. 2.

_____. Uma legalidade fugaz. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 103, 03-

16/04/1980, p. 2.

MAIA, Andreas [pseudônimo de Humberto BELVEDERE Filho]. O trotskismo no Brasil: Da Oposição de Esquerda às primeiras organizações – Mario Pedrosa e Herminio Sacchetta. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 103, 03-16/04/1980, p. 16-17.

GARCIA, Marco Aurélio. Aprofunda-se o “racha” do PCB: Já há duas direções em São Paulo. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 104, 17-30/04/1980, p. 6.

_____. Konder, o PCB e o eurocomunismo. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 104, 17-30/04/1980, p. 7.

MAIA, Andreas [pseudônimo de Humberto BELVEDERE Filho]. O que foi o Partido Operário Revolucionário. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 104, 17-30/05/1980, p. 16-17.

GARCIA, Marco Aurélio. Lênin na briga do “Partidão”. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 106, 15-28/05/1980, p. 7.

MAIA, Andreas [pseudônimo de Humberto BELVEDERE Filho]. A crise do posadismo. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 105, 01-14/05/1980, p. 14.

_____. A história do POC e da LO. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 106, 15-28/05/1980, p. 19.

GARCIA, Marco Aurélio. PCB: Porque o cabo Dias derrotou o capitão Prestes. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 107, 03-18/06/1980, p. 8.

_____. Caparaó: Os antecedentes de uma guerrilha. *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 107, 03-18/06/1980, p. 21.

_____. A democracia na frente jornalística - Lavando a roupa suja do *Em Tempo*; Diretoria do *Em Tempo*. Roupa suja ou democracia interna? *Em Tempo*. São Paulo, ano III, n. 118, 06-19/11/1980, p. 19.

SADER, Eder; GARCIA Marco Aurélio; RODRIGUES, Roberto; LOBO Elisabeth Souza; REIS, José; e BAVA Sílvio Caccia. O fundamental é a “autonomia”. *Em Tempo*. São Paulo, ano IV, n. 120, dez.1980-jan.1981, p. 31.

GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. Notas para discussão. *Desvios*. São Paulo, ano 1, n. 1, nov. 1982, p. 10-27.

_____. Os intelectuais e os partidos de esquerda. In: SOARES, Maria Susana Ar-

rosa (Coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1985, p. 91-103.

_____. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. *In*: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; e FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 193-223.

_____. Trabalhadores e eleições. *Trabalhadores*. Campinas, n. 5, 1990, p. 2-12.

_____. Cooptação e alianças, 1930-1964. *Trabalhadores*. Campinas, n. 5, 1990, p. 21-28.

_____. Esquerdas: Rupturas e continuidades. *In*: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 119-126.

_____. O gênero da militância: Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 8/9, 1997, p. 319-342.

_____. Mario Pedrosa: Pensador socialista. *In*: MARQUES Neto, José Castilho (Org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 151-160.

_____. Pensar a terceira geração da esquerda. *In*: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo; Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo; Argos Editora Universitária, 2005, p. 59-65.

AGRADECIMENTOS

Augusto Buonicore
Benito Bisso Schmidt
Bruno Gaspar
Carlos Tibúrcio
Cid Benjamin
Claudio Batalha
Daniel Aarão Reis Filho
Elvira Nadai
Fernando Teixeira da Silva
Flamínio Fantini
Flávio Aguiar
Franklin Martins
Glaucia Fraccaro
Helena Hirata
Joaquim Soriano
João Machado
José Luiz Nadai
Luana Soncini
Luci Ayala
Maria Rita Kehl
Mario Magalhães
Paulo Ribeiro da Cunha
Raul Pont
Reginaldo Benedito Dias
Reiko Miura
Rogério Chaves
Rose Spina
Sandra Starling
Sarkis Alves
Sérgio Alli
Vanessa Nadotti
Vladimir Palmeira
e a equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo

Coleção MAG

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e o Instituto Futuro (IMAG) lançaram, em 2018, a Coleção MAG em homenagem ao intelectual, professor, historiador, militante, dirigente político e internacionalista Marco Aurélio Garcia.

Neste terceiro volume – dividido em duas partes –, você encontra uma colaboração valorosa de Marco Aurélio com o *Em Tempo*: a publicação de *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, uma série que pretendia cobrir o período de 1960 a 1979.

A segunda parte reúne textos publicados a partir dos anos 1980, nos quais incursiona pelos caminhos da história dos trabalhadores.

